SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 11 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVII | Nº 3875

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
EXTRATO

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE – COPIRN

Acordo de Cooperação Técnica e Parceria entre o COPIRN e o INSTITUTO ATENA -

Extrato

ACORDO DE COOPERAÇÃO E PARCERIA TÉCNICA E OPERACIONAL que celebram entre si o **Consórcio Púbico Intermunicipal do Rio Grande do Norte** – COPIRN e o **Instituto Atena de Pesquisa Clínica Ltda**, para fins de oferta de Protocolos de reconhecimentos para encaminhamento em estudos clínicos cardiometabólicos, com procedimentos e consultas especializadas em caráter *pro bono*, sem custo para o COPIRN ou para os Municipios consorciados, destinados a pacientes que se enquadrem em perfis clínicos definidos pelo INSTITUTO ATENA em conjunto com o COPIRN.

Este Termo do Acordo de Cooperação e Parceria Interinstitucional é firmado entre:

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE – COPIRN, pessoa jurídica de direito público, administração pública, inscrito no CNPJ sob o nº 12.120.272/0001-04, sede na Rua Dr. Abelardo Calafange, nº 1828, Nova Descoberta, Natal/RN, neste ato representado por seu presidente do Conselho Diretor, **Antonio Marcos Freire**, inscrito no CPF sob o nº. 393.411.194-72, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, e o INSTITUTO ATENA DE PESQUISA CLÍNICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, entidade de pesquisa clínica e assistência à saúde, inscrito no CNPJ sob o nº. 39.580.637/0001-30, tendo como representantes legais: a Dra. **Maria Sanali Moura de Oliveira Paiva**, médica, inscrita no CPF sob nº. 447.140.094-00 e/ou a Dra. **Larissa Emmanuelle Brilhante Josino Diógenes**, Advogada, inscrita no CPF sob n°. 074.094.744-32 sede à Av. Floriano Peixoto, 385, Tirol – Natal/RN; doravante denominados, respectivamente, COPIRN E INSTITUTO ATENAS, ou "PARCEIROS" e, individualmente, "PARCEIRO''.

CONSIDERANDO:
Os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público;
O direito constitucional à saúde e a relevância pública das ações e serviços destinados à sua promoção, proteção e recuperação;
As diretrizes contidas nas premissas das Metas Globais, fixando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, que deverão ser perseguidas e realizadas até 2030;
A Lei Federal nº. 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde e organiza o Sistema Único de Saúde – SUS;
A Lei Federal Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), identificada como Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que regula o uso, a coleta, o armazenamento e o tratamento de dados pessoais em meios físicos ou digitais por empresas e órgãos públicos, com o fim de garantir a privacidade e os direitos fundamentais do cidadão;
O arranjo de gestão associada regulamentado pela Lei nº. 11.107/2005 – Lei dos Consórcios Públicos, que dispõe sobre normas gerais de contratação de Consórcios Públicos e autoriza a gestão associada dos serviços públicos e a execução compartilhada de políticas públicas;
O Decreto Federal nº. 6.017/2007, que regulamenta a Lei Federal nº. 11.107, de 2005;
O interesse institucional na cooperação entre entidades públicas e privadas para promoção de ações de interesse público na área da saúde, desde que preservados os princípios da Administração Pública, os direitos dos usuários do SUS e a autonomia dos potenciais participantes;
O notório conhecimento e *expertise* comprovada do COPIRN e do INSTITUTO ATENA, com capacidades de captação de recursos financeiros, humanos e materiais, através dos seus parceiros institucionais, apoiadores, investidores, e, ainda, os aportes técnicos em planejamento, gestão e inovação, assessoria, elaboração, implementação e avaliação de processos inteligentes e sustentáveis, baseados em estudos de viabilidade, mapeamentos estratégicos, arranjos de protocolos, projetos e modelagens contratuais;
Que esta parceria permite integrar a ampla capilaridade institucional do COPIRN junto aos Municipios potiguares consorciados à experiência clínica, técnica e cientifica do INSTITUTO ATENA, ampliando o acesso da população a atendimentos médicos especializados, qualificados e fundamentados nas melhores práticas clínicas e nas evidências cientificas disponíveis;

RESOLVEM AS PARTES, de comum acordo, celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO E PARCERIA TÉCNICA E OPERACIONAL, em conformidade com as normas legais vigentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO
Este Acordo de Cooperação e Parceria Técnica e Operacional, é regido de acordo com os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público, devendo assim ser pautado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
2.1 O presente Acordo de Cooperação e Parceria interinstitucional, tem por Objeto estabelecer cooperação técnica e operacional, entre o COPIRN e o INSTITUTO ATENA, para identificação e encaminhamento voluntário de potenciais participantes a Protocolos de pesquisas clínicas cardiometabólicas; que, de forma livre e voluntária, possam ser encaminhados pelo COPIRN ao INSTITUTO ATENA, para avaliação quanto à elegibilidade para os supramencionados Protocolos de pesquisa clínica cardiometabólica, com os Perfis de Participantes, observadas as normas sanitárias, éticas, de proteção de dados pessoais e de pesquisa envolvendo seres humanos.
2.1.1 O presente Acordo de Cooperação e Parceria Interinstitucional, contempla os Protocolos iniciais com os CINCO PERFIS CLINICOS DE PACIENTES, que poderão ser revisados, ampliados ou substituídos, sempre que necessário, de comum acordo entre as partes, a fim de adequá-los à demanda assistencial e aos critérios de elegibilidade dos estudos clínicos disponíveis, sendo esses (abaixo, a seguir) os PERFIS DE PACIENTES:
2.1.2. **Pessoa com Doença Cardíaca**
2.1.3 **Pessoa com Diabetes Tipo 2**
2.1.4 **Pessoa com Pressão Alta (Hipertensão Arterial)**
2.1.5 **Pessoa com Doença Renal Crônica ou em Diálise**
2.1.6 **Pessoa com IAM, Angioplastias, AVC, DAP, Amputação ou Angina.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COOPERAÇÃO E PREMISSAS COMUNS DAS PARTES
3.1 Em linhas gerais, os dois PARCEIROS empenharão os melhores esforços para a cooperação nas atividades e ações a serem desenvolvidas, contribuindo para a evolução produtiva de estudos de estruturação de projetos e ações que são objeto deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA–DA PESQUISA CLÍNICA E PROTEÇÃO DOS PACIENTES
4.1 – Sendo um centro de pesquisa clinica dedicado à condução de estudos clínicos multicêntricos internacionais, de fases II a IV, em parceria com patrocinadores e organizações de projeção global, o INSTITUTO ATENA mobiliza sua equipe, formada por médicos investigadores e coordenadores de pesquisa, com atuação consolidada em áreas como: Cardiologia, Nefrologia, Infectologia, Vacinas, Doenças metabólicas e Medicina intensiva, e sua operação segue integralmente as Boas Práticas Clinicas (GCP/ICH E6), as Resoluções do Sistema CEP/CONEPE e a Regulamentação Sanitária da ANVISA.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO
5.1 As ações relacionadas à execução deste Acordo de Cooperação e Parceria Técnica e Operacional, visarão os objetivos estipulados no OBJETO, por intermédio dos instrumentos previstos no item 3.1 deste Acordo, podendo ser oferecidos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Jurídica, Sociocultural e Ambiental, na estratégia da saúde e outras entregas conexas que, aliadas à parceria estabelecida, irão promover a estruturação, o relacionamento, o gerenciamento e a modelagem de projetos almejados pela administração pública.

CLÁUSULA SEXTA – DA REGULAÇÃO
6.1 Para ser atendido nas ações relacionadas a este Acordo de Cooperação e Parceria Técnica e Operacional, o paciente será encaminhado pelo Municipio de origem ao Instituto Atena, através do Sistema de Regulação do COPIRN;
6.1.2 O Instituto Atena receberá o paciente e fará o atendimento, realizando consultas e exames necessários, em conformidade com os Protocolos referenciados no Objeto deste Acordo;
6.1.3 O Instituto Atena dará ao COPIRN as informações de retorno referentes aos pacientes elegíveis e em quais os perfis cadastrados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS OU DO ÔNUS
7.1 Não haverá transferência de recursos entre as PARTES para a execução do presente Acordo de Cooperação e Parceria Técnica e Operacional.
7.1.2 Cada uma das PARTES arcará com seus respectivos encargos incorridos em virtude da celebração deste Acordo de Cooperação e Parceria Técnica e Operacional, como eventuais deslocamentos de suas equipes, comunicações e outras despesas que se fizerem necessárias para a plena execução deste Acordo.
7.1.3 O presente Acordo não poderá ser utilizado como fundamento para cobrança de qualquer valor do COPIRN ou dos Municipios consorciados.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO
8.1 Cada PARTE indicará um preposto e respectivo substituto para acompanhar a execução deste Acordo;
8.1.2 Aos prepostos deste Acordo de Cooperação e Parceria, competirão dirimir, conjuntamente, as dúvidas que surgirem na sua execução e darão ciência aos respectivos titulares das pastas.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA
9.1 O PRAZO de vigência deste presente Acordo de Cooperação e Parceria Técnica e Operacional é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as PARTES, nos termos das normas legais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES
10.1 Este Acordo de Cooperação e Parceria Técnica e Operacional poderá ser alterado em qualquer de suas Cláusulas e Disposições, mediante Aditivo Contratual, de comum acordo entre as PARTES, desde que tal interesse seja manifestado previamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO
A Rescisão do Acordo de Cooperação e Parceria Técnica e Operacional poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração Pública, e serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e ampla defesa.11.1.2 O presente Acordo poderá ser denunciado ou rescindido, de pleno direito, unilateralmente, no caso de infração a qualquer uma das cláusulas e condições nele estipuladas ou no caso de superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexequível, a qualquer tempo, mediante notificação escrita ao outro partícipe, com antecedência minima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO
12.1 O COPIRN, publicará o EXTRATO deste ACORDO no DIÁRIO OFICIAL, até o 5º. (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, em conformidade com o que estabelecem os princípios e regras da Lei nº. 131/2009.
12.1.2 Em respeito ao Princípio da Transparência e à legislação pertinente, o COPIRN também realizará a publicação do EXTRATO deste presente ACORDO, no seu Site Oficial: www.copirm.org.br /, no campo do Portal de Transparência".

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DIVULGAÇÃO E USO DE MARCAS, NOMES E IMAGENS INSTITUCIONAIS
13.1 Em toda e qualquer ação promocional (road show, folders, vídeo institucionais, matérias jornalísticas etc.) e de divulgação de resultados de que trata o OBJETO deste ACORDO, o COPIRN deverá constar e, obrigatoriamente, a participação do Instituto Atena, como o responsável pela sua condução profissional, assessoramento, estudos e modelagem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SIGILO E DA PROTEÇÃO DE DADOS
14.1 Ambos os representantes legais das pessoas jurídicas que firmam o presente Acordo de Cooperação e Parceria Técnica e Operacional, obrigam-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores /fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº. 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO COMPLIANCE
15.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, e se comprometem a cumpri-las fielmente, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados, e, sem prejuízo das demais obrigações legais, a:
15.1.1 não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão e direcionar negócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO
16.1. O presente Acordo não estabelece sociedade, associação, representação comercial, vínculo empregatício, solidariedade trabalhista ou relação de subordinação entre os PARTÍCIPES.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA INTRANSFERIBILIDADE
17.1. Os direitos e obrigações decorrentes deste Acordo não poderão ser cedidos ou transferidos a terceiros sem prévia e expressa anuência do outro PARTÍCIPE, quando juridicamente admissível.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
18.1**.** O presente instrumento constitui acordo de cooperação institucional e não poderá ser interpretado como contrato administrativo de prestação de serviços ao COPIRN.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO
19.1 Fica eleito o foro de Natal/RN, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste ACORDO.
19.1.2 É obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa das dúvidas oriundas deste ACORDO, com a participação da Assessoria Jurídica das Partes.
E, por estarem assim, justos e acordado, os partícipes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus devidos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo.

Natal/RN, 27 de agosto de 2026.

Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN

ANTÔNIO MARCOS FREIRE
Presidente

SELMA SANTIAGO NUNES
Diretora Executiva

Instituto Atena de Pesquisa Clínica

MARIA SANALI MOURA DE OLIVEIRA PAIVA
Sócia Pesquisadora – Instituto Atena

LARISSA EMMANUELLE BRILHANTE JOSINO DIÓGENES
Sócia Administradora – Instituto Atena

TESTEMUNHAS:

Francisco Alves da Costa Sobrinho
Planejamento, Gestão e Inovação – COPIRN

Hugo Diógenes de Oliveira Paiva
Sócio - Diretor Administrativo

Publicado por:
Kamila Mayara Dos Santos Marinho Grilo
Código Identificador:6D7A6EEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 034/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 000533/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O MUNICÍPIO DE ACARI, com endereço na rua Napoleão Antão, nº 100, no bairro Ary de Pinho, inscrito no CNPJ nº **08.097.008/0001-20**, através de seu Pregoeiro, designado pela **Portaria nº 0082/2026**, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar na modalidade de **PREGÃO** na forma **MENOR PREÇO POR AGRUPAMENTO DE ITENS "LOTE",** cujo objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS NOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.** A realização do certame está prevista para o dia **28 de Setembro de 2026**, às **09:01 horas** (horário de Brasília/DF).
O Edital e seus componentes encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 07:00 às 13:00 horas e nos seguintes sites: www.acari.rn.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Acari/RN, 10 de Setembro de 2026.

JACKSON SOARES
Pregoeiro

Publicado por:
Jackson Soares
Código Identificador:79AD15EB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 118/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 118/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS
CNPJ Nº08.097.008/0001-20
CONTRATADO: 42.999.095 JUCIMÁRIO OLIVEIRA DOS SANTOS – ME
CNPJ Nº 42.999.095/0001-49
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E APLICAÇÃO DE FORRO E PAREDES DE GESSO, BEM COMO DE FORRO EM PVC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS EMERGENCIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ACARI/RN.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: PRORROGADO ATÉ 08 DE SETEMBRO DE 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 107, CAPUT DA LEI Nº 14.133/21
PERCENTUAL DO REAJUSTE: 4,44% (QUATRO VÍRGULA QUARENTA E QUATRO POR CENTO) CORRESPONDENTE AO REAJUSTE CALCULADO PELO IPCA-E
VALOR DO ACRÉSCIMO/REAJUSTE: FICA ACRESCIDO O VALOR DE R$ R$ 2.982,00 (DOIS MIL, NOVECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS), PASSANDO O CONTRATO ATUALIZADO PARA R$ 69.982,00 (SESSENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS).
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 25, $ 7º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21

ACARI/RN, EM 10 DE SETEMBRO DE 2026.

LUCIANO LOPES DE MEDEIROS -
Secretário de Serviços Urbanos do Município de Acari/RN– Contratante

JUCIMÁRIO OLIVEIRA DOS SANTOS -
CPF Nº ***.596.534-** -
Sócio Administrador – Contratado

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:27022362

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 158/2024 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 058/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI/RN

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 158/2024 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 058/2024
CONTRATANTE: SECRETARIA DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ N° 11.826.099/0001-00
CONTRATADO: 2B COMÉRCIO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 46.479.174/0001-80, SEDIADA NA RUA JOAQUIM FAGUNDES, Nº 672, TIROL, NATAL/RN, CEP: 59.020-450
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MONITORAÇÃO DE DOSIMETRIA, POR MEIO DE DOSÍMETROS TERMO LUMINESCENTES (TLD) OU LUMINESCÊNCIA OTICAMENTE ESTIMULADO (OSL), PARA MEDIÇÃO DA DOSE DE RADIAÇÃO RECEBIDA PELOS SERVIDORES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL.
OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES
VIGÊNCIA: PRORROGADA ATÉ 25/08/2027
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 107 DA LEI Nº 14.133/21.

ACARI/RN, EM 10 DE SETEMBRO DE 2026.

MARINEIDE ALVES DANTAS **–**
Secretária Municipal de Saúde - Contratante

BRUNO LEONARDO PAIVA DE OLIVEIRA **–**
Responsável Pela Contratada

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:4E3F940F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 000315/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS CORRELATOS, EQUIPAMENTOS DE SOM, PROJEÇÃO, APARELHOS DE TELEVISÃO E OUTROS EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

ADJUDICO OS VENCEDORES DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026**, COM SESSÃO INICIAL REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2026, A SABER:

CAMPALEM FORNECIMENTOS LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 52.530.642/0001-04**,** saiu vencedor do certame totalizando o valor estimado de: **R$ 16.374,50 (DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

AKÁCIO RADAN DA COSTA MACÊDO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 36.308.772/0001-32, saiu vencedor do certame totalizando o valor estimado de: **R$ 445.896,95 (QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).**

V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.808.979/0001-42, saiu vencedor do certame totalizando o valor estimado de**: R$ 10.194,00 (DEZ MIL, CENTO E NOVENTA E QUATRO REAIS).**

SEVENTEC COMERCIO LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 58.455.922/0001-73, saiu vencedor do certame totalizando o valor estimado de**: R$ 12.256,50 (DOZE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

E-PAPER LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 08.784.976/0002-95, saiu vencedor do certame totalizando o valor estimado de**: R$ 82.940,00 (OITENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E QUARENTA REAIS).**

Acari (RN), 10 de setembro de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Jackson Soares
Código Identificador:3CAE77DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 120/2026 – PMA – GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no art. 72, VII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal JOSÉ MARIA BERINGO DOS SANTOS, matrícula nº. 10.***, do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental PNI, tendo sido nomeado através da Portaria nº. 100, de 21 de outubro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 09 de setembro de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:609F2BF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 089/2026- SMAT

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE
ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 2,0 (duas) diárias ao (à):

SERVIDOR (A):	Oséias Pereira da Silva			
CARGO:	Coordenador de Fiscalização de Posturas Urbanas			
MATRÍCULA:	50104			
DOCUMENTOS:	CPF: 165.492.628-01	RG: -		
LOTADO (A):	Secretaria de Serviços Urbanos – (A serviço da Secretaria de Administração e Transportes)			
HORÁRIO DE SAÍDA:	20h:30			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial – Placa: RCD 3H94			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Transporte de Policiais Militares que irão compor o quadro de segurança de forma adicional durante a Festa de Agosto de 2026.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
2,0	Caicó/RN	14/08/2026 a 16/08/2026	R$101,00	R$202,00

Importa a quantia de R$202,00 (duzentos e dois reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 13 de agosto de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:C4894CC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 090/2026 – SMAT

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174, de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO 1,0 diária (uma) diária, ao (à):

SERVIDOR (A):	**Maxwell Edival Nogueira da Silva**			
CARGO:	**Secretário Adjunto de Gestão das Unidades de Saúde**			
MATRÍCULA:	50140			
DOCUMENTOS:	CPF: 878.365.804-15	RG: 1.339.117 SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	18h:40			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial – Placa:TSP1I83			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
TRANSPORTANDO PACIENTE AO WALFREDO GURGEL (URGENCIA).				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
1,0	Natal/RN	16/08/2026 a 17/08/2026	R$190,00	R$190,00

Importa a quantia de R$190,00 (cento e noventa reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 13 de agosto de 2026

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:F2EC1BB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 091/2026- SMAT

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 0,5 (meia) diária, ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTINA DA GUIA LOPES DE ARAÚJO**			
CARGO:	**Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.**			
MATRÍCULA:	10811			
DOCUMENTOS:	CPF:073.876.784-16	RG:		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social			
HORÁRIO DE SAÍDA:	06h:00			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial – Placa:RQH7179 Fiat Strada			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
PARTICIPAR DO SEMINÁRIO ESTADUAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS, NATAL/RN.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
0,5	Natal/RN	20/08/2026	R$ 190,00	R$ 95,00

Importa a quantia de R$ 95,00 (noventa e cinco reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 20 de agosto de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:9A0BDEC5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR (ART. 75, INCISO II DA LEI N.º 14.133/2021) PROCESSO Nº 3509/2026-PMAB

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 08.294.688/0001-71, através do Agente de Contratação, torna público a realização de Dispensa de Licitação, para Contratação Direta, com critério de julgamento menor preço, com hipótese nos termos do artigo nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021. OBJETO: para a necessidade de aquisição de Kit(s) Brincar e Incluir para atender às escolas da rede municipal de ensino infantil do Município de Afonso Bezerra/RN, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Conforme condições e exigências contidas no instrumento convocatório e anexos. Data de início de recebimento de propostas: 11.09.2026, as 00:00H Data fim de recebimento de propostas: 16.09.2026 às 17:00H (horário local). Critério de Julgamento: **menor preço**, visando atender o disposto no § 3º do art. 75 da Lei 14133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas à Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra-RN, através do e-mail: licitacao@afonsobezerra.rn.gov.br.

Afonso Bezerra-RN, em: 10 de setembro de 2026.

FÁBIO F. VIANA
Agente de Contratação
Port. 71/2026

Publicado por:
Jarivam Ferreira de Lima
Código Identificador:07C7A948

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 409, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 409, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1o – Nomear os membros do **Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Alexandria-RN,** conforme disposições a seguir:

PRESIDENTE: Raymara Rayane Andrade da Silva
VICE-PRESIDENTE: Maria Josenilda de Sousa Bezerra
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO: Andrea Antônia Gama da Silva

I – GOVERNAMENTAL

1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Raymara Rayane Andrade da Silva
Suplente: Maria Josenilda de Sousa Bezerra

2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E URBANISMO

Titular: Ítalo Diego Maniçoba Pereira
Suplente: Emmanuel Silva Pires

3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, MEIO AMBIENTE, TURISMO E CIDADANIA
Titular: Maria Hataangra de Sousa Fernandes
Suplente: Dnamerica Oliveira Melo

4 - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Titular: Mayara Sousa Sarmento
Suplente: José Ferreira de Lima

5 - GABINETE CIVIL

Titular: Francisco Alessandro da Silva
Suplente: Maria Beatrice Moreira Sousa

II - SOCIEDADE CIVIL

6 - REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICO DE ALEXANDRIA - SINDALE

Titular: Carmem Silva de Lima
Suplente: Cidália Mariano de Lima Soares

7 - REPRESENTANTES DA IGREJA PRESBITERIANA DE ALEXANDRIA

Titular: Paulo Roberto Hercílio Rodrigues Andrade
Suplente: René Torres Diniz

8 - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES DO SÍTIO MALHADA BRANCA E ADJACENTES

Titular: Raimundo Nonato de Lima
Suplente: Francisco Luiz de Lima

9 - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SÍTIO ILHA

Titular: Antônio Cipriano de Almeida
Suplente: Benilma Mielly de Araújo Pereira

10 - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES DO SÍTIO CACIMBA DE CIMA E COMUNIDADES CIRCUNVIZINHAS

Titular: Adelson Maniçoba Da Silva
Suplente: Antônia Cleide de Andrade Emidio

Art. 1º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 09 de setembro de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:FC918AC5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. 44/2026

Declara situação anormal, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, nas áreas do Município afetadas pela estiagem – COBRADE 14120, conforme a Portaria Federal nº 260/2022.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ALMINO AFONSO-RN, no uso de suas atribuições legais, especialmente os previstos no art. 73 da lei Orgânica Municipal;
Considerando que o período chuvoso do corrente ano foi insuficiente para armazenar água potável para o suprimento das necessidades da população residente nas comunidades rurais do município;
Considerando que as comunidades rurais não possuem açudes com capacidade de armazenar água potável para o consumo da população;
Considerando que a Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio Grande do Norte (CAERN), não possui Viabilidade Técnica para abastecimento de água potável na zona rural do município de Almino Afonso-RN;
Considerando que a fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMPDEC), favorável à declaração da situação de anormalidade, conforme disposto no § 2º do Art. 2º da Portaria Federal nº 260, 02 de fevereiro de 2022.
DECRETA:
Art. 1º- Fica declarada situação de emergência nas áreas do Município contidas no formulário de informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como SECA – COBRADE 14120, conforme o anexo V da Portaria Federal nº 260, 02 de fevereiro de 2022.
Paragrafo Único: O prazo de vigência deste decreto é de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, dependendo da real situação do Município.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Felinto Gadelha Almino Afonso-RN 10 de setembro de 2026

JESSICA LOURINE DE ASSIS AMORIM
Prefeita Municipal

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:C4974B34

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 049/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS - CNPJ nº 08.085.409/0001-60
CONTRATADO: VIVENDAS EMPREEDIMENTOS LTDA CNPJ nº 11.478.139/0001-61

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução da construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, no âmbito do Programa FNHIS SUB-50, destinadas a famílias de baixa renda do Município de Angicos/RN, em conformidade com o Termo de Compromisso nº 040776/2025/MCIDADES/CAIXA.

VALOR: O valor global do presente contrato é de R$ 3.179.250,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 02.009 - SEC. MUNIC. ASSIST. SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA
Função: 16 - HABITAÇÃO
Sub função: 482 - HABITAÇÃO URBANA
Programa: 0043 - MAIS HABITAÇÃO.
Projeto/atividade: 2088 - Desenvolvimento de Ações de Construção e Reformas de Habitação de Interesse Social
Natureza de Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.
Fontes: 15000000; 16600000
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fontes: 15000000; 16650000

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 28, II da Lei Federal 14.133/2021.

VIGÊNCIA: 09 de setembro de 2026 em vigor até 09 de setembro de 2027.

SIGNATÁRIOS: Miguel Pinheiro Neto – pela contratante e Francisco de Assis de Souza de Medeiros – pela contratada.

Angicos/RN, em 09 de setembro de 2026.

*Republicado por incorreção

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:612D4C06

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
REPUBLICAÇÃO

AVISO DE CONCORRENCIA ELETRONICA Nº. 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 611016/2026

O município de Angicos/RN, por meio de seu Agente de contratação, torna público a Concorrência Eletrônica para **Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução das obras de Pavimentação Asfáltica do trecho da ponte do açude velho até uma parte da Rua Vereador José Alves, zona urbana, Angicos/RN, nos termos do contrato de repasse nº 980448/2025/MCIDADES/CAIXA, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos**. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** De 14/09/2026 das 09h00min até às 09h00min do dia 28/09/2026. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 28/09/2026, às 09h00min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h01min do dia. 28/09/2026. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). **DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta, retirada de cópia no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br e pelo Site: **www.angicos.rn.gov.br**, (https://www.angicos.rn.gov.br/index.php/editais1); pedidos de esclarecimentos poderão ser feitos e prestados exclusivamente no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Angicos/RN, em 10 de setembro de 2026.

DIEGO ALAX PINHEIRO ALEXANDRE
Agente de Contratação

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:940EF8CC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE ADIAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO MARTINS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no art. 165 da Constituição Federal, no art. 48, § 1º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento da população em geral, o **ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA** anteriormente prevista para o dia **11 de setembro de 2026**, destinada à participação popular no processo de **reformulação do Plano Plurianual – PPA** e de **elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, referente ao exercício financeiro de 2027**.
Em razão de **solicitação de adiamento apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal de Antônio Martins/RN**, e considerando a necessidade de adequação da data para a realização da audiência, fica **alterada a data anteriormente designada**, passando a referida Audiência Pública a ser realizada conforme especificado abaixo:
DATA: 15 de setembro de 2026.
HORÁRIO: 14:00
LOCAL: Câmara Municipal de Antônio Martins/RN.

Antônio Martins/RN,10 de setembro de 2026

JÉSSICA ÍRIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:448CD634

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA Nº 163/2025 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/APODI-RN

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e dezessete minutos, reuniu-se, de forma presencial, na sede da Casa dos Conselhos, situada à Rua Nonato Mota, nº 266, Malvinas, Apodi/RN, o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente – CMDCA, em reunião extraordinária, para deliberação da seguinte pauta: **1) Leitura e Aprovação da Ata Anterior; 2) Aprovação do Envio da Proposta de Renovação do SAFA para o edital do Itaú Social; 3) Emissão do Certificado de Captação; 4) Informes.** Estiveram presentes os seguintes conselheiros: **Fernando Henrique Magalhães de Lacerda** (Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Nordeste – ADRA); **Daiana da Silva Gurgel** (Secretaria de Administração); **Maria Gorete de Oliveira Dantas** (Grupo de Assistência as Pessoas com Câncer Maria das Graças Silveira – GASPEC); **Eduarda Hermínia Paiva do Carmo** (Secretaria Municipal de Saúde); **Suerlange Soares** (Secretaria Municipal de Educação) **Maria da Saúde Paiva de Góis** (Associação das Pessoas com Deficiência de Apodi – APDA); **Antônia Luciana Silva de Moura e Maria Eduarda Ribeiro de Freitas** (Casa dos Conselhos) e como convidados **Antonia Verônica Pinheiro de Assis.** A reunião foi aberta pelo presidente Fernando Magalhães, que iniciou dando boas vindas aos presentes e agradeceu a presença de todos. Em seguida, Antônia Luciana realizou a leitura da pauta e Maria Eduarda realizou a leitura da ata anterior, n° 162, que foi aprovada de forma unânime pelos conselheiros presentes. Na sequência, Antônia Verônica falou sobre o envio da proposta de renovação do SAFA para o edital do Itaú social 2026, onde a proposta do serviço já foi enviada e em 2025 e está sendo executada em 2026. Informou que o Itaú Social em função de revisão estratégica interna, reavaliou o modelo do Edital dos Fundos da Infância e Adolescência, e que por este motivo as

inscrições do edital foram suspensas, e que os interessados em submeter seus projetos passarão por avaliação por meio de um formulário específico, que haverá um ciclo de análises, com recebimento até 13 de setembro do corrente ano. Verônica preencheu o formulário juntamente com os conselheiros presentes, como também a Carta de Captação que foi preenchida em favor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, que tem o prazo até o dia 31 de agosto para captação de recursos para custeio do serviço SAFA, que foi aprovada de forma unânime por todos os conselheiros presentes, o envio da proposta de renovação e da carta de captação. A referida carta é necessária para envio juntamente com o formulário para o edital do Itaú social. Nos informes, Luciana informou sobre o evento de lançamento do projeto Proteção Integrada que acontecerá no dia 11 de setembro, na Câmara Municipal de Vereadores. Gorete informou que o Gaspec está com parceria com a Liga do Câncer de Mossoró e que mensalmente está ocorrendo atendimento médico com cinco profissionais, como oncologista, mastologista, entre outros. A Secretária Daiana finalizou a reunião às 10h:57min e agradeceu a presença de todos. E eu, Daiana da Silva Gurgel, secretaria do CMDCA, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada pela Assembleia, segue assinada por mim e demais Conselheiros (as) presentes.

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:F381656E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS Nº 001/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Apodi/RN, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990, da legislação municipal vigente e das normativas aplicáveis ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA,

CERTIFICA E AUTORIZA

a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social de Apodi – SEMDAS, órgão responsável pela execução da Política Municipal de Assistência Social, na condição de órgão executor, a realizar a captação de recursos financeiros destinados à execução e ao fortalecimento do projeto SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Apodi/RN.

DADOS DO PROJETO
Projeto: Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
Órgão Executor: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – SEMDAS
Fundo Destinatário: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA de Apodi/RN
Valor máximo autorizado para captação: até R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)
Prazo para captação: até 31 de agosto de 2028

O presente Certificado autoriza a captação de recursos financeiros junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, instituições e demais potenciais parceiros e doadores, observada a legislação vigente, com a finalidade de viabilizar as ações previstas no projeto aprovado, destinadas à execução, manutenção, qualificação e ao fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, contribuindo para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e para a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária.

Os recursos captados deverão ser destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA de Apodi/RN, em conta específica, e sua aplicação deverá observar o projeto aprovado pelo CMDCA, o respectivo plano de trabalho, as deliberações do Conselho e a legislação aplicável.

A utilização dos recursos ficará sujeita ao acompanhamento, monitoramento, fiscalização e prestação de contas perante as instâncias competentes, observadas as normas estabelecidas pelo CMDCA e pela legislação vigente.

O presente Certificado terá validade para fins de captação até 31 de agosto de 2028, ficando sua utilização vinculada exclusivamente ao projeto Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, até o limite máximo de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Por ser expressão da verdade e para que produza os efeitos administrativos e legais cabíveis, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Apodi/RN emite o presente Certificado.

Apodi/RN, 9 de setembro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAGALHÃES DE LACERDA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Apodi/RN

DAIANA DA SILVA GURGEL
Secretária Executiva do CMDCA
Apodi/RN

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:3A430ADF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
LEI MUNICIPAL Nº 2392/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER, POR DOAÇÃO, OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA, RATIFICA O RESPECTIVO TERMO DE DOAÇÃO E DETERMINA SUA INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE APODI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Luis Sabino da Costa Neto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei nº 0176/2026, de autoria do Gabinete Civil, e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação gratuita, irrevogável e irretratável, ressalvadas as hipóteses legais, os seguintes imóveis integrantes do Loteamento Reis Magos, situado na BR-405, Km 72, s/nº, Município de Apodi/RN:

I – Quadra Q-19, com área de **2.400,00 m²** (dois mil e quatrocentos metros quadrados);
II – Quadra Q-20, com área de **2.400,00 m²** (dois mil e quatrocentos metros quadrados).

§ 1º As áreas descritas nos incisos I e II deste artigo totalizam **4.800,00 m²** (quatro mil e oitocentos metros quadrados) e integram imóvel de propriedade de **VILCIMAR DUARTE DE MORAES**, inscrito no CPF sob o nº 068.178.313-34, e **MARTA DA COSTA E SILVA DUARTE**, inscrita no CPF sob o nº 021.700.144-03, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Apodi/RN no **Livro 2-31**, sob a Matrícula nº **5.913, R1-5.913** e em conformidade com a Planta de Situação e Localização.

§ 2º As áreas objeto da doação encontram-se localizadas nas coordenadas geográficas **5°37’41.21”S e 37°47’32.15”O**, conforme Planta de Situação e Localização datada de junho de 2026, devidamente anexada ao Termo de Doação.

Art. 2º Fica ratificado, para todos os fins de direito, o Termo de Doação de Bens Imóveis celebrado entre os doadores referidos no § 1º do art. 1º e o Município de Apodi.

Art. 3º Os imóveis objeto da doação passam a integrar o patrimônio do Município de Apodi, ficando sua destinação e utilização submetidas ao interesse público e às necessidades da Administração Pública Municipal.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a praticar todos os atos administrativos, notariais e registrais necessários à formalização da doação e à transferência definitiva da propriedade dos imóveis para o Município de Apodi.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da lavratura da escritura pública, do registro imobiliário e dos demais atos necessários à formalização e transferência dos imóveis correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.
Art. 5º Integram esta Lei, para todos os fins de direito:

I – o Termo de Doação de Bens Imóveis;
II – a Planta de Situação e Localização das áreas doadas;
III – os demais documentos técnicos e registrais necessários à individualização dos imóveis.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Apodi/RN, em 10 setembro de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:25191C5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
LEI MUNICIPAL Nº 2393/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Institui o Conselho Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial de Apodi/RN - COMPPIR e o Fundo Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial de Apodi/RN - FUMPPIR, e dá outras providências.

Luis Sabino da Costa Neto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei nº 0189/2026, de autoria do Gabinete Civil, e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial de Apodi, órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo e deliberativo permanente.
Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial de Apodi/RN – COMPPIR, ficará vinculado à Secretaria Municipal da Mulher e Igualdade Racial – SEMMIR.

Art. 2º - O Conselho visa combater o racismo, o preconceito e discriminação e reduzir as desigualdades raciais com equidade, inclusive no aspecto econômico/financeiro, social, político e cultural, ampliando o processo de controle social sobre estas políticas públicas.

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial, dentre outras ações, desenvolver estudos, propor medidas políticas voltadas à promoção da igualdade racial e combater o racismo, visando a valorização e reconhecimento da participação histórica das populações negras, indígenas, ciganas e outras etnias vulneráveis a discriminações, estimulando a preservação de suas tradições como forma de eliminar o racismo, a discriminação e suas manifestações.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial – COMPPIR, é um órgão colegiado de caráter deliberativo e consultivo e terá como atribuições:

I – participar na elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade às comunidades tradicionais e outros segmentos étnicos;
II – propor estratégias de acompanhamento, avaliação e fiscalização, bem como a participação no processo deliberativo de elaboração de diretrizes das políticas de promoção da igualdade racial, fomentando a inclusão da dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas em âmbito municipal;
III – sugerir prioridades na alocação de recursos no Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, no que se refere aos assuntos de sua ingerência;
IV – apoiar e fomentar a articulação de todos os órgãos e setores da Administração Municipal para a formulação e consecução da política municipal de promoção da igualdade racial;
V – recomendar a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da população negra e outros segmentos étnicos da população local, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas que visem a promoção da igualdade racial e a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação;
VI – propor a realização de conferências de promoção da igualdade racial, bem como participar de eventos que tratem de políticas públicas de interesse das comunidades tradicionais e de outros segmentos étnicos;
VII – zelar pelas deliberações das conferências municipais de promoção da igualdade racial bem como outras legislações dos outros entes governamentais;
VIII – propor o desenvolvimento de programas e projetos de capacitação sobre as relações étnicos raciais povos tradicionais;

IX – articulação com órgãos e entidades públicos e privados, não representados no COMPPIR, visando fortalecer o intercâmbio para a promoção da igualdade étnico racial dos povos tradicionais;
X – articular-se com as entidades e organizações do movimento social dos povos tradicionais da população brasileira e de outros países signatários, conselhos estadual, nacional e internacionais vinculados às comunidades, bem como de outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e estabelecer estratégias comuns para a implementação de ações da política de igualdade étnico racial;
XI – propor em nível municipal a identificação de sistemas de indicadores, no sentido de estabelecer metas e procedimentos, com base nesses índices, para monitorar a aplicação das atividades relacionadas com a promoção da igualdade racial;
XII – zelar pelos direitos culturais da população no âmbito municipal dos povos tradicionais existentes bem como pela diversidade cultural;
XIII – zelar, acompanhar e propor medidas de defesa de direitos de indivíduos e grupos étnicos raciais afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;
XIV – propor a criação e a atualização da legislação relacionada com as atividades de promoção da igualdade étnico racial;
XV – elaborar o Regimento Interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros.
XVI – elaborar e apresentar, anualmente relatório de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, dando ampla divulgação ao mesmo, de forma a prestar contas de suas atividades à sociedade.

Art. 5º - A organização estrutural do COMPPIR será formada pelo Plenário do Conselho, Direção Executiva e Comissões Temáticas.

Art. 6º - O Plenário do Conselho será composto por 10 (doze) conselheiros titulares e 10 (dez) suplentes, de forma paritária, pelos representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I – Representantes dos Órgãos Governamentais:

a) Secretaria Municipal da Mulher e Igualdade Racial;
b) Secretaria Municipal de Assistência Social;
c) Secretaria Municipal de Saúde;
d) Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;

e) Secretaria Municipal de Educação.
II – Representantes da Sociedade Civil:
a) Segmento da população negra;
b) Segmento dos povos indígenas;
c) Representantes dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana;
d) Segmento da comunidade cigana;
e) Segmento de Arte e Cultura Negra.

§ 1º Na ausência de indicação de representantes dos segmentos listados no inciso II, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por outras entidades representativas da sociedade civil, mediante deliberação do Conselho, assegurada a paridade.
§ 2º Coletivos e grupos afirmativos sem personalidade jurídica (CNPJ) poderão compor a representação da sociedade civil, desde que comprovem atuação efetiva na causa e obtenham aprovação do Conselho.
Art. 7º - Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão ou seguimento de origem da sua representação;
II - faltar 03 (três) reuniões consecutivas, ou 05 (cinco) intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no Regimento Interno do Conselho;
III - apresentar renúncia ao Plenário do Conselho, que será lida na seção seguinte à data do protocolo de recebimento;
IV - for condenado por crime ou contravenção penal, por decisão transitada em julgado.

Art. 8º - As entidades ou organizações representadas pelos conselheiros faltosos deverão ser comunicadas a partir da segunda falta consecutiva, ou quarta intercalada, através de correspondência da Secretaria Executiva do Conselho.
Art. 9º - Perderá o mandato a instituição que:

I - extinguir sua base territorial de atuação no Município de Apodi;
II - tiver constatado, em seu funcionamento, irregularidade de acentuada gravidade, que torne incompatível sua representação no Conselho Municipal;
III - sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

Art. 10 - A Diretoria Executiva do COMPPIR será composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário Executivo, os quais serão eleitos pelo Plenário do Conselho.

Art. 11. O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em data definida por seus membros, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Presidência ou da maioria simples de seus membros.

§ 1º As reuniões do COMPPIR instalar-se-ão em primeira convocação com a presença da maioria absoluta de seus membros (metade mais um), e, em segunda convocação, trinta minutos após, com a presença de pelo menos um terço (1/3) dos membros.

§ 2º As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, exigindo-se quórum qualificado de dois terços (2/3) dos membros para a aprovação e alteração do Regimento Interno.

§ 3º As reuniões poderão ser realizadas de forma presencial, híbrida ou on-line, desde que assegurada a participação dos conselheiros, o registro das deliberações e o cumprimento do *quórum* previsto nesta Lei.

Art. 12 - As Comissões Técnicas temáticas, criadas pelo Plenário do COMPPIR, têm a função de elaborar projetos e programas baseados nas deliberações da Conferência Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial.

Art. 13 - Os Conselheiros do COMPPIR não serão remunerados e o exercício da função de Conselheiro será considerado de interesse público relevante.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e transporte aos Conselheiros do COMPPIR, indicados pelo próprio Conselho ou por Conferências de sua área de atuação, e expressamente autorizados pelo(a) Secretário(a) Municipal **da Mulher e Igualdade Racial**, para participação de cursos, seminários, conferências, congressos, eventos, similares específicos da área, diretamente relacionados com a competência do COMPPIR, nos termos estabelecidos na Lei, decretos e portarias.

§ 1º - O pagamento de despesas aos Conselheiros do COMPPIR, nos termos da presente Lei, somente poderá ser autorizado pelo gestor competente, se houver dotação orçamentária específica.

§ 2º - As despesas autorizadas pelo gestor aos Conselheiros do COMPPIR deverão ser comprovadas, transparentes e publicadas obrigatoriamente em consonância com legislações vigentes.

§ 3º - Além dos comprovantes das despesas, especificadas o Conselheiro (a) deverá comprovar a sua participação, mediante apresentação de Certificado, relatório padrão, imagens, vídeos e afins, e com 70% (setenta por cento) de frequência no evento em que foi autorizado a participar, sob pena de devolução do valor total dos recursos e as devidas penalizações e responsabilidades em consonância **com o Regimento Interno do Conselho** e legislação vigente.

Art. 15 - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias constantes em programa da Secretaria Municipal **da Mulher e Igualdade Racial – SEMMIR**.

Art. 16 - O Conselho Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial instituirá seus atos através de resoluções aprovadas pela maioria dos seus membros.

Art. 17 - O COMPPIR formulará seu Regimento Interno, que definirá, nos termos da presente Lei, sua estrutura interna e o seu funcionamento, submetendo-o, posteriormente a publicação pelo Executivo Municipal.

Art. 18 - O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial elaborará seu Regimento Interno no prazo de 120 (cento e vinte dias) após a promulgação da presente Lei.

Art. 19 - Fica criado o Fundo Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial - FUMPPIR no âmbito municipal, com a função de atuar como captador e repassador dos recursos financeiros destinados à política de atendimento e aos programas de promoção, proteção e inclusão da comunidade negra e de outros grupos étnico-raciais discriminados, sendo a sua captação e aplicação vinculadas às decisões do COMPPIR.

Art. 20 - Constituem Receitas do Fundo Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial - FUMPPIR:
I - os recursos destinados por Lei Municipal;
II - os auxílios e subvenções específicas concedidos por órgãos ou Entidades Federais e Estaduais, recebidos diretamente ou por meio de convênios;
III - os rendimentos das aplicações financeiras de suas disponibilidades;
IV - transações penais e multas, arrecadadas em processos judiciais que envolvam crimes de discriminação racial, e repassadas à critério do Juiz de Direito competente;
V - doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, desde que sem ônus para o Município;
VI - outras receitas de fontes aqui não explicitadas.

Art. 21 - O Fundo Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial - FUMPPIR ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal da Mulher e Igualdade Racial – SEMMIR, que o administrará com as seguintes atribuições:
I - subdelegar atribuições de acordo com sua área de competência;
II - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial, ou delegar esta função; e

III - outras atribuições legais próprias do cargo.

Art. 22 - Os recursos repassados ao Fundo Municipal de Promoção da Política de Igualdade Racial serão depositados em conta especial em estabelecimento oficial de crédito e aplicados em:
I – atividades relacionadas aos objetivos dessa Lei;
II – custeio e apoio a projetos na área de educação, saúde e assistência social, cultura, esporte, lazer, dentre outros, desde que voltados para a promoção da igualdade social;
III - treinamento de profissionais vinculados aos projetos executivos relacionados a promoção da igualdade social;
IV - aquisição de materiais de consumo e permanente, destinados aos projetos e programas relacionados a promoção da igualdade racial;
V - pagamento de pessoal vinculado as atividades relacionadas a promoção da igualdade racial;
VI - quaisquer outras iniciativas em defesa da promoção da igualdade social.
Art. 23. A execução das despesas do FUMPPIR depende de autorização prévia do COMPPIR, mediante aprovação por maioria simples dos membros presentes em reunião com *quórum* regimental, na forma do Regimento Interno.
Art. 24. A gestão financeira e a execução orçamentária do FUMPPIR serão fiscalizadas por Comissão de Assuntos Financeiros e Orçamentários composta no âmbito do Plenário do COMPPIR, sem prejuízo do controle interno do Poder Executivo, da fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e do controle social, devendo ser apresentado balancete financeiro trimestral aos conselheiros.
Art. 25 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 10 setembro de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:423A7140

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 2041/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: nº 006/2025-SRP.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: nº 038/2025.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BAÍA FORMOSA/RN, CNPJ nº 08.161.341/0001-50.

FORNECEDOR REGISTRADO: SUPRINOR - SUPRIMENTOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 07.209.477/0001-20.

OBJETO DA ATA: Registro de preços para eventual e futura contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados aos diversos setores, programas e secretarias, no âmbito do Município de Baía Formosa/RN.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, de 02 de setembro de 2026 a 02 de setembro de 2027, mantidos os preços unitários e demais condições registradas.

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA ATA: R$ 77.952,50 (setenta e sete mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DE ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Camila Veras de Melo, Prefeita Municipal, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR; e Milton Ezequiel Fonseca Filho, pela PROMITENTE CONTRATADA.

Baía Formosa/RN, 02 de setembro de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Juliana Alves de Lima
Código Identificador:1F8185C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA N 006/2026 - SEMEC, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui a Comissão Coordenadora do Fórum Municipal de Educação de Baía Formosa/RN e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAÍA FORMOSA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Comissão Coordenadora do Fórum Municipal de Educação de Baía Formosa/RN, encarregada de coordenar, sistematizar e acompanhar os trabalhos do referido Fórum.
Art. 2º Nomear para compor a Comissão Coordenadora do Fórum Municipal de Educação os seguintes membros:
I. Suzana Magaly do Nascimento – CPF: ***.160. ***-49 – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – **Coordenadora**;
II. Suedy Clara do Nascimento Bezerra – CPF: ***.602. ***-02 – Representante dos pais – **Coordenadora Adjunta**;
III. Claudianeide do Nascimento Guerra – CPF: ***.701. ***-90 – Representante dos Gestores Escolares – **Coordenadora da Comissão Especial de Dinâmica e Sistematização**;
IV. Wendel Alexandre de Lima – CPF: ***.665. ***-80 – Representante dos Funcionários Públicos – **Secretário Executivo**;
V. Fernando Calixto dos Santos – CPF: ***.356. ***-37 – Representante do SINTE – **Coordenador da Comissão Especial de Mobilização e Infraestrutura**.
Art. 3º As funções exercidas pelos membros desta Comissão Coordenadora não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante interesse público e social.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Gabinete da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Baía Formosa/RN, 10 de setembro de 2026.

LAÍS FERREIRA DOS SANTOS MADEIRO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:EEA2D2D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 12/2026
PROCESSO Nº 194/2026

O Pregoeiro do Município de Bento Fernandes/RN, torna público a quem interessar que realizará no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia 24 de setembro de 2026 às 09h30min (horário de Brasília) a licitação na modalidade **PREGÃO** em sua forma **Eletrônica** sob o **nº 12/2026**, constitui

objeto da presente licitação **Contratação de empresa para o Fornecimento de medicamentos de controle especial para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Bento Fernandes/RN,** tudo de acordo com o que determina a legislação vigente. O edital encontra-se disponível nos sites: https://www.bentofernandes.rn.gov.br/ e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Informações pelo e-mail: setordelicitacao@bentofernandes.rn.gov.br.

Bento Fernandes/RN, 10 de setembro de 2026.

TIAGO VARELA DA CÂMARA
Pregoeiro

Publicado por:
Tiago Varela da Camara
Código Identificador:57245770

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 96/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 96/2025
DISPENSA N° 029/2025 - PROCESSO Nº. 1037/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, CNPJ: 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: VG COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ**:** 27.946.204/0001-76
OBJETO: aditivo de prazo do contrato N° 96/2025, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de pragas urbanas (dedetização, desratização, descupinização e similares) nas dependências de prédios públicos municipais do Município de Boa Saúde/RN.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Governo
Projeto atividade - 2002
Natureza da despesa - 33.90.39
Fonte de recurso – 15000000
ADM
Projeto atividade - 2007
Natureza da despesa - 33.90.39
Fonte de recurso – 15000000
Finanças
Projeto atividade - 2010
Natureza da despesa - 33.90.39
Fonte de recurso – 15000000
Agricultura
Projeto atividade - 2012
Natureza da despesa - 33.90.39
Fonte de recurso – 15000000
Educação
Projeto atividade - 2020 - 2019
Natureza da despesa - 33.90.39
Fonte de recurso - 15000000 – 15001001
Saúde
Projeto atividade - 2046 - 2062
Natureza da despesa - 33.90.39
Fonte de recurso - 15000000 – 15001002
Assistência
Projeto atividade - 2051 - 2077
Natureza da despesa - 33.90.39
Fonte de recurso - 15000000 – 16600000
Infraestrutura
Projeto atividade - 2053
Natureza da despesa - 33.90.39
Fonte de recurso – 15000000
Cultura
Projeto atividade - 2104
Natureza da despesa - 33.90.39
Fonte de recurso - 15000000
Vigência: de 09 de setembro de 2026 à 09 de setembro de 2027
Fundamento Legal: lei Nº 14.133/2021
Assinaturas: pela contratante João Maria Mesquita e pela Contratada Victor Magno Guedes Galvão
DATA: 09 de setembro de 2026

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lizandra do Nascimento de Morais
Código Identificador:797FB433

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 98/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 98/2025
DISPENSA N° 030/2025 - PROCESSO Nº. 1051/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, CNPJ: 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: 59082028 LUCAS MATHEUS COSTA PALHANO CNPJ**:** 59.082.028/0001-68
OBJETO: aditivo de prazo do contrato N° 98/2025, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a aquisição de bombas submersas e periféricas para atender as necessidades da secretaria municipal agricultura, pecuária, recursos hídricos e meio ambiente no município de Boa saúde/RN.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Projeto atividade - 2012
Natureza da despesa - 44.90.52
Fonte de recurso - 1500000
Vigência: de 12 de setembro de 2026 à 12 de setembro de 2027
Fundamento Legal: lei Nº 14.133/2021
Assinaturas: pela contratante João Maria Mesquita e pela Contratada Lucas Matheus Costa Palhano
DATA: 10 de setembro de 2026

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lizandra do Nascimento de Morais
Código Identificador:E40F5C55

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 496/2026.

LEI MUNICIPAL Nº 496/2026.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE GRATIFICAÇÃO A SER CONCEDIDA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS MOTORISTAS DE AMBULÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Gratificação de Condução de Veículos de Emergência – GCVE, a ser concedida aos servidores públicos municipais efetivos ocupantes do cargo de motorista que atuem na condução de ambulâncias ou outros veículos de emergência vinculados aos serviços de saúde do Município.

§1º. A Gratificação de Condução de Veículos de Emergência – GCVE será paga mensalmente no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

§2º. A gratificação prevista no *caput* deste artigo possui natureza de vantagem pecuniária de caráter funcional, não se incorporando aos vencimentos do servidor para qualquer finalidade, nem integrando a base de cálculo de outras vantagens pecuniárias, exceto para fins de cálculo da Gratificação de Natal (13º salário).

Art. 2º. Para a concessão da Gratificação de Condução de Veículos de Emergência – GCVE deverão ser observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – o servidor deverá ocupar cargo efetivo de motorista no quadro de pessoal do Município;

II – o servidor deverá exercer, de forma efetiva e habitual, a condução de veículos de emergência destinados ao atendimento de serviços de saúde;

III – o servidor deverá possuir Curso para Condutores de Veículos de Emergência, devidamente reconhecido, bem como manter sua certificação atualizada nos prazos estabelecidos pela legislação de trânsito vigente.

Parágrafo único. A circunstância do servidor ativar-se conjuntamente na condução de veículos de transporte individual ou coletivo de pacientes para tratamentos regulares, desde que atue com igualdade ou preponderância na condução de veículos de emergência, não implicará na supressão de seu direito a percepção da Gratificação de Condução de Veículos de Emergência.

Art. 3º. O valor da Gratificação de Condução de Veículos de Emergência – GCVE poderá ser reduzido proporcionalmente ou suprimido no mês em que o servidor:

I – faltar injustificadamente ao trabalho ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II – comparecer tardia e injustificadamente ao local de trabalho ou dele se ausentar antecipadamente sem autorização;

III – descumprir injustificadamente a escala de trabalho estabelecida pela administração;

IV – der causa, no exercício de suas funções, a acidente de trânsito ou a danos em veículo do Município ou de terceiros.

§1º. Nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III deste artigo, a redução da gratificação corresponderá ao percentual equivalente ao período de ausência, atraso ou descumprimento da escala, considerando-se para cálculo os dias efetivamente previstos na escala de trabalho do servidor no respectivo mês.

§2º. Na hipótese prevista no inciso IV, eventual ressarcimento ao erário somente poderá ocorrer após a apuração dos fatos mediante regular processo administrativo, assegurados ao servidor o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

§3º. A redução ou supressão da gratificação deverá ocorrer, preferencialmente, no mês em que for constatada a ocorrência que lhe deu causa, podendo ser aplicada em meses subsequentes quando depender de apuração administrativa ou quando não houver tempo hábil para a adoção da medida no mesmo período.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Saúde/RN, 02 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lowhan Gustavo Faustino da Silva
Código Identificador:BDF82B26

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
LEI MUNICIPAL N.º 497/2026.

LEI MUNICIPAL N.º 497/2026.

ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 447, DE 04 DE ABRIL DE 2024, QUE DISPÕE SOBRE O PISO SALARIAL DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei Municipal nº 447, de 04 de abril de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:
...
"**Art. 2º.** O piso salarial dos Conselheiros Tutelares do Município de Boa Saúde/RN, a que faz referência a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), passa a ser fixado no valor de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) mensais."

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Saúde/RN, Boa Saúde/RN, 02 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lowhan Gustavo Faustino da Silva
Código Identificador:5252DD24

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 35/2026

A prefeitura Municipal de Bodó/RN, através da Comissão de Licitação, torna público que se encontra aberto licitação através da Dispensa Eletrônica nº 35/2026, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE TONERS, TINTAS, CILINDROS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE TONERS PARA IMPRESSORAS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BODÓ/RN, conforme especificações descritas no Termo de Referência e no Edital. O cadastro da proposta será até as **09hs** do dia **17/09/2026**, sendo que o processo será realizado exclusivamente através do portal de compras públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados de segunda a sexta-feira em dias úteis, através do e-mail: cpl@bodo.rn.gov.br.

Bodó/RN, 10 de setembro de 2026.

CELUZIA BEATRIZ ALBINO TAVARES
Comissão de Licitação

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:41FE3197

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE N° 52/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 997/2026
INEXIGIBILIDADE N° 52/2026
OBJETO: contratação para o pagamento da franquia do seguro automotivo
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bodó, com sede Rua Joel Assunção, 340, Centro, Bodó/RN, CEP: 59.528-000, CNPJ: 01.612.374/0001-20.

CONTRATADO: AUTTUS SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - CNPJ: 10.828.215/0001-59 com sede na AV Candido Dantas De Araujo, 714, CEP 59.380-000, Parque Dourado, Currais Novos/RN

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 03.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2057 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte: 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com ações e serviços
públicos de saúde

VALOR GLOBAL: R$ 2.475,60 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos)
BASE LEGAL: *art. 74, inciso "I" da Lei n.º 14.133/2021.*

Bodó/RN, 10 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Bodó
CNPJ: 01.612.374/0001-20
HORISON JOSE DA SILVA
Contratante

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:58C9A8FE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ/RN.
CNPJ Nº 01.612.374/0001-20.
CONTRATADO: BRUNO SOLUCOES LTDA
CNPJ: 52.638.302/0001-93
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) nos itens do lote 01 e 04 da ata de registro de preço nº 37/2025, cujo objeto é Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Locação de Estruturas para Realização de Eventos em Espaços Públicos no Município de Bodó/RN.
DO PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO: 25% (vinte e cinco por cento).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 2º do Decreto Municipal nº 006/2025

Bodó/RN, 10 de setembro de 2026

HORISON JOSÉ DA SILVA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Medeiros Ferreira
Código Identificador:D864AAE2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 316 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026
***REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO**

Concessão de diária ao servidor que se especifica e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto n°. 02/2025.
Resolve:
Art.1° – Conceder, 1 e ¹/2 (uma e meia) diárias no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), para a capital do estado e cidades com distância superior a 100 km da sede do município de Bodó/RN, totalizando o valor a ser pago de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), para custear despesas do(a) servidor(a) RAIMUNDA CRISTIANE DE MEDEIROS, CPF: 029.###.###-51, na função de Professora, para participar do Seminário de Abertura e 1º Módulo do Encontro Formativo – Pró - Alfa RN , nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2026, na cidade de Natal/RN, conforme documentações em anexo.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Publique-se:
Cumpra-se:
Bodó RN, 09 de setembro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:F62FAA56

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 319 DE 10 DE SETEMBRO 2026

Revogação de Portaria e dá outras providencias.

O **Prefeito Municipal de Bodó/RN**, no uso das atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:
Art. 1º. Revogar a Portaria de nº 318/2026, de 09 de setembro de 2026.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 09/09/2026, revogando-se as disposições ao contrário.
Registre-se, Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Bodó/RN, 10 de setembro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:99D7998F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
5º EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 102/2021

Processo Administrativo n° 2.127/2021 – Pregão Eletrônico Nº 021/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL BOM JESUS
Contratada: **KEILLA TAISE LOPES DE MATOS – ME**
CNPJ: **06.050.403/0001-21**

Objeto: Prorrogação do contrato de nº 102/2021 pelo período de 12 (doze) meses.

Vigência: 10/09/2026 à 10/09/2027.

Bom Jesus/RN, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:703B29E7

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 007/2026

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, através do seu Agente de Contratação, torna público a quem interessar, que estará realizando o Pregão Eletrônico (SRP) nº 007/2026, do tipo **menor preço por item**, **EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – conforme a Lei Federal nº**

147/2014, em <u>âmbito regional – assim entendido como todo o território do Rio Grande do Norte</u>, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Municipal nº 0443/2022**,** Decreto Municipal nº 002/2018, dia 24/09/2026 às 08h:01m, cujo objeto é o Registro de Preços para **Aquisição de materiais de expediente para suprir as demandas administrativas das secretarias e setores da Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN**. O edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura ou através dos sites: https://www.licitacoes.bomjesus.rn.gov.br e http://www.comprasnet.gov.br, bem como qualquer dúvida ou esclarecimento poderá ser feito junto ao setor de licitações pelo e-mail: licitacao@bomjesus.rn.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00h.

Bom Jesus/RN, 10 de setembro de 2026.

FRANCISCO CLAÚDIO GOMES DE SOUZA
Agente de Contratação
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:B038486F

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN
Contratada: J. R. ARAÚJO LIMA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - ME CNPJ: 59.158.886/0001-49
Processo nº 3.473/2026 – Concorrência Eletrônica nº 003/2026

Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para **"CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, COM DRENAGEM SUPERFICIAL, EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RN, vinculada à Emenda Parlamentar nº 202639170008 – BL e ao Plano de Ação n° 09032026-092961.**

Vigência: 10/09/2026 à 10/09/2027.

Valor R$400.400,00 (Quatrocentos mil e quatrocentos reais).

Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, em 10 de setembro de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
CPF nº XXX.811.XXX-49
Prefeito Municipal
Bom Jesus/RN

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:82C4DB54

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 417/2026 – GP, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 417/2026 – GP, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2026, EM VIRTUDE DO FERIADO MUNICIPAL DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2026, DIA DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DAS DORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDOo feriado municipal do dia 15 de setembro de 2026, dedicado à Padroeira do Município,Nossa Senhora das Dores;

CONSIDERANDOa conveniência administrativa de estabelecer ponto facultativo no dia 14 de setembro de 2026, segunda-feira, possibilitando a organização dos serviços públicos municipais;

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretadoPONTO FACULTATIVOnas repartições públicas municipais no dia14 de setembro de 2026 (segunda-feira), em virtude do feriado municipal do dia15 de setembro de 2026 (terça-feira), dedicado à PadroeiraNossa Senhora das Dores**.**

Art. 2º - O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços considerados essenciais, que por sua natureza não possam sofrer interrupção, especialmente nas áreas de saúde, limpeza pública, segurança e outras atividades indispensáveis ao atendimento da população.

Art. 3º - Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 10 de setembro de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:05C283F7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 143/2026 – GP

PORTARIA Nº 143/2026 – GP

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e conforme as disposições do Art. 2º do Decreto nº 282/2023,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias, no valor unitário de R$ 593,10 (quinhentos e noventa e três reais e dez centavos), totalizando o valor de R$ 1.779,30 (hum mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta centavos), ao servidor **KLEBSON SILVA CUSTÓDIO**, matrícula nº 3159-3, Secretário Municipal de Esportes e Lazer, lotado na Secretaria Municipal de Esportes de Lazer, para custear despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, durante sua estadia na Cidade de Aracajú/SE, com saída programada para o dia 17/09/2026, e retorno para o dia 20/09/2026, para participar do CAMPEONATO BRASILEIRO DE CICLISMO ESTRADA MASTER.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Brejinho/RN, 10 de setembro de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:2EFA8405

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 144/2026 – GP

PORTARIA Nº 144/2026 – GP

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e conforme as disposições do Art. 2º do Decreto nº 282/2023,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias, no valor unitário de R$ 296,56 (Duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), totalizando o valor de R$ 889,68 (Oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos), ao servidor **Braziliano Jerônimo Vieira Freire**, matrícula nº 49-3, Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Esportes de Lazer, para custear despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, durante sua estadia na Cidade de Aracajú/SE, com saída programada para o dia 17/09/2026, e retorno para o dia 20/09/2026, para participar do CAMPEONATO BRASILEIRO DE CICLISMO ESTRADA MASTER.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Brejinho/RN, 10 de setembro de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:31444494

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 030701/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN

CONTRATADA: CIA PROMOÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 12.972.310/0001-57.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SALDO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 030701/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO 006/2024 PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E TRANSPORTE DE ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN.

VALOR ESTIMADO: CONSTANTE NA PEÇA CONTRATUAL

Os recursos para pagamento referente ao fornecimento de que trata termo, são oriundos das fontes de recursos constante no Orçamento Geral do Município, Lei nº 293/2025, observadas as prioridades fixadas para o exercício, no Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros serviços de terceiro pessoa jurídica.

ASSINATURAS em 01/07/2026 com validade até 31/12/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN
Alcélio Fernandes Barbosa
Pela Contratante

CIA PROMOÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 12.972.310/0001-57
Pela Contratada

Caiçara do Norte/RN, 01 de julho de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:D184B205

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 059/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 059/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.06.11.0060

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO prevê a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 74, inc. V da Lei nº 14.133/2021, CONSIDERANDO ainda que o PARECER JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, inc. VIII, da Nova Lei de Licitações, **AUTORIZO, RATIFICO e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 059/2026.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, situado em região central do Município de Caicó/RN, com área construída estimada entre 400 m² (quatrocentos metros quadrados) e 700 m² (setecentos metros quadrados), destinado à instalação da sede administrativa e operacional da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos — SEMUTRAN, admitindo-se o compartilhamento do imóvel com até uma outra Secretaria Municipal.

Favorecido: A senhora LAÍS DA SILVA BRITO, inscrita no CPF sob o nº 089.551.014-65.

Valor Total: R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

Fundamento Legal: Art. 74, inc. V da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa anexa nos autos do processo de **inexigibilidade de licitação nº 059/2026**.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/21, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Caicó/RN, 10 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:3DF2CF7F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 022/2026 - INEX. 032/2026

PROC. LICITATÓRIO SMSC/RN N° 2026.05.05.0067
INEXIGIBILIDADE Nº 032/2026

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde

ASSUNTO: **Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para execução dos serviços especializados na área de oftalmologia para executar ações de promoção e prevenção, tratamento e recuperação dos pacientes do SUS, atendendo também aos requisitos da portaria nº 288/SAS, de 19 de maio de 2008.**

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 022/2026

De acordo.

Diante da análise técnica da Comissão Permanente de Licitação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Procuradoria Geral deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, o **Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para execução dos serviços especializados na área de oftalmologia para executar ações de promoção e prevenção, tratamento e recuperação dos pacientes do SUS, atendendo também aos requisitos da portaria nº 288/SAS, de 19 de maio de 2008,** junto a Empresa **INSTITUTO DE OLHOS DO SERIDÓ – CLINICA DE OLHOS COSTA UCHÔA LTDA – CNPJ: 06.348.590/0001-24,** com o valor estimado anual de R$ 6.376.087,80 (seis milhões trezentos e setenta e seis mil e oitenta e sete reais e oitenta centavos). Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/21, **RATIFICO** a presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, realizada com fundamento no 74, IV, da Lei nº 14.133/21, e, em consequência, determino o credenciamento da Empresa: **INSTITUTO DE OLHOS DO SERIDÓ – CLINICA DE OLHOS COSTA UCHÔA LTDA – CNPJ: 06.348.590/0001-24.**

Caicó/RN, 10 de setembro de 2026

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Pereira de Araújo Neto
Código Identificador:00E675AE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 034/2026

Ref. Processo Administrativo PMC/RN nº 2026.08.11.0051

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde.
Assunto: contratação de empresa especializada na prestação de serviço com reposição de peças, produtos e acessórios originais, na manutenção preventiva e correlativa da ambulância de placa QGO 5127/RN, modelo Master, marca Renault, da Secretaria Municipal de Saúde de Caicó – RN.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 034/2026

Considerando o Parecer Jurídico juntado aos autos e analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público. De acordo.

HOMOLOGO o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICADO** o objeto respectivo a empresa **TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EPP (CNPJ: 23.303.897/0001-28),** perfazendo a importância global estimada de **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais).

DETERMINO que se proceda, com **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, I da Lei Federal nº 14.133 e no decreto 1069 de 04 de janeiro de 2024, a contratação de empresa especializada na prestação de serviço com reposição de peças, produtos e acessórios originais, na manutenção preventiva e correlativa da ambulância de placa QGO 5127/RN, modelo Master, marca Renault, da Secretaria Municipal de Saúde de Caicó – RN**,** a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

DETERMINO que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

Caicó/RN, 10 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Pereira de Araújo Neto
Código Identificador:C58C826C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1366/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1366/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 1 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	FRANCISCO CANINDÉ BEZERRA
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	11659
DOCUMENTOS:	CPF: 637.xxx.xxx-87
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	03:10 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C56			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Francisco de Assis Silva, do HETFF, para Hospital Luiz Antônio, em Natal/RN, no dia 27/08/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**27/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 27 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:BDE37B12

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1367/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1367/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CHIRLEY CRISTINA TEXEIRA DE OLIVEIRA**
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15754
DOCUMENTOS:	CPF: 049.xxx.xxx-92
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	03:10 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C56			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Francisco de Assis Silva, do HETFF, para Hospital Luiz Antônio, em Natal/RN, no dia 27/08/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**27/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 27 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:5CDF11D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1368/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1368/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PAULO DO NASCIMENTO MOURA**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	0509966			
DOCUMENTOS:	CPF: 455.xxx.xxx-91			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**SPIN TSQ – 6H87**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Maria Aparecida Costa, para o Hospital Rio Grande, em Natal/RN, no dia 27/08/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**27/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 27 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:4B8FE4B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1369/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1369/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ELOISON CORTEZ DE ARAÚJO**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	14687			
DOCUMENTOS:	CPF: 024.xxx.xxx-93			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	14:30 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C56			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Camila Soares Diniz Dantas, do Hospital do Seridó, para o Hospital da Unimed, em Natal/RN, no dia 27/08/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**27/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 27 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:7CD1E58C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1370/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1370/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CHIRLEY CRISTINA TEXEIRA DE OLIVEIRA**
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15754
DOCUMENTOS:	CPF: 049.xxx.xxx-92
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	14:30 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C56			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Camila Soares Diniz Dantas, do Hospital do Seridó, para o Hospital da Unimed, em Natal/RN, no dia 27/08/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**27/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 27 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:2005A0EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1371/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1371/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JUSCIELHO BRITO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15244
DOCUMENTOS:	CPF: 050.xxx.xxx-95
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	01:30 h			
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQJ – 5C42			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Langela Elane Brito, para realizar consulta no Hemonorte, em Natal/RN, no dia 28/08/2026.				
HORÁRIO DE SAÍDA:				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**28.08.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de agosto de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:DB712031

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1372/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1372/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198815
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	12:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQL – 9B81
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Ryslla Crislainne da S. Nunes, para a Clinica Monsenhor Auzonio de Araújo, em Currais Novos/RN, no dia 28/08/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Currais Novos/RN	28/08/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:9E1846F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1373/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1373/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ADELCIR AGOSTINHO DOS SANTOS
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	10002- 1
DOCUMENTOS:	CPF: 539. xxx. xxx- 87
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	13:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI – 2I08
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Marina Reges Batista, do Hospital do Seridó, para o HUAB, em Santa Cruz/RN, no dia 28/08/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Santa Cruz/RN	28/08/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:03E183C4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1374/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1374/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	KAYO EMANUEL FERNANDES DE ARAUJO
CARGO:	TECNICO DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15718
DOCUMENTOS:	CPF: 065.xxx.xxx-08
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde - UBS BARRA NOVA
HORÁRIO DE SAÍDA:	13:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI – 2I08
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Marina Reges Batista, do Hospital do Seridó, para o HUAB, em Santa Cruz/RN, no dia 28/08/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Santa Cruz/RN	28/08/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:5BAD2A27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1375/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1375/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**MARCO ANTONIO SANTOS DE MEDEIROS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	11.457-1
DOCUMENTOS:	CPF: 785.xxx.xxx-68
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	22:45 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TST – 0E06
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Buscar o motorista Adelcir Agostinho dos Santos, pelo o motivo que o transporte que o mesmo estava quebrou durante a viagem, em Currais Novos/RN, no dia 28/08/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Currais Novos/RN	28/08/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 28 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:94424808

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1376/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1376/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JUSCIELHO BRITO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15244
DOCUMENTOS:	CPF: 050.xxx.xxx-95
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	19:20 h
TIPO DO TRANSPORTE:	POLO SLB – 5B55
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Enzo Ravi Santos de Medeiros, do Hospital do Seridó, para a Policlínica, em Natal/RN, no dia 29/08/2026.	
HORÁRIO DE SAÍDA:	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	29.08.2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de agosto de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:17F6CDDC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1377/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1377/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**DENYS RICARDO MARTINHO DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1996550/1
DOCUMENTOS:	CPF: 065.xxx.xxx-40
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	11:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI – 4I08
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Valdemar Caetano, do HETFF, para o Hospital Central Coronel Pedro Germano, em Natal/RN, no dia 29/08/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	29/08/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:8DE96BA4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1378/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1378/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	GERIFRAN ALVES DE ARAÚJO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15668
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-04
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	09:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Conduzir o (a) paciente Maria Clara de Araújo Santos, do Hospital do Seridó, para a MEJC, em Natal/RN, no dia 29/08/2026.
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECREARIA: SAÚDE

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	29/08/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:3BF14434

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1379/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1379/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**LICELENA INOCÊNCIO GOMES**
CARGO:	TÉCNICA DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	13064
DOCUMENTOS:	CPF: 877.xxx.xxx-00
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	09:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Maria Clara de Araújo Santos, do Hospital do Seridó, para a MEJC, em Natal/RN, no dia 29/08/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECREARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	29/08/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:B50BBD8B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1380/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1380/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de 1 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	FRANCISCO CANINDÉ BEZERRA
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	11659
DOCUMENTOS:	CPF: 637.xxx.xxx-87
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	01:17 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TSQ – 6H87
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente João Enedino Filho, para Hospital Luiz Antônio, em Natal/RN, no dia 29/08/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	29/08/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 28 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:18A6E609

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1381/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1381/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**VALCIANO SERGIO FERNANDES E SILVA**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198920-0
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	09:40 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQJ – 5C41
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Gilkacio Assis Pereira de Araújo, para a Clínica Renascer, em Nísia Floresta/RN, no dia 30/08/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Nísia Floresta/RN	30/08/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 28 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:DE2F41FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1382/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1382/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ADELCIR AGOSTINHO DOS SANTOS
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	10002- 1
DOCUMENTOS:	CPF: 539. xxx. xxx- 87
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TSQ – 6H87
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Enzo Guilherme da Silva, para o Hospital Infantil Varela Santiago, em Natal/RN, no dia 31/08/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	31/08/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 31 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:21E474C3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1383/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1383/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ELOISON CORTEZ DE ARAÚJO**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	14687
DOCUMENTOS:	CPF: 024.xxx.xxx-93
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:30 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Laura Noemy de Oliveira, do HETFF, para o Hospital Rio Grande, em Natal/RN, no dia 31/08/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	31/08/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 31 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:F409E6DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1384/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1384/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ELISA FERREIRA SOARES**
CARGO:	Técnica de enfermagem
MATRÍCULA:	15677
DOCUMENTOS:	CPF: 069.xxx.xxx-13
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde - central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	02:30 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C56			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Laura Noemy de Oliveira, do HETFF, para o Hospital Rio Grande, em Natal/RN, no dia 31/08/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**31/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 31 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:B5539508

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1385/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1385/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PAULO DO NASCIMENTO MOURA**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	0509966			
DOCUMENTOS:	CPF: 455.xxx.xxx-91			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	11:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**POLO SLB – 5B55**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Daniela Dara de Medeiros Santos, para o Hospital Mariano Coelho, em Currais Novos/RN, no dia 31/08/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Currais Novos/RN**	**31/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 31 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:1E414563

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1386/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1386/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JUSCIELHO BRITO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15244
DOCUMENTOS:	CPF: 050.xxx.xxx-95
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	14:00 h
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Lourinaldo Nogueira de Araújo, do HETFF, para a HUOL, em Natal/RN, no dia 31/08/2026.	

HORÁRIO DE SAÍDA:				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**31.08.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 31 de agosto de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:ACFE2CB0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1387/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1387/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**DENYS RICARDO MARTINHO DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1996550/1
DOCUMENTOS:	CPF: 065.xxx.xxx-40
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	13:20 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI – 4I08			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Rafael de Morais Alves, do Hospital do Seridó, para o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 31/08/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**31/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 31 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:7AB42651

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1388/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1388/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CHIRLEY CRISTINA TEXEIRA DE OLIVEIRA**
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15754
DOCUMENTOS:	CPF: 049.xxx.xxx-92
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	13:20 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI – 4I08
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Rafael de Morais Alves, do Hospital do Seridó, para o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 31/08/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	31/08/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 31 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:4B4A9F22

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1389/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1389/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PEDRO PEREIRA DE ARAÚJO**
CARGO:	Diretor de Departamento de Transporte
MATRÍCULA:	11027-2
DOCUMENTOS:	CPF: 007.xxx.xxx-33
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	04:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQK – 3C79
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir a Equipe de Profissionais do CER, para realizar Curso de Especialização para Qualificação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no SUS ENSP/FIOCRUZ, realizado na cidade de João Pessoa/PB, no dia 31/08/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	João Pessoa/PB	31/08/2026	R$ 85,00	R$ 85,00

Importa a quantia de R$ 85,00 (Oitenta e Cinco Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 31 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:F213E309

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 163/2026, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

EMENTA: *DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS PARA QUITAÇÃO DE DÉBITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÚBAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especificamente o parágrafo 1º do art. 141, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamentos mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas situações especificadas no próprio dispositivo legal;
CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamentos, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 8º do Decreto Municipal nº 138/2022, de 29 de dezembro de 2022;
CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venham a ocorrer danos à coletividade;
CONSIDERANDO a existência de pareceres jurídicos opinando favoravelmente a excepcionalidade da quebra da ordem cronológica nas situações ora em análise;
CONSIDERANDO a essencialidade da alimentação escolar como instrumento de garantia do direito fundamental à educação e à saúde dos alunos da rede pública municipal de ensino;
CONSIDERANDO que a interrupção no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar compromete o regular funcionamento das unidades educacionais e o bem-estar dos estudantes;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade do serviço público de alimentação escolar, evitando prejuízos ao calendário letivo e ao atendimento diário dos alunos matriculados na rede municipal de ensino;
D E C R E T A:
Art. 1° - Fica a Tesouraria Municipal autorizada a pagar, alterando a ordem cronológica de pagamentos de credores, conforme admite o parágrafo 1º, inciso V, do art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o(s) valor(es) ao(s) credores(s) abaixo especificado(s):
M M ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA, CNPJ 03.126.525/0001-66 - Fonte de Recursos 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos – Fornecimento de bens - Unidade Gestora: 07.001 – Secretaria Municipal de Finanças

- Empenho **nº 626002/2026,** ref. processo **nº 2756/2026,** no valor de**R$ 54,95;**
- Empenho **nº 626005/2026,** ref. processo **nº 2757/2026,** no valor de**R$ 318,71;**
- Empenho **nº 626004/2026** ref. processo **nº 2755/2026,** no valor de**R$ 241,78;**
- Empenho **nº 630001/2026** ref. processo **nº 2671/2026,** no valor de**R$ 2.091,11;**
- Empenho **nº 624003/2026** ref. processo **nº 2674/2026,** no valor de**R$ 1.860,69;**
- Empenho **nº 702002/2026** ref. processo **nº 2675/2026,** no valor de**R$ 32.350,74;**
- Empenho **nº 624004/2026** ref. processo **nº 2681/2026,** no valor de**R$ 10.979,45;**
- Empenho **nº 702001/2026** ref. processo **nº 2684/2026,** no valor de**R$ 21.054,73;**
- Empenho **nº 626003/2026** ref. processo **nº 3589/2026,** no valor de**R$ 1.769,39;**
- Empenho **nº 804001/2026** ref. processo **nº 3056/2026,** no valor de**R$ 10.952,17;**
-

Empenho **nº 806001/2026** ref. processo **nº 3590/2026,** no valor de**R$ 13.367,17;**

•
Empenho **nº 729010/2026** ref. processo **nº 3467/2026,** no valor de**R$ 3.626,74;**

•
Empenho **nº 729009/2026** ref. processo **nº 3472/2026,** no valor de**R$ 1.849,30;**

•
Empenho **nº 729008/2026** ref. processo **nº 3494/2026,** no valor de**R$ 1.208,90;**

•
Empenho **nº 729007/2026** ref. processo **nº 3493/2026,** no valor de**R$ 54,95;**

•
Empenho **nº 729005/2026** ref. processo **nº 3496/2026,** no valor de**R$ 109,90;**

•
Empenho **nº 729006/2026** ref. processo **nº 3497/2026,** no valor de**R$ 318,71;**

M M ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA, CNPJ 03.126.525/0001-66 - Fonte de Recursos 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos – Fornecimento de bens - Unidade Gestora: 12.001 – Fundo Municipal de Assistência Social

•
Empenho **nº 505001/2026,** ref. processo **nº 1807/2026,** no valor de**R$ 8.985,00;**

•
Empenho **nº 717001/2026,** ref. processo **nº 3172/2026,** no valor de**R$ 8.985,00;**

Art. 2º - Acolho em todos os seus termos o parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município.
Art. 3º - Comunique-se à Controladoria Geral do Município e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte-TCE/RN.
Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Caraúbas/RN, em 10 de setembro de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal de Caraúbas

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:AF9C0ECD

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 164/2026, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

EMENTA: *DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS PARA QUITAÇÃO DE DÉBITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÚBAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especificamente o parágrafo 1º do art. 141, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamentos mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas situações especificadas no próprio dispositivo legal;
CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamentos, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;
CONSIDERANDO q o que dispõe o art. 8º do Decreto Municipal nº 138/2022, de 29 de dezembro de 2022;
CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venham a ocorrer danos à coletividade;
CONSIDERANDO a existência de pareceres jurídicos opinando favoravelmente a excepcionalidade da quebra da ordem cronológica nas situações ora em análise;
CONSIDERANDO que o não pagamento das referidas despesas poderá implicar na suspensão do abastecimento da frota municipal e a paralisação de serviços essenciais aos munícipes bem como afetará a boa prestação de serviços públicos a sociedade, gerando transtornos e inequívocos prejuízos a boa gestão pública conforme se observa do objeto dos contratos integrantes de cada procedimento administrativo ora analisados;
D E C R E T A:
Art. 1° - Fica a Tesouraria Municipal autorizada a pagar, alterando a ordem cronológica de pagamentos de credores, conforme admite o parágrafo 1º, inciso V, do art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o(s) valor(es) ao(s) credores(s) abaixo especificado(s):
AUTO POSTO KURIO LTDA, CNPJ 56.873.588/0001-42 - Fonte de Recursos 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos – Fornecimento de bens - Unidade Gestora: 12.001 – Fundo Municipal de Assistência Social

•
Empenho **nº 701003/2026,** ref. processo **nº 3896/2026,** no valor de**R$ 2.678,52;**

•
Empenho **nº 701002/2026,** ref. processo **nº 3900/2026,** no valor de**R$ 1.053,18;**

Art. 2º - Acolho em todos os seus termos o parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município.
Art. 3º - Comunique-se à Controladoria Geral do Município e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte-TCE/RN.
Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Caraúbas/RN, em 10 de setembro de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal de Caraúbas

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:D06F9763

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 165/2026, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

EMENTA: *DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS PARA QUITAÇÃO DE DÉBITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÚBAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especificamente o parágrafo 1º do art. 141, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamentos mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas situações especificadas no próprio dispositivo legal;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamentos, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;
CONSIDERANDO q o que dispõe o art. 8º do Decreto Municipal nº 138/2022, de 29 de dezembro de 2022;
CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venham a ocorrer danos à coletividade;
CONSIDERANDO a existência de pareceres jurídicos opinando favoravelmente a excepcionalidade da quebra da ordem cronológica nas situações ora em análise;
CONSIDERANDO que o não pagamento das referidas despesas poderá implicar na suspensão do abastecimento da frota municipal e a paralisação de serviços essenciais aos munícipes bem como afetará a boa prestação de serviços públicos a sociedade, gerando transtornos e inequívocos prejuízos a boa gestão pública conforme se observa do objeto dos contratos integrantes de cada procedimento administrativo ora analisados;

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica a Tesouraria Municipal autorizada a pagar, alterando a ordem cronológica de pagamentos de credores, conforme admite o parágrafo 1º, inciso V, do art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o(s) valor(es) ao(s) credores(s) abaixo especificado(s):
M. B. COM. E DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI, CNPJ 08.345.689/0001-99 - Fonte de Recursos 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos – Fornecimento de bens - Unidade Gestora: 07.001 – Secretaria Municipal de Finanças

•
Empenho **nº 814003/2026,** ref. processo **nº 4207/2026,** no valor de**R$ 358,99;**

•
Empenho **nº 814001/2026,** ref. processo **nº 4206/2026,** no valor de**R$ 1.705,06;**

M. B. COM. E DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI, CNPJ 08.345.689/0001-99 - Fonte de Recursos 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos – Fornecimento de bens - Unidade Gestora: 07.001 – Secretaria Municipal de Finanças

•
Empenho **nº 814003/2026,** ref. processo **nº 4203/2026,** no valor de**R$ 134,13;**

•
Empenho **nº 814004/2026,** ref. processo **nº 4205/2026,** no valor de**R$ 777,12;**

Art. 2º - Acolho em todos os seus termos o parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município.
Art. 3º - Comunique-se à Controladoria Geral do Município e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte-TCE/RN.
Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Caraúbas/RN, em 10 de setembro de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal de Caraúbas

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:04A73B2D

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 020/2025 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA JURÍDICA: HTS – TECNOLOGIA EM SAÚDE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 66

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido Gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, de outro lado, a Pessoa Jurídica **HTS – TECNOLOGIA EM SAÚDE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**,**CNPJ nº 66.437.831/0001-33**, sediada na Rua Aleomar Baleeiro, nº 15, Centro, CEP: 33.230-124, Lagoa Santa/MG, neste ato representada por **DANIEL HADDAD GIFFONI**, portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 3.9xx.x80 SSP/MG e inscrito no CPF sob nº 000.xxx.xxx-31, doravante designado **CONTRATADO,RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ADITIVO**, com integral observância ao artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 12 (doze) meses, bem como artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021, ao Termo de Contrato nº 020/2025, oriundo de Pregão Eletrônico nº 006/2025, cujo objeto é **contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de insumos hospitalares e laboratoriais (reagentes), fralda geriátrica, instrumentais e equipamentos (termômetro, glicosímetro, tensiômetro digital e congêneres),** de acordo com as especificações citadas no contrato originário, juntamente com os termos da proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E EFICÁCIA

O Termo Aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá por um período de 12 (doze) meses, ou até a conclusão do novo processo licitatório relativo ao objeto contratual, o que ocorrer primeiro, com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 020/2025 oriundos de Pregão Eletrônico nº 006/2025 - Processo Administrativo n° 130007/2025, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Caraúbas/RN, 09 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	HTS – Tecnologia Em Saúde Comércio Importação E Exportação LTDA
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***DANIEL HADDAD GIFFONI***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:B1C612A2

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 049/2025 AO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA JURÍDICA: M. B. COM. E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ/MF Nº 08.345.698/0001-99.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido Gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, de outro lado, a Pessoa Jurídica **M. B. COM. E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **08.345.698/0001-99**, sediado(a) na Av. Jaguarari, 4227, Candelária, CEP: 59.064-500, Natal/RN, neste ato representado(a) por **FERNANDO DINOA MEDEIROS FILHO**, brasileiro, CNH nº xxx74970xxx-DENTRAN/RN e CPF: 421.xxx.xxx-00, doravante designado **CONTRATADO,RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ADITIVO**, com integral observância ao artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 12 (doze) meses, bem como artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021, ao Termo de Contrato nº 049/2026, oriundo de Dispensa de Licitação nº 031/2026, cujo objeto é **contratação de empresa especializada para o Fornecimento parcelado e contínuo de combustíveis automotivos, compreendendo gasolina comum e óleo diesel S-10, destinados ao abastecimento dos veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN durante deslocamentos intermunicipais e interestaduais, mediante abastecimento diretamente nas instalações da contratada, visando assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais desenvolvidos pelas diversas Secretarias Municipais, nas condições estabelecidas no Termo de Referência,** de acordo com as especificações citadas no contrato originário, juntamente com os termos da proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E EFICÁCIA

O Termo Aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá por um período de 03 (três) meses, ou até a conclusão do novo processo licitatório relativo ao objeto contratual, o que ocorrer primeiro, com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 049/2026 oriundos de Dispensa de Licitação nº 031/2026, - Processo Administrativo nº 615017/2026, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.
Caraúbas/RN, 17 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	M. B. Com. E Derivados De Petróleo LTDA
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***FERNANDO DINOA MEDEIROS FILHO***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:4347ED75

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINSTRATIVA

"TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO 5366/2026 COM VISTAS A APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO A ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 903/2026 CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN E A EMPRESA INOVA LASER E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA".

O Prefeito Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 57 e 58 da lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO que a empresa INOVA LASER E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.480.081/0001-93, não atendeu a ordem de fornecimento nº 903/2026, oriundo licitação nº 04/2025, na modalidade Pregão Eletrônico;
CONSIDERANDO que, após a conferência dos materiais entregues, foram constatadas diversas irregularidades, dentre elas a entrega de todas as medalhas exclusivamente na cor ouro, a ausência de medalhas nas cores prata e bronze, a falta de personalização das fitas conforme as artes encaminhadas e a utilização de material de qualidade inferior ao especificado;
CONSIDERANDO que a empresa recebeu previamente todas as artes, layouts e especificações técnicas necessárias à correta execução do objeto contratado, inexistindo justificativa para o descumprimento das exigências estabelecidas;
CONSIDERANDO que a contratada foi formalmente notificada para substituir os materiais em desacordo e, posteriormente, para proceder ao recolhimento dos itens rejeitados, permanecendo inerte, mesmo após sucessivas comunicações encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Departamento de Licitações e Contratos;
CONSIDERANDO que os materiais permanecem armazenados nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, transferindo ao Município o ônus de sua guarda, ocupação de espaço físico, conservação e eventual deterioração de bens que não lhe pertencem;
CONSIDERANDO que a própria Secretaria Municipal de Educação informou tratar-se de reincidência no descumprimento contratual, circunstância que agrava a conduta da contratada;
CONSIDERANDO os princípios da eficiência, da razoabilidade, da segurança jurídica, da economicidade e da supremacia do interesse público, que impedem a Administração de permanecer indefinidamente responsável pela guarda de bens particulares;
RESOLVE:
1. Fica concedido à empresa **INOVA LASER E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.,** o prazo **improrrogável de 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta decisão, para manifestar formalmente seu interesse em realizar o recolhimento dos materiais rejeitados atualmente armazenados nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, devendo informar, na mesma oportunidade, a data prevista para sua retirada.
2. A ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido será interpretada como desinteresse da empresa na retirada dos materiais.
3. Decorrido o prazo sem manifestação da empresa ou sem que seja efetivamente promovido o recolhimento dos materiais, ficará o Município de Carnaúba dos Dantas/RN autorizado a adotar as providências administrativas que entender mais adequadas para a destinação dos bens, observados o interesse público e a legislação aplicável, podendo, inclusive, promover sua incorporação ao patrimônio público, doação, leilão, alienação ou qualquer outra forma

de destinação legalmente admitida, conforme a conveniência e oportunidade da Administração Pública, não podendo a empresa reclamar posteriormente qualquer direito, indenização ou ressarcimento decorrente da permanência ou da destinação dos referidos materiais nas dependências municipais.
4. A partir do término do prazo previsto nesta decisão, o Município ficará exonerado de qualquer responsabilidade relacionada à guarda, conservação, manutenção, deterioração, extravio ou quaisquer danos eventualmente verificados nos materiais rejeitados.
5. Determino que esta decisão seja encaminhada à empresa pelos mesmos meios utilizados nas comunicações anteriores, certificando-se nos autos a comprovação do envio e, se possível, do respectivo recebimento.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN,
10 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:C741AB71

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 98/2026 - LICITAÇÃO DISPENSÁVEL Nº 55/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 98/2026
Licitação dispensável Nº 55/2026

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a empresa CITO MAMA SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA inscrito(a) no CNPJ sob o nº 30.431.360/0001-09, estabelecida a Rua JOAO MANOEL PESSOA,36 10 SANTA CECILIA CAMPINA GRANDE-PB .

Do objeto: Contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA BILATERAL, POR MEIO DE UNIDADE MÓVEL

Do preço total: R$ R$ 6.995,00

Cod.	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
29143	EXAME DE MAMOGRAFIA BILATERAL REALIZADO EM UNIDADE MÓVEL TERRESTRE.	un	100,0000	69,9500	R$ 6.995,00
				Valor Total:	R$ 6.995,00
Gestão/Unidade: 1.03.001.1 - FUNDO MUN. DE SAUDE C. DOS DANTAS Dotação(ões):					
582	03.001.10.302.0123.2039.3.3.90.39.1.500.1002				
582	03.001.10.302.0123.2039.3.3.90.39.1.600.0000				

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.

Da vigência: de 09/09/2026 a 09/09/2027

Carnaúba dos Dantas/RN, 9 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal) p/ Contratante

ICARO RANDSON NASCIMENTO SANTOS
p/ Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:3479C13C

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1421, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"Institui o Conselho Municipal de Educação do Município de Carnaúba dos Dantas/RN, dispõe sobre sua organização, composição, competências e funcionamento, revoga o Decreto Municipal nº 22/2002 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais a que se refere à Lei Orgânica do Município, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN,** aprovou e eu sanciono a presente Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Educação de Carnaúba dos Dantas, regulamentado anteriormente por Decreto, órgão colegiado, integrado ao Sistema Municipal de Ensino, de natureza participativa e representativa da comunidade na gestão da educação, o qual passa a ser especificado nos termos da presente Lei.
Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação exercerá as funções de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador sobre a formulação e o planejamento das políticas municipais para a Educação.
CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 3° - Compete ao Conselho Municipal de Educação:
I – Elaborar, aprovar e atualizar o seu Regimento Interno;
II – Participar da formulação, do acompanhamento, da fiscalização e da avaliação da política educacional do Município;
III – Participar da elaboração do Plano Municipal de Educação – PME, bem como acompanhar e avaliar a sua execução;
IV – Estabelecer diretrizes para os planos municipais de aplicação dos recursos destinados à educação e apreciar os planos anuais e plurianuais relativos à aplicação de recursos municipais, estaduais, federais ou provenientes de outras fontes, observadas as competências dos demais conselhos e órgãos de controle;
V – Acompanhar e avaliar a execução dos programas suplementares de atendimento ao educando;
VI – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das normas educacionais no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, adotando, no âmbito de suas competências, as providências necessárias diante de eventuais irregularidades;
VII – Identificar e propor mecanismos de articulação, integração e compatibilização de ações entre as diferentes esferas de governo no campo da educação, visando a melhoria do atendimento à população e à otimização dos recursos públicos;
VIII – Elaborar e publicar, anualmente, relatório das atividades desenvolvidas pelo Conselho;
IX – Estudar e propor medidas destinadas à expansão, à melhoria da qualidade e ao aperfeiçoamento da educação no Município;
X – Emitir parecer, no âmbito de sua competência, sobre projetos, convênios, concessões de auxílios e subvenções, acordos, contratos e demais instrumentos relacionados à educação que sejam submetidos à sua apreciação;
XI – Manter intercâmbio e articulação com o Conselho Estadual de Educação, com outros Conselhos Municipais de Educação e com demais órgãos e instituições relacionados à educação;
XII – Constituir-se como instância de diálogo e articulação entre a sociedade e as diferentes esferas governamentais responsáveis pela educação, contribuindo para a definição de prioridades educacionais do Município;
XIII – Participar da elaboração e do acompanhamento das propostas de construção, ampliação, reforma, adequação e organização da rede física municipal de ensino, observadas as condições de acessibilidade, segurança e adequação dos espaços escolares;
XIV – Acompanhar e fiscalizar, no âmbito de suas competências, o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal relativa ao direito à educação, à educação especial inclusiva, à proteção integral de crianças e adolescentes, à acessibilidade, à equidade e ao enfrentamento de todas as formas de discriminação;
XV – Acompanhar, no âmbito de suas competências, a gestão e a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Educação, respeitadas as atribuições dos demais órgãos de controle e acompanhamento;
XVI – Incentivar e apoiar a realização de congressos, seminários, conferências, fóruns, encontros, debates e outros eventos de natureza educacional;

XVII – Acompanhar e avaliar os processos de chamada pública para matrícula, recenseamento e busca ativa escolar, bem como indicadores relacionados ao acesso, à permanência, à aprovação, à reprovação, ao abandono e à aprendizagem dos estudantes;
XVIII – Eleger, dentre seus membros e na forma estabelecida em seu Regimento Interno, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho;
XIX – Acompanhar e avaliar a execução dos planos, programas, projetos e ações educacionais desenvolvidos no Município;
XX – Manifestar-se, no âmbito de suas atribuições, sobre matérias educacionais não expressamente previstas nesta Lei;
XXI – Exercer outras atribuições relacionadas à organização, normatização, acompanhamento e avaliação da educação municipal que lhe sejam conferidas pela legislação vigente.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação será composto por 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes, representantes do Poder Público e da sociedade civil, designados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observada a seguinte composição:
I – 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;
II – 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;
III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
IV – 01 (um) representantes dos profissionais docentes efetivo em exercício na Rede Municipal de Ensino;
V – 01 (um) representante dos profissionais de apoio efetivo em exercício na Rede Municipal de Ensino;
VI – 01 (um) representantes dos diretores escolares da Rede Municipal de Ensino;
VII – 01 (um) representantes de pais ou responsáveis legais por estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino;
VIII – 01 (um) representante dos estudantes regularmente matriculados do 6º ao 9º ano da Rede Municipal de Ensino, com idade mínima de 14 (quatorze) anos;
IX – 01 (um) representante do Conselho Tutelar;
X – 01 (um) representante da Rede Estadual de Ensino com atuação no Município de Carnaúba dos Dantas/RN;
XI – 01 (um) representante do Sindicato dos Servidores Municipais - SINDSERP.
§ 1º Os representantes previstos nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e X, bem como seus respectivos suplentes, serão escolhidos por seus pares, mediante processo democrático realizado pelas respectivas categorias ou segmentos.
§ 2º O representante previsto no inciso III, bem como seu respectivo suplente, será indicado pelo titular da Secretaria Municipal de Educação.
§ 3º Os representantes previstos nos incisos I, II, IX e XI, bem como seus respectivos suplentes, serão indicados pelos respectivos órgãos ou instituições que representam.
§ 4º A participação no Conselho Municipal de Educação será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
§ 5º O exercício da função de conselheiro terá relevância para o interesse público municipal, devendo ser asseguradas aos servidores públicos municipais integrantes do Conselho condições para participação nas reuniões e demais atividades oficialmente convocadas, sem prejuízo de suas atribuições funcionais, na forma da legislação aplicável.
§ 6º A nomeação dos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Educação será formalizada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, após o recebimento das respectivas indicações.

CAPÍTULO IV
DO MANDATO

Art.5° - O mandato dos membros do conselho Municipal de Educação será de três anos permitida a recondução por mais uma vez consecutiva.
Art.6° - Ocorrendo impedimento legal, licenciamento ou afastamento do membro titular, assumirá o suplente enquanto perdurar o impedimento, licenciamento ou afastamento.
Art.7° - Nos casos de afastamentos definitivos do membro titular e do respectivo suplente, o Conselho municipal de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia de vacância, organizará a eleição para a escolha do novo representante para a conclusão do mandato, na forma do § 1° do art.4°, salvo se faltar menos de cento e oitenta dias para a realização de novas eleições.
Parágrafo único – Será considerado afastamento definitivo a ausência não justificada do conselheiro a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas.
Art.8° - Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação, serão escolhidos dentre os conselheiros nomeados, para o período de duração do conselho.

CAPÍTULO V
DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art.9° - O Conselho Municipal de Educação funcionará em Sessão do Plenário e em reunião de Comissões Permanentes na forma regimental.
Parágrafo único – O Conselho Municipal de Educação poderá criar Comissões Especiais ou Grupos de Trabalho, organizados em conformidade com as situações a serem apreciadas, para execução de tarefas indicadas no ato de sua criação.
Art.10. - O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á com a presença da maioria simples de seus membros e, as reuniões serão:
I- Ordinárias, realizadas bimestralmente;
II- Extraordinárias, sempre que convocadas pelo Presidente ou por um terço de seus conselheiros mediante convocação coletiva e prescrita.
Art.11. - As decisões do Conselho Municipal de Educação serão proclamadas pelo Presidente, com base nos votos da maioria vencedora e terão a forma de resoluções e pareceres, conforme o caso.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.12. - A composição do Conselho Municipal de Educação dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei,
Parágrafo único – Encerrado o prazo para a composição, o Prefeito Municipal em, no máximo, 05 (cinco) dias, nomeará os membros do Conselho que iniciarão suas funções imediatamente.
Art.13. - O Poder Público Municipal colocará à disposição do Conselho Municipal de Educação o quadro funcional e demais recursos necessários ao desempenho de suas atividades.
Art.14. - O Conselho Municipal de Educação terá sua sede nas dependências da Secretaria Municipal de Educação.
Art.15. - A organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação serão especificados em regimento a ser elaborado no prazo de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, o qual deverá ser aprovado por maioria simples de seus membros e homologado por Decreto do Prefeito Municipal.
Art.16. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, 10 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:F85EE32E

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1422, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização de Crianças no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Carnaúba dos Dantas/RN, em regime de colaboração, alinhada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e à Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais a que se refere à Lei Orgânica do Município, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN,** aprovou e eu sanciono a presente Lei:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Carnaúba dos Dantas/RN, destinada ao fortalecimento das ações de alfabetização, à garantia do direito à aprendizagem e ao

desenvolvimento das crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino.

§ 1º A Política Municipal de Alfabetização será implementada em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e posteriormente disciplinado pela legislação federal pertinente, bem como da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, instituída pelo Decreto Estadual nº 33.990, de setembro de 2024.

§ 2º A Política Municipal terá como finalidade assegurar que todas as crianças sejam alfabetizadas na idade adequada, prioritariamente até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental, bem como promover ações de recomposição das aprendizagens para os estudantes do 3º (terceiro) ao 5º (quinto) ano do Ensino Fundamental que apresentem defasagens relacionadas à alfabetização, à leitura, à escrita e aos conhecimentos matemáticos.

§ 3º As ações previstas nesta Lei serão desenvolvidas de forma articulada pela Secretaria Municipal de Educação de Carnaúba dos Dantas/RN, pelas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e pelos demais órgãos e instituições envolvidos na garantia do direito à educação.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Carnaúba dos Dantas/RN fundamenta-se na garantia do direito de aprender, na equidade educacional, na valorização dos profissionais da educação, no acompanhamento contínuo das aprendizagens e na cooperação entre os entes federados, respeitando as especificidades e necessidades educacionais dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Carnaúba dos Dantas/RN:

I – A transparência institucional na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das ações voltadas à alfabetização das crianças;

II – O protagonismo do Município, em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, no planejamento, na implementação e no acompanhamento de ações destinadas à garantia do direito à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino;

III – A garantia do direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas, assegurando às crianças condições adequadas para aprender, desenvolver-se e prosseguir em seu percurso educacional;

IV – A concepção de educação integral, considerando o estudante em suas diferentes dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural, no âmbito de um projeto educativo coletivo que envolva escola, família, comunidade e demais instituições parceiras;

V – A mobilização e o engajamento da comunidade escolar e da sociedade, mediante estratégias de comunicação, participação, acompanhamento e controle social das ações destinadas à alfabetização;

VI – O enfrentamento das desigualdades educacionais, buscando assegurar, na perspectiva da equidade, o acesso, a permanência, a participação e o sucesso das crianças no processo de alfabetização, considerando suas diferentes condições sociais, econômicas, territoriais, culturais, raciais, de gênero e demais especificidades;

VII – O planejamento estratégico e pedagógico orientado pelas necessidades das unidades escolares, das salas de aula, dos profissionais da educação e dos estudantes, com respeito à liberdade, promoção da convivência democrática, reconhecimento e valorização da diversidade;

VIII – A formação continuada dos profissionais da educação como elemento essencial ao desenvolvimento profissional e à melhoria da qualidade das práticas pedagógicas, valorizando seus conhecimentos, experiências e saberes e reconhecendo-os como protagonistas dos processos formativos;

IX – A perspectiva discursiva da alfabetização, articulada aos processos de letramento, reconhecendo a importância das interações, da mediação pedagógica e da ludicidade nos processos de aprendizagem e compreendendo a alfabetização como processo de apropriação da linguagem escrita, que envolve, entre outras dimensões, a cultura escrita, o sistema de escrita alfabética, a leitura, a produção de textos escritos e a oralidade; e

X – O fortalecimento da cultura de avaliação e acompanhamento das aprendizagens, ampliando a compreensão dos profissionais da educação acerca dos processos, instrumentos e resultados das avaliações, de modo a subsidiar o planejamento, a intervenção pedagógica e a tomada de decisões destinadas à garantia da aprendizagem de todos os estudantes.

CAPÍTULO III
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 4º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Carnaúba dos Dantas/RN:

I – O reconhecimento da autonomia do Município de Carnaúba dos Dantas/RN na organização, no planejamento e na execução de suas ações educacionais, em articulação com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, no âmbito do regime de colaboração;

II – O reconhecimento do protagonismo do Município na oferta da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no planejamento, na implementação e no acompanhamento das ações destinadas à alfabetização das crianças e à recomposição das aprendizagens;

III – O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município, o Estado do Rio Grande do Norte e a União, com vistas à articulação de políticas, programas, ações, recursos e estratégias que contribuam para a melhoria da alfabetização e para a promoção da equidade educacional;

IV – O enfrentamento das desigualdades educacionais, assegurando, na perspectiva da equidade, condições de acesso, permanência, participação, aprendizagem e sucesso escolar, considerando as especificidades socioeconômicas, territoriais, raciais, culturais, de gênero e as necessidades educacionais específicas dos estudantes;

V – A centralidade dos processos de ensino e aprendizagem, considerando as necessidades pedagógicas das unidades escolares, das turmas, dos professores e dos estudantes, com base em evidências, diagnósticos e resultados de aprendizagem;

VI – A promoção de ações permanentes de formação continuada destinadas aos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, técnicos da Secretaria Municipal de Educação e demais profissionais envolvidos nos processos de alfabetização e recomposição das aprendizagens;

VII – O acompanhamento sistemático das aprendizagens, por meio de avaliações diagnósticas, formativas e de resultados, com utilização pedagógica dos dados para o planejamento, a definição de intervenções e o monitoramento da evolução dos estudantes;

VIII – A adoção de estratégias de recomposição das aprendizagens, especialmente para os estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental que apresentem defasagens em leitura, escrita e matemática;

IX – A disponibilização e a utilização de materiais didáticos, pedagógicos e complementares adequados às necessidades dos estudantes e alinhados às orientações curriculares e às ações de alfabetização desenvolvidas pelo Município; e

X – A articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, as famílias e a comunidade, fortalecendo a corresponsabilidade pela garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem.

Art. 5º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Carnaúba dos Dantas/RN:

I – Instituir e fortalecer programas, projetos, estratégias e ações destinados à promoção da alfabetização das crianças, considerando as especificidades do desenvolvimento e das aprendizagens na Educação Infantil e assegurando a consolidação do processo de alfabetização, prioritariamente, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

II – Estabelecer uma estrutura de gestão, governança, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, definindo responsabilidades, estratégias de articulação, mecanismos de acompanhamento e processos de avaliação de sua implementação e de seus resultados;

III – Garantir, em regime de colaboração, a formação continuada dos profissionais da educação que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco na garantia da alfabetização das crianças até o 2º ano e na recomposição das aprendizagens dos estudantes matriculados no 3º, 4º e 5º anos que ainda apresentem defasagens em leitura, escrita e matemática;

IV – Assegurar, de acordo com as possibilidades e competências do Município, infraestrutura adequada, serviços, recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade necessários ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem relacionados à alfabetização, considerando a faixa etária, as necessidades específicas dos estudantes e as práticas pedagógicas planejadas pelos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V – Promover estratégias para a identificação, valorização, reconhecimento, divulgação e compartilhamento de práticas pedagógicas e de gestão exitosas relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens, desenvolvidas por profissionais e unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, podendo ser instituídas formas de reconhecimento e premiação, observada a legislação vigente;
VI – Implementar e fortalecer processos sistemáticos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulados às avaliações municipais, estaduais e nacionais e alinhados, quando aplicável, aos parâmetros definidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
VII – Utilizar os resultados das avaliações como instrumentos para o planejamento pedagógico, a definição de intervenções, a recomposição das aprendizagens e o acompanhamento individual e coletivo dos estudantes, evitando sua utilização exclusivamente para fins classificatórios;
VIII – Assegurar ações específicas de acompanhamento aos estudantes que apresentem dificuldades no processo de alfabetização, com definição de estratégias pedagógicas diferenciadas e intervenções adequadas às necessidades identificadas; e
IX – Fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares, profissionais da educação, famílias e comunidade, promovendo a corresponsabilidade pela garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem de todas as crianças.
Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Carnaúba dos Dantas/RN será implementada pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio Grande do Norte, por meio de estratégias destinadas à melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, à garantia do direito à alfabetização e ao enfrentamento das desigualdades de aprendizagem, respeitadas as especificidades de cada etapa da Educação Básica e as necessidades dos estudantes.
Art. 7º As estratégias de implementação da Política Municipal de Alfabetização serão operacionalizadas por meio de programas, projetos e ações integradas, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e com a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, considerando os seguintes eixos estruturantes:
I – Gestão e Governança;
II – Formação Continuada dos Profissionais da Educação;
III – Materiais Didáticos e Pedagógicos Complementares;
IV – Avaliação e Monitoramento das Aprendizagens; e
V – Reconhecimento Educacional, Valorização de Boas Práticas e Incentivos.
Parágrafo único. Os eixos estruturantes previstos neste artigo deverão orientar o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares, de forma articulada às políticas educacionais estadual e nacional.
Art. 8º Para a gestão, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das estratégias necessárias à consecução dos objetivos da Política Municipal de Alfabetização, será instituído o Comitê Municipal de Gestão e Governança da Política de Alfabetização de Crianças de Carnaúba dos Dantas/RN.
§ 1º O Comitê Municipal terá caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento, competindo-lhe contribuir para o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização.
§ 2º O Comitê Municipal será composto, preferencialmente, por representantes:
I – Da Secretaria Municipal de Educação;
II – Da equipe técnica e pedagógica responsável pela Educação Infantil e pelos anos iniciais do Ensino Fundamental;
III – Das equipes gestoras das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
IV – Dos professores que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; e
V – Do Conselho Municipal de Educação.
§ 3º A composição, as atribuições específicas e o funcionamento do Comitê Municipal serão regulamentados por ato próprio do Poder Executivo Municipal.
§ 4º A participação no Comitê Municipal será considerada serviço público relevante, não remunerado.
Art. 9º Caberá à Secretaria Municipal de Educação assegurar a articulação do Comitê Municipal com as instâncias de governança do Pró-Alfa RN e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, observadas as competências do Município e as orientações estabelecidas no âmbito do regime de colaboração.
Art. 10. Para a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Crianças de Carnaúba dos Dantas/RN, a Secretaria Municipal de Educação adotará, entre outras, as seguintes estratégias:
I – Promover a articulação entre os diferentes processos e sistemas de avaliação da aprendizagem, utilizando seus resultados como subsídio para a tomada de decisões no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, das unidades escolares e do planejamento pedagógico, com foco na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem;
II – Assegurar apoio técnico e pedagógico para a formação continuada de professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos com a alfabetização e a recomposição das aprendizagens;
III – Disponibilizar, de acordo com as possibilidades administrativas e orçamentárias do Município, materiais didáticos complementares, recursos pedagógicos, tecnologias educacionais e instrumentos de apoio às práticas de alfabetização;
IV – Promover ações destinadas à melhoria da infraestrutura física, pedagógica e tecnológica das unidades escolares, observadas as condições de acessibilidade e as necessidades específicas dos estudantes;
V – Fortalecer o acompanhamento pedagógico das unidades escolares e das turmas, com especial atenção aos estudantes que apresentem dificuldades no processo de alfabetização ou defasagens de aprendizagem; e
VI – Articular as ações municipais às estratégias de assistência técnica, formação, avaliação, materiais pedagógicos e demais iniciativas ofertadas pela União e pelo Estado do Rio Grande do Norte no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN.

Art. 11. Para fins de reconhecimento educacional e valorização das boas práticas, o Município poderá instituir mecanismos próprios de reconhecimento destinados às unidades escolares, aos profissionais da educação, às equipes pedagógicas e a outros atores da Rede Municipal de Ensino que apresentem experiências exitosas relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.
§ 1º Os mecanismos de reconhecimento de que trata o caput poderão considerar, entre outros aspectos:
I – A evolução dos resultados de aprendizagem dos estudantes;
II – A redução das desigualdades educacionais;
III – O desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;
IV – A efetividade das ações de recomposição das aprendizagens;
V – O acompanhamento e a permanência dos estudantes;
VI – A participação dos profissionais em ações de formação continuada; e
VII – O desenvolvimento de práticas de gestão pedagógica voltadas à garantia do direito à alfabetização.
§ 2º Os critérios, categorias, formas de reconhecimento, procedimentos de seleção e demais aspectos relacionados às iniciativas municipais previstas neste artigo serão definidos em regulamento próprio, observadas a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
Art. 12. As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino com matrículas no 2º ano do Ensino Fundamental poderão participar do Prêmio Potiguar Escola Alfabetizadora, instituído no âmbito da

Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN, observados os critérios, indicadores, resultados de alfabetização e demais requisitos definidos pela Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer – SEEC.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação deverá apoiar, acompanhar e orientar as unidades escolares quanto aos procedimentos necessários à participação no Prêmio Potiguar Escola Alfabetizadora e em outras iniciativas de reconhecimento instituídas no âmbito municipal, estadual ou federal.
Art. 13. O Município de Carnaúba dos Dantas poderá receber, aplicar e acompanhar recursos financeiros, materiais, premiações, incentivos ou outras formas de apoio provenientes da União, do Estado do Rio Grande do Norte ou de outros instrumentos de cooperação destinados ao fortalecimento das ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens, observada a legislação aplicável.
§ 1º Os recursos eventualmente destinados às unidades escolares em decorrência de premiações, programas ou incentivos vinculados à alfabetização deverão ser aplicados conforme as normas específicas do programa ou instrumento que os originou.
§ 2º A utilização dos recursos deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e interesse público, bem como as normas de prestação de contas aplicáveis.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação de Carnaúba dos Dantas/RN será o órgão responsável pela coordenação, articulação, acompanhamento e execução da Política Municipal de Alfabetização, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, em consonância com as diretrizes do regime de colaboração estabelecido com a União e o Estado do Rio Grande do Norte.
Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Educação promover a articulação necessária com as unidades escolares, os profissionais da educação, os conselhos municipais, as famílias, a comunidade escolar e as instâncias estaduais e federais responsáveis pelas políticas de alfabetização.
Art. 15. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua publicação.
Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas à Secretaria Municipal de Educação, podendo ser suplementadas, se necessário, observadas a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
Parágrafo único. Para a execução das ações previstas nesta Lei, poderão ser utilizados recursos provenientes de transferências constitucionais e legais, programas e políticas educacionais da União e do Estado do Rio Grande do Norte, convênios, termos de cooperação, parcerias e outras fontes legalmente admitidas.
Art. 17. A implementação da Política Municipal de Alfabetização deverá observar as metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação, no planejamento da Secretaria Municipal de Educação e nos demais instrumentos de planejamento educacional do Município.
Art. 18. Os casos omissos e as situações necessárias à operacionalização desta Política poderão ser disciplinados por atos normativos próprios do Poder Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, respeitadas as disposições desta Lei e a legislação educacional vigente.
Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, 10 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:35CDC404

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 822/2026-GP, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre designação interina de Controladora-geral do município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN**, usando das suas atribuições que lhe são conferidas no artigo 58, inciso V da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a titular do cargo em comissão de Controladora-Geral do Município se encontra afastada do exercício de suas funções em gozo de licença-maternidade, desde 29 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO os casos em que a licença-maternidade é concedida à ocupante de cargo comissionado — que, por sua natureza, é de livre nomeação e exoneração —, o vínculo da ocupante com o cargo permanece vigente, sendo vedada sua exoneração durante o período de estabilidade gestacional assegurada pelo art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT);

CONSIDERANDO que o afastamento temporário da titular impõe à Administração a adoção de providências para assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços desenvolvidos pela Controladoria-Geral do Município, em observância ao princípio da continuidade do serviço público;

CONSIDERANDO que a servidora designada é ocupante de cargo efetivo no quadro do Município e reúne as condições técnicas para responder pelas atribuições do cargo durante o afastamento;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços desenvolvidos pela Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR **INGRID SOARES DE MEDEIROS**, brasileira, solteira, portadora do CPF ***.699.17*-**, ocupante do cargo efetivo de Analista de Controle Interno, para responder, em substituição à titular, pela **CONTROLADORIA-GERAL** do Município de Carnaúba dos Dantas/RN, exercendo as atribuições inerentes ao cargo de Controladora-Geral, enquanto perdurar o afastamento da titular em licença-maternidade, até o seu retorno ao exercício do cargo ou até ulterior deliberação da Administração.

Art. 2º. Durante o período, a servidora exercerá as atribuições inerentes ao cargo de Controladora-Geral do Município, nos termos da legislação municipal aplicável.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário, data do início do afastamento da titular, condicionada a retroação à comprovação do efetivo exercício das atribuições pela servidora designada no período compreendido entre aquela data e a publicação deste ato, ficando convalidados os atos por ela regularmente praticados.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 10 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:C4B9C6FE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 823/2026 - GP, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

"Designa Fiscal de contrato de Licitação e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar **ANDRIELLE LUNARA DANTAS DOS SANTOS,** inscrito no CPF: ***.764.534-** Fiscal do **CONTRATO 98/2026**, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA BILATERAL, POR MEIO DE UNIDADE MÓVEL, com vigência de 09/09/2026 a 09/09/2027.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 10 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:401CE616

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 824/2026-GP, 10 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a assinatura do termo de posse e compromisso no dia 05 de julho de 2024 pelo servidor;

CONSIDERANDO a determinação do Art. 17 da Lei Municipal 1285/2024, lei do estágio probatório.

RESOLVE:
Art. 1º. Receber a avaliação do servidor **RENAM FELLIPE DA SILVEIRA MUNIZ, matrícula n.º 18157, empossado em 05 de julho de 2024, para o cargo efetivo de Farmacêutico/Bioquímico,** feita com parecer do Avaliador e de Chefia Imediata da respectiva secretaria onde se encontra prestando seus serviços em conformidade com a Lei Municipal 1285/2024.

Art. 2º. Aprovar a 3ª (terceira) avaliação do Estágio probatório do servidor **RENAM FELLIPE DA SILVEIRA MUNIZ, matrícula n.º 18157,** por ter atingido resultado **EXCELENTE, equivalente a nota final de 9,73 (nove inteiros e setenta e três centésimos) pontos**, ficando acima do mínimo para aprovação que é de 7 (sete) pontos, conforme ficha de avaliação disponível na Secretaria de Administração, **sendo seus efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2026, data base da avaliação do 3º (terceiro) semestre do estágio probatório**, conforme Art. 15, da Lei Municipal 1285/2024.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 10 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:91B22ADA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/2026

TERMO DE REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/2026

Ementa: Revoga a Dispensa de Licitação nº 52/2026, do Processo Administrativo nº 6439/2026, por fato superveniente consistente na conclusão do Pregão Eletrônico nº 033/2026, de mesmo objeto, restando demonstrada a ausência de interesse da Administração na continuidade da contratação direta.

I. DOS FATOS
O presente procedimento administrativo submete-se à apreciação da autoridade competente com esteio nos elementos de fato a seguir delineados:
I. Tramita nesta municipalidade o Processo Administrativo nº 6439/2026, autuado com o objetivo de instrumentalizar a Dispensa de Licitação nº 52/2026, fundamentada expressamente no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, e com as diretrizes fixadas pela Lei Municipal nº 1356, de 05 de maio de 2025;
II. O objeto do aludido procedimento de contratação direta compreende a aquisição de materiais de limpeza, higiene e descartáveis, destinados a suprir a demanda contínua e essencial das unidades escolares municipais e da estrutura física da Secretaria Municipal de Educação, orçado no montante global de **R$ 8.792,40** (oito mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos);
III. Em cumprimento às exigências procedimentais, foi devidamente publicado o Aviso de Contratação Direta em **24 de agosto de 2026**, designando a recepção de propostas e documentação de habilitação exclusivamente por via eletrônica, mediante correio eletrônico institucional, no intervalo compreendido entre **24 de agosto de 2026** e **27 de agosto de 2026**;
IV. A motivação originária da deflagração do procedimento de dispensa fundou-se na imperiosa premência de reposição do estoque de insumos essenciais, haja vista o iminente risco de desabastecimento nas escolas municipais enquanto tramitava o processo licitatório ordinário na modalidade Pregão Eletrônico nº 033/2026, de idêntico escopo material, o qual se encontrava em fase de julgamento de habilitação;
V. Ocorre que o Pregão Eletrônico nº 033/2026 teve seus trâmites procedimentais devidamente finalizados e restou formalmente homologado pela autoridade competente em **28 de agosto de 2026**, caracterizando fato superveniente, devida e documentalmente registrado nos autos;
VI. Diante da homologação do certame licitatório principal, operou-se o exaurimento da necessidade pública que outrora justificava a contratação direta excepcional, evidenciando a perda do objeto e a ausência superveniente de interesse da Administração na conclusão da Dispensa de Licitação nº 52/2026, tendo em vista que a demanda restou integralmente contemplada pela licitação ordinária; e
VII. O presente ato pauta-se no estrito dever de observância aos princípios magnos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade insculpidos no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, atendendo ao dever inafastável de motivação explícita dos atos administrativos, consoante preconiza o artigo 2º da Lei Federal nº 9.784/1999.
II. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O poder de autotutela conferido à Administração Pública consubstancia-se no poder-dever de rever seus próprios atos, revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos ao interesse coletivo, consoante iterativa jurisprudência consolidada na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal. No âmbito das contratações públicas, a revogação de procedimento antes da formalização do respectivo vínculo contratual é plenamente admitida e regrada quando demonstrada a superveniência de razões de interesse público decorrentes de fato devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a medida.
Nesse sentido, o artigo 71, inciso II e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece expressamente a competência da autoridade para revogar o processo por motivo de conveniência e oportunidade decorrente de fato superveniente, preceito este plenamente aplicável, por simetria e analogia integrativa, aos procedimentos de contratação direta regidos pelo artigo 72 do mesmo diploma normativo. O exaurimento da necessidade de aquisição célere pela via da dispensa em virtude da célere homologação do Pregão Eletrônico nº 033/2026 traduz hipótese cabal de fato superveniente e relevante, elidindo a

utilidade administrativa da contratação emergencial e impondo a prevalência da contratação decorrente de licitação ampla.
Ressalte-se, por derradeiro, que a revogação do procedimento de dispensa de licitação em sua fase preliminar, inexistindo contrato administrativo aperfeiçoado e não gerando vínculo obrigacional definitivo entre o órgão público e os eventuais proponentes, não enseja qualquer direito a ressarcimento ou indenização, inexistindo prejuízos a terceiros de boa-fé, haja vista a precariedade da mera expectativa de direito à contratação.

III. DA DECISÃO

Ante o exposto, considerando os fundamentos fáticos e jurídicos colacionados nos autos do Processo Administrativo nº 6439/2026, a Autoridade Competente da Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN **DECIDE**:

• **REVOGAR**, por motivo de interesse público fundado em fato superveniente, a Dispensa de Licitação nº 52/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 6439/2026, com espeque no artigo 71, § 1º, c/c artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/2021;
• **DETERMINAR** o arquivamento definitivo do presente processo administrativo de dispensa de licitação, adotadas as cautelas de estilo pela unidade competente;
• **DETERMINAR** a expedição de comunicação formal, via correio eletrônico institucional, a todos os fornecedores e interessados que tenham retirado o aviso ou apresentado propostas comerciais, informando-lhes acerca da presente revogação;
• **DETERMINAR** a publicação imediata do extrato deste Termo de Revogação no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN) e a sua divulgação integral no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas, assegurando a transparência ativa dos atos públicos; e
• **RESSALVAR** que a presente revogação não acarreta prejuízos ao erário e, ante a ausência de celebração de instrumento contratual, não confere aos participantes direito a indenizações de qualquer espécie.

IV. DA CIÊNCIA E DAS ASSINATURAS

Cumpra-se, cientifiquem-se os setores interessados e publique-se na forma da legislação em vigor.

Carnaúba dos Dantas/RN, 10 de setembro de 2026

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:7B0DA405

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 107/2026 – FMAS C. DOS DANTAS/RN, 09 DE SETEMBRO DE 2026.

A GESTORA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 907/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências;

RESOLVE:

Art 1° - Conceder a Sr.ª **VALESKA RADMYLLA DANTAS**, matrícula: 18493, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, exercendo o cargo de Motorista, **meia diária**, na importância de **R$ 40,00 (quarenta reais)**, no valor unitário de R$ 80,00 (**oitenta reais**), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Natal/RN, no dia 13 de setembro de 2026, a fim de conduzir usuárias carnaubenses até aquela localidade.

Art. 2° - A servidora beneficiária de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigada à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

ELISÂNGELA FERREIRA DOS SANTOS
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social
Portaria Nº 907/2025-GP

Publicado por:
Dailma Joana de Medeiros
Código Identificador:5A30C929

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.474 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 2.474 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Revoga o inciso I do art. 78-A e o inciso II do art. 79 da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, com redação dada pela Lei Municipal nº 2.169, de 07 de dezembro de 2022, que tratam, respectivamente, da cessão de IRRF dos servidores aposentados e pensionistas e da contribuição previdenciária patronal incidente sobre os proventos de inativos e pensionistas do CEARÁ-MIRIM-PREVI, fixa a retroação dos efeitos a 1º de setembro de 2025, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica revogado o inciso I do art. 78-A da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, com redação dada pela Lei Municipal nº 2.169, de 07 de dezembro de 2022, que autorizava a cessão de 100% (cem por cento) dos fluxos futuros de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores aposentados e pensionistas ao Plano de Benefício administrado pelo CEARÁ-MIRIM-PREVI.
Parágrafo único. A revogação de que trata o caput não prejudica eventuais cessões de ativos, bens ou direitos ao RPPS realizadas com base em outros dispositivos legais vigentes, devendo as mesmas observar os requisitos constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis.
Art. 2º Fica revogado o inciso II do art. 79 da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, com redação dada pela Lei Municipal nº 2.169, de 07 de dezembro de 2022, que previa a incidência de contribuição previdenciária compulsória do ente (patronal) de 14% (quatorze por cento) sobre o valor dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos segurados do CEARÁ-MIRIM-PREVI concedidos após a publicação da referida Lei.
§ 1º A contribuição previdenciária patronal de que trata o caput do art. 79 da Lei Municipal nº 1.637/2013 permanece incidindo exclusivamente sobre o valor da totalidade da remuneração dos servidores ativos vinculados ao CEARÁ-MIRIM-PREVI, na forma do inciso I do referido artigo.
§ 2º Os valores eventualmente recolhidos a título de contribuição patronal sobre proventos de aposentadoria e pensão por morte, a partir de 1º de setembro de 2025, serão objeto de compensação ou restituição, na forma a ser regulamentada por ato do Poder Executivo, ouvida a Secretaria Municipal de Interesses Jurídicos e a Secretaria Municipal de Finanças.
Art. 3º O Município de Ceará-Mirim, por meio do Poder Executivo, promoverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta Lei, a elaboração e aprovação de Plano de Amortização de Déficit Atuarial mediante aportes periódicos ao CEARÁ-MIRIM-PREVI, em conformidade com a Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, e com a Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, observados os parâmetros definidos em avaliação atuarial.

§ 1º O Plano de Amortização de que trata o caput deverá contemplar as fontes de custeio adequadas e constitucionalmente admitidas para o equacionamento do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município.
§ 2º A Secretaria Municipal de Finanças e a Contabilidade Interna do Ceará-Mirim Previ deverão, conjuntamente, apresentar ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei, estudo técnico com a estimativa de impacto financeiro-orçamentário da revogação dos dispositivos referidos nos artigos 1º e 2º, bem como proposta de cronograma de implementação dos aportes periódicos.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2025 no que se refere à revogação dos dispositivos previstos nos artigos 1º e 2º.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:80BD0F02

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.475 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 2.475 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

ALTERA O § 2º DO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.706, DE 17 DE JULHO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O § 2º do art. 2º da Lei Municipal nº 1.706, de 17 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º .....
§ 2º A gestão orçamentária e administrativa do Conselho Tutelar ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social, respeitada integralmente a autonomia funcional, decisória e fiscalizatória do Conselho Tutelar, nos termos da legislação vigente."
Art. 2º A Secretaria Municipal de Assistência Social adotará as providências administrativas e orçamentárias necessárias à continuidade do funcionamento do Conselho Tutelar, observadas as dotações orçamentárias próprias e a legislação aplicável.
Art. 3º A transferência da gestão administrativa e orçamentária prevista nesta Lei não implicará subordinação funcional do Conselho Tutelar à Secretaria Municipal de Assistência Social, permanecendo preservadas suas atribuições, prerrogativas e autonomia previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e na legislação municipal.
Art. 4º O Poder Executivo poderá adotar as medidas administrativas necessárias à implementação do disposto nesta Lei.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:EF18B7E5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 2146 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N° 2146 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Cessa designação de membro titular do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ceará-Mirim.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 133-A da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, e no art. 2º, inciso I, do Decreto Municipal nº 2.454, de 22 de janeiro de 2018,
CONSIDERANDO o requerimento de desligamento formulado pelo servidor e o encaminhamento da Diretoria de Presidência do CEARÁ-MIRIM PREVI,
RESOLVE:
Art. 1º Cessar, com efeitos a partir de 11 de agosto de 2026, a designação do servidor**THIAGO ALEXANDRE VIANA DA SILVA**como membro titular do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ceará-Mirim – CEARÁ-MIRIM PREVI, conferida pela Portaria nº 410, de 20 de janeiro de 2026.
Art. 2º Até o provimento da vaga, a substituição observará o disposto no art. 2º, § 6º, do Decreto Municipal nº 2.454, de 22 de janeiro de 2018.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:84653727

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 2147 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N° 2147 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a convalidação das gratificações de títulos acadêmicos da servidora Maria da Conceição da Luz Silva e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais número 1.460/2005 e número 1.550/2010, bem como o que consta no Processo Administrativo número 18.615/2025 e no Parecer Jurídico da Procuradoria Autárquica do CMPREVI,
RESOLVE:
Artigo 1º. Ficam CONVALIDADAS as concessões das gratificações por titulação incorporadas aos vencimentos da servidora MARIA DA CONCEIÇÃO DA LUZ SILVA, matrícula número 006119-1, ocupante do cargo de Professor Nível Superior, em virtude da apresentação e regularidade do Título de Formação Continuada, referente aos cursos de capacitação "Um Salto para o Futuro" e "Programa de Formação Continuada - PCN em Ação", bem como do Título de Especialização, referente ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Educacional Integrada, expedido pela FATERN.
Artigo 2º. Ficam ratificados os efeitos financeiros decorrentes das concessões citadas no artigo anterior, reconhecendo-se a regularidade dos pagamentos efetuados a título de Gratificação de Formação, a partir de maio de 2010, e Gratificação de Especialista, a partir de agosto de 2011.
Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às datas especificadas no Artigo 2º, para fins de regularização funcional e previdenciária.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:82A0310A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 2148 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N° 2148 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a convalidação das gratificações de títulos acadêmicos da servidora Maria da Conceição Palhares de Souza e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais nº 1.460/2005 e nº 1.550/2010, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 9.758/2026 e no Parecer Jurídico da Procuradoria Autárquica do CMPREVI;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam CONVALIDADAS as concessões das gratificações por titulação incorporadas aos vencimentos da servidora MARIA DA CONCEIÇÃO PALHARES DE SOUZA, matrícula nº 0079563-1, ocupante do cargo de Professor Nível Superior, em virtude da apresentação e regularidade dos seguintes títulos acadêmicos:
I - Título de Formação Continuada, referente aos cursos de capacitação "Programa de Formação Continuada - PCN em Ação" e "Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA";
II - Título de Especialização, referente aos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Ambiental, expedido pela Universidade Potiguar (UnP), e em Educação Ambiental e Geografia do Semi-Árido, expedido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).
Art. 2º Ficam ratificados os efeitos financeiros decorrentes das concessões citadas no artigo anterior, reconhecendo-se a regularidade dos pagamentos efetuados a título de:
I - Gratificação de Especialista, a partir de julho de 2010;
II - Gratificação de Formação, a partir de novembro de 2010.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às datas especificadas no Art. 2º, para fins de regularização funcional e previdenciária.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B0C66DAF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 2149 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N° 2149 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a convalidação da gratificação decorrente de títulos de formação continuada da servidora ROSANGELA MARIA RAMALHO DO NASCIMENTO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais nº 1.460, de 16 de dezembro de 2005, e nº 1.550, de 09 de abril de 2010, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 14.019/2026 e no Parecer Jurídico da Procuradoria Autárquica do Instituto de Previdência Municipal de Ceará-Mirim – CEARÁ-MIRIM PREVI,
RESOLVE:
Art. 1º Fica CONVALIDADA a concessão da gratificação decorrente de títulos de formação continuada incorporada aos vencimentos da servidora ROSANGELA MARIA RAMALHO DO NASCIMENTO, matrícula nº 0074587-1, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR NÍVEL – MAGISTÉRIO, em razão da apresentação e regularidade dos títulos de formação continuada constantes dos autos do Processo Administrativo nº 14.019/2026.
Parágrafo único. Os títulos de formação continuada apresentados pela servidora atendem aos requisitos estabelecidos no art. 17, parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.460/2005, correspondendo a 02 (dois) títulos, totalizando 360 (trezentas e sessenta) horas de formação continuada, para fins de percepção da gratificação correspondente a 10% (dez por cento) sobre o vencimento básico, conforme análise constante do Parecer Jurídico.
Art. 2º Ficam ratificados os efeitos financeiros decorrentes da concessão da gratificação por título de formação continuada, reconhecendo-se a regularidade do pagamento efetuado sob a seguinte rubrica:
I – Rubrica 041 – TÍTULO DE FORMAÇÃO, correspondente ao percentual de 10% (dez por cento) sobre o vencimento básico, decorrente dos 02 (dois) títulos de formação continuada apresentados pela servidora, com efeitos retroativos à maio de 2010, data de sua efetiva implantação em folha de pagamento, conforme registros constantes da ficha financeira funcional.
Art. 3º A convalidação de que trata esta Portaria destina-se ao saneamento da ausência formal do ato originário de concessão da vantagem nos assentamentos funcionais, ficando ratificada a regularidade material da gratificação, nos termos do Processo Administrativo nº 14.019/2026 e do respectivo Parecer Jurídico.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à maio de 2010, data de implantação da gratificação de que trata o art. 2º, para fins de regularização funcional e previdenciária.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B6DF6BF2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 2150 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N° 2150 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a convalidação da gratificação de título acadêmico da servidora Silvana Patrícia Cocentino Brandão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais nº 1.460/2005 e nº 1.550/2010, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 10.786/2026 e no Parecer Jurídico da Procuradoria Autárquica do CMPREVI;
RESOLVE:
Art. 1º Fica CONVALIDADA a concessão da gratificação por titulação incorporada aos vencimentos da servidora SILVANA PATRÍCIA COCENTINO BRANDÃO, matrícula nº 0061949-1, ocupante do cargo de Professor Nível Superior, em virtude da apresentação e regularidade do seguinte título acadêmico:
I - Título de Formação Continuada, referente ao Programa de Formação Continuada em Educação Ambiental (PROCEA).

Art. 2º Ficam ratificados os efeitos financeiros decorrentes da concessão citada no artigo anterior, reconhecendo-se a regularidade dos pagamentos efetuados a título de:
I - Gratificação de Título de Formação, a partir de maio de 2010.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data especificada no Art. 2º, para fins de regularização funcional e previdenciária.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:229A2E27

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 2151 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N° 2151 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JOÃO DE SOUZA, categoria, GARI, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Habitação, a Licença Prêmio, referente ao 5º (quinto) período aquisitivo a contar a partir de 01/07/2026 a 30/09/2026**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:9D4A12F9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2141 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N. º 2141 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE DEFESA PRÉVIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como nos termos da Lei Federal nº 8.112/1990, no que couber, e demais legislações aplicáveis,
RESOLVE:
Art. 1º Fica constituída a Comissão de Defesa Prévia, com a finalidade que se dê segmento aos trabalhos de apreciação aos recursos de trânsito, no Município de Ceará-Mirim/RN.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:
Ricardo Luiz de Albuquerque Costa - (Presidente) - Matricula 930965-9
Lavoysier Dias de Araújo (Membro secretario) - Matricula 0683030-1
Jairo Marinho Ribeiro Junior (Membro da sociedade) CPF 064.921.702-74

Art. 3º A Comissão de Defesa Prévia, não fará jus à percepção de jetons, em conformidade com o disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 4.681, de 30 de dezembro de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:444ED236

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2142 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2142 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para compor a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS da Prefeitura Municipal de Ceará – Mirim/RN, destinado, os servidores abaixo relacionados:

1 - Daniel Hugo dos santos Cabral Araújo - Presidente
2 – Wilson Leonardo Bezerra – Membro.
3 – Leonardo Morais da Silva - Membro;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Art. 3º A Comissão de Avaliação e Classificação de Bens Móveis Inservíveis, não fará jus à percepção de jetons, em conformidade com o disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 4.681, de 30 de dezembro de 2025.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:327F2A87

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2143 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 2143 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora MARCELA GREYSE RAMOS, CPF nº 013.XXX.XXX-00, integrante do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim/RN, ocupante da categoria

funcional de ENFERMEIRA PLANTONISTA- 40, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de setembro de 2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal, Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:DD168B26

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2144 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2144 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para compor a Comissão Administrativa de Avaliação e Levantamento Patrimonial da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim, as servidoras abaixo relacionadas:

1 - Leonardo Morais da Silva – Presidente;
2 – Wilson Leonardo Bezerra – Membro;
3 – Paulo Vitor Cruz de Almeida - Membro;
4 - Jaíra Pollyana Félix de Araújo (Engenheira) - Membro;
5 – João Vitor Mota de Albuquerque (Engenheiro) – Membro;
6 – Allan Bruno Barbosa de Oliveira (Arquiteto) – Membro.

Art. 2º A Comissão Administrativa de Avaliação e Levantamento Patrimonial, não fará jus à percepção de jetons, em conformidade com o disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 4.681, de 30 de dezembro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A3382668

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2145 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2145 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a designação da nova composição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, no âmbito do Município de Ceará-Mirim/RN, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 1.630, de 13 de maio de 2013, que institui a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, e
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade dos trabalhos de análise e julgamento dos recursos de infrações de trânsito;

RESOLVE:
Art. 1º Designar os seguintes membros para compor a nova Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, do Município de Ceará-Mirim/RN:
JORGE NATÃ DA SILVA (Presidente) – Matrícula 089966-1
ADNA PAULYNNE DUARTE DA SILVA (Membro - Secretária) – Matricula: 9305556-13
NICÁCIO RIBEIRO DO NASCIMENTO (Membro - Secretário) – Matricula: 0950009-2
FERNANDO JOSÉ VIANA DE OLIVEIRA (Representante da Sociedade) – CPF 069.613.734-88
JULIANA SANTOS GABRIEL CAMPOS (Membro - Secretária) – Matricula: 0950670-2
Art. 2º A presente Portaria revoga, em todos os seus termos, a Portaria nº 3011, de 22 de julho de 2026.
Art. 3º A Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, não fará jus à percepção de jetons, em conformidade com o disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 4.681, de 30 de dezembro de 2025.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:ABE5567E

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO - PORTARIA Nº 2135 DE 04 DE SETEMBRO DE 2026.

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO - PORTARIA Nº 2135 DE 04 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.438/2005:

RESOLVE:

Art.1º Ceder a Central do Cidadão de Ceará- Mirim/RN, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 15 de setembro de 2026 a 14 de setembro de 2027, a servidora **GLAUCIA LIMA DE ALBUQUERQUE,** matrícula n.º 0060950 - 1, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com ônus para o órgão cedente.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando-se com efeitos a partir de 16 de setembro de 2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal Ceará-Mirim/RN, em 04 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:8AD3917F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 004/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 085/2024

Processo Administrativo: n.º 13.329/2026
Origem: Concorrência Pública n.º 001/2023 / Processo Administrativo n.º 7.632/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (CNPJ: 58.629.837/0001-65).
Contratada: M CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA. (CNPJ: 02.823.335/0001-35).

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n.º 085/2024, destinado à realização dos serviços de limpeza pública no Município de Ceará-Mirim/RN.
Prazo de Vigência Prorrogado: 12 (doze) meses, com início em 19/09/2026 e término em 18/09/2027.

Fundamentação Legal: Artigo 57, inciso II e § 2º, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

ASSINATURAS
Signatários:
CARLOS MAGNO DA ROCHA RAMALHO (CPF .778.-04) – Representante do Contratante.
M CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA (via Portador CAIO MAGNO ALVES DE SOUZA, CPF .008.-20) – Representante da Contratada.

Publicado por:
Esther Praxedes Silva de Araujo
Código Identificador:19CC009A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 087/2026

Processo Administrativo: Nº 27-9.675/2026
Dispensa de Licitação: Nº 019/2026 (Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Contratante: MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ nº 11.810.526/0001-53).
Contratada: CG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 53.004.224/0001-38).

Objeto: Aquisição de 4.000 (quatro mil) Kits de Higiene Bucal Infantil personalizados, acondicionados em sacola de PVC maleável personalizada, destinados às ações do Programa Saúde na Escola (PSE).

Valor Total: R$ 58.400,00 (cinquenta e oito mil e quatrocentos reais).

Vigência: A partir de sua assinatura até o encerramento das obrigações decorrentes.

Data da Assinatura: 25 de agosto de 2026.

Assinaturas:

Luana Maria Almeida Fernandes Bezerra (Secretária Municipal de Saúde - Contratante) – Assinado em 25/08/2026.
CG Serviços e Comércio LTDA / Cleiton Gois da Silva (Contratada) – Assinado em 08/09/2026

Publicado por:
Esther Praxedes Silva de Araujo
Código Identificador:144073C7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 620/2026

DECRETO Nº 620/2026 Cerro Corá/RN, 10 de setembro de 2026.

Dispõe sobre a dispensa automática de alvará e licença de funcionamento para o Microempreendedor Individual - MEI, reconhece a vedação de cobrança de taxas, emolumentos, custos e valores correlatos e estabelece procedimentos administrativos no âmbito do Município de CERRO CORÁ, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO CORÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,
CONSIDERANDO o tratamento jurídico diferenciado e favorecido assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive ao Microempreendedor Individual - MEI, pelos arts. 170, inciso IX, e 179 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que assegura custo zero ao MEI e veda a exigência de taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, inscrição, registro, funcionamento, alvará, licença, cadastro, alterações, baixa, encerramento e demais itens correlatos;

CONSIDERANDO a Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018, com as alterações promovidas pela Resolução CGSIM nº 59, de 12 de agosto de 2020, em seus arts. 7º, 15, §1º, 16 e 17, especialmente quanto ao Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento, ao caráter comprobatório do CCMEI, à fiscalização posterior e à vedação de cobranças;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos administrativos municipais, eliminar barreiras à formalização e assegurar segurança jurídica ao Microempreendedor Individual;

CONSIDERANDO, finalmente, que é atribuição do Prefeito dispor sobre a organização e funcionamento da administração pública municipal, com fundamento no inciso VII, do art. 60, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:
Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, a aplicação da dispensa automática de alvará e licença de funcionamento e da vedação de cobrança de taxas, emolumentos, custos e valores correlatos ao Microempreendedor Individual - MEI.

Parágrafo único. A disciplina prevista neste Decreto possui natureza de execução administrativa de normas nacionais de observância obrigatória e não constitui criação de benefício fiscal novo pelo Município.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se:
I - Microempreendedor Individual - MEI: enquadrado no art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional - SIMEI;
II - Termo de Ciência e Responsabilidade: a declaração eletrônica aceita pelo MEI no Portal do Empreendedor, com efeito de dispensa de alvará e licença de funcionamento;
III - CCMEI: o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, documento hábil para comprovar o registro, o enquadramento no SIMEI e a dispensa de alvarás e licenças; e
IV - órgãos municipais competentes: as unidades responsáveis por finanças, tributação, desenvolvimento econômico, posturas, urbanismo, vigilância sanitária, meio ambiente, fiscalização, Sala do Empreendedor e demais áreas envolvidas na legalização e no acompanhamento do MEI.

Art. 3º. O MEI fica automaticamente dispensado da emissão de alvará e licença municipal de atividade econômica, a partir da inscrição ou alteração cadastral realizada no Portal do Empreendedor, mediante a manifestação de concordância com o Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.
§ 1º A dispensa ocorrerá de pleno direito, independentemente de requerimento, protocolo, análise prévia, vistoria prévia, pagamento, emissão de certificado municipal ou prática de ato adicional pelo interessado.

§ 2º O CCMEI ativo, acompanhado do respectivo Termo de Ciência e Responsabilidade, quando nele incorporado, constitui prova suficiente da dispensa perante todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
§ 3º É vedado exigir do MEI alvará, licença, certidão de dispensa, declaração municipal substitutiva ou documento equivalente como condição para o início ou a continuidade regular de suas atividades, ressalvada a fiscalização posterior prevista neste Decreto.

Art. 4º. A dispensa de que trata o art. 3º abrange todas as ocupações permitidas ao MEI pela legislação nacional, sem prejuízo do dever de observância dos requisitos materiais aplicáveis à atividade, inclusive os de natureza sanitária, ambiental, tributária, de segurança, de uso e ocupação do solo, de atividades domiciliares e de restrições ao uso de espaços públicos.
§ 1º A dispensa de alvará e licença não afasta o poder de polícia administrativa, nem impede orientação, inspeção, monitoramento ou fiscalização posterior pelos órgãos municipais competentes.
§ 2º O exercício da atividade em desacordo com requisitos legais poderá ensejar medidas corretivas e, quando cabível, o cancelamento da dispensa, observado o devido processo administrativo.
Art. 5º. As vistorias destinadas à verificação dos requisitos que fundamentam a dispensa serão realizadas após o início da operação da atividade do MEI.
§ 1º A fiscalização deverá ser prioritariamente orientadora quando a natureza da atividade ou da situação comportar esse procedimento, sem prejuízo das medidas imediatas necessárias em caso de risco grave ou iminente à saúde, ao meio ambiente, à segurança ou à ordem pública.
§ 2º Sempre que possível, a primeira visita fiscal será destinada à orientação e à fixação de prazo razoável para correção das irregularidades sanáveis.

Art. 6º. A Prefeitura Municipal poderá, a qualquer tempo, verificar a correção do endereço declarado, a compatibilidade da atividade com o local indicado e a manutenção das condições de enquadramento do interessado como MEI.
§ 1º Constatada inconsistência de endereço ou irregularidade sanável, o MEI será notificado para correção ou transferência da sede de suas atividades no prazo de 30 (trinta) dias, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 2º O cancelamento do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento somente será promovido pelo órgão competente após o descumprimento da notificação ou quando a irregularidade for insanável, observados os procedimentos da REDESIM e da regulamentação do CGSIM.

Art. 7º. Fica expressamente vedada, no âmbito municipal, a exigência ou cobrança ao MEI de taxas, emolumentos, preços públicos administrativos, custos, inclusive prévios e suas renovações, ou valores a qualquer título relacionados:
I - à abertura, inscrição, registro, formalização e legalização;
II - ao funcionamento, alvará, licença, dispensa de alvará ou licença e respectivas renovações;
III - ao cadastro, inscrição municipal, atualização, alteração cadastral, baixa e encerramento;
IV - à emissão de certidões ou documentos indispensáveis aos procedimentos de formalização e legalização do MEI;
V - a serviços administrativos, expediente, análise técnica, vistoria, fiscalização, anotação de responsabilidade técnica ou atos equivalentes vinculados aos itens anteriores; e
VI - a quaisquer outros procedimentos municipais relativos à condição de MEI alcançados pelo art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e pelo art. 7º da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, com redação dada pela Resolução CGSIM nº 59, de 2020.
§ 1º A vedação abrange cobranças diretas e indiretas, ainda que identificadas como taxa de expediente, taxa de localização, taxa de fiscalização de funcionamento, taxa de alvará, taxa de licença, taxa de renovação, serviço administrativo, vistoria, análise ou denominação equivalente.
§ 2º Os sistemas municipais não poderão gerar guia, documento de arrecadação, débito automático ou lançamento financeiro em nome do MEI relativamente às hipóteses previstas neste artigo.
§ 3º O disposto neste artigo não afasta o recolhimento dos tributos devidos pelo MEI na forma do SIMEI, nem outras obrigações tributárias decorrentes de fatos geradores não relacionados aos atos e procedimentos abrangidos pela regra nacional de custo zero.

Art. 8º. Os órgãos e entidades municipais deverão utilizar o CNPJ como identificador cadastral principal do MEI e promover, preferencialmente de forma automática e sem interferência do contribuinte, as inscrições, alterações e baixas necessárias à prestação dos serviços públicos municipais.

Parágrafo único. A falta de integração tecnológica entre sistemas municipais e o Portal do Empreendedor não poderá ser utilizada para suspender, condicionar ou descaracterizar a dispensa de alvará e licença de funcionamento.

Art. 9º. Os cadastros e sistemas municipais deverão identificar o MEI com a expressão "DISPENSADO DE ALVARÁ E LICENÇA DE FUNCIONAMENTO", vedada a apresentação de status que induza o empreendedor ou terceiros à conclusão de que há pendência de alvará ou taxa.

Parágrafo único. Enquanto não concluída a integração eletrônica, os setores competentes deverão adotar procedimento interno simplificado, sem ônus e sem exigência adicional ao MEI.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Finanças e Tributação deverá bloquear a constituição de créditos e a emissão de cobranças incompatíveis com este Decreto.

Art. 11. Compete à Sala do Empreendedor, em articulação com os órgãos municipais competentes:
I - orientar o MEI sobre a dispensa automática de alvará e licença de funcionamento e sobre a vedação de cobrança de taxas e emolumentos;
II - auxiliar na emissão e conferência do CCMEI e no acesso ao Portal do Empreendedor;
III - comunicar aos setores responsáveis eventual cobrança indevida, exigência documental incompatível ou falha cadastral;
IV - apoiar a atualização dos fluxos, formulários, sistemas, páginas eletrônicas e materiais de atendimento; e
V - manter orientação pública, clara e atualizada sobre os direitos, deveres e requisitos materiais aplicáveis às atividades do MEI.

Art. 12. Os agentes públicos deverão abster-se de criar exigências, condicionantes ou cobranças que, direta ou indiretamente, esvaziem a dispensa e o custo zero assegurados ao MEI, sujeitando-se a apuração administrativa em caso de descumprimento, sem prejuízo das demais responsabilidades cabíveis.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Município, poderá expedir normas complementares estritamente necessárias à execução deste Decreto, vedada a criação de obrigações adicionais ao MEI em desconformidade com a legislação nacional.

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Cerro Corá/RN, 10 de setembro de 2026

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:CDB960A8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 621/2026

DECRETO Nº 621/2026

Constitui Comissão de Avaliação de Bens Imóveis localizados no Município de Cerro Corá, para fins

de apuração da base de cálculo do Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos - ITIV e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO CORÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,

Considerando que é atribuição do Prefeito dispor sobre a organização e funcionamento da administração pública municipal, com fundamento no inciso VII, do art. 60, da Lei Orgânica do Município;
Considerando, também, ser atribuição do Prefeito, dentre outras, superintender a arrecadação dos tributos, conforme disposto no inciso XXII, do art. 60, da Lei Orgânica do Município;
Considerando que compete ao Município exercer plenamente sua competência tributária, regulamentando os procedimentos de apuração e fiscalização da base de cálculo do Imposto;

Considerando que a avaliação de imóveis constitui ato administrativo preparatório ao lançamento tributário, devendo observar critérios técnicos e parâmetros objetivos, conforme os princípios da legalidade, razoabilidade e transparência,

D E C R E T A:

Art. 1º. É constituída a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, para fins de apuração da base de cálculo do Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos - ITIV, de competência do Município de Cerro Corá, com a participação dos seguintes servidores e colaboradores:

FRANCIELDSON CARLOS DOS SANTOS, Secretário Municipal de Finanças e Tributação (Portaria nº 014/2025-GP);

ANTÔNIO CARLOS CABRAL DE ARAÚJO, Coordenador Geral de Tributação (Portaria nº 015/2025-GP); e

GUSTAVO DOUGLAS BEZERRA SILVA, Engenheiro Civil, CREA-RN 2121112308.

Parágrafo único. A Comissão fica autorizada a requisitar a cooperação de servidores municipais que se fizerem necessários ao trabalho.

Art. 2º. A Comissão de Avaliação de Bens Imóveis poderá realizar avaliações de ofício, inclusive em lote, para fins de atualização cadastral ou conferência de valores declarados.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cerro Corá/RN, em 10 de setembro de 2026

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:4F2936A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
ERRATA DE PUBLICAÇÃO - PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 619/2026/SEMAG

Conforme publicado no Diário Oficial dos Munícipios do Rio Grande do Norte - FEMURN, no dia 31 de agosto de 2026, na edição nº. 3867 e código identificador: 2A3244C1.

ONDE SE LÊ –
Art. 1 - A concessão de 01 (uma) diária com pernoite.

Art. 2 - O referido pagamento será no valor de $100,00 (cem reais), correspondente a 01 (uma) diária com pernoite.

LEIA-SE –
Art. 1 A concessão de 1/2 (meia) diária sem pernoite.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor de $50,00 (cinquenta reais), correspondente a 1/2 (meia) diária sem pernoite.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:520D5A0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
ERRATA DE PÚBLICAÇÃO - PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 622/2026/SEMAG

, no dia 31 de agosto de 2026, na edição nº. 3867 e código identificador: DC3BECBB.

ONDE SE LÊ –
Art. 1 - A concessão de 01 (uma) diária com pernoite.

Art. 2 - O referido pagamento será no valor de $100,00 (cem reais), correspondente a 01 (uma) diária com pernoite.

LEIA-SE –
Art. 1 A concessão de 1/2 (meia) diária sem pernoite.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor de $50,00 (cinquenta reais), correspondente a 1/2 (meia) diária sem pernoite.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:33EBAC30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
ERRATA DE PÚBLICAÇÃO - PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 623/2026/SEMAG

Conforme publicado no Diário Oficial dos Munícipios do Rio Grande do Norte - FEMURN, no dia 31 de agosto de 2026, na edição nº. 3867 e código identificador: BF44BBA9.

ONDE SE LÊ –
Art. 1 A concessão de 1/2 (meia) diária sem pernoite.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor de $50,00 (cinquenta reais), correspondente a 1/2 (meia) diária sem pernoite.

LEIA-SE –
Art. 1 - A concessão de 01 (uma) diária com pernoite.

Art. 2 - O referido pagamento será no valor de $100,00 (cem reais), correspondente a 01 (uma) diária com pernoite.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:E9058FCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
ERRATA DE PÚBLICAÇÃO - PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 629/2026/SEMAG

Conforme publicado no Diário Oficial dos Munícipios do Rio Grande do Norte - FEMURN, no dia 28 de agosto de 2026, na edição nº. 3866 e código identificador: 89596D86.

ONDE SE LÊ –
Art. 1 - A concessão de 01 (uma) diária com pernoite.

Art. 2 - O referido pagamento será no valor de $70,00 (setenta reais), correspondente a 01 (uma) diária com pernoite.

LEIA-SE –
Art. 1 A concessão de 1/2 (meia) diária sem pernoite.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor de $35,00 (trinta e cinco reais), correspondente a 1/2 (meia) diária sem pernoite.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:67DB1B19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
ERRATA DE PÚBLICAÇÃO - PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 634/2026/SEMAG

Conforme publicado no Diário Oficial dos Munícipios do Rio Grande do Norte - FEMURN, no dia 28 de agosto de 2026, na edição nº. 3866 e código identificador: 22858FAD.

ONDE SE LÊ –
Art. 1 - A concessão de 01 (uma) diária com pernoite.

Art. 2 - O referido pagamento será no valor de $100,00 (cem reais), correspondente a 01 (uma) diária com pernoite.

LEIA-SE –
Art. 1 A concessão de 1/2 (meia) diária sem pernoite.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor de $50,00 (cinquenta reais), correspondente a 1/2 (meia) diária sem pernoite.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:7246D1D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
ERRATA DE PUBLICAÇÃO - PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 641/2026/SEMAG

Conforme publicado no Diário Oficial dos Munícipios do Rio Grande do Norte - FEMURN, no dia 31 de agosto de 2026, na edição nº. 3867 e código identificador: A3462AB1.

ONDE SE LÊ –
Art. 1 - A concessão de 01 (uma) diária com pernoite.

Art. 2 - O referido pagamento será no valor de $100,00 (cem reais), correspondente a 01 (uma) diária com pernoite.

LEIA-SE –
Art. 1 A concessão de 1/2 (meia) diária sem pernoite.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor de $50,00 (cinquenta reais), correspondente a 1/2 (meia) diária sem pernoite.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:6768A676

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026.

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, com disponibilização de operadores devidamente habilitados e todos os insumos necessários à execução dos serviços, visando atender às necessidades do Município de Cerro Corá/RN.

Contratantes: Gabinete do Prefeito Secretaria Municipal de Administração. Demais secretarias

Contratados: DF EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES LTDA ME - CNPJ: 29.048.853/0001-85; INOVA BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA ME - CNPJ: 17.458.945/0001-54.

Fundamentação Legal: Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

DF EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES LTDA ME - CNPJ: 29.048.853/0001-85, saiu vencedor nos Itens: 02, 05, 06, 07 e 08; totalizando o valor de R$ 768.456,00 (Setecentos e sessenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e seis reais). INOVA BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA ME - CNPJ: 17.458.945/0001-54, saiu vencedor nos Itens: 01, 03 e 04; totalizando o valor de 492.000,00 (Quatrocentos e noventa e dois mil reais).

Vigência das Atas de Registro de Preços: 10 de setembro de 2026 a 09 de setembro de 2027.

Cerro Corá/RN, 10 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:E259D024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 655/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **01 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:BD274916

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 656/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **04 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:9FB12136

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 657/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **06 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:20FDC211

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 658/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **08 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:7208C0A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 659/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **11 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São

Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:292E1D1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 660/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **13 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:F255FDA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 661/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **15 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:D015E587

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 662/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **18 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:DC82B584

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 663/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **20 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:BFF3EBEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 664/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **22 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:D054DFDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 665/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **25 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:355F723A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 666/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **27 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:EA5D49FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 667/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – Motorista – N4F, matricula nº. 0003239 - CPF: XXX.632.044-XX, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **29 de agosto de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:A47989D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 02/09/2026. Edição 3869.

ONDE SE LÊ: ADJUDICO, o(s) vencedor(es) do Pregão Eletrônico nº 023/2026 SRP, realizado em 27/08/2026, a saber: **Objeto:** Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, com disponibilização de operadores devidamente habilitados e todos os insumos necessários à execução dos serviços, visando atender às necessidades do Município de Cerro Corá/RN. BOLA VEICULOS LTDA EPP - CNPJ: 44.670.336/0001-37, saiu vencedor nos Itens: 001; 002, 006, 007, 008 e 009; totalizando R$ 689.254,00 (Seiscentos e oitenta e nove mil duzentos e cinquenta e quatro reais). DF EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES LTDA ME - CNPJ: 29.048.853/0001-85, saiu vencedor no Item: 005; com o valor de R$ 274.776,00 (Duzentos e setenta e quatro mil setecentos e setenta e seis reais). INOVA BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA ME - CNPJ: 17.458.945/0001-54, saiu vencedor nos Itens: 003 e 004; totalizando R$ 388.800,00 (Trezentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais). Cerro Corá/RN, 01 de setembro de 2026. Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN. CNPJ: 08.173.502/0001-26 -

MACIEL DOS SANTOS FREIRE –
Prefeito.

LEIA-SE: ADJUDICO, o(s) vencedor(es) do Pregão Eletrônico nº 023/2026 SRP, realizado em 27/08/2026, a saber: **Objeto:** Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, com disponibilização de operadores devidamente habilitados e todos os insumos necessários à execução dos serviços, visando atender às necessidades do Município de Cerro Corá/RN. DF EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES LTDA ME - CNPJ: 29.048.853/0001-85, saiu vencedor nos Itens: 02, 05, 06, 07 e 08; totalizando o valor de R$ 768.456,00 (Setecentos e sessenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e seis reais). INOVA BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA ME - CNPJ: 17.458.945/0001-54, saiu vencedor nos Itens: 01, 03 e 04; totalizando o valor de 492.000,00 (Quatrocentos e noventa e dois mil reais). Cerro Corá/RN, 10 de setembro de 2026. Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN - CNPJ: 08.173.502/0001-26.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE –
Prefeito.

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:3E8084F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 02/09/2026. Edição 3869.

ONDE SE LÊ: Objeto:Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, com disponibilização de operadores devidamente habilitados e todos os insumos necessários à execução dos serviços, visando atender às necessidades do Município de Cerro Corá/RN. Homologo pelo presente termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do pregoeiro e equipe de Apoio, referente à licitação PE023/2026 SRP, com início em14 de agosto de 2026, com sessão realizada em27 de agosto de 2026 (quinta-feira), nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor das empresas relacionadas a seguir: BOLA VEICULOS LTDA EPP - CNPJ: 44.670.336/0001-37, saiu vencedor nos Itens: 001; 002, 006, 007, 008 e 009; totalizando R$ 689.254,00 (Seiscentos e oitenta e nove mil duzentos e cinquenta e quatro reais). DF EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES LTDA ME - CNPJ: 29.048.853/0001-85, saiu vencedor no Item: 005; com o valor de R$ 274.776,00 (Duzentos e setenta e quatro mil setecentos e setenta e seis reais). INOVA BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA ME - CNPJ: 17.458.945/0001-54, saiu vencedor nos Itens: 003 e 004; totalizando R$ 388.800,00 (Trezentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais). Cerro Corá/RN, 01 de setembro de 2026. Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN. CNPJ: 08.173.502/0001-26. MACIEL DOS SANTOS FREIRE – Prefeito.

LEIA-SE: Objeto: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, com disponibilização de operadores devidamente habilitados e todos os insumos necessários à execução dos serviços, visando atender às necessidades do Município de Cerro Corá/RN. Homologo pelo presente termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do pregoeiro e equipe de Apoio, referente à licitação PE023/2026 SRP,com início em14 de agosto de 2026, com

sessão realizada em27 de agosto de 2026 (quinta-feira), nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor das empresas relacionadas a seguir: DF EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES LTDA ME - CNPJ: 29.048.853/0001-85, saiu vencedor nos Itens: 02, 05, 06, 07 e 08; totalizando o valor de R$ 768.456,00 (Setecentos e sessenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e seis reais). INOVA BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA ME - CNPJ: 17.458.945/0001-54, saiu vencedor nos Itens: 01, 03 e 04; totalizando o valor de 492.000,00 (Quatrocentos e noventa e dois mil reais). Cerro Corá/RN, 10 de setembro de 2026. Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN - CNPJ: 08.173.502/0001-26.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE –
Prefeito.

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:421F26F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 87/2026-EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 87/2026 - GP

O Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a Srª. **MARIA ANDREIA DA SILVA,**portadora do CPF/MF 117.***.***-05, do Cargo de provimento em Comissão, CC-2 de **ASSISTENTE DE GABINETE,** junto ao Gabinete do Prefeito**.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01 setembro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, 10 de setembro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:D32AE85A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 88/2026-EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 88/2026 - GP

O Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a Srª. **MICHERLÂNDIA LOURENÇO AGUIAR,**portadora do CPF/MF 081.***.***-95, do Cargo de provimento em Comissão, CC-4 de **Subcoordenadora Financeira do FMAS,** junto a Secretaria Municipal de **Assistência Social**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos e 01 de setembro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, 10 de setembro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:1ECBFA2A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 89/2026-EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 089/2026 - GP

O Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, **SÍLVIO MOURA DE ALENCAR,**portador do CPF/MF 791.xxx.xxx-20, Cargo de provimento em comissão, CC-3, **CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO DE IMÓVEIS E DÍVIDA ATIVA,** junto a Secretaria Municipal de Finanças**.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, 10 de setembro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:D7EEB7F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 90/2026-NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 090/2026 - GP

O Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **SÍLVIO MOURA DE ALENCAR,** portador do CPF/MF 791.xxx.xxx-20, para exercer o Cargo de provimento em comissão, CC-2, **ASSISTENTE DE GABINETE,** junto ao Gabinete do Prefeito**.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de setembro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, 10 de setembro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:AC8E79BF

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de inexigibilidade de licitação, nos moldes do art. 74, inciso V da Lei nº 14.133/2021.

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Licitação nº 023/2026, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM TERRENO NO SITIO TRONCO, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, PARA FINS DE FUNCIONAMENTO COMO O CAMPO DE FUTEBOL E EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL/RN, em favor de REGINALDO FERREIRA DA COSTA, inscrito no CPF nº 109.XXX.XXX-54, no valor global de R$ 19.452,00 (dezenove mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais), vigência de 12 (doze) meses.

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Coronel Ezequiel/RN, 10 de setembro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito de Coronel Ezequiel

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:EC596051

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 205/2026-GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 65, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 83 da Lei Complementar Municipal nº 02, de 23 de dezembro de 1992, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 90, de 13 de maio de 2026,

CONSIDERANDO a Declaração da Coordenadoria de Recursos Humanos, informando que a servidora faz jus ao gozo da Licença-Prêmio por Assiduidade;

CONSIDERANDO o parecer da Procuradoria Municipal proferido nos autos do Processo Administrativo nº 127/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade à servidora **NÁDIA DOS SANTOS FIRMINO DA S ILVA**, ocupante do cargo de **Monitora Social**, matrícula nº **3042-1**.

Art. 2º A licença de que trata o artigo anterior terá o período de gozo compreendido de **10 de setembro de 2026 a 10 de dezembro de 2026**, referente ao quinquênio **2015/2020**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Cruzeta/RN, 10 de setembro de 2026.

BALFRAN KATSSON DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e de Tributação

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:8D569707

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL RETIFICADO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90009/2026

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Currais Novos – RN, instituída pela Portaria nº 619 de 29 de abril de 2026, torna público aos interessados que realizará Processo Licitatório na Modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, sob o regime de Empreitada por Preço Global, visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES EM 14 RUAS, COM FORNECIMENTO DE MATÉRIAS, NO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN,** nos termo da Lei 14.133/2021 e decreto federal n° 11.462/23 e suas alterações, obedecendo ao disposto no ato convocatório e seus anexos. A sessão se dará às **09:00 horas (horário local) do dia 21 de outubro de 2026**, através do sítio Local: https://www.gov.br/compras/pt-br.

SÔNIA MARIA MEDEIROS DE PONTES
Agente de Contratação - CPL.

Publicado por:
Sônia Maria Medeiros de Pontes
Código Identificador:A6B38890

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90006/2026

CONTRATO Nº 599/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DO MAXIXE, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN.

CONTRATADA: CONSTRUTORA J V A LTDA ME - CNPJ: 07.062.694/0001-30, saiu vencedora no item:
Item 01 - Prestação de Serviços de Obras de Engenharia, no valor total de R$ 58.999,00 (cinquenta e oito mil novecentos e noventa e nove reais).

VIGÊNCIA: 10/09/2026 à 09/09/2027.

Currais Novos/RN, 10 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

CLAYPER DE MATOS SALUSTIANO
Sec. Mun. de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

JERONIMO EDUARDO DE AZEVEDO
Contratado

Publicado por:
Sônia Maria Medeiros de Pontes
Código Identificador:D161F597

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2026 - SRP

ADJUDICO E HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente aoPregão Eletrônico nº 90022/2026, que tem por objeto a **aquisição de material destinado a pavimentação**, realizada em 08 de julho de 2026 (quarta-feira), nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores.

J S SANTOS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ Nº 07.399.514/0001-00, saiu vencedor(a) no(s) item(ns):
Item 02 pelo valor unitário de R$ 24,00 (vinte e quatro reais) e a quantidade de 3.600 metros;

MAIS CONSTRUIR COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 24.563.754/0001-18, saiu vencedor(a) no(s) item(ns):

Item 01 pelo valor unitário de R$ 26,00 (vinte e seis reais) e a quantidade de 14.400 metros;
Item 03 pelo valor unitário de R$ 800,00 (oitocentos reais) e a quantidade de 480 milheiros;
Item 04 pelo valor unitário de R$ 800,00 (oitocentos reais) e a quantidade de 1.900 milheiros;
Item 05 pelo valor unitário de R$ 1.190,00 (mil cento e noventa reais) e a quantidade de 720 milheiro;
Item 06 pelo valor unitário de R$ 1.190,00 (mil cento e noventa reais) e a quantidade de 720 milheiro;
Item 07 pelo valor unitário de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) e a quantidade de 7.200 unidades;

Currais Novos/RN, 10 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Código Identificador:5E8900DC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.246, DE 10 DE SETEMBRO 2026.

Declara a resolução das doações com encargo e a reversão ao patrimônio público municipal dos Lotes 04 e 14 do Distrito Industrial "José Siderley de Meneses", transferidos com fundamento na Lei Municipal nº 3.929, de 28 de dezembro de 2023, em razão do descumprimento dos encargos da doação.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Currais Novos, e

CONSIDERANDO que o Município de Currais Novos, por meio da Lei Municipal nº 3.929, de 28 de dezembro de 2023, foi autorizado a transferir, por doação com encargos, os terrenos urbanos especificados em seus Anexos I e II às empresas vencedoras das Chamadas Públicas nº 06/2023 e nº 07/2023;

CONSIDERANDO que o Lote 04 do Distrito Industrial "José Siderley de Meneses" foi destinado à empresa CABORÉ LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.484.608/0001-71, vencedora da Chamada Pública nº 07/2023, conforme Anexo II, item VII, da Lei Municipal nº 3.929/2023;

CONSIDERANDO que o Lote 14 foi destinado à empresa T A FERREIRA DE ARAÚJO IMPERIAL SERVIÇOS, inscrita no CNPJ sob o nº 51.759.467/0001-50, vencedora da Chamada Pública nº 06/2023, conforme Anexo I, item V, da Lei Municipal nº 3.929/2023;

CONSIDERANDO que, embora a descrição textual constante do Anexo I, item V, da Lei Municipal nº 3.929/2023 tenha indicado o Lote 14 como situado no Distrito Industrial "Silvio Bezerra de Melo", na BR-226, o memorial descritivo integrante do mesmo dispositivo, especialmente suas coordenadas georreferenciadas e confrontações, identifica o imóvel como o Lote 14 situado na BR-427, Km 02, no Distrito Industrial "José Siderley de Meneses";

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 3.698, de 29 de outubro de 2021, estabelece, em seu art. 11, que a doação de lotes integrantes do Distrito Empresarial será condicionada ao cumprimento de encargos, devendo o instrumento de doação prever expressamente os encargos, os respectivos prazos e cláusula de reversão;

CONSIDERANDO que o art. 12 da Lei Municipal nº 3.698/2021 estabelece a reversão do bem ao patrimônio público em caso de descumprimento injustificado dos encargos impostos à doação, suspensão não justificada das atividades por mais de 180 (cento e oitenta) dias contínuos ou extinção da empresa ou cessação definitiva das atividades empresariais.

CONSIDERANDO que o art. 4º, inciso II, da Lei Municipal nº 3.929/2023 determina que os instrumentos de doação dos imóveis nela autorizados contenham cláusula de reversão ao patrimônio municipal nas hipóteses ali previstas, e que o § 2º do mesmo artigo estabelece que, em caso de reversão ou resolução, o bem retornará ao patrimônio público com as construções ou benfeitorias eventualmente realizadas, sem direito a qualquer indenização;

CONSIDERANDO que as empresas beneficiárias estavam submetidas aos encargos previstos na Lei Municipal nº 3.698/2021, na Lei Municipal nº 3.929/2023, nos respectivos instrumentos de doação, quando formalizados, e nos Editais das Chamadas Públicas nº 06/2023 e nº 07/2023;

CONSIDERANDO que as donatárias foram regularmente notificadas pela Secretaria Municipal de Administração (Matérias Publicadas no Diário Oficial dos Municípios em 24 de outubro de 2025. Edições 3653 e 3656) para fins de regularização das obrigações assumidas, nos termos dos respectivos procedimentos administrativos e das disposições dos Editais das Chamadas Públicas nº 06/2023 e nº 07/2023, tendo transcorrido o prazo concedido sem a devida regularização;

CONSIDERANDO que os Editais das Chamadas Públicas estabelecem consequências para o descumprimento das obrigações assumidas, inclusive o cancelamento dos benefícios concedidos e a reversão do imóvel ao patrimônio municipal;

CONSIDERANDO que o art. 76, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021 determina que os instrumentos de doação com encargo contenham, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão;

CONSIDERANDO o interesse público na recuperação dos imóveis destinados ao desenvolvimento econômico do Município e que não estejam sendo utilizados em conformidade com a finalidade e os encargos que fundamentaram sua destinação;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de distinguir, para fins administrativos e registrais, as situações em que a doação foi efetivamente formalizada por escritura pública e registro imobiliário daquelas em que não houve a conclusão da transferência do domínio, permanecendo o imóvel no patrimônio municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a resolução das doações com encargos referentes aos Lotes 04 e 14 do Distrito Industrial "José Siderley de Meneses", situados na BR-427, Km 02, neste Município, na hipótese de já terem sido formalizadas por escritura pública e registro imobiliário, em razão do descumprimento dos encargos e obrigações assumidos pelas respectivas beneficiárias, conforme apurado nos procedimentos administrativos próprios.

§ 1º A resolução prevista no caput alcança:

I – O Lote 04, destinado à empresa CABORÉ LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.484.608/0001-71, vencedora da Chamada Pública nº 07/2023;

II – O Lote 14, destinado à empresa T A FERREIRA DE ARAÚJO IMPERIAL SERVIÇOS, inscrita no CNPJ sob o nº 51.759.467/0001-50, vencedora da Chamada Pública nº 06/2023.

§ 2º Declarada a resolução da doação regularmente formalizada, o respectivo imóvel deverá ser revertido ao patrimônio público municipal, observadas as providências administrativas e registrais necessárias à efetivação da reversão.

Art. 2º. Nas hipóteses em que a doação tenha sido formalizada, a reversão abrangerá o terreno e as construções, edificações, acessões e benfeitorias eventualmente nele realizadas, que retornarão ao patrimônio público municipal sem direito a qualquer indenização ou retenção, nos termos do art. 12, parágrafo único, da Lei Municipal nº 3.698/2021 e do art. 4º, § 2º, da Lei Municipal nº 3.929/2023.

Art. 3º. As empresas alcançadas pelo art. 1º serão notificadas do teor deste Decreto para, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da notificação:

I – Apresentar-se perante o tabelionato competente, quando necessário, para a prática dos atos destinados à formalização da reversão do imóvel ao patrimônio municipal e ao cancelamento ou à averbação correspondente no Registro de Imóveis;

II – Apresentar, quando cabível, certidão atualizada da matrícula do imóvel e declaração acerca da existência ou inexistência de ônus, gravames, financiamentos ou garantias incidentes sobre o bem.

§ 1º O comparecimento da empresa para a prática dos atos registrais ou notariais previstos neste artigo terá caráter de formalização da situação jurídica decorrente da resolução da doação, não constituindo condição para a existência ou validade da resolução quando está decorrer de cláusula resolutiva expressamente pactuada e dos fundamentos legais e administrativos que a amparam.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no caput sem atendimento, a Procuradoria-Geral do Município adotará as medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis para a efetivação da reversão, inclusive perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, observada a legislação registral aplicável.

Art. 4º. Nas hipóteses em que a escritura pública de doação não tenha sido lavrada ou, embora lavrada, a transferência do domínio não tenha sido levada a registro, não se considerará consumada a transferência do imóvel ao particular, permanecendo o bem integrante do patrimônio municipal.

§ 1º Na situação prevista no caput, ficam canceladas a classificação e a homologação da empresa relativamente ao respectivo lote nas Chamadas Públicas nº 06/2023 ou nº 07/2023, conforme o caso, bem como o respectivo Termo de Ciência de Doação com Encargos, sem prejuízo das demais providências administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas.

§ 2º O disposto neste artigo não constitui reversão de domínio anteriormente transferido, mas providência administrativa destinada a reconhecer a permanência do imóvel no patrimônio municipal e a extinguir os efeitos da classificação e da destinação anteriormente conferidas à empresa no procedimento de seleção.

§ 3º A empresa alcançada por este artigo não fará jus a qualquer indenização em razão do cancelamento da classificação, da homologação ou do Termo de Ciência de Doação com Encargos, ressalvadas eventuais situações jurídicas definitivamente constituídas que devam ser apreciadas no respectivo processo administrativo.

Art. 5º. Compete:

I – À Assessoria Jurídica: promover ou acompanhar as notificações decorrentes deste Decreto; adotar as providências necessárias à formalização da resolução e da reversão das doações já formalizadas; acompanhar os atos notariais e registrais pertinentes; e promover, quando necessário, as medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis;

II – À Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos: realizar vistoria dos imóveis, com registro fotográfico das construções e benfeitorias eventualmente existentes, elaborar os respectivos termos de vistoria e promover as providências administrativas necessárias à reincorporação dos imóveis ao cadastro patrimonial do Município;

III – Ao Gabinete do Prefeito: promover a atualização do cadastro de empreendimentos do Distrito Empresarial e adotar as providências necessárias à futura destinação dos lotes, mediante o procedimento público de seleção e a legislação autorizativa cabível;

IV – À Secretaria Municipal de Tributação: promover, quando cabível, o cancelamento dos incentivos fiscais eventualmente concedidos em razão da doação e adotar as providências relativas aos valores eventualmente devidos ao Município, observada a legislação aplicável.

Art. 6º. Efetivada a reversão dos imóveis cuja doação tenha sido formalizada, ou reconhecida a permanência no patrimônio municipal daqueles cuja doação não tenha sido formalizada, os respectivos lotes ficarão disponíveis para nova destinação, observado o procedimento público de seleção e a necessidade de lei autorizativa específica para nova doação com encargos, na forma da Lei Municipal nº 3.698/2021.

Art. 7º. A situação jurídica de cada lote abrangido por este Decreto deverá ser individualizada no respectivo processo administrativo, especialmente quanto à existência de escritura pública de doação e ao registro imobiliário, de modo que sejam adotadas, conforme o caso, as providências previstas nos arts. 1º a 3º ou no art. 4º deste Decreto.

Art. 8º. O presente Decreto deverá ser juntado aos respectivos processos administrativos, acompanhado dos documentos comprobatórios do descumprimento dos encargos, das notificações realizadas e da situação jurídica e registral de cada imóvel.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, Palácio “Raul Macêdo”, em 10 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº _____/2026
IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS ABRANGIDOS

DESCRIÇÕES TRANSCRITAS DO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 3.929 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023 (EMPRESAS HABILITADAS NA CHAMADA PÚBLICA Nº 06)
V -Um terreno urbano, pertencente ao patrimônio público, situado à BR 226 –S/N –Zona de expansão urbana, DISTRITO INDUSTRIAL –SILVIO BEZERRA DE MELO, CURRAIS NOVOS/RN -LOTE 14 -Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P1, de coordenadas E 774.303,15m e N 9.305.132,85m, -, deste, segue confrontando com LOTE 04, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 93°25'14,2" e 63,19m até o vértice P2, de coordenadas E 774.366,22m e N 9.305.129,08m, -, deste, segue confrontando com ÁREA VERDE, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 186°44'22,6" e 22,37m até o vértice P3, de coordenadas E 774.363,60m e N 9.305.106,87m, -, deste, segue confrontando com ÁREA VERDE, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 273°14'09,5" e 31,48m até o vértice P4, de coordenadas E 774.332,17m e N 9.305.108,64m, -, deste, segue confrontando com LOTE 12, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 273°35'03,2" e 35,78m até o vértice P5, de coordenadas E 774.296,45m e N 9.305.110,88m, -, deste, segue confrontando com AVENIDA PROJETADA 02, com os seguintes azimutes planos e

distâncias: 16°56'54,5" e 22,97m até o vértice P1, de coordenadas E 774.303,15m e N 9.305.132,85m, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico de Referência (SGR) SIRGAS 2000, sendo projetadas no Sistema UTM, fuso 24 e hemisfério S, a partir das quais todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados, a ser doado com encargos a empresa T A FERREIRA DE ARAUJO IMPERIAL SERVIÇOS –CNPJ 51.759.467/0001-50, vencedora da chamada pública nº 06/2023;

DESCRIÇÕES TRANSCRITAS DO ANEXO II DA LEI MUNICIPAL Nº 3.929 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023 (EMPRESAS HABILITADAS NA CHAMADA PÚBLICA Nº 07)
VII -Um terreno urbano, pertencente ao patrimônio público, situado à BR 427 –KM 02 – DISTRITO INDUSTRIAL –JOSÉ SIDERLEY DE MENESES, CURRAIS NOVOS/RN -LOTE 04 -Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P1, de coordenadas E 774.316,54m e N 9.305.176,79m, deste, segue confrontando com LOTE 05, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 93°25'16,0" e 55,03m até o vértice P2, de coordenadas E 774.371,47m e N 9.305.173,50m, deste, segue confrontando com ÁREA VERDE, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 186°44'22,6" e 22,37m até o vértice P3, de coordenadas E 774.368,85m e N 9.305.151,29m, deste, segue confrontando com LOTE 03, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 273°25'15,0" e 59,11m até o vértice P4, de coordenadas E 774.309,84m e N 9.305.154,82m, deste, segue confrontando com AVENIDA PROJETADA 02, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 16°56'51,9" e 22,97m até o vértice P1, de coordenadas E 774.316,54m e N 9.305.176,79m, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico de Referência (SGR) SIRGAS 2000, sendo projetadas no Sistema UTM, fuso 24 e hemisfério S, a partir das quais todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados, a ser doado com encargos a empresa CABORÉ LOCAÇÕES LTDA –CNPJ 22.484.608/0001-71, vencedora da chamada pública nº 07/2023.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico de Referência (SGR) SIRGAS 2000, sendo projetadas no Sistema UTM, fuso 24 e hemisfério S, a partir das quais todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados.

Publicado por:
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Código Identificador:0C702A90

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.311, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 56, V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar os termos da Portaria nº 1.264, 28 de agosto de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 09/09/2026, Edição 3873.

ONDE LÊ-SE:

Matricula	Nome	Per. Aquisitivo	Per. Gozo
SETEMBRO/2026			
050-SEC MUN DE INFRA-ESTRUTURA E SERV URBANOS			
0002464 - 1	EMERSON LEAO DA SILVA	16/05/2025 - 15/05/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
200-SEC MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES			
0001193 - 1	JOSE ROBERIO RANGEL DA SILVA	01/10/2025 - 30/09/2026	16/09/2026 - 30/09/2026

LEIA-SE:

Matricula	Nome	Per. Aquisitivo	Per. Gozo
SETEMBRO/2026			
050-SEC MUN DE INFRA-ESTRUTURA E SERV URBANOS			
0002464 - 1	EMERSON LEAO DA SILVA	16/05/2025 - 15/05/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
200-SEC MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES			
0001193 - 1	JOSE ROBERIO RANGEL DA SILVA	01/10/2025 - 30/09/2026	01/09/2026 - 30/09/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua assinatura.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 10 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:FFBBC5A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 598/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): PRIME EVENTOS LTDA, CNPJ 26.918.401/0001-19.
OBJETO: fornecimento de acesso a crianças e seus acompanhantes ao bloco infantil "Bloco Xameguinho 2026", que acontecerá no dia 20 de setembro de 2026, como parte integrante a programação do "Carnaxelita 2026", no município de Currais Novos/RN.
VALOR: R$ 29,55 (vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos) o acesso de criança ao Bloco Xameguinho, obedecendo ao limite máximo de 2.200 unidades, e R$ 29,55 (vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos) o acesso do acompanhante, obedecendo ao limite máximo de 2.200 unidades.
VIGÊNCIA: 03 de setembro de 2026 a 31 de outubro de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 03 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

DAVID NARWITH MARQUES GOMES -
Secretário Municipal de Desenvolvimento Economico e Turismo

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:931AC543

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 330/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 5.584/2024

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa 50.201.700 LENIZE JEANE DE MACEDO NUNES, CNPJ: 50.201.700/0001-12, para apresentação musical da Banda Forró Relabucho, no dia 12 de setembro de 2026, durante a programação da 45° Festa de São José, padroeiro da comunidade Trangola, na Zona Rural de Currais Novos/RN, com valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 27.696/2026.

Currais Novos, 09 de setembro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:56CCF06F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
EDITAL SIMPLIFICADO Nº 01/2026 – SEMEL

I COPA INTEGRAÇÃO DE FUTEBOL DE CAMPO 2026

1. DA COMPETIÇÃO

1.1. A Prefeitura Municipal de Currais Novos, por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEMEL, com sede na Rua Abílio Chacon, nº 346, Bairro JK, Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura do Edital nº 001/2026, que dispõe sobre a realização da I COPA INTEGRAÇÃO DE FUTEBOL DE CAMPO 2026, a ser realizada no Município de Currais Novos/RN, com início previsto para o dia 11 de setembro de 2026, no Estádio Municipal Coronel José Bezerra, conforme calendário oficial da competição.

2. DAS FINALIDADES

2.1. A competição tem por objetivo promover a integração esportiva, o lazer, a cidadania e a prática saudável do futebol, incentivando a participação das comunidades do município.

3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1. A I Copa Integração de Futebol 2026 será regida pelas regras oficiais da FIFA em tudo que não contrariar o referido Regulamento da competição.
3.2. A I Copa INTEGRAÇÃO de Futebol 2026 é uma promoção da Prefeitura Municipal de C. Novos, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL), com o apoio das demais secretarias.
3.3.A Agremiação participante da I Copa CURRAIS NOVOS de Futebol 2026 será considerada conhecedora da Legislação Desportiva e deste Regulamento Geral, no que diz respeito aos seus direitos e obrigações, ficando submetida a todas as disposições e penalidades que delas emanam.
3.4. O evento terá o objetivo de integrar as comunidades rurais do nosso município e despertar para a prática saudável, entretenimento, lazer e cidadania.

4. DA PARTICIPAÇÃO E DAS INSCRIÇÕES

4.1. Poderão participar da I Copa Integração de Futebol de Campo 2026 as equipes que realizarem sua inscrição dentro do prazo estabelecido e atenderem às condições deste Edital e do Regulamento.
4.2. As inscrições serão gratuitas.
4.3. Cada equipe poderá inscrever até 25 (vinte e cinco) atletas, devendo apresentar a relação nominal dos jogadores à Organização da Competição até o congresso, conforme orientação da SEMEL.
4.4. Poderão participar atletas que tenham jogado profissionalmente.
4.5. Poderão participar atletas que tenham residência fixa no Município de Currais Novos/RN há, no mínimo, 6 (seis) meses, ou que comprovem vínculo com instituição do município, de natureza trabalhista, esportiva ou escolar.
4.6. Também poderão participar atletas naturais de Currais Novos/RN.
4.7. A idade mínima para participação será de 16 (dezesseis) anos, sendo obrigatória a autorização assinada pelos pais ou responsáveis para atletas menores de 18 (dezoito) anos.
4.8. Somente o goleiro poderá ser de fora do Município de Currais Novos/RN.
4.9. O atleta inscrito por mais de uma equipe será eliminado da competição.
4.10. As equipes deverão apresentar documentação e informações verdadeiras, sujeitando-se às medidas cabíveis em caso de irregularidade.

5. DA FÓRMULA DE DISPUTA

5.1. A fórmula de disputa será definida de acordo com o número de equipes inscritas, a critério da Organização da Competição.
5.2. Todas as posições dos grupos serão sorteadas.
5.3. O sorteio dos grupos será realizado em 31 de agosto de 2026.
5.4. Todos os jogos serão realizados no Estádio Municipal Coronel José Bezerra.

6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Em caso de empate na pontuação da primeira fase, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios:
a) confronto direto, entre duas equipes;
b) maior número de vitórias;
c) maior número de gols marcados;
d) menor número de cartões amarelos;
e) menor número de cartões vermelhos;
f) menor número de gols sofridos;
g) saldo de gols em toda a fase;
h) sorteio.

7. DA ORGANIZAÇÃO E SEGURANÇA

7.1. A SEMEL, por meio da Organização da Competição, será responsável pela organização e coordenação da competição.
7.2. Cada equipe será responsável por seus atletas e comissão técnica.
7.3. A Organização poderá solicitar o apoio dos órgãos de segurança quando necessário.
7.4. A partida somente poderá ser realizada com a presença da arbitragem.
7.5. Havendo falta de segurança que impossibilite o prosseguimento da partida, o árbitro poderá encerrá-la, registrando os fatos em súmula e relatório para análise da Organização.

8. DA REALIZAÇÃO DAS PARTIDAS

8.1. As partidas serão disputadas nos dias e horários estabelecidos pela Organização da Competição e divulgados na tabela oficial ou em notas oficiais.
8.2. As equipes deverão comparecer devidamente uniformizadas e com seus atletas regularmente inscritos.
8.3. As equipes deverão estar presentes no local da partida antes do horário estabelecido, observada a tolerância regulamentar de 15 (quinze) minutos.
8.4. O jogo terá duração de 35 (trinta e cinco) minutos por tempo, com parada técnica aos 20 (vinte) minutos de cada tempo e intervalo de 10 (dez) minutos.
8.5. Cada equipe deverá levar 1 (uma) bola em condição de uso para sua partida e deixá-la à disposição durante o jogo.
8.6. As substituições serão de até 8 (oito) por equipe, observadas as regras estabelecidas no Regulamento.
8.7. Nenhuma partida poderá ser iniciada ou reiniciada com número inferior a 7 (sete) atletas.
8.8. A equipe que não comparecer no prazo de tolerância será considerada perdedora por W.O.

9. DO W.O., ATRASOS E ABANDONO

9.1. A equipe que provocar atraso no jogo estará sujeita ao pagamento de multa correspondente a 1 (uma) cesta básica de 10 kg, a ser destinada a casa de caridade ou família carente de Currais Novos.
9.2. A equipe penalizada pelo atraso terá prazo de 72 (setenta e duas) horas após a partida para cumprir a penalidade e entregar o respectivo comprovante à Coordenação da Competição.
9.3. A equipe que perder por W.O. estará sujeita ao pagamento de 1 (uma) cesta básica de 10 kg, além das despesas com a arbitragem escalada para a partida, no valor de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).
9.4. O cumprimento das penalidades deverá ocorrer no prazo de até 72 (setenta e duas) horas após a data prevista para a partida.
9.5. No W.O., será computado o placar de 1 x 0 para a equipe presente, com 3 (três) pontos para a equipe presente e -1 (menos um) ponto para a equipe ausente.
9.6. A segunda ocorrência de W.O. acarretará a eliminação automática da equipe da competição.

9.7. A equipe que abandonar a competição terá seus resultados anteriores anulados, inclusive pontos, gols marcados e gols sofridos, conforme o Regulamento.
9.8. A equipe que cometer o segundo W.O. poderá ficar suspensa por 2 (dois) anos, com os atletas ausentes, caso não comprove motivo justo para as ausências.

10. DO ADIAMENTO E SUSPENSÃO DE PARTIDAS

10.1. Uma partida poderá ser adiada, interrompida ou suspensa por falta de segurança, mau tempo, mau estado do campo, conflitos ou distúrbios graves ou falecimento de pessoa envolvida com as equipes ou organização.
10.2. Quando a partida for suspensa por motivo de força maior, a Organização definirá a forma de sua continuidade ou remarcação.
10.3. A partida remarcada em razão de adiamento ou suspensão será realizada conforme determinação da Organização da Competição.
10.4. Quando a paralisação decorrer de culpa de ambas as equipes, serão aplicadas as consequências previstas no Regulamento.

11. DA DISCIPLINA, PENALIDADES E RECURSOS

11.1. As equipes, atletas, técnicos, dirigentes e demais participantes estarão sujeitos às penalidades previstas neste Edital, no Regulamento e, quando aplicável, no Código Brasileiro de Justiça Desportiva – CBJD.
11.2. O atleta que receber 3 (três) cartões amarelos cumprirá suspensão automática de 1 (uma) partida, sendo os cartões acumulativos em todas as fases.
11.3. O atleta que acumular 3 (três) cartões vermelhos será eliminado da competição.
11.4. A utilização de atleta irregular acarretará perda de 3 (três) pontos, observadas as disposições do Regulamento.
11.5. Agressão física contra árbitro, dirigente, atleta, comissão técnica ou integrante da Organização poderá acarretar eliminação imediata da competição, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.
11.6. Protestos deverão ser apresentados por escrito, assinados e fundamentados, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a partida ou fato que lhes der causa.
11.7. A SEMEL, por meio dos servidores competentes, analisará os protestos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo haver pedido de reconsideração.

12. DA ARBITRAGEM

12.1. Nenhuma equipe poderá vetar árbitro.
12.2. Nenhuma partida deixará de ser realizada pelo não comparecimento da arbitragem, cabendo à Organização providenciar substituição, quando possível.
12.3. Os árbitros deverão entregar a súmula e o relatório da partida à Coordenação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Somente poderão permanecer no banco de reservas as pessoas inscritas na competição e constantes da súmula, observadas as funções autorizadas pelo Regulamento.
13.2. Atleta expulso não poderá permanecer no banco de reservas.
13.3. As equipes deverão acompanhar as comunicações oficiais da competição por meio do Diário Oficial, boletins e grupo de WhatsApp destinado aos representantes, sendo o grupo de WhatsApp meio oficial de comunicação.
13.4. Em caso de coincidência de cores, a equipe mandante terá a obrigação de trocar o uniforme e/ou utilizar coletes.
13.5. Atleta com suspeita de estar sob efeito de bebida alcoólica poderá ser impedido de disputar a partida, por medida de precaução.
13.6. A pontuação observará: vitória – 3 pontos; empate – 1 ponto; derrota – 0 ponto; ausência – menos 1 ponto.
13.7. O transporte das equipes e as despesas de deslocamento serão de responsabilidade das próprias equipes.
13.8. A Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a SEMEL não se responsabilizam pelo transporte das equipes nem por despesas de transporte e acidentes ocorridos com atletas ou dirigentes antes, durante ou depois das partidas, sem prejuízo das responsabilidades legais aplicáveis.

14. DA PREMIAÇÃO

14.1. Serão ofertadas às equipes classificadas as seguintes premiações:
1º COLOCADO – R$ 3.000,00 (três mil reais);
2º COLOCADO – R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);
3º COLOCADO – R$ 1.000,00 (mil reais);
4º COLOCADO – R$ 500,00 (quinhentos reais).
14.2. O valor total da premiação em dinheiro será de R$ 6.000,00 (seis mil reais).
14.3. O pagamento da premiação em dinheiro será realizado após o encerramento oficial da competição, mediante divulgação da classificação final, apresentação da documentação exigida, conclusão dos trâmites administrativos e resolução de eventuais pendências.
14.4. As equipes contempladas deverão apresentar CPF, documento de identidade, comprovante de residência e dados bancários atualizados do representante legal, além de assinar o Termo de Recebimento da Premiação.
14.5. O pagamento será realizado em parcela única, mediante transferência bancária para conta de titularidade do representante legal da equipe contemplada.
14.6. O pagamento poderá ser suspenso caso sejam identificadas divergências nos resultados, inconsistências nas informações ou pendências documentais.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Organização da Competição.
15.2. O não comparecimento às partidas e o abandono da competição sujeitarão as equipes e atletas às penalidades previstas no Regulamento, inclusive suspensão de 2 (dois) anos das competições promovidas pela SEMEL, quando cabível.
15.3. A inscrição e participação na I Copa Integração de Futebol de Campo 2026 implicam ciência e aceitação integral deste Edital e do Regulamento da Competição.

Currais Novos/RN, 21 de agosto de 2026.

SUEID RUSK BEZERRA LINS
Secretário Municipal de Esportes e Lazer – SEMEL

ANEXO I
I COPA INTEGRAÇÃO DE FUTEBOL DE CAMPO 2026

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME DA EQUIPE/CLUBE: _____
COMUNIDADE: _____
COMISSÃO TÉCNICA DA EQUIPE/CLUBE:
REPRESENTANTE: _____ CONTATO: _____
TÉCNICO: _____ CONTATO: _____
AUX. TÉCNICO: _____ CONTATO: _____

Declaro, para os devidos fins, que as informações contidas nesta ficha de inscrição são verdadeiras, e os atletas nela relacionados encontram-se em plenas condições físicas e de saúde para participar da I Copa da Integração de Futebol de Campo 2026. Declaro, ainda, estar ciente e de pleno acordo com o regulamento da competição, assumindo total responsabilidade pelo(a) Clube/Equipe inscrito(a).

Currais novos/RN, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Representante

RELAÇÃO DOS ATLETAS

Nº	NOME DO ATLETA	DATA DE NASC.	ASSINATURA DO ATLETA
1			
2			
3			
4			

5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

ANEXO II
I COPA INTEGRAÇÃO DE FUTEBOL DE CAMPO 2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE MENOR

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, na qualidade de _____ (pai, mãe ou responsável legal), autorizo o(a) menor _____, portador(a) do CPF nº _____, atleta da equipe _____, a participar da I COPA INTEGRAÇÃO DE FUTEBOL DE CAMPO 2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEMEL, com início previsto para o dia 11 de setembro de 2026, no Município de Currais Novos/RN.
Declaro que a participação do(a) menor ocorre por livre e espontânea vontade, estando ciente das atividades esportivas que integram a competição e autorizando sua participação nas partidas e demais atividades relacionadas ao evento.
Declaro, ainda, estar ciente dos riscos inerentes à prática esportiva, assumindo a responsabilidade pela presente autorização e pela participação do(a) menor na competição, sem prejuízo das responsabilidades legais atribuídas à organização do evento.
Por ser expressão da verdade, firmo o presente Termo de Autorização.

Currais Novos/RN, _____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO(A) RESPONSÁVEL LEGAL
Nome: _____
CPF: _____
Telefone: _____

ASSINATURA DO(A) ATLETA MENOR
Nome: _____

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:9B36CAD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 265/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 5.172/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável a licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação do(a) senhor(a) VANDIELIO PEREIRA DA SILVA, CPF Nº 016.710.544-23, para prestação de serviço de Orientador Social (Monitor de Artes) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no período de 01 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor mensal de R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 25.268/2026.

Currais Novos, 20 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:7C4CA3FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 139/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESCINDE, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2026, o contrato com a senhora **AMANDA CORTEZ FURTADO**, inscrita no CPF sob o nº ***.123.604-**, de prestação de serviços como Psicóloga, celebrado entre as partes supracitadas em 05 de janeiro de 2026, com fundamento no item 7.1.5 da Cláusula Sétima, aditivado em 29 de maio de 2026.

Currais Novos, 31 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

LIDIANE GISLAYNE DA SILVA
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:35B10BE5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO Nº 202606220001

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO Nº 202606220001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO, inscrita no CNPJ sob o nº 08.355.760/0001-23.
CONTRATADA: J F ENGENHARIA & SERVICOS - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 28.585.944/0001-97.
OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços de engenharia, drenagem e pavimentação ao acesso ligando o Bairro Encanto de Cima ao Bairro Osvaldo Januário.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL O presente apostilamento é realizado com fundamento na Cláusula Décima Sexta, subitem 16.4, do contrato original, que permite registros que não caracterizam alteração contratual por simples apostila, conforme o art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
2. DO OBJETO DO APOSTILAMENTO Este termo visa registrar a inclusão de nova dotação orçamentária para suporte financeiro à execução das obras, conforme detalhado no Balancete da Despesa da Unidade Gestora para o período de 2026:
Órgão Orçamentário: 7000 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.
Unidade Orçamentária: 7001 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.
Ação: 1.5 – Manutenção das Atividades Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
Despesa: 170.
Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.
Fonte de Recurso: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos.

3. RATIFICAÇÃO Permanecem ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº

202606220001, assinado em 22 de junho de 2026, do qual este termo passa a fazer parte integrante.

Encanto/RN, 31 de agosto de 2026.

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:B250245B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 090901/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 090901/2026

O Município de Encanto/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 070/2023, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 090901/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso I e II § 7º, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO CORRETIVA DO ÔNIBUS VW 15-190, ANO 2010/2011, PLACA NNY9718, PERTENCENTE À FROTA DO MUNICÍPIO DE ENCANTO/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. **pelo valor de R$ 8.510,00 (oito mil e quinhentos e dez reais),** em favor da empresa E N PNEUS, PECAS E SERVICOS EIRELI

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Encanto/RN, 9 de setembro de 2026

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 090901/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09090001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 090901/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO ENCANTO/RN.
CONTRATADO: E N PNEUS, PECAS E SERVICOS EIRELI
OBJETO:AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO CORRETIVA DO ÔNIBUS VW 15-190, ANO 2010/2011, PLACA NNY9718, PERTENCENTE À FROTA DO MUNICÍPIO DE ENCANTO/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
VALOR TOTAL: R$ 8.510,00 (oito mil e quinhentos e dez reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, Inciso I e II § 7º, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.

Encanto/RN, 9 de setembro de 2026

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:3A9A6834

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000011/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000011/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2026
O **MUNICÍPIO ESPÍRITO SANTO/RN**, com sede no(a) Avenida Prefeito Manoel Correia, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 08.362.287/0001-01, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito(a), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, no **Processo Administrativo nº. 001499/2026**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº. 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO E EQUIPAMENTOS DA CENTRAL DE MONITORAMENTO PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN**, especificado nos itens do Termo de Referência, anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000011/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
Empresa: AUDAZ SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA LTDA-ME
CNPJ: 06.070.309/0001-34
Endereço: Rua Dr. Horácio, n° 495, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.054-640
E-mail: audazseguranca@hotmail.com
Representante Legal: Walter Petrônio Silveira Leiros
CPF: 007.467.214-20
GRUPO I - ITEM -DESCRIÇÃO-MARCA-UNID.-QUANT.-V. UNIT. 1-CAMERAS 4 MP (descrição conforme Termo de Referência)-INTELBRAS-UND-7-R$ 1.200,00; 2-CAMERAS SPEED DOME (descrição conforme Termo de Referência)-INTELBRAS-UND-3-R$ 18.520,00; 3-CAMERAS LPR (descrição conforme Termo de Referência)-INTELBRAS-UND-5-R$ 9.760,00; 4-INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA (descrição conforme Termo de Referência)-SERVIÇO-SERV-1-R$ 90.550,00; GRUPO II - ITEM -DESCRIÇÃO-MARCA-UNID.-QUANT.-V. UNIT. 1-TELEVISOR SMART TV DE 50 POLEGADAS (descrição conforme Termo de Referência)-LINHA ROKU TV-UND-4-R$ 2.500,00; 2-COMPUTADOR PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO (descrição conforme Termo de Referência)-LENOVO-UND-2-R$ 15.576,17; 3-MESA EM MDF COM DUAS ESTAÇÕES DE TRABALHO (descrição conforme Termo de Referência)-GURGEL MÓVEIS-UND-1-4.527,66; 4-CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE (descrição conforme Termo de Referência)-PROLABORE-UND-5-R$ 1.700,00
CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO GERENCIADOR
O órgão gerenciador será o **Município de Espírito Santo/RN**.
CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.
4.4. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, conforme disposto no art. 61, parágrafo segundo do Decreto Municipal nº. 012/2025.
4.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
CLÁUSULA QUINTA - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº. 14.133/2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.7. Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.
5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.8. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, podendo ser assinada manualmente, mediante justificativa apresentada pela empresa registrada e aceita pelo Município.
5.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
CLÁUSULA SEXTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº. 14.133/2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
CLÁUSULA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.4. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.
CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no Item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.
CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS
10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Espírito Santo/RN, 10 de setembro de 2026.

Município de Espírito Santo/RN
JOSÉ FAGNER FREIRE -
Prefeito Municipal.

AUDAZ SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA LTDA-ME -
CNPJ: 06.070.309/0001-34 -
Empresa Registrada.

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:2E80C744

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 391/2026 – GP EM, 10/09/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 01 (uma) diária, a servidora SELEMIAS MARIA BEZERRA, CPF: XXX.909.924-XX, , cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana na cidade de Natal/RN, no dia 10 de setembro de 2026, na oportunidade em que irá participar de uma Reunião de alinhamento sobre oferta de cursos profissionalizantes e demandas junto ao SENAR.
Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de R$ 200,00 **(**duzentos reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 10/09/2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:D019544B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO N°. 017/2026

A Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, através da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, torna público que no dia 24 de setembro de 2026 às 08h30, fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2026 do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – OBJETO: Formação de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de água mineral, acondicionada em galões de 20 (vinte) litros, destinada ao atendimento das necessidades das unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência. LOCAL DE REALIZAÇÃO: https://bnc.org.br/ INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11 de setembro de 2026 às 08h15. FIM DE RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 24 de setembro de 2026 às 08h15. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua João Batista Gurgel, nº97 – Cidade Alta – Centro – Felipe Guerra/RN, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 13h00min e pelos sites:
https://bnc.org.br/
https://pmfelipeguerrarn.transparencia.topsolutionsrn.com.br/

Felipe Guerra/RN, 10 de setembro de 2026

WILEANO LEITE DE GÓIS –
Pregoeiro

Publicado por:
Wileano Leite de Gois
Código Identificador:6A0BB6CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 48/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO **Nº** 826010/2026 - **CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA/RN, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA – CNPJ: nº 08.349.086/0001-74. **CONTRATADA: FRANCISCO FAGNER DE MIRANDA OLIVEIRA, CNPJ: 010.479.554-90.** Contratação da representação artística exclusiva da banda Gospel "Tabernáculo", para a realização de apresentação musical ao vivo, no dia 17 de setembro de 2026, durante a programação oficial da tradicional Festa de Emancipação Política do Município de Felipe Guerra/RN, em conformidade com as condições, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual. **VALOR GLOBAL: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)**. LEGALIDADE: Lei federal n° 14.133/2021, para o corrente exercício.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Órgão Orçamentário	08 - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos
Programa	0064 - CIDADE DE EVENTOS – TRADIÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
Ação	2035 Realização de Eventos Histórico e Culturais
Elemento de despesa	3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Fonte	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

O presente contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 30/09/2026, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Felipe Guerra/RN, 10 de setembro de 2026.

ASSINATURAS: SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA, pela **CONTRATANTE** e FRANCISCO FAGNER DE MIRANDA OLIVEIRA pela **CONTRATADA**.

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:1ABC3730

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

GABINETE CIVIL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PLAJAMENTO - SEARHP
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS 002/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2026, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, constituída pela Portaria nº 005/2026, de 10/06/2026, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO E CONVOCA** candidatos realacionados para apresentarem documentação, conforme descrito abaixo:

DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Para formalização e assinatura do termo contratual o candidato terá que apresentar cópias, de BOA QUALIDADE, dos documentos abaixo relacionados, acompanhados dos originais quando não autenticados, **no dia 11 de setembro de 2026**, sexta-feira, das 8h30min às 12h na sede da Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Planejamento, localizada a Rua José Carlos, 150 – Centro – Frutuoso Gomes/RN – CEP: 59890-000. O não comparecimento do candidato no prazo acima descrito, ou a nao apresentação dos documentos solicitados, implicada na sua imediata desclassificação. Segue, portanto, lista de documentos e candidatos convocados:

a) Carteira de identidade;
b) Carteira de trabalho (página da foto, verso e qualquer outra que possua alguma anotação);
c) CPF;
d) Cartão do PIS/ PASEP;
e) (uma) foto tamanho 3X4 recente;
f) Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
g) Certificado de reservista para candidatos do sexo masculino;
h) Certidão de casamento ou nascimento se solteiro;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;
j) Declaração de Bens (fornecida pela Secretaria de Administração, Recusos Humasnos e Planejamento);
k) Prova de inexistência de antecedentes criminais, mediante certidões atualizadas da Justiça Federal e da Justiça Estadual;
Comprovante de residência atual em nome do candidato;
Declaração de acúmulo de cargo (fornecida pela Secretaria de Administração, Recusos Humasnos e Planejamento);
Comprovante do número da conta bancária que especifique o banco e a agência, aberta como conta salário ou conta corrente, exclusivamente no Banco do Brasil S/A (banco conveniado).
Cartão do SUS;
Registro no respectivo Conselho de Classe;
Todos os Diplomas/certificados de curso na área pleiteada, bem como de graduação, especialização, mestrado, dourtorado;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL OU DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL			
CLASS.	**NOME DO CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO FINAL**	**SITUAÇÃO DO CANDIDATO**
14°	Monallyza Thayná da Silva Almeida	60	CONVOCADO

Frutuoso Gomes/RN, 09 de setembro de 2026.

LAYANE KELLY MARTINS DE QUEIROZ
Secretária Municipal de Administração, Recursos Humanos e Planejamento.

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:6127EC7E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 497/2026/PMG-GP

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GALINHOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares a servidora, **LEONETE ROSENO DO NASCIMENTO**, inscrita no CPF sob número: ***.453.054-**, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sob a Matrícula nº 238;

Art. 2º - As férias referem-se ao ano de 2025, com direito ao gozo no período de 01 a 30 de setembro de 2026.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026.

Dê-se ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Galinhos/RN, 10 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:6898645B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 498/2026/PMG-GP

EMENTA: Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Constitucional de Galinhos, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base

Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 026/2025, que preconiza as concessões de Diárias,

R E S O L V E:

Art. 1° -Conceder ao Sr.**DIOGO SIQUEIRA TAVARES**, portador do CPF nº ***.682.214-**, Secretário Adjunto de Licitações do Município de Galinhos/RN, 03 (três) diárias interestaduais de R$ 500,00 (quinhentos reais), que totalizam o valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para custear despesas com hospedagem, deslocamento e alimentação durante sua permanência no Curso de **"INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (DFD, ETP, MR E TR)"**, que acontecerá nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2026 em João Pessoa/PB.

Local de Destino: João Pessoa/PB.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Galinhos – RN, 10 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:4E6BF7B0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 499/2026/PMG-GP

EMENTA: Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Constitucional de Galinhos, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 026/2025, que preconiza as concessões de Diárias,

R E S O L V E:

Art. 1° -Conceder ao senhor,**KAMILO OTHON RIBEIRO PEREIRA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº*****.777.764-****, Assessor Especial do Município de Galinhos/RN, 03 (três) diárias interestaduais de R$ 500,00 (quinhentos reais), que totalizam o valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para custear despesas com hospedagem, deslocamento e alimentação durante sua permanência no Curso de **"INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (DFD, ETP, MR E TR)"**, que acontecerá nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2026 em João Pessoa/PB.

Local de Destino: João Pessoa/PB.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Galinhos – RN, 10 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:54399103

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 500/2026/PMG-GP

EMENTA: Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Constitucional de Galinhos, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 026/2025, que preconiza as concessões de Diárias,

R E S O L V E:

Art. 1° -Conceder à sra. **SILVANIA MATIAS CAVALCANTE AQUINO**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº***.955.764-**, Assessora Jurídica Especial, 03 (três) diárias interestaduais de R$ 800,00 (oitocentos reais), que totalizam o valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), para custear despesas com hospedagem, deslocamento e alimentação durante sua permanência no Curso de **"INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (DFD, ETP, MR E TR)"**, que acontecerá nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2026 em João Pessoa/PB.

Local de Destino: João Pessoa/PB.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Galinhos – RN, 10 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:EC9D24E7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 501/2026/PMG-GP

EMENTA: Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Constitucional de Galinhos, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 026/2025, que preconiza as concessões de Diárias,

R E S O L V E:

Art. 1° -Conceder ao senhor, **ANDERSON BRUNO TEIXEIRA DAMASCENO**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº*****.075.274-****, Assessor de Licitações do Município de Galinhos/RN, 03 (três) diárias interestaduais de R$ 500,00 (quinhentos reais), que totalizam o valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para custear despesas com hospedagem, deslocamento e alimentação durante sua permanência no Curso de **"INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (DFD, ETP, MR E TR)"**, que acontecerá nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2026 em João Pessoa/PB.

Local de Destino: João Pessoa/PB.

Art. 2º -Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Galinhos – RN, 10 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:A62929C0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA-IPREVGOIANINHA
PORTARIA 040/2026 IG

PORTARIA N.º 040/2026 IG – 10 de Setembro de 2026.

O DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA – IPREVGOIANINHA , no uso de suas atribuições legais , definida através do decreto nº 1.564/2024 de 26 de Abril de 2024.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias e ½ (meia), no valor unitário de 1.200,00 (Hum e duzentos reais), ao Sr. Fabio Jose de Vasconcelos Uchoa, matricula nº 134.224-1, CPF; XXX.718.074-XX ,Ocupante o cargo de Diretor Executivo do IPREV GOIANINHA, para cobrir as despesas com hospedagem,deslocamento e alimentação , nos dias 10,11 e 12 de Setembro do ano em curso , para participar do 24º Congresso Previdenciário e III Seminário Internacional de Previdência a realizar-se ,na cidade de Foz de Iguaçu PR, auditório do Gran Carimã Convention Center, com o intuito de agregar capacitação, certificação e trazer novas informações das novas Leis Previdenciárias em relação aos RPPS.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

FABIO JOSE DE VASCONCELOS UCHOA
Diretor Executivo
IPREVGOIANINHA

Publicado por:
Fabio Jose de Vasconcelos Uchoa
Código Identificador:EEB6E118

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA-IPREVGOIANINHA
PORTARIA 041 2026

PORTARIA N.º 041/2026 IG – 10 de Setembro de 2026.

O DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA – IPREVGOIANINHA , no uso de suas atribuições legais , definida através do decreto nº 1.564/2024 de 26 de Abril de 2024.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias e ½ (meia), no valor unitário de 600,00 (Seiscentos reais), ao Sr. Jean Carlos Coutinho Lima, matricula nº 130.057-1, de CPF: xxx.491.684-xx, Ocupante o cargo de Gestor de Recursos e Pte. CPL do IPREV GOIANINHA, para cobrir as despesas com hospedagem, deslocamento e alimentação, nos dias 10,11 e 12 de Setembro do ano em curso , para participar do 24º Congresso Previdenciário e III Seminário Internacional de Previdência a realizar-se ,na cidade de Foz de Iguaçu PR, auditório do Gran Carimã Convention Center, com o intuito de agregar capacitação, certificações e trazer novas informações das novas Leis Previdenciárias em relação aos RPPS.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

FABIO JOSE DE VASCONCELOS UCHOA
Diretor Executivo
IPREVGOIANINHA

Publicado por:
Fabio Jose de Vasconcelos Uchoa
Código Identificador:BF3AEC4D

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
DECRETO 1.837/2026

DECRETO Nº 1.837, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"Altera o Decreto Municipal nº 784/2017, para dar nova redação ao artigo 9º, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Goianinha/RN, no uso das suas atribuições legais, e,
Considerando a necessidade de manter atualizadas e em pleno vigor as medidas relacionadas à apreensão de animais instituídas pelo Decreto Municipal nº 784/2017;
Considerando, sobretudo, o interesse público,

Decreta:

Art. 1º - O artigo 9º do Decreto Municipal nº 784/2017, que instituiu as medidas relacionadas à apreensão de animais no Município de Goianinha, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º *- Os valores cobrados pelos serviços descritos na Tabela I, Anexo Único deste Decreto, serão pagos em conta específica de arrecadação de tributos do Município, mediante pagamento através de Documento de Arrecadação Municipal, cabendo à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por seu órgão competente, fornecer o referido DAM e adotar todas as providências necessárias à mencionada arrecadação.*

§ 1º *- Se o animal for apreendido pela primeira vez, será aplicada imediatamente a multa, conforme valores indicados no artigo 10.*

§ 2º *- Na segunda infração, o pagamento da multa será em dobro.*

§ 3º *- Na terceira infração, a apreensão terá efeito de confisco e o animal será leiloado em hasta pública ou doado, independentemente de requerimento do proprietário e decurso do prazo.*

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

WILSON GOMES MACHADO JUNIOR
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Erinelly Barbosa do Nascimento
Código Identificador:FD269DAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA N.º 158/2026 – SEMPLAF

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GOIANINHA/RN, no uso de suas atribuições legais, definida através Decreto nº 1.564/2024, de 26.04.2024.

RESOLVE:

Conceder quatro diárias, no valor unitário de R$ 500,00 (quinhentos reais), totalizando a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), ao servidor **ALLISON HENRIQUE DA SILVA**, matrícula de nº 143254/0, ocupante do cargo de **DIRETOR ll,** para cobrir as despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem na cidade de Brasília/DF, no período de 12 a 27 de setembro de 2026, para acompanhar os atletas do município que participarão do JEBS (Jogos Escolares Brasileiro).

LIDIANE DE OLIVEIRA BEZERRA SILVA
Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Publicado por:
Claudia Antonia da Costa Basílio
Código Identificador:9883A5D7

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 082/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN – CNPJ: 08.162.687/0001-73.
CONTRATADA: **TINUS INFORMÁTICA LTDA – CNPJ sob o nº 35.408.525/0001-45**.
Processo nº **1124/06-2026** – **Pregão Eletrônico n°** 010/2021 CPL
OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato, cujo objeto consiste contratação de empresa especializada para prestação de serviço de tecnologia da informação para disponibilização mediante cessão de direito de uso por tempo determinado, de uma solução informatizada integrada para gestão tributária municipal, incluindo os serviços de suporte técnico e manutenção, destinada a atender as necessidades de serviços e de modernização da administração tributária da secretaria de tributação do município de Goianinha/RN, por mais 12 (doze) meses. **DOTAÇÃO:** Unidade Orçamentária 04.001 – Secretaria Municipal de Tributação e Arrecadação Ação 2015 – Manutenção da Sec.Munic.de Tributação e Arrecadação Natureza da despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Fonte de Recursos 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.
DATA DA ASSINATURA: 12/07/2025. **VIGÊNCIA**: início em 12.07.2026 a 12.07.2027.

Município de Goianinha/RN
HOSANIRA GALVÃO
Contratante

TINUS INFORMÁTICA LTDA
CNPJ sob o nº 35.408.525/0001-45
Contratada

Publicado por:
Crislaine da Silva Moreira
Código Identificador:4B10E45F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
REGULAMENTO DA 1ª EXPO DISSÉ — FESTA DO BODE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, torna público o presente Edital, que regulamenta a permissão de uso dos espaços públicos, os protocolos sanitários e as premiações vinculadas à "1ª EXPO DISSÉ — FESTA DO BODE 2026".

1. DO OBJETO E PERÍODO DO EVENTO
a- O presente Edital visa fixar as regras para a ocupação de instalações temporárias, bem como estabelecer os critérios das competições e as normas de controle sanitário animal para o evento "1ª EXPO DISSÉ — FESTA DO BODE 2026".
b- O evento será realizado nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2026.
c- O local de realização será o Horto Florestal, situado na Rua Manoel Joaquim, S/N, Centro, Governador Dix-Sept Rosado/RN.
d- O evento terá foco na exposição de espécies caprinas e ovinas.

2. DO CREDENCIAMENTO E DOCUMENTAÇÃO
a- Os credenciamentos dos autorizatários para os espaços públicos ocorreram nos dias 10 a 15 de setembro de 2026 (das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00), na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
b- Cada pretenso autorizatário terá o direito de solicitar apenas um único espaço público.
c- Para o cadastramento, foi exigida a apresentação de RG e CPF ou CNH (para pessoas físicas), CNPJ (para pessoas jurídicas) e comprovante de residência atualizado emitido nos últimos 90 dias.

3. DAS NORMAS DE USO DOS ESPAÇOS E SEGURANÇA
a- As instalações temporárias não poderão ultrapassar o limite do meio-fio.
b- Os autorizatários devem garantir a padronização técnica, sendo obrigatório o uso de extintor de incêndio de pó químico (com capacidade adequada), fiação elétrica com duplo isolamento (tipo PP) e sistema de aterramento de segurança para estruturas metálicas.
c- A comercialização de produtos que exijam uso de óleo aquecido, churrasqueiras, fritadeiras, grelhas, brasas ou fontes de calor deve ocorrer exclusivamente nos locais previamente definidos pela Administração Pública, visando o controle e a prevenção contra incêndios.
d- A limpeza da área ocupada e a destinação correta dos resíduos sólidos são de responsabilidade do comerciante credenciado.
e- O autorizatário que não se instalar no local designado até o início do evento, sem justificativa prévia, poderá perder o direito ao espaço.

4. DO PROTOCOLO DE BIOSSEGURANÇA E BEM-ESTAR ANIMAL
a- A entrada dos animais no recinto do evento está condicionada à apresentação da documentação sanitária exigida pelos órgãos competentes, incluindo a Guia de Trânsito Animal (GTA).
b- É expressamente vedada a participação de animais que apresentem sinais de doença infectocontagiosa, febre, apatia, diarreia persistente, secreções anormais ou alterações neurológicas.
c- Em caso de identificação de animais com sinais clínicos suspeitos, estes serão submetidos a isolamento imediato, com restrição de contato com outros animais do recinto.
d- A responsabilidade pela inspeção, controle e assistência sanitária do evento caberá ao Médico-Veterinário Responsável Técnico, Fernando Soares de Oliveira Júnior (CRMV/RN: 1378).
e- Os resíduos gerados nas baias, como fezes e restos de alimentos, deverão ser recolhidos e destinados adequadamente para evitar acúmulo e o surgimento de vetores e pragas.

5. DAS COMPETIÇÕES E PREMIAÇÕES A concessão de prêmios nas competições da "1ª EXPO DISSÉ" fica condicionada à comprovação da classificação e à identificação dos beneficiários, sendo fixados os seguintes valores:
a- Provas de Peso (Pesinho Pesado Caprinos, Pesinho Pesado Ovinos, Peso Pesado Caprinos e Peso Pesado Ovinos):
1º Lugar: R$ 2.000,00.
2º Lugar: R$ 1.500,00.
3º Lugar: R$ 800,00.

b- Torneio Leiteiro:
1º Lugar: R$ 2.000,00.
2º Lugar: R$ 1.500,00.
3º Lugar: R$ 800,00.

c- Culinária (Paçoca de carne de bode, Ensopado de bode, Carne de bode guisada e Buchada):
1º Lugar: R$ 200,00.
2º Lugar: R$ 150,00.
3º Lugar: R$ 100,00.

d- Culinária (Carne de carneiro na telha):
1º Lugar: R$ 200,00.
2º Lugar: R$ 150,00.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
a- A execução das despesas para o pagamento das premiações e demais custos associados a este Edital está condicionada à existência de disponibilidade financeira.
b- Tais despesas correrão por conta das dotações orçamentárias específicas do Município para o Exercício de 2026, vinculadas à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e Secretaria Municipal de Cultura, turismo, Desporto e Juventude, classificadas sob as seguintes rubricas:

02.007 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE	
Função	23 – Comércio e Serviços
Sub função	695 – Turismo
Programa	1005 – Cidade Sustentável e Inclusiva
Projeto/Atividade	2033 – Promoção de Eventos Sociais, Culturais e Esportivos
Elemento de Despesa	3390.31.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
Fonte de Recursos	Ficha: 260970 - 15000000 – Recursos não vinculados de Impostos

02.013 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	
Função	20 - Agricultura
Sub função	608 – Promoção da Produção Agropecuária
Programa	1005 - Cidade Sustentável e Inclusiva
Projeto/Atividade	2066 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Elemento de Despesa	3390.31.00 – Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras
Fonte de Recursos	Ficha:260933 - 15000000 – Recursos não vinculados de Impostos

7. DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
a- O descumprimento das regras de uso do espaço e de funcionamento do evento sujeitará o infrator às sanções previstas na legislação aplicável, que incluem advertências e multas administrativas.
b- A Secretaria Municipal competente manterá um cadastro vinculando o CPF ou CNPJ do infrator aos processos administrativos relativos às autuações aplicadas no perímetro do evento.
c- A imposição de multas assegurará ao autuado o direito ao contraditório e à ampla defesa, com prazo de 10 dias a contar da notificação para a apresentação de defesa.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS
a- O credenciamento implica na manifestação expressa de ciência e concordância do autorizatário com todas as regras emitidas pelos órgãos competentes para a ocupação do local.
b- Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, observando o ordenamento jurídico vigente e os atos complementares da Administração.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 10 de setembro de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

WALLACE TAVARES DOS SANTOS
Secretário Municipal De Agricultura E Desenvolvimento Rural

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:B50D3788

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE
EDITAL 003/2026 - CONCURSO GASTRONÔMICO PARA A 1ª EXPO DISSÉ 2026

EDITAL 003/2026
EDITAL DE CONCURSO GASTRONÔMICO PARA A 1ª EXPO DISSÉ 2026

A Prefeitura Municipal de Governador Dix-sept Rosado, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude, comunica que estão abertas as inscrições para concurso, cujo objetivo é a premiação de comidas derivadas de caprinos e ovinos, com ênfase em buchada de bode, paçoca de carne de bode, carne de carneiro na telha, carne de bode guisada e ensopado de carne de bode.

I. DO OBJETIVO:
O objetivo deste edital é resgatar características tradicionais da culinária nordestina, além de proporcionar lazer à população de Governador Dix-sept Rosado, de modo a diversificar a programação da EXPO DISSÉ 2026.

II. DAS INSCRIÇÕES
2.1 As inscrições serão gratuitas e estarão abertas no período de 10 a 15 de setembro de 2026 e serão recebidas na sede da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude.
2.2 Os interessados precisam ter mais de 18 (dezoito) anos e serem residentes no município.
2.3 Os interessados deverão entregar cópia de documentos pessoais (RG e CPF), bem como de comprovante de endereço.
2.4 É vedada a inscrição de servidores públicos municipais de Governador Dix-sept Rosado/RN.
2.5 O descumprimento de quaisquer destas condições implicará na desclassificação do participante em qualquer fase da seleção.

III. DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1 No âmbito deste concurso serão comprometidos recursos não reembolsáveis no valor de até R$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais).
3.2 As colocações terão a seguinte premiação:

Primeiro lugar - Buchada de bode	R$ 200,00
Segundo lugar - Buchada de bode	R$ 150,00
Terceiro lugar - Buchada de bode	R$ 100,00
Primeiro lugar - Paçoca de carne de bode	R$ 200,00
Segundo lugar - Paçoca de carne de bode	R$ 150,00
Terceiro lugar - Paçoca de carne de bode	R$ 100,00
Primeiro lugar - Carne de carneiro na telha	R$ 200,00
Segundo lugar - Carne de carneiro na telha	R$ 150,00
Terceiro lugar - Carne de carneiro na telha	R$ 100,00
Primeiro lugar - Carne de bode guisada	R$ 200,00
Segundo lugar - Carne de bode guisada	R$ 150,00
Terceiro lugar - Carne de bode guisada	R$ 100,00
Primeiro lugar – Ensopado de carne de bode	R$ 200,00
Segundo lugar - Ensopado de carne de bode	R$ 150,00
Terceiro lugar - Ensopado de carne de bode	R$ 100,00

3.3 Os valores serão oriundos da seguinte dotação orçamentária:

02.007 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE	
Função	23 – Comércio e Serviços
Sub função	695 – Turismo
Programa	1005 – Cidade Sustentável e Inclusiva
Projeto/Atividade	2033 – Promoção de Eventos Sociais, Culturais e Esportivos
Elemento de Despesa	3390.31.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
Fonte de Recursos	Ficha: 260970 - 15000000 – Recursos não vinculados de Impostos
Fonte de Recursos	Ficha: 260971 - 17040000 – Transferências da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural.

3.4 Os recursos para os vencedores serão liberados em parcela única, desembolsada em até 30 (trinta) dias da realização do concurso, sem descontos de impostos e contribuições previstos na legislação em vigor.
3.5 Os pagamentos serão efetuados em conta bancária própria do vencedor, de modo que não serão efetuados depósitos em conta conjunta ou em nome de terceiros.

IV. DO CONCURSO
4.1 O concurso será realizado em uma única etapa, através de votação da Comissão Julgadora nos dias 20 de setembro de 2026, durante a I EXPODISSÉ 2026.
4.2 O prato só poderá ser servido e apresentado à Comissão pelo próprio participante.
4.3 A receita preparada deverá ser apresentada em quantidade suficiente para que possa ser degustada por até 3 (três) pessoas.
4.4 Para efeitos de classificação serão levados em consideração os seguintes parâmetros:
I – Apresentação/aparência do prato;
II – Utilização de ingredientes regionais;
III – Sabor;
IV – Criatividade;
V – Textura/consistência.

4.5 Cada item de avaliação valerá 2 (dois) pontos com pontuação máxima, assim, de 10 (dez).
4.6 Havendo empate na classificação final, serão usados os seguintes critérios para desempate:
I – O participante que obtiver maior pontuação no quesito sabor, seguido de maior pontuação no quesito apresentação e aparência.
II – Caso ainda persista o empate, será considerado vencedor o mais velho.
4.7 A não apresentação do prato desclassifica automaticamente o participante.
4.8 Cada participante deverá fazer o transporte do seu prato.
4.9 Cada concorrente poderá participar com apenas uma receita.
4.10 A Comissão Julgadora é soberana e sua decisão é irrevogável.

V. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
5.1 Casos omissos serão analisados pela Assessoria Jurídica Municipal.
5.2 A participação neste edital pressupõe a aceitação total dos seus termos, não cabendo recurso.
5.3 Dúvidas e esclarecimentos podem ser obtidos através do endereço eletrônico juventude@prefeituradegovdixsept.rn.gov.br.
5.4 Fica eleito o foro da comarca de Mossoró/RN para dirimir quaisquer conflitos oriundos do cumprimento das normas deste Edital, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Governador Dix-Sept Rosado, 10 de setembro de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito

RAMON DIEGO MARTINS DE MELO
Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude

Publicado por:
Ramon Diego Martins de Melo
Código Identificador:5BEACFEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

ADJUDICO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Agente de Contratação Municipal, referente a licitação Pregão Eletrônico Nº 008/2026. **Objeto:** Registro de preços para contratação de empresa objetivando o fornecimento de água potável em caminhao pipa 8,00m³ (inclui tanque de aço para transporte de água e motobomba centrífuga a gasolina), custo horário produtivo diurno para abastecer áreas urbanas e distritos do Município de Ielmo Marinho/RN, e **HOMOLOGO** nos termos do artigo 71, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 001, de 02 de janeiro de 2025, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir: **Empresa(s) Vencedor(as): CONSTRUTORA BEZERRIL SOUTO LTDA** - CNPJ: 36.182.708/0001-58, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 001; totalizando o valor de R$ 1.626.000,00 (um milhão, seiscentos e vinte e seis mil reais).

Ielmo Marinho - RN, 10 de setembro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:3AB10043

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

ADJUDICO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Agente de Contratação Municipal, referente a licitação Pregão Eletrônico Nº 009/2026. **Objeto:** Registro de preços para contratação de empresa especializada na locação de veículos diversos objetivando atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Ielmo Marinho/RN, e **HOMOLOGO** nos termos do artigo 71, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 001, de 02 de janeiro de 2025, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir: **Empresa(s) Vencedor(as): COSTEIRA LOCADORA DE VEICULOS LTDA EPP** - CNPJ: 08.228.979/0001-61, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 003, 004, 005, 006; totalizando o valor de R$ 1.293.192,00 (um milhão, duzentos e noventa e três mil, cento e noventa e dois reais). **ERO LOCACOES LTDA** - CNPJ: 09.643.897/0001-46, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 002, 008; totalizando o valor de R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais). **J W P DA CAMARA** - CNPJ: 09.665.020/0001-56, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 001, 007; totalizando o valor de R$ 1.151.400,00 (um milhão, cento e cinquenta e um mil, quatrocentos reais).

Ielmo Marinho - RN, 10 de setembro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:002DB630

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
DISTRATO CONTRATUAL – REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 436/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: MANOEL MICHERLINE FERREIRA DA COSTA
DO OBJETO: Prestação de serviços como Motorista D junto à Secretaria Municipal de Educação.
DA VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo teve início em 13 de maio de 2026, ficando rescindido, por mútuo acordo entre as partes, em 11 de setembro de 2026.
DO DISTRATO CONTRATUAL: O distrato decorre do reconhecimento de ambas as partes manifestarem o interesse mútuo em rescindir o contrato em questão, resultando na dissolução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes do referido contrato, e por conseguinte, não restando quaisquer ônus financeiros ou obrigacionais relacionados a ele.
DISPOSIÇÕES FINAIS: Firma-se o termo final da relação a partir da data de assinatura do presente distrato contratual.

Ipanguaçu/RN, 11 de setembro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:253C1CB6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0030/2026

O Prefeito Municipal de Ipueira/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da licitante: AROLDO MEDEIROS DE SOUZA, CNPJ nº 37.826.269/0001-31, para PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM TRILHO PARA MATA BURRO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA DE IPUEIRA/RN, no valor global de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Ipueira/RN, 10 de setembro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:8559665A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5622/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0030/2026

RATIFICAÇÃO REFERENTE AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ipueira/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e ainda, considerando o incomensurável interesse público; considerando também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico, HOMOLOGA e RATIFICA o ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, junto a AROLDO MEDEIROS DE SOUZA, CNPJ nº 37.826.269/0001-31, para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM TRILHO PARA MATA BURRO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA DE IPUEIRA/RN, no valor global de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ancorado no Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP).

Ipueira/RN, 10 de setembro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:9E9100D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 0053/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ipueira/RN, CNPJ (MF) n.º 08.094.708/0001-60
CONTRATADA: AROLDO MEDEIROS DE SOUZA, CNPJ nº 37.826.269/0001-31
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM TRILHO PARA MATA BURRO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA DE IPUEIRA/RN.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
MODALIDADE LICITATÓRIA: Dispensa de Licitação nº 0030/2026 (Processo n.º 5622/2026).
DATA DA ASSINATURA: 10 de setembro de 2026
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua subscrição, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes.
SIGNATÁRIOS: ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS – pelo Contratante, AROLDO MEDEIROS DE SOUZA - pela Contratada.

Ipueira/RN, 10 de setembro de 2026

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:F1CE1825

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0051/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN
NOTIFICADA: R A DE O FILHO ENGENHARIA LTDA
ASSUNTO: APRESENTAÇÃO/INTEGRALIZAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

O **MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN**, por intermédio do setor competente, no exercício de suas atribuições de acompanhamento da execução do Contrato Administrativo nº 0051/2026, celebrado com a empresa **R A DE O FILHO ENGENHARIA LTDA**, vem, por meio desta, **NOTIFICAR** formalmente a CONTRATADA acerca do descumprimento da obrigação relativa à apresentação da garantia de execução contratual.
O Contrato Administrativo nº 0051/2026 estabelece, em sua Cláusula Décima – Da Garantia de Execução do Contrato, que a CONTRATADA deverá prestar garantia correspondente a **5**% (cinco por cento) do valor do contrato, mediante uma das modalidades legalmente admitidas.
Dispõe expressamente o item 10.6:
"A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive, quando houver aditivo."
Ocorre que já transcorreu o prazo máximo de 10 (dez) dias estabelecido contratualmente, sem que tenha sido apresentada/integralizada a correspondente garantia, situação que caracteriza descumprimento de obrigação expressamente assumida pela CONTRATADA.
Diante disso, fica a empresa R A DE O FILHO ENGENHARIA LTDA FORMALMENTE NOTIFICADA para promover, de imediato, a integralização da garantia contratual, mediante apresentação da documentação correspondente perante o Município de Ipueira/RN, observadas as condições e modalidades estabelecidas no contrato e na Lei nº 14.133/2021.
A empresa deverá, ainda, caso exista alguma circunstância que esteja impedindo ou retardando a apresentação da garantia, apresentar justificativa formal e devidamente fundamentada, acompanhada dos documentos comprobatórios pertinentes.
Fica a CONTRATADA advertida de que o próprio instrumento contratual estabelece, em seu item 10.7, que a inobservância do prazo para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, limitada ao máximo de 5% (cinco por cento).
Igualmente, o item **10.6.1** dispõe que:
"O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021."
Dessa forma, a presente notificação constitui comunicação formal do inadimplemento já verificado e oportunidade para imediata regularização, ficando a CONTRATADA expressamente cientificada de que a permanência da irregularidade poderá ensejar a adoção das medidas administrativas previstas no contrato, inclusive aplicação das penalidades cabíveis, retenção ou bloqueio nos termos contratuais e, caso ultrapassado o período de 25 (vinte e cinco) dias sem a devida regularização, instauração do procedimento destinado à extinção/rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Ressalta-se que a regularização posterior da garantia não prejudica a análise administrativa quanto às consequências decorrentes do período de atraso já verificado, nos termos do instrumento contratual.
Por fim, fica a empresa cientificada de que eventual ausência de manifestação ou permanência da irregularidade será registrada nos

autos do processo administrativo para adoção das providências cabíveis pela Administração.
Ipueira/RN, 10 de setembro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:B8649689

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 301/2026

Dispõe sobre a nomeação dos representantes do Conselho Municipal de Educação (CME) do Município de Itaú-RN, e dá outras providencias.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ-RN**, o Senhor JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Municipal nº 440/2016, art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, e art. 3º, da 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeadas as seguintes pessoas para compor o Conselho Municipal de Educação (CME):

REPRESENTANDO O PODER PÚBLICO

Representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
Manoel Egleudo Rodrigues Brasil, CPF nº 008.***.***-33, como titular.
Iêda Maria de Oliveira Freitas, CPF nº 937. ***.***-87, como suplente.

Representando a Assistência Social:
Tamisa Sammara da Silva Brasil, CPF nº 065. ***.***-40, como titular.
Francisco Iuremberg Martins de Oliveira, CPF nº 050. ***.***-00, como suplente.

Representando a Secretaria Municipal de Saúde:
Márcia Kelly de Almeida Mota, CPF nº 053. ***.***-59, como titular,
Leyla Priscilha Maia Souza, CPF nº 050. ***.***-90, como suplente,

Representando a Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
Arivan Alves Brasil Júnior, CPF nº 705. ***.***-10, como titular,
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes, CPF nº 062. ***.***-85, como suplente;

Representante dos Diretores Escolares:
Josicleide Soares da Silva Cavalcante, CPFº 045. ***.***-02, como titular.
Maria Neziania de Carvalho Maia Pereira, CPF nº 034. ***.***-21, como suplente.

REPRESENTANDO A SOCIENDADE CIVIL

Representando os professores da rede pública municipal:
Rita Josimara Aires Pereira Martins, CPF nº 041. ***.***-50, como titular.
Maria Neurimar Brasil Medeiros, CPF nº 009. ***.***-92, como suplente.
Gildekátia de Oliveira Freitas, CPF nº 007. ***.***-25, como titular.
Maria da Conceição Fernandes de Lima, CPF nº 008. ***.***-61, como suplente.

Representando o CACS-FUNDEB:
Stênio Marcos Maia de Lima, CPFº 538. ***.***-91, como titular.
Eduardo Alves de Lima, CPF nº 897. ***.***-91, como suplente.

Representando o Sindicato dos Profissionais da Educação:
Maria de Fátima Pereira Pinheiro, CPF nº 036. ***.***-92 como titular.
Alexsomara Maia Andrade, CPF nº 022. ***.***-63, como suplente.

Representando o Conselho Tutelar da Criança e Adolescente:
Emikson Kauâ Leite Pereira, CPF nº 129. ***.***-16, como titular.
Jadson Fernandes De Lima, CPF nº 083. ***.***-46, com suplente.

Representando as Escolas Privadas:
Maria Léiassandra Gonçalves Medeiros Pinheiro, CPF nº 650. ***.***-20, como titular.
Maria do Socorro Maia Fernandes Barbosa, CPF nº 466. ***.***-68, como suplente.

Representando os Profissionais da Educação da Rede Estadual:
José Eronildo da Silva, CPF nº 942. ***.***-15, como titular.
Deuzivania Santos Ferreira, CPF nº 011. ***.***-65, como suplente.

Representado Pais de Alunos da Educação Básica:
Maria Edileuza da Silva, CPFº 051. ***.***-70, como titular.
Alex Sandro Silva Resende, CPF n º 008. ***.***-65, como suplente.

Art. 2º Ao findar o exercício do cargo pelo qual foi indicado pela representação governamental, antes do fim do mandato deste conselho, fica a representação exonerada automaticamente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 10 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:13099420

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
II ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÚ/RN

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (08/09/2026), às 13h06min, nas dependências do Prédio da Prefeitura Municipal de Itaú/RN, realizou-se reunião do Conselho Municipal de Saúde de Itaú/RN, com a presença dos conselheiros municipais de saúde, conforme lista de presença anexa, sob a condução da Presidência do Conselho Municipal de Saúde. A reunião teve como tema principal a situação epidemiológica da dengue no município de Itaú/RN, com o objetivo de apresentar aos conselheiros o cenário atual, discutir os principais fatores relacionados à ocorrência dos casos e apresentar as ações e medidas que vêm sendo adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde para o enfrentamento da doença, prevenção de novos casos e proteção da população. Inicialmente, foi realizada a leitura e apreciação da ata da reunião anterior, sendo oportunizado aos conselheiros presentes espaço para apresentação de correções, sugestões ou considerações. Após a leitura, a ata foi submetida à apreciação do Plenário, sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Em seguida, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou a situação epidemiológica da dengue no município. Foi informado que, até o momento, foram registrados no último mês 19 casos notificados de dengue, sendo ressaltada a necessidade de fortalecer a vigilância epidemiológica, ampliar a identificação e notificação dos casos suspeitos e garantir o acompanhamento adequado dos pacientes. Foi destacado que a notificação dos casos suspeitos é fundamental para o conhecimento real da situação

epidemiológica do município e para que as equipes de saúde possam planejar e intensificar as ações de prevenção e controle. Nesse sentido, foi discutida a necessidade de ampliar a capacidade de identificação e notificação dos casos, tendo como meta de referência alcançar 40 casos notificados, de acordo com o planejamento e monitoramento epidemiológico municipal. A Secretaria Municipal de Saúde ressaltou que o aumento das notificações não significa necessariamente aumento da transmissão da doença, mas representa também o fortalecimento da vigilância e da capacidade de identificação dos casos suspeitos, permitindo uma melhor avaliação do cenário epidemiológico e a adoção de medidas de controle de forma mais oportuna. Na oportunidade a Conselheira Anatalia relatou a importância que sempre que o paciente realizar o exame em laboratório particular e for testado positivo, é importante trazer a equipe de saúde para ser realizada as notificações. O Conselheiro Zenas, explanou que os ACE já estão com trabalho de bloqueio em 12 quarteirões no bairro Centro. Durante a reunião, foi explicado aos conselheiros que a dengue é uma doença viral transmitida principalmente pela picada da fêmea infectada do mosquito Aedes aegypti, sendo fundamental a eliminação dos criadouros para interromper o ciclo de transmissão. Foram apresentados os principais sinais e sintomas da dengue, destacando-se a presença de febre alta de início súbito, geralmente acompanhada de dor de cabeça, dor atrás dos olhos, dores musculares e articulares, cansaço, fraqueza, náuseas, vômitos e manchas vermelhas na pele. Também foi ressaltado que alguns pacientes podem apresentar sinais de alarme, especialmente após o período inicial da doença, como dor abdominal intensa e contínua, vômitos persistentes, sangramentos, tontura, sonolência ou irritabilidade, dificuldade para respirar e queda da pressão, situações que exigem avaliação imediata pelos serviços de saúde. A Secretária informou que as Unidades Básicas de Saúde estão orientadas quanto ao acolhimento, avaliação clínica, acompanhamento e encaminhamento dos pacientes com suspeita de dengue, observando a necessidade de identificação precoce dos sinais de alarme. No que se refere à confirmação dos casos, foi informado que o município está realizando e encaminhando pacientes para testes rápidos e exames sorológicos, conforme indicação e disponibilidade, com o objetivo de auxiliar na investigação e confirmação dos casos suspeitos. Na área de controle vetorial, foi informado que já estão sendo utilizados inseticidas de ação residual/barreira, como estratégia complementar às ações de controle do mosquito, principalmente nos locais considerados prioritários, associada às demais medidas de eliminação de criadouros. Também foi informado aos conselheiros que o município já realizou o acionamento do carro fumacê, como medida complementar de controle do mosquito adulto, especialmente diante da necessidade de intensificação das ações em áreas consideradas de maior risco. Foi ressaltado, entretanto, que a utilização do fumacê não substitui a eliminação dos criadouros e as ações realizadas pelos Agentes de Combate às Endemias. A Secretaria Municipal de Saúde destacou ainda a intensificação das visitas domiciliares pelos Agentes de Combate às Endemias, com identificação de possíveis focos, orientação aos moradores e eliminação de recipientes que possam acumular água. Durante a discussão, um dos conselheiros ressaltou a importância da participação da população, destacando que "o combate à dengue não depende somente das ações realizadas pela Secretaria de Saúde, mas também da colaboração dos moradores, que devem manter seus imóveis livres de recipientes que possam acumular água e permitir o acesso dos agentes durante as visitas." Na sequência, foi apresentada a estrutura da Rede Municipal de Saúde, com destaque para a atuação das Unidades Básicas de Saúde no atendimento e acompanhamento dos pacientes com suspeita de dengue, bem como o papel da Vigilância em Saúde na identificação, investigação, notificação e monitoramento dos casos. Também foi discutida a situação das Unidades Básicas de Saúde – UBS, especialmente quanto à capacidade das equipes para acolhimento, avaliação, acompanhamento e orientação dos pacientes com sintomas compatíveis com dengue e outras arboviroses. Em seguida, foi abordada uma demanda relacionada à presença de cães soltos nas vias e espaços públicos do município, situação que vem causando preocupação entre os moradores e usuários desses locais. Foi relatado que a presença frequente de animais soltos tem dificultado a circulação de pessoas, a realização de caminhadas e atividades físicas, além de causar transtornos nas proximidades da igreja e em outros espaços de uso coletivo. Alguns moradores demonstraram preocupação com a possibilidade de ataques, mordeduras, acidentes de trânsito e transmissão de doenças e zoonoses, especialmente envolvendo crianças, idosos e pessoas que realizam atividades físicas nas áreas públicas. Os conselheiros destacaram que a situação deve ser tratada como uma questão de saúde pública, segurança e bem-estar da população, sendo necessária a adoção de medidas que possibilitem o controle responsável da população animal e a redução da circulação de animais sem supervisão nas vias públicas. Foi sugerida a realização de campanhas educativas sobre guarda responsável, vacinação, cuidados com os animais, prevenção de zoonoses e importância da não soltura de cães nas vias públicas. Também foi discutida a possibilidade de levantamento dos locais com maior concentração de animais e avaliação de medidas que possam ser adotadas pelo município dentro das suas atribuições. Como encaminhamento, ficou proposta a articulação entre a Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância em Saúde e demais setores competentes do município, para levantamento da situação, identificação dos principais pontos de ocorrência e elaboração de ações educativas e medidas de controle da população de cães soltos, observando a legislação aplicável e os princípios de proteção e bem-estar animal. Os conselheiros concordaram que o assunto deverá continuar sendo acompanhado pelo Conselho Municipal de Saúde, com apresentação de informações sobre as providências adotadas em reuniões posteriores. Após as discussões e os encaminhamentos, destacou-se a importância da participação do Conselho Municipal de Saúde na fiscalização das políticas públicas de saúde, ressaltando que o combate à doença depende da atuação integrada do Poder Público, dos profissionais de saúde, do Conselho Municipal de Saúde e da população. Nada mais havendo a tratar, às 13:37 horas, a reunião foi encerrada. Eu, Brendo Emanuel de Morais Andrade, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Itaú/RN, 08 de setembro de 2026.

BRENDO EMANUEL DE MORAIS ANDRADE
Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde

LEYLA PRICILHA MAIA SOUZA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:7785F42A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 030/2026

A Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretária Municipal de Turismo e Cultura, no uso de suas atribuições e, considerando o cumprimento da legislação vigente, pertinente a compras e contratos públicos, AUTORIZA a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026, junto a TRIPLICE G PROJETOS PRODUTOS E SERVICOS LTDA CNPJ 23.737.699/0001-72 para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA CULTURAL PARA ORIENTAÇÕES, IMPLANTAÇÃO, EXECUÇÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO FINAL DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB NO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ/RN, com valor global de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), ancorado no Art. 75 Inciso II, da Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal Nº 450/2025.

Jaçanã – RN, em 10 de Setembro de 2026.

RENATO ALEX GONÇALVES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:16FE38DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LISTA DOS INTERESSADOS
HABILITADOS/CREDENCIADOS E NÃO HABILITADOS
INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 044/2026
INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

Com base nas informações constantes na INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 003/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS E DE MÁQUINAS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ-RN. A Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN, torna público o resultado das empresas HABILITADOS/CREDENCIADOS E NÃO-HABILITADOS conforme tabela abaixo:

LISTA DOS INTERESSADOS HABILITADOS/CREDENCIADOS E NÃO-HABILITADOS

COLOCAÇÃO	EMPRESA	CNPJ	SITUAÇÃO	DATA
1º	W G FARIAS LTDA - ME	37.658.360/0001-95	HABILITADO	07-07-2026
2º	ELETRO PECAS LTDA - EPP	08.286.262/0001-76	HABILITADO	06-08-2026
3º	SOUZA AUTO PECAS LTDA - ME	14.296.822/0001-76	HABILITADO	06-08-2026

Jaçanã-RN, 10 de Agosto de 2026

JOSE JANAILSON SOUTO PEREIRA
Presidente

ÉDEN DO NASCIMENTO OLIVEIRA
Membro

ELIZABETH DAS NEVES SILVA
Membro

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:5FCC0F18

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000028/2025 – PMJ/RN

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 103/2025 – PMJ/RN

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50.
CONTRATADA: ALM CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA.,inscrita no CNPJ/MF nº. 58.XXX.XXX/0001-66.
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato n° 103/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01 de outubro de 2026 a 30 de setembro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 04 de setembro de 2026.

Jandaíra/RN, 04 de setembro de 2026.

Município de Jandaíra/RN
CNPJ/MF: 08.309.239/0001-50
REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal/Contratante

ALM Contabilidade e Assessoria LTDA.
CNPJ/MF: 58.XXX.XXX/0001-66
ALICE DE LIMA E MELO
Representante Legal/Contratada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:8AF55E21

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº106/2026 EMPENHO Nº 147/2026.

CONSIDERANDO a previsão do Art. 141 e incisos, da Lei nº. 14.133/21, especialmente a necessidade de observância da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, ressalvada a possibilidade de alteração mediante prévia justificativa, comunicação ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/2017, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO a natureza do fornecimento, são indispensáveis para manter em condições adequadas de funcionamento os equipamentos utilizados nas atividades de apoio à agricultura, manutenção de estradas vicinais, atendimento às demandas da população rural e demais ações de competência da Secretaria Municipal de Agricultura e da Administração pública.
Por estes motivos, justifica-se a alteração da ordem cronológica para o pagamento dos valores devidos à **HAROLDO LOPES FELIX, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.336.326/0001-88,** relativamente ao empenho de nº. **147/2026**, no valor de **R$ 21.550,00 (vinte e um mil, quinhentos e cinquenta reais)**, correspondente a **Nota Fiscal de nº. 68**, possibilitando a efetiva continuidade dos serviços realizados pela empresa contratada.
A adoção da presente medida justifica-se diante da necessidade dos serviços e a necessidade de garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais da Secretaria, fica justificada a excepcionalidade na ordem cronológica de pagamento, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Janduís/RN, 10 de setembro de 2026.

ANTONIO DÁRIO ARRUDA DUARTE
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos.

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:F0EC925A

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 107/2026 EMPENHO Nº 134/2026

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/20217, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente

ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO ainda, que a descontinuidade dos serviços de mão de obra terceirizada pode acarretar prejuízos à prestação dos serviços públicos essenciais, comprometendo o funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de apoio desenvolvidas pelos diversos órgãos da Administração Municipal.

CONSIDERANDO o que prevê os termos ao art. 141º da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento ao Prestador de Serviços **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TRABALHO POPULAR LTDA, inscrito no CNPJ: 49.557.013/0001-55, relativo ao empenho de nº 134/2026 no valor de R$ 27.692,37 (vinte e sete mil, seiscentos e noventa e dois e trinta e sete centavos) correspondente a nota fiscal de nº 61**.

A adoção da presente medida justifica-se diante da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços terceirizados, indispensáveis ao regular funcionamento da estrutura administrativa municipal, evitando a interrupção das atividades operacionais, administrativas e de suporte, garantindo a eficiência e a continuidade dos serviços prestados à população, fica justificado nos moldes acima citado a referida quebra de ordem cronológica, a qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís, 10 de setembro de 2026

PEDRO HIGO ALVES GURGEL
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:2031F192

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 108/2026 EMPENHO Nº146/2026

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/20217, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO ainda, que a descontinuidade dos serviços de mão de obra terceirizada pode acarretar prejuízos à prestação dos serviços públicos essenciais, comprometendo o funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de apoio desenvolvidas pelos diversos órgãos da Administração Municipal.

CONSIDERANDO o que prevê os termos ao art. 141º da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento ao Prestador de Serviços **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TRABALHO POPULAR LTDA, inscrito no CNPJ: 49.557.013/0001-55, relativo ao empenho de nº 146/2026 no valor de R$ 17.268,65 (dezessete mil, duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), correspondente a nota fiscal de nº 62**.

A adoção da presente medida justifica-se diante da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços terceirizados, indispensáveis ao regular funcionamento da estrutura administrativa municipal, evitando a interrupção das atividades operacionais, administrativas e de suporte, garantindo a eficiência e a continuidade dos serviços prestados à população, fica justificado nos moldes acima citado a referida quebra de ordem cronológica, a qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís, 10 de setembro de 2026

ANTONIO DÁRIO ARRUDA DUARTE
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:95482108

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 109/2026 EMPENHO Nº83/2026

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/20217, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO ainda, que a descontinuidade dos serviços de mão de obra terceirizada pode acarretar prejuízos à prestação dos serviços públicos essenciais, comprometendo o funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de apoio desenvolvidas pelos diversos órgãos da Administração Municipal.

CONSIDERANDO o que prevê os termos ao art. 141º da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento ao Prestador de Serviços **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TRABALHO POPULAR LTDA, inscrito no CNPJ: 49.557.013/0001-55, relativo ao empenho de nº 83/2026 no valor de R$ 43.938,28 (quarenta e três mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos), correspondente a nota fiscal de nº 63**.

A adoção da presente medida justifica-se diante da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços terceirizados, indispensáveis ao regular funcionamento da estrutura administrativa municipal, evitando a interrupção das atividades operacionais, administrativas e de suporte, garantindo a eficiência e a continuidade dos serviços prestados à população, fica justificado nos moldes acima citado a referida quebra de ordem cronológica, a qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís, 10 de setembro de 2026

ELVÉCIO GURGEL DE SALES FILHO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:E7BA8510

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 110/2026 EMPENHO Nº59/2026

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/20217, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO ainda, que a descontinuidade dos serviços de mão de obra terceirizada pode acarretar prejuízos à prestação dos serviços públicos essenciais, comprometendo o funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de apoio desenvolvidas pelos diversos órgãos da Administração Municipal.

CONSIDERANDO o que prevê os termos ao art. 141º da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento ao Prestador de Serviços **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TRABALHO POPULAR LTDA, inscrito no CNPJ: 49.557.013/0001-55, relativo ao empenho de nº 59/2026 no valor de R$ 14.086,75 (quatorze mil, oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos), correspondente a nota fiscal de nº 64**.

A adoção da presente medida justifica-se diante da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços terceirizados, indispensáveis ao regular funcionamento da estrutura administrativa municipal, evitando a interrupção das atividades operacionais, administrativas e de suporte, garantindo a eficiência e a continuidade dos serviços prestados à população, fica justificado nos moldes acima citado a referida quebra de ordem cronológica, a qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís, 10 de setembro de 2026

WILLI KESLE FERREIRA
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:463CB942

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº111/2026 EMPENHO Nº 60/2026

CONSIDERANDO a previsão do Art. 141 e incisos, da Lei nº. 14.133/21, especialmente a necessidade de observância da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, ressalvada a possibilidade de alteração mediante prévia justificativa, comunicação ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/2017, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO a natureza dos serviços prestados, especialmente no tocante a coleta de resíduos sólidos na Zona Urbana e Rural, cuja essencialidade é indiscutível, seja pela manutenção da cidade limpa, cuja descontinuidade geraria impactos negativas, ordem sanitária, à própria imagem do município, dentre outros; aliados com a necessidade de preservação do interesse público envolvido.
Por estes motivos, justifica-se a alteração da ordem cronológica para o pagamento dos valores devidos à **PLANO A SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 23.249.596/0001-63,** relativamente ao empenho de nº. **60/2026**, no valor de **R$ 109.076,76 (cento e nove mil, setenta e seis reais e setenta e seis centavos)**, correspondente a **Nota Fiscal de nº. 000031**, possibilitando a efetiva continuidade dos serviços realizados pela empresa contratada.
A adoção da presente medida é justificada dada a essencialidade do serviço prestado pelo contratado à manutenção de uma cidade limpa e organizada, com impactos significativos em questões sanitárias e à própria imagem do município, motivo pelo qual mostra-se imprescindível a sua continuidade para o bom funcionamento da Secretaria e da Municipalidade, motivo pelo qual prossegue-se com esta medida para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias

Janduís/RN, 10 de setembro de 2026.

WILLI KESLE FERREIRA
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo.

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:D0063112

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 273/2026-GP.

CONCEDE, 2 (duas) diárias ao Servidor abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 2 (duas) diárias destinada ao Sr. Antônio Cácio dos Santos, inscrito no CPF: 032.060.024-60, ocupante do cargo público efetivo de Professor PM3, designado para o cargo público de Diretor da Escola Municipal Prof. Leonel Cícero, em viagem a cidade Natal/RN, a participar Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN, que acontece no dia 09 de setembro de 2026, das 13h às 18h e nos dias 10 e 11 de setembro de 2026, das 8h às 17h, no Hotel PRAIAMAR & Convention, Rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Janduís RN, 08 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:E053B3EC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 274/2026-GP.

CONCEDE, 2 (duas) diárias a Servidora abaixo designada e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Concessão de 2 (duas) diárias destinada a Sra. APOLIANA PAIVA MARTINS, inscrita no CPF: 045.081.534-02, ocupante do cargo público efetivo de Professora PM3, no Centro Municipal de Ensino Infatil Alice Pinheiro de Almeida em viagem a cidade Natal/RN, a participar Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN, que acontece no dia 09 de setembro de 2026, das 13h às 18h e nos dias 10 e 11 de setembro de 2026, das 8h às 17h, no Hotel PRAIAMAR & Convention, Rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal/RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Janduís RN, 08 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:5AF1A39E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2025 – ADITIVO DE PRAZO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2025 – ADITIVO DE PRAZO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN E A EMPRESA: 59.477.102 KALIENE DUARTE DE BRITO, NA FORMA ABAIXO:

Cláusula Primeira – Das Partes
Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS - RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.003/0001-47, com sede na Rua do Sul, 149 Dr.onezimo maia, Janduís - RN, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES**, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a pessoa Jurídica : **59.477.102 KALIENE DUARTE DE BRITO**, inscrita no CNPJ sob o **nº 59.477.102/0001-45**, com sede na **R SAO BENTO, 121 SALA A, CENTRO, Janduís/RN CEP:59690000**, neste ato representada pela **Sra. KALIENE DUARTE DE BRITO**, portadora do CPF **nº 103.604.314-29,** tem entre si justos e acordados a celebração do Contrato nº 156/2025, sujeitando-se as partes às normas da Lei das Licitações Consolidadas, nº 14.133 e alterações posteriores:

Cláusula Segunda – Do Objeto
Termo Aditivo objetivando a dilatação de prazo pelo período de 12 (doze) meses ao Contrato Administrativo: 156/2025. Oriundo da Dispensa de Licitação Nº 50/2025- Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento, transporte e abastecimento de água potável através de caminhão pipa, atendendo as necessidades das Secretaria Municipais e Demais Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Janduís.

Cláusula Terceira – Da Fundamentação Legal: Prazo vigente – Conforme implantação do Termo Aditivo: 27 de agosto de 2026 a 27 de agosto de 2027, Artigos 105, 106 e 107 da lei 14.133/21, em consonância com as cláusulas consignadas no contrato inicial.

Cláusula Quarta – Justificativa
Justifica-se o presente serviço tem como objetivo o fornecimento, transporte e abastecimento de água potável por meio de caminhão-pipa, destinado ao atendimento das necessidades operacionais de todas as unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Janduís/RN. A iniciativa visa garantir o abastecimento contínuo e seguro de água para consumo humano, limpeza, preparo de alimentos e funcionamento regular dos serviços públicos municipais.

Cláusula Quinta – Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo – Esse Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura.

Cláusula Sexta – Da Publicação e do Registro
A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

Janduís-RN, 27 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal Contratante

59.477.102 Kaliene Duarte de Brito
CNPJ : 59.477.102/0001-45
KALIENE DUARTE DE BRITO
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:AC6B4CA1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 89/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 753/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026.

EXTRATO DO CONTRATO 89/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° *753/2026*
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: WLADSON HUGO DA SILVA MACENA

Objeto: Contratação de pessoa fisica,na modalidade credenciamento, para a prestação de serviço continuo de coleta seletiva, triagem e comercialização de materiais reciclaveis por catadores e catadoras devidamente cadastrados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo**.**

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 06 (seis) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: **R$ 3.300,00, (três mil e trezentos reais)**

02.110 – Secretaria Municipal de Meio, Ambiente, Urbanismo e Turismo;
Dotação Orçamentária/Natureza da despesa:
3.3.90.48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas;

Janduís, 08 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

WLADSON HUGO DA SILVA MACENA
CPF: 155.135.444-66
Wladson Hugo da Silva Macena
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:F9175BBE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3957/2026 TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3957/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026

INTERESSADO/SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN.
Fundação Cultural Aldair José Lima (Mestre Dadá) FUNCULT.

ASSUNTO:contratação direta, por inexigibilidade de licitação de empresa ou instituição cultural para a execução do Espetáculo "Auto de Santa Teresinha 2026", visando atender às demandas da
Fundação Cultural Aldair José de Lima (Mestre Dadá) – FUNCULT.

A contratação direta por inexigibilidade, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, Justifica-se a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de empresa ou instituição cultural especializada para a execução do Espetáculo "Auto de Santa Teresinha 2026", visando atender às demandas da administração pública, com a finalidade de promover e fortalecer as atividades culturais e artísticas do Município, proporcionando à população acesso a manifestações culturais de relevante interesse público, bem como contribuindo para a valorização da cultura, da tradição e da identidade local.,junto à Pessoa Jurídica **COMPANHIA CULTURAL CIRANDUIS - CNPJ: 04.061.386/0001-00,** com sede na **Rua Vicente Gurgel, nº 122, Bairro: Centro, na cidade de Janduís/RN - CEP: 59.690-000,** neste ato representada pela Sra**. Priscila Rayane Batista de Melo, portadora do CPF:1 02.939.244-73,** a fim de atender, nos termos da solicitação inicial do setor demandante, as necessidades e demandas do Município de Janduís/RN, como a Fundação Cultural Aldair José Lima (Mestre Dadá) FUNCULT. Perfazendo a importância global de **R$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais).**
Em respeito ao disposto no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, inciso II, em consequência, determino a Secretaria Municipal Administração e Recursos humanos, que proceda com a emissão da NOTA DE EMPENHO, termo de Contrato em favor da supracitada pessoa jurídica nos termos da proposta constante nestes autos, e que providencie, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN, Imprensa Oficial.

Janduís-RN, 10 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:D1B7B9C3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4141/2026 TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 21/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4141/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 21/2026

INTERESSADO/SETOR DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Janduís-RN.
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

ASSUNTO: Contratação de empresa, empresário ou representante legalmente habilitado para a realização do show "Louvor com Padre Nunes", a ser realizado no dia 15 de outubro de 2026, durante a programação oficial da Festa de Santa Teresinha 2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Janduís/RN, compreendendo a apresentação artística musical e demais obrigações necessárias à sua integral realização, conforme condições e exigências estabelecidas nos instrumentos da contratação.
A contratação direta por inexigibilidade, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se, pela finalidade, a contratação de empresa, empresário ou representante legalmente habilitado para a realização do show "Louvor com Padre Nunes", durante a programação oficial da Festa de Santa Teresinha 2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Janduís/RN, visando atender às demandas culturais e artísticas do Município, proporcionando à população acesso a manifestação cultural e musical de relevante interesse público, bem como contribuindo para a valorização da cultura e das tradições locais, junto à Pessoa Jurídica **A NUNES DE ARAUJO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - CNPJ: 31.373.809/0001-92,** com sede na **Rua MISSIONARIO GUNNAR VINGREN, nº1904, BLOCO B APT 902 EDIF SAINT CHARBEL, Bairro: Capim Macio, na cidade de Natal/RN - CEP: 59.082-080,** neste ato representada pelo **Sr. Antonio Nunes de Araujo,** portador do **CPF: 535.880.709-82,** a fim de atender, nos termos da solicitação inicial do setor demandante, as necessidades e demandas do Município de Janduís/RN, como a Fundação Cultural Aldair José Lima (Mestre Dadá) FUNCULT. Perfazendo a importância global de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais).**
Em respeito ao disposto no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, inciso II, em consequência, determino a Secretaria Municipal Administração e Recursos humanos, que proceda com a emissão da NOTA DE EMPENHO, termo de Contrato em favor da supracitada pessoa jurídica nos termos da proposta constante nestes autos, e que providencie, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN, Imprensa Oficial.

Janduís-RN, 10 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:38F9549F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3957/2026 TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3957/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026

INTERESSADO/SETOR DEMANDANTE:Prefeitura Municipal de Janduís-RN.
Fundação Cultural Aldair José Lima (Mestre Dadá) - FUNCULT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e, com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO a necessidade desta edilidade na contratação direta, por inexigibilidade de licitação de empresa ou instituição cultural para a execução do
Espetáculo "Auto de Santa Teresinha 2026", visando atender às demandas da
Fundação Cultural Aldair José de Lima (Mestre Dadá) – FUNCULT.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:

Homologar a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa jurídica:**COMPANHIA CULTURAL CIRANDUIS, com sede na Rua Vicente Gurgel, nº122 –Janduís-RN- CEP: 59.690-000, neste ato representada pela Sra. PRISCILA RAYANE BATISTA DE MELLO, portadora do CPF nº102.939-244-73**, a fim de atender, nos termos da solicitação inicial do setor demandante, as necessidades e demandas do Município de Janduís/RN – Fundação Cultural Aldair José Lima (Mestre Dadá) FUNCULT, perfazendo a importância global de**R$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais).**
Determino ao setor competente a publicação da presente com a **ratificação da inexigibilidade de licitação** e a emissão do Contrato Administrativo e extrato de contrato com sua devida publicidade.

Janduís/RN, 10 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:C18AE234

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4141/2026 TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4141/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026

INTERESSADO/SETOR DEMANDANTE:Prefeitura Municipal de Janduís-RN.
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e, com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO a necessidade de **compor a programação oficial da Festa de Santa Teresinha 2026**, tradicional evento promovido pela Prefeitura Municipal de Janduís/RN, mediante a realização do show **"Louvor com Padre Nunes"**, previsto para o dia 15 de outubro de 2026. A festividade constitui importante momento de integração da comunidade, reunindo moradores da sede e das comunidades rurais, além de visitantes de municípios da região, sendo a programação artística e religiosa parte relevante das atividades planejadas pelo Poder Público Municipal.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:

Homologar a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa jurídica:**A NUNES DE ARAUJO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - CNPJ : 31.373.809/0001-92,** com sede na **Rua MISSIONARIO GUNNAR VINGREN, nº1904, BLOCO B APT 902 EDIF SAINT CHARBEL, Bairro: Capim Macio, na cidade de Natal/RN - CEP: 59.082-080,** neste ato representada pelo **Sr. Antonio Nunes de Araujo,** portador do **CPF: 535.880.709-82**, a fim de atender, nos termos da solicitação inicial do setor demandante, as necessidades e demandas do Município de Janduís/RN – Fundação Cultural Aldair José Lima (Mestre Dadá) FUNCULT, perfazendo a importância global de**R$20.000,00 (vinte mil reais).**
Determino ao setor competente a publicação da presente com a **ratificação da inexigibilidade de licitação** e a emissão do Contrato Administrativo e extrato de contrato com sua devida publicidade.

Janduís/RN, 10 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:6B2D9694

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 041/2026 GC - DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO – CEMPA/JAPI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 041/2026 GC
Japi/RN, 08 de setembro de 2026.

Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA/Japi, e dá outras providências.

A PREFEITTA MUNICIPAL DE JAPI/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 013/2026, de 4 de setembro de 2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA/Japi;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, § 3º, do referido Decreto Municipal, que estabelece a designação dos membros titulares e respectivos suplentes por ato do Secretário Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros titulares e respectivos suplentes para compor o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA/Japi**, conforme representação dos seguintes órgãos e segmentos:

TITULARES	SUPLENTES
Secretaria Municipal de Educação	
Otavio de Souza Martins Filho	Emerson Elias de Lima
Conselho Municipal de Educação de Japi	
Edjane Arcanjo dos Santos	Alex Bruno da Paz Silva
Professor(a) da Educação Infantil	
Ana Jacqueline de Souza Bernardo	Lidiane de Lima Dantas e Silva
Professor(a) do Ciclo de Alfabetização	
Glaciene Ramos da Silva	Liliane da Silva Barbosa de Souza
Professor(a) do Ciclo de Consolidação das Aprendizagens	
Maria Zulena Felix da Costa de Souza	Adolpho Pinheiro Maia
Diretor(a) Escolar da Rede Municipal de Ensino	
Isabely Maria de Medeiros Silva	Maria do Socorro Ribeiro de Lima

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:608CFE36

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 042/2026 – GC - INSTITUI A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA ESPECÍFICA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JAPI/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 042/2026 – GC

Institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Japi/RN e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JAPI/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

CONSIDERANDO a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – Pró-Alfa RN;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade administrativa e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Japi/RN, a **Estrutura Administrativa e Pedagógica Municipal de Alfabetização**, destinada ao planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de alfabetização.
Parágrafo único. A estrutura constitui arranjo técnico-funcional interno da Secretaria Municipal de Educação, não implicando criação de cargo, função gratificada ou vantagem remuneratória.

Art. 2º A estrutura será organizada nos seguintes eixos:
I – Governança, Gestão e Articulação da Política de Alfabetização;
II – Formação de Profissionais e Melhoria das Práticas Pedagógicas;
III – Infraestrutura Física e Insumos Pedagógicos;
IV – Sistemas de Avaliação, Monitoramento e Sistematização de Dados;
V – Reconhecimento, Mobilização e Compartilhamento de Boas Práticas.

Art. 3º Ficam designados os seguintes servidores como responsáveis pelos respectivos eixos:
I – **Emerson Elias de Lima** – Governança, Gestão e Articulação da Política de Alfabetização;
II – **Ana Jacqueline de Souza Bernardo** – Formação de Profissionais e Melhoria das Práticas Pedagógicas;
III – **Odileia Pontes da Silva** – Infraestrutura Física e Insumos Pedagógicos;
IV – **Josenildo Mousinho de Lima** – Sistemas de Avaliação, Monitoramento e Sistematização de Dados;
V – **Samia da Silva Oliveira Cunha**– Reconhecimento, Mobilização e Compartilhamento de Boas Práticas.

Art. 4º Compete aos responsáveis pelos eixos desenvolver ações de planejamento, acompanhamento, apoio técnico, formação, monitoramento, organização de dados, acompanhamento de materiais e infraestrutura, mobilização e sistematização de boas práticas, conforme a natureza de cada eixo.

Art. 5º Os servidores atuarão de forma integrada, observadas as atribuições dos respectivos cargos e funções e suas jornadas regulares de trabalho.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação manterá registros das ações desenvolvidas, mediante planos de trabalho, relatórios, atas, instrumentos de monitoramento e demais documentos comprobatórios.

Art. 7º O funcionamento da estrutura será detalhado em **Relatório Técnico**, contendo composição, atribuições, organograma, regime de trabalho, tempo dedicado às ações de alfabetização e evidências de execução.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Japi/RN, 08 de setembro de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:583029C6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00024/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00024/2026, fundamentada no Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SHOW RELIGIOSO CATÓLICO DO PADRE HÉLITON MARCONI E BANDA PARA APRESENTAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DOS AFLITOS 2026 NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2026, EM PRAÇA PÚBLICA NESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: HELITON MARCONI DANTAS DE MEDEIROS - CPF: 023.***.***-95 - R$ 5.000,00.

Jardim de Piranhas-RN, 31 de Agosto de 2026

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:AD9EE318

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW RELIGIOSO CATÓLICO DO PADRE HÉLITON MARCONI E BANDA PARA APRESENTAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DOS AFLITOS 2026 NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2026, EM PRAÇA PÚBLICA NESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS–RN. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00024/2026, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: 14001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 2084 – APOIO AOS EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO 2083 – MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 3390360000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 15000000 – Recursos não vinculados de Impostos 17060000 – Transferência Especial da União 17100000 – Transferência Especial

dos Estados 03001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 2005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 3390360000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 15000000 – Recursos não vinculados de Impostos. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CT Nº 00115/2026 - 01.09.26 - HELITON MARCONI DANTAS DE MEDEIROS - CPF 023.***.***-95 - R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:2A4CC350

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00024/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW RELIGIOSO CATÓLICO DO PADRE HÉLITON MARCONI E BANDA PARA APRESENTAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DOS AFLITOS 2026 NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2026, EM PRAÇA PÚBLICA NESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. RATIFICAÇÃO: Prefeito Constitucional, em 31/08/2026.

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:65EF7612

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00024/2026

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SHOW RELIGIOSO CATÓLICO DO PADRE HÉLITON MARCONI E BANDA PARA APRESENTAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DOS AFLITOS 2026 NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2026, EM PRAÇA PÚBLICA NESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN; DESIGNO os servidores Francisca Soares de Brito, Secretária de Municipal de Cultura e Turismo, como Gestora; e Jorge Eduardo Bessa Figueiredo, Digitador, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº IN00024/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Jardim de Piranhas-RN, 31 de Agosto de 2026

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:C614C30F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2026 - PROC. ADMIN. MJS/RN N° 506.009/2026.

A Prefeitura Municipal de **Jardim do Seridó/RN** convoca as seguintes empresas: **CREATECH COMERCIO E SOLUCOES CORPORATIVAS EIRELI CNPJ: 25.406.063/0001-73; EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMACAO EIRELI CNPJ: 32.005.178/0001-11; FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA CNPJ: 31.070.939/0001- 56; HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA CNPJ: 16.847.666/0001-10; INFOSHOP41 TELEINFORMATICA LTDA CNPJ: 09.441.686/0001-20; J.S.A COMERCIO LTDA CNPJ: 54.361.487/0001-67; JC RAMOS & CARVALHO EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ: 24.847.874/0001-47; JOSELIO ROMEIRO DOS SANTOS CNPJ: 07.869.398/0001-46; JULIANA FERREIRA DA SILVA 01547479639 CNPJ: 36.975.874/0001-01; K J DE M ANDRADE LTDA CNPJ: 49.385.374/0001-61; K2M MAQUINAS LTDA CNPJ: 50.445.599/0001-45; LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ: 50.958.011/0001-57; MD TELECOM SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA CNPJ: 39.415.071/0001-90; NAINFRA BRASIL SERVICOS E TECNOLOGIAS LTDA CNPJ: 44.173.856/0001-34; SIGMA COMERCIO LTDA CNPJ: 64.384.417/0001-88; T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA CNPJ: 49.490.183/0001-60; TREDE CENTER COMMERCE LTDA CNPJ: 59.095.876/0001-01; V STAGLIANO COMERCIAL LTDA CNPJ: 57.377.991/0001-43; WORLD CAM BRASIL ELETROELETRONICO LTDA CNPJ: 26.167.868/0001-74**, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021, para, no prazo de até 05 (CINCO) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preço encaminhada pelo e-mail do sistema TOPSOLUTIONS do processo eletrônico, referente ao Pregão Eletrônico 028/2026 cujo o objeto é: **Aquisição de novos equipamentos de informática para suprir a demanda das Secretarias Municipais de Jardim do Seridó/RN,** sob pena de decair o direito da contratação e sanções previstas no art. 156, da Lei 14.133/2021.Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão de Licitação, na Sala de licitações, no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07hs00min às 13hs00min, de segunda a sexta-feira.

Jardim do Seridó/RN, em 10 de setembro de 2026.

MILENA PEREIRA DE MEDEIROS
Chefe do Setor de Licitações

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:B1C62EDE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 047/2026 – PROCESSO DE DESPESA Nº 723.024/2026

No Extrato do Contrato nº 059/2026, Processo Administrativo MJS/RN N° 723.024/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 09/09/2026, Código Identificador: 55423CCA:

Onde se lê:

VALOR DO CONTRATO: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Leia-se:

VALOR DO CONTRATO: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

Jardim do Seridó/RN, em 10 de setembro de 2026.

MYRIA LUCIA DE OLIVEIRA AZEVEDO
Diretora de Contratação

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:B2B36087

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 228/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2026 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 506.009/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **JC**

RAMOS & CARVALHO EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.847.874/0001-47; **OBJETO:** Aquisição de novos equipamentos de informática para suprir a demanda das Secretarias Municipais de Jardim do Seridó/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 10 de setembro de 2026; **VIGÊNCIA**: 10 de setembro de 2026 e termo final em 10 de setembro de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:** R$ 70.000,00 (Setenta mil reais) **SUBSCRITORES:** Jarina Maria da Cunha Batista, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.***.***-42 pelo Contratante e Jefferson dos Santos Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.***.***-16 pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 10 de setembro de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:89B789D8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 232/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2026 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 506.009/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **K2M MAQUINAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.445.599/0001-45; **OBJETO:** Aquisição de novos equipamentos de informática para suprir a demanda das Secretarias Municipais de Jardim do Seridó/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 10 de setembro de 2026; **VIGÊNCIA**: 10 de setembro de 2026 e termo final em 10 de setembro de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:** R$ 35.469,00 (Trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta e nove reais) **SUBSCRITORES:** Jarina Maria da Cunha Batista, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.***.***-42 pelo Contratante e Karina Knop, inscrito no CPF/MF sob o nº 100.***.***-62 pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 10 de setembro de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:852BC37B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 237/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2026 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 506.009/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.490.183/0001-60; **OBJETO:** Aquisição de novos equipamentos de informática para suprir a demanda das Secretarias Municipais de Jardim do Seridó/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 10 de setembro de 2026; **VIGÊNCIA**: 10 de setembro de 2026 e termo final em 10 de setembro de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:** R$ 2.891,20 (Dois mil oitocentos e noventa e um reais e vinte centavos) **SUBSCRITORES:** Jarina Maria da Cunha Batista, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.***.***-42 pelo Contratante e Thaila Saiana Andreatta da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 107.***.***-89 pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 10 de setembro de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:8C3927F6

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 425, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, e, ainda;

CONSIDERANDO o §1º do Art. 23, da Lei Complementar nº 1.144, de 10 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 178/2026 e o Parecer da Junta Médica Pericial deste município, emitido em 02 de setembro de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Fica concedido o auxílio por incapacidade temporária ao Senhor **PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 839.XXX.XXX-XX, ocupante do cargo efetivo de Guarda Municipal, pelo período de 30 (Trinta) dias, compreendido de 22 de agosto de 2026 a 20 de setembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 22 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 10 de Setembro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:131E7930

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 426, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, e, ainda;
CONSIDERANDO o §1º do Art. 23, da Lei Complementar nº 1.144, de 10 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 174/2026 e o Parecer da Junta Médica Pericial deste município, emitido em 24 de Agosto de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Fica concedido o auxílio por incapacidade temporária à Senhora **DILMA GERTRUDES SILVA DE AZEVEDO**, inscrita no CPF/MF sob o nº 708.XXX.XXX-XX, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 90 (noventa) dias, compreendido de 18 de agosto de 2026 a 15 de novembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 18 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.
CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 10 de Setembro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:0DA5CB66

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 427, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, e, ainda;

CONSIDERANDO o §1º do Art. 23, da Lei Complementar nº 1.144, de 10 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 168/2026 e o Parecer da Junta Médica Pericial deste município, emitido em 21 de agosto de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Fica concedido o auxílio por incapacidade temporária ao Senhor **SERGIO RAMOS DE AZEVEDO,** inscrito no CPF/MF sob o nº 034.XXX.XXX-XX, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, pelo período de 60 (Sessenta) dias, compreendido de 15 de agosto de 2026 a 13 de outubro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 15 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.
CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 10 de Setembro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:AF27B885

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 428, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, e, ainda;

CONSIDERANDO o §1º do Art. 23, da Lei Complementar nº 1.144, de 10 de setembro de 2019;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 164/2026 e o Parecer da Junta Médica Pericial deste município, emitido em 17 de Agosto de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º Fica concedido o auxílio por incapacidade temporária a Senhora **NALVA MEDEIROS DE ARAÚJO COSTA,** inscrita no CPF/MF sob o nº 328.XXX.XXX-XX, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendido de 20 de julho de 2026 a 18 de agosto de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 20 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.
CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 10 de Setembro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:935FB4E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CERTIDÃO - MONIQUE LARISSA DA SILVA CUNHA

Processo n°: 179/2026
Interessada: Monique Larissa Da Silva Cunha
Matrícula n.º 1477
CERTIDÃO
Certificamos para os devidos fins que a servidora ativa **Monique Larissa Da Silva Cunha**, do Município de Jardim do Seridó se enquadra no artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 1.252, de 05 de novembro de 2021. Por ser ocupante do cargo de Assistente Social e pela justificativa elencada na Declaração emitida pela Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, datada de 21 de agosto de 2026, fica impossibilitada do gozo das licença-prêmio prevista, no Art. 77, da Lei Municipal nº 593, de 22 de junho de 1994, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 813, de 16 de março de 2005.
Assim, **conclui-se pela conversão do gozo de 1 (uma) licença-prêmio em pecúnia a Requerente**, segue tabela com o valor a ser indenizado, levando em consideração o Art. 4º, § 1º, da Lei 1.252, de 05 de novembro de 2021, cuja redação é a seguinte:
"**Art. 4º**. O valor da indenização corresponderá à remuneração a que o servidor perceberia se estivesse em gozo do benefício, multiplicada por 3 (três), em correspondência aos meses em que gozaria a respectiva licença.
§ 1º. Ficam excluídos dos cálculos da remuneração mencionada no *caput* deste artigo as seguintes vantagens: horas-extras, adicionais de insalubridade, periculosidade e noturno, função gratificada ou qualquer outra vantagem não incorporável.
§ 2º. A Administração observará o limite de 2 (dois) servidores por cada pasta para concessão da licença-prêmio em pecúnia, seguindo a ordem cronológica de requerimentos."

Nº de Licença Prêmio a Indenizar	Remuneração	Valor total a receber
1 (uma)	**R$ 2.208,30**	**R$ 6.624,90**

O valor a ser indenizado totaliza **R$ 6.624,90 (Seis Mil, Seiscentos e Vinte Quatro Reais e Noventa Centavos),** que será pago conforme determina o Art. 2º, Art. 8º e Art. 9º da Lei 1.252, de 05 de novembro de 2021, cuja redações são as seguintes:
"**Art. 2º.** No caso de deferimento da conversão em pecúnia das licenças-prêmio não gozadas, a Administração deverá incluir o servidor beneficiado na lista de pagamentos, que obedecerá a cronologia dos requerimentos.
Art. 8º. A Administração disponibilizará por mês a quantia de R$8.000,00 (oito mil reais) para pagamento da indenização tratada n apresente lei.
Art. 9º. Comporão a lista de pagamentos mensal da indenização pela conversão da licença-prêmio não gozada no máximo 8 (oito) servidores por mês."

Município de Jardim do Seridó/RN, 10 de Setembro de 2026.

JOSÉ PETRÚCIO DANTAS DE MEDEIROS GOMES
Presidente da Comissão
Matrícula n° 2103

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Membro da Comissão
Matrícula n° 1104

ALEXANDRE VICTOR MARTINS LEITE
Membro da Comissão
Matrícula n° 2104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:23B2EC5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 272, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.

CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 10/09/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder **MARIA NAZARÉ DE OLIVEIRA LOPES CARDOSO,** matrícula nº 1312502, ocupante do cargo de Visitador do Programa Criança Feliz, da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, gozo de 10 (dez) dias de férias, no período de 14/09/2026 à 23/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 10 de setembro de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração
Mat.: 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:3FBD256A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 56, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V, art. 65 da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó, c/c inciso IV, PU do art. 105 da mesma norma.

CONSIDERANDO os artigos 55 e 56 da Lei Municipal nº 593, de 22 de junho de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamenta a concessão de diárias no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências; (texto consolidado);
CONSIDERANDO a atualização dos valores das diárias ocorrida através do Decreto Municipal nº 2.190, de 16 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a senhora **MARIA DAS VITÓRIAS DO NASCIMENTO**,matrícula n° 991, servidora ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, duas ½ (meia) diárias, de valor unitário de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), totalizando a importância de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), com objetivo de acompanhar pacientes para cirurgia e retorno pós-operatório, de cirurgia oftalmológica de facoemulsificação (Cirurgia de catarata), nos dias 11 e 12 de setembro 2026, localizado em Caicó/RN.
Art. 2ºÉ de suma importância a presença de um servidor para acompanhar pacientes que são submetidos à cirurgia de catarata, bem como retorno pós-cirúrgico ao oftalmologista, tendo em vista que grande parte dos pacientes são idosos e necessitam de maior assistência e cuidado nesses casos.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula n° 2097

Publicado por:
Miliane de Souza Medeiros
Código Identificador:6804F14B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 08070003/2026

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 08070003/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA - RN, situada no(a) Rua Prefeito Francisco Fontes, 22, Centro, José Da Penha / RN, inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.357.642/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, brasileiro, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

CONSIDERANDO que **CLM FARMA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 40.274.237/0001-85, sagrou-se vencedor do Pregão Eletrônico 005/2026, resultando no Contrato nº 08070003/2026, para a Aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de José da Penha/RN.

CONSIDERANDO que foi encaminhado à contratada, em 31 de julho de 2026, o documento de Pré-Empenho nº 30070005/2026, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, constituindo ordem de fornecimento dos bens objeto do contrato.

CONSIDERANDO que a contratada deixou de efetuar a entrega das mercadorias até a presente data, descumprindo o prazo contratual de 05 (cinco) dias úteis estabelecido para o fornecimento, caracterizando inadimplemento das obrigações assumidas*;*

CONSIDERANDO que diante do descumprimento contratual, foram encaminhados dois e-mails a contratada, sendo o primeiro em 19 de agosto de 2026 e o segundo em 01 de setembro de 2026, por meio do qual a contratada foi regularmente notificada acerca do atraso na entrega;

CONSIDERANDO que apesar de regularmente notificada a contratada permaneceu inerte;

CONSIDERANDO que o item 11.2.4.1.1 do contrato estabelece que o atraso superior a 30 (trinta) dias na execução das obrigações contratuais autoriza a Administração a promover a rescisão unilateral do ajuste, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos incisos III e IV do art. 156 da mesma Lei;

CONSIDERANDO, por fim, que restou caracterizado o inadimplemento contratual da contratada, inexistindo justificativa apta a afastar a adoção da medida de rescisão, em observância aos princípios da legalidade, da supremacia do interesse público e da continuidade da prestação dos serviços públicos.

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Fica **RESCINDIDO UNILATERALMENTE**, por ato da Administração Pública, o Contrato nº 08070003/2026, celebrado com a empresa **CLM FARMA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 40.274.237/0001-85, em razão do inadimplemento das obrigações contratuais assumidas, especialmente pela inexecução do objeto contratado, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e das disposições contratuais aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO. A presente rescisão produz efeitos a partir da data de sua formalização, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da contratada e da aplicação das sanções administrativas e demais consequências legais e contratuais cabíveis, inclusive aquelas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA SEGUNDA – DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Sem prejuízo da rescisão, fica o fornecedor sujeito às penalidades previstas no edital da licitação e na legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, Art. 155 e seguintes), as quais serão objeto de processo administrativo de apuração de responsabilidade específico.

CLAUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Luís Gomes para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente ato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para fins de formalização da presente rescisão unilateral, o Município de José da Penha firma este Termo, em conformidade com a legislação vigente, para que produza seus legais efeitos.

José da Penha – RN, 09 de setembro de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:917AC311

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 10060001/2026

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 10060001/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA - RN, situada no(a) Rua Prefeito Francisco Fontes, 22, Centro, José Da Penha / RN, inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.357.642/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) JAIRO DE SOUZA MAFALDO, brasileiro, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

CONSIDERANDO que **K J DE M ANDRADE LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 49.385.374/0001-61, sagrou-se vencedor do **Pregão Eletrônico 018/2025 – PE**, resultando no **Contrato nº 10060001/2026**, para Aquisição de bicicletas e tablets para premiação de alunos do PRÊMIO EDUCACIONAL ANDRESSA CAROLINE FONTES na categoria Aluno Nota 10 e computadores notebooks em parte para premiação do referido programa e também para uso administrativo no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

CONSIDERANDO que foi encaminhado à contratada, o Pré-Empenho nº 616/2026 em 09/07/2026, vencendo o prazo de entrega em 14/07/2026, e o Pré-Empenho nº 621/2026 em 13/07/2026, vencendo o prazo de entrega em 18/07/2026, ambos vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Desporto, constituindo ordem de fornecimento dos bens objeto do contrato.

CONSIDERANDO que a contratada deixou de efetuar a entrega do item até a presente data, descumprindo o prazo contratual de 05 (cinco) dias úteis estabelecido para o fornecimento, caracterizando inadimplemento das obrigações assumidas*;*

CONSIDERANDO que diante do descumprimento contratual, a Gestora de Contrato expediu o Ofício nº 158/2026, de 28/08/2026, notificando formalmente a contratada e concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação de esclarecimentos e regularização da entrega.

CONSIDERANDO que em resposta ao ofício, protocolou a empresa, em 03/09/2026, peça intitulada "Defesa Administrativa c/c Pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro", na qual (i) reconhece expressamente que "deveria ter comunicado a Administração anteriormente"; (ii) alega elevação superveniente do custo de aquisição do notebook Acer Aspire 5 (item objeto do registro), de R$ 2.450,00 para valores entre R$ 3.537,34 e R$ 3.610,52 (variação de aproximadamente 47,37%); (iii) requer, com fundamento no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021, a revisão do preço registrado para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro; e (iv) requer, subsidiariamente, o cancelamento do item sem aplicação de penalidade, e que nenhuma sanção seja aplicada antes da análise da defesa.

CONSIDERANDO Ainda que se admitisse, em tese, a plausibilidade do pleito, remanesce intransponível óbice de ordem cronológica: o pedido de reequilíbrio foi formulado 51 e 47 dias, respectivamente, após o vencimento dos prazos de entrega dos Pré-Empenhos nº 616/2026 e nº 621/2026, e somente em resposta à notificação por inadimplemento já consumado — jamais de forma preventiva, como exigem tanto o item 5.2 do Termo de Referência quanto a cláusula 9.1.2 do Contrato. A mora, nesse cenário, já se encontrava juridicamente constituída antes mesmo da apresentação do pedido, de modo que a revisão de preço, ainda que viesse a ser deferida para fins prospectivos, não tem o condão de convalidar, elidir ou suspender retroativamente o inadimplemento já consumado nem os efeitos sancionatórios dele decorrentes.
Entender de modo diverso equivaleria a permitir que o próprio inadimplente, valendo-se de sua torpeza — o silêncio que ele mesmo reconhece indevido —, se beneficiasse de causa excludente que só passou a invocar depois de formalmente cobrado, o que contraria o princípio de que a ninguém é dado alegar a própria torpeza em seu favor. Pelas mesmas razões, não prospera o pedido subsidiário de cancelamento do item sem aplicação de penalidade: a extemporaneidade e a ausência de comprovação robusta do fato extraordinário afastam também esse pleito, que, se acolhido, transformaria a inércia contratual — somada à falta de comunicação tempestiva — em salvo-conduto contra as consequências do próprio inadimplemento.

CONSIDERANDO que o item 11.2.4.1.1 do contrato estabelece que o atraso superior a 30 (trinta) dias na execução das obrigações contratuais autoriza a Administração a promover a rescisão unilateral do ajuste, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos incisos III e IV do art. 156 da mesma Lei;

CONSIDERANDO, por fim, que restou caracterizado o inadimplemento contratual da contratada, inexistindo justificativa apta a afastar a adoção da medida de rescisão, em observância aos princípios da legalidade, da supremacia do interesse público e da continuidade da prestação dos serviços públicos.

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Fica **RESCINDIDO UNILATERALMENTE**, por ato da Administração Pública, o Contrato nº 10060001/2026, celebrado com a empresa **K J DE M ANDRADE LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 49.385.374/0001-61, em razão do inadimplemento das obrigações contratuais assumidas, especialmente pela inexecução do objeto contratado, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e das disposições contratuais aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO. A presente rescisão produz efeitos a partir da data de sua formalização, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da contratada e da aplicação das sanções administrativas e demais consequências legais e contratuais cabíveis, inclusive aquelas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA SEGUNDA – DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Sem prejuízo da rescisão, fica o fornecedor sujeito às penalidades previstas no edital da licitação e na legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, Art. 155 e seguintes), as quais serão objeto de processo administrativo de apuração de responsabilidade específico.

CLAUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Luís Gomes para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente ato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para fins de formalização da presente rescisão unilateral, o Município de José da Penha firma este Termo, em conformidade com a legislação vigente, para que produza seus legais efeitos.

José da Penha – RN, 10 de setembro de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:11AFE065

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 08090001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 08090001/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 08090001/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: D F DE S SILVA ME
PROCESSO DE ORIGEM: 009/2026
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais das Secretarias Municipal, visando ao aparelhamento, modernização da infraestrutura, melhoria das condições de trabalho e ao fortalecimento da capacidade de prestação dos serviços públicos, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência.
VALOR TOTAL: R$ 14.009,24 (quatorze mil e nove reais e vinte e quatro centavos).
DOTAÇÃO: 891 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.
854 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.
842 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.
929 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
862 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
861 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
860 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
850 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
849 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
848 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
657 - 2 . 15903 . 12 . 367 . 3 . 2.149 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
606 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
VIGÊNCIA: 08/09/2026 à 08/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 8 de setembro de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:B2797180

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 08090003/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 08090003/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 08090003/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: SEG NORTE DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA
PROCESSO DE ORIGEM: 009/2026
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais das Secretarias Municipal, visando ao aparelhamento, modernização da infraestrutura, melhoria das condições de trabalho e ao fortalecimento da capacidade de prestação dos serviços públicos, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência.
VALOR TOTAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
DOTAÇÃO: 891 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.
854 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.
842 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.
929 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
862 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
861 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
860 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
850 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
849 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
848 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
657 - 2 . 15903 . 12 . 367 . 3 . 2.149 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
606 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
VIGÊNCIA: 08/09/2026 à 08/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 8 de setembro de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:5D7FC498

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 08090004/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 08090004/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 08090004/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA
PROCESSO DE ORIGEM: 009/2026
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais das Secretarias Municipal, visando ao aparelhamento, modernização da infraestrutura, melhoria das condições de trabalho e ao fortalecimento da capacidade de prestação dos serviços públicos, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência.
VALOR TOTAL: R$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais).
DOTAÇÃO: 891 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
854 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
842 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
929 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente
862 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente
861 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente
860 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente
850 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente
849 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente

848 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente
657 - 2 . 15903 . 12 . 367 . 3 . 2.149 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente
606 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente
VIGÊNCIA: 08/09/2026 à 08/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 8 de setembro de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:E6849878

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 08090005/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 08090005/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 08090005/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS
PROCESSO DE ORIGEM: 009/2026
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais das Secretarias Municipal, visando ao aparelhamento, modernização da infraestrutura, melhoria das condições de trabalho e ao fortalecimento da capacidade de prestação dos serviços públicos, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência.
VALOR TOTAL: R$ 12.166,21 (doze mil e cento e sessenta e seis reais e vinte e um centavos).
DOTAÇÃO: 891 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.
854 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.
842 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.
929 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
862 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
861 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
860 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.205 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
850 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
849 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
848 - 2 . 15903 . 12 . 365 . 10 . 2.189 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
657 - 2 . 15903 . 12 . 367 . 3 . 2.149 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
606 - 2 . 15903 . 12 . 361 . 3 . 2.135 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente.
VIGÊNCIA: 08/09/2026 à 08/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 8 de setembro de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:0F598160

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE LICENÇA

EXTRATO DE LICENÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA – RN
SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
FUNCIONÁRIO (A): MARIA MARLEIDE DA CONCEIÇÃO BELARMINO
CPF/CNPJ: 779.566.304-44
MATRÍCULA: 137436-2
CARGO: PROFESSORA
REQUERIMENTO: LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO.
OBJETO: Concessão de Licença Prêmio por tempo de serviço, que o servidor faz jus, relativo ao período de 05 (cinco) anos, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais.
DATA DO REQUERIMENTO: 09/09/2026
PERÍODO DE CONCESSÃO: 09/09/2026 a 07/12/2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:FB3451E3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – RESULTADO DEFINITIVO

O Município de Jucurutu/ RN torna público o **RESULTADO DEFINITIVO DO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN**, alcançado após o escoamento do prazo com a ausência de interposição de possíveis recursos administrativos, conforme quadro abaixo:

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Serviço/Item
59.877.398 ANEILTON SILVA DE MEDEIROS – CNPJ/MF nº 59.877.398/0001-91	Item 05

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento indeferido: Não houve.

Jucurutu/RN, 10 de setembro de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Contratação
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:0FBF46EC

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026

Ref. Processo Administrativo MJ/ RN nº 082/2026 – Pregão Eletrônico 028/2026
Interessado: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras.
Objeto: Registro de preços para aquisição gradativa de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Jucurutu/RN

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** ao edital enviada pela empresa, **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.961.467/0001-96**,** mediante a qual requer a inclusão de atestado de capacidade técnica entre os documentos de habilitação do certame.

I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO
A presente impugnação foi enviada para o portal de compras públicas no dia 04 de setembro de 2026, às 15:24:32 h, sendo TEMPESTIVA e suscetível de apreciação.

II – DAS ALEGAÇÕES
Alega a empresa IMPUGNANTE que:

DOS FATOS:

Ao analisar o Edital e o respectivo Termo de Referência, a Impugnante constatou relevante omissão quanto aos requisitos de habilitação técnica dos licitantes.
Embora o objeto da contratação exija capacidade operacional para seu adequado fornecimento, o edital deixou de exigir qualquer comprovação de qualificação técnica, permitindo que empresas sem experiência comprovada participem do certame em igualdade de condições com fornecedores que efetivamente possuem histórico de execução de objetos semelhantes.
Tal omissão compromete a segurança da futura contratação, aumenta os riscos de inadimplemento contratual e afasta o objetivo da licitação de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
A presente impugnação não possui o objetivo de restringir a competitividade ou direcionar o certame, mas apenas assegurar que os futuros contratados demonstrem possuir experiência mínima compatível com o objeto licitado, conforme autoriza expressamente a Lei nº 14.133/2021.

III – DOS FUNDAMENTOS

O objeto do Pregão Eletrônico nº 028/2026 consiste no registro de preços para aquisição gradativa de materiais de expediente, composto por 69 itens, com adjudicação por item.
Diferentemente do afirmado pela Impugnante, a contratação não possui como objeto específico o fornecimento de "quadros escolares e mobiliários". Entre os 69 itens licitados, apenas o item 59 corresponde a quadro branco, no quantitativo estimado de 30 unidades, não havendo contratação de mobiliário ou execução de serviço técnico especializado.
O Termo de Referência classifica os produtos como bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram definidos por especificações objetivas e usuais de mercado. A aquisição não envolve fabricação exclusiva, projeto personalizado, mão de obra especializada ou serviço de instalação, uma vez que o item 59 deve apenas acompanhar o respectivo kit de fixação.
O art. 67 da Lei nº 14.133/2021 admite a exigência de documentação relativa à qualificação técnica, mas não determina sua inclusão obrigatória em toda contratação. A adoção desse requisito depende da complexidade, da relevância e dos riscos concretos do objeto, devendo observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade.
No presente caso, não foram identificadas características técnicas ou operacionais que tornem indispensável a comprovação de experiência anterior para o simples fornecimento dos produtos. Exigir atestado sem necessidade concreta poderia restringir injustificadamente a competitividade, especialmente porque o julgamento e a adjudicação ocorrerão individualmente por item.
A alegação de que o quadro exige conhecimento sobre matéria-prima, fabricação, resistência e acabamento não modifica essa conclusão. A Administração não está contratando serviço de fabricação ou desenvolvimento do produto, mas adquirindo bem acabado e disponível no mercado. Além disso, eventual atestado de fornecimento anterior demonstraria apenas que a empresa já realizou entrega semelhante, não garantindo, por si só, a qualidade do produto que será apresentado nesta licitação.
A segurança da contratação encontra-se resguardada pelas seguintes disposições do edital e do Termo de Referência:
a) descrição detalhada das características de cada produto;
b) exigência de atividade econômica compatível com o objeto;
c) obrigação de fornecimento de produtos novos e sem uso;
d) observância das normas da ABNT, INMETRO, ANVISA e demais normas aplicáveis;
e) acompanhamento por fiscal formalmente designado;
f) recebimento provisório e definitivo, com verificação da qualidade e da quantidade;
g) possibilidade de rejeição total ou parcial dos produtos desconformes;
h) obrigação de substituição dos produtos rejeitados no prazo de dois dias, às expensas da contratada; e
i) aplicação das penalidades previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021.
O edital também já prevê a realização de diligências durante a análise das propostas e dos documentos de habilitação, quando necessárias, não havendo omissão quanto a essa possibilidade.
Portanto, a ausência de atestado de capacidade técnica decorre da natureza comum e da baixa complexidade operacional do objeto, constituindo opção compatível com o planejamento da contratação e com a preservação da ampla competitividade.

IV – DA DECISÃO

Diante do exposto, decide-se:
a) CONHECER da impugnação apresentada pela empresa MULTI QUADROS E VIDROS LTDA.; e
b) no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se inalteradas as disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 028/2026.
Ficam igualmente indeferidos os pedidos de suspensão do certame, retificação e republicação do edital, por inexistir ilegalidade ou omissão que justifique tais providências.
Dê-se ciência à Impugnante e publicidade à presente decisão, prosseguindo-se o certame em seus demais atos.

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 09 de setembro de 2026

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Pregoeira
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:42BF2F1C

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026

Ref. Processo Administrativo MJ/ RN nº 082/2026 – Pregão Eletrônico 028/2026
Interessado: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras.
Objeto: Registro de preços para aquisição gradativa de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Jucurutu/RN

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** ao edital enviada pela empresa, **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.961.467/0001-96, contra a especificação do item 59 do Termo de Referência, relativo à aquisição de quadro branco com moldura em alumínio.

I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO
A presente impugnação foi enviada para o portal de compras públicas no dia 04 de setembro de 2026, às 15:25:36 h, sendo TEMPESTIVA e suscetível de apreciação.

II – DAS ALEGAÇÕES
Alega a empresa IMPUGNANTE que:

DOS FATOS:
*Após criteriosa análise do Termo de Referência, da descrição do objeto e do orçamento estimado constante do procedimento licitatório, a Impugnante identificou a existência de **dois vícios materiais interdependentes**, capazes de comprometer a legalidade do certame, restringir a obtenção da proposta mais vantajosa e colocar em risco a adequada execução contratual.*
*O primeiro vício refere-se à **especificação técnica do objeto,** onde verifica-se que a Administração deixou de estabelecer requisitos mínimos de desempenho para a superfície de escrita dos quadros brancos, limitando-se a admitir materiais que apresentam comportamentos técnicos substancialmente distintos durante sua vida útil. Essa ausência de parâmetros mínimos de desempenho permite a oferta de produtos confeccionados em chapa de fibra pintada, tecnologia que não apresenta a mesma durabilidade, resistência ao*

desgaste e facilidade de limpeza quando comparada ao laminado melamínico de alta pressão ou a outros materiais tecnicamente equivalentes que são compatíveis com o uso contínuo exigido em ambientes escolares, administrativos e institucionais.

Embora referido material possua menor custo inicial de fabricação, sua utilização acarreta significativo comprometimento da durabilidade do produto, ocasionando desgaste precoce da superfície, absorção gradativa da tinta dos marcadores, aparecimento de manchas permanentes, perda da capacidade de apagamento e redução substancial da vida útil do quadro.

Em contrapartida, o mercado nacional dispõe, há muitos anos, de tecnologia amplamente consolidada para fabricação de quadros destinados ao uso intensivo, consistente na utilização de ***laminado melamínico de alta pressão (fórmica branca)*** *ou outro material tecnicamente equivalente ou superior, cuja resistência mecânica, facilidade de limpeza e durabilidade são significativamente superiores.*

Entretanto, o segundo vício identificado decorre justamente da repercussão econômica da especificação adotada.

Ao admitir materiais de desempenho inferior, verifica-se forte indicativo de que a Administração Pública tenha realizado sua pesquisa de preços utilizando produtos que não guardam identidade técnica com aqueles que efetivamente deveriam ser especificados para atendimento do interesse público.

Como consequência direta, o orçamento estimado constante do procedimento licitatório mostra-se incompatível com o custo real de fornecimento de quadros confeccionados com materiais tecnicamente adequados ao uso permanente.

Em outras palavras, ***a inadequação da especificação técnica contaminou a formação do preço de referência****, produzindo um orçamento estimado artificialmente reduzido e incompatível com a realidade do mercado especializado.*

Esse aspecto merece especial atenção.

Não se está afirmando, nesta oportunidade, que a Administração tenha agido de forma intencional ou dolosa.

Todavia, os elementos constantes do edital revelam indícios objetivos de que a metodologia empregada na formação do orçamento não observou a necessária equivalência técnica entre os produtos pesquisados e o objeto que efetivamente melhor atende às necessidades da Administração Pública.

Essa circunstância possui enorme relevância jurídica.

Isso porque a Lei nº 14.133/2021 exige que todo o planejamento da contratação seja desenvolvido com fundamento em critérios técnicos, objetivos, transparentes e compatíveis com a realidade do mercado.

A definição das especificações técnicas e a elaboração da pesquisa de preços não constituem etapas independentes.

Ao contrário.

São atos administrativos absolutamente interligados.

Uma especificação técnica inadequada conduz inevitavelmente à realização de pesquisa de preços igualmente inadequada.

Da mesma forma, uma pesquisa de preços baseada em produtos tecnicamente distintos conduz à fixação de orçamento incompatível com a realidade econômica do objeto licitado.

No presente caso, os dois vícios coexistem e se retroalimentam.

Se o edital admite produtos confeccionados em chapa de fibra pintada, naturalmente a pesquisa de preços poderá contemplar produtos de baixo desempenho e menor custo.

Entretanto, caso sejam observadas especificações compatíveis com o efetivo interesse público — contemplando materiais de elevada durabilidade, resistência ao desgaste e vida útil compatível com o uso intensivo — torna-se inevitável a revisão dos valores referenciais adotados pela Administração.

Assim, a presente impugnação não pretende apenas discutir o tipo de material empregado na fabricação dos quadros.

Busca demonstrar que ***a inadequação da especificação técnica repercute diretamente sobre a legalidade da pesquisa de preços, comprometendo todo o planejamento da contratação pública****.*

Em consequência, mostra-se necessária a revisão conjunta da especificação técnica e do orçamento estimado, de modo que ambos passem a refletir, simultaneamente, o desempenho esperado do objeto e os preços efetivamente praticados no mercado especializado.

III – DOS FUNDAMENTOS

O objeto do Pregão Eletrônico nº 028/2026 consiste no registro de preços para aquisição gradativa de materiais de expediente, com adjudicação por item.

O item 59 foi especificado da seguinte forma:

"Quadro branco com moldura em alumínio, 2,00 x 1,20 m, moldura em alumínio de 0,8 cm de espessura e 1,9 cm de frente, tampo de chapa de fibra de madeira de 3 mm, de reflorestamento, com acabamento em pintura UV branco brilhante, acompanhado de kit de instalação com fixação invisível e porta-caneta deslizante e removível de alumínio."

Portanto, não procede a afirmação de que a descrição seja genérica. O Termo de Referência definiu dimensões, material, espessura, acabamento, moldura, sistema de fixação e acessórios.

A impugnação pretende substituir a solução definida pela Administração por laminado melamínico de alta pressão, produto que a própria empresa considera tecnicamente superior e de maior custo. Entretanto, não foi apresentado laudo, ensaio laboratorial, norma técnica obrigatória ou estudo independente que demonstre que a chapa de fibra com pintura UV seja imprópria ao uso pretendido.

Os catálogos comerciais juntados demonstram características atribuídas ao laminado melamínico, mas não comprovam a inadequação do material especificado no edital. A existência de produto com características superiores não torna irregular a aquisição de outro produto que atenda suficientemente à necessidade administrativa.

Também não cabe ao licitante substituir a avaliação de conveniência da Administração pela solução comercial de sua preferência. Compete ao órgão contratante definir o padrão de qualidade necessário, observando a adequação à finalidade, a proporcionalidade, a competitividade e os recursos disponíveis.

A exigência exclusiva de laminado melamínico de alta pressão, MDF com espessura mínima de 6 mm e outros requisitos sugeridos pela Impugnante restringiria o universo de produtos admitidos e elevaria o padrão originalmente pretendido, sem demonstração objetiva de que tais características sejam indispensáveis.

O Termo de Referência ainda estabelece mecanismos suficientes para assegurar a qualidade do fornecimento, entre eles:

a) obrigação de entrega de produtos novos e sem uso;
b) atendimento às especificações técnicas e às normas aplicáveis;
c) fiscalização da qualidade e da integridade dos materiais;
d) recebimento provisório e definitivo;
e) rejeição dos produtos em desacordo com o Termo de Referência;
f) substituição dos produtos rejeitados no prazo de dois dias, às custas da contratada; e
g) aplicação das sanções cabíveis em caso de inadimplemento.

Quanto à pesquisa de preços, a alegação também não merece acolhimento. O orçamento deve refletir o produto efetivamente definido pela Administração, e não uma solução tecnicamente diferente e de padrão superior pretendida pela Impugnante.

A empresa não demonstrou que os preços utilizados pela Administração se referem a produtos diferentes da especificação constante do item 59. Suas afirmações são formuladas em caráter hipotético, utilizando expressões como "forte indicativo", "poderá" e "caso a pesquisa tenha considerado", sem apontar concretamente preço, fonte ou documento incompatível.

A mera alegação de que o laminado melamínico possui custo superior não comprova qualquer irregularidade na pesquisa realizada para o produto com pintura UV. Alterar primeiramente a especificação para, em seguida, sustentar que o orçamento original seria insuficiente equivaleria a comparar objetos distintos.

Também não procede a alegação de falta de isonomia. Todos os licitantes deverão ofertar produto compatível com a mesma descrição técnica e serão submetidos aos mesmos critérios de julgamento, recebimento e fiscalização.

A Administração não está obrigada a adotar a solução mais sofisticada disponível no mercado, mas aquela que seja suficiente para atender à necessidade identificada, sem impor características excessivas que possam elevar custos ou restringir injustificadamente a competição.

Dessa forma, não foram demonstrados vícios na especificação do item 59 nem elementos concretos capazes de invalidar a pesquisa de preços ou o orçamento estimado.

IV – DA DECISÃO

Diante do exposto, decide-se:
a) CONHECER da impugnação apresentada pela empresa MULTI QUADROS E VIDROS LTDA.; e
b) no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se inalteradas a especificação do item 59, a pesquisa de preços e as demais disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 028/2026.
Consequentemente, ficam indeferidos os pedidos de suspensão do certame, realização de nova pesquisa de preços, retificação e republicação do edital.

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 09 de setembro de 2026

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Pregoeira
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:B0E31477

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026

Ref. Processo Administrativo MJ/ RN nº 082/2026 – Pregão Eletrônico 028/2026
Interessado: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras.
Objeto: Registro de preços para aquisição gradativa de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Jucurutu/RN

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** ao edital enviada pela empresa, **SIS BEZERRA COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.045.328/0001-36, onde a impugnante questiona a numeração do pregão, a redação da justificativa da regionalização, o orçamento sigiloso, os requisitos de habilitação, a ausência de amostras e o funcionamento das cotas de 75% e 25%.

I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO
A presente impugnação foi enviada para o portal de compras públicas no dia 07 de setembro de 2026, às 11:52:57 h, sendo TEMPESTIVA e suscetível de apreciação.

II – DAS ALEGAÇÕES
Alega a empresa IMPUGNANTE que:

I – DA TEMPESTIVIDADE
*O próprio edital estabelece que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o instrumento convocatório por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, em até **3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**, devendo a impugnação ser apresentada exclusivamente no Portal de Compras Públicas.*
*A sessão pública encontra-se marcada para o dia **11 de setembro de 2026, às 09h00min**.*
Assim, a presente impugnação é tempestiva e deve ser conhecida e apreciada pela Administração.
II – DA SÍNTESE DAS FALHAS E INCONSISTÊNCIAS EDITALÍCIAS
A análise conjunta do edital e do Termo de Referência revela um conjunto de falhas, contradições e omissões que, isoladamente, já recomendariam esclarecimento ou correção e, conjuntamente, comprometem a clareza, a segurança jurídica, o julgamento objetivo, a competitividade e a própria coerência do procedimento licitatório.
Destacam-se:
*1. divergência na identificação do número do Pregão, constando **028/2026** na capa e **029/2026** no corpo do edital;*
*2. utilização de fundamentação referente a **"materiais descartáveis"** em processo cujo objeto é aquisição de **materiais de expediente**;*
*3. contradição entre a indicação de **orçamento sigiloso** e previsão de desclassificação por valor superior ao "valor de referência estabelecido no Termo de Referência";*
4. qualificação econômico-financeira reduzida exclusivamente à certidão negativa de falência, sem motivação técnica específica;
5. ausência de requisitos objetivos de qualificação técnico-operacional;
6. ausência de método objetivo de comprovação prévia da conformidade técnica dos produtos;
7. forte rigor quanto à garantia de proposta e à exequibilidade, contrastando com reduzida aferição da capacidade econômica e operacional da futura contratada;
*8. deficiência no detalhamento das cotas de **75% e 25%** dos itens 41 e 42;*
9. necessidade de revisão da fundamentação da regionalização prevista no certame;
10. necessidade de revisão integral do instrumento convocatório para compatibilização de todas as suas cláusulas.
Esses pontos demandam correção antes da realização da sessão.
III – DA DIVERGÊNCIA NA IDENTIFICAÇÃO DO CERTAME – PREGÃO Nº 028/2026 X PREGÃO Nº 029/2026
A capa do edital identifica claramente o procedimento como:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026.
Entretanto, na página 3 do mesmo instrumento consta:
***"EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026"**, embora permaneça indicado o mesmo Processo Administrativo MJ/RN nº 082/2026.*
Trata-se de contradição objetiva dentro do próprio instrumento convocatório.
Ainda que possa ser caracterizada como erro material, sua correção é necessária porque o número da licitação repercute diretamente em: garantias de proposta, apólices, fianças bancárias, declarações, propostas comerciais, recursos, impugnações, documentos de habilitação e demais atos dos licitantes.
A própria garantia de proposta exige vinculação ao certame.
Portanto, não se trata de mero erro sem consequência prática.
A Administração deve uniformizar formalmente a identificação correta do procedimento, garantindo segurança aos participantes e evitando futura discussão acerca da validade de documentos emitidos com referência ao número divergente.
IV – DA UTILIZAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO REFERENTE A OBJETO ESTRANHO À LICITAÇÃO
O objeto efetivamente licitado consiste na:
aquisição gradativa de materiais de expediente destinados às Secretarias Municipais da Prefeitura de Jucurutu/RN.
Todavia, ao justificar a regionalização, o Termo de Referência afirma que a medida decorre das peculiaridades do objeto:
***"consistente no fornecimento contínuo de materiais descartáveis"**.*
A inconsistência é evidente.
Materiais de expediente e materiais descartáveis constituem objetos distintos.
A utilização de fundamentação referente a objeto estranho ao processo levanta dúvida objetiva acerca da efetiva individualização do planejamento da contratação.
*O problema ganha maior relevância porque a justificativa equivocada foi utilizada exatamente na fundamentação de uma medida de **regionalização e restrição da participação**.*
Qualquer limitação concorrencial deve estar vinculada a estudo concreto do objeto efetivamente licitado, com motivação técnica própria e específica.
Nesse caso, a utilização de expressão relativa a objeto diferente sugere reaproveitamento de texto ou de fundamentação proveniente de outro procedimento.
Tal situação exige esclarecimento e correção.
V – DA REGIONALIZAÇÃO E DA NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO CONCRETA
*O Termo de Referência estabelece participação exclusiva de empresas enquadradas como ME/EPP situadas no âmbito local e na denominada **Regional 01**, adotando como limite geográfico o Estado do Rio Grande do Norte.*
*A exclusividade é aplicada aos itens cujo valor total seja de até **R$ 80.000,00**.*
A Impugnante não desconhece a possibilidade jurídica de adoção de tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, tampouco a possibilidade de políticas públicas locais de estímulo econômico.

*O que se questiona é a **suficiência da motivação específica adotada neste certame**.*
Isso porque a regionalização deve observar os princípios da:
· isonomia;
· competitividade;
· proporcionalidade;
· razoabilidade;
· vantajosidade;
· motivação;
· planejamento.
A Administração deve demonstrar, de forma clara e concreta, que a restrição geográfica não reduz indevidamente a competição e que existe número suficiente de fornecedores aptos dentro da região delimitada.
Também deve indicar, com base no planejamento:
· o universo de fornecedores regionais identificados;
· a existência de competição suficiente;
· a vantagem econômica esperada;
· o impacto logístico efetivo;
· a relação concreta entre regionalização e o objeto licitado;
· a compatibilidade da medida com os preços de mercado.
A justificativa genérica de proximidade geográfica, por si só, não é suficiente quando há indício de utilização de fundamentação oriunda de objeto diverso.
Requer-se, portanto, a revisão e o esclarecimento da regionalização adotada

VI – DA CONTRADIÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO SIGILOSO E O VALOR DE REFERÊNCIA

A capa do edital estabelece:
Todavia, o item 1.70.8 prevê a desclassificação da proposta final quando esta apresentar:
valores unitários superiores ao valor de referência estabelecido no Termo de Referência.
A inconsistência é evidente.
O Termo de Referência apresentado aos licitantes contém descrições, unidades e quantitativos, mas não disponibiliza valores unitários de referência dos itens.
A própria pesquisa realizada no documento evidencia referências monetárias relativas apenas a limites legais, garantia e pagamento, e não preços unitários de referência de cada produto.
Assim, surge questão objetiva:
Como o licitante poderá observar um limite de preço máximo que, simultaneamente, é declarado sigiloso e referido como se estivesse publicado no Termo de Referência?
O sigilo do orçamento pode ser admitido nos termos legais, porém não pode ser utilizado de forma contraditória com regra de julgamento que menciona valor de referência como se este estivesse ostensivamente disponível.
Requer-se esclarecimento e correção formal da cláusula.

VII – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O Termo de Referência institui seção específica intitulada:
"10.6.3 Qualificação Econômico-Financeira"
mas exige apenas:
"Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor."
O art. 69 da Lei nº 14.133/2021 disciplina a habilitação econômico-financeira e contempla, entre os instrumentos legais aptos à aferição da capacidade econômica, documentos contábeis e demonstrativos que permitam verificar objetivamente a aptidão do licitante.
Não se afirma que todo e qualquer pregão obrigatoriamente deva exigir a totalidade dos documentos possíveis.
*A questão é que **não foi identificada motivação específica que justifique a redução da análise econômico-financeira exclusivamente à certidão de falência**.*
Essa omissão torna-se ainda mais relevante porque o edital impõe rigor financeiro elevado ao licitante antes mesmo da contratação.
*O instrumento exige **garantia de proposta correspondente a 1% do valor estimado da contratação**.*
*Além disso, a ata de registro de preços terá vigência de **12 meses**, admitindo prorrogação, e o próprio Termo de Referência trata o objeto como fornecimento contínuo.*
Tem-se, portanto, aparente incoerência:
de um lado, exige-se garantia financeira para participação;
de outro, não se demonstra como será avaliada a efetiva capacidade econômico-financeira de quem assumirá obrigações continuadas perante a Administração.
A Impugnante requer que a Administração:
***a)** reveja a exigência de qualificação econômico-financeira, estabelecendo critérios proporcionais e juridicamente adequados;*
ou
***b)** justifique expressamente nos autos a opção pela exigência exclusiva da certidão negativa de falência.*

VIII – DA AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Também não se identifica, no Termo de Referência, exigência específica de comprovação de capacidade técnico-operacional mediante atestado de fornecimento compatível.
A ausência merece análise.
O objeto compreende dezenas de itens, entregas parceladas, produtos com especificações diversas e prazo curto de atendimento.
O TR estabelece que a Ordem de Fornecimento conterá quantidade, local e prazo de entrega, devendo a contratada confirmar formalmente o recebimento.
O prazo máximo de entrega será de:
05 dias úteis.
Há, portanto, risco operacional relevante.
A Impugnante não pretende defender exigência excessiva, desproporcional ou restritiva da competitividade.
Ao contrário.
Eventual comprovação técnica deve ser proporcional ao objeto e compatível com as parcelas mais relevantes da contratação.
O que merece correção ou motivação é a completa ausência de qualquer instrumento de aferição da capacidade operacional do fornecedor.
Se a Administração concluiu que atestados ou comprovação semelhante são desnecessários, deve demonstrar que essa conclusão decorreu de análise concreta de riscos e da natureza do objeto.

IX – DA AUSÊNCIA DE MECANISMO OBJETIVO DE COMPROVAÇÃO DA CONFORMIDADE DOS PRODUTOS

O edital contém regra geral segundo a qual, caso o Termo de Referência exija amostra, o primeiro colocado deverá apresentá-la, sob pena de rejeição da proposta em caso de descumprimento ou desconformidade.
Contudo, não foi identificada exigência objetiva de apresentação de amostras no Termo de Referência.
A Administração não é obrigada a exigir amostra em toda aquisição.
Entretanto, diversos itens possuem especificações técnicas próprias relativas a:
· dimensões;
· capacidade;
· composição;
· resistência;
· gramatura;
· certificação;
· material;
· funcionalidade;
· desempenho;
· características adicionais.
Há, inclusive, produtos com exigência de certificação pelo INMETRO.
Nesse contexto, é legítimo questionar:
Qual será o mecanismo objetivo utilizado pela Administração para verificar, antes da contratação, que o produto ofertado efetivamente atende às especificações?
A simples indicação de marca/fabricante não necessariamente permite comprovar todas as características exigidas.
Por isso, requer-se que a Administração estabeleça, de forma proporcional a cada item, algum dos seguintes mecanismos:
· amostra;
· catálogo;
· ficha técnica;
· certificado;
· laudo;
· registro;
· documentação técnica equivalente.
Caso entenda desnecessária qualquer comprovação prévia, a decisão deve ser expressamente motivada.

X – DA ASSIMETRIA ENTRE O RIGOR DA GARANTIA E DA EXEQUIBILIDADE E A REDUZIDA AFERIÇÃO DA CAPACIDADE DO LICITANTE

O edital demonstra elevada preocupação quanto à segurança econômica da proposta.

A ausência de garantia no momento do cadastramento é causa expressa de desclassificação.

*Em hipótese de indício de inexequibilidade, a Administração poderá exigir, no prazo de **12 horas**:*

planilha de composição de preços e Nota Fiscal de compra emitida até seis meses antes da abertura da sessão.

Portanto, há rigor significativo quanto à:

· garantia;
· preço;
· margem;
· exequibilidade.

Por outro lado, o edital não evidencia igual rigor na análise de:

· capacidade econômico-financeira;
· experiência operacional;
· logística;
· capacidade de atendimento;
· conformidade técnica dos produtos.

Essa assimetria merece revisão.

Se o risco econômico é relevante a ponto de justificar garantia de proposta e comprovação por NF recente, também deve existir tratamento coerente quanto aos demais riscos da contratação.

XI – DOS ITENS 41 E 42 E DAS COTAS DE 75% E 25%

A própria capa do edital estabelece:

"para os itens 41 e 42 – apuração em cotas de 75% e 25%."

Entretanto, o Termo de Referência não apresenta detalhamento correspondente suficientemente claro quanto à operacionalização dessa divisão.

A busca específica pelo termo "cota" no TR não evidencia disciplina completa acerca da divisão de 75% e 25%.

Essa ausência pode gerar dúvidas concretas sobre:

· quantitativo da cota principal;
· quantitativo da cota reservada;
· enquadramento de cada cota;
· aplicação da regionalização;
· possibilidade de participação de empresas não enquadradas;
· critério de adjudicação;
· tratamento em caso de cota deserta ou fracassada;
· eventual adjudicação de ambas as cotas ao mesmo fornecedor.

Essas regras devem estar previamente definidas no instrumento convocatório.

XII – DA NECESSIDADE DE COERÊNCIA INTERNA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

A Lei nº 14.133/2021 exige respeito aos princípios da:

· legalidade;
· impessoalidade;
· igualdade;
· planejamento;
· transparência;
· motivação;
· vinculação ao edital;
· julgamento objetivo;
· segurança jurídica;
· razoabilidade;
· competitividade;
· proporcionalidade;
· economicidade.

Esses princípios exigem que o edital seja compreensível, coerente e uniforme.

No presente caso, o licitante se depara com:

· Pregão 028 em uma parte e 029 em outra;
· objeto de materiais de expediente, mas fundamentação falando em descartáveis;
· orçamento sigiloso e simultânea referência a preço publicado no TR;
· cotas de 75% e 25% sem detalhamento suficiente;
· garantia rigorosa;
· exigência robusta de exequibilidade;
· qualificação econômico-financeira mínima;
· inexistência de critério técnico-operacional claramente definido;
· ausência de mecanismo uniforme de comprovação técnica dos produtos.

O conjunto evidencia necessidade de saneamento antes da abertura da sessão.

XIII – DA NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO E REABERTURA DO PRAZO

Caso a Administração reconheça qualquer das inconsistências apontadas e altere regras relativas à:

· habilitação;
· qualificação econômica;
· qualificação técnica;
· regionalização;
· cotas;
· comprovação dos produtos;
· julgamento;
· aceitabilidade;
· valores de referência;

tais alterações poderão interferir diretamente na formulação das propostas e na decisão de participação dos interessados.

*Assim, deverá ser observado o regime legal de publicidade e, quando necessário, a **reabertura do prazo originalmente concedido**, garantindo-se igualdade de condições a todos os potenciais licitantes.*

XIV – DOS PEDIDOS

*Diante de todo o exposto, requer a **SIS BEZERRA COMÉRCIO LTDA**:*

***a)** o conhecimento e o integral processamento da presente impugnação;*

***b)** a análise individualizada de todos os pontos levantados;*

***c)** a correção da identificação do certame, eliminando definitivamente a divergência entre **Pregão Eletrônico nº 028/2026 e nº 029/2026**;*

***d)** a revisão da fundamentação da regionalização, excluindo-se a referência indevida a **"materiais descartáveis"** e vinculando-se a motivação efetivamente ao objeto de materiais de expediente;*

***e)** a demonstração concreta da razoabilidade, proporcionalidade e vantajosidade da regionalização adotada;*

***f)** o esclarecimento da contradição entre o **orçamento sigiloso** e a previsão de desclassificação por valor superior ao "valor de referência estabelecido no Termo de Referência";*

***g)** a revisão da qualificação econômico-financeira, com adoção de critérios proporcionais ou apresentação de motivação técnica e jurídica específica para a opção por exigir apenas certidão de falência;*

***h)** a avaliação da necessidade de qualificação técnico-operacional compatível com os riscos da contratação, sem criação de exigências excessivas;*

***i)** a instituição de mecanismo objetivo para comprovação da conformidade dos produtos, mediante amostra, catálogo, ficha técnica, certificado, laudo ou documento equivalente, conforme a natureza de cada item;*

***j)** o detalhamento completo da operacionalização das cotas de **75% e 25% dos itens 41 e 42**;*

***k)** a revisão integral do edital e do Termo de Referência, para identificação e correção de outras eventuais referências oriundas de documentos ou objetos distintos;*

***l)** caso as correções interfiram na formulação das propostas, seja promovida a **retificação, republicação e reabertura do prazo da licitação**;*

***m)** caso a Administração opte por manter qualquer das disposições impugnadas, seja apresentada decisão **expressamente motivada, individualizada e fundamentada**, indicando os elementos técnicos e jurídicos que justificam sua manutenção;*

***n)** que a resposta à presente impugnação seja disponibilizada no Portal de Compras Públicas, conforme estabelecido pelo próprio edital.*

Por todo o exposto, espera a Impugnante que a Administração exerça o poder-dever de autotutela, promovendo o saneamento das inconsistências apontadas antes da realização da sessão pública, de modo a preservar a legalidade, a segurança jurídica, a competitividade e a seleção da proposta efetivamente mais vantajosa.

III – DOS FUNDAMENTOS

Numeração do certame

A indicação "Pregão Eletrônico nº 029/2026", constante em trecho isolado do edital, constitui mero erro material de digitação.
A capa, a plataforma eletrônica, o aviso da licitação, o objeto, o Processo Administrativo MJ/RN nº 082/2026 e os demais elementos do procedimento identificam corretamente o certame como Pregão Eletrônico nº 028/2026.
Não existe dúvida objetiva sobre a identificação da licitação, tampouco prejuízo à elaboração de propostas, garantias ou documentos. Para todos os efeitos, o número correto é 028/2026.

Menção a "materiais descartáveis"
A expressão "materiais descartáveis", inserida na justificativa da regionalização, também constitui erro material de redação.
O objeto encontra-se expressamente e reiteradamente definido como aquisição gradativa de materiais de expediente, tanto na capa quanto no item 1.1 do edital e no item 1.1 do Termo de Referência.
A expressão isolada não altera o objeto, as especificações, os quantitativos, a forma de fornecimento ou os critérios de julgamento. Onde se lê "materiais descartáveis", deve-se compreender "materiais de expediente".

Regionalização
A regionalização encontra fundamento na Lei Municipal nº 1.113/2024, na Lei Complementar nº 123/2006 e nas disposições do próprio Termo de Referência.
A medida busca fomentar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, reduzir dificuldades logísticas e possibilitar maior agilidade nas entregas parceladas, cujo prazo é de até cinco dias úteis.
O Termo de Referência também prevê que, inexistindo empresa local ou regional com proposta válida, será possibilitada a participação das demais empresas interessadas, preservando-se a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.
A Impugnante não apresentou elemento concreto que demonstre inexistência de fornecedores regionais, restrição efetiva da competição ou prejuízo à vantajosidade. A mera discordância com a política adotada não caracteriza ilegalidade.

Orçamento sigiloso
Não existe incompatibilidade entre o caráter sigiloso do orçamento e a desclassificação de proposta que permaneça acima do valor máximo admitido pela Administração.
O art. 24 da Lei nº 14.133/2021 permite que o orçamento estimado seja mantido sob sigilo, desde que preservadas as informações necessárias à elaboração das propostas. Já o art. 59, inciso III, determina a desclassificação das propostas que permanecerem acima do orçamento estimado.
A menção, no item 1.70.8, ao "valor de referência estabelecido no Termo de Referência" deve ser interpretada conjuntamente com o item 1.63.4.1, que se refere corretamente ao valor de referência estabelecido pela Administração.
Trata-se de imprecisão redacional que não altera o caráter sigiloso do orçamento nem impede a formulação das propostas, pois os licitantes dispõem das descrições, unidades e quantitativos necessários à elaboração de seus preços.

Qualificação econômico-financeira
A Administração optou por exigir certidão negativa de falência como requisito de qualificação econômico-financeira, considerando a natureza comum dos bens, a adjudicação por item, o fornecimento parcelado e o prazo de entrega de até cinco dias úteis.
O art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 admite a dispensa total ou parcial da documentação de habilitação nas contratações para entrega imediata, assim consideradas aquelas com prazo de entrega de até 30 dias.
A adoção de requisitos reduzidos amplia a competitividade e evita exigências desproporcionais, sem afastar a responsabilidade da contratada nem os mecanismos de fiscalização, recebimento, substituição e aplicação de sanções.
A garantia de proposta possui finalidade distinta da habilitação econômico-financeira e encontra fundamento no art. 58 da Lei nº 14.133/2021. Portanto, não existe a alegada incompatibilidade.

Qualificação técnico-operacional
O art. 67 da Lei nº 14.133/2021 não torna obrigatória a exigência de atestado de capacidade técnica em toda aquisição.
O objeto é composto por bens comuns, disponíveis no mercado e adjudicados individualmente, sem serviços técnicos especializados ou complexidade operacional que justifique restringir a participação às empresas que já tenham realizado fornecimentos semelhantes.
A experiência anterior não garante, por si só, a qualidade dos produtos a serem entregues. A segurança da contratação está resguardada pelas especificações técnicas, fiscalização, recebimento provisório e definitivo, rejeição de produtos desconformes, obrigação de substituição e aplicação de penalidades.

Ausência de amostras e outros documentos técnicos
A exigência de amostra, catálogo, ficha técnica, laudo ou certificado não é obrigatória em toda aquisição.
Nos termos do art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir amostra quando houver necessidade devidamente justificada. No presente caso, optou-se pela verificação da conformidade durante o recebimento dos produtos.
O Termo de Referência determina que os bens sejam novos, sem uso, atendam às especificações e às normas aplicáveis e sejam submetidos à verificação de qualidade, quantidade e integridade física.
Os produtos desconformes poderão ser rejeitados e deverão ser substituídos no prazo de dois dias, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Para os itens sujeitos a certificação obrigatória, a comprovação será exigida conforme a legislação correspondente.

Exequibilidade das propostas
A possibilidade de solicitar planilha de composição de preços e nota fiscal destina-se à apuração da exequibilidade quando houver indícios concretos de preço inexequível.
Esse procedimento não substitui nem se confunde com qualificação econômico-financeira, capacidade técnico-operacional ou avaliação da conformidade dos produtos. Cada mecanismo possui finalidade própria dentro do certame.

Cotas de 75% e 25%
O edital informa expressamente que os itens correspondentes serão apurados em cotas de 75% e 25%.
A cota de 75% constitui a parcela principal, enquanto a cota de 25% corresponde à parcela reservada à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, devidamente separadas e operacionalizadas no sistema eletrônico.
Portanto, os licitantes conseguem identificar as cotas, seus quantitativos e as respectivas condições de participação diretamente no ambiente em que serão cadastradas as propostas, inexistindo prejuízo ao julgamento objetivo.

Ausência de alteração substancial
Os erros materiais relativos ao número isolado "029/2026" e à expressão "materiais descartáveis" não modificam o objeto, os quantitativos, a participação, a habilitação, o julgamento ou a elaboração das propostas.
Os demais pontos foram devidamente esclarecidos, não havendo necessidade de alteração do edital. Consequentemente, não se aplica a republicação nem a reabertura do prazo, pois inexiste modificação capaz de comprometer a formulação das propostas, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

IV – DA DECISÃO

Diante do exposto, decide-se:

a) CONHECER da impugnação apresentada pela empresa SIS BEZERRA COMÉRCIO LTDA.; e
b) no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 028/2026 e a data estabelecida para realização da sessão pública.

Os erros materiais identificados ficam esclarecidos nesta decisão, sem alteração substancial do instrumento convocatório e sem necessidade de republicação ou reabertura do prazo.

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 09 de setembro de 2026

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Pregoeira
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:CC437DFB

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026

Ref. Processo Administrativo MJ/ RN nº 082/2026 – Pregão Eletrônico 028/2026
Interessado: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras.
Objeto: Registro de preços para aquisição gradativa de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Jucurutu/RN

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** ao edital enviada pela empresa, **SIS BEZERRA COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.045.328/0001-36, requerendo que a presente manifestação seja recebida em conjunto com a impugnação anteriormente protocolada, passando ambas a constituir, para fins de apreciação administrativa.

I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO
A presente impugnação foi enviada para o portal de compras públicas no dia 07 de setembro de 2026, às 12:08:32 h, sendo TEMPESTIVA e suscetível de apreciação.

II – DAS ALEGAÇÕES
Alega a empresa IMPUGNANTE que:

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, COMPLEMENTAÇÃO E ADITAMENTO À IMPUGNAÇÃO JÁ APRESENTADA
*em face do **Edital do Pregão Eletrônico nº 028/2026 – Processo Administrativo MJ/RN nº 082/2026**, requerendo que a presente manifestação seja recebida **em conjunto com a impugnação anteriormente protocolada**, passando ambas a constituir, para fins de apreciação administrativa, fundamentação integrada, pelas razões seguintes.*
I – DO CABIMENTO DA PRESENTE COMPLEMENTAÇÃO E DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
*A Impugnante já apresentou, por meio do Portal de Compras Públicas, **impugnação ao instrumento convocatório**, apontando falhas, omissões, contradições e inconsistências identificadas na análise do Edital e do Termo de Referência.*
*Posteriormente, com a análise integral e conjunta do **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, documento integrante da fase preparatória do mesmo Processo Administrativo nº 082/2026, foram identificados **elementos adicionais diretamente relacionados aos fundamentos anteriormente suscitados**, inclusive situações que reforçam objetivamente os questionamentos formulados.*
*O ETP se identifica como **"Apêndice I ao Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico nº __/2026"**, sem sequer preencher o número do certame, e declara que o estudo corresponde à aquisição gradativa de materiais de expediente.*
*Assim, a presente manifestação **não pretende substituir, retirar ou desistir da impugnação anteriormente apresentada**.*
Ao contrário, objetiva:
***complementá-la, aditá-la e reforçá-la**, trazendo à apreciação da Administração fatos e elementos extraídos do próprio ETP que integram o planejamento da contratação.*
*Requer-se, portanto, que a Administração receba a presente manifestação como **complementação/aditamento da impugnação anteriormente protocolada** e, caso já tenha ocorrido pronunciamento sobre aquela, também como **pedido de reconsideração**, diante dos elementos adicionais ora demonstrados.*
II – DA NECESSIDADE DE ANÁLISE CONJUNTA DO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E ETP
A análise da legalidade e coerência do certame não pode ser realizada mediante leitura isolada do Edital.
O próprio ETP declara que sua finalidade é caracterizar a primeira etapa do planejamento, estudar detalhadamente a necessidade e identificar a melhor solução disponível no mercado.
Logo, as exigências constantes do Edital e do Termo de Referência precisam guardar coerência com as premissas, riscos e justificativas constantes da fase preparatória.
É justamente a leitura conjunta desses documentos que evidencia as inconsistências ora consolidadas.
III – DA DIVERGÊNCIA NA IDENTIFICAÇÃO DO PRÓPRIO CERTAME
A primeira irregularidade é objetiva.
*A capa do instrumento convocatório identifica o procedimento como **Pregão Eletrônico nº 028/2026**.*
*Entretanto, no corpo do mesmo edital aparece a identificação **Pregão Eletrônico nº 029/2026**.*
O ETP acrescenta uma terceira situação.
Seu cabeçalho registra:
"APÊNDICE I AO ANEXO I AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2026".
Portanto, os documentos do mesmo procedimento apresentam:
Edital/capa: PE nº 028/2026; Edital/corpo: PE nº 029/2026; ETP: PE nº __/2026.
Ainda que individualmente se pudesse alegar erro material, sua repetição em diferentes documentos demonstra necessidade de revisão e uniformização formal do procedimento.
A correta identificação do certame repercute em propostas, declarações, garantias, apólices, recursos, impugnações e demais documentos dos licitantes.
Requer-se sua imediata correção.
IV – DA INCONSISTÊNCIA QUANTO AO PRÓPRIO OBJETO UTILIZADO PARA FUNDAMENTAR A REGIONALIZAÇÃO
O ETP é inequívoco ao afirmar que a necessidade administrativa consiste na:
"Aquisição gradativa de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Jucurutu/RN."
Todavia, o Termo de Referência, justamente ao justificar a regionalização, afirma que o objeto seria:
"fornecimento contínuo de materiais descartáveis".
A divergência assume relevância jurídica porque a justificativa questionada não trata de questão acessória.
*Ela foi utilizada para fundamentar uma **limitação geográfica da competição**.*
*Se o ETP foi elaborado especificamente para **materiais de expediente**, não se mostra coerente que a motivação da regionalização se fundamente em peculiaridades de **materiais descartáveis**.*
A Administração deve, portanto, esclarecer se a justificativa foi efetivamente elaborada para este processo ou se houve reprodução de fundamentação pertencente a contratação diversa.
V – DA REGIONALIZAÇÃO E DA NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO ESPECÍFICA
*O TR estabelece participação exclusiva de ME/EPP situadas no âmbito local e na denominada **Regional 01**, correspondente ao Estado do Rio Grande do Norte, para os itens enquadrados no limite estabelecido.*
Não se questiona abstratamente a possibilidade de tratamento diferenciado às ME/EPP.
*O questionamento refere-se à **motivação concreta da delimitação geográfica utilizada neste processo**.*
A necessidade de fundamentação específica torna-se ainda mais evidente quando o texto empregado para justificar a regionalização menciona objeto diferente daquele efetivamente licitado.
A Administração deve demonstrar, com elementos do planejamento, que a regionalização:
é adequada ao mercado específico de materiais de expediente; possui fornecedores em número suficiente para assegurar competição; não compromete a obtenção da proposta mais vantajosa; e produz os benefícios econômicos e logísticos alegados.
VI – DO ORÇAMENTO SIGILOSO E DA INCONSISTÊNCIA DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE
O ETP não deixa dúvida:

“7.1 ORÇAMENTO SIGILOSO.”
A justificativa esclarece que os licitantes ***“não terão o valor máximo a ser aceito pela Administração”****, justamente para que formulem suas propostas conforme a realidade do mercado.*
Mais adiante, o ETP determina que:
o orçamento previamente estimado será tornado público ***“apenas na fase de negociação junto ao arrematante”****.*
Entretanto, o edital contém regra de desclassificação relacionada a valores unitários superiores ao ***“valor de referência estabelecido no Termo de Referência”****.*
Surge uma incompatibilidade que precisa ser formalmente solucionada:
se o valor máximo somente será conhecido na fase de negociação, não pode o instrumento criar a impressão de que o valor de referência estaria previamente estabelecido e acessível no TR.
Requer-se a uniformização das regras de divulgação do orçamento, julgamento, negociação e aceitabilidade dos preços.
VII – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E DA CONTRADIÇÃO COM O PRÓPRIO ETP
Este é um dos pontos centrais da presente complementação.
A qualificação econômico-financeira prevista no TR foi reduzida essencialmente à apresentação de ***certidão negativa de falência****.*
Contudo, o próprio ETP afirma expressamente:
“Haverá exigência de garantia de proposta e garantia de contrato.”
Mais significativo ainda é o fundamento utilizado pelo próprio Município para justificar o orçamento sigiloso:
“busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da segurança pela Administração na escolha da licitante que apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.”
A Administração, portanto, reconheceu expressamente no planejamento o risco relacionado à ***capacidade do licitante de honrar os compromissos assumidos****.*
A inconsistência está justamente aí.
O planejamento:
reconhece risco econômico; exige garantia de proposta; prevê garantia contratual; utiliza a capacidade de honrar compromissos como fundamento para o orçamento sigiloso; mas não demonstra por que a aferição econômico-financeira da futura contratada foi reduzida à certidão de falência.
Não se sustenta que balanço patrimonial seja automaticamente obrigatório em qualquer aquisição.
Requer-se que a Administração ***demonstre a proporcionalidade e motivação da escolha realizada*** *ou reveja os critérios de qualificação econômico-financeira à luz do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.*
VIII – DA AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL
O objeto envolve grande diversidade de itens e quantitativos, com fornecimentos parcelados durante a vigência da ata.
O próprio ETP afirma que as quantidades foram estimadas para suprir conjuntamente todas as Secretarias durante ***12 meses****.*
Também conclui que a aquisição poderá ser realizada de forma parcelada conforme a necessidade administrativa.
Apesar disso, não se identifica mecanismo significativo de demonstração da experiência operacional do futuro fornecedor.
Não se pretende impor atestados excessivos.
O questionamento é sobre a ausência de demonstração, no planejamento, das razões pelas quais seria desnecessária qualquer aferição prévia de experiência compatível com o fornecimento.
A Administração deve avaliar os riscos concretos e estabelecer exigência proporcional ou motivar expressamente sua dispensa.
IX – DA AUSÊNCIA DE MECANISMO OBJETIVO PARA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DOS PRODUTOS
O próprio ETP determina que o fornecimento deverá observar requisitos de:
“QUALIDADE e SEGURANÇA”.
Além disso, existem produtos cujas características não são meramente genéricas.
O ***item 14****, por exemplo, exige caneta com tinta invisível e luz UV e determina que o produto seja* ***certificado pelo INMETRO****.*
Os itens ***50 e 51****, relativos a pilhas recarregáveis, também estabelecem aprovação pelo INMETRO e características específicas de capacidade e duração.*
Entretanto, não se identifica disciplina suficientemente objetiva para estabelecer como essas características serão verificadas previamente.
A Administração deve estabelecer, conforme a natureza do item:
amostra, catálogo, ficha técnica, certificado, laudo ou documento técnico equivalente.
Não se defende amostra obrigatória para todos os 69 itens, mas critério objetivo e proporcional para aqueles cuja conformidade não possa ser aferida simplesmente pela descrição da proposta.
X – DAS INDICAÇÕES DE MARCAS E DA NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO
O ETP apresenta situações distintas.
No item 61 consta:
“MARCA DE REFERÊNCIA: COATS CORRENTE OU EQUIVALENTE”.
No item 62:
“MARCA DE REFERÊNCIA: SCOTCH 3777 3M OU EQUIVALENTE.”
Entretanto, no item 69 consta:
“MARCA DE REFERÊNCIA: ACRILEX”*, sem a expressão “ou equivalente”.*
A Administração deve esclarecer se ACRILEX constitui mera referência de qualidade ou efetiva indicação específica.
Caso seja referência, deve ser expressamente admitido produto equivalente.
Caso exista justificativa para indicação específica de marca, essa justificativa deverá estar devidamente demonstrada na fase preparatória.
XI – DA AUSÊNCIA DE DETALHAMENTO SUFICIENTE DAS COTAS DOS ITENS 41 E 42
O edital prevê tratamento em ***cotas de 75% e 25% para os itens 41 e 42****.*
Entretanto, o ETP apresenta os quantitativos globais:
Item 41 – Papel celofane incolor 80x80: 1.272 pacotes; Item 42 – Papel com pauta e margem: 73 pacotes.
Não há, nessa tabela do ETP, separação dos quantitativos correspondentes às cotas de 75% e 25%.
A Administração deve esclarecer de forma inequívoca como ocorrerá a divisão, participação, adjudicação e eventual tratamento de cota deserta ou fracassada.
XII – DOS ERROS E INCONSISTÊNCIAS FORMAIS ADICIONAIS NO ETP
Na página 14, o ETP fundamenta o enquadramento dos produtos como bens comuns mencionando:
“Lei nº 14.133/2024”.
Entretanto, a Lei Federal nº 14.133 é de ***1º de abril de 2021****, como o próprio ETP corretamente registra anteriormente.*
Isoladamente, a ocorrência poderia ser corrigida como erro material.
Entretanto, ela se soma a:
PE 028/2026; PE 029/2026; PE nº __/2026; materiais de expediente; materiais descartáveis; Lei nº 14.133/2021; Lei nº 14.133/2024.
Não se está, portanto, diante de uma única falha de digitação.
O conjunto recomenda ***revisão integral dos documentos da contratação*** *para afastar referências provenientes de modelos, procedimentos ou objetos distintos.*
XIII – DA CONTRADIÇÃO COM OS RESULTADOS PRETENDIDOS PELO PRÓPRIO ETP
O ETP afirma que a licitação pretende:
“assegurar o princípio de isonomia entre os licitantes, bem como a justa competição, incentivando a competitividade”*.*
É justamente para preservar esses objetivos que as inconsistências precisam ser sanadas antes da realização da disputa.
Não se busca impedir ou tumultuar o procedimento.
Busca-se assegurar que todos os interessados formulem suas propostas diante de ***regras claras, uniformes e previamente conhecidas****, evitando questionamentos posteriores que possam comprometer a própria contratação.*
XIV – DA NECESSIDADE DE RECONSIDERAÇÃO, SANEAMENTO E, SE NECESSÁRIO, REABERTURA DO PRAZO
Os elementos apresentados na primeira impugnação, agora reforçados pela análise do ETP, demonstram que as questões levantadas alcançam diferentes documentos da fase preparatória.
Caso a Administração altere condições relacionadas à habilitação, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica,

regionalização, marcas, comprovação de conformidade, cotas, orçamento ou critérios de aceitabilidade, deverá verificar se as modificações interferem na formulação das propostas.
Sendo capazes de influenciá-las, deverá ser assegurada a correspondente publicidade e ***reabertura do prazo****, preservando-se a isonomia entre os interessados.*

XV – DOS PEDIDOS CONSOLIDADOS

Diante de todo o exposto, a ***SIS BEZERRA COMÉRCIO LTDA*** *requer:*

a) *o recebimento desta manifestação como* ***COMPLEMENTAÇÃO E ADITAMENTO à impugnação anteriormente cadastrada no Portal de Compras Públicas****, sem qualquer desistência ou renúncia aos fundamentos anteriormente apresentados;*

b) *caso já tenha ocorrido decisão sobre a primeira impugnação, que a presente manifestação seja igualmente recebida como* ***PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO****, diante dos elementos adicionais extraídos do Estudo Técnico Preliminar;*

c) *que a primeira impugnação e esta complementação sejam apreciadas* ***conjuntamente e de forma integral****;*

d) *a correção e uniformização da identificação do certame, eliminando-se as referências divergentes a* ***PE nº 028/2026, PE nº 029/2026 e PE nº __/2026****;*

e) *a revisão da justificativa de regionalização que faz referência a* ***"materiais descartáveis"****, compatibilizando-a com o objeto efetivo de* ***materiais de expediente****;*

f) *a demonstração concreta da adequação, proporcionalidade, competitividade e vantajosidade da regionalização estabelecida;*

g) *o esclarecimento e a uniformização das regras relativas ao* ***orçamento sigiloso****, especialmente quanto ao momento de sua divulgação, critério de aceitabilidade e negociação com o arrematante;*

h) *a revisão da qualificação econômico-financeira ou, alternativamente, a apresentação de motivação técnica e jurídica específica para a opção por restringi-la essencialmente à certidão negativa de falência, considerando que o próprio ETP reconhece a necessidade de avaliar a capacidade de o licitante honrar os compromissos assumidos;*

i) *a avaliação da necessidade de comprovação de capacidade técnico-operacional proporcional ao objeto, ou a apresentação da motivação administrativa para sua não exigência;*

j) *o estabelecimento de mecanismo objetivo para comprovação da conformidade dos produtos que possuam especificações técnicas particulares, mediante amostra, catálogo, ficha técnica, certificado INMETRO, laudo ou documento equivalente, conforme cada caso;*

k) *o esclarecimento das indicações de marcas constantes do ETP, especialmente do* ***item 69 – ACRILEX****, assegurando-se equivalência quando juridicamente cabível ou apresentando-se a respectiva justificativa técnica;*

l) *o detalhamento completo da divisão e operacionalização das* ***cotas de 75% e 25% dos itens 41 e 42****;*

m) *a correção da referência à* ***"Lei nº 14.133/2024"****, constante do ETP, para a correta identificação da Lei Federal nº* ***14.133/2021****;*

n) *a realização de* ***revisão integral do Edital, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar****, de modo a identificar e eliminar eventuais outras referências incompatíveis, contraditórias ou provenientes de modelos e objetos distintos;*

o) *diante do conjunto das inconsistências apontadas, seja* ***reconsiderada eventual decisão de manutenção integral do edital****, promovendo-se o saneamento das irregularidades antes da abertura da sessão;*

p) *caso as correções realizadas sejam capazes de afetar a formulação das propostas ou as condições de participação, seja determinada a* ***retificação do instrumento convocatório, sua republicação e a correspondente reabertura do prazo****;*

q) *subsidiariamente, caso qualquer dos pontos impugnados seja mantido, seja apresentada* ***decisão expressamente motivada e individualizada****, enfrentando cada questão levantada e indicando os elementos concretos do processo administrativo que fundamentam a manutenção;*

r) *por fim, que a decisão seja devidamente disponibilizada no Portal de Compras Públicas, assegurando-se publicidade, transparência e ciência aos interessados.*

XVI – CONCLUSÃO

A presente manifestação não objetiva criar obstáculos à contratação pública, mas contribuir para que o procedimento prossiga com ***segurança jurídica, coerência documental, competitividade, julgamento objetivo e observância ao planejamento realizado pela própria Administração****.*
Os novos elementos identificados no ETP reforçam substancialmente os fundamentos da impugnação anteriormente apresentada, razão pela qual se requer sua apreciação conjunta e, se já houver pronunciamento anterior, sua ***reconsideração****.*
Diante disso, espera a Impugnante que a Administração exerça seu poder-dever de autotutela e promova o saneamento das inconsistências antes do prosseguimento do certame.

III – DOS FUNDAMENTOS

Identificação do certame
As referências ao Pregão Eletrônico nº 029/2026 e ao Pregão Eletrônico nº __/2026 constituem erros materiais de preenchimento.
O procedimento encontra-se suficientemente identificado como Pregão Eletrônico nº 028/2026, vinculado ao Processo Administrativo MJ/RN nº 082/2026, não havendo dúvida sobre o certame, seu objeto ou a documentação correspondente.
Para todos os efeitos, deve ser considerada a numeração Pregão Eletrônico nº 028/2026.

Menção a "materiais descartáveis"
A expressão "materiais descartáveis" constitui erro material de redação, pois o objeto está expressamente identificado nos documentos principais como aquisição gradativa de materiais de expediente.
O equívoco isolado não modifica o objeto, as especificações, os quantitativos ou as condições de participação e julgamento.

Regionalização
A Requerente apresenta questionamentos genéricos sobre a regionalização, mas não demonstra concretamente insuficiência de fornecedores, inviabilidade da competição ou prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa.
A mera solicitação de apresentação de estudos ou justificativas adicionais não comprova ilegalidade da regra estabelecida nem constitui fundamento suficiente para sua alteração.

Orçamento sigiloso
Não existe incompatibilidade entre a adoção de orçamento sigiloso e a rejeição de proposta que permaneça acima do valor máximo admitido pela Administração.
O art. 24 da Lei nº 14.133/2021 permite o caráter sigiloso do orçamento, enquanto o art. 59, inciso III, determina a desclassificação das propostas que permanecerem acima do orçamento estimado.
A referência ao valor estabelecido no Termo de Referência deve ser compreendida como referência ao valor estimado pela Administração, sem significar que esse valor tenha sido previamente divulgado. Eventual imprecisão redacional não altera a sistemática de julgamento.

Qualificação econômico-financeira
A Lei nº 14.133/2021 não impõe a adoção integral de todos os documentos possíveis em toda contratação. Os requisitos de habilitação devem ser adequados e proporcionais à natureza, ao valor e à complexidade do objeto.
A exigência de certidão negativa de falência não demonstra fragilidade do procedimento, especialmente diante da natureza comum dos bens e do fornecimento parcelado por item.
A garantia de proposta, a garantia contratual e a qualificação econômico-financeira possuem finalidades distintas, inexistindo a contradição apontada.

Qualificação técnico-operacional
A exigência de atestado de capacidade técnica não é obrigatória em toda aquisição.
A Requerente não demonstrou que o fornecimento dos bens possua complexidade técnica ou operacional que torne indispensável a comprovação de experiência anterior. A imposição desse requisito

sem necessidade concreta poderia restringir injustificadamente a competitividade.

Verificação da conformidade dos produtos

A apresentação prévia de amostra, catálogo, ficha técnica ou laudo constitui faculdade da Administração, condicionada à avaliação de sua necessidade e proporcionalidade.

A ausência desses documentos na fase de julgamento não impede a verificação da conformidade durante o recebimento provisório e definitivo dos produtos, nem afasta a possibilidade de rejeição, substituição e aplicação de sanções.

Quando a especificação exigir certificação obrigatória, inclusive do INMETRO, a contratada deverá comprovar seu atendimento na forma da legislação aplicável.

Marcas de referência

As menções às marcas Coats Corrente, Scotch 3777 3M e Acrilex possuem caráter meramente referencial, destinadas a indicar o padrão mínimo esperado.

Serão admitidos produtos de outras marcas, desde que equivalentes ou superiores e que atendam integralmente às características técnicas estabelecidas. Não existe indicação exclusiva ou direcionamento para determinado fabricante.

Cotas de 75% e 25%

A cota de 75% corresponde à parcela principal, enquanto a cota de 25% corresponde à parcela reservada à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

As cotas encontram-se separadas e operacionalizadas no sistema eletrônico, com os respectivos quantitativos e condições de participação, permitindo aos interessados formular suas propostas de maneira objetiva.

Referência à Lei nº 14.133/2024

A indicação "Lei nº 14.133/2024" constitui erro material evidente. A norma aplicável é a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, corretamente indicada em outros trechos.

O equívoco não altera a legislação aplicável nem produz prejuízo à compreensão ou à participação dos interessados.

Ausência de fato novo relevante

Os elementos acrescentados não demonstram ilegalidade, restrição concreta da competitividade ou prejuízo à formulação das propostas.

Os erros materiais identificados são passíveis de esclarecimento e não modificam a substância do edital, o objeto, os quantitativos, os critérios de julgamento ou as condições de participação.

Consequentemente, não existe fundamento para suspensão, retificação, republicação ou reabertura do prazo do certame.

IV – DA DECISÃO

Diante do exposto, decide-se:

a) RECEBER a manifestação da empresa SIS BEZERRA COMÉRCIO LTDA. como complementação da impugnação anteriormente apresentada;

b) NÃO ACOLHER os argumentos apresentados; e

c) NEGAR PROVIMENTO ao pedido de reconsideração, mantendo-se as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 028/2026 e o regular prosseguimento do certame.

Os erros materiais ficam esclarecidos por meio desta decisão, sem alteração substancial do instrumento convocatório e sem necessidade de republicação ou reabertura do prazo.

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 09 de setembro de 2026

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Pregoeira
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:3B80B1DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 073/2025 PROC ADMINIST MJ/RN Nº 24060003/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Jucurutu/RN; DETENTOR DA ATA: **TAMYLLA IZABEL DA SILVA** - CNPJ: 27.346.921/0001-67; OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços destinada à aquisição gradativa de água purificada e mineral, gelo e vasilhame para reposição; VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 13 de agosto de 2026 e termo final em 12 de agosto de 2027; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e Tamylla Izabel da Silva – pela DETENTOR DA ATA .

Jucurutu/RN, 12 de agosto de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexsandro Emanoel Belarmino Pereira
Código Identificador:DDA66888

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 018-2024

CREDENCIAMENTO nº 001/2024 – PROC. ADMINIST. MJ/ RN n° 22040001/2024
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras.
ASSUNTO: **Credenciamento para prestação dos serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu/ RN.**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 018-2024

- **RATIFICO** os atos praticados pela **Comissão de Contratação** deste Município e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento.

- **AUTORIZO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, art. 79, I e do Decreto Municipal nº 1.421/2024, art. 7º, I, o **Credenciamento para prestação dos serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu/ RN,** da empresa: **59.877.398 ANEILTON SILVA DE MEDEIROS –** CNPJ/MF nº 59.877.398/0001-91.

Jucurutu/RN, 10 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:05F9EEC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040001/2024 CONVOCAÇÃO - CREDENCIAMENTO 001/2024

Vimos através deste, CONVOCAR o representante da empresa: **59.877.398 ANEILTON SILVA DE MEDEIROS –** CNPJ/MF nº 59.877.398/0001-91, visando a assinatura do Contrato Administrativo, cujo objeto é: **CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS**

SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN.

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos ao fornecedor os dados necessários via E-mail.
Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura do Contrato Administrativo.

Jucurutu/RN, 10 de setembro de 2026

Atenciosamente,

ALEXSANDRO EMANOEL BELARMINO PEREIRA
Secretário Municipal Adjunto de Licitações, Contratos e Compras
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:54371D6A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 061/2026

Dispõe sobre a nomeação da Gestora e ordenadora de Despesas do Fundo Municipal da Cultura - FMC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Jundiá, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando a Lei Municipal nº 0463/2026, que institui o Fundo Municipal da Cultura -FMC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Sr.ª GILDEANE CORTEZ DA SILVA FERNANDES,** inscrito no CPF nº 053.683.054-19, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desportos, para exercer a função de Gestora do Fundo Municipal da Cultura-FMC, competindo-lhe administrar os recursos financeiros, patrimoniais e orçamentários do Fundo, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 2º Designar a mesma servidora como **Ordenadora de Despesas** do Fundo Municipal da Cultura, ficando autorizada a praticar todos os atos necessários à execução orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos vinculados ao Fundo, observadas as normas legais aplicáveis.

Art. 3º São atribuições da Gestora do Fundo Municipal da Cultura:
I – Gerir os recursos destinados ao Fundo Municipal da Cultura;
II – Acompanhar a execução orçamentária, financeira e contábil dos recursos;
III – autorizar despesas e pagamentos, observada a legislação vigente;
IV – Prestar contas dos recursos administrados aos órgãos competentes;
V – Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Municipal da Cultura;
VI – Exercer outras atribuições inerentes à gestão do Fundo previstas na legislação municipal.

Art. 4º A movimentação financeira dos recursos do Fundo observará as normas da administração pública, as disposições da legislação federal, estadual e municipal e as deliberações do Conselho Municipal da Cultura.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jundiá/RN 10 de setembro de 2026

CARLOS ANTÔNIO DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:9C1F83D1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 60/2026-GP

DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Cultura de Jundiá/RN para o mandato 2026/2027 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação municipal que institui e regulamenta o Conselho Municipal de Cultura de Jundiá/RN,
CONSIDERANDO a necessidade de garantir o regular funcionamento do Conselho Municipal de Cultura, enquanto instância de participação social, acompanhamento, formulação e fiscalização das políticas públicas de cultura do Município;
CONSIDERANDO o processo de escolha dos representantes da sociedade civil para o mandato 2026/2027 e as indicações dos representantes do Poder Público Municipal;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear os membros titulares e suplentes para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE JUNDIÁ/RN, para o mandato 2026/2027, conforme as representações abaixo:

I – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
a) Música
Titular: Ricardo Anacleto – CPF nº 044.XXX.XXX-48
Suplente: José Carlos – CPF nº 017.XXX.XXX-08
b) Artesanato
Titular: Ângela Silva – CPF nº 050.XXX.XXX-40
Suplente: Alexandra Rodrigues – CPF nº 752.XXX.XXX-04
c) Quilombola, Cultura Tradicional e Cultura Popular
Titular: Jéssica Pinheiro – CPF nº 123.XXX.XXX-00
Suplente: Antônio Luiz da Silva – CPF nº 429.XXX.XXX-91
d) Literatura
Titular: Luís Cosme da Chagas – CPF nº 498.XXX.XXX-20

II – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos
Titular: Iranir Saraiva do Nascimento – CPF nº 638.XXX.XXX-00
b) Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Titular: Danielle Dias do Nascimento – CPF nº 070.XXX.XXX-74
c) Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: João Paulo da Silva – CPF nº 018.XXX.XXX-02
d) Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Angela Maria Silva do Nascimento – CPF nº 030.XXX.XXX-78

Art. 2º A Presidência do Conselho Municipal de Cultura de Jundiá/RN será exercida pela representante titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, Iranir Saraiva do Nascimento, observadas as disposições da legislação municipal e do Regimento Interno do Conselho.
Art. 3º Os cargos de Secretário(a) e Tesoureiro(a) do Conselho Municipal de Cultura serão preenchidos mediante eleição entre os membros do colegiado, na forma estabelecida pela legislação municipal e pelo Regimento Interno.
Art. 4º Os representantes da sociedade civil constantes desta Portaria são oriundos do processo de escolha realizado para composição do Conselho Municipal de Cultura, enquanto os representantes do Poder Público Municipal são indicados pelos respectivos órgãos da Administração Municipal.
Art. 5º O exercício da função de Conselheiro Municipal de Cultura é considerado serviço público relevante, não ensejando remuneração aos seus membros.
Art. 6º O mandato dos membros nomeados por esta Portaria corresponderá ao período 2025/2026, observadas as disposições da

legislação municipal que regulamenta o Conselho Municipal de Cultura.
Art. 7º A vaga de suplente da representação da Literatura será preenchida posteriormente, mediante procedimento próprio e posterior ato de nomeação, observadas as disposições da legislação municipal.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Jundiá/RN, 10 de setembro de 2026.

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:D84C8996

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

CPL LAGOA DE PEDRAS
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20250248

O Município de Lagoa de Pedras/RN, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.143.026/0001-09, com sede na Rua Cel. Francisco Tomaz – N° 99 – Centro – Lagoa de Pedras/RN, representada por **JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS**, autoridade competente, portadora do CPF nº 061.241.314-47, Prefeita Municipal, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e **SANITIZE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA**, inscrita no CNPJ n. 29.093.744/0001-80, representada por **MARCELO AUGUSTO PEIXOTO SOARES,** inscrito no CPF n° 100.429.304-64, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do contrato n. 20250248 oriundo da Concorrência Eletrônica n. 003.2025, por mais 12 meses, nos termos do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir do dia 02 de setembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

Lagoa de Pedras – RN, 01 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras
CNPJ: 08.143.026/0001-09
JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
CPF nº 061.241.314-47
Contratante

Sanitize Coleta e Tratamento de Resíduos LTDA
CNPJ nº 29.093.744/0001-80
MARCELO AUGUSTO PEIXOTO SOARES
CPF nº 100.429.304-64
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:872E1EB9

CPL LAGOA DE PEDRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

OBJETO: Aquisição exclusiva de Gêneros Alimentícios por meio de Chamada Pública com a contratação de Agricultores e Associações/Empreendimentos rurais da agricultura familiar para atender as necessidades nutricionais dos alunos da rede municipal de educação através da Lei nº11.947 de 16 de junho de 2009.

Em cumprimento ao disposto na Lei Pertinente, e em consonância com a ata publicada, tendo passado *in albis*o prazo para interposição de recurso, ADJUDICO o resultado do processo supramencionado, em favor dos seguintes participantes:

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DE CAMPINAS (AFCC), CNPJ n. 14.010.542/0001-50, nos itens 1, 4, 15, 17, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39 e 40;
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES ASSISTIDO DA REGIAO AGRESTE (ACOPAR), CNPJ n. 63.695.929/0001-00, nos itens 1, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20 e 25;
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DO TERRITORIO AGRESTE E LITORAL SUL, CNPJ 44.662.184/0001-20, nos itens 1, 3, 4, 8, 9, 19, 25, 27, 29, 30, 35, 37, 38, 39 e 40;
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA, CPF n. 033.809.234-00, nos itens 2, 6, 23, 24, 26 e 28;
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO LESTE POTIGUAR, CNPJ n. 50.756.277/0001-17, nos itens 1, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40.

E ainda, pelo presente termo, HOMOLOGO o certame, por terem sidos cumpridos os trâmites legais do processo.

Lagoa de Pedras/RN, 10 de Setembro de 2026.

JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:EDD02D3C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 017/2026

PROCESSO Nº 84/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 017/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO: 48.031.019 JUSIVANIA MARIA DE SOUSA
CNPJ: 48.031.019/0001-21
OBJETO: Contratação da atração musical VÂNIA SOUZA, artista do setor artístico-cultural, reconhecida e consagrada pela crítica regional e/ou pela opinião pública, para realização de apresentação musical ao vivo no dia 12 de setembro de 2026, em praça pública, como parte da programação do Projeto Som na Praça – Edição Cavalgada, no Município de Lagoa de Velhos/RN.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

Lagoa de Velhos/RN, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:E3EC267A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 017/2026

PROCESSO Nº 84/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 017/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO: 48.031.019 JUSIVANIA MARIA DE SOUSA
CNPJ: 48.031.019/0001-21
OBJETO: Contratação da atração musical VÂNIA SOUZA, artista do setor artístico-cultural, reconhecida e consagrada pela crítica regional e/ou pela opinião pública, para realização de apresentação musical ao vivo no dia 12 de setembro de 2026, em praça pública, como parte da programação do Projeto Som na Praça – Edição Cavalgada, no Município de Lagoa de Velhos/RN.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

Lagoa de Velhos/RN, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:EB99C86F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026

PROCESSO Nº 75/2026
ASSUNTO: Aquisição de 02 (dois) lotes de terreno, contíguos a imóveis pertencentes ao Município, destinados à ampliação do patrimônio público municipal, visando à integração das áreas já existentes, possibilitando a expansão do galpão de confecções, o suporte à implantação da nova Delegacia de Polícia e a futura instalação de equipamentos públicos, áreas de estacionamento, acessos, circulação e demais estruturas necessárias ao atendimento do interesse público e ao desenvolvimento das políticas públicas municipais.
CONTRATANTE: PREFITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADOS: MARCÍLIO CÉSAR E SILVA e MARGARETH DA SILVA NEVES
CPF (Marcílio): ***.871.464-**
CPF (Margareth): ***.225.374-**
ENDEREÇO: Rua Morais Navarro, nº 55, Condomínio Quartier Lagoa Nova, Torre Lyon, Ap. 1305, Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.075-770
DESCRIÇÃO DOS ITENS:

ITEM	DESCRIÇÃO	ÁREA (m²)	LOCALIZAÇÃO DE REFERÊNCIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Lote nº 17	200 m²	10m de largura × 20m de comprimento. Norte: Lote 3; Leste: Lote 16; Oeste: Lote 18; Sul: Rua Projetada	14.000,00	14.000,00
02	Lote nº 18	200 m²	10m de largura × 20m de comprimento. Norte: Lote 2; Leste: Lote 17; Oeste: Lote 19; Sul: Rua Projetada	14.000,00	14.000,00
VALOR TOTAL				**R$ 28.000,00**	

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)
MODALIDADE: Inexigibilidade nº 016/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso V da Lei nº 14.133/2021
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02.120 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente; PROJETO ATIVIDADE: 15.451.0008.1126 – Aquisição e Desapropriação de Imóveis; NATUREZA DA DESPESA: 34.4.90.61 – Aquisição de Imóveis; FONTE DE RECURSO: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

Lagoa de Velhos/RN, 10 de agosto de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: José Nildo Galdino
P/ CONTRATADO: Marcílio César e Silva
P/ CONTRATADA: Margareth da Silva Neves

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:69B4CFBA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 087/2026

Dispõe sobre a cessão da servidora pública municipal WANESKA SILVA BEZERRA ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – Promotoria de Justiça da Comarca de São Tomé/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica e Administrativa nº 58/2026-PGJ, celebrado no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO o Termo de Cessão de Servidora Pública celebrado entre o Município de Lagoa de Velhos/RN e o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de São Tomé/RN;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica cedida, temporariamente, a servidora pública municipal **WANESKA SILVA BEZERRA**, inscrita no CPF sob o nº ***.771.514-**, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, integrante do quadro de servidores efetivos do Município de Lagoa de Velhos/RN, para exercer suas atividades junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – Promotoria de Justiça da Comarca de São Tomé/RN.
Parágrafo único. A servidora exercerá atividades de natureza estritamente administrativa, compatíveis com o cargo de origem, vedado o desvio de função.

Art. 2º- A cessão terá vigência pelo prazo de 01 (um) ano, contado a partir de 14 de setembro de 2026, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante manifestação expressa dos partícipes e observância do interesse público e da legislação aplicável.

Art. 3º- A cessão será realizada com ônus para o Município de Lagoa de Velhos/RN, permanecendo sob responsabilidade do Município cedente o pagamento da remuneração, vantagens e demais encargos decorrentes do vínculo funcional da servidora, na forma da legislação aplicável.

Art. 4º- A servidora permanecerá vinculada ao quadro funcional do Município de Lagoa de Velhos/RN, preservados sua situação funcional, direitos e vantagens previstos na legislação municipal.

Art. 5º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Lagoa de Velhos/RN, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:2D445CF0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA**, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO** a se processar de **FORMA ELETRÔNICA** (**MENOR PREÇO POR ITEM)**, objetivando a *contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de sorvetes produzidos em máquina apropriada e picolés de frutas, incluindo o fornecimento de todos os insumos, equipamentos, operador e demais materiais necessários à execução do serviço, destinados ao atendimento de eventos institucionais, campanhas, ações, projetos e atividades promovidas pela Administração Pública Municipal*, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes à licitação. **INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 11h00min do dia 11 de setembro de 2026. **LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 06h00min do dia 23 de setembro de 2026 **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 08h00min do dia 23 de setembro de 2026.**ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 08h30min do dia 23 de setembro de 2026. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para consulta e retirada: dia 11 de setembro de 2026, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal (8h00min às 13h00min, em dias úteis), no site www.lagoanova.rn.gov.br (Portal da Transparência) e-mail cpl@lagoanova.rn.gov.br. Os Pedidos de esclarecimento e/ou encaminhamentos ocorrerão diretamente no Portal www.portaldecompraspublicas.com.br. **Pregoeira:** Renata Sabrina Silva de Menezes.

Lagoa Nova/RN, em 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:8FDE5BBF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 049/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.061/2026. CREDENCIAMENTO Nº: 003/2026. CONTRATANTE: Município de Lagoa Nova/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 08.182.313/0001-10. CREDENCIADA: Assunção Viagens e Turismo LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.268.936/0001-85. OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte de passageiros, mediante utilização de veículos de passeio, vans e/ou ônibus, conforme categorias para as quais tenha sido habilitada, observadas as especificações, condições operacionais, itinerários e valores definidos no Edital de Credenciamento nº 003/2026 e Termo de Referência. VALOR: Os serviços serão remunerados conforme os valores fixados no Termo de Referência e Edital de Credenciamento nº 003/2026, sendo pagos somente os serviços efetivamente autorizados e executados. PRAZO DE VIGÊNCIA: Enquanto o Credenciamento nº 003/2026 permanecer aberto e válido perante a Administração Municipal, desde que mantidas as condições de habilitação da credenciada. BASE LEGAL: Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: 09 de julho de 2026. ASSINATURAS: Iranildo Aciole da Silva – Pelo Contratante; Valdinez Edson Assunção da Silva – Pela Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:E03A0BFE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 052/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.061/2026. CREDENCIAMENTO Nº: 003/2026. CONTRATANTE: Município de Lagoa Nova/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 08.182.313/0001-10. CREDENCIADA: Martins Locações e Manutenções, inscrita no CNPJ nº 17.330.460/0001-80. OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte de passageiros, mediante utilização de veículos de passeio, vans e/ou ônibus, conforme categorias para as quais tenha sido habilitada, observadas as especificações, condições operacionais, itinerários e valores definidos no Edital de Credenciamento nº 003/2026 e Termo de Referência. VALOR: Os serviços serão remunerados conforme os valores fixados no Termo de Referência e Edital de Credenciamento nº 003/2026, sendo pagos somente os serviços efetivamente autorizados e executados. PRAZO DE VIGÊNCIA: Enquanto o Credenciamento nº 003/2026 permanecer aberto e válido perante a Administração Municipal, desde que mantidas as condições de habilitação da credenciada. BASE LEGAL: Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: 13 de julho de 2026. ASSINATURAS: Iranildo Aciole da Silva – Pelo Contratante; Edinaldo Martins Pereira – Pela Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:8C877968

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 055/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.061/2026. CREDENCIAMENTO Nº: 003/2026. CONTRATANTE: Município de Lagoa Nova/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 08.182.313/0001-10. CREDENCIADA: J B dos Santos Tur, inscrita no CNPJ nº 37.038.757/0001-84. OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte de passageiros, mediante utilização de veículos de passeio, vans e/ou ônibus, conforme categorias para as quais tenha sido habilitada, observadas as especificações, condições operacionais, itinerários e valores definidos no Edital de Credenciamento nº 003/2026 e Termo de Referência. VALOR: Os serviços serão remunerados conforme os valores fixados no Termo de Referência e Edital de Credenciamento nº 003/2026, sendo pagos somente os serviços efetivamente autorizados e executados. PRAZO DE VIGÊNCIA: Enquanto o Credenciamento nº 003/2026 permanecer aberto e válido perante a Administração Municipal, desde que mantidas as condições de habilitação da credenciada. BASE LEGAL: Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: 29 de julho de 2026. ASSINATURAS: Iranildo Aciole da Silva – Pelo Contratante; Jackson Bezerra dos Santos – Pela Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:741E51FA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 063/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.061/2026. CREDENCIAMENTO Nº: 003/2026. CONTRATANTE: Município de Lagoa Nova/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 08.182.313/0001-10. CREDENCIADA: José Cícero de Farias, inscrito no CPF nº 002.820.714-25. OBJETO: Credenciamento de pessoa física para prestação de serviços de transporte de passageiros, mediante utilização de veículos de passeio, vans e/ou ônibus, conforme categoria para a qual tenha sido habilitada, observadas as especificações, condições operacionais, itinerários e valores definidos no Edital de Credenciamento nº 003/2026 e Termo de Referência. VALOR: Os serviços serão remunerados conforme os valores fixados no Termo de Referência e Edital de Credenciamento nº 003/2026, sendo pagos somente os serviços efetivamente autorizados e executados. PRAZO DE VIGÊNCIA: Enquanto o Credenciamento nº 003/2026 permanecer aberto e válido perante a Administração Municipal, desde que mantidas as condições de

habilitação da credenciada. BASE LEGAL: Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: 02 de setembro de 2026. ASSINATURAS: Iranildo Aciole da Silva – Pelo Contratante; José Cícero de Farias – Pela Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:D889D068

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026-SRP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA**, torna público que realizará licitação para Sistema de Registro de Preços na modalidade **PREGÃO** a se processar de **FORMA ELETRÔNICA** (**MENOR PREÇO POR LOTE)**, objetivando a Contratação de plataforma de monitoramento, incluindo, manutenção preventiva e corretiva, gravação, armazenamento, gerenciamento, combinada à câmeras em sistema de Videomonitoramento 100% em nuvem com acessos via ambiente Cloud Computing, e acesso web e via aplicativos para sistemas IOS e ANDROID, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes à licitação. **INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 11h00min do dia 11 de setembro de 2026. **LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 06h00min do dia 23 de setembro de 2026 **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09h00min do dia 23 de setembro de 2026. **ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h30min do dia 23 de setembro de 2026. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para consulta e retirada: dia 11 de setembro de 2026, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal (8h00min às 13h00min, em dias úteis) ou no site www.lagoanova.rn.gov.br (Portal da Transparência) e e-mail cpl@lagoanova.rn.gov.br. Os Pedidos de esclarecimento/impugnação ocorrerão diretamente no Portal www.portaldecompraspublicas.com.br. **Pregoeira:** Renata Sabrina Silva de Menezes.

Lagoa Nova/RN, em 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:28A1E429

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO PARCIAL - CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

Processo Administrativo nº 2.454/2026. O Agente de Contratação do Município de Lagoa Nova/RN, Sr. Abner Paulo, torna público o resultado parcial do Credenciamento nº 003/2026, referente ao Processo Administrativo nº 2.454/2026, destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de transporte de passageiros mediante utilização de veículos de pequeno porte, vans e ônibus. Após análise da documentação de habilitação e das propostas apresentadas, foram considerados devidamente credenciados os seguintes interessados: EDINALDO MARTINS PEREIRA, inscrito no CNPJ nº 17.330.460/0001-80; ASSUNCAO VIAGENS & TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.268.936/0001-85; 37.038.757 JACKSON BEZERRA DOS SANTOS inscrita no CNPJ nº 37.038.757/0001-84 e JOSÉ CICERO DE FARIAS, inscrito no CPF nº XXX.820.714-XX, para os itens constantes na Ata Parcial de Julgamento. Todos os documentos relativos ao processo, inclusive a Ata Parcial contendo a relação completa dos itens, quantitativos, valores de referência e fornecedores credenciados, encontram-se disponíveis para consulta pública no Portal de Compras Públicas. Abner Paulo de Araújo/Agente de Contratação.

Lagoa Nova/RN, 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:78BA2360

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0423/2026 - GP

Portaria nº 0423/2026 – GP
Lagoa Nova / RN, 10 de setembro de 2026.

"CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA A SERVIDORA EFETIVA ANGELA CRISTIANE BEZERRA DANTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 789/2022.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 789/2022, que: "Dispõe sobre a concessão do direito a horário especial ao servidor público considerado pessoa com deficiência ou que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza, incluindo-se os responsáveis por pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), sem necessidade de exigência de compensação de horário e prejuízo da remuneração".

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder redução de carga horária semanal de 30 (trinta) horas para 20 (vinte) horas à servidora efetiva, a senhora **Angela Cristiane Bezerra Dantas,** mat. Nº **000277**, cargo: **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A redução da carga horária será sem necessidade de exigência de compensação de horário e prejuízo da remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se

(Assinado Eletronicamente)
IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:978EBAEE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0424/2026 – GP

Portaria nº 0424/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 10 de setembro de 2026.

"DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES À JUSTIÇA ELEITORAL''.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a requisição da Justiça Eleitoral, por meio do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte – TRE/RN, consubstanciada nos Ofícios-Circulares nº 15/2026/PRES e nº 16/2026/PRES, referentes às Eleições 2026;

CONSIDERANDO o disposto no art. 94-A, inciso I, da Lei Federal nº 9.504/1997, que estabelece o dever dos órgãos e entidades da Administração Pública de fornecer à Justiça Eleitoral as informações solicitadas, na forma e nos prazos estabelecidos;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 92 e 92-A da Resolução-TSE nº 23.607/2019, relativos ao encaminhamento de informações sobre notas fiscais eletrônicas e permissionários de serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) **VITORIA BEZERRA DA SILVA**, matrícula nº **37575**, ocupante do cargo de **CONTADORA**, para atuar como responsável pelo recebimento, centralização, organização e transmissão das informações requisitadas pela Justiça Eleitoral, referentes às notas fiscais eletrônicas – NF-e e aos permissionários de serviço público do Município de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º Designar o(a) servidor(a) **PEDRO VINÍCIUS GUIMARÃES VICTOR**, matrícula nº **37044**, ocupante do cargo de **ASSESSOR EXECUTIVO**, como substituto(a) do responsável, nas hipóteses de ausência ou impedimento.

Art. 3º As Secretarias Municipais e demais setores competentes deverão fornecer, com prioridade, as informações necessárias ao cumprimento das requisições e dos prazos estabelecidos pela Justiça Eleitoral.

Art. 4º O servidor responsável deverá providenciar o cadastramento do Município junto à SACEP/TRE-RN e realizar a validação e transmissão das informações pelo sistema FISCALIZA_JE, mantendo os respectivos comprovantes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luana Souza da Silva
Código Identificador:72408BC5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0425/2026 - GP

Portaria nº 0425/2026 – GP
Lagoa Nova/RN, 10 de setembro de 2026.

"CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 02 (duas) diária(s) a servidora Geysa Macêdo, matrícula nº 3274, ocupante do cargo de Chefe do Cadastro Único, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme valor estabelecido para o município de Natal/RN, totalizando R$ 300,00 (trezentos reais), destinadas ao custeio de despesas decorrentes de viagem ao referido município, nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, com a finalidade de participar da Capacitação da "Oficina de Entrevista do Cadastro único".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:4D8EC5D8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0426/2026 - GP

Portaria nº 0426/2026 – GP
Lagoa Nova/RN, 10 de setembro de 2026.

"CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 02 (duas) diária(s) a servidora Renata Letícia Firmino de Medeiros, matrícula nº 32722, ocupante do cargo de Coordenadora de Assistência Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme valor estabelecido para o município de Natal/RN, totalizando R$ 300,00 (trezentos reais), destinadas ao custeio de despesas decorrentes de viagem ao referido município, nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, com a finalidade de participar da Capacitação da "Oficina de Entrevista do Cadastro único".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:C0FCEF86

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0427/2026 - GP

Portaria nº 0427/2026 – GP
Lagoa Nova/RN, 10 de setembro de 2026.

"CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 02 (duas) diária(s) a servidora Maria Raniérica da Silva, matrícula nº 3453, ocupante do cargo de Agente administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor unitário de R$40,00 (quarenta reais), conforme valor estabelecido para o município de Natal/RN, totalizando R$ 80,00 (oitenta reais), destinadas ao custeio de despesas decorrentes de viagem ao referido município, nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, com a finalidade de participar da Capacitação da "Oficina de Entrevista do Cadastro único".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:56C9B89A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 061/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 061/2026

"CONVOCA APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN EDITAL 001/2025 PARA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE NECESSIDADE DE PESSOAL A TÍTULO PRECÁRIO, PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Município de Lagoa Nova - RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Recurso Humanos, tendo em vista a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado ao Provimento de contratação de profissionais por prazo determinado, o Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova – RN, situada na Avenida Silvio Bezerra de Melo, nº 363, Centro, Lagoa Nova - RN, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS – EDITAL 001/2025, para a contratação por tempo determinado de profissionais para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do município, nos termos do artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, e nas Leis Municipais Nº 797/2022, N° 804/2023 e N° 886/2025; e demais legislações municipais correlatas, com base no Termo de Ajustamento de Gestão Nº 002/2019 Firmado Entre o Município de Lagoa Nova/RN e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN.

RESOLVE:
1 – CONVOCAR para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os candidatos listados no ANEXO I deste edital, para que se apresente em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste edital de convocação.
2 – O candidato deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, situada na Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo, 363, Centro, das 08h às 12h, portando a convocação e os documentos listados no item 5 do Edital 001/2025. É mandatória a apresentação dos documentos originais e cópias legíveis.
3 – A ausência do candidato convocado dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste edital de convocação oficial, permitirá que a Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN convoque o próximo candidato qualificado e classificado na lista.
4 – O ato de contratação será anulado se o candidato não comparecer no local e prazo estipulados de 05 (cinco) dias úteis, ou se não apresentar todos os documentos requeridos pela Prefeitura Municipal de Lagoa Nova – RN, conforme o Edital 001/2025, o que resultará no direito de convocar o próximo candidato aprovado na lista.

Lagoa Nova/RN, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

ANEXO I
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGO – SME – 30H
ÁREA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – LEIS MUNICIPAIS Nº 797/2022; N° 886/2025.

N.	CANDIDATO	HABILITADO
65	MARIA DAS VITORIAS MEDEIROS DOS SANTOS (PCD)	SIM

Lagoa Nova/RN, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:B29EC716

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2026 – ADITIVO Nº 001- HILMERITA BEZERRA DA SILVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2026 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SMS, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): HILMERITA BEZERRA DA SILVA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 001.XXX.387 – ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 852.XXX.XXX.68, DOMICILIADA NO SÍTIO CEARÁ, Nº 50, ZONA RURAL – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **AUXILIAR DE ARQUIVO** PELO PERÍODO DE 11 DE SETEMBRO DE 2026 A 10 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:E89AD08B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 154/2026.

Portaria nº 154/2026. Lagoa Salgada/RN, 10 de setembrode 2026.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Comissionado e dá outras providencias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, no uso de suas atribuições Legais conferidas pela Lei Orgânica, e

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo em comissão de Secretária Municipal de Habitação e Regularização Fundiária - SMHRF, do Município de Lagoa Salgada/RN, a senhora FABILIANE GLECIA VIEIRA DO NASCIMENTO FREIRE, portadora do CPF ***.868.064-**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de agosto de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Atenciosamente,

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:3A16C7ED

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 155/2026.

Portaria nº 155/2026.Lagoa Salgada/RN, 10 de setembro de 2026.

Dispõe sobre exoneração do Cargo Comissionado e dá outras providencias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, no uso de suas atribuições Legais conferidas pela Lei Orgânica, e

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo em comissão de Secretário de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SMRHM, o senhor FRANCLEITON DOS SANTOS FREIRE, portador do CPF ***.216.184-**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de agosto de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.
Atenciosamente,

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:4D929934

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SMA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 070/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 070/2025
INEXIGIBILIDADE Nº: 035/2025. **Objeto**: Primeiro Termo Aditivo de Vigência do Contrato nº 070/2025, cujo objeto é a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO EM ÁREA CENTRAL E DE FÁCIL ACESSO NO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CASA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS, ESPAÇO QUE REUNIRÁ EM UM ÚNICO ENDEREÇO OS DIVERSOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS, PROPORCIONANDO INFRAESTRUTURA ADEQUADA, ACESSIBILIDADE E AMBIENTE APROPRIADO PARA REALIZAÇÃO DE REUNIÕES, DELIBERAÇÕES E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS. Fundamento Legal:** Artigo 74, IV, da Lei nº 14.133/2021. **Contratante:** MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN (CNPJ: 08.162.869/0001-44). **Contratada:** Lourival Geraldo Freire (CPF/CNPJ nº. 761.078.684-53). **Vigência:** 20/08/2026 a 21/08/2027. **Data da Assinatura:** 12 de agosto de 2026.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:FC47A8EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 90/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN E A EMPRESA SGM COPIADORAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA.

Processo Administrativo n° 02002.000067/2026
Licitação nº 114/2026

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, com sede no Palácio Alzira Soriano, situado à Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Centro, CEP: 59535-000, Lajes/RN, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**.

CONTRATADA: **SGM COPIADORAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 06.224.460/0001-80, sediado na Rua Joaquim Araújo Filho, nº 1490, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.063-120, neste ato representado por **SERGIO GUSTAVO MEDEIROS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF nº 009.XXX.XXX-08.

OBJETO: Locação de equipamentos de informática, compreendendo notebooks e computadores desktop completos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais e demais unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Lajes/RN, com a finalidade de assegurar a continuidade das atividades administrativas, operacionais e institucionais, proporcionando suporte à infraestrutura tecnológica, ao adequado funcionamento dos sistemas informatizados e à prestação eficiente dos serviços públicos.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 30/2026

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor mensal é de 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta reais), perfazendo o valor global de R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais).

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	NOTEBOOK – ESPECIFICAÇÕES: Processador Intel® Core™ i5 de 10ª geração ou superior; Memória RAM mínima de 8 GB; Armazenamento SSD mínimo de 240 GB; Tela de 15,6 polegadas, resolução mínima HD (1366x768), preferencialmente Full HD; Sistema Operacional Windows 10 (64 bits), preferencialmente Windows 10 Pro ou versão superior compatível; Teclado padrão ABNT2, Português (Brasil); Conectividade Wi-Fi padrão 802.11ac ou superior e Bluetooth 5.0 ou superior; Portas USB 3.0, HDMI e demais conexões compatíveis; Carregador bivolt automático; Garantia mínima de 12 (doze) meses fornecida pelo fabricante; Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado de todos os cessórios necessários ao seu perfeito funcionamento.	UND	100	250,00	25.000,00
2	COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO: Processador: Intel Core i5-10210U - 6MB cache, 1.60 GHz; Memoria: 8GB DDR4; HD 240GB SSD Adaptador USB,	UND	150	250,00	37.500,00

	Wi-Fi, Fonte 200W; Placa Mãe Socket 1155, Placa de Vídeo Onboard Intel Graphics, Sistema Operacional Windows 10 Pro DVD-RW; Dimensões: 385x204x412 mm Voltagem: 110/220V; Monitor Led HD, HDMI e VGA 18,5" (1366X768), Teclado USB, 107 TECLAS (COM FIO); Transformador 5000va 110/220 Toca Ar Split Até 12000btus; Garantia: 1 ano.				
Total do contrato em R$				62.500,00	

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária:02.002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Ação: 2007 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Governo
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0100 - ADMINISTRACAO INTEGRADA
Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 - Lajes

VIGENCIA DO CONTRATO: Os serviços serão contratados na data da assinatura contratual, 10 de setembro de 2026 a 09 de julho de 2027**.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 10 de setembro de 2026

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

SGM Copiadoras Comercio E Serviço LTDA
CNPJ: 06.224.460/0001-80
SERGIO GUSTAVO MEDEIROS DE OLIVEIRA
CPF: 009.XXX.XXX-08
Contratada

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:179B286A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 293, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação do(a) servidor(a) Jéssica Maria da Conceição Viana Moreira e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o (a) senhor (a) J**ÉSSICA MARIA DA CONCEIÇÃO VIANA MOREIRA,** inscrito (a) no CPF sob nº ##2.063.714-## ao Cargo em comissão de **COORDENADOR(A) DE PAGAMENTOS** , lotado (a) na S**ECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, do município de Lajes/RN.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, c**om seus efeitos a retroagindo 08 de setembro de 2026**, revogando disposições em sentido contrário.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 10 de setembro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:646487EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 294, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação do(a) servidor(a) Paula Patrícia Cunha Ferreira e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o (a) senhor (a) **PAULA PATRICIA CUNHA FERREIRA**, inscrito (a) no CPF sob nº ##1.886.044-## ao Cargo em comissão de **COORDENADOR(A) DE DEPARTAMENTO PESSOAL,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO** , do município de Lajes/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **com seus efeitos a 08 de setembro de 2026**, revogando disposições em sentido contrário.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 10 de setembro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:2353DE79

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 295, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação do(a) servidor(a) Charllyane Evyllen Marques e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o (a) senhor (a) **CHARLLYANE EVYLLEN MARQUES**, inscrito (a) no CPF sob nº ##8.394.344-## ao Cargo em comissão de **COORDENADOR(A) DE RECURSOS HUMANOS** , lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE , do município de Lajes/RN.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **com seus efeitos a 10 de setembro de 2026,** revogando disposições em sentido contrário.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 10 de setembro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:A183F12E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 296, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação do(a) servidor(a) Alberlandia Victor de Lima e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o (a) senhor (a) **ALBERLANDIA VICTOR DE LIMA**, inscrito (a) no CPF sob nº ##9.488.644-## ao Cargo em comissão de **COORDENADOR(A) ADMINISTRATIVO** , lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE , do município de Lajes/RN.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **com seus efeitos a 10 de setembro de 2026**, revogando disposições em sentido contrário.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 10 de setembro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:1E63B3A7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E APOIO COMUNITÁRIO
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, II da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 25080126

NOME DO CREDOR: BORGES ELETROMÓVEIS LTDA

CNPJ: 02.171.385/0025-52

OBJETO: AQUISIÇÃO ARMÁRIO DE COZINHA COMPACTA EM AÇO COM BALCÃO 10 PORTAS 1 GAVETA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

VALOR TOTAL: R$ 1.000,00 (UM MIL REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 09 DE SETEMBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:2E705186

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 805/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor **José Adson Costa da Cunha**, Matrícula 090072-9, ocupante do cargo de **Motorista**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 01 (uma) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à capital do Estado, Natal/RN, no dia 05 setembro de 2026. O objetivo da viagem é transportar paciente para atendimento médico especializado, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 10 de setembro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:E8AD8F85

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 806/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor **Pedro Wemerson Alves Dias**, Matrícula 120700-8, ocupante do cargo de **Assessor de Transporte Hospitalar**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) diárias no valor unitário de 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem a cidade de Mossoró/RN, nos dias 07, 08 e 09 de setembro de 2026. O objetivo da viagem é transportar pacientes para atendimento médico especializado no Hospital Solidariedade, Guiomar Fernandes e Comunidade de Saúde, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 10 de setembro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:9BAFE5A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 807/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor **Pedro Wemerson Alves Dias**, Matrícula 120700-8, ocupante do cargo de **Assessor de Transporte Hospitalar**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 01 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à capital do Estado, Natal/RN, com saída no dia 10 de setembro de 2026 e retorno no dia 11 de setembro de 2026. O objetivo da viagem é transportar pacientes para atendimento médico especializado no Hospital Regional Deoclécio Marques e Hospital Universitário Onofre Lopes, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 10 de setembro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:2634C601

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
A V I S O DE L I C I T A Ç Ã O PREGÃO Nº 014/2026

A Prefeitura Municipal de Lucrécia, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público, nos termos da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, que fará realizar procedimento licitatório - Modalidade: **Pregão** - Tipo**: Menor preço** - Objeto: **registro de preços para a aquisição de materiais odontológicos destinados à manutenção e ao funcionamento dos serviços de saúde bucal da rede municipal de saúde do município de Lucrécia/RN, atendendo às necessidades do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Lucrécia e das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Lucrécia** - Sessão Pública às **09:00 do dia 25 de setembro de 2026**, Local: https://www. bbmnet.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados nesse mesmo local.

LUCRÉCIA/RN, 10/09/2026

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro(a)

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:9CA40B7B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 095 -2026, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Regulamenta o uso e a ocupação de espaços públicos municipais para o exercício de atividades comerciais eventuais, instalação de brinquedos recreativos, brinquedos elétricos, pula-pula, food trucks, circulação de veículos eletrificados infantis, barracas e estruturas comerciais similares, bem como equipamentos de mobilidade disciplinando o poder de polícia administrativa, as condições de segurança coletiva, a acessibilidade urbana e a salvaguarda do patrimônio público, em cumprimento à Lei Municipal n.º 025, de 28 de dezembro de 1977, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso regular de suas atribuições constitucionais, legais e administrativas, conferidas pela Lei Orgânica do Município e com esteio nas diretrizes de técnica legislativa consagradas na Lei Complementar Federal n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no Decreto Federal n.º 9.191, de 1º de novembro de 2017;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil outorga expressamente aos Municípios a competência material e legislativa privativa para disciplinar os assuntos de interesse predominantemente local, consoante o artigo 30, inciso I, bem como para promover o adequado ordenamento territorial mediante o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, a teor do artigo 30, inciso VIII;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar o uso e a ocupação dos espaços públicos municipais, compatibilizando as atividades comerciais e recreativas com a segurança pública, a acessibilidade, a preservação do patrimônio público e o direito de ir e vir dos munícipes;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n.º 025, de 28 de dezembro de 1977, que institui o Código de Administração e Posturas do Município de Martins, estabelece no artigo 1º que este diploma contém as medidas de polícia administrativa a cargo do Poder Executivo em matéria de higiene, ordem pública e funcionamento das atividades econômicas, impondo ao Prefeito e aos servidores a fiscalização contínua de seus preceitos;

CONSIDERANDO que o artigo 3º e o artigo 4º do Código de Posturas cominam responsabilidade a todo aquele que praticar ação ou omissão contrária às normas municipais de ordem pública ou que concorrer para infrações contra as posturas locais, conferindo suporte legal à imposição de obrigações de fazer, de não fazer e de penalidades pecuniárias;

CONSIDERANDO que os artigos 66 e 67 da referida legislação municipal estatuem expressamente que nenhum divertimento público poderá ser realizado em logradouros ou recintos públicos sem a prévia

e formal licença da Prefeitura Municipal de Martins, exigindo satisfação rigorosa das condições de segurança e higiene;

CONSIDERANDO que os artigos 86 e 87 do Código de Posturas determinam que o trânsito nas vias e passeios públicos é livre, vedando terminantemente embaraçar ou impedir a circulação de pedestres ou condutores em ruas, praças, passeios e caminhos públicos municipais;

CONSIDERANDO que os artigos 110 a 122 do diploma de posturas proíbem o empachamento indevido de vias públicas, reservando à Prefeitura Municipal a gestão privativa do mobiliário urbano, canteiros, praças e passeios públicos, exigindo a preservação de faixas livres contínuas destinadas à livre circulação de pedestres;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o expressivo crescimento das atividades de lazer nas praças históricas e logradouros do Município de Martins, notadamente a exploração comercial de brinquedos infláveis, camas elásticas e a circulação de veículos eletrificados infantis operados por tração motorizada e controle remoto;

CONSIDERANDO a premente necessidade de harmonizar o legítimo exercício da recreação infantil e da exploração econômica eventual com a salvaguarda inafastável da integridade física dos pedestres, em especial de crianças de tenra idade, idosos, gestantes e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

CONSIDERANDO o dever jurídico de afastar riscos de acidentes, atropelamentos e colisões, resguardando o direito inalienável de ir e vir dos cidadãos e a incolumidade do patrimônio histórico, urbanístico e paisagístico do Município de Martins;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a integridade e a funcionalidade da Praça Almino Afonso como espaço público de convivência e circulação;

CONSIDERANDO a importância de criar áreas alternativas para o desenvolvimento de atividades comerciais e recreativas, de modo a não prejudicar os empreendedores locais;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Decreto regulamenta as condições urbanísticas, de segurança, de acessibilidade e de polícia administrativa para o uso especial, temporário e privativo de espaços públicos municipais por pessoas físicas ou jurídicas que explorem atividades econômicas comerciais, montagem de brinquedos recreativos e circulação de veículos eletrificados infantis, no âmbito territorial do Município de Martins de:
I – brinquedos recreativos de qualquer natureza;
II – brinquedos elétricos;
III – pula-pula e similares;
IV – food trucks e estruturas móveis de comercialização de alimentos e bebidas;
V – barracas e estruturas comerciais temporárias;
VI – equipamentos de mobilidade urbana, compreendendo bicicletas, patinetes, **patins,** skates e similares utilizados para fins recreativos.

Parágrafo único. As disposições deste regulamento aplicam-se integralmente a todas as praças públicas, passeios, calçadões, alamedas, parques, largos e demais bens públicos de uso comum do povo situados na zona urbana e nos distritos do Município de Martins.

Art. 2º. O uso especial dos bens públicos de que trata este Decreto subordina-se aos seguintes princípios fundamentais:
I, supremacia do interesse público sobre os interesses puramente particulares ou de exploração econômica privada;
II, garantia da segurança física, incolumidade pessoal e integridade dos transeuntes, visitantes e usuários dos logradouros públicos;
III, universalidade do direito de ir e vir, consubstanciado na livre e segura locomoção de pedestres em áreas públicas;
IV, preservação, integridade e conservação do patrimônio público, do mobiliário urbano, dos jardins, do calçamento e dos canteiros floridos municipais;
V, estrita temporariedade, discricionariedade e precariedade de quaisquer outorgas para exploração econômica de bens de uso comum do povo.

Art. 3º. Para os efeitos deste Decreto, considera-se:
I – espaço público de uso comum do povo: as praças, largos, calçadões, passeios públicos, vias e logradouros de domínio municipal, abertos à livre circulação de pessoas e veículos;
II – brinquedo recreativo: equipamento destinado ao entretenimento de crianças e adolescentes, operado manualmente ou por energia não elétrica;
III – veículo eletrificado infantil: mini-veículo recreativo automotor movido por propulsão elétrica acumulada em baterias, com ou sem dispositivo de controle remoto externo, projetado exclusivamente para entretenimento e conduzido por crianças;
IV – brinquedos recreativos: estruturas mecânicas, infláveis, camas elásticas, carrosséis, piscinas de bolinhas ou congêneres, de montagem temporária em logradouros públicos, explorados comercialmente ou cedidos para recreação;
V – food truck: veículo automotor adaptado para preparação, manipulação e comercialização de alimentos e bebidas;
VI – comércio recreativo eventual: a atividade econômica desenvolvida de maneira não permanente em áreas públicas delimitadas, vinculada à prestação de serviços de entretenimento ou venda direta de gêneros e produtos acessórios;
VII – equipamento de mobilidade urbana: dispositivo não motorizado utilizado para deslocamento ou entretenimento em espaços públicos;
VIII – operador: pessoa física ou jurídica responsável pela instalação, funcionamento e manutenção de equipamento ou estrutura regulada por este Decreto;
IX – interdição temporária: fechamento parcial ou total de via pública, por período determinado, mediante sinalização apropriada.
X, faixa livre de circulação: parcela do passeio ou calçadão público destinada de modo exclusivo e ininterrupto ao trânsito exclusivo e seguro de pedestres, completamente desprovida de quaisquer obstáculos físicos, equipamentos, degraus ou mobiliários urbanos temporários;
XI, rota acessível: trajeto contínuo, sinalizado e desobstruído que conecta as vias, praças e edificações, utilizável por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência motora, visual ou sensorial;
XII, autorizatário: a pessoa física ou jurídica detentora de autorização administrativa precária e formal, expedida pelo Poder Executivo Municipal, para exploração temporária de área pública.

Art. 4º. A regulamentação prevista neste Decreto observará, em especial:
I – as disposições do Código de Posturas Municipal (Lei nº 025/1977), em particular os artigos 66 a 81, que regulam os divertimentos públicos;
II – as normas de segurança e proteção do consumidor;
III – as regras de acessibilidade para pessoas com deficiência, conforme Lei Federal nº 13.146/2015;
IV – o Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997), no que se refere à interdição temporária de vias;
V – as normas municipais de saúde pública e higiene;
VI – a preservação do patrimônio público municipal;
VII – o direito de ir e vir dos munícipes e o livre trânsito de pedestres e veículos.

CAPÍTULO II
PROIBIÇÕES NA PRAÇA ALMINO AFONSO

Art. 5º. Fica vedada, na área interna e sobre o espaço físico da Praça Almino Afonso, a instalação, circulação ou utilização de:
I – brinquedos elétricos;
II – bicicletas, patinetes, patins e skates, quando utilizados para fins recreativos ou de mobilidade urbana;
III – pula-pula e similares;

IV – brinquedos recreativos de qualquer natureza;
V – food trucks e estruturas móveis de comercialização de alimentos e bebidas;
VI – barracas e estruturas comerciais temporárias;
VII – qualquer outra estrutura ou equipamento que prejudique a circulação, a segurança ou a integridade da praça.

Parágrafo único. A proibição prevista neste artigo aplica-se à totalidade do espaço físico da Praça Almino Afonso, incluindo passeios, canteiros, áreas de convivência e entorno imediato.

Art. 6º. A violação do disposto no artigo anterior sujeitará o infrator às penalidades previstas no Capítulo VI deste Decreto, sem prejuízo da apreensão do equipamento ou estrutura e da ação penal cabível.

CAPÍTULO III
ÁREA ALTERNATIVA PARA ATIVIDADES COMERCIAIS E RECREATIVAS

Art. 7º. Como forma de organizar o uso do espaço público e não prejudicar os empreendedores locais, o Município de Martins/RN poderá interditar temporariamente o trecho da Rua Coronel Demétrio Lemos, compreendido entre a Igreja Matriz e a esquina com a Rua Coronel Cristalino, mediante a colocação de grades, barreiras ou sinalizações apropriadas.

Parágrafo único. A interdição será realizada sem prejuízo do livre acesso a imóveis, garagens, estabelecimentos comerciais e rotas acessíveis para pessoas com deficiência situadas no trecho interditado, observadas as disposições do art. 87 do Código de Posturas Municipal.

Art. 8º. A interdição do trecho referido no artigo anterior ocorrerá nos seguintes dias e horários:
I – às sextas-feiras, no horário das 18h às 00h (meia-noite);
II – aos sábados, no horário das 18h às 00h (meia-noite);
III – aos domingos, no horário das 18h às 00h (meia-noite);
IV – nas vésperas de feriados municipais, estaduais e federais, no horário das 18h às 00h (meia-noite).

§ 1º A interdição será precedida de publicação prévia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mediante aviso público afixado em local visível e divulgação pelos meios de comunicação disponíveis.

§ 2º A interdição será sinalizada adequadamente, com placas de advertência, cones, grades ou barreiras físicas, de forma a orientar pedestres e condutores de veículos, conforme exigido pelo art. 87, parágrafo único, do Código de Posturas Municipal.

§ 3º Fora dos dias e horários previstos neste artigo, o trecho permanecerá aberto ao trânsito público normal, sendo vedada a permanência de estruturas, equipamentos ou mercadorias.

Art. 9º. Durante o período de interdição previsto no artigo anterior, será permitido, mediante observância das normas municipais e eventual autorização do Poder Público:
I – o funcionamento de food trucks, desde que devidamente licenciados conforme art. 166 do Código de Posturas Municipal e em conformidade com as normas de saúde pública;
II – a instalação de barracas autorizadas para comercialização de produtos e serviços, conforme art. 172 do Código de Posturas Municipal;
III – a utilização de pula-pula e similares, com responsável presente e medidas de segurança adequadas;
IV – a instalação de brinquedos recreativos, operados por responsável presente;
V – o uso de patinetes, patins e skates para fins recreativos, em área delimitada e sob supervisão;
VI – o uso de brinquedos elétricos, com responsável presente e medidas de segurança;
VII – outras atividades recreativas ou comerciais previamente autorizadas pelo Município, mediante requerimento à Prefeitura.

Parágrafo único. Todas as atividades previstas neste artigo deverão observar as regras de segurança, acessibilidade, limpeza e conservação estabelecidas nos Capítulos IV e V deste Decreto**.**

CAPÍTULO IV
REGRAS DE AUTORIZAÇÃO E LICENCIAMENTO
Art. 10º. A instalação e o funcionamento de brinquedos recreativos, brinquedos elétricos, pula-pula, food trucks, barracas comerciais e similares em espaços públicos municipais dependem de prévia autorização ou licença da Prefeitura, conforme o caso, nos termos dos artigos 66, 67 e 172 do Código de Posturas Municipal.

§ 1º A autorização ou licença será concedida mediante requerimento do interessado, acompanhado de documentação comprobatória de:
I, identificação completa do interessado, com cópia de documento de identidade, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), e comprovante de domicílio, em estrita consonância com os dados cadastrais previstos no artigo 18, inciso III, e no artigo 173 do Código de Posturas;
II, prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública do Município de Martins, demonstrando a inocorrência dos impedimentos de transacionar e licenciar estatuídos no artigo 6º, § 2º, da Lei Municipal n.º 025, de 1977;
III, planta de situação, memorial ou croquis demonstrativo do ponto exato pretendido, com indicação precisa das dimensões em metros quadrados, demarcação da área de ocupação e preservação inequívoca da faixa livre de pedestres;
IV, descrição pormenorizada de cada equipamento, discriminando quantidade de veículos eletrificados infantis, dimensões, potência do motor, capacidade de velocidade, ou metragem de brinquedos infláveis e camas elásticas;
V, comprovante de contratação de apólice de seguro de responsabilidade civil facultativo ou termo equivalente com cobertura expressa para danos corporais e materiais causados a terceiros na área do empreendimento;
VI, comprovação do recolhimento dos tributos e taxas municipais devidas em razão do exercício do poder de polícia e da ocupação de solo, nos moldes do artigo 166 da Lei Municipal n.º 025, de 1977.

§ 2º É expressamente proibida a concessão de Autorização de Uso de Espaço Público e a instalação de equipamentos, brinquedos ou pistas operacionais nas seguintes localidades e hipóteses:
I, sobre a faixa livre de circulação de pedestres em calçadas, calçadões ou passeios, resguardando-se a proibição de embaraço ao trânsito de pessoas prevista no artigo 87 e no artigo 120 da Lei Municipal n.º 025, de 1977;
II, sobre rotas acessíveis, rampas de rebaixamento de guias e meio-fio para cadeirantes, piso tátil de alerta ou direcional, e faixas de travessia de pedestres;
III, em áreas situadas a menos de cem metros de hospitais, unidades de pronto atendimento, postos de saúde ou maternidades, de modo a preservar o sossego e a circulação de socorro urgente, na linha do artigo 63 e do artigo 73 do Código de Posturas;
IV, a menos de cinquenta metros de escolas, creches e asilos durante os horários de entrada, saída e funcionamento letivo ou de repouso;
V, em canteiros ajardinados, gramados públicos, alamedas floridas ou sobre monumentos artísticos e históricos municipais, coibindo a danificação da arborização e das obras públicas protegidas pelos artigos 114, 115 e 121 do Código de Posturas de Martins;
VI, em esquinas, bifurcações ou pontos cegos que comprometam o campo de visão dos condutores de veículos automotores regulares nas vias adjacentes.

§ 3º A outorga de que trata o caput deste artigo possui natureza jurídica de ato administrativo unilateral, discricionário e essencialmente precário, não conferindo ao particular qualquer direito adquirido à permanência no espaço público, à exclusividade ou a indenizações decorrentes de sua revogação ou modificação.

§ 4º A autorização de uso poderá ser revogada, suspensa ou alterada a qualquer tempo pela Administração Municipal de Martins, mediante decisão motivada fundamentada na conveniência, oportunidade, segurança coletiva ou realização de obras e eventos de interesse

público primordial, sem que assista ao autorizatário qualquer pretensão ressarcitória.

Art. 11. Food trucks e estruturas móveis de comercialização de alimentos e bebidas deverão, adicionalmente:
I – estar registrados junto à Vigilância Sanitária Municipal ou órgão competente;
II – comprovar a realização de cursos de higiene e segurança alimentar pelos responsáveis;
III – apresentar planta baixa ou croqui do interior do veículo, indicando áreas de preparo, armazenamento e higiene;
IV – manter registro atualizado de fornecedores de matérias-primas;
V – estar sujeitos a inspeções periódicas da Prefeitura, conforme art. 41 do Código de Posturas Municipal.

Art. 12. A instalação, montagem e exploração comercial de brinquedos infláveis, camas elásticas, piscinas de bolinhas e equipamentos congêneres em logradouros públicos municipais sujeitam-se ao estrito cumprimento das normas técnicas oficiais de segurança da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 1º A montagem de estruturas infláveis de grande porte e de brinquedos mecânicos dependerá da apresentação, no protocolo de autorização, de laudo técnico de conformidade das instalações ou de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente quitados, subscritos por engenheiro ou arquiteto habilitado no respectivo conselho de classe profissional.

§ 2º Os brinquedos infláveis deverão ser obrigatoriamente fixados e ancorados ao solo por meio de lastros móveis, sacos de areia ou contrapesos estanques de superfície macia, sendo terminantemente proibida a perfuração, quebra ou danificação do pavimento, piso intertravado, calçamento histórico ou canteiros públicos municipais.

§ 3º As camas elásticas deverão possuir redes de proteção perimetrais íntegras e sem rupturas, capas acolchoadas sobre as molas tensoras, protetores espumados nas hastes metálicas e sapatas emborrachadas niveladas.

Art. 13. Na instalação dos brinquedos e estruturas do comércio recreativo eventual, serão rigorosamente observadas as seguintes distâncias mínimas de segurança em relação ao mobiliário urbano e elementos naturais:
I, distância mínima de quatro metros em relação a postes de energia elétrica, transformadores, redes de distribuição de força e luminárias públicas, resguardando os bens tutelados pelo artigo 117 da Lei Municipal n.º 025, de 1977;
II, distância mínima de três metros de árvores, arbustos e canteiros que compõem o ajardinamento público, vedada a poda ou amarração de cabos nos troncos e galhos sem prévia licença municipal, sob as penas cominadas no artigo 115 e no artigo 116 da legislação de posturas;
III, distância mínima de cinco metros de monumentos artísticos, estátuas históricas, relógios públicos e fontes ornamentais, preservando a higidez cultural e visual prevista no artigo 121 da Lei Municipal n.º 025, de 1977;
IV, distância mínima de dois metros de ralos, canais e bueiros de escoamento de águas pluviais, sendo vedada a obstrução de sarjetas, a teor do artigo 27 e do artigo 112, inciso III, do diploma municipal.

Art. 14. A circulação e a locação de veículos eletrificados infantis em logradouros públicos municipais subordinam-se estritamente às normas técnicas e aos requisitos de segurança fixados neste Decreto, visando preservar a vida e a integridade de pedestres e condutores.

§ 1º Os veículos eletrificados infantis autorizados a operar nos espaços públicos municipais deverão possuir limitação mecânica ou eletrônica de velocidade máxima calibrada para até 6 km/h (seis quilômetros por hora), patamar compatível com a velocidade média da marcha humana a pé.

§ 2º É obrigatório que todo veículo eletrificado infantil disponha de dispositivo de controle remoto externo operacional, mantido sob guarda contínua do operador ou dos pais e responsáveis, dotado de botão de corte e interrupção imediata da tração motorizada (botão de emergência), apto a paralisar o deslocamento em caso de iminente colisão.

§ 3º Os equipamentos deverão ser dotados de para-choques envolventes ou faixas perimetrais em material macio e emborrachado para absorção de impacto, ausência de arestas cortantes, cinto de segurança de retenção subabdominal e buzina ou sinalizador sonoro de baixa intensidade.

Art. 15. A operação de veículos eletrificados infantis será permitida exclusivamente em áreas delimitadas, segregadas e demarcadas pela Prefeitura Municipal de Martins, sendo vedada a circulação mista ou aleatória em meio ao fluxo geral de pedestres.

§ 1º A delimitação física do circuito operacional em praças e calçadões far-se-á por meio de cones flexíveis, balizadores móveis ou fitas zebradas de material emborrachado e maleável, vedado o emprego de estruturas pontiagudas, cabos de aço ou cordas que possam suscitar tropeços ou acidentes aos munícipes.

§ 2º É terminantemente proibida a condução ou circulação de veículos eletrificados infantis sobre calçadas estreitas, passeios públicos não segregados ou vias de tráfego de automóveis convencionais, assegurando a eficácia da vedação de embaraço ao trânsito insculpida no artigo 87 e no artigo 89 da Lei Municipal n.º 025, de 1977.

§ 3º Cada circuito demarcado não poderá ocupar fração superior a vinte por cento da área livre total da praça ou logradouro, garantindo que o espaço remanescente permaneça plenamente disponível para o convívio comunitário ordinário.

Art. 16. A utilização dos veículos eletrificados infantis observará os seguintes parâmetros objetivos de idade e porte físico:
I, faixa etária restrita a crianças com idade mínima de dois anos completos e máxima de oito anos;
II, limite máximo de peso suportado de trinta e cinco quilogramas por veículo individual;
III, obrigatoriedade de acompanhamento visual e presencial contínuo por pais, tutores ou responsáveis maiores de idade durante todo o percurso;
IV, recomendação de uso de capacete protetor infantil afivelado e itens de proteção articular durante o trajeto.

Art. 17. O autorizatário é obrigado a comprovar e manter em vigor, durante todo o período de exploração da atividade, contrato de seguro de responsabilidade civil para cobertura de danos corporais e materiais involuntariamente causados a terceiros, sem prejuízo da responsabilidade pela reparação civil integral dos danos causados, na forma do artigo 9º da Lei Municipal n.º 025, de 1977.

Art. 18. Barracas comerciais e similares deverão:
I – ser construídas com materiais seguros e resistentes;
II – possuir estrutura estável e adequada às condições climáticas;
III – não obstruir acessos a imóveis, garagens, hidrantes ou equipamentos públicos, conforme art. 87 do Código de Posturas Municipal;
IV – manter espaço livre mínimo de 1,5 metro (um metro e meio) para circulação de pedestres;
V – estar equipadas com lixeiras para coleta de resíduos;
VI – ser removidas ao término do período autorizado.

Art. 19. Equipamentos de mobilidade urbana (bicicletas, patinetes, patins, skates) utilizados para fins recreativos em espaços públicos deverão:
I – ser operados por pessoa maior de idade ou sob supervisão de responsável legal;
II – ser utilizados exclusivamente nas áreas designadas pela Prefeitura;
III – não obstruir circulação de pedestres ou acessos a imóveis, conforme art. 92 do Código de Posturas Municipal;
IV – estar sujeitos a fiscalização municipal.

CAPÍTULO V
REGRAS DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO

Art. 20. O operador de qualquer equipamento ou estrutura regulado por este Decreto é responsável por:
I – manter o equipamento em perfeito estado de segurança e funcionamento;
II – garantir a segurança dos usuários e de terceiros;
III – cumprir todas as normas de segurança, higiene e saúde pública aplicáveis;
IV – manter a limpeza e conservação do local de instalação, conforme art. 25 do Código de Posturas Municipal;
V – remover o equipamento ou estrutura ao término do período autorizado;
VI – indenizar o Município por danos causados ao patrimônio público;
VII – responder civilmente por danos corporais ou materiais causados a terceiros.

Art. 21. É vedado ao operador:
I – instalar ou manter equipamento ou estrutura fora dos locais e períodos autorizados;
II – obstruir calçadas, passeios, acessos a imóveis, garagens, hidrantes ou equipamentos públicos, conforme art. 87 e 92 do Código de Posturas Municipal;
III – prejudicar a circulação de pedestres ou veículos;
IV – deixar resíduos ou detritos no local;
V – exercer atividade sem a devida autorização ou licença;
VI – utilizar equipamento ou estrutura em desacordo com as normas de segurança;
VII – impedir ou dificultar a fiscalização municipal.

Art. 22. A fiscalização do cumprimento das disposições deste Decreto, bem como das normas gerais de ordem pública e sossego do Código de Posturas, incumbe aos fiscais municipais de tributos e posturas e aos agentes públicos formalmente designados pelo Prefeito Municipal, na forma do artigo 2º e do artigo 16 da Lei Municipal n.º 025, de 1977.

§ 1º Os fiscais municipais, no exercício regular de suas atribuições de polícia administrativa, têm livre acesso aos locais onde se realizem as atividades comerciais, montagem de brinquedos ou circulação de veículos eletrificados infantis, competindo-lhes inspecionar a regularidade do alvará, a conformidade dos equipamentos e as condições de segurança coletiva.

§ 2º Constatada qualquer infração às normas deste Decreto ou aos preceitos do Código de Posturas, o fiscal competente lavrará o respectivo auto de infração, observando estritamente os requisitos obrigatórios fixados no artigo 18 da legislação municipal, contendo o dia, mês, ano, hora e local da autuação, o relato circunstanciado dos fatos e a disposição infringida, colhendo-se a assinatura do autuado ou de testemunhas capazes, ou averbando-se a eventual recusa, conforme o artigo 19 do diploma de regência.

Art. 23. No exercício da autoexecutoriedade do poder de polícia administrativa, sem prejuízo da ulterior instauração do processo sancionador, a autoridade fiscal municipal adotará de imediato as seguintes medidas preventivas e cautelares:
I, interdição cautelar imediata da atividade ou do ponto de operação quando constatado risco grave ou iminente à integridade física de pedestres, ausência de botão de corte remoto de emergência em veículos eletrificados infantis ou falta de ancoragem segura em brinquedos de grande porte;
II, apreensão dos veículos eletrificados infantis, brinquedos infláveis, camas elásticas, motores insufladores ou mercadorias que estejam sendo operados sem a devida e válida Autorização de Uso de Espaço Público expedida pelo Município, ou que persistam em funcionamento após ordem formal de paralisação.

§ 1º Os bens, veículos e equipamentos apreendidos serão recolhidos ao depósito da Prefeitura Municipal de Martins, observando-se os artigos 10 e 11 da Lei Municipal n.º 025, de 1977, lavrando-se o competente termo de apreensão e depósito com a descrição minuciosa do estado de conservação dos objetos.

§ 2º A restituição dos bens e equipamentos apreendidos condiciona-se à prévia comprovação de sua regularidade documental perante a municipalidade, ao recolhimento integral das multas regularmente impostas e ao ressarcimento das despesas municipais efetivadas com o transporte, remoção e guarda no depósito, consoante determina expressamente o parágrafo único do artigo 10 do Código de Posturas.

§ 3º Os materiais apreendidos que não forem retirados e reclamados pelo legítimo proprietário no prazo de sessenta dias, contados da lavratura do termo, poderão ser levados a leilão em hasta pública pela Prefeitura Municipal, aplicando-se a importância apurada na liquidação das despesas de guarda e multas pendentes, recolhendo-se eventual saldo credor aos cofres públicos à disposição do interessado mediante comprovação em processo administrativo regular, nos moldes do artigo 11 da Lei Municipal n.º 025, de 1977.

CAPÍTULO VI
PENALIDADES

Art. 24. As infrações aos preceitos deste Decreto e às posturas municipais vigentes sujeitam o infrator, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível, às seguintes penalidades administrativas, aplicadas isolada ou cumulativamente:
I, advertência por escrito, com fixação de prazo de até vinte e quatro horas para sanar irregularidades formais de pequena gravidade que não ofereçam perigo direto à integridade de terceiros;
II, multa pecuniária graduada em grau mínimo, médio ou máximo, considerando a gravidade da falta, a existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes e os antecedentes do infrator, nos termos do artigo 7º do Código de Posturas;
III, suspensão temporária da Autorização de Uso de Espaço Público pelo período de cinco a trinta dias;
IV, cassação definitiva da Autorização de Uso e interdição irrecorrível do ponto, com fechamento imediato das atividades e apreensão de equipamentos na hipótese de resistência ou reincidência reiterada, com esteio no artigo 60, parágrafo único, artigo 71, § 2º, e artigo 171 do Código de Posturas.

Art. 25. As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo, observados os critérios de gradação previstos nos artigos 7º e 8º do Código de Posturas Municipal, levando-se em conta:
I – a gravidade da infração;
II – as circunstâncias atenuantes ou agravantes;
III – os antecedentes do infrator;
IV – o risco ou dano causado à segurança pública ou ao patrimônio público.

Art. 26. Constituem infrações leves:
I – falta de documentação ou licença vencida;
II – pequenas inadequações nas condições de segurança ou higiene;
III – limpeza deficiente do local.

Parágrafo único. As infrações leves serão punidas com multa correspondente ao valor de 5% a 20% do Valor de Referência vigente na data da infração, conforme estabelecido no Código de Posturas Municipal
.

Art. 27. Constituem infrações graves:
I – instalação ou funcionamento sem autorização ou licença;
II – obstrução de acessos, garagens ou rotas acessíveis;
III – violação de normas de segurança que coloquem em risco a integridade física de terceiros;
IV – comercialização de alimentos ou bebidas sem registro sanitário;
V – reincidência em infração leve.
Parágrafo único. As infrações graves serão punidas com multa correspondente ao valor de 20% a 50% do Valor de Referência vigente na data da infração.

Art. 28. Constituem infrações gravíssimas:
I – instalação ou funcionamento na Praça Almino Afonso, conforme vedação expressa no Capítulo II;
II – violação de normas de segurança que resulte em dano corporal a terceiros;
III – reincidência em infração grave;

IV – recusa em remover equipamento ou estrutura após determinação da Prefeitura;
V – comercialização de alimentos ou bebidas deteriorados, adulterados ou nocivos à saúde.

Parágrafo único. As infrações gravíssimas serão punidas com multa correspondente ao valor de 50% a 100% do Valor de Referência vigente na data da infração, podendo resultar em apreensão do equipamento ou interdição definitiva da atividade.

Art. 29. Em caso de reincidência, as multas serão cominadas em dobro, conforme previsto no art. 8º do Código de Posturas Municipal.

Art. 30. A apreensão de equipamento ou estrutura será realizada pela Prefeitura quando:
I – houver risco iminente à segurança pública;
II – o operador não possuir autorização ou licença;
III – o equipamento estiver em desacordo com as normas de segurança;
IV – houver violação grave das condições de funcionamento.

§ 1º O equipamento apreendido será recolhido ao depósito da Prefeitura, correndo por conta do proprietário as despesas de apreensão, transporte e armazenamento, conforme art. 10 do Código de Posturas Municipal.

§ 2º O equipamento será devolvido após o pagamento das multas aplicadas e das despesas mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Se não for retirado no prazo de 30 (trinta) dias, o equipamento será vendido em hasta pública, sendo a importância apurada aplicada na indenização das multas e despesas, com entrega de eventual saldo ao proprietário, conforme art. 11 do Código de Posturas Municipal.

Art. 31. A interdição temporária ou definitiva da atividade será determinada pela Prefeitura quando:
I – houver violação grave e reiterada das normas deste Decreto;
II – o operador não cumprir as determinações de correção ou adequação;
III – houver risco iminente à segurança pública ou à saúde coletiva;
IV – a atividade prejudicar significativamente o funcionamento de serviços públicos essenciais.

Art. 32. O procedimento administrativo para apuração das infrações e imposição das penalidades assegurará o contraditório e a ampla defesa, nos exatos termos do processo de execução disciplinado no Código de Administração e Posturas do Município de Martins.

§ 1º Lavrado o auto de infração, o autuado terá o prazo improrrogável de sete dias para apresentar defesa prévia escrita dirigida ao Prefeito Municipal de Martins, instruída com as provas que julgar necessárias, conforme expressamente garantido pelo artigo 20 da Lei Municipal n.º 025, de 1977.

§ 2º Julgada improcedente a defesa ou decorrido o prazo legal sem a apresentação de manifestação pelo autuado, o Prefeito Municipal arbitrará e confirmará a penalidade aplicável, intimando-se o infrator para efetuar o recolhimento da multa no prazo de cinco dias, na forma do artigo 17 e do artigo 21 da Lei Municipal n.º 025, de 1977.

§ 3º A penalidade pecuniária não recolhida voluntariamente no prazo regulamentar será sumariamente inscrita em dívida ativa da Fazenda Pública Municipal para cobrança judicial mediante execução fiscal, sujeitando o devedor aos impedimentos legais de contratar, receber créditos e transacionar com a Administração Pública Municipal previstos no artigo 6º, §§ 1º e 2º, do Código de Posturas.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. A Prefeitura regulamentará, mediante Portaria ou Resolução, os procedimentos administrativos para concessão de autorização ou licença, bem como os critérios específicos de segurança e funcionamento para cada tipo de equipamento ou estrutura regulado por este Decreto.

Art. 34. As atividades comerciais e recreativas realizadas no trecho da Rua Coronel Demétrio Lemos, durante os períodos de interdição autorizada, deverão observar, além das disposições deste Decreto:
I – as normas do Código de Posturas Municipal;
II – as regras de trânsito e sinalização;
III – as normas de saúde pública e higiene;
IV – as regras de acessibilidade;
V – as determinações específicas da Prefeitura.

Art. 35. A interdição de via pública será comunicada previamente aos órgãos de trânsito competentes e divulgada ao público com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 36. Nada neste Decreto prejudica a aplicação das demais normas municipais, estaduais e federais aplicáveis às atividades reguladas, em especial o Código de Posturas Municipal (Lei nº 025/1977) e o Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997).

Art. 37. Os autorizatários respondem integral e pessoalmente pela conservação, limpeza e preservação do piso, calçamentos, alvenarias, gramados e jardins públicos que circundam o local autorizado.

§ 1º Ao término de cada jornada diária de funcionamento, o titular da autorização é obrigado a promover a varredura e o recolhimento integral de todos os resíduos sólidos, embalagens e detritos derivados de sua atividade, depositando-os em recipientes adequados e vedados para remoção pelo serviço público de limpeza, nos moldes do artigo 25 e do artigo 36 do Código de Posturas.

§ 2º Quaisquer danos, avarias, quebras, lascamentos ou afundamentos causados ao pavimento público, aos meios-fios, aos bancos de praça ou ao mobiliário municipal decorrentes da montagem, desmontagem ou operação dos equipamentos deverão ser imediatamente comunicados e recompostos às expensas exclusivas do autorizatário no prazo de quarenta e oito horas.

§ 3º Decorrido o prazo assinalado no parágrafo anterior sem a devida reparação do patrimônio danificado, a Prefeitura Municipal de Martins promoverá a restauração por meios próprios ou contratação direta, cobrando do autorizatário o custo integral das obras com acréscimo de vinte por cento a título de administração, além das sanções pecuniárias cominadas na Lei Municipal n.º 025, de 1977, respeitados os artigos 9º, 109 e 112.

Art. 38. Os autorizatários respondem integral e pessoalmente pela conservação, limpeza e preservação do piso, calçamentos, alvenarias, gramados e jardins públicos que circundam o local autorizado.

§ 1º Ao término de cada jornada diária de funcionamento, o titular da autorização é obrigado a promover a varredura e o recolhimento integral de todos os resíduos sólidos, embalagens e detritos derivados de sua atividade, depositando-os em recipientes adequados e vedados para remoção pelo serviço público de limpeza, nos moldes do artigo 25 e do artigo 36 do Código de Posturas.

§ 2º Quaisquer danos, avarias, quebras, lascamentos ou afundamentos causados ao pavimento público, aos meios-fios, aos bancos de praça ou ao mobiliário municipal decorrentes da montagem, desmontagem ou operação dos equipamentos deverão ser imediatamente comunicados e recompostos às expensas exclusivas do autorizatário no prazo de quarenta e oito horas.

Art. 39. Decorrido o prazo assinalado no parágrafo anterior sem a devida reparação do patrimônio danificado, a Prefeitura Municipal de Martins promoverá a restauração por meios próprios ou contratação direta, cobrando do autorizatário o custo integral das obras com acréscimo de vinte por cento a título de administração, além das sanções pecuniárias cominadas na Lei Municipal n.º 025, de 1977, respeitados os artigos 9º, 109 e 112.

Art. 40. Os casos omissos serão resolvidos pela Prefeitura, observadas as disposições do Código de Posturas Municipal e da legislação aplicável.

Art. 41. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Martins/RN, em 10 de setembro de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:1BD51D65

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 341 -2026, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Martins, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. PAULO CÉSAR GALDINO, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, Considerando o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020– TCE/RN;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Estadual nº 624, de 23 de Fevereiro de 2018 que dispõe sobre o pagamento de diária operacional no âmbito dos órgãos integrantes do sistema estadual de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte, quanto ao valor, bem como seus limites;

CONSIDERANDO O ART. 3 da Lei Complementar Estadual nº 624, de 23 de Fevereiro de 2018 que dispõe sobre o pagamento de diária operacional no âmbito dos órgãos integrantes do sistema estadual de segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte, quanto ao valor, bem como seus limites;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 614 de 11 de maio de 2015, que autoriza o Município de Martins, a realizar pagamentos por meio de Diárias Operacionais, aos Policiais Militares e Bombeiros Militares que exercem atividade municipal delegada pelo Estado do Rio Grande do Norte;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER seis diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 644,40 (seiscentos e quarenta e quatro reias e quanrenta centavos), ao senhor RAFAEL PEDROSA DE LIRA, ocupante do cargo de 2º Tenente da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 04, 05 e 06 de setembro de 2026..

Art. 2º - CONCEDER duas diárias, sem pernoite, no valor unitário de R$ 107,40 (cento e sete reais e quarenta centavos), totalizando R$ 214,80 (duzentos e quartoze reais e oitenta centavos), ao senhor ARIOSVALDO VASCONCELOS LUCIANO, ocupante do cargo de 3º sargento da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, para atuar na atividade de policiamento ostensivo ou em serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deste Município no(s) dia(s) 07 de setembro de 2026.

Art.3º. Esta **portaria** entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de setembro de 2026.

**Republicação por incorreção*

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS/RN, em 09 de setembro de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:DB8693EC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N.º 057, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO N.º 057, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Torna sem efeito nomeações para provimento efetivo de cargos de aprovados no Concurso Público n.º 001/2022 do Município de Maxaranguape – RN, realizadas por meio das Portarias da Secretaria Municipal de Administração de n.º 145/2026, de 04 de agosto de 2026 e a de nº 146/2026, de 10 de agosto de 2026, de servidores que não compareceram no prazo legal, pediram desistência, reclassificação ou foram desclassificados.

A Senhora **MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA**, Prefeita do Município de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, nos termos do art. 69 da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997,

RESOLVE:

Art. 1º Tornam-se sem efeito as nomeações dos servidores convocados mediante as Portarias da Secretaria Municipal de Administração de n.º 145/2026, de 04 de agosto de 2026 e a de nº 146/2026, de 10 de agosto de 2026, que não compareceram para tomar posse até o dia 09 de setembro de 2026, especificados no Anexo I, assim como os que não apresentaram a documentação necessária para satisfação das condições legalmente estabelecidas para tomar posse, indicados no Anexo I.

Art. 2º Ficam aprovadas as reclassificações dos convocados pela Portaria referida no artigo anterior que pediram reposicionamento na ordem de chamada para provimento, conforme requerimentos apresentados nos respectivos autos dos processos, os quais passarão a figurar nas novas posições indicadas no Anexo II, restando sem efeito às nomeações efetuadas pela citada Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita de Maxaranguape/RN

ANEXO I

CONSIDERANDO o decurso do prazo legal de 30 (trinta) dias da publicação da Portaria da Secretaria Municipal de Administração de n.º 145/2026, de 04 de agosto de 2026 e a de nº 146/2026, de 10 de agosto de 2026, sem que tenham comparecido para tomar posse ou apresentado solicitação por escrita e documentação comprobatória, conforme art. 68, §1º, da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997, além da necessidade de prover os cargos segundo o decidido no referido Processo pelo TCE-RN, os seguintes candidatos:

Nome	Classificação	Cargo
Adriano Menino de Macêdo Júnior	4ºPcd	Professor Fundamental II – Língua Portuguesa
Rute Andrade Fernandes do Nascimento Silva	12º	Técnico de Enfermagem
Álvaro José de Almeida	15º	Coveiro

CONSIDERANDO o pedido de Reclassificação dos seguintes candidatos:

CONSIDERANDO o pedido de Desistência dos seguintes candidatos:

CONSIDERANDO a Desclassificação dos seguintes candidatos:

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:4BB58BBC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS TARGINO

GERENCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2026

Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à estruturação e qualificação dos serviços assistenciais, administrativos e de apoio do Hospital Maternidade Paulina Targino – CNES nº 2410214, unidade integrante da rede municipal de saúde de Messias Targino/RN, conforme Proposta FNS nº 11331024000126003, custeada com recursos de Emenda Parlamentar nº 71210009, conforme especificações, quantitativos e condições constantes do Termo de Referência.Empresas vencedoras valor total: R$ 208.282,10 (duzentos e oito mil e duzentos e oitenta e dois reais e dez centavos) :**YOU CARE SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA** (56066880000153) com os lotes: 21 no valor total de R$ 689,72 (seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos) .**DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA** (40876269000150) com os lotes: 29, 43 no valor total de R$ 1.618,05 (um mil e seiscentos e dezoito reais e cinco centavos) .**M. V. RIBEIRO DE SOUZA – COMERCIO ATACADISTA** (24912303000149) com os lotes: 24 no valor total de R$ 12.040,00 (doze mil e quarenta reais) .**GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA** (36521392000262) com os lotes: 37, 40 no valor total de R$ 5.485,88 (cinco mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) .**CATFELLI DESIGN COMÉRCIO** (44460306000104) com os lotes: 8, 13, 20, 27, 28, 32, 39 no valor total de R$ 13.859,00 (treze mil e oitocentos e cinquenta e nove reais) .**GMC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA** (01545179000125) com os lotes: 42 no valor total de R$ 1.040,00 (um mil e quarenta reais) .**MIND AND SOUL COMERCIO DE PAPELARIA E ARTIGOS EM GERAL LTDA** (37152363000152) com os lotes: 19 no valor total de R$ 3.032,97 (três mil e trinta e dois reais e noventa e sete centavos) .**STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (57498660000161) com os lotes: 6, 9, 15, 17, 18, 23, 25 no valor total de R$ 18.808,97 (dezoito mil e oitocentos e oito reais e noventa e sete centavos) .**GQS ELETROS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP** (11427407000116) com os lotes: 2, 4, 7, 34 no valor total de R$ 17.286,00 (dezessete mil e duzentos e oitenta e seis reais) .**URSA COMERCIAL LTDA ME** (26628908000138) com os lotes: 1, 10, 12, 14, 22, 41, 44 no valor total de R$ 46.288,00 (quarenta e seis mil e duzentos e oitenta e oito reais) .**M FELIPE GALVAO** (24183988000130) com os lotes: 38 no valor total de R$ 3.866,99 (três mil e oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e nove centavos) .**INSTRAMED INDUSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA** (90909631000200) com os lotes: 16, 26 no valor total de R$ 29.135,00 (vinte e nove mil e cento e trinta e cinco reais) .**B2G PARTICIPAÇÕES LTDA** (58959886000185) com os lotes: 36 no valor total de R$ 1.847,24 (um mil e oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos) .**SANDRO VILMAR PIRES ME** (09253952000191) com os lotes: 31 no valor total de R$ 11.472,64 (onze mil e quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) .**GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI** (36521392000181) com os lotes: 3, 33 no valor total de R$ 21.012,88 (vinte e um mil e doze reais e oitenta e oito centavos) .**JUANA ESTER MARCELINO VARGAS** (34579064000100) com os lotes: 5 no valor total de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) .**TCJM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA** (19639940000315) com os lotes: 11 no valor total de R$ 11.798,76 (onze mil e setecentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos) .**LICITAINFO LTDA** (52277278000104) com os lotes: 30 no valor total de R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) .A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE MESSIAS TARGINO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14133/2021, e suas alterações, resolve ADUDICAR E HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

Messias Targino/RN, 10 de setembro de 2026

ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wigno de Begno Olimpio de Freitas
Código Identificador:DAD6A5BB

GERENCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE Nº 05/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Messias Targino
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Eletrônico - 05/2026
Resultado da Homologação

0001 - Passagem de Ida Messias Targino/Mossoró - DUCATO - Valor Referência: R$ 115,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ERITUR SERVICE LTDA	111,00	68.820,00	Homologado em 08/09/2026 09:59:47 Por: ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO
0002 - Passagem de Volta Mossoró/Messias Targino - DUCATO - Valor Referência: R$ 115,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ERITUR SERVICE LTDA	111,00	68.820,00	Homologado em 08/09/2026 09:59:47 Por: ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO
0003 - Encomendas Messias Targino/Mossoró/Messias Targino - DUCATO - Valor Referência: R$ 115,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ERITUR SERVICE LTDA	111,00	68.820,00	Homologado em 08/09/2026 09:59:47 Por: ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO
0004 - Passagem de Ida Messias Targino/Natal - FIAT DUCATU/SIMILAR - Valor Referência: R$ 170,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
51.022.360 CHARLES ALVES RODRIGUES	164,00	101.680,00	Homologado em 08/09/2026 09:59:47 Por: ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO
0005 - Passagem de volta Messias Targino/Natal - FIAT DUCATU/SIMILAR - Valor Referência: R$ 170,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
51.022.360 CHARLES ALVES RODRIGUES	164,00	101.680,00	Homologado em 08/09/2026 09:59:47 Por: ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO
0006 - Encomendas MessiasTargino/Natal/Messias Targino - FIAT DUCATU/SIMILAR - Valor Referência: R$ 170,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
51.022.360 CHARLES ALVES RODRIGUES	164,00	101.680,00	Homologado em 08/09/2026 09:59:47 Por: ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO

ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO
Autoridade Competente

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/09/2026 às 10:01:02.
Código verificador: 183A5BE

Publicado por:
Wigno de Begno Olimpio de Freitas
Código Identificador:6A5A24F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 82/2026

RETIFICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 82/2026

PROCESSO Nº 53/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADO: CONSTRUTORA JVA
CNPJ: 07.062.694/0001-30
OBJETO: **Contratação de empresa para instalação de alambrado no Campo de Futebol Municipal Nego Ino do Munícipio de Montanhas RN**.
VALOR GLOBAL: de R$ 140.178,83(cento e quarenta mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e três centavos).
VIGÊNCIA: 08 de fevereiro de 2027

ORIGEM DE RECURSOS: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária
UNIDADE 19.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
PROJETO 1198 – Reforma e ampliação do estádio de futebol
NAT. /DESPESA 44.90.51 – Obras e Instalações
FONTE 17103210 Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Montanhas/RN, 09 de setembro de 2026.

ASSINAM PELAS PARTES:

CONTRATANTE:ANTONIO MARCOLINO NETO
CONTRATADA: CONSTRUTORA JVA

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:362EE2E9

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 108/2025

OBJETO: Prorrogação de vigência do Contrato nº 108/2025, o qual tem como objeto a aquisição de materiais para a iluminação pública, para atender as demandas de manutenção da rede que se fazem necessárias no município de Montanhas/RN.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ:08.354.383/0001-08
CONTRATADO:LUMIART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ:40.351.078/0001-75
ORIGEM: Adesão nº 009/2025
VIGÊNCIA DO ADITIVO: Prorrogada a vigência até o dia 03 de setembro de 2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei 14.133/2021.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Montanhas/RN, 03 de setembro de 2026.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: Antonio Marcolino Neto
PELA CONTRATADA:Valdemario Pinheiro de Araújo

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:8C0F8696

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 03/2023.
CONTRATO ORIGINAL: Contrato de Prestação de Serviço celebrado em 30/03/2023, decorrente da Adesão à Ata de Registro de Preço nº 03/2023, vinculada ao Pregão Presencial nº 03/2023.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.167.306/0001-49.
CONTRATADA: WINSTON ALEX FAUSTO DE AZEVEDO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.417.705/0001-89.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, visando à prestação de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção e adequação das edificações pertencentes à municipalidade, utilizados pela administração direta e indireta, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra.
NOVA VIGÊNCIA: De 30/03/2026 até 30/03/2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 57, inciso II, e Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições contidas no Contrato de Prestação de Serviço originário que não foram expressamente alteradas por este instrumento.
DATA DA ASSINATURA: 30 de maio de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:D66C5531

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 285/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 65, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cedida com ônus para o cessionário, a servidora Pública Municipal **Jéssica Clabunde Alves da Cruz,** matrícula nº 19372, detentora do cargo efetivo de Eletricista, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Limpeza Urbana - SEMOL, que ficará à disposição do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, pelo período de 1 (um) ano, contados a partir de 01 setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nísia Floresta, 10 de setembro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:5796282A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 26/2026 SESDEM

Designa Comissão para avaliação, conferência e recebimento dos uniformes destinados à Guarda Municipal de Nísia Floresta/RN.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E MOBILIDADE URBANA – SESDEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que os uniformes destinados à Guarda Municipal de Nísia Floresta/RN sejam recebidos em conformidade com as especificações, quantidades, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas no instrumento de contratação;

CONSIDERANDO a necessidade de formalização dos procedimentos de conferência, avaliação e recebimento dos materiais adquiridos pela Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação, Conferência e Recebimento dos Uniformes destinados à Guarda Municipal de Nísia Floresta/RN:

I – Presidente: JOSÉ TORRES SEGUNDO, matrícula nº 2375095;
II – Membro: BISMARK PEREIRA SÁTIRO, matrícula nº 00329;
III – Membro: WAGNER TARGINO DA SILVA, matrícula nº 08273.

Art. 2º Compete à Comissão:

I – acompanhar e realizar a conferência dos uniformes entregues pela empresa contratada;
II – verificar as quantidades, tamanhos, modelos, padrões, materiais, cores, acabamentos, identificação visual e demais características previstas nas especificações da contratação;
III – verificar a conformidade dos produtos entregues, com o Termo de Referência, contrato, proposta comercial, nota de empenho e demais documentos que integram o processo de contratação;
IV – identificar eventuais divergências, defeitos, avarias ou desconformidades nos materiais apresentados;
V – solicitar, quando necessário, a substituição ou correção dos itens que não estiverem em conformidade com as especificações contratadas;
VI – elaborar e assinar o respectivo Termo de Recebimento Provisório e/ou Definitivo, conforme a situação e a legislação aplicável;
VII – registrar, em relatório ou documento próprio, as ocorrências verificadas durante o procedimento de recebimento;
VIII – encaminhar ao setor competente os documentos necessários à continuidade dos procedimentos administrativos relacionados ao recebimento e pagamento da despesa.

Art. 3º A Comissão deverá observar, para fins de avaliação e recebimento, exclusivamente as especificações e condições estabelecidas no respectivo processo de contratação, não podendo promover alterações nas características dos objetos contratados.

Art. 4º O recebimento dos uniformes pela Comissão não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto à qualidade, adequação, garantia e demais obrigações previstas no instrumento contratual e na legislação vigente.

Art. 5º A Comissão poderá, sempre que necessário, solicitar apoio técnico ou informações aos setores da Administração Municipal envolvidos no processo de aquisição.

Art. 6º Os trabalhos da Comissão serão realizados sem prejuízo das atribuições ordinárias dos servidores designados.

Nísia Floresta/RN,10 de setembro de 2026.

MARCONDES RODRIGUES PINHEIRO
Secretário Municipal de Segurança, Defesa Social e Mobilidade Urbana – SESDEM

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:9BA32D41

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 284/2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DE AGENTES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS EFETIVO DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar nº 47/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Sra. **Andreza Jordana Fernandes de Oliveira Cruz,** ocupante do Cargo de Agente Administrativo, inscrito(a) sob CPF n° 086.***.***-23, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde - SMS, do Município de Nísia Floresta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nísia Floresta, 10 de setembro de 2026

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:2E0CB118

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 286/2026

Dispõe sobre a alteração na composição de membros para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA,

Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 65 e nos termos da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO, a indicação de substituição da titularidade do Senhor Diego Queiroz de Medeiros por Horácio Betcel Guimarães e a suplencia da senhora Claudineide Candido da Silva por Robson Dias Chaves da Sociedade Civil (Casa da União Luz de Maria) no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nísia Floresta – RN;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para recompor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:

– Representantes do Governo Municipal: Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Maria Isabel Diniz
Suplente: Maria Glenia da Costa Bezerra

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Micarla do Nascimento Moreira
Suplente: Aldaci Maria da Silva

Secretaria Municipal de Saúde

Titular:Katyuska Santos Duarte
Suplente: Valeria Laura Pinheiro

Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer,

Titular: Alexsander Arcanjo da Silva
Suplente: Alexandre Cristiano Fernandes Palhares

Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

Titular: Sara Ataide Dantas Spinola
Suplente: Dulcineyde dos Santos Carvalho

– Representantes da Sociedade Civil Igreja Evangélica Assembleia de Deus

Titular: Daniele Michele Santos do Nascimento Almeida
Suplente: Severino Rodrigues de Almeida Filho

Associação Transformando Vidas

Titular: José Menino da Hora Junior
Suplente: Hortência Freire de Castro

Organização Não Governamental Quadra do Saber

Titular: Francisco Erivaldo Araújo do Nascimento
Suplente: Joni Carlos Santana

Casa da União Luz de Maria

Titular: Horácio Betcel Guimarães
Suplente: Robson Dias Chaves

Sindicatos dos Trabalhadores em Educação – SINTE/RN

Titular: Josivaldo do Nascimento
Suplente: Adriano de Almeida

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nísia Floresta, 08 de setembro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito do Município de Nísia Floresta

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:1F6422D2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 287/2026

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PERÍODO DE RECREIO/INTERVALO ESCOLAR DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NÍSIA FLORESTA/RN, ESTABELECENDO SUA FINALIDADE, ORGANIZAÇÃO, FRUIÇÃO PESSOAL, RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E PROCEDIMENTOS PARA A ADEQUADA CARACTERIZAÇÃO DO PERÍODO DE INTERVALO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação aplicável,

CONSIDERANDO a competência do Município para organizar e manter sua Rede Municipal de Ensino, observadas as normas gerais da educação nacional e a legislação aplicável aos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios uniformes para a organização dos horários escolares e para a adequada fruição do período de recreio/intervalo pelos profissionais do magistério;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.738/2008, que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica e estabelece parâmetros para a composição da jornada de trabalho docente;

CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da composição da jornada dos profissionais do magistério público da educação básica;

CONSIDERANDO o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 1058 pelo Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que, no julgamento da ADPF nº 1058, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que, como regra geral, o recreio escolar e os intervalos entre aulas podem constituir período em que o professor permanece à disposição do empregador, mas afastou a existência de presunção absoluta, admitindo a não contabilização do período quando o docente, efetivamente, se dedicar a atividades de cunho estritamente pessoal;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a possibilidade de prova em contrário quando demonstrado que, durante o intervalo, o docente dispõe efetivamente de seu tempo para atividades pessoais;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que o período destinado ao recreio seja efetivamente usufruído pelos profissionais do magistério como momento de descanso e de livre disposição pessoal, sem atribuição de tarefas funcionais;

CONSIDERANDO a necessidade de impedir que o período de intervalo seja utilizado para reuniões, atendimentos, acompanhamento de estudantes, vigilância, planejamento, correção de atividades ou quaisquer outras atividades próprias do exercício funcional;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar a organização do recreio em todas as unidades da Rede Municipal de Ensino de Nísia Floresta/RN;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Nísia Floresta/RN, o período de recreio/intervalo destinado à fruição pessoal dos profissionais do magistério, observadas as disposições desta Portaria e o regime jurídico aplicável a cada servidor.
Parágrafo único. O período de recreio/intervalo escolar regulamentado por esta Portaria não se confunde e não poderá ser computado para fins de cumprimento do terço de atividade extra-classe previsto na Lei Federal nº 11.738/2008

Art. 2º O recreio/intervalo escolar destinado aos docentes constitui período específico para descanso, alimentação e realização de atividades de natureza estritamente pessoal, não sendo destinado ao exercício de atividades funcionais.

Art. 3º Durante o período de recreio/intervalo, o profissional do magistério não estará incumbido de atividades de:

I – regência de classe;

II – acompanhamento pedagógico de estudantes;

III – vigilância ou supervisão de estudantes;

IV – atendimento a estudantes;

V – atendimento a pais ou responsáveis;

VI – reuniões administrativas ou pedagógicas;

VII – formação continuada;

VIII – planejamento;

IX – correção de atividades ou avaliações;

X – substituição de outro docente;

XI – elaboração de registros escolares;

XII – cumprimento de tarefas administrativas; ou

XIII – qualquer outra atividade funcional que comprometa a livre fruição do intervalo.

CAPÍTULO II

DA LIBERDADE DE FRUIÇÃO DO INTERVALO

Art. 4º Durante o período de recreio/intervalo, o profissional do magistério poderá dispor livremente de seu tempo para descanso, alimentação e demais atividades de natureza estritamente pessoal, não lhe sendo atribuída, pela unidade escolar, qualquer atividade funcional.

§ 1º O docente poderá utilizar o período para alimentação, descanso, higiene pessoal, comunicação pessoal, leitura, deslocamento ou resolução de assuntos particulares, entre outras atividades de natureza pessoal.

§ 2º O profissional do magistério poderá, facultativamente, ausentar-se das dependências da unidade escolar durante o período de recreio/intervalo, independentemente de autorização individual da equipe gestora, desde que observe o horário estabelecido para o retorno às suas atividades.

§ 3º A opção do profissional por permanecer nas dependências da unidade escolar durante o intervalo não implicará, por si só, atribuição de atividade funcional ou obrigação de acompanhamento, supervisão ou vigilância dos estudantes.

§ 4º Durante o intervalo, o docente não estará obrigado a permanecer em sala de aula, no pátio, nos corredores ou em qualquer outro espaço destinado ao acompanhamento ou supervisão dos estudantes.

Art. 5º O período de intervalo deverá ser efetivamente livre de atribuições funcionais.

§ 1º A equipe gestora não poderá convocar o professor durante seu intervalo para reuniões, atendimentos, orientações, substituições ou quaisquer outras atividades funcionais.

§ 2º A comunicação de caráter administrativo deverá, sempre que possível, ser realizada antes do início ou após o término do intervalo, ressalvadas situações emergenciais que exijam intervenção imediata, observada a legislação aplicável.

Art. 6º A unidade escolar deverá assegurar condições concretas para que o profissional do magistério possa usufruir integralmente do intervalo como período de descanso e de disposição pessoal.
Parágrafo único. Para fins de assegurar as condições concretas de descanso, a unidade escolar deverá disponibilizar local reservado e restrito ao corpo docente e funcionários, impedindo o acesso de estudantes a esse espaço durante o período de intervalo.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO RECREIO DOS ESTUDANTES

Art. 7º Compete à equipe gestora organizar o recreio dos estudantes de modo que o acompanhamento, a orientação e a segurança dos alunos sejam assegurados sem atribuir ao professor que esteja usufruindo de seu intervalo a responsabilidade pela turma ou por outros estudantes.

Art. 8º Cada unidade escolar deverá estabelecer previamente a organização do recreio, definindo:

I – horário de início e término do intervalo;

II – fluxo de entrada e saída dos estudantes;

III – espaços destinados ao recreio;

IV – profissionais responsáveis pelo acompanhamento dos estudantes durante o recreio;

V – procedimentos para situações emergenciais; e

VI – horário de retorno dos docentes às respectivas atividades.

Art. 9º O professor que estiver usufruindo de seu intervalo não poderá ser incluído em escala de acompanhamento, supervisão ou vigilância dos estudantes durante aquele mesmo período.

Art. 10. A organização do recreio deverá assegurar a continuidade das atividades escolares sem transformar o período destinado ao descanso dos docentes em tempo de execução ou disponibilidade para atividades funcionais.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES DA EQUIPE GESTORA

Art. 11. Compete ao(à) Diretor(a) e à equipe gestora:

I – garantir o cumprimento desta Portaria;

II – assegurar a efetiva fruição pessoal do intervalo pelos docentes;

III – impedir a atribuição de atividades funcionais durante o intervalo;

IV – organizar o acompanhamento dos estudantes durante o recreio;

V – elaborar e divulgar os horários de recreio;

VI – organizar previamente os responsáveis pelo acompanhamento dos estudantes;

VII – assegurar que o professor não seja responsabilizado pela turma durante seu intervalo;

VIII – orientar todos os profissionais da unidade escolar quanto às disposições desta Portaria;

IX – manter os registros necessários à demonstração da organização dos intervalos; e

X – comunicar à Secretaria Municipal de Educação eventuais dificuldades ou situações excepcionais relacionadas à aplicação desta Portaria.

Art. 12. É expressamente vedado à equipe gestora utilizar o intervalo dos professores para:

I – reuniões;

II – informes administrativos;

III – convocação de servidores;

IV – atendimento de pais ou responsáveis;

V – atendimento de estudantes;

VI – substituição de professores;

VII – planejamento;

VIII – correção de atividades;

IX – preenchimento de documentos; ou

X – qualquer outra atividade funcional.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES DOS DOCENTES

Art. 13. Compete ao profissional do magistério:

I – cumprir os horários de início e término do intervalo;

II – utilizar o período para descanso e atividades de natureza pessoal;

III – retornar à unidade escolar ou ao espaço de trabalho no horário determinado para o reinício das atividades docentes;

IV – observar as normas gerais de funcionamento, segurança e acesso da unidade escolar; e

V – reassumir suas atividades docentes no horário estabelecido no quadro de horários.

Art. 14. A faculdade de ausentar-se da unidade escolar durante o intervalo não altera a obrigação do profissional de retornar pontualmente para o início de suas atividades após o término do período.

Parágrafo único. O não retorno injustificado após o término do intervalo sujeitar-se-á às regras administrativas e disciplinares previstas na legislação aplicável ao servidor.

CAPÍTULO VI

DO REGISTRO E DA COMPROVAÇÃO DA FRUIÇÃO DO INTERVALO

Art. 15. Cada unidade escolar deverá manter atualizado o quadro de horários dos docentes, contendo a identificação dos respectivos períodos de recreio/intervalo.

Art. 16. A unidade escolar deverá manter registro da organização do acompanhamento dos estudantes durante o recreio, demonstrando que os docentes em intervalo não são responsáveis pela vigilância ou supervisão dos alunos.
Parágrafo único. Mensalmente, juntamente com o fechamento da folha de frequência, o profissional do magistério assinará termo de declaração atestando a regular e integral fruição pessoal de seus períodos de recreio/intervalo, sem interferência de atribuições funcionais.

Art. 17. A equipe gestora deverá dar ciência desta Portaria aos profissionais do magistério, mantendo registro da ciência para fins administrativos.

Art. 18. A Secretaria Municipal de Educação poderá solicitar, a qualquer tempo, informações e documentos referentes à organização dos intervalos nas unidades escolares, especialmente para verificar o efetivo cumprimento das disposições desta Portaria.

CAPÍTULO VII

DA CARACTERIZAÇÃO DO PERÍODO DE INTERVALO

Art. 19. O período de recreio/intervalo em que o profissional do magistério estiver efetivamente desobrigado de atividades funcionais, podendo dispor livremente de seu tempo para atividades de natureza pessoal, será caracterizado como período de fruição pessoal, observada a legislação aplicável ao respectivo vínculo funcional.

§ 1º A caracterização prevista no caput dependerá da efetiva existência das condições de liberdade e fruição pessoal estabelecidas nesta Portaria, não bastando a mera denominação formal do período como “intervalo”.

§ 2º A Administração deverá assegurar condições concretas para que o profissional do magistério usufrua o intervalo sem atribuição de regência, vigilância, supervisão, atendimento, reuniões, planejamento ou qualquer outra atividade funcional.

§ 3º A eventual permanência do profissional nas dependências da unidade escolar durante o intervalo, por sua livre escolha, não descaracterizará, por si só, a natureza de fruição pessoal do período.

§ 4º Caso o profissional seja efetivamente convocado ou utilizado para o desempenho de atividade funcional durante o intervalo, a situação deverá ser considerada de acordo com a legislação aplicável ao respectivo vínculo, não podendo ser presumida a fruição pessoal de período em que tenha havido efetiva prestação de atividade funcional ou restrição à livre disposição do tempo.

CAPÍTULO VIII

DAS SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

Art. 20. Em situações excepcionais de emergência, risco iminente à integridade física dos estudantes ou outras circunstâncias extraordinárias que exijam intervenção imediata, a equipe gestora poderá adotar as medidas necessárias à preservação da segurança dos estudantes e da comunidade escolar.

§ 1º As situações previstas no caput deverão ser efetivamente excepcionais, imprevisíveis ou urgentes, e não poderão decorrer de falhas ordinárias de organização da unidade escolar.

§ 2º A ocorrência de situação excepcional que resulte na utilização do profissional do magistério durante seu intervalo deverá ser registrada pela equipe gestora, com indicação da ocorrência e das providências adotadas, observada a legislação aplicável.

§ 3º A utilização excepcional do profissional durante o intervalo não poderá ser utilizada como prática habitual ou como mecanismo permanente de organização do acompanhamento dos estudantes.

§ 4º. Ocorrendo a utilização excepcional do profissional do magistério durante o seu intervalo, as horas trabalhadas deverão ser registradas pela equipe gestora e compensadas preferencialmente com folga compensatória (banco de horas) no mesmo bimestre letivo, vedada a conversão em pecúnia, salvo impossibilidade administrativa devidamente justificada pela Secretaria de Educação.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. As unidades escolares deverão adequar seus horários, rotinas e procedimentos às disposições desta Portaria.

Art. 22. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares, modelos de organização e instrumentos administrativos necessários à implementação desta Portaria.

Art. 23. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação municipal, a legislação federal aplicável e as decisões judiciais pertinentes.

Art. 24. A presente Portaria não afasta direitos assegurados por legislação específica, estatuto dos servidores, plano de carreira, instrumento coletivo ou decisão judicial aplicável ao vínculo funcional do servidor.

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nísia Floresta/RN, 10 de setembro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal de Nísia Floresta/RN

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:EC0C6021

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 18/2026-CMAS DE NISIA FLORESTA/RN

Dispõe sobre a aprovação DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO COFINANCIAMENTO FEDERAL do período de maio/2026 a julho/2026 da Proteção Social Básica e Especial, IGD PBF, IGD SUAS, BPC na Escola, PROCAD e Programa Criança Feliz.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Nísia Floresta/RN, no uso de suas competências conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 863 de 30 de setembro de 1995, alterada pela Lei nº 872, de 04 de setembro de 2018, considerando sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos programas, serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho, em reunião ordinária realizada em 09 de setembro de 2026, constante na respectiva Ata nº 08/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a prestação de contas, conforme quadro abaixo, referente ao período de maio a julho 2026 do cofinanciamento federal, executado pelo município de Nísia Floresta/RN,

Bloco da Gestão do PBF - Cad. Único, conta 32.228-8 PBF
Valor em conta em 11/08/2026: R$ 24.797,05 (vinte e quatro mil setecentos e noventa e sete reais e cinco centavos);
Total de despesas pagas: 191.249,05 (cento e noventa e um mil duzentos e quarenta e nove reais e cinco centavos);
Despesa com aquisição de veículo, expediente, internet, gasolina, assessoria, material de limpeza e pessoal.

Bloco da Gestão SUAS, conta 32232-6
Valor em conta em 11/08/2026: R$ 2,54 (dois reais e cinquenta e quatro centavos).

MAC - Proteção Especial de Média e Alta Complexidade.
Valor em conta em 11/08/2026: R$ 13.427,59 (treze mil quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e nove centavos);
Total de despesas pagas: 63.099,73 (sessenta e três mil e noventa e nove reais e setenta e três centavos);
(Despesa com internet, material gráfico, gasolina, expediente, locação de veículo).

Proteção Social Básica, conta 32.238-5:
Valor em conta em 11/08/2026: R$ 30.407,39 (trinta mil quatrocentos e sete reais e trinta e nove centavos);
Total de despesas pagas: 188.005,67 (cento e oitenta e oito mil e cinco reais e sessenta e sete centavos);
Despesa com gêneros alimentícios, material permanente-móveis, expediente e internet.

BPC na Escola, conta 32226-1:

Valor em conta em 11/08/2026: R$ 11,33 (onze reais e trinta e três centavos);
Total de despesas pagas: 1.262,00 (mil duzentos e sessenta e dois reais);
Despesas com material de expediente.
PCF - Criança Feliz, conta 33.309-3:

Valor em conta em 11/08/2026: 17.330,98 (dezessete mil trezentos e trinta reais e noventa e oito centavos);
Total de Despesas pagas: R$ 100.888,65 (cem mil oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e cinco centavos);
Despesa com gasolina, material permanente-móveis, expediente, pessoal, lanches e outros, de acordo com as regras do bloco.

PROCAD-SUAS, conta 43.319-5:
Valor em conta em 11/08/2026: R$22.565,32 (vinte e dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos);
Total de despesas pagas: 11.502,62 (onze mil quinhentos e dois reais e sessenta e dois centavos);
Despesa com restos a pagar de 2025

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nísia Floresta/RN, 09 de setembro de 2026.

MARCOS VINICIUS BEZERRA DO AMARAL
Presidente do CMAS

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:8960B836

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 19/2026 DO CMAS – NÍSIA FLORESTA/RN

Dispõe sobre a aprovação da utilização dos recursos do cofinanciamento estadual, referente ao período de maio a julho de 2026 da conta do Fundo Estadual de Assistência Social-FEAS para a execução de Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e da Proteçao Social Basica, repassados ao Fundo Municipal de Assistência Social de Nísia Floresta/RN,.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Nísia Floresta, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 872/2018, em consonância com a Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e conferidas pela Lei Municipal nº 863 de 30 de setembro de 1995, alterada pela Lei nº 872, de 04 de setembro de 2018 e considerando a deliberação da reunião ordinária realizada em 09 de setembro de 2026, constante na respectiva Ata nº 08/2026.

CONSIDERANDO o disposto na Política Nacional de Assistência Social/2004 no que se refere ao papel do Conselho Municipal de Assistência Social no que tange ao controle e acompanhamento das questões relativas ao financiamento da Política Pública de Assistência Social em âmbito local; e a Portaria nº 38, de 26 de março de 2021, que dispõe sobre a prestação de contas para a execução de Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório Financeiro dos recursos cofinanciados pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS repassados ao FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao período de maio a julho de 2026, após análise da documentação comprobatória e manifestação favorável do Conselho Municipal de Assistência Social.
Cofinanciamento Estadual – CREAS em 13/08/2026: despesa executada no valor R$ 5.521,94 (cinco mil quinhentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos). Gasto com material de expediente.
Cofinanciamento Estadual – CRAS em 13/08/2026: despesa executada no valor R$ 9.681,67 (nove mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos). Gasto com material de expediente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nísia Floresta/RN, 09 de setembro de 2026.

MARCOS VINICIUS BEZERRA DO AMARAL
Presidente do CMAS

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:1BD5C388

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

O Município de Nísia Floresta/RN, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Limpeza Urbana, neste ato representada por seu (ua) Secretário(a) Municipal, Sr.(a) Walterly Andrade da Silva, no uso de suas atribuições legais, **RECONHECE**, para fins administrativos e legais, a existência de dívida em favor de POSTO PIUM LTDA, CNPJ/CPF: 35.284.991/0002-47, contrato nº 83/2024**,** conforme constante no Processo Administrativo nº 1050832026.
Trata-se de pagamento a título de indenização, destinado ao fornecimento de combustíveis referente a primeira quinzena do mês de janeiro/2026, realizado pela empresa contratada, destinando -se ao abastecimento de veículos e máquinas da SEMOL – Secretaria Municipal de Obras e Limpeza Urbana.
Posto isto, o presente termo de reconhecimento tem por finalidade o **reconhecimento da obrigação de pagamento,** a título de **indenização,** referente **ao fornecimento de combustíveis** acima descrito, utilizado pela Secretaria Municipal de Obras e Limpeza Urbana - SEMOL, conforme contrato nº 83/2024 e Pregão eletrônico nº 8/2024.

No que se refere ao valor do reconhecimento, fica reconhecido o valor total de **R$ 16.921,22** (Dezesseis mil novecentos e vinte e um reais e vinte e dois centavos) correspondente à indenização de fornecimento de combustível referente ao período mencionado.
Ademais, cumpre destacar que o presente reconhecimento de dívida fundamenta-se na **Lei Federal nº 14.133/2021,** especialmente quanto à regularização de despesas e dever de indenização por uso de bem/serviço efetivamente prestado à Administração e nos moldes da **Resolução nº 028/2020 do TCE/RN,** quanto à correta instrução do processo e formalização do reconhecimento para pagamento.
Diante do exposto, **AUTORIZO** a adoção das providências necessárias para emissão do empenho e posterior pagamento da indenização, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras e a regular instrução processual.
Este termo é firmado para que produza seus efeitos legais, servindo como documento formal para fins de pagamento e registro contábil da obrigação reconhecida.
Atenciosamente,

Nísia Floresta, 28 de agosto de 2026

WALTERLY ANDRADE DA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Limpeza Urbana

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:DFD8DBF6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

OBJETO: Aquisição de capas de processo administrativo físico, em papel cartão ou material equivalente, em tamanho ofício, com campos para identificação do processo (número, interessado e assunto) e logo institucionaldo.

EMPRESA CONTRATADA: PONTO DIGITAL INFORMÁTICA LTDA.

VALOR TOTAL CONTRATADO: 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos Reais).

FUNDAMENTO: Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

RATIFICO Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim HOMOLOGO o processo sob referência e, em consequência, ADJUDICO o objeto respectivo a empresa PONTO DIGITAL INFORMÁTICA LTDA.

DETERMINO que se proceda, com DISPENSA DE LICITAÇÃO, e fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e, na oportunidade, que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

Ouro Branco/RN, 10 de Setembro de 2026.

LUANNA ELIZIA DANTAS DOS SANTOS SILVA
Presidente do Instituto de Previdência de Ouro Branco RN

Publicado por:
Silvânia Vanessa de Medeiros
Código Identificador:DD8B0667

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

GABINETE DA PREFEITA
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00041/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00041/2026, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Fornecimento de insumos e equipamentos de informática destinados as Secretarias Municipais deste Município de Paraná–RN; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: WINDSTAR COMPUTADORES E ELETRO EIRELI - R$ 60.332,25.

Paraná - RN, 10 de Setembro de 2026

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE -
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:B7B8500D

GABINETE DA PREFEITA
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00042/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00042/2026, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Prestação de Serviços de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos de informática destinados as Secretarias Municipais deste Município de Paraná–RN; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: WINDSTAR COMPUTADORES E ELETRO EIRELI - R$ 61.150,00.

Paraná - RN, 10 de Setembro de 2026

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE -
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:ECF27DA4

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00041/2026. OBJETO: Fornecimento de insumos e equipamentos de informática destinados as Secretarias Municipais deste Município de Paraná–RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21.

AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração. RATIFICAÇÃO: Prefeita, em 10/09/2026.

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:124FC4B0

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00042/2026. OBJETO: Prestação de Serviços de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos de informática destinados as Secretarias Municipais deste Município de Paraná–RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração. RATIFICAÇÃO: Prefeita, em 10/09/2026.

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:0577EA27

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO

DESPACHO

remeta-se o requerimento para manifestação da Secretaria Municipal de Saúde.

Após manifestação da pasta, caso seja favorável ao deferimento, encaminhe-se os autos à Assessoria Jurídica, a fim de que se emita parecer acerca da possibilidade de pagamento.

Paraú/RN, 28 de agosto de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXÔTO
Prefeito Municipal

DESPACHO

Consulta-nos o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Paraú acerca do Requerimento formulado pelos profissionais da saúde contratados pela Serv Saúde Eireli.

Nestes termos, ressalto que assiste razão aos requerentes, na medida em que os mesmos não receberam contraprestação pelo labor desempenhado junto às unidades de saúde desta municipalidade, bem como em razão de ter sido rescindido o termo de colaboração celebrado com a OSC SERV SAÚDE, motivada na ausência de regular prestação de contas e ausência do cumprimento dos requisitos elencados no termo de colaboração e plano de trabalho.

Da mesma forma, observo que não foram realizados os repasses para a SERV SAÚDE referente ao mês de agosto.

No mesmo sentido, destaco que segundo levantamentos o débito apontado é de R$ R$ 82.061,57 (oitenta e dois mil, sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

Por fim, remeto os autos ao Setor Jurídico desta municipalidade para que analise a possibilidade de pagamento.

Paraú/RN, 28 de agosto de 2026.

ISADORA BEATRIZ MARTINS SILVA
Secretária de Saúde

PARECER JURÍDICO

Interessado: Prefeitura Municipal de Paraú e Secretaria Municipal de Saúde.

Assunto: Pagamento de profissionais que prestaram serviço a municipalidade, através de OSC que não cumpriu requisitos do termo de colaboração e plano de trabalho – Recomendação do MP para rescisão do Termo de Colaboração – Ausência de Contato com a OSC - Possibilidade de indenizar – Princípio que veda o enriquecimento sem justa causa.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Paraú solicita que esta Assessoria analise a possibilidade jurídica de se efetuar pagamento aos profissionais, em virtude de prestação de serviços a este município, através de termo de colaboração, cuja rescisão foi recomendada pelo Ministério Público Estadual e a OSC deixou de manter contato com os profissionais.

Segundo informações da Secretária os serviços foram regulamente prestados. No entanto, a OSC não cumpriu com os requisitos do termo de colaboração e plano de trabalho, tendo, inclusive, deixado de manter contato com seus profissionais, o que motivou a rescisão do termo de colaboração.

Desta feita, inicialmente importa ponderar que não é regular a utilização de serviços sem cobertura contratual.

Ocorre que, a legislação impõe um regime formal para as contratações da Administração Pública. Assim, nos termos da lei é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração.

Portanto, configurando-se como ato nulo, em regra não produziria qualquer efeito, aduzindo a lei que a declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Entretanto, pelo que se pode depreender do ordenamento jurídico, a nulidade do contrato não elide a possibilidade da Administração indenizar.

Assim, no presente caso afigura-se irregular a utilização de serviços prestados sem cobertura contratual, contudo uma vez utilizado a Administração pode indenizar o contratado em razão de tal uso, em atenção ao princípio que veda o enriquecimento sem causa.

Este é o entendimento que deflui, também, dos acórdãos cuja ementa abaixo se transcreve:

CONTRATO ADMINISTRATIVO. NULIDADE. DEVER DE INDENIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE SUBSISTE. INDENIZAÇÃO PELO QUE EFETIVAMENTE FOI EXECUTADO PELO CONTRATADO. INTELIGÊNCIA DO ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N. 8.666/93. O CONTRATO ADMINISTRATIVO NULO NÃO EXIME A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DEVER DE INDENIZAR O CONTRATADO PELO QUE EFETIVAMENTE EXECUTOU, DEMONSTRADO QUE A CAUSA DA NULIDADE NÃO LHE É IMPUTÁVEL, À LUZ DO ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N. 8.666/93. RECURSO NÃO PROVIDO. (Apelação nº 0095453-13.2009.8.26.0000, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rel. Des. Nelson Jorge Júnior)

ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À ADMINISTRAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTRATO. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N. 8.666/93. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE, SÚMULA 7/STJ. (AgRg no AREsp 239295/DF, STJ, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª. T, DJ 25/09/2013).

ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. NULIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO. ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N. 8.666/93.

1. Segundo a jurisprudência desta Corte, embora o contrato administrativo cuja nulidade tenha sido declarada não produz efeitos, a teor do art. 59, da Lei nº 8.666/93, não está desonerada a Administração de indenizar o contratado pelos serviços prestados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade. 2. Procedência da ação de cobrança que se mantém. 3. Recurso especial improvido. (REsp 928315/MA, STJ, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª. T, DJ 29/06/2007).

Estabelecido o entendimento de que a utilização efetiva dos serviços por parte da administração sem cobertura contratual pode ser indenizada, importa fixar, então, o que se deve entender pelo dever de indenizar, ou seja, deve-se pagar o valor previsto em contrato ou somente o valor do custo dispendido pelos contratados, sem a inclusão do lucro.

A propósito da questão assevera Marçal Justen Filho que "o Estado terá de indenizar o particular por todos os danos e pelo lucro que a ele adviria se o contrato fosse válido e fosse integralmente executado. Ou seja, aplicando-se a teoria das nulidades o reconhecimento do vício acarreta o desfazimento de todos os atos. Mas, em função da teoria da responsabilidade civil, a Administração tem o dever de responder por todos os atos que pratica, inclusive (e especialmente) aqueles viciados. Em suma, o particular terá o direito de auferir o exato proveito previsto no contrato (nulo)".

Importar ressaltar que o contratado tinha uma justa expectativa de auferir o justo pagamento advindo da relação contratual. Não se afigura justo que mesmo estando de boa-fé veja frustrada esta expectativa em virtude de ocorrência de vício para o qual não deu causa.

Assim, é lícito afirmar que estando o contratado de boa-fé a indenização a ser paga deve ir além do custo básico para abarcar também a margem de lucro que deveria auferir caso o contrato fosse válido.

A respeito da matéria em exame, qual seja, realização de despesas sem cobertura contratual, a Advocacia Geral da União emitiu a Orientação Normativa nº 4, de 12 de abril de 2009, destacando a necessidade de se apurar responsabilidade de quem tenha dado causa à situação de prestação de serviço ou aquisição de bens sem cobertura contratual. Neste diapasão determina a referida orientação normativa que:

"A despesa sem cobertura contratual deverá ser objeto de reconhecimento da obrigação de indenizar nos termos do art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo da responsabilidade de quem lhe der causa."

Em face do exposto, saliento que é possível o pagamento de indenização pelos serviços prestados, no valor correspondente ao montante recebido mensalmente pelo requerente, desde que não lhe seja imputável e tenha havido efetivação da prestação de serviços, cabendo à autoridade competente determinar as providências que entender cabíveis no tocante à apuração de eventual responsabilidade.

Eis o nosso parecer, s.m.j.

Paraú/RN, 28 de agosto de 2026.

EIDER DERCYO GURGEL VIEIRA
Assessor Jurídico – OAB/RN nº 12994

DESPACHO

encaminhe-se os autos ao setor financeiro, de modo que havendo disponibilidade de recursos e dotação orçamentária, proceda-se com o pagamento.

Além disso, expeça-se o competente Termo de Ajustamento de Contas e Reconhecimento de Débito.

Paraú/RN, 28 de agosto de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Aos 28 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis na sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Padre Amaro, n.º 111, Centro, Paraú/RN, compareceram as partes abaixo qualificadas, para firmarem o presente Termo de Ajuste de Contas e Reconhecimento de Dívida nas condições que se seguem:

I – **Prefeitura Municipal**, órgão institucional de primeiro nível hierárquico da administração direta Municipal de Paraú, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.084.691/0001-60, com sede na Rua Padre Amaro, n.º 111, Centro em Paraú, Estado do Rio Grande do Norte, neste ato representada pelo Senhor João Evaristo Peixôto, residente e domiciliado na cidade de Paraú/RN; e, pela Senhora Isadora Beatriz Martins Silva, Titular da Secretaria Municipal de Saúde do município;

II –**WILDEVANDIO MARCOS RAMOS**, brasileiro, técnico de enfermagem, portador do R.G. nº 002776225-SSP/RN, inscrito no CPF/MF nº 080.312.084-25, residente na rua Doutorzinho, 4, Santo Antônio, Mossoró/RN; **MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DA SILVA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 076.069.484-29, residente na rua Francisco Galdino, 705, Centro, Paraú/RN; **FABIANA NUNES TERTULINO**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 052.779.934-36, portadora do R.G. n° 002.320.959-SSP/RN, residente na rua Raimundo Galdino de Aquino, 243 CS-04, Paraú/RN; **KASSIA RILENE MARINHO PEIXOTO,** brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 103.470.504-09, residente na rua dez de maio, 102, centro, Paraú/RN; **JOICY MIRELLE ALVES DE ANDRADE**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 088.227.884-35, residente na rua Alferes Tonho, 327, Centro, Paraú/RN; **GIULLIA WALESKA AQUINO DE MEDEIROS**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 100.164.244-92, residente na Rua Manoel Galdino, 27, Centro de Paraú/RN; **ANANDA QUEIROZ BATISTA DE OLIVEIRA**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 104.466.144-59, residente na rua Maria Cabral, 73, Paraú/RN; **ESTELA MÉRCIA FONSECA DE SOUZA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 120.221.224-70, portadora do R.G. n° 002.862.871-SSP/RN, residente na rua Vicente Ferreira da Cunha, 109, Centro, Paraú/RN; **RAIMUNDA ELIELMA MARTINS RAMOS**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 067.405.924-70, residente na rua Maria Cabral, 53, Centro, Paraú/RN; **KEILHA RODRIGUES DA SILVA,** brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 054.848.834-74, residente na rua Maria Cabral, 63, Centro, Paraú/RN; **CRISCIANA ALVES DE FREITAS**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 009.980.094-23, residente na rua Julio Martins Fernandes, 281, Frutilândia, Assu/RN; **ANTONIO BELMIRO PEIXOTO JÚNIOR**, brasileiro, enfermeiro, inscrito no CPF/MF nº 085.925.154-32, residente na Rua Maria Cabral, 136, Centro, Paraú/RN; **JULINEIDE RAKELLI ALVES DE SANTANA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 057.871.364-03, portadora do R.G. n° 002.439.810-SSP/RN, residente na Rua Benedito Peixoto, 387, Centro, Paraú/RN; **RAFANIA CRISTINA JACOME FERNANDES**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF n° 013.872.894-11, residente na Rua Benedito Peixoto, 109-B, Centro, Paraú/RN; **MARIA GERLANIA DA SILVA NASCIMENTO**, brasileira, técnico de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 044.799.324-02, residente na rua Sete de Setembro, 2, Centro, Paraú/RN; **JAMILI RAINARA DO NASCIMENTO DA SILVA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF n° 103.895.405-55, residente na Rua José Eufrásio, 372, Centro, Paraú/RN; **VALESKA MARIA DA SILVA SANTANA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 103.562.344-79, portadora do R.G. n° 003.775.097-SSP/RN, residente na travessa Alferes Tonho, Centro, Paraú/RN; **MARIA ERINEIDE DE SOUZA DA SILVA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF n° 038.004.614-80, portadora do R.G. n° 001.637.466-SSP/RN, residente na Rua Damião Alexandre de Oliveira, 62, Centro, Upanema/RN; **NAAMA BENAIA RAMOS DA SILVA,** brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 103.470.414-18, residente na rua Triunfo Potiguar, 04, Centro, Paraú/RN; **NATHALIA NADJA MARTINS**, brasileira, técnica de enfermagem,

inscrita no CPF/MF n° 073.822.574-60, portadora do R.G. n° 6026817-SSP/RN, residente na rua Jose Eufrásio, 148, Centro, Paraú/RN; **AMANDA LETÍCIA MONTEIRO DA SILVA**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 707.181.974-29, portadora do R.G. nº 003.577.169, residente na rua José Vicente, 239, Centro, Paraú/RN e, **GEORGIANA JÉSSICA MELO PEIXÔTO SILVA**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF n° 105.671.234-13, portadora do R.G. n° 002.471.501-SSP/RN, residente na rua Claudina Cândida Lopes, 20, Centro, Paraú/RN .

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA** tem por objeto a liquidação do valor devido pela Secretaria Municipal de Saúde relativo ao pagamento pela prestação de serviços junto às Unidades de saúde do Município de Paraú, no valor total de R$ 82.061,57 (oitenta e dois mil, sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos), tendo tais serviços sido efetivamente prestados, conforme consta nos autos do processo indenizatório.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor global do presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS** é de R$ 82.061,57 (oitenta e dois mil, sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos), onde será pago com recursos do orçamento vigente e nota de empenho a ser elaborada.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA
O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E CONFISSÃO DE DÍVIDAS**, importa em total quitação da parcela devida e mencionada na cláusula primeira.
CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
O presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E CONFISSÃO DE DÍVIDA** tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos artigos58a65, da Lei nº.4.320/64 e, ainda no Parecer da Assessoria Jurídica do Município de Paraú/RN.
CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
A Prefeitura Municipal de Paraú, de acordo com as normas de publicidade vigentes, tornará público o extrato resumido do presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS**.

A Prefeitura Municipal, obriga-se a enviar cópia fiel do presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E CONFISSÃO DE DÍVIDA** aos prestadores do serviço.

O presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E CONFISSÃO DE DÍVIDA** é elaborado em uma via para a Prefeitura Municipal de Paraú, uma para cada um dos prestadores dos serviços; e uma para constar dos autos do presente processo.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E CONFISSÃO DE DÍVIDA**, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Paraú/RN, 28 de agosto de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

ISADORA BEATRIZ MARTINS SILVA
Secretária de Saúde

WILDEVANDIO MARCOS RAMOS

MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DA SILVA

FABIANA NUNES TERTULINO

KASSIA RILENE MARINHO PEIXOTO

JOICY MIRELLE ALVES DE ANDRADE

GIULLIA WALESKA AQUINO DE MEDEIROS

ANANDA QUEIROZ BATISTA DE OLIVEIRA

ESTELA MÉRCIA FONSECA DE SOUZA

RAIMUNDA ELIELMA MARTINS RAMOS

KEILHA RODRIGUES DA SILVA

CRISCIANA ALVES DE FREITAS

ANTONIO BELMIRO PEIXOTO JÚNIOR

JULINEIDE RAKELLI ALVES DE SANTANA

RAFANIA CRISTINA JACOME FERNANDES

MARIA GERLANIA DA SILVA NASCIMENTO

JAMILI RAINARA DO NASCIMENTO DA SILVA

VALESKA MARIA DA SILVA SANTANA

MARIA ERINEIDE DE SOUZA DA SILVA

NAAMA BENAIA RAMOS DA SILVA

NATHALIA NADJA MARTINS

AMANDA LETÍCIA MONTEIRO DA SILVA

GEORGIANA JÉSSICA MELO PEIXÔTO SILVA

Testemunhas:

1ª.
CPF nº.

2ª.
CPF nº.

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:9F6BFA59

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÚ/RN E/OU ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA DE SAÚDE.

WILDEVANDIO MARCOS RAMOS, brasileiro, técnico de enfermagem, portador do R.G. nº 002776225-SSP/RN, inscrito no CPF/MF nº 080.312.084-25, residente na rua Doutorzinho, 4, Santo Antônio, Mossoró/RN; **MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DA SILVA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 076.069.484-29, residente na rua Francisco Galdino, 705, Centro, Paraú/RN; **FABIANA NUNES TERTULINO**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 052.779.934-36, portadora do R.G. n° 002.320.959-SSP/RN, residente na rua Raimundo Galdino de Aquino, 243 CS-04, Paraú/RN; **KASSIA RILENE MARINHO PEIXOTO,** brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 103.470.504-09, residente na rua dez de maio, 102, centro, Paraú/RN; **JOICY MIRELLE ALVES DE ANDRADE**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 088.227.884-35, residente na rua Alferes Tonho, 327, Centro, Paraú/RN; **GIULLIA WALESKA AQUINO DE MEDEIROS**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 100.164.244-92, residente na Rua Manoel Galdino, 27, Centro de Paraú/RN; **ANANDA QUEIROZ BATISTA DE OLIVEIRA**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 104.466.144-59, residente na rua Maria Cabral, 73, Paraú/RN; **ESTELA MÉRCIA FONSECA DE SOUZA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 120.221.224-70, portadora do R.G. n° 002.862.871-SSP/RN, residente na rua Vicente Ferreira da Cunha, 109, Centro, Paraú/RN; **RAIMUNDA ELIELMA MARTINS RAMOS**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 067.405.924-70, residente na rua Maria Cabral, 53, Centro, Paraú/RN; **KEILHA RODRIGUES DA SILVA,** brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 054.848.834-74,

residente na rua Maria Cabral, 63, Centro, Paraú/RN; **CRISCIANA ALVES DE FREITAS**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 009.980.094-23, residente na rua Julio Martins Fernandes, 281, Frutilandia, Assu/RN; **ANTONIO BELMIRO PEIXOTO JÚNIOR**, brasileiro, enfermeiro, inscrito no CPF/MF nº 085.925.154-32, residente na Rua Maria Cabral, 136, Centro, Paraú/RN; **JULINEIDE RAKELLI ALVES DE SANTANA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 057.871.364-03, portadora do R.G. n° 002.439.810-SSP/RN, residente na Rua Benedito Peixoto, 387, Centro, Paraú/RN; **RAFANIA CRISTINA JACOME FERNANDES**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF n° 013.872.894-11, residente na Rua Benedito Peixoto, 109-B, Centro, Paraú/RN; **MARIA GERLANIA DA SILVA NASCIMENTO**, brasileira, técnico de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 044.799.324-02, residente na rua Sete de Setembro, 2, Centro, Paraú/RN; **JAMILI RAINARA DO NASCIMENTO DA SILVA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF n° 103.895.405-55, residente na Rua José Eufrásio, 372, Centro, Paraú/RN; **VALESKA MARIA DA SILVA SANTANA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 103.562.344-79, portadora do R.G. n° 003.775.097-SSP/RN, residente na travessa Alferes Tonho, Centro, Paraú/RN; **MARIA ERINEIDE DE SOUZA DA SILVA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF n° 038.004.614-80, portadora do R.G. n° 001.637.466-SSP/RN, residente na Rua Damião Alexandre de Oliveira, 62, Centro, Upanema/RN **NAAMA BENAIA RAMOS DA SILVA**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF nº 103.470.414-18, residente na rua Triunfo Potiguar, 04, Centro, Paraú/RN; **NATHALIA NADJA MARTINS**, brasileira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF/MF n° 073.822.574-60, portadora do R.G. n° 6026817-SSP/RN, residente na rua Jose Eufrásio, 148, Centro, Paraú/RN; **AMANDA LETÍCIA MONTEIRO DA SILVA**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF nº 707.181.974-29, portadora do R.G. nº 003.577.169, residente na rua José Vicente, 239, Centro, Paraú/RN; e, **GEORGIANA JÉSSICA MELO PEIXÔTO SILVA**, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF/MF n° 105.671.234-13, portadora do R.G. n° 002.471.501-SSP/RN, residente na rua Claudina Cândida Lopes, 20, Centro, Paraú/RN .

Os requerentes são profissionais da saúde e foram contratados pela empresa SERV SAÚDE EIRELI para prestarem serviços junto as unidades de saúde do Município de Paraú.

Ocorre que, apesar de ter havido a regular prestação dos serviços durante o mês de agosto de 2026, até a presente data a mencionada empresa não procedeu com os respectivos pagamentos, nem apresentou qualquer justificativa para tanto.
Ademais, insta mencionar que os Requerentes não estão conseguindo contato com os representantes da empresa para que seja informado a possível data para quitação dos valores referentes aos serviços prestados.

Por outro lado, cumpre mencionar que em contato com a Prefeitura Municipal de Paraú, foi informado que o contrato celebrado com a empresa supramencionada não encontra-se mais vigente.

Desta forma, considerando que todos os profissionais que subscrevem o presente requerimento laboraram em unidades vinculadas ao Município de Paraú, requer-se a esta municipalidade o pagamento dos valores correspondentes aos serviços prestados, conforme planilhas anexas.

Paraú/RN, 28 de agosto de 2026.

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:FEA8FFD9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 213/2025 PROCESSO: 4.617/2025 PREGÃO ELETRÔNICO: 43/2025

EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 213/2025

PROCESSO: 4.617/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 43/2025

BENEFICIÁRIA DA ATA:

A J BATISTA DO NASCIMENTO COMERCIO LIMITADA, inscrita no CNPJ n° 11.486.985/0001-23, com sede na rua Neco Costa, 555, Alto do Abrigo, Jardim do Seridó-RN, CEP 59.343-000, aqui denominada de BENEFICIÁRIA DA ATA, neste ato representada pelo (a) senhor (a) Alexandre José Batista do Nascimento, inscrita no CPF N° 028.***.***- 39

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade a renovação da ata de registro de preços de n° 213/2025, cujo objeto se refere à para **"AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR.",** por mais 12 (dose) meses nos termos dos art 84, Lei nº 14.133/2021 e decreto administrativo 284/2024.

ASSINATURA: 02/09/2026;
VIGÊNCIA: 11/09/2026 ATÉ 11/09/2027.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:235188B6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 214/2025 PROCESSO: 4.617/2025 PREGÃO ELETRÔNICO: 43/2025

EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 214/2025

PROCESSO: 4.617/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 43/2025

BENEFICIÁRIA DA ATA:

C J PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ n° 43.914.686/0001-39, com sede na rua Quintino Bocaiuva, 167, Paraíba, Caicó-RN, CEP 59.300-000, aqui denominada de BENEFICIÁRIA DA ATA, neste ato representada pelo (a) senhor (a) Charles José de Aguiar da Silva, inscrita no CPF N° 038.***.***-86.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade a renovação da ata de registro de preços de n° 214/2025, cujo objeto se refere à para **"AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR.",** por mais 12 (dose) meses nos termos dos art 84, Lei nº 14.133/2021 e decreto administrativo 284/2024.

ASSINATURA: 02/09/2026;
VIGÊNCIA: 11/09/2026 ATÉ 11/09/2027.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:A4CF26FD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 215/2025 PROCESSO: 4.617/2025 PREGÃO ELETRÔNICO: 43/2025

EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 215/2025

PROCESSO: 4.617/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 43/2025

BENEFICIÁRIA DA ATA:

ELETRO PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ n° 08.286.262/0001-76, com sede na rua Almino Afonso,86, Ribeira, Natal/RN, CEP 59.012-010, aqui denominada de BENEFICIÁRIA DA ATA, neste ato representada pelo (a) senhor (a) Kleiber Antunes Furtado Junior, inscrita no CPF N° 466.***.***-34.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade a renovação da ata de registro de preços de n° 215/2025, cujo objeto se refere à para **"AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR.",** por mais 12 (dose) meses nos termos dos art 84, Lei nº 14.133/2021 e decreto administrativo 284/2024.

ASSINATURA: 02/09/2026;
VIGÊNCIA: 11/09/2026 ATÉ 11/09/2027.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:8C47F231

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 218/2025 PROCESSO: 4.617/2025 PREGÃO ELETRÔNICO: 43/2025

EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 218/2025

PROCESSO: 4.617/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: 43/2025

BENEFICIÁRIA DA ATA:

TOP PECAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA, inscrita no CNPJ n° 23.303.897/0001-28, com sede na Av Coronel Martiniano, Vila Altiva II, Caicó/RN, CEP 59.300-000, aqui denominada de BENEFICIÁRIA DA ATA, neste ato representada pelo (a) senhor (a) João Batista, inscrito no CPF N° 490.***.***-30.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade a renovação da ata de registro de preços de n° 218/2025, cujo objeto se refere à para **"AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR.",** por mais 12 (dose) meses nos termos dos art 84, Lei nº 14.133/2021 e decreto administrativo 284/2024.

ASSINATURA: 02/09/2026;
VIGÊNCIA: 11/09/2026 ATÉ 11/09/2027.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:01CFB68E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 116/2024 PROCESSO N° 3.052/2024 INEXIGIBILIDADE 61/2024

EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 116/2024

PROCESSO N° 3.052/2024
INEXIGIBILIDADE 61/2024

CONTRATADA: **MANOEL FRANCISCO DA SILVA**.
CPF: 751.*.***-53**.
OBJETO: Alterar a prorrogação de prazo do contrato administrativo 116/2024, referente a INEXIGIBILIDADE 61/2024, objetivado por **"ALUGUEL DE IMÓVEL – DEPÓSITO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS (SÃO SEBATIÃO)"** nos termos dos arts 104, 124, I, 125 e 130, Lei nº 14.133/2021.

DA ALTERAÇÃO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a revisão do prazo contratual com fundamento no artigo 57, parágrafos 1°, inciso IV e 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em razão da superveniência da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, que extinguiu a contribuição social instituída pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

ASSINATURA: 25/08/2026**.**
VIGÊNCIA: 11/09/2026 a 11/03/2027.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:E85B614A

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N°313/2026 - GAB/PREFEITO

PORTARIA DE N°313/2026-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
CONSIDERANDO o art. 99, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença prêmio pelo período de três meses a servidora Efetiva **MARIA DO SOCORRO SILVA BEZERRA,**ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais matrícula nº 1003763, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Municipalidade.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar a partir de 21 de setembro de 2026 e com data fim 19 de dezembro de 2026.
Parelhas, 10 de setembro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:06352B7D

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA N°314/2026-GAB/PREFEITO

PORTARIA N°314/2026-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, EQUIPE DE APOIO E AGENTES DE CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.874/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARELHAS, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 2.874/2026,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros Titulares da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 2º- Fica nomeadas como Agentes de Contratação
Nádia Neri de Oliveira Macedo
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Art. 3º- Ficam nomeados como Membros Titulares da Equipe de Apoio
Carlos Eduardo Azevedo Simão
Bárbara Araújo Pereira de Castro
Art.4º- Ficam nomeados como Membros Titulares da Comissão de Contratação
Maria das Vitórias de Mendonça
Juliana Candido de Lima Chili

Art.5°- Esta portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogando a portaria n°180/2026 de 07 de abril de 2026.

Parelhas, 10 de setembro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:03A821E9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

O MUNICÍPIO DE PASSAGEM/RN - PREFEITURA MUNICIPAL, através do Setor de Licitação, torna público que se encontra aberto licitação através do **Processo Administrativo nº 64/2026** da **Dispensa de Licitação nº 034/2026**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de curativos especiais para tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados e acompanhados pelos serviços de saúde do município de Passagem/RN, conforme especificações descritas no termo de referência e no edital. As quais deverão ser enviadas para o e-mail: licitacao@passagem.rn.gov.br em até **03 (três) dias úteis: iniciando em 11 de setembro de 2026 até às 11h00min do dia 16 de setembro de 2026**, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, tendo critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**. O Aviso de Contratação Direta e o Termo de Referência poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Passagem/RN, situada na Rua Senador Dinarte Mariz, 288, Centro, Passagem/RN, no horário das 08h00min às 14h00min (de segunda à sexta-feira), em dias úteis, bem como através do e-mail do setor de licitação (licitacao@passagem.rn.gov.br).

Passagem/RN, 10 de setembro de 2026.

IZABELLY CAMILO FERNANDES SILVA
Agente de Contratação da PMP/RN

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:4D456F13

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 121/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 121/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre concessão de diárias de viagem a pessoal civil, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Passagem/RN,no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica de Passagem/RN, e nos termos do art. 2º do Decreto nº. 140/2024;
R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido ao Cargo Eletivo de matrícula nº 1587, Fábio Maciel Vicente de Lima, Conselheiro Tutelar, 1,0 (UMA) diária, para participar da **OFICINA PARA CONSELHEIROS TUTELARES, nos dias 21 e 22 de setembro de 2026 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na cidade do Natal-RN**, conforme especificação constante no Formulário de Afastamento e Concessão de Diárias anexo a esta Portaria.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 01 (um) de julho de 2026.

Passagem/RN, 09 de setembro de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita de Passagem/RN

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:307E0ADD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 122/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 122/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre concessão de diárias de viagem a pessoal civil, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Passagem/RN,no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica de Passagem/RN, e nos termos do art. 2º do Decreto nº. 140/2024;
R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido ao Cargo Eletivo de matrícula nº 1584, LUIZ ANTONIO LEANDRO DE BASTOS, Conselheiro Tutelar, 1,0 (UMA) diária, para participar da **OFICINA PARA CONSELHEIROS TUTELARES, nos dias 21 e 22 de setembro de 2026 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na cidade do Natal-RN**, conforme especificação constante no Formulário de Afastamento e Concessão de Diárias anexo a esta Portaria.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 09 (nove) de setembro de 2026.

Passagem/RN, 09 de setembro de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita de Passagem/RN

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:0EE7CE27

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 123/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 123/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre concessão de diárias de viagem a pessoal civil, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Passagem/RN,no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica de Passagem/RN, e nos termos do art. 2º do Decreto nº. 140/2024;
R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido ao Cargo Eletivo de matrícula nº 2465, JOSÉ ALBERTO DA SILVA, Conselheiro Tutelar, 1,0 (UMA) diária, para participar da **OFICINA PARA CONSELHEIROS TUTELARES, nos dias 21 e 22 de setembro de 2026 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na cidade do Natal-RN**, conforme especificação constante no Formulário de Afastamento e Concessão de Diárias anexo a esta Portaria.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 09 (nove) de setembro de 2026.

Passagem/RN, 09 de setembro de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita de Passagem/RN

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:70CE9B6D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 124/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 124/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre concessão de diárias de viagem a pessoal civil, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Passagem/RN,no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica de Passagem/RN, e nos termos do art. 2º do Decreto nº. 140/2024;
R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido ao Cargo Eletivo de matrícula nº 1585, ROSILENE GOMES NARCISO LIMA, Conselheira Tutelar, 1,0 (UMA) diária, para participar da **OFICINA PARA CONSELHEIROS TUTELARES, nos dias 21 e 22 de setembro na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na cidade do Natal-RN**, conforme especificação constante no Formulário de Afastamento e Concessão de Diárias anexo a esta Portaria.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 09 (nove) de setembro de 2026.

Passagem/RN, 09 de setembro de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita de Passagem/RN

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:F62C1180

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 125/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 125/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre concessão de diárias de viagem a pessoal civil, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Passagem/RN,no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica de Passagem/RN, e nos termos do art. 2º do Decreto nº. 140/2024;
R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido ao Cargo Eletivo de matrícula nº 0416, JULIANA MARIA DA SILVA, Conselheira Tutelar, 1,0 (UMA) diária, para participar da **OFICINA PARA CONSELHEIROS TUTELARES, nos dias 21 e 22 de setembro na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na cidade do Natal-RN**, conforme especificação constante no Formulário de Afastamento e Concessão de Diárias anexo a esta Portaria.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em 09 (nove) de setembro de 2026.

Passagem/RN, 09 de setembro de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita de Passagem/RN

Publicado por:
Eudes de Souza Alves
Código Identificador:A0502A68

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 153/2026– PMP/GP

Concede diária ao gestor municipal, e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais; e as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 013/2025, que *confere, por delegação, atribuições específicas ao Secretário do Gabinete Civil;* e, na conformidade do Decreto nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017

CONSIDERANDO que houve o requerimento de concessão de diárias, para que o Gestor Municipal possa atuar em nome do MUNICÍPIO DE PATU na instituição e no compromisso institucional motivador da concessão da vantagem;

CONSIDERANDO que o pleito foi autuado em regular processo administrativo nº 023, com decisão administrativa proferida com apego aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, previstas no artigo 37, *caput*, da Constituição da República,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder as diárias a seguir discriminadas, destinada à cobertura de custos de hospedagem e alimentação do Gestor Municipal, durante o deslocamento, a serviço dessa Edilidade, a saber:

Servidor (a): **EDNARDO BENIGNO DE MOURA**			
Destino	Quantidade de diárias	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
NATAL/RN	01	800,00	800,00
TOTAL			800,00
Descrição do objetivo/serviços do deslocamento: VIAGEM A CIDADE DE NATAL/RN, COM 01 (UMA) DIÁRIA, participar da Solenidade de entrega de veículo para o município de Patu, que acontecerá dia 03 de setembro de 2026, na Escola de Governo, Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, em Natal/RN.			

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 03 de setembro de 2026.

ELISSON BENIGNO DE OLIVEIRA MOURA
Secretário Municipal do Gabinete Civil

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:105B2646

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 154/2026

Determina a implantação do Adicional de Insalubridade em grau máximo (40%) no contracheque do servidor JONIEL BRAGA DE MELO, em cumprimento a decisão judicial proferida no Processo nº 0100041-63.2017.8.20.0125, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente, e
CONSIDERANDO o teor da sentença proferida nos autos do processo judicial nº 0100041-63.2017.8.20.0125, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Patu/RN, que reconheceu o direito do servidor municipal **JONIEL BRAGA DE MELO** à majoração do Adicional de Insalubridade para o grau máximo (40%), incidente sobre o salário-base do cargo efetivo, com fundamento no art. 77 da Lei Municipal nº 111/2002 e no laudo pericial que atestou a exposição habitual e permanente a agentes biológicos, nos termos da NR-15, Anexo 14, do Ministério do Trabalho e Emprego;
CONSIDERANDO a obrigação do Poder Público Municipal de dar efetivo cumprimento às decisões judiciais transitadas em julgado, nos termos dos arts. 497 e 536 do Código de Processo Civil;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização da folha de pagamento em observância ao comando judicial,
RESOLVE:
Art. 1º Determinar a implantação do **Adicional de Insalubridade em grau máximo (40%)** no contracheque do servidor municipal **JONIEL BRAGA DE MELO**, ocupante do cargo de Gari, por força de decisão judicial proferida no Processo nº **0100041-63.2017.8.20.0125**, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Patu/RN.
Art. 2º A implantação terá efeitos financeiros imediatos a partir da publicação desta Portaria.
Art. 3º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças providenciará as medidas necessárias junto ao setor competente para o imediato processamento da determinação contida nesta Portaria, com os registros devidos na folha de pagamento do servidor e a expedição da ficha financeira retificada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, 10 de setembro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:3E60A682

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 155/2026

Determina a implantação do Adicional de Insalubridade em grau máximo (40%) no contracheque da servidora MARIA LUCIANA DA SILVA PRAXEDES, em cumprimento a decisão judicial proferida no Processo nº 0100032-04.2017.8.20.0125, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente, e

CONSIDERANDO o teor da sentença proferida nos autos do processo judicial nº 0100032-04.2017.8.20.0125, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Patu/RN, que reconheceu o direito da servidora municipal **MARIA LUCIANA DA SILVA PRAXEDES** à implantação do Adicional de Insalubridade em grau máximo (40%), incidente sobre o salário-base do cargo efetivo, com fundamento no art. 77 da Lei Municipal nº 111/2002 e no laudo pericial que atestou a exposição habitual e permanente a agentes químicos e biológicos nas atividades de limpeza de banheiros e coleta de lixo, nos termos da NR-15, Anexo 14, do Ministério do Trabalho e Emprego;
CONSIDERANDO a obrigação do Poder Público Municipal de dar efetivo cumprimento às decisões judiciais transitadas em julgado, nos termos dos arts. 497 e 536 do Código de Processo Civil;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização da folha de pagamento em observância ao comando judicial,
RESOLVE:
Art. 1º Determinar a implantação do **Adicional de Insalubridade em grau máximo (40%)** no contracheque da servidora municipal **MARIA LUCIANA DA SILVA PRAXEDES**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por força de decisão judicial proferida no Processo nº **0100032-04.2017.8.20.0125**, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Patu/RN.
Art. 2º A implantação terá efeitos financeiros imediatos a partir da publicação desta Portaria.
Art. 3º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças providenciará as medidas necessárias junto ao setor competente para o imediato processamento da determinação contida nesta Portaria, com os registros devidos na folha de pagamento da servidora e a expedição da ficha financeira retificada.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, 10 de setembro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:0E805A1C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 156/2026

Determina a implantação do Abono de Permanência no contracheque da servidora MARIA CRISTINA NETA, em cumprimento a decisão judicial proferida no Processo nº 0100552-61.2017.8.20.0125, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente, e
CONSIDERANDO o teor da sentença proferida nos autos do processo judicial nº 0100552-61.2017.8.20.0125, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Patu/RN, que reconheceu o direito da servidora municipal **MARIA CRISTINA NETA** à implantação do Abono de Permanência, nos termos do art. 40, § 19, da Constituição Federal, por ter a servidora reunido, em 19 de setembro de 2015, os requisitos para a aposentadoria voluntária previstos na regra de transição do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal, e ter optado por permanecer em atividade;
CONSIDERANDO a obrigação do Poder Público Municipal de dar efetivo cumprimento às decisões judiciais transitadas em julgado, nos termos dos arts. 497 e 536 do Código de Processo Civil;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização da folha de pagamento em observância ao comando judicial,
RESOLVE:
Art. 1º Determinar a implantação do **Abono de Permanência** no contracheque da servidora municipal **MARIA CRISTINA NETA**, equivalente ao valor da contribuição previdenciária devida, por força de decisão judicial proferida no Processo nº **0100552-61.2017.8.20.0125**, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Patu/RN.
Art. 2º A implantação terá efeitos financeiros imediatos a partir da publicação desta Portaria.
Art. 3º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças providenciará as medidas necessárias junto ao setor competente para o imediato processamento da determinação contida nesta Portaria, com os registros devidos na folha de pagamento da servidora e a expedição da ficha financeira retificada.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, 10 de setembro de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:5B5F5922

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO CONTRATO Nº 013/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN - **CNPJ: 08.349.078/0001-28** - RUA DOUTRO JOSÉ AUGUSTO, S/N, CENTRO - PATU/RN - CEP nº 59.770-000 - Fone: (84) 3361-2211.
CONTRATADA: BANDA GRAFITH PRODUÇÕES E PROMOÇÕES ARTISTICAS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 05.088.013/0001-88, localizada à AV RODRIGUES ALVES, Nº 800 - SALA 512 COND ED TIROL BUSINESS CE, TIROL - NATAL/RN, CEP: 59.020-200.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA TIPO "SHOW ARTÍSTICO EM PALCO" DA "BANDA GRAFITH", NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2026, COM DURAÇÃO APROXIMADAMENTE DE 1H30MIN, COM HORÁRIO DE INÍCIO A SER DEFINIDO PELA CONTRATANTE, DURANTE A PROGRAMAÇÃO DA 41ª FEIRA DA CULTURA, EDIÇÃO 2026, NA CIDADE DE PATU/RN.
VALOR: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) global pela apresentação.
DATA DA ASSINATURA: 18 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, a partir da assinatura do CONTRATO.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, no seu art. 74, Inciso II.
ASSINATURAS: Pelo CONTRATANTE: **EDNARDO BENÍGNO DE MOURA** - CPF nº 077.222.574-53 - Prefeito Municipal/ pela CONTRATADA: **BANDA GRAFITH PRODUÇÕES E PROMOÇÕES ARTISTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 05.088.013/0001-88.

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:B3EE935A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2026 ADESÃO Nº 003/2026

ADERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN - **CNPJ: 08.349.078/0001-28** - RUA DOUTRO JOSÉ AUGUSTO, S/N, CENTRO - PATU/RN - CEP nº 59.770-000 - Fone: (84) 3361-2211.
ADERIDO: MK DE LIMA LTDA – inscrita no CNPJ nº 34.714.779/0001-29, sediada na RUA TOME V BAXIO, S/N, ZONA RURAL - ERERE/CE - CEP 63.470-000.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SOM, ILUMINAÇÃO, PALCO, BARRACA, BANHEIROS QUÍMICOS E GERADOR DE ENERGIA, PARA USO EM EVENTOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN.
VALOR: R$ 409.651,50 (Quatrocentos e nove mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos) global.
DATA DA ASSINATURA: 08 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: De 08 de setembro de 2026 até 16 de Dezembro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e demais legislação pertinente.
ASSINATURAS: Pelo ADERENTE: **EDNARDO BENÍGNO DE MOURA** - CPF nº 077.222.574-53 - Prefeito Municipal/ pelo ADERIDO: **MK DE LIMA LTDA** – inscrita no CNPJ nº 34.714.779/0001-29 - Titular.

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:A1719717

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO AUTORIZATIVO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026

Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 74, inciso II, captu 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA TIPO "SHOW ARTÍSTICO EM PALCO" DA "BANDA GRAFITH", NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2026, COM DURAÇÃO APROXIMADAMENTE DE 1H30MIN, COM HORÁRIO DE INÍCIO A SER DEFINIDO PELA CONTRATANTE, DURANTE A PROGRAMAÇÃO DA 41ª FEIRA DA CULTURA, EDIÇÃO 2026, NA CIDADE DE PATU/RN. In verbis:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;
IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;
V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
*§ 1º Para fins do disposto no inciso I do**caput**deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.*
§ 2º Para fins do disposto no inciso II docaputdeste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.
*§ 3º Para fins do disposto no inciso III do**caput**deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*
*§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do**caput**deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.*
*§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do**caput**deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:*
I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;
II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;
III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, o Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual **AUTORIZA** a **Inexigibilidade de Licitação nº 005/2026 – Processo Administrativo nº 024/2026**, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto à Pessoa Jurídica: **BANDA GRAFITH PRODUÇÕES E PROMOÇÕES ARTISTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 05.088.013/0001-88, localizada à AV RODRIGUES ALVES, Nº 800 - SALA 512 COND ED TIROL BUSINESS CE, TIROL - NATAL/RN, CEP: 59.020-200, por seu representante legal o Sr. **CHRISTIANO GOMES DE LIMA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, nascido em 03/07/1961, Empresário, CPF nº 546.228.594-91, CNH: 03528327338 DETRAN/RN, residente e domiciliado na Rua Algaroba, 343 apto 302 Torre Marrom – Nova Parnamirim - Parnamirim/RN, Cep: 59151-433, no valor global de **R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)**, pelo contrato.

E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Patu/RN, 18 de agosto de 2026.

Atenciosamente,

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito do Município de Patu/RN
Autoridade Competente

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:08A4314C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 465 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera a Lei Municipal nº 452 de 31 de julho de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Pedra Preta/RN aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2 da Lei Municipal nº 452 de 31 de julho de 2025 passa a conter a seguinte redação:
"Art. 2º. Farão jus ao benefício instituído por esta Lei somente os servidores que protocolarem seu requerimento de aposentadoria até o dia 31 de dezembro de 2026."
Art. 2º O inciso II do art. 3º da Lei Municipal nº 452 de 31 de julho de 2025 passa a conter a seguinte redação:
"Art. 3º. II - Ter requerido a aposentadoria junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) até o dia 31 de dezembro de 2026;"
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta/RN, 10 de setembro de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Leonita Ribeiro e Silva
Código Identificador:0E287C08

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 466 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo municipal a utilizar recursos do Serviço de Especialidades em Saúde Bucal – SESB para pagamento de gratificação a profissionais de saúde bucal na atenção primária à saúde no município de Pedra Preta/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. Luiz Antônio Bandeira de Souza, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER QUE **A CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA** aprova a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Pedra Preta/RN, o pagamento mensal de gratificação aos profissionais que atuam no Serviço de Especialidades em Saúde Bucal (SESB), especificamente Dentistas, Técnicos e/ou Auxiliares em Saúde Bucal e o responsável pela Coordenação do Serviço, com recursos provenientes do Ministério da Saúde, conforme estabelecido pela Portaria GM/MS nº 751, de 15 de junho de 2023.
§1º Os recursos para o pagamento da gratificação mencionada no caput serão oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, por meio da Funcional Programática 10.301.5019.219A – Piso da Atenção Primária à Saúde (Plano Orçamentário 000A – Incentivo para Ações Estratégicas), e da Funcional Programática 10.301.5019.8581 – Estruturação da Rede de Serviços da Atenção Básica à Saúde (Plano Orçamentário 0001 – Estruturação da Atenção à Saúde Bucal), a serem repassados ao Fundo Municipal de Saúde de Pedra Preta/RN.
§2º Caso, ao final da avaliação do ciclo anual, o Ministério da Saúde efetive pagamento adicional ao Município, será concedido aos profissionais Dentistas e Técnicos e/ou Auxiliares do SESB um valor equivalente a um 13º pagamento, calculado com base na média das gratificações recebidas nos dois últimos quadrimestres.
Art. 2º - Cada profissional integrante da equipe do SESB fará jus a uma gratificação mensal, condicionada ao cumprimento das metas de produção estabelecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos do art. 514-H da Portaria GM/MS nº 751/2023, que prevê o repasse de R$ 7.200,00 mensais por equipe.
§1º – O valor da gratificação será resultado da divisão do valor repassado pelo Ministério da Saúde, deduzindo-se valor pago ao Coordenador da equipe.
§2º – O profissional designado Coordenador do SESB fará jus a uma gratificação mensal no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), respeitando-se demais disposições do *caput*.
Art. 3º - Somente farão jus ao pagamento da gratificação os profissionais Dentistas e Técnicos e/ou Auxiliares em Saúde Bucal que estejam efetivamente atuando no Serviço de Especialidades em Saúde Bucal (SESB) e devidamente cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).
Parágrafo Único. A gratificação instituída nesta Lei poderá ser concedida a servidores efetivos, comissionados ou contratados por tempo determinado, desde que estejam formalmente lotados no Serviço de Especialidades em Saúde Bucal – SESB, cadastrados no CNES e em efetivo exercício de suas funções.
Art. 4º - O pagamento mensal e o adicional ao final da avaliação anual do SESB, por se tratarem de vantagens transitórias, não se incorporarão à remuneração para quaisquer efeitos, não configurarão rendimento tributável, não serão computados para cálculo de outras vantagens ou adicionais e não constituirão base de contribuição previdenciária.
Art. 5º - Em caso de suspensão temporária dos repasses pelo Ministério da Saúde, o Município de Pedra Preta/RN não se responsabilizará pelo pagamento da gratificação. Havendo a retomada dos repasses, o pagamento será restabelecido.
Art. 6º - Fica vedado o pagamento da gratificação do SESB a profissionais que não estejam efetivamente atuando no serviço de saúde bucal especializado na Atenção Primária à Saúde.
Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de maio de 2026.

Pedra Preta/RN, 10 de setembro de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Leonita Ribeiro e Silva
Código Identificador:E34FB054

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 467 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo municipal a utilizar recursos do Serviço de Especialidades em Saúde Bucal – SESB para pagamento de gratificação a profissionais de saúde bucal na atenção primária à saúde no município de Pedra Preta/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. Luiz Antônio Bandeira de Souza, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER QUE **A CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA** aprova a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Pedra Preta/RN, o pagamento mensal de gratificação aos profissionais que atuam no Serviço de Especialidades em Saúde Bucal (SESB), especificamente Dentistas, Técnicos e/ou Auxiliares em Saúde Bucal e o responsável

pela Coordenação do Serviço, com recursos provenientes do Ministério da Saúde, conforme estabelecido pela Portaria GM/MS nº 751, de 15 de junho de 2023.

§1º Os recursos para o pagamento da gratificação mencionada no caput serão oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, por meio da Funcional Programática 10.301.5019.219A – Piso da Atenção Primária à Saúde (Plano Orçamentário 000A – Incentivo para Ações Estratégicas), e da Funcional Programática 10.301.5019.8581 – Estruturação da Rede de Serviços da Atenção Básica à Saúde (Plano Orçamentário 0001 – Estruturação da Atenção à Saúde Bucal), a serem repassados ao Fundo Municipal de Saúde de Pedra Preta/RN.

§2º Caso, ao final da avaliação do ciclo anual, o Ministério da Saúde efetive pagamento adicional ao Município, será concedido aos profissionais Dentistas e Técnicos e/ou Auxiliares do SESB um valor equivalente a um 13º pagamento, calculado com base na média das gratificações recebidas nos dois últimos quadrimestres.

Art. 2º - Cada profissional integrante da equipe do SESB fará jus a uma gratificação mensal, condicionada ao cumprimento das metas de produção estabelecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos do art. 514-H da Portaria GM/MS nº 751/2023, que prevê o repasse de R$ 7.200,00 mensais por equipe.

§1º – O valor da gratificação será resultado da divisão do valor repassado pelo Ministério da Saúde, deduzindo-se valor pago ao Coordenador da equipe.

§2º – O profissional designado Coordenador do SESB fará jus a uma gratificação mensal no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), respeitando-se demais disposições do *caput*.

Art. 3º - Somente farão jus ao pagamento da gratificação os profissionais Dentistas e Técnicos e/ou Auxiliares em Saúde Bucal que estejam efetivamente atuando no Serviço de Especialidades em Saúde Bucal (SESB) e devidamente cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Parágrafo Único. A gratificação instituída nesta Lei poderá ser concedida a servidores efetivos, comissionados ou contratados por tempo determinado, desde que estejam formalmente lotados no Serviço de Especialidades em Saúde Bucal – SESB, cadastrados no CNES e em efetivo exercício de suas funções.

Art. 4º - O pagamento mensal e o adicional ao final da avaliação anual do SESB, por se tratarem de vantagens transitórias, não se incorporarão à remuneração para quaisquer efeitos, não configurarão rendimento tributável, não serão computados para cálculo de outras vantagens ou adicionais e não constituirão base de contribuição previdenciária.

Art. 5º - Em caso de suspensão temporária dos repasses pelo Ministério da Saúde, o Município de Pedra Preta/RN não se responsabilizará pelo pagamento da gratificação. Havendo a retomada dos repasses, o pagamento será restabelecido.

Art. 6º - Fica vedado o pagamento da gratificação do SESB a profissionais que não estejam efetivamente atuando no serviço de saúde bucal especializado na Atenção Primária à Saúde.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de maio de 2026.

Pedra Preta/RN, 10 de setembro de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Leonita Ribeiro e Silva
Código Identificador:B1A8A652

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 55/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADO(A): RATTS RATIS COMUNICAÇÃO EIRELI - EPP – CNPJ: 26.546.926/0001-70
OBJETO: Prorrogação de prazo.
VIGÊNCIA: Prorrogar por 12 (doze) meses o prazo do contrato nº **55/2022.**
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/1993.

Pedro Avelino–RN, 29 de agosto de 2026.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal
P/Contratante

PEDRO RATTS DE RATIS
Representante
P/Contratada

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:99A3834A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20250909001 - COOPEDU

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pilões/RN
CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RN - COOPEDU
CNPJ CONTRATADA: 35.537.126/0001-84
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 20250909001
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para execução continuada de serviços complementares de educação no município de Pilões/RN.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação exclusiva do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses.
NOVA VIGÊNCIA: 10 de setembro de 2026 a 09 de setembro de 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 105 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:63E7DEE7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA SRP Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 744/2026

O **MUNICÍPIO DE POÇO BRANCO/RN**, por intermédio do Agente de Contratação, torna pública a **SUSPENSÃO, SINE DIE**, da **Concorrência Pública Eletrônica SRP nº 002/2026**, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de pavimentação asfáltica em trechos da Avenida Manoel Rodrigues da Silva e da Rua Antônio Rodrigues**, no Município de Poço Branco/RN.

A suspensão decorre da **necessidade de análise técnica de pedido de esclarecimento relacionado à planilha orçamentária e à respectiva memória de cálculo**, cujos questionamentos podem repercutir na definição dos quantitativos, na composição dos custos e na adequada elaboração das propostas.

Após a manifestação do setor técnico, serão divulgadas as providências adotadas e a **nova data da sessão pública**, pelos mesmos meios oficiais de publicidade utilizados para divulgação do certame.

Poço Branco/RN, 10 de setembro de 2026.

VALÉRIO SAMPAIO CARNEIRO
Agente de Contratação

Publicado por:
Leonel Leonardo Dos Santos
Código Identificador:EEEC23FE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 815, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 815, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **10 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:4EF260B3

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 816, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 816, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **09 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:ED5988C9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 817, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 817, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Paulo Martoranio de Freitas Souza**, inscrito no CPF sob o nº 156.XXX.XXX-70, matrícula funcional nº **531**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **09 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:80B4219A

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 818, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 818, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Paulo Marcelo Marques Viana Rocha**, inscrito no CPF sob o nº 075.XXX.XXX-38, matrícula funcional nº 760, ocupante do cargo de **Motorista**, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **09 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:FFB1C82C

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 819, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 819, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **10 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:5A8119F7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 820, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 820, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Walmor Fernandes de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 050.XXX.XXX-83, matrícula funcional nº 459, ocupante do cargo de Motorista**, 1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **08 de**

Setmebro do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:FE2B7F98

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 821, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 821, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcio Marcolino Pinto**, inscrito no CPF sob o nº 806.XXX.XXX-87, matrícula funcional nº 343, ocupante do cargo de Motorista**, 1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **04 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:9C2CBB1B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 822, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 822, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Walmor Fernandes de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 050.XXX.XXX-83, matrícula funcional nº 459, ocupante do cargo de Motorista**, 1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **10 de Setmebro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:92B401D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 670, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 670, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o compromisso da gestão municipal com a educação inclusiva, visando garantir oportunidades igualitárias a todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, com suporte adequado para aqueles que necessitam de atendimento especializado;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Senhor **Marcos Adriano de Bessa,** CPF Nº **048.XXX.XXX-16,** matrícula nº **808**, ocupante do cargo de Motorista, 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais),

totalizando R$ 60,00 (sessenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de
Mossoró/RN, no dia 8 de setembro do corrente ano, conduzir e reconduzir o deslocamento de alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de ensino para realizar atendimento pedagógico no Centro de Apoio ao Deficiente Visual – CADV e no Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo – CAS em Mossoró/RN.

Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:0DBEDE8B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 671, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 671, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de deslocamento do(a) servidor(a) para atendimento de demanda institucional fora da sede funcional,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Jefferson Luz Leite Silva**, inscrito no CPF sob o nº 095.XXX.XXX-96, matrícula funcional nº847, ocupante do cargo de Motorista**,** 1 (uma) diária, no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), conforme valores estabelecidos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1.086/2026.
Parágrafo único. A diária de que trata o caput destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana decorrentes do deslocamento da para o município do Natal/RN, no dia 9 de setembro do corrente ano com o objetivo de transportar servidores da Sec de Educação para participar da 2ª Edição do Pró-Alfa/RN.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da prestação de contas, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:3FF6A4F8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 672, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 672, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a importância da participação dos gestores e técnicos municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:
Art. 1° Conceder ao servidor **Cleiton Moreira Leite**, inscrito no CPF sob o nº 058.XXX.XXX-64, matrícula funcional nº 697, designado para função de Gerente do Meio Ambiente, lotado na Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, 1 (uma) diária, no valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de Natal/RN, no 16 de setembro de 2026, para participar da Bienal da Capsula do Tempo, representando a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:F4298375

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 673, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 673, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o compromisso da gestão municipal com a educação inclusiva, visando garantir oportunidades igualitárias a todos

os alunos da Rede Municipal de Ensino, com suporte adequado para aqueles que necessitam de atendimento especializado;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Senhor **Marcos Adriano de Bessa,** CPF Nº **048.XXX.XXX-16,** matrícula nº **808**, ocupante do cargo de Motorista, 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando R$ 60,00 (sessenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de
Mossoró/RN, no dia 10 de setembro do corrente ano, conduzir e reconduzir o deslocamento de alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de ensino para realizar atendimento pedagógico no Centro de Apoio ao Deficiente Visual – CADV e no Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo – CAS em Mossoró/RN.

Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:7920FEBF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 674, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 674, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1086/2026, que autoriza e regulamenta o afastamento de servidores públicos municipais para participação em eventos de capacitação, treinamento, integração e aperfeiçoamento técnico;

CONSIDERANDO a importância da participação dos Secretários Municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor Hermes Dias Sobrinho, inscrito no CPF sob o nº 779.XXX.XXX-68, matrícula funcional nº 163, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura**,** 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de Natal/RN, no dia 14 de setembro de 2026, com a finalidade de participar do evento Rede SISAN Potiguar – Construindo caminhos para o fortalecimento da Segurança Alimentar no RN.

Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:601B7ACC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 675, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 675, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1086/2026, que autoriza e regulamenta o afastamento de servidores públicos municipais para participação em eventos de capacitação, treinamento, integração e aperfeiçoamento técnico;

CONSIDERANDO a importância da participação dos Secretários Municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder à servidora **Maria Markylyana Dias Soares**, inscrita no CPF sob o nº 013.XXX.XXX-23, matrícula funcional nº 367, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, 1 (uma) diária, no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos) reais, conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio das despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana decorrentes do deslocamento ao Município de Assu/RN, no dia 14 de setembro do corrente ano, para participar do evento REDE SISAN POTIGUAR: Construindo Caminhos para o Fortalecimento da Segurança Alimentar no RN.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:9824BA58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 658, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 658, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 104, inciso VIII, alínea "b", da Lei Municipal nº 181/2007, que reconhece como de efetivo exercício o período de licença para tratamento da própria saúde, até o limite legal aplicável;
CONSIDERANDO o atestado e/ou laudo médico apresentado pelo servidor, no qual foi indicada a necessidade de afastamento temporário de suas atividades laborais pelo período de 03 (três) dias;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor durante o período em que se encontra temporariamente incapacitado para o exercício de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento da própria saúde à servidora **MARIA DE SOUZA MARTINS COSTA,** professora, lotada na Sec Municipal da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, pelo período de 03 (três) dias, com início em 31/08/26 a 02/09/26.
Art. 2º A licença poderá ser revista, interrompida ou cessada antes do prazo estabelecido, mediante avaliação médica que reconheça a recuperação da capacidade laboral do servidor.
Art. 3º Persistindo a incapacidade laboral ao término do período concedido, o servidor deverá apresentar nova documentação médica e submeter-se à avaliação ou perícia médica oficial, para análise da eventual prorrogação da licença.
Art. 4º A apresentação de nova documentação médica dentro de 60 dias do término desta licença poderá ser considerada prorrogação da licença da mesma espécie, observado o art. 88 da Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 5º O período da licença será registrado nos assentamentos funcionais do servidor e computado para os efeitos legalmente cabíveis, conforme a Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:43CE6D41

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 659, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 659, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 104, inciso VIII, alínea "b", da Lei Municipal nº 181/2007, que reconhece como de efetivo exercício o período de licença para tratamento da própria saúde, até o limite legal aplicável;
CONSIDERANDO o atestado e/ou laudo médico apresentado pelo servidor, no qual foi indicada a necessidade de afastamento temporário de suas atividades laborais pelo período de 07 (sete) dias;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor durante o período em que se encontra temporariamente incapacitado para o exercício de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento da própria saúde à servidora **MARIA MARINALVA MONTE,** merendeira/zeladora, lotada na Sec Municipal da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, pelo período de 07 (sete) dias, com início em 26/08/26 a 01/09/26.
Art. 2º A licença poderá ser revista, interrompida ou cessada antes do prazo estabelecido, mediante avaliação médica que reconheça a recuperação da capacidade laboral do servidor.
Art. 3º Persistindo a incapacidade laboral ao término do período concedido, o servidor deverá apresentar nova documentação médica e submeter-se à avaliação ou perícia médica oficial, para análise da eventual prorrogação da licença.
Art. 4º A apresentação de nova documentação médica dentro de 60 dias do término desta licença poderá ser considerada prorrogação da licença da mesma espécie, observado o art. 88 da Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 5º O período da licença será registrado nos assentamentos funcionais do servidor e computado para os efeitos legalmente cabíveis, conforme a Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:57013B70

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 660, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 660, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 104, inciso VIII, alínea "b", da Lei Municipal nº 181/2007, que reconhece como de efetivo exercício o período de licença para tratamento da própria saúde, até o limite legal aplicável;
CONSIDERANDO o atestado e/ou laudo médico apresentado pelo servidor, no qual foi indicada a necessidade de afastamento temporário de suas atividades laborais pelo período de 08 (oito) dias;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor durante o período em que se encontra temporariamente incapacitado para o exercício de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento da própria saúde à servidora **VANILZA FAGUNDES DE OLIVEIRA,** ASD, lotada na Sec Municipal da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, pelo período de 08 (oito) dias, com início em 19/08/26 a 26/08/26.
Art. 2º A licença poderá ser revista, interrompida ou cessada antes do prazo estabelecido, mediante avaliação médica que reconheça a recuperação da capacidade laboral do servidor.
Art. 3º Persistindo a incapacidade laboral ao término do período concedido, o servidor deverá apresentar nova documentação médica e submeter-se à avaliação ou perícia médica oficial, para análise da eventual prorrogação da licença.
Art. 4º A apresentação de nova documentação médica dentro de 60 dias do término desta licença poderá ser considerada prorrogação da licença da mesma espécie, observado o art. 88 da Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 5º O período da licença será registrado nos assentamentos funcionais do servidor e computado para os efeitos legalmente cabíveis, conforme a Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:DCF7A266

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 661, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 661, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 22 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 89, §§ 1º e 2º, da Lei Municipal nº 181/2007, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN,
CONSIDERANDO o requerimento protocolado na Secretaria de Administração e Recursos Humanos em 02 de setembro de 2026 pela servidora VANILZA FAGUNDES DE OLIVEIRA matriculada sob o número 208, ocupante do cargo de ASD, lotada na Secretaria Municipal da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, solicitando licença por motivo de doença em pessoa da família;
CONSIDERANDO que a documentação médica anexada ao requerimento comprova a necessidade de assistência direta e indispensável da servidora ao familiar enfermo;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 89 da Lei Municipal nº 181/2007, que assegura ao servidor efetivo o direito à licença por motivo de doença em pessoa da família, com remuneração garantida pelo prazo de até 60 (sessenta) dias;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder à servidora VANILZA FAGUNDES DE OLIVEIRA matriculada sob o número 208, ocupante do cargo de ASD, lotada na Secretaria Municipal da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, licença por motivo de doença em pessoa da família pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, no período compreendido entre **01 de setembro de 2026 e 30 de outubro de 2026**.
Parágrafo único. A presente licença é concedida com base no artigo 89, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 181/2007, sendo remunerada dentro do limite legal estabelecido.
Art. 2º - O servidor deverá comprovar a necessidade de prorrogação da licença, caso persista a situação ensejadora do afastamento, mediante apresentação de laudo ou atestado médico atualizado.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:A0477CBF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 676, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 676, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 104, inciso VIII, alínea "b", da Lei Municipal nº 181/2007, que reconhece como de efetivo exercício o período de licença para tratamento da própria saúde, até o limite legal aplicável;
CONSIDERANDO o atestado e/ou laudo médico apresentado pelo servidor, no qual foi indicada a necessidade de afastamento temporário de suas atividades laborais pelo período de 03 (três) dias;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor durante o período em que se encontra temporariamente incapacitado para o exercício de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento da própria saúde à servidora **MARIA DE SOUZA MARTINS COSTA,** professora, lotada na Sec Municipal da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, pelo período de 03 (três) dias, com início em 31/08/26 a 02/09/26.
Art. 2º A licença poderá ser revista, interrompida ou cessada antes do prazo estabelecido, mediante avaliação médica que reconheça a recuperação da capacidade laboral do servidor.
Art. 3º Persistindo a incapacidade laboral ao término do período concedido, o servidor deverá apresentar nova documentação médica e submeter-se à avaliação ou perícia médica oficial, para análise da eventual prorrogação da licença.
Art. 4º A apresentação de nova documentação médica dentro de 60 dias do término desta licença poderá ser considerada prorrogação da licença da mesma espécie, observado o art. 88 da Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 5º O período da licença será registrado nos assentamentos funcionais do servidor e computado para os efeitos legalmente cabíveis, conforme a Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:A79AD1B0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 677, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 677, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 104, inciso VIII, alínea "b", da Lei Municipal nº 181/2007, que reconhece como de efetivo exercício o período de licença para tratamento da própria saúde, até o limite legal aplicável;
CONSIDERANDO o atestado e/ou laudo médico apresentado pelo servidor, no qual foi indicada a necessidade de afastamento temporário de suas atividades laborais pelo período de 03 (três) dias;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor durante o período em que se encontra temporariamente incapacitado para o exercício de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento da própria saúde à servidora **MARA RUTH HOLANDA COSTA PEREIRA,** auxiliar de secretaria, lotada na Sec Municipal de Assistência Social, pelo período de 03 (três) dias, com início em 31/08/26 a 02/09/26.
Art. 2º A licença poderá ser revista, interrompida ou cessada antes do prazo estabelecido, mediante avaliação médica que reconheça a recuperação da capacidade laboral do servidor.
Art. 3º Persistindo a incapacidade laboral ao término do período concedido, o servidor deverá apresentar nova documentação médica e submeter-se à avaliação ou perícia médica oficial, para análise da eventual prorrogação da licença.

Art. 4º A apresentação de nova documentação médica dentro de 60 dias do término desta licença poderá ser considerada prorrogação da licença da mesma espécie, observado o art. 88 da Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 5º O período da licença será registrado nos assentamentos funcionais do servidor e computado para os efeitos legalmente cabíveis, conforme a Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de agosto de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:230C83BE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 678, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 678, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 104, inciso VIII, alínea "b", da Lei Municipal nº 181/2007, que reconhece como de efetivo exercício o período de licença para tratamento da própria saúde, até o limite legal aplicável;
CONSIDERANDO o atestado e/ou laudo médico apresentado pelo servidor, no qual foi indicada a necessidade de afastamento temporário de suas atividades laborais pelo período de 14 (quatorze) dias;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor durante o período em que se encontra temporariamente incapacitado para o exercício de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento da própria saúde à servidora **CLEDINA LOPES DE FREITAS,** professora, lotada na Sec Municipal da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, pelo período de 14 (quatorze) dias, com início em 01/09/26 a 14/09/26.
Art. 2º A licença poderá ser revista, interrompida ou cessada antes do prazo estabelecido, mediante avaliação médica que reconheça a recuperação da capacidade laboral do servidor.
Art. 3º Persistindo a incapacidade laboral ao término do período concedido, o servidor deverá apresentar nova documentação médica e submeter-se à avaliação ou perícia médica oficial, para análise da eventual prorrogação da licença.
Art. 4º A apresentação de nova documentação médica dentro de 60 dias do término desta licença poderá ser considerada prorrogação da licença da mesma espécie, observado o art. 88 da Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 5º O período da licença será registrado nos assentamentos funcionais do servidor e computado para os efeitos legalmente cabíveis, conforme a Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:7548C3D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
044 - DECRETO DE SUPLEMENTACAO N 1199 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 1199 , DE 10 DE SETEMBRO DE 2026 - LEI N.632

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância
de R$50.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 50.000,00
02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL

93 12.122.0023.2222.0000 GESTÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO 50.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com
recursos provenientes de:
Anulação:

02 06 00 SEC MUN DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO-SESAB
471 10.301.0004.1238.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -10.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1 500 1002
500 Recursos não Vinculados de Impostos
211 000 Receitas de Impostos e de Transferência

475 10.301.0004.1238.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -10.000,00
3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1 500 1002
500 Recursos não Vinculados de Impostos
211 000 Receitas de Impostos e de Transferência

483 10.301.0004.1238.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -10.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 601 0000
601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
215 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos

545 10.301.0004.2185.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -10.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1 500 1002
500 Recursos não Vinculados de Impostos
211 000 Receitas de Impostos e de Transferência

546 10.301.0004.2185.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -10.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1 500 1002
500 Recursos não Vinculados de Impostos
211 000 Receitas de Impostos e de Transferência

-50.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Vagner da Silva Freitas
Código Identificador:A7615D94

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
AVISO DE PREQUALIFICAÇÃO EDITAL 0001-2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº 01/2026
MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN
AVISO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026
O **MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN**, por intermédio da **Comissão Especial de Pré-Qualificação**, designada pela Portaria nº 108/2026, de 04 de setembro de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização do **PROCEDIMENTO AUXILIAR DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº 01/2026**, com fundamento no **art. 80 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, destinado à pré-qualificação de empresas especializadas em engenharia para participação em futura licitação.
OBJETO: Pré-qualificação de empresas de engenharia para fins de participação em futura licitação destinada à **execução da obra de pavimentação de diversas ruas no Município de Rafael Godeiro/RN**, conforme projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos pertinentes.
PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO: de **11 de setembro de 2026 a 12 de outubro de 2026**.
FORMA DE APRESENTAÇÃO: os documentos deverão ser encaminhados por meio eletrônico para o e-mail **cplrafaelgodeiro@gmail.com**, podendo também ser entregues presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Rafael Godeiro/RN, situada na Avenida Benedito Julião de Medeiros, nº 72, Centro, Rafael Godeiro/RN. Os documentos eletrônicos poderão ser enviados até as **23h59min da data final**, e, para entrega presencial, deverá ser observado o expediente administrativo.
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no **Portal Oficial do Município de Rafael Godeiro/RN, no link: https://rafaelgodeiro.rn.gov.br/licitacaolista.php?id=191**, na área destinada às licitações. Esclarecimentos, impugnações, recursos e demais comunicações referentes ao procedimento deverão observar as condições estabelecidas no Edital.
Rafael Godeiro/RN, 10 de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO O. DE ARAÚJO
Presidente - Portaria nº 108/2026

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:5F97444C

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 114 - 2026 - CONCESSÃO DA RENOVAÇÃO DA CESSÃO DE EDMILSON ERNESTO SOBRINHO

PORTARIA Nº. 114/2026 – GP/PMRG

Gabinete da Prefeita de Rafael Godeiro/RN, em 10 de setembro de 2026.

Cessão do Servidor EDMILSON ERNESTO SOBRINHO ao TJRN – Comarca de Almino Afonso/RN, e dá outras providências.

A **Prefeita Municipal de Rafael Godeiro/RN**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a **Lei nº 221/96, Capítulo II, do art. 103 do Código dos Servidores Públicos do Município de Rafael Godeiro/RN**,

RESOLVE:

Art. 1º – **RENOVAR A CESSÃO** do servidor **EDMILSON ERNESTO SOBRINHO**, portador do CPF nº 023.935.944-33, RG nº 002.383.145/ITEP-RN, servidor efetivo deste Município, ocupante do cargo de **Auxiliar de Secretaria**, matrícula nº **7725**, para ficar à disposição do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte – Secretaria da Vara Única da Comarca de Almino Afonso/RN**, pelo período de **02 (dois) anos**, com efeitos a partir de **22 de novembro de 2026 até 21 de novembro de 2028**, **com ônus para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte**, nos termos do **Termo de Cooperação Técnica nº 71/2022-TJRN**.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos a partir de **22 de novembro de 2026**.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se!

Rafael Godeiro/RN, 10 de setembro de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:830CEC91

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 227/2026

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder ao Sr. **Antônio Adriano Ferreira, CPF nº 030.***.***-30,** motorista, 01 (uma) diária e meia, referente ao deslocamento do mesmo até a cidade de Natal/RN, nos dias 10 e 11 de setembro de 2026, transportando pacientes para consultas médicas agendadas para estas datas.

Cumpra-se

Riacho da Cruz/RN, 10 de setembro de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Rego
Código Identificador:2B903267

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA N° 0012/2026-SMECDJ - RIACHO DA CRUZ/RN, 09 DE SETEMBRO DE 2026

Divulga resultado final, referente às propostas submetidas ao Edital 01/2026 – Edital de Chamamento para Fomento a Execuções de Ações Culturais e Edital 02/2026 – Edital de Premiação por Trajetória Cultural, da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, no município de Riacho da Cruz/RN e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude de Riacho da Cruz/RN, de acordo com as suas atribuições legais atribuídas pela **Portaria Nº 005/2023-PMRC, de 01 de fevereiro de 2023**;

Considerando os termos da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei Nº 14.399/2022)**;

Considerando a execução das etapas previstas nos Editais **Nº 01/2026 – Edital de Chamamento para Fomento a Execuções de Ações Culturais** e **Nº 02/2026 – Edital de Premiação por Trajetória Cultural;**

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar o **Resultado Final** referente ao **Edital nº 01/2026 – Chamamento para Fomento a Execuções de Ações Culturais** e ao **Edital nº 02/2026 – Premiação por Trajetória Cultural**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Art. 2º Homologar o **Resultado Final** dos referidos editais e estabelecer o prazo de **07 (sete) dias úteis**, compreendido entre **10 a 18 de setembro de 2026** para que os proponentes possam informar as contas e realizar a Assinatura do Termo de Execução Cultural e Recibo de Premiação Cultural junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Art. 3º Determinar o **Pagamento** no prazo de **08 (oito) dias úteis**, em conformidade com a **Portaria N° 007/2026 - SMECDJ de 25 de agosto de 2026** que alterou o Cronograma Geral do Edital Nº 01/2026 – Edital de Chamamento para Fomento a Execução de Ações Culturais e do Edital Nº 02/2026 – Edital de Premiação por Trajetória Cultural.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Riacho da Cruz/RN, 09 de setembro de 2026.

JOSÉ LÁZARO INÁCIO DE MELO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude (Portaria nº 005/2023-PMRC);
Presidente do Fundo Municipal de Cultura – FMC de Riacho da Cruz/RN (Portaria Nº 052/2023-PMRC);
Presidente da Comissão Especial do FMC (Portaria Nº056/2026 – PMRC)

**** Republicado por incorreções.***

ANEXO I

RESULTADO FINAL - EDITAL Nº 01/2026
FOMENTO A EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS

N°	NOME	AÇÃO CULTURAL
	GRUPO CULTURAL DE ARTES CÊNICAS, CORPORAIS E MUSICAIS – ARTE-CRUZ	Encenação: Auto de Riacho da Cruz
	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - ADECOR	Entre Notas e Tambores: Formação Musical e Difusão Cultural
	QUADRILHA AFUNDA CHÃO	Formação Cultural Afunda Chão: Memória e Resistência
	DANÇA MEU SERTÃO	Formação Meu Sertão: Raízes Nordestinas na Infância
	QUADRILHA ENCANTO DA CAMILA	Formação Cultural e Valorização das Tradições Populares
	QUADRILHA JASMIM E VIOLETA	Formação Cultural: Pequenos Passos, Grandes Tradições
	ORQUESTRA DE VIOLÕES SOARTE	II Encontro de Regional de Orquestras de Violão
	BANDA CLÉO MOURA & ADAILSON SOARES	Show Musical: Praça Pública
	TIA LAÍS E A TURMINHA DA ALEGRIA	Alegria que Transforma: Cultura, Educação Inclusiva e Teatro Infantil
	CLUBE DO LIVRO: LIVRO, CAFÉ E PROSA	Tardezinha com Livro, Café e Prosa

Item 18.7 – Todos os projetos deverão ser executados no prazo de 180 dias a contar da data de recebimento dos recursos, podendo ser prorrogado por 60 dias, através de ofício direcionado ao órgão gestor.

ANEXO II

RESULTADO FINAL - EDITAL Nº 02/2026
PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA CULTURAL

N°	NOME COMPLETO	CATEGORIA
	CLENILMA MOURA DA SILVA	Música
	JOÃO PAULO MORAIS DE OLIVEIRA	Música
	FRANCISCA ITAMARA SOARES RÊGO	Dança
	LAENE TUANY RICARTE CALIXTO	Dança
	CARLA VIVIANY LUCENA MEDEIROS	Teatro
	BRENDERSON FERREIRA DA COSTA	Teatro
	LAILSON OLIVEIRA GURGEL	Artes Visuais
	FRANCISCO MESSIAS PAIVA ROCHA	Artes Visuais
	MARIA DE FÁTIMA SOUZA	Artesanato
	FRANCISCA BEATRIZ PAIVA OLIVEIRA BESSA	Artesanato

Item 16.1. Após o resultado final, os proponentes aprovados, serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural e receber o prêmio (Anexo VI), sem a necessidade de execução de projeto.

Publicado por:
Jose Lazaro Inacio de Melo
Código Identificador:2DD08231

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 414/2026 RIACHO SANTANA/RN, 9 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 414/2026 RIACHO SANTANA/RN, 9 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JOSE ALDAECIO DE LIMA**, Vice-Diretor, 3 (três) diárias, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, para participar da 2ª Edição do Pró-Alfa RN, nos dias 9, 10 e 11 de setembro do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 9 de setembro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:ED7E012F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 415/2026 RIACHO SANTANA/RN, 9 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 415/2026 RIACHO SANTANA/RN, 9 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder a Senhora **MARIA GIZELIA SOUZA**, Coordenadora Pedagógica do Centro de Ensino Rural XV de Outubro, 3 (três) diárias, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) referente as despesas decorrentes de viagem da servidora deste município para Natal-RN, para participar da 2ª Edição do Pró-Alfa RN, nos dias 9, 10 e 11 de setembro do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 9 de setembro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:FB5E8B74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 416/2026 RIACHO SANTANA/RN, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 416/2026 RIACHO SANTANA/RN, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JOSE ALDEY E SOUSA**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 10 de setembro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:CA6C3447

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 417/2026 RIACHO SANTANA/RN, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 417/2026 RIACHO SANTANA/RN, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **PEDRO FERNANDES DE LIMA**, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), com acréscimo de 30%, totalizando, portanto, R$ 195,00 (Cento e Noventa e Cinco Reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Fortaleza-CE, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 10 de setembro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:185C2A3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 418/2026 RIACHO SANTANA/RN, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 418/2026 RIACHO SANTANA/RN, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **IVANSUELDE AIRES LOPES**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 10 de setembro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:733979EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 125/2026, 10 DE SETEMBRO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 125/2026, 10 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo 036/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Remover o servidor, **MARCELO DA SILVA MACEDO**, motorista lotado no Gabinete Civil, nomeado pela Portaria nº 079/2004 de 01 de julho de 2004 - atualmente exercendo suas funções na Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º O servidor deverá apresentar-se na Secretária Municipal de Administração na data de 17 de setembro de 2026.

Art. 3º O servidor receberá a remuneração de seu cargo efetivo, sem acréscimo de valores referentes a lotação na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º A remoção poderá ser extinta a qualquer tempo, caso o Município venha a necessitar do servidor removido, se o interesse público o exigir.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de julho de 2024, revogando-se disposições contrárias.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo, 10 de setembro de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:E26052A9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 126/2026 - CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL AO SERVIDOR

Portaria nº 126/2026

Dispõe sobre a concessão de Licença Especial ao Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Especial de 03 (três) meses a servidora **ADELINA DA SILVA**, AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, inscrita no CPF/MF: 061.266.014.-16, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. O período concedido será de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2026, conforme o processo administrativo nº 036/2026.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de setembro de 2026, revogando-se disposições contrárias.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo, 10 de setembro de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:6C2BB97C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 127/2026 - CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

Portaria nº 127/2026

Dispõe sobre a concessão de Férias ao Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Férias ao servidor **JOSÉ ODAIR PAULO**, VIGILANTE, inscrito no CPF/MF: 812.773.774-72, Lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Obras Públicas e atualmente cedido a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. O período concedido será de 10 de setembro a 10 de outubro de 2026, conforme o processo administrativo nº 077/2026.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de setembro de 2026, revogando-se disposições contrárias.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo, 10 de setembro de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:9FD5E426

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 128/2026 - CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

Portaria nº 128/2026

Dispõe sobre a concessão de Férias ao Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Férias a servidora **MARIA DE LOURDES FERNANDES LEONARDO**, AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, inscrita no CPF/MF: 586.059.594-87, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. O período concedido será de 01 a 30 de setembro de 2026, conforme o processo administrativo nº 066/2026.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de setembro de 2026, revogando-se disposições contrárias.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo, 10 de setembro de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:A6F1EBE1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 129/2026 - CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

Portaria nº 129/2026

Dispõe sobre a concessão de Férias ao Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Férias ao servidor **FRANCISCO FERNANDES DE OLIVEIRA**, VIGILANTE, inscrito no CPF/MF: 777.797.704-00, Lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. O período concedido será de 04 de setembro a 04 de outubro de 2026, conforme o processo administrativo nº 073/2026.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 04 de setembro de 2026, revogando-se disposições contrárias.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo, 10 de setembro de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:79A931B0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 130/2026 - CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL AO SERVIDOR

Portaria nº 130/2026

Dispõe sobre a concessão de Licença Especial ao Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Especial de 03 (três) meses a servidora **MARIA NILZA FELIPE**, GARI, inscrita no CPF/MF: 702.112.994-72, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. O período concedido será de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2026, conforme o processo administrativo nº 037/2026.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de setembro de 2026, revogando-se disposições contrárias.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo, 10 de setembro de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:6A2D6B87

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EXTRATO DE ADITIVO Nº 07 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021

Contratante: Município de Rio do Fogo /RN - **CNPJ:** 01.612.393/0001-57;
Contratado: M. Construções e Serviços Ltda – **CNPJ:** 02.823.335/0001-35;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO : REAJUSTE DE PREÇOS:

O presente TERMO ADITIVO tem por objeto:

Fica reajustado o presente contrato, num percentual de 4,14% (quatro virgula quatorze por cento), conforme índice do IPCA, estipulado pelo TCU, do período de abril de 2025 até março de 2026, conforme Claúsula Décima Segunda – Do Reajustamento, onde prevê a correção dos valores, mantendo-se o equilíbrio econômico do presente contrato, passando o valor mensal estimado de R$ 286.254,30 (Duzentos e Oitenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Quatro Reais e Trinta Centavos), para o valor estimado global de R$ 298.105,22 (Duzentos e Noventa e Oito Mil, Cento e Cinco Reais e Vinte e Dois Centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA:
Fica prorrogado o presente contrato de prestação de serviços, por mais doze (12) meses, a contar a partir de 03 de junho de 2026 a 03 de junho de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
O presente aditivo está amparado legalmente no inciso II, alínea "d" do artigo 65, e § 4º, do artigo 57, ambos da Lei 8.666/93, que regula as licitações e contratos administrativos.

Assinaturas:
Pela contratante: Marcio Luiz Pereira Barbosa - **CPF**: 000.659.704-11 (Prefeito Municipal);
Pela contratada: Bruno Victor Amaral de Oliveira - **CPF:** 054.551.904-74 (Socio Administrador);

Rio do Fogo- RN, 03 de junho de 2026.

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:8CA7DC4C

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EXTRATO DE CONTRATO DE EMPREITADA Nº 026/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO (CNPJ 01.612.393/0001-57).
CONTRATADA: W & D CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ 03.968.388/0001-07.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO DISTRITO DE PITITINGA, NESTE MUNICÍPIO DE RIO DO FOGO/RN.

VALOR GLOBAL: R$ 2.068.700,00 (Dois Milhões, Sessenta e Oito Reais Mil e Setecentos Reais)

BASE LEGAL: Concorrência Eletrônica nº 001/2026- Lei nº 14.133/2021 – VIGÊNCIA: 23/03/2026 A 23/01/2027 (10 meses)

Rio do Fogo/RN, 31 de março de 2026.

Pelo Município de Rio do Fogo –
MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA –
Prefeito Municipal;

Pela Empresa
W & D Construções, Comércio e ServiçosLTDA –
Sócio,
SR. DEYVSON FERNANDO BEZERRA NUNES –
CPF 051.312.943-59

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:E8D29432

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026

Contratante: Município de Rio do Fogo/RN - **CNPJ**: 01.612.393/0001-57
Contratada: MABEL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI - CNPJ: 31.304.201/0001-06; MABEL OLIVEIRA MENEZES SILVA - CPF: 013.243.484-96.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSTRUMETOS MUSICAIS, PARA ATENDER AS BANDAS MARCIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS JOANA DE SOUZA RIBEIRO E ESOLA MUNICIAPAL ZACARIAS GOMES DESTE MUNICÍPIO DE RIO DO FOGO/RN.
Valor Global: R$ 5.477,00 (Cinco Mil Quatrocentos e Setenta e Sete Reais);
Vigência: 10/09 a 31/12/2026
Fundamentação: Lei n° 14.133/2021, art. 75, inciso II (com posteriores alterações).
Assinaturas:
Pelo contratante: Marcio Luiz Pereira Barbosa - CPF: 000.659.704-11 (Prefeito Municipal);

Pela contratada: MABEL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI - CNPJ: 31.304.201/0001-06; MABEL OLIVEIRA MENEZES SILVA - CPF: 013.243.484-96.

Rio do Fogo- RN, 10 de setembro de 2026

Publicado por:
Marcio Gleidson Brito do Nascimento
Código Identificador:F76F8E8E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026

Contratante: Município de Rio do Fogo/RN - **CNPJ**: 01.612.393/0001-57
Contratada: MABEL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI - CNPJ: 31.304.201/0001-06; MABEL OLIVEIRA MENEZES SILVA - CPF: 013.243.484-96.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSTRUMETOS MUSICAIS, PARA ATENDER AS BANDAS MARCIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS JOANA DE SOUZA RIBEIRO E ESOLA MUNICIAPAL ZACARIAS GOMES DESTE MUNICÍPIO DE RIO DO FOGO/RN.
Valor Global: R$ 5.477,00 (Cinco Mil Quatrocentos e Setenta e Sete Reais);
Fundamentação: Lei n° 14.133/2021, art. 75, inciso II (com posteriores alterações).
Assinaturas:
Pelo contratante: Marcio Luiz Pereira Barbosa - CPF: 000.659.704-11 (Prefeito Municipal);

Pela contratada MABEL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI - CNPJ: 31.304.201/0001-06; MABEL OLIVEIRA MENEZES SILVA - CPF: 013.243.484-96.

Rio do Fogo- RN, 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Marcio Gleidson Brito do Nascimento
Código Identificador:82C26AE2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 20260075

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21080001/26

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA/RN

CONTRATADO(A): CENTRO MEDICO SOARES LTDA, CNPJ nº 54.712.894/0001-71.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos para realização de exames de endoscopia digestiva alta e/ou baixa, com ou sem biópsia, visando atender aos pacientes da rede municipal de saúde de Ruy Barbosa/RN.

VALOR TOTAL: R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133, de 1º de Abril de 2021.

PROGRAMA DE TRABALHO: Projeto/Atividade: 2033 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Ruy Barbosa/RN, em 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:25C3A376

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 20260010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA/RN, CNPJ nº 08.078.958/0001-07.

CONTRATADA: G PHARMA HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 23.140.975/0001-10.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo consistente em **R$ 16.250,00 (dezesseis mil, duzentos e cinquenta reais)**, o que equivale a **25,00%** do valor inicial atualizado do Contrato nº **20260010**, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos éticos listados na Revista ABCFARMA, para atender as necessidades do município de Ruy Barbosa/RN**.

PREÇO: Com as alterações, o valor da contratação passará a ser de **R$ 81.250,00 (oitenta e um mil, duzentos e cinquenta reais)**.

BASE LEGAL: O presente Termo Aditivo se fundamenta no Art. 124, inc. I, "b" da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

Ruy Barbosa/RN, em 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:C5E55059

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE Nº 054/2026-SMA

Ruy Barbosa/RN, em 10 de setembro de 2026.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 001/2013, de 28 de fevereiro de 2013, considerando a necessidade de deslocamento de pessoal para resolução de interesses da Municipalidade,

R E S O L V E:

Conceder 01 (uma) diária no valor unitário de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), para a servidora Regineide Moreira Bezerra, Interlocutora local do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), inscrita no CPF sob o nº 750.xxx.xxx-00, para participar da 28ª Capacitação Presencial para atendentes do Ponto de Atendimento Virtual (PAV) da 4ª Região Fiscal, que acontecerá nos dias 16 e 17 de setembro de 2026, nas dependências do SEBRAE RN, localizado na Avenida Lima e Silva, nº 76, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59.062.-300.

Publique-se e Cumpra-se.

DALIANE DE MOURA PIRES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:B12064C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE Nº 055/2026-SMA

Ruy Barbosa/RN, em 10 de setembro de 2026.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 001/2013, de 28 de fevereiro de 2013, considerando a necessidade de deslocamento de pessoal para resolução de interesses da Municipalidade,

R E S O L V E:

Conceder ½ (meia) diária no valor unitário de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), totalizando um montante de R$ 140,00 (cento e quarenta reais), para a servidora Regineide Moreira Bezerra, ocupante do cargo de Agente de Desenvolvimento Local, inscrita no CPF sob o nº 750.xxx.xxx-00, para participar de Capacitação de inovação, focada nas salas do empreendedor, que acontecerá no evento GO!RN 2026, no dia 18 de setembro de 2026, às 14h, no Centro de Convenções de Natal/RN, localizado na Via Costeira Sen. Dinarte Medeiros Mariz, 6664-6704 - Ponta Negra, Natal - RN, 59090-002.

Publique-se e Cumpra-se.

DALIANE DE MOURA PIRES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:3970F789

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
LEI MUNICIPAL Nº 1014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAL, POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES NA ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2026 E POR INCORPORAÇÃO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, no uso de sua atribuição legal, prevista no art. 55, III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício, mediante Decreto, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 177.866,00 (cento e setenta e sete mil, oitocentos e sessenta e seis reais), destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, em conformidade com o disposto no Art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, destinado a cobertura de despesas, conforme distribuição disposta a seguir:

Unidade: 02.103 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 08 – Assistência Social
Sub Função: 122 – Administração Geral
Programa: 0001 – Programa

Projeto/Atividade: 20__ – Manutenção do Programa PROCAD-SUAS
Natureza da Despesa:
3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 9.266,00
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 5.000,00
4.4.90.51 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 30.000,00
TOTAL NO PROJETO/ATIVIDADE..... R$ 44.266,00
Fonte de Financiamento: 16600000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.
26600000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

Função: 08 – Assistência Social
Sub Função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 0001 – Programa

Projeto/Atividade: 20__ – Manutenção do Programa AEPETI
Natureza da Despesa:
3.3.90.30 – Material de Consumo ..... R$ 15.000,00
3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R$ 3.600,00
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 15.000,00
TOTAL NO PROJETO/ATIVIDADE..... R$ 33.600,00
Fonte de Financiamento: 16600000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.
26600000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

Função: 08 – Assistência Social
Sub Função: 122 – Administração Geral
Programa: 0001 – Programa

Projeto/Atividade: 20__ – Estruturação da Rede de Serviço do SUAS
Natureza da Despesa:
4.4.50.42 – Auxílios..... R$ 100.000,00
TOTAL NO PROJETO/ATIVIDADE..... R$ 100.000,00
Fonte de Financiamento: 26600000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do Crédito Adicional Especial no valor de R$ 177.866,00 (cento e setenta e sete mil, oitocentos e sessenta e seis reais) o seguinte:
I - A Anulação Parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 44.763,84 (quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos) proveniente de anulação parcial de saldo de dotação orçamentária existente no orçamento, em conformidade com o Art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme consta do detalhamento a seguir:

Unidade: 02.103 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 08 – Assistência Social
Sub Função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 0001 – Programa

Projeto/Atividade: 2084 – Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - IGDBF
Natureza da Despesa:
3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado ..... R$ 44.763,84
TOTAL NO PROJETO/ATIVIDADE ..... R$ 44.763,84
Fonte de Financiamento: 16600000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

II - A incorporação de receitas orçamentárias no valor de R$ 133.102,16 (cento e trinta e três mil, cento e dois reais e dezesseis

centavos) proveniente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercícios anteriores, em conformidade com o Art. 43, § 1º, inciso I, combinado com o § 2º do mesmo artigo da Lei Federal nº 4.320/64, conforme consta do detalhamento a seguir:

Fonte de Financiamento	Banco	Agência	Conta	Saldo R$
26600000 - Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.	001 - BB	0701-3	36.072-4	16.800,00
			48.352-4	16.302,16
			54.863-4	100.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, no ato de implantação do crédito especial disposto nesta lei, a registrar a numeração sequencial das ações orçamentária ora criadas, e a devida atualização no Plano Plurianual.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Cruz/RN, 10 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvancly Guedes Dos Santos
Código Identificador:5F32D32A

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1651/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária, no valor total de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), à servidora **LUCINEIDE IVO DANTAS**, matrícula nº 41548/1, ocupante do cargo de **Professora**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município, para custear as despesas decorrentes de seu deslocamento à cidade de **Mossoró/RN**, onde participará de atividades acadêmicas referentes à pós-graduação, a serem realizadas na UERN – Campus Central, no dia **08 de setembro de 2026**.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **08 de setembro de 2026**, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 10 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:1CF455AE

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1652/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária, no valor total de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), à servidora **ANDREIA DE OLIVEIRA SILVA**, matrícula nº 1522370/2, ocupante do cargo de **Professora**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município, para custear as despesas decorrentes de seu deslocamento à cidade de **Mossoró/RN**, onde participará de atividades acadêmicas referentes à pós-graduação, a serem realizadas na UERN – Campus Central, no dia **08 de setembro de 2026**.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **08 de setembro de 2026**, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 10 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:EFFEB8BD

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1653/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida ½ (meia) diária, sem pernoite, no valor total de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), à servidora **ANA HORTÊNCIA DE AZEVEDO MEDEIROS**, matrícula nº 0060615, ocupante do cargo de **Secretária**, vinculada à Secretaria de Assistência Social deste município, para custear as despesas decorrentes de seu deslocamento à cidade de **Natal/RN**, onde participará do evento **Rede SISAN Potiguar**, visando fortalecer a integração e as ações de segurança alimentar e nutricional no município, no dia **14 de setembro de 2026**.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 10 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:5B2AF693

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1654/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida ½ (meia) diária, no valor total de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), ao servidor **ADESIO JOSÉ MEDEIROS DE MORAIS**, matrícula nº 15356842, ocupante do cargo de **Motorista**,

vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município, para custear as despesas decorrentes de seu deslocamento à cidade de **Natal/RN**, onde conduzirá o Secretário Municipal de Educação, **Francisco das Chagas Carlos de Sales**, para participar do **Seminário de Abertura do PRO-ALFA RN**, no dia **09 de setembro de 2026**.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 10 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:67944170

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1655/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE VACÂNCIA DE SERVIDOR EFETIVO - FAGNER KARIELLE DA SILVA

Portaria nº 09.1655/2026 - GC/PMSC

Vacância de servidor efetivo, e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Art. 50, Inc. IV da Lei Municipal nº 50/1975***;***

CONSIDERANDO o requerimento do Servidor **FAGNER KARIELLE DA SILVA**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **123/26*;***

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo **de Professor de Língua Portuguesa**, ocupado pelo servidor FAGNER KARIELLE DA SILVA, matrícula nº 0113433/3, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, por motivo de posse em um outro cargo inacumulável, nos termos do **Art. 50, Inc. IV e Art. 52, Inc. IV da Lei Municipal nº 50, de 10 de maio de 1975**.

Art. 2º - A vacância que trata o artigo anterior será pelo prazo de 03 (três) anos, desde que a pedido por parte do servidor, a partir da data em que o mesmo assumir o outro cargo.

Art. 3º - Dê-se ciência ao interessado, encaminhando cópia à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas em sua ficha funcional.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **16 de julho de 2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 10 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:AAC12FC7

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1656/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Revogar e tornar sem efeitos a Portaria de **nº 09.1640/2026 - GC/PMSC** publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, **Edição nº 3872**, de 04 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 10 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:D6A556B2

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1657/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;
RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **PATRICIA VALERIA FLORENTINO DE PONTES**, CPF: 073.XXX.XXX-79, do cargo de **Coordenador(a) de Licitações**, símbolo CC-3, da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 10 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:FD5A0892

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1658/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **PATRICIA VALERIA FLORENTINO DE PONTES**, CPF: 073.XXX.XXX-79, para o cargo de **Secretária Municipal**, símbolo CC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 2º de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 10 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:70866104

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95, localizada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando Contratação especializada no fornecimento futuro e parcial de produtos de panificação, confeitaria, salgados e lanches, compreendendo bolos, mini folhados, minissalgados, pães, pudins, salgados diversos, sanduíches e tortas doces e salgadas, destinados ao atendimento das necessidades das secretarias, órgãos e unidades administrativas do município**.** O Edital está disponível no Endereço: Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 11 de setembro de 2026 às 08h00min exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 24 de setembro de 2026 às 15h00min. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.

Santa Cruz/RN, em 10 de setembro de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:54AEF82F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 175-2026 – GAB-PMSM – NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI.

PORTARIA Nº 175/2026 – GAB/PMSM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE*, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e*

Considerando *o disposto na* ***Lei Municipal nº 1.098/2026****, que cria o* ***Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI****.*

RESOLVE:

Art. 1º *Nomear, por indicação das representações, os seguintes* ***Conselheiros dos Direitos da Pessoa Idosa:***
§ 1º Representantes do Poder Público Municipal:
I – Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social:
a) Maria da Guia da Silveira – Titular
b) Eliane Dantas Damasceno – Suplente
II – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:
a) Marcela Magna Nascimento de Araújo – Titular
b) Maria Eduarda da Silva Araújo – Suplente
III – Secretaria Municipal de Saúde:
a) Aécio Paulino de Oliveira Júnior – Titular
b) Débora Juliana de Araújo Lopes – Suplente
§ 2º Representantes da Sociedade Civil:
I – Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
a) Maria Selma Soares – Titular
b) Ademar Cassiano da Silva – Suplente
II – Usuários:
a) Suerda Maria Ferreira Dantas – Titular
b) Francisco Odélson Pinheiro Caetano – Suplente
III – Grupo de Convivência dos Idosos (usuários):
a) Ezineide Felix de Sousa – Titular
b) Risoneide de Souza Nobre – Suplente

Art. 2º *A função de membro do* ***Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa*** *não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.*

Art. 3º *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo os efeitos deste Ato ao dia* ***26 de agosto de 2026****, em virtude da formalização de posse dos membros do CMDP.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Santana do Matos/RN, 10 de setembro de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:A699706B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 058/2026

O Município de Santana do Seridó/RN, por meio do Sr. MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA, nomeado Agente de Contratação, através da Portaria n° 017/2025, torna público aviso para realização da Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço por ITEM, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1.058, e demais legislação aplicável. Que tem como objeto: aquisição de materiais destinados a distribuição as crianças participantes das ações da Semana do Bebê, por meio da Secretaria Municipal de Saúde. A realização será através da Plataforma: www.portaldecompraspublicas.com.br, por intermédio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.

ÓRGÃO INTERESSADO:	MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	11/09/2026 ÀS 09:00HS
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	16/09/2026 ÀS 09:00 HS
DATA E HORA INICIAL E FINAL DE LANCES – SESSÃO PÚBLICA:	16/09/2026 DAS 09:01HS ÀS 15:01
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA:	ABERTO

Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, por intermédio do Portal de Compras Públicas e no site da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN (http://pmsantanadoserido.rn.gov.br/). cpl_santanadoserido.rn@outlook.com.

Santana do Seridó, 10 de setembro de 2026.

MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:C47D60A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0223/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 0223/2026 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santana do Seridó/RN, de caráter consultivo, normativo e fiscalizador, de natureza participativa e representativa da comunidade na gestão dos direitos de criança e adolescente.
Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui caráter consultivo e de assessoramento deliberativo e mobilizador, com ênfase no acompanhamento das políticas públicas de direitos, com autonomia administrativa para agir e decidir de conformidade com as funções e atribuições conferidas pelas legislações, Federal, Estadual e Municipal vigente.
Art. 3º - O Conselho a que refere o Art. 1º é constituído por 06 (seis) membros titulares e 06 (seis) suplentes, conforme representação e indicação a seguir:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO:
Titular: Luiz Bezerra da Cunha Junior
Suplente: Daiana Karla Medeiros Santos

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Titular: Everton de Azevedo Barreto
Suplente: Luzia Bezerra Santos

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
Titular: Milena Flávia Azevedo da Silva
Suplente: Josilene Maria dos Santos Barros

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES:
Titular: Maria Clara Araújo dos Santos
Suplente: Estênia Azevedo dos Santos

REPRESENTANTES DA ORGANIZAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA – ONASC:
Titular: Renata Medeiros Santos
Suplente: Amanda Souza de Macêdo

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:
Titular: Luzinete da Costa Souza
Suplente: Josineide da Silva

Art. 4º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Santana do Seridó/RN, 09 de setembro de 2026

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:4625F255

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026

O Município de Santana do Seridó/RN, através de seu Agente de Contratação/Pregoeiro, vem tornar público o resultado do processo administrativo nº 2581/2026, pregão eletrônico nº 44/2026, tendo como objeto: registro de preço para futura, eventual e parcelada contratação de serviços de lavagens em veículos, destinados a higienização e lubrificação dos veículos lotados no Município de Santana do Seridó, declaro como vencedor do certame a empresa: INACIO DINIZ GARCIA 05142813405, inscrita no CNPJ sob n° 28.671.381/0001-50, nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, perfazendo um valor global de R$ 119.810,00 (cento e dezenove mil, oitocentos e dez reais).

Santana do Seridó/RN, 10 de setembro de 2026.

MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:4670E0B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PE 044.2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN torna público a adjudicação do Pregão Eletrônico nº 44/2026, referente ao PROCESSO N° 2581/2026, tendo como objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada contratação de serviços de lavagens em veículos, destinados a higienização e lubrificação dos veículos lotados no Município de Santana do Seridó, em conformidade com o termo de referência anexo – I, do edital, que adjudicou como vencedor do certame a empresa: INACIO DINIZ GARCIA 05142813405, inscrita no CNPJ sob n° 28.671.381/0001-50, nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, perfazendo um valor global de R$ 119.810,00 (cento e dezenove mil, oitocentos e dez reais).

Santana do Seridó/RN, 10 de setembro de 2026

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:52D0A1A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 044.2026

Homologo o resultado do procedimento licitatório supracitado, tendo como objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada contratação de serviços de lavagens em veículos, destinados a higienização e lubrificação dos veículos lotados no Município de Santana do Seridó, em favor da empresa: INACIO DINIZ GARCIA 05142813405, inscrita no CNPJ sob n° 28.671.381/0001-50, nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, perfazendo um valor global de R$ 119.810,00 (cento e dezenove mil, oitocentos e dez reais).

Santana do Seridó/RN, 10 de setembro de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:982C2908

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DA NOVA DATA DE LICITAÇÃO DO SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN**, através de sua Pregoeira no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do **Processo Administrativo nº 713041/2026**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** por **ITEM**, objetivando o Registro de Preços para contratação de empresa especializada nos serviços de transporte escolar, mediante locação de veículos com motorista, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santo Antônio /RN,

conforme especificações no Termo de Referência, anexo I do Edital. A sessão pública, para realização de sessão de lances, será realizada às **09h01min do dia 28 de setembro de 2026**. O Edital contendo todas as informações, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br/ e na sala de licitação da Prefeitura Municipal, à Rua Padre Cerveira, nº 505, Centro, Santo Antônio/RN, no horário de expediente das 08h00min às 14h00min. Outras informações pelo e-mail pmsa.licitacoes@gmail.com.

Passagem/RN, 10 de setembro de 2026.

MARIA IZABEL SILVA BARBOSA GUILHERME
Pregoeira da PMSA/RN

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:C9F3C9EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 067/2026 - INEXIGIBILIDADE 014/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 813003 /2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: N° 014/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em Regularização Fundiária Urbana – REURB no Município de Santo Antônio/RN.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO/RN.

CONTRATADO: MARCELO GALVÃO DE CASTRO – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ/MF nº 41.457.832/0001-19, sediado à Rua Dr. Mucio Galvão, nº 436, sala 01, Barro Vermelho, Natal/RN, CEP: 59.022-530.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir de 10 de setembro de 2026.
VALOR GLOBAL: R$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais)

Secretaria Municipal de Assistência Social

Ação: 2006 Regularização Fundiária Urbana – REURB.
Natureza: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

BASE LEGAL: Art. 74, III, "c" da Lei nº 14.133/2021.

Santo Antonio/RN, 10 de setembro de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:E971949A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

PROCESSO Nº 813003/2026
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em Regularização Fundiária Urbana – REURB no Município de Santo Antônio/RN**.**

Na oportunidade, **RATIFICO** o parecer emitido pela Procuradoria do Município de Santo Antônio/RN, acerca do enquadramento da despesa destinada à contratação da empresa **MARCELO GALVÃO DE CASTRO – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.457.832/0001-19**, com o valor mensal de **R$ 8.000,00 (oito mil reais)**, referente a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em Regularização Fundiária Urbana – REURB no Município de Santo Antônio/RN.

Encaminhe ao SETOR DE LICITAÇÃO para que sejam publicados estes atos e adotadas as providências necessárias quanto à elaboração do contrato administrativo, conforme minuta apresentada na presente **Inexigibilidade**.

Santo Antônio/RN, 10 de setembro de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:F35E061C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 014/2026

PROCESSO Nº 813003/2026
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em Regularização Fundiária Urbana – REURB no Município de Santo Antônio/RN.

RECONHEÇO a INEXIGIBILIDADE fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que RECOMENDO a contratação da empresa **MARCELO GALVÃO DE CASTRO – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.457.832/0001-19**, com o valor mensal de **R$ 8.000,00 (oito mil reais)**, referente a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em Regularização Fundiária Urbana – REURB no Município de Santo Antônio/RN, durante 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da lei 14.133/2021.

Santo Antônio/RN, 10 de setembro de 2026.

MARIA IZABEL SILVA BARBOSA GUILHERME
Agente de Contratações

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:496EECA0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PESQUISA MERCADOLOGICA

A Prefeitura Municipal de São Bento do Norte/RN torna público que está realizando pesquisa mercadológica, contratação de empresa especializada para prestação de assessoria técnica fixa em manutenção elétrica. Quem se interessar entrar em contato para maiores informações na Sede da Prefeitura Municipal, localizada a Av. Ursulino Silvestre, 448. Centro – São Bento do Norte/RN, ou poderá enviar a proposta para o E-mail: compras.sbn@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data desta publicação.

DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL			
NOME FANTASIA			
CNPJ			
ENDEREÇO		Nº	BAIRRO:
CIDADE		UF:	CEP:
TELEFONE		PESSOA P/ CONTATO:	
EMAIL:			

COTAÇÃO DE PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de assessoria técnica fixa em manutenção elétrica, destinada ao atendimento contínuo das demandas requisitadas pelas Secretarias Municipais, prédios e equipamentos públicos e sistema de iluminação pública do Município de São Bento do Norte/RN**.**

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM COTADOS

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
01	Prestação de assessoria técnica fixa em manutenção elétrica para atendimento das demandas requisitadas pelas Secretarias Municipais, prédios e equipamentos públicos e sistema de luminação pública	Mês	11		

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:B2811CF8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº. 01032209555/2025, firmado em 04 de setembro de 2026; **Contratante:** Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN, CNPJ Nº 08.160.467/0001-00; **Contratado:** Pedro Henrique dos Santos Silva; **Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 01032209555/2025 por mais 03 (três) meses, a partir de 22/09/2026 até 31/12/2026; **Fundamento Legal:** artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; **Adequação Orçamentária:** 06.001 - Sec. Mun. de Educação; 2034 - Manut. do Programa Nac. de Alim. Escolar PNAE; 15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); 3.3.90.30 – Material de Consumo; **Signatários:** Pelo Município de São Bento do Trairi/RN - Rafael dos Santos Matias, Prefeito; Pelo Contratado - Pedro Henrique dos Santos Silva, Titular.

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:6E7B7B4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº. 02032209646/2025, firmado em 04 de setembro de 2026; **Contratante:** Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN, CNPJ Nº 08.160.467/0001-00; **Contratado:** Maria José Estevam Barbosa; **Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 02032209646/2025 por mais 03 (três) meses, a partir de 22/09/2026 até 31/12/2026; **Fundamento Legal:** artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; **Adequação Orçamentária:** 06.001 - Sec. Mun. de Educação; 2034 - Manut. do Programa Nac. de Alim. Escolar PNAE; 15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); 3.3.90.30 – Material de Consumo; **Signatários:** Pelo Município de São Bento do Trairi/RN - Rafael dos Santos Matias, Prefeito; Pelo Contratado - Maria José Estevam Barbosa, Titular.

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:1972DC51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº. 03032209659/2025, firmado em 04 de setembro de 2026; **Contratante:** Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN, CNPJ Nº 08.160.467/0001-00; **Contratado:** José Djanilson Estevam Barbosa; **Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 03032209659/2025 por mais 03 (três) meses, a partir de 22/09/2026 até 31/12/2026; **Fundamento Legal:** artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; **Adequação Orçamentária:** 06.001 - Sec. Mun. de Educação; 2034 - Manut. do Programa Nac. de Alim. Escolar PNAE; 15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); 3.3.90.30 – Material de Consumo; **Signatários:** Pelo Município de São Bento do Trairi/RN - Rafael dos Santos Matias, Prefeito; Pelo Contratado - José Djanilson Estevam Barbosa, Titular.

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:CEE41CA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº. 04032209706/2025, firmado em 04 de setembro de 2026; **Contratante:** Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN, CNPJ Nº 08.160.467/0001-00; **Contratado:** Francisca Serafim Torquato; **Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 04032209706/2025 por mais 03 (três) meses, a partir de 22/09/2026 até 31/12/2026; **Fundamento Legal:** artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; **Adequação Orçamentária:** 06.001 - Sec. Mun. de Educação; 2034 - Manut. do Programa Nac. de Alim. Escolar PNAE; 15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); 3.3.90.30 – Material de Consumo; **Signatários:** Pelo Município de São Bento do Trairi/RN - Rafael dos Santos Matias, Prefeito; Pelo Contratado - Francisca Serafim Torquato, Titular.

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:784155FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0010408/2025

Espécie: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0010408/2025, firmado em 03/09/2025; **Contratante:** Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN, CNPJ Nº 08.160.467/0001-00; **Contratado:** Hégila da Silva Dantas, pessoa física, inscrita no CPF sob o n° 092.269.344-79; **Objeto:** Prorrogação do Contrato Nº 0010408/2025, por mais 1 (um) ano, com base nos art(s). 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021; **Fundamento Legal:** Art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021; **Adequação Orçamentária:** Sec. Mun. de Agricultura - 05.001; Manut. das Ativ. da Sec. Mun. de Agricultura – 2021; OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 3.3.90.36; Recursos não Vinculados de Impostos – 15000000; **Signatários:** Pelo Município de São Bento do Trairi/RN - Rafael dos Santos Matias, Prefeito; Pelo Contratado - Hégila da Silva Dantas, Representante legal.

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:13DD81EB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026 – PROC. ADMINIST. PMSF/RN N° 2026.08.0155

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS, SERVIÇO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA.

CONTRATADA: JUSCELIO DE MEDEIROS RODRIGUES, CNPJ Nº 36.086.367/0001-81, COM ENDEREÇO NA AVENIDA CAPITÃO JOSÉ INÁCIO N. º 365 – CENTRO – SÃO FERNANDO/RN.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE BORRACHARIA, COMPREENDENDO, CONFORME A NECESSIDADE, SERVIÇOS DE CONSERTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS, BORRACHARIA EM GERAL, CALIBRAGEM, REPAROS, TROCA E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO

DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES OU UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: TERMO INICIAL A DATA DE SUA ASSINATURA PROLONGANDO-SE POR 12 (DOZE) MESES.
VALOR GLOBAL: R$ 63.300,00.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II, NOS TERMOS DA LEI N. º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

SUBSCRITORES: GENILSON MEDEIROS MAIA – PELO CONTRATANTE E JUSCELIO DE MEDEIROS RODRIGUES – PELA CONTRATADO.

SÃO FERNANDO/RN, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

*****REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*****

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:942846FA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 029/2026

1 - De acordo.

2 - Diante da análise técnica da comissão de contratação deste município e do parecer favorável emitido pela assessoria jurídica deste município, determino que se proceda, com a **Contratação** de pessoa jurídica para prestar serviços de borracharia, compreendendo, conforme a necessidade, serviços de conserto, montagem e desmontagem de pneus, borracharia em geral, calibragem, reparos, troca e demais serviços correlatos necessários à manutenção dos veículos e máquinas pertencentes ou utilizados pela Administração, junto à JUSCELIO DE MEDEIROS RODRIGUES, inscrito no CNPJ N. º 36.086.367/0001-81, com endereço na Avenida Capitão José Inácio N. º 365 – Centro – São Fernando/RN, a fim de atender, nos termos da solicitação inicial, as necessidades e demandas do Município de São Fernando/RN – Secretaria Municipal de Obras, Serviço, Transporte e Mobilidade Urbana, com a importância global estimada de R$ 63.300,00 (sessenta e três mil e trezentos reais).

3 - Em respeito ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a presente **CONTRATAÇÃO**, realizada com fundamento no art. 75, II da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Finanças que emita NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos das propostas constantes destes autos.

4 - Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

São Fernando/RN, 10 de Setembro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

*****REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*****

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:B9EC6D5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1405 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1405- FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	UMA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Destino	NATAL-RN		
Data da concessão	08 DE SETEMBRO 2026		
Datas de afastamento	08 DE SETEMBRO DE 2026	Saída/origem	03H DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	00:45 DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2026
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAÚJO		
CPF n.°	088.680.234-23		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: TRANSPORTAR O PACIENTE RAIMUNDO JOSE DE ARAUJO PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NO CENTRO AVANÇADO DE ONCOLOGIA (CECAN) | LIGA CONTRA O CÂNCER UNIDADE CLÍNICA.LOCALIZADO NA AV. MIGUEL CASTRO, 1355 - NOSSA SRA. DE NAZARÉ, NATAL - RN, NO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2026

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:ADD07DD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1409 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1409 FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA

Valor unitário em R$	80,00 (OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	40,00 (QUARENTA REAIS)		
Destino	CURRAIS NOVOS RN		
Data da concessão	09 DE SETEMBRO DE 2026		
Datas de afastamento	09 DE SETEMBRO DE 2026	Saída/origem	06H DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	18H DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2026
Beneficiário	JOSE DE ANCHIETA ALVES MACHADO		
CPF n.°	032.036.904-89		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

TRANSPORTAR A PACIENTE MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA PARA REALIZAR EXAMES E CONSULTA MEDICA NO HOSPITAL DA LIGA EM CURRAIS NOVOS, RODOVIA BR-226, S/N, PAIZINHO MARIA, CURRAIS NOVOS/RN. NO DIA 09 DE SETEMBRO 2026

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 09 DE SETEMBRO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:B174714F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1410 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1410- FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	60,00 (SESSENTA REAIS)		
Destino	NATAL-RN		
Data da concessão	09 DE SETEMBRO DE 2026		
Datas de afastamento	09 DE SETEMBRO 2026	Saída/origem	12H DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	01:15 H DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2026
Beneficiário	FRANCIVAN ALVES DE OLIVEIRA		
CPF n.°	075.782.834-56		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: TRANSPORTAR O PACIENTE JOAO LUCAS DE SOUZA QUE FOI REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NO INSTITUTO DE ORTOPEDIA, LOCALIZADA RUA SÃO DOMINGOS 0329 POTENGI, NATAL - RN, NO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 09 DE SETEMBRO 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:7B0E5904

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1412 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1412- FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	60,00 (SESSENTA REAIS)		
Destino	NATAL-RN		
Data da concessão	10 DE SETEMBRO DE 2026		
Datas de afastamento	10 DE SETEMBRO DE 2026	Saída/origem	05H DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	20:45 DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAÚJO		
CPF n.°	088.680.234-23		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

FINALIDADE: TRANSPORTAR O PACIENTE MARIA ALICE DANTAS DE ARAÚJO PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NO HOSPITAL ONOFRE LOPES, LOCALIZADO NA AV. NILO PEÇANHA, 620 – PETROPOLES, NATAL - RN, NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:7D058404

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1413 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1413 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;

CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	110,00 (CENTO E DEZ REAIS)		
Destino	PATOS PB		
Data da concessão	10 DE SETEMBRO DE 2026.		
Datas de afastamento	10 DE SETEMBRO DE 2026.	Saída/origem	09H DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026.
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	18:30 H DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026.
Beneficiário	JOSEILDO FERNANDES		
CPF n.°	785.213.784-91		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: TRANSPORTAR A PACIENTE ANA LARISA ARAUJO DE MEDEIROS PARA REALIZAR UM PROCEDIMENTO MEDICO NA CLINICA DE PEDIATRIA INTEGRADA, LOCALIZADO NA RUA JOÃO SOARES 167 BRASILIA, PATOS – PB, NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:9203F8A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1414 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1414 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	60,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Destino	NATAL RN		
Data da concessão	10 DE SETEMBRO DE 2026		
Datas de afastamento	10 DE SETEMBRO 2026	Saída/origem	**04:HS DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**19:45 H DO 10 DE SETEMBRO DE 2026**
Beneficiário	JARBAS WESLEY SANTOS BRAGA		
CPF n.°	105.515.274.12		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

***Finalidade*: TRANSPORTAR A PACIENTE SANDRA MARIA SANTOS PARA REALIZAR EXAMES MEDICOS E CONSULTA NA ONCOCLINICA SÃO MARCOS, LOCALIZADO AV. CORONEUL AURIS COELHO, 285 - LAGOA NOVA, NATAL/RN NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:D6D8AA1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1415 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1415- FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	80,00 (OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	40,00 (OUARENTA REAIS)		
Destino	CURRAIS NOVOS RN,		
Data da concessão	10 DE SETEMBRO DE 2026		
Datas de afastamento	10 DE SETEMBRO 2026	Saída/origem	12H DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	20:30 H DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026
Beneficiário	JOSE DE ANCHIETA ALVES MACHADO		
CPF n.°	032.036.904-89		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

FINALIDADE: TRANSPORTAR A PACIENTE EDIVÂNIA MARIA DE MEDEIROS FERNANDES PARA REALIZAR EXAMES E CONSULTA MEDICA NO HOSPITAL MARIANO COELHO, LOCALIZADO NA RUA TEOTONIO FREIRE, 813, CENTRO, CURRAIS NOVOS RN, NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN 10 DE SETEMBRO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:15D5843A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
***PORTARIA DE DIARIAS Nº 174/2026**

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 19 de agosto de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 19 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 19 de agosto de 2026.

ANIBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

*** REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO**

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:82699534

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
***PORTARIA DE DIARIAS Nº 175/2026**

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 19 de agosto de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar KAIO SILVA ARAUJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 19 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 19 de agosto de 2026.

ANIBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

*** REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO**

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:8EF07218

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
***PORTARIA DE DIARIAS Nº 176/2026**

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Currais Novos/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 19 de agosto de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar FRANCISCO MURSULINO DOS SANTOS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 80,00 (oitenta reais), para viagem a se realizar no dia 19 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 19 de agosto de 2026.

ANIBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

*** REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO**

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:0E2E8D4B

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 187/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, participar da Reunião Ordinária do COSEMS/RN, realizada no dia 19 de agosto de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 400,00 (quatrocentos reais), de forma a ressarcir ao servidor FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES (Secretário Municipal de Saúde), conforme a viagem supra identificada no dia 19 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 08 de setembro de 2026.

ANIBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:FB86680D

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 188/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 08 de setembro de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 08 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 08 de setembro de 2026.

ANIBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:55BC69BD

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 189/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.

Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 10 de setembro de 2026.

RESOLVE

Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 10 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 10 de setembro de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:D45E6889

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 088

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA, o Prefeito de São José de Mipibu/ RN, no uso de suas atribuições legais e conforme a Lei Orgânica do Município de São José de Mipibu/RN

RESOLVE:

Art 1º Nomear os membros titulares e seus respectivos suplentes para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José de Mipibu, para o biênio 2026/2028.

MEMBROS REPRESENTANTES DOS ORGÃOS GOVERNAMENTAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Secretaria Municipal do Trabalho Habitação e Assistência Social
Titular: Alinne Isteice de Sousa Belo
Suplente: Maria Luzeneide de Medeiros

Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Gisele Rique Dantas
Suplente: Ana Paula Vitoriano do Nascimento Galvão

Secretaria Municipal de Educação
Titular: Josiedy Veras Deniz Fernandes
Suplente: Thimuza Thaise de Sousa Varela

Secretaria Municipal de Cultura
Titular: Werley Ribeiro Dantas
Suplente: Ana Maria Alves da Silva

Secretaria Municipal de Esporte
Titular: Vitor Manoel Azevedo Alves
Suplente: Rafael Nascimento França

MEMBROS REPRESENTANTES DOS ORGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Associação Multicultural Manimbuense
Titular: Márcio Matias Gomes
Suplente: Ronaldo de Oliveira

Associação de Mulheres e Jovens do Pau Brasil e Rocinha – AMJOPAR
Titular: Maria Augusta dos Santos
Suplente: Maria Vitória do Nascimento

Instituição Pater de Educação e Cultura - Instituto João Bittar
Titular: Amanda Cristiane Marcelino da Silva
Suplente: Manuela Fraga Torres Guimarães

Núcleo de Cidadania dos Adolescentes – NUCA
Titular: João Luiz Barros da Silva
Suplente: Emilly do Nascimento

Representantes do Grupo de Medidas Socioducativas
Titular: Elio Gomes Cadete
Suplente: Angela Maria Simplicio de Andrade das Chagas

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José de Mipibu/RN, 04 de setembro de 2026.

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:64D51FA0

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PUBLICAÇÃO DOS CRENCIADOS DO CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM DEMANDAS DEFINIDAS POR ROTAS, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM DEMANDAS DEFINIDAS POR ROTAS, atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Educação do Município de São José de Mipibu/RN.

LISTA DE CREDENCIADOS APTOS:

ROBERTO BARBALHO FREIRE - CNPJ: 06.159.072/0001-62, credenciada no item: 01.

TAVARES E TAVARES TRANSPORTES LTDA – CNPJ: 20.061.907/0001-78, credenciada nos itens 30,63,64.

C.H.P. FREIRE LTDA – CNPJ: 70.149.844/0001-84, credenciada nos itens 08, 09,20,21,26,33,65.

RAFAEL DO CARMO MARTINS 04764351455 – CNPJ: 22.840.889/0001-58 credenciada no item 46.

MIQUEAS MIGUEL DA SILVA – CNPJ: 97.533.116/0001-28 credenciada nos itens 52,54,55.

LUIZ BEZERRA FILHO 06361057410– CNPJ: 18.631.117/0001-39 credenciada nos itens 05,10,13,18,32,44,49.

J MARTINS DE BRITO LTDA – CNPJ: 18.310.671/0001-14 credenciada no item 19,44,48,49,50,58,60,65.

LUIZ BEZERRA FILHO 06361057410– CNPJ: 18.631.117/0001-39 credenciada nos itens 05,10,13,18,32,44,49.

JOÃO MARIA RODRIGUES DE PAIVA 65532317453 – CNPJ: 18.661.821/0001-34 credenciada no item 43.

MERCIA ARMANDO DO NASCIMENTO – CNPJ: 62.095.330/0001-65 credenciada nos itens 24.

FRANCISCO MIGUEL DA SILVA – CNPJ: 40.776.247/0001-19, credenciado nos itens 11,12 e 61.

N CARDOSO SOBRINHO LTDA – CNPJ: 45.705.200/0001-08, credenciada nos itens 03,16,17,25,29,31,34,35,36,37,39,40,41,42,45,46 e 57

R.J.C CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 32.416.709/0001-21 credenciada no item 38,28.

JSR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 40.703.419/0001-24 credenciada nos itens 02,14,53,62.

TIAGO MATEUS URBANO DE ARAUJO – CNPJ: 62.547.368/0001-21 credenciada nos itens 07.

PGC CHAVES COMERCIO E SERVIÇOS – CNPJ: 32.225.721/0001-00 credenciada nos itens; 06,15,19,22,47,51,59.

São José de Mipibu/RN, 10 de setembro de 2026. Maurício José Gomes de Melo - Sec. Geral do Município.

EXTRATO DE TERMOS DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
CREDENCIANTE:
Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN.

CREDENCIADOS:

ROBERTO BARBALHO FREIRE - CNPJ: 06.159.072/0001-62, credenciada no item: 01.

TAVARES E TAVARES TRANSPORTES LTDA – CNPJ: 20.061.907/0001-78, credenciada nos itens 30,63,64.

C.H.P. FREIRE LTDA – CNPJ: 70.149.844/0001-84, credenciada nos itens 08, 09,20,21,26,33,65.

RAFAEL DO CARMO MARTINS 04764351455 – CNPJ: 22.840.889/0001-58 credenciada no item 46.

MIQUEAS MIGUEL DA SILVA – CNPJ: 97.533.116/0001-28 credenciada nos itens 52,54,55.

LUIZ BEZERRA FILHO 06361057410– CNPJ: 18.631.117/0001-39 credenciada nos itens 05,10,13,18,32,44,49.

JOHNATAS ESPINDOLA FERREIRA DA SILVA – CNPJ: 30.916.880/0001-01 credenciada no item 27.

J MARTINS DE BRITO LTDA – CNPJ: 18.310.671/0001-14 credenciada no item 19,44,48,49,50,58,60,65.

JOÃO MARIA RODRIGUES DE PAIVA 65532317453 – CNPJ: 18.661.821/0001-34 credenciada no item 43.

MERCIA ARMANDO DO NASCIMENTO – CNPJ: 62.095.330/0001-65 credenciada nos itens 24.

FRANCISCO MIGUEL DA SILVA – CNPJ: 40.776.247/0001-19, credenciado nos itens 11,12 e 61.

N CARDOSO SOBRINHO LTDA – CNPJ: 45.705.200/0001-08, credenciada nos itens 03,16,17,25,29,31,34,35,36,37,39,40,41,42,45,46 e 57

R.J.C CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 32.416.709/0001-21 credenciada no item 38.

JSR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 40.703.419/0001-24 credenciada nos itens 02,14,53,62.

TIAGO MATEUS URBANO DE ARAUJO – CNPJ: 62.547.368/0001-21 credenciada nos itens 07.

PGC CHAVES COMERCIO E SERVIÇOS – CNPJ: 32.225.721/0001-00 credenciada nos itens; 06,15,19,22,47,51,59.

São José de Mipibu/RN, 10 de setembro de 2026. Maurício José Gomes de Melo - Sec. Geral do Município. RECURSOS FINANCEIROS: Orçamento Geral do Município – OGM, para o exercício 2026. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. ESTIMATIVA DE CUSTOS: Valor estimado por quilometragem ônibus: R$ 8,50, Microônibus: R$ 7,92 e Van: R$ 6,55.

ASSINATURAS: Maurício José Gomes de Melo – p/Credenciante e - p/Credenciados. ROBERTO BARBALHO FREIRE, TAVARES E TAVARES TRANSPORTES LTDA, C.H.P. FREIRE LTDA, RAFAEL DO CARMO MARTINS 04764351455, MIQUEAS MIGUEL DA SILVA, LUIZ BEZERRA FILHO 06361057410, JOHNATAS ESPINDOLA FERREIRA DA SILVA, JOÃO MARIA RODRIGUES DE PAIVA 65532317453, MERCIA ARMANDO DO NASCIMENTO, FRANCISCO MIGUEL DA SILVA, N CARDOSO SOBRINHO LTDA, R.J.C CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, JSR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, TIAGO MATEUS URBANO DE ARAUJO, PABLO GEOVANNE COSTA CHAVES, J MARTINS DE BRITO LTDA.
DATA: São José de Mipibu/RN, 10 de setembro de 2026.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO -
Sec. Geral do Município.

Publicado por:
Fabíola Maria Jeronima da Costa Souza
Código Identificador:4BF46F14

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN.
CONTRATADA: CARVALHO COSTA GUERRA SOCIEDADE DE ADVOGADOS – CNPJ nº 33.310.851/0001-90.
OBJETO: Formalização do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 051/2025, oriundo da INEXIGIBILIDADE nº 020/2025, que tem por objeto Contratação de serviços jurídicos no contencioso judicial conferindo suporte à Procuradoria Municipal de São José do Campestre/RN, no ajuizamento e acompanhamento de ações em todas as instâncias. **VIGÊNCIA:** Prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, compreendendo de 01 de setembro de 2026 a 01 de setembro de 2027. **BASE LEGAL:** Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 2026

ASSINATURA: Eribaldo Lima – Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Dos Santos Silva Júnior
Código Identificador:5B219A20

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2024 – DISPENSA Nº 019/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN.
CONTRATADA: RMS NET SERVICOS LTDA – CNPJ nº 23.541.452/0001-86.
OBJETO: Formalização do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 062/2024, oriundo da DISPENSA nº 019/2024, que tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de acesso à internet, incluindo instalação, fornecimento, suporte técnico, configuração e manutenção periódica para prover acesso dedicado aos

pontos de atendimento remoto que integram a Prefeitura Municipal de São José do Campestre/RN. **VIGÊNCIA:** Prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, compreendendo de 13 de agosto de 2026 a 13 de agosto de 2027. **BASE LEGAL:** Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 13 de agosto de 2026

ASSINATURA: Eribaldo Lima – Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Dos Santos Silva Júnior
Código Identificador:688CEA5E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

Eribaldo Lima, Prefeito Municipal de SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando toda documentação constante nos autos do Processo Administrativo acima em epígrafe, em especial os Pareceres Técnico e Jurídico, AUTORIZA, com fundamento no Art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal 14.133/2021, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2026 nos termos a seguir descritos: Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria à Secretaria Municipal de Saúde de São José do Campestre/RN, com foco no planejamento, operacionalização, acompanhamento, monitoramento e apoio técnico à gestão dos programas, projetos, propostas e recursos vinculados à Atenção Primária à Saúde – APS, incluindo suporte técnico especializado nos sistemas e plataformas oficiais do Ministério da Saúde, especialmente SISMOB, Fundo Nacional de Saúde – FNS, InvestSUS, SCPA e e-Gestor APS, bem como acompanhamento de propostas, obras, programas, projetos, convênios, transferências e emendas parlamentares destinadas à Atenção Primária à Saúde, orientação quanto à execução física e financeira dos recursos e apoio à organização documental, monitoramento e prestação de contas, conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Campestre/RN. Contratada: I. M. P. DE ARAÚJO LTDA. CNPJ: 40.410.095/0001-36 Valor: R$ 4.010,00 (quatro mil e dez reais) mensal, totalizando o valor global de R$ 48.120,00 (quarenta e oito mil, cento e vinte reais) para 12 (doze) meses de execução. São José do Campestre/RN, 29 de julho de 2026. Assinatura: Eribaldo Lima/Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Dos Santos Silva Júnior
Código Identificador:7CF83956

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 435/2026, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	10 de setembro de 2026.	310,00	155,00

TOTAL

R$ 155,00

() 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem à Natal/RN, no dia 11 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 10 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:DB6BAF21

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2026

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2026 (Processo Administrativo – Protocolo n. 2026.SEUR.MEM.201512834-9) que entre si fazem a prefeitura de São Miguel e a empresa 4A TRANSPORTES LOCACOES E SERVICOS LTDA.

O Município de São Miguel, com sede no(a) Rua Padre Tertuliano, 46, Centro, na cidade de São Miguel/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.355.463/0001-88, neste ato representado pelo prefeito Leandro Michel do Rego Lima , doravante denominado CONTRATANTE, e a 4A TRANSPORTES LOCACOES E SERVICOS LTDA , inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.207.491/0001-14, com sede à R CÔNEGO ISMAR FERNANDES, 071, CENTRO, Doutor Severiano/RN, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. Constitui objeto do presente instrumento a alteração quantitativa ao Contrato nº 03/2026, conforme dispõe o art. 124, I, "b" c/c art. 125, da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de primeiro Termo Aditivo de acréscimo quantitativo firmado em relação ao referido contrato.

1.2. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo dos itens abaixo discriminados, pertencentes ao Contrato nº 03/2026, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, correspondendo os acréscimos individuais a percentuais entre 24,92% (vinte e quatro vírgula noventa e dois por cento) e 25,00% (vinte e cinco por cento), e o acréscimo global a 24,97% (vinte e quatro vírgula noventa e sete por cento) do valor

inicial atualizado do contrato, com indicação da unidade de medida e do preço unitário de cada item, conforme tabela abaixo.

Item	Un.	Preço Unitário	Qtd. Atual	Acréscimo (até 25%)	Nova Qtd.
1 – Locação de Patrol (motoniveladora)	HR	R$ 179,99	1.802	+450	2.252
2 – Locação de Caçambas	Diária	R$ 499,20	601	+150	751
3 – Locação de Escavadeira Hidráulica	HR	R$ 249,63	600	+150	750
4 – Locação de Retroescavadeira	HR	R$ 158,14	600	+150	750
5 – Locação de Pá Carregadeira sobre rodas	HR	R$ 208,35	602	+150	752
6 – Locação de Trator Agrícola	HR	R$ 129,89	600	+150	750
TOTAL	—	—	4.805	+1.200	6.005

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO E DO CONTRATO

2.1. O valor inicial do Contrato nº 03/2026, fixado na Cláusula Segunda do instrumento originário, era de R$ 1.072.383,88 (um milhão, setenta e dois mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos).

2.2. Em razão do acréscimo de quantitativo previsto na Cláusula Primeira, referente aos itens 1 a 6 acima discriminados, o valor do contrato sofrerá acréscimo de R$ 267.777,00 (duzentos e sessenta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais).

2.3. O novo valor total do Contrato nº 03/2026, , passa a ser de R$ 1.340.160,88 (um milhão, trezentos e quarenta mil, cento e sessenta reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município desse exercício, na dotação orçamentária: : 478 - 2 . 2007 . 20 . 122 . 102 . 2.293 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 462 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VINCULAÇÃO E RATIFICAÇÃO

4.1. O presente Termo Aditivo passa a fazer parte integrante e inseparável do contrato 03/2026, firmado entre as partes em 07/01/2026 , formando um só documento para todos os fins de direito, ficando ratificadas e inalteradas as demais cláusulas, termos e condições estabelecidas no instrumento de Contrato, naquilo que não restou expressamente alterado.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da assinatura, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de ajuste decorrente de licitação, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao artigo 91, caput, do referido diploma legal.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento, de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

São Miguel/RN, em 9 de setembro de 2026

Prefeitura Municipal de São Miguel
LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA

4A TRANSPORTES LOCACOES E SERVICOS LTDA
Empresa Contratada

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:749DAEED

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA - EDITAL N° 08/2026 – PROCESSO N° 201509384-7

O(A) Prefeitura Municipal de São Miguel, por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), no uso das atribuições legais, após exame e deliberação do processo administrativo N° 201509384-7, em observância ao Instrumento Convocatório, Edital Nº 08/2026, que institui o(a) Concorrência em epígrafe, resolve(m) adjudicar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	Contratação de Obras e Serviços Comuns e Especiais de Engenharia
Critério de aceitação da proposta:	Menor Preço
Item 1	
Objeto da Licitação:	Pavimentação em paralelepípedo nas vias do abatedouro público conforme projeto básico
Quantidade:	1 Serviço(s)
Marca:	
Valor Unitário:	R$ 136.564,97
Valor Total:	R$ 136.564,97
Participante Vencedor:	**V N M AUGUSTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS**
Apelido utilizado na sala:	Participante 83547
Documento do Licitante:	62.175.375/0001-40
Cidade UF:	São Miguel - RN
Valor total Contratado:	R$ 136.564,97
Responsáveis por adjudicação do(s) lote(s)	**Lotes adjudicados**
Sr.(a) Leandro Michel do Rego Lima, como autoridade competente adjudicou:	1

São Miguel - RN, 4 de Setembro de 2026
Promotor: Prefeitura Municipal de São Miguel
Unidade de Compra: Prefeitura Municipal de São Miguel

Autoridade Competente: Leandro Michel do Rego Lima

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:B8C9B0EE

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA - EDITAL N° 08/2026 – PROCESSO N° 201509384-7

A Autoridade Competente da(o) Prefeitura Municipal de São Miguel, Sr.(a) Leandro Michel do Rego Lima, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 28, II (concorrência)), após exame e deliberação do processo administrativo **N° 201509384-7,** em observância ao Instrumento Convocatório **(Edital) 08/2026**, que institui o(a) Concorrência em epígrafe, resolve homologar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	Contratação de Obras e Serviços Comuns e Especiais de Engenharia
Item 1	
Objeto da Licitação:	Pavimentação em paralelepípedo nas vias do abatedouro público conforme projeto básico
Quantidade:	1 Serviço(s)
Marca:	
Valor Unitário:	R$ 136.564,97
Valor Total:	R$ 136.564,97
Participante Vencedor:	**V N M AUGUSTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS**
Apelido:	Participante 83547
Documento do Licitante:	62.175.375/0001-40
Cidade UF:	São Miguel - RN
Valor total Contratado:	R$ 136.564,97

São Miguel - RN, 4 de Setembro de 2026

Autoridade Competente: Leandro Michel do Rego Lima
Promotor: Prefeitura Municipal de São Miguel
Unidade de Compra: Prefeitura Municipal de São Miguel

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:8DA645D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 205/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER 90 (noventa) dias de licença-prêmio a senhora **ODETE JUVÂNIA DE ARAÚJO**, Mat. 0063914-1, servidor(a) efetivo, cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – período aquisitivo em 10/09/1999 à 10/09/2004, com vigência de 10/09/2026 à 08/12/2026, fazendo jus aos vencimentos e vantagens do seu cargo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.
Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 10 de setembro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:BFA60AA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 204/2026*

O Secretário Municipal da Administração e dos Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto do Executivo Municipal nº 223, de 8 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **6 (seis) diárias integrais**, no valor de **R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) cada**, totalizando **R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**, ao senhor **GUTIERREZ TARGINO COSTA CRUZ**, ocupante do cargo de **Subcoordenador de Desporto**, matrícula nº **1232762**, inscrito no CPF nº *****.***.924-****.

As diárias são concedidas para custear despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem na cidade de **Brasília/DF**, no período de **12 a 18 de setembro de 2026**, com o objetivo de acompanhar, orientar e atuar como treinador da **equipe masculina de basquete da Escola Municipal Deputado Djalma Marinho**, composta por 10 estudantes da rede pública municipal, com idades entre 12 e 14 anos, durante sua participação em **competição nacional de basquete, na modalidade 5x5**, representando o Estado do Rio Grande do Norte.

A participação do servidor possui relevante interesse público, tendo em vista sua atuação como **Subcoordenador de Desporto e treinador responsável pela equipe**, assegurando o acompanhamento técnico e responsável dos estudantes durante a competição. A participação representa ainda um importante resultado do **Projeto Da Base para a Vida – Basquete**, desenvolvido no Município.

A classificação possui especial relevância por se tratar da **primeira vez que uma escola pública municipal de São Paulo do Potengi, na categoria masculina, representará o Estado do Rio Grande do Norte em uma competição nacional de basquete**, evidenciando o fortalecimento do esporte educacional e da formação esportiva de base no Município.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Paulo do Potengi, 09 de setembro de 2026

BRUNO GOMES DE ANDRADE
Secretário Municipal da Administração e dos Recursos Humanos
011/2025

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Jonathas Germano da Silva
Código Identificador:D7E305D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 74849177-2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

O Município de São Tomé/RN, por intermédio do Prefeito, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, a realização do Pregão Eletrônico nº 010/2026, com Sistema de Registro de Preços - SRP, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, cujo objeto é a **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S10) sobre o preço de referência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP**, conforme condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

O inteiro teor do Edital e de seus anexos estará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, www.gov.br/pncp/pt-br, no Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br, e no sítio eletrônico oficial do Município de São Tomé/RN, saotome.rn.gov.br/editais/, além de poder ser consultado na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça Antônio Assunção, nº 114, Centro, CEP 59.400-000, São Tomé/RN, no horário das 08h00min às 14h00min.

Para participação na licitação ou acompanhamento da sessão pública, o interessado deverá acessar o Portal de Compras Públicas, através do link www.portaldecompraspublicas.com.br. O recebimento das propostas terá início em 11/09/2026, às 09h00min, e será encerrado em 24/09/2026, às 09h59min. A sessão pública para abertura e disputa terá início em 24/09/2026, às 10h00min, horário de Brasília/DF. Na definição dessas datas deverá ser observado o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de propostas e lances, contado da divulgação do edital, nos termos do art. 55, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Tomé/RN, 10 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:A9ED5E1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº.145, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026 “DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Sra. LUCICARLA PEREIRA DA SILVA, Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, inscrita no CPF sob o nº XXX.491.374-XX, a quantia de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) referente a 01 (uma) diária parcial para deslocamento a cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 14 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº 08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, para participar do evento **REDE SISAN POTIGUAR: Construindo Caminhos Para Fortalecimento Da Segurança Alimentar no RN, no auditório da reitoria da UFRN – Lagoa Nova, Natal.**

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:37F85EFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 146, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Sra. LUZIA LAÍZE DE OLIVEIRA RODRIGUES, Nutricionista, inscrita no CPF sob o nº XXX.248.504-XX, a quantia de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente a 01 (uma) diária parcial para deslocamento a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, no dia 14 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº 08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, para participar do evento **"REDE SISAN POTIGUAR" – Construindo Caminhos para Fortalecimento da Segurança Alimentar no RN, no auditório da reitoria da UFRN, Lagoa Nova – Natal/RN.**

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:F61D023B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 023/2026 - SMOSU

CONTRATANTE.....: MUNICÍPIO DE SAO VICENTE (CNPJ: 08.308.470/0001-29)

CONTRATADA (O): RAFAEL DA SILVA MEDEIROS, Brasileiro, SERVENTE CPF nº 706.XXX.XXX-44.

OBJETO.....: prestação de serviços de servente de pedreiro nas obras públicas do Município de São Vicente RN, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

VALOR MENSAL.....: R$ 1.621,00 (Mil, seiscentos e vinte e um reais), para o exercício de 2026, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, podendo realizar horas extras em casos de necessidade da Prefeitura Municipal de São Vicente RN.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....: A despesa será consignada ao(s) recursos(s) orçamentário(s) previsto(s) no OGM – Orçamento Geral do Município

VIGÊNCIA.....: de 11 de setembro de 2026 à 31 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA.....: 10 de setembro de 2026.

ASSINAM:

Pela contratante:
JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS – Prefeita Municipal.

Pela contratada:
RAFAEL DA SILVA MEDEIROS

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:986463C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 243/2026 – SMS, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

NOMEIA FISCAL PARA O CONTRATO Nº 292/2026.

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,
CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear como **FISCAL DO CONTRATO Nº 292/2026**, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ Nº 11.261.481/0001-05)** e a empresa **50669435 DAMIAO PEREIRA DA SILVA (CNPJ Nº 50.669.435/0001-00)**, o(s) seguinte(s) servidor(es): Jacirlene Soares De Medeiros Araújo - CPF Nº 088.XXX.XXX-84.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
São Vicente/RN, 10 de setembro de 2026.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JÚNIOR
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Matrícula nº 1140

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:DEEE3237

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 534/2026, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025. (*)

"DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA SITUADA NA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO ERNESTO CUNHA, NO MUNICÍPIO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, PASSANDO A DENOMINAR-SE "PROFESSORA NANCI RELÂMPAGO DA SILVA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA-RN, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a "**PROFESSORA NANCI RELÂMPAGO DA SILVA"** a atual quadra poliesportiva sem denominação, localizada na Escola Municipal Francisco Ernesto Cunha, nesta cidade de Senador Elói de Souza/RN.

Art. 2º Para nomenclatura e identificação da Quadra Poliesportiva através de emplacamento oficial, passando a se chamar **"PROFESSORA NANCI RELÂMPAGO DA SILVA".**

Art. 3º- Esta Lei Municipal entra em vigor na data da sua publicação revogando as disposições em contrário.

Senador Elói de Souza/RN, 18 de dezembro de 2025.

(*) REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito do Município de Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Hudson Araujo Lucas
Código Identificador:9CBF8F1C

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 535/2026, DE 20 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DAS ÁRVORES BAOBÁ LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN COMO PATRIMÔNIO MATERIAL, ECOLÓGICO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA-RN, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reconhecidas como Patrimônio Material, Ecológico, Turístico e Paisagístico do Município de Senador Elói de Souza as seguintes árvores Baobá:

– o Baobá localizado na comunidade da Ubaeira, às margens do Rio Jundiaí;

– o Baobá localizado ao lado do Serrote, plantado há aproximadamente 40 anos pelo Senhor João de Silvino.

Art. 2º O reconhecimento de que trata esta Lei tem por finalidade:

– preservar a árvore Baobá como símbolo histórico, cultural, ecológico e ambiental do município;

– incentivar ações de conservação e proteção ambiental da área onde se encontra localizada;

– promover o turismo ecológico, histórico e cultural no Município;

– estimular atividades educativas, culturais e científicas voltadas ao conhecimento da história, biodiversidade e importância simbólica do Baobá;

– valorizar o patrimônio natural existente no território eloidesouzense.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá promover ações de:

– sinalização e identificação turística do local;

– preservação ambiental da área adjacente;

– incentivo à visitação consciente e sustentável;

– inclusão do Baobá nos roteiros turísticos, culturais e pedagógicos do Município;

– realização de campanhas educativas sobre preservação ambiental e valorização histórica.

Art. 4º Fica vedada qualquer ação que venha a causar danos à integridade física da árvore Baobá reconhecida por esta Lei, ressalvadas as intervenções técnicas necessárias à sua preservação, mediante acompanhamento dos órgãos competentes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Elói de Souza/RN, 20 de maio de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito do Município de Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Hudson Araujo Lucas
Código Identificador:043B120D

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 536/2026, DE 20 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DO SERROTE COMO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO, NATURAL, AMBIENTAL, CULTURAL, RELIGIOSO, HISTÓRICO, PAISAGISTICO E TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA-RN, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido como **PATRIMÔNIO GEOLÓGICO, NATURAL, AMBIENTAL, CULTURAL, RELIGIOSO, HISTÓRICO, PAISAGÍSTICO E TURÍSTICO** do Município de Senador Elói de Souza o "Serrote", localizado na área urbana do município, em razão de sua relevante importância histórica, científica, ambiental, paisagística, cultural e turística.

Art. 2º O reconhecimento de que trata esta Lei tem por finalidade:
– preservar o patrimônio geológico e natural existente no município;
– incentivar ações de educação ambiental, científica e patrimonial;
– promover o potencial turístico, ecológico e cultural do Serrote;
– estimular estudos científicos e acadêmicos sobre a formação geológica local;
– fomentar políticas públicas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá desenvolver ações voltadas:
– à sinalização turística e educativa da área;
– à promoção de eventos ecológicos, culturais e científicos;
– à celebração de parcerias com universidades, institutos de pesquisa e órgãos ambientais;
– à inclusão do Serrote nos roteiros turísticos e pedagógicos do município;
– à preservação ambiental e combate a ações de degradação do patrimônio natural.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Elói de Souza/RN, 20 de maio de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito do Município de Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Hudson Araujo Lucas
Código Identificador:99668581

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 537/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM OUTROS MUNICÍPIOS PARA A REALIZAÇÃO CONJUNTA DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, no uso das suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancinou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio de Cooperação com outros Municípios para a realização conjunta de Concurso Público destinado ao provimento de cargos efetivos integrantes do quadro de pessoal do Município de Senador Elói de Souza/RN.

Art. 2º O Concurso Público observará a legislação municipal aplicável aos cargos, empregos e funções públicas, bem como a Constituição Federal e a legislação pertinente.

§1º A presente autorização não implica criação de cargos públicos, alteração de vencimentos, modificação de atribuições, ampliação automática de vagas ou obrigação de nomeação de candidatos aprovados.

§2º Somente poderão integrar o concurso público os cargos efetivos previamente criados por lei e existentes no quadro permanente do Município.
§3º A nomeação dos candidatos dependerá da existência de vaga, necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e financeira e observância dos limites legais de despesa com pessoal.

Art. 3º O Convênio de Cooperação poderá prever, entre outras medidas:
I – elaboração de plano de trabalho;
II – instituição de comissão conjunta de acompanhamento;
III – designação de representantes dos Municípios partícipes;
IV – definição de cronograma comum;
V – contratação de instituição especializada para organização e execução do concurso;
VI – elaboração de edital único ou conjunto;
VII – rateio das despesas;
VIII – disciplina da arrecadação das taxas de inscrição;
IX – mecanismos de fiscalização e prestação de contas.
Art. 4º A realização conjunta do concurso público não transfere aos demais Municípios competência para convocação, nomeação, posse, lotação, remuneração ou gestão funcional dos servidores do Município de Senador Elói de Souza/RN.

§1º Compete exclusivamente ao Município de Senador Elói de Souza praticar todos os atos relativos à convocação, nomeação, posse, exercício, lotação e gestão funcional dos candidatos aprovados para seus cargos.
§2º Nenhum Município participante poderá prover cargo pertencente ao quadro funcional de outro Município.

Art. 5º O Convênio de Cooperação deverá estabelecer, no mínimo:
I – identificação dos Municípios participantes;
II – objeto;
III – obrigações das partes;
IV – governança;
V – critérios de rateio das despesas;
VI – regras sobre receitas de inscrição;
VII – contratação da banca organizadora;
VIII – fiscalização e prestação de contas;
IX – vigência;
X – hipóteses de alteração e rescisão;
XI – responsabilidades dos partícipes;
XII – foro competente.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

§1º A assunção de obrigações financeiras dependerá da existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira.
§2º O rateio observará o plano de trabalho e o respectivo convênio.

Art. 7º A contratação da instituição organizadora observará a legislação aplicável às contratações públicas.
Parágrafo único. A contratação poderá ser realizada de forma centralizada por um dos Municípios participantes, desde que prevista no Convênio de Cooperação.

Art. 8º O Poder Executivo poderá expedir os atos regulamentares necessários ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 9º Integram esta Lei:
I – Anexo I – Diretrizes do Convênio de Cooperação;
II – Anexo II – Diretrizes para o Plano de Trabalho.

Parágrafo único. Os anexos poderão ser ajustados na celebração do Convênio, preservado o objeto e os limites desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Elói de Souza/RN, 01 de julho de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito do Município de Senador Elói de Souza/RN

ANEXO I
DIRETRIZES DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

Art. 1º O convênio de cooperação terá por objeto a conjugação de esforços entre Municípios para a realização conjunta de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos dos respectivos quadros de pessoal.

Art. 2º O convênio de cooperação não constituirá consórcio público, pessoa jurídica autônoma ou entidade administrativa distinta dos Municípios partícipes.

Art. 3º O convênio de cooperação observará as seguintes diretrizes:
I – Preservação da autonomia administrativa, orçamentária, financeira e funcional dos Municípios partícipes;
II – Vinculação dos cargos, vagas e candidatos ao respectivo Município;
III – Responsabilidade individual de cada Município pelas informações relativas aos seus cargos, vagas, requisitos, vencimentos e atribuições;
IV – Realização coordenada dos atos preparatórios, operacionais e administrativos do concurso público;
V – Transparência na contratação da instituição executora;
VI – Definição objetiva dos critérios de rateio das despesas;
VII – Prestação de contas dos recursos aplicados;
VIII – Publicidade dos atos essenciais do concurso público.

Art. 4º O edital do concurso público poderá ser único ou conjunto, com anexos específicos por Município.
Parágrafo único. O edital deverá identificar, para cada Município, os cargos, vagas, requisitos, vencimentos, jornadas, atribuições e demais condições de provimento.

Art. 5º As despesas necessárias à realização do concurso público poderão ser rateadas entre os Municípios partícipes, conforme critérios objetivos previstos no convênio e no plano de trabalho.

Art. 6º As receitas provenientes das inscrições observarão o regime previsto no convênio, no contrato firmado com a instituição executora e na legislação aplicável.

Art. 7º Cada Município será responsável pela homologação, convocação, nomeação, posse, lotação e gestão funcional dos candidatos aprovados para os cargos integrantes de seu quadro de pessoal.

ANEXO II
DIRETRIZES PARA O PLANO DE TRABALHO

Art. 1º O plano básico de trabalho tem por finalidade orientar a execução do convênio de cooperação para realização conjunta de concurso público.

Art. 2º São objetivos do plano básico de trabalho:
I – Viabilizar a realização conjunta de concurso público;
II – Reduzir custos administrativos e operacionais;
III – Ampliar a eficiência na contratação da instituição executora;
IV – Padronizar procedimentos comuns;
V – Preservar a autonomia dos Municípios partícipes;
VI – Assegurar a regularidade, a publicidade e a transparência do certame.

Art. 3º A execução do Concurso Público observará, preferencialmente, as seguintes etapas:
I – Aprovação de lei autorizativa pelos Municípios partícipes;
II – Celebração do convênio de cooperação;
III – Designação dos representantes dos Municípios;
IV – Instituição da comissão conjunta de acompanhamento;
V – Consolidação das informações sobre cargos, vagas e legislação aplicável;
VI – Definição do modelo de contratação da instituição executora;
VII – Contratação da instituição executora;
VIII – Elaboração e publicação do edital;
IX – Realização das inscrições;
X – Aplicação das provas;
XI – Julgamento dos recursos;
XII – Publicação do resultado final;
XIII – Homologação do concurso público;
XIV – Prestação de contas.

Art. 4º Cada Município deverá encaminhar à comissão conjunta, no mínimo, as seguintes informações:
I – Denominação dos cargos;
II – Lei de criação dos cargos;
III – Número de vagas;
IV – Previsão de cadastro de reserva, quando houver;
V – Requisitos de escolaridade e habilitação profissional;
VI – Vencimento básico;
VII – Jornada de trabalho;
VIII – Atribuições;
IX – Órgão ou secretaria de lotação, quando aplicável;
X – Legislação municipal pertinente.

Art. 5º O rateio das despesas poderá considerar, isolada ou conjuntamente:
I – Número de cargos ofertados por Município;
II – Número de vagas ofertadas por Município;
III – Estimativa de candidatos inscritos;
IV – Valor fixo por Município;
V – Percentual proporcional sobre o custo global;
VI – Outro critério objetivo definido no convênio.

Art. 6º A contratação da instituição executora deverá contemplar, quando cabível:
I – Elaboração do edital;
II – Sistema de inscrições;
III – Elaboração, impressão, guarda, transporte e aplicação das provas;
IV – Processamento dos resultados;
V – Análise de recursos;
VI – Publicação dos resultados;
VII – Atendimento aos candidatos;
VIII – Guarda dos documentos do certame;
IX – Prestação de informações aos Municípios partícipes.

Art. 7º A vigência do convênio deverá abranger o período necessário ao planejamento, à contratação, à execução, à homologação e à prestação de contas do concurso público.

Senador Elói de Souza/RN, 01 de julho de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito do Município de Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Hudson Araujo Lucas
Código Identificador:B2A0EE91

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
PORTAIA Nº 164/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a pedido, a Sra. **MARIA DAMIANA DA SILVA**, inscrita no CPF nº **046.353.634-XX**, do cargo de Coordenadora Pedagógica Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, 09 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:B92928AC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 161/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear o Senhor **HEDILENIO DIONISIO DE LIMA**, inscrito no CPF nº **063.964.144-XX**, para exercer o cargo de **Coordenador Administrativo**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, 09 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção.

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:08BF4ECB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 165/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a **Sra. MARIA DAMIANA DA SILVA**, inscrita no CPF nº **046.353.634-XX**, para exercer o cargo de **Assessora de Gabinete**, lotada no Gabinete do Prefeito.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, 09 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:6B187506

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO DE MERCADO PARA CONFECÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN torna público interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, podendo ser selecionada a proposta mais vantajosa para imediata contratação, a depender dos enquadramentos legais.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 091/2024 que dispõe sobre as regras e diretrizes para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio.
CONSIDERANDO a necessidade de obediência aos parâmetros impostos pela Lei 14.133/2021;
A Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/RN solicita a quem interessar a apresentação de proposta de preço para itens abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço confecção de Placas de identificação dos setores e placas inaugurais dos prédios públicos do município de Senador Georgino Avelino.

QUANTIDADE:
01 - PLACA EXTERNA DA FACHADA Placas externas: Placas em ACM 3mm, moduladas, com estrutura interna de sustentação em tubo retangular de metalon galvanizado, 30x20 na chapa 18, logomarca e texto complementares em PVC recortado 20mm em policormia com pintura automotiva 3,00x1,50 cm.
- Prédio vizinho a rodoviária: medindo 2.03x0,34x0,04mts. **01 Unidade**
- Escola Jessé: medindo 3.50x0,58x0,04mts. **01 Unidade**
- Quadra Jessé: medindo 3.00x0,50x0,04mts. **01 Unidade**
- Secretaria de educação: medindo 4.00x1.50mts; **01 Unidade**
- Secretaria de educação: medindo logo 1.40x1.40mts. **01 Unidade**

*OBS: Somente na placa da secretaria de educação são duas placas, placa principal e logomarca. *Justificativa nessa necessidade da secretaria de educação, calçada estreita e rampa de acessibilidade. (Essa unidade, só e possível a instalação da placa externa com muck lança com 13mts, mínimo, CREA e ART).

02 - PLACAS EM AÇO INOX ESCOVADO, AISI 304, com gravação em baixo relevo, pintura epóxi, logomarca em policromia com verniz, resinada, parafuso sextavado niquelados, medindo 60x40cms.**08 Unidades**

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível. As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail cplsgavelinolicitacoes2020@gmail.com, em atenção à agente de contratação, no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (Portable Documento Format), contendo no mínimo:
a) Descrição do objeto;
b) Valor unitário, total e por extenso;
c) Número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão,
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão. e
g) Termo de referência disponível para análise de exigências e qualificações técnicas para formulação da proposta.

CONSIDERANDO o objeto e a baixa complexidade, o prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

O Termo de referência encontra-se disponível para conhecimento das exigências e cláusulas.

A cotação deverá ser encaminhada até ás 14hs do dia 15/09/2026.

Senador Georgino Avelino, 10 de Setembro de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN.

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:19512888

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 128.2026

CONTRATO Nº.....: 128

ORIGEM.....: Dispensa Nº 104.2026

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

CONTRATADA(O).....: EXPRESS DENTAL LTDA

OBJETO.....: Aquisição de Cadeiras de Rodas, sendo estas, cadeiras de rodas comuns e dobráveis, cadeiras de rodas especiais para obesos, cadeiras de banho e cadeiras de banho especiais para pacientes obesos. Através do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL.....: R$ 15.628,00 (quinze mil, seiscentos e vinte e oito reais).

VIGÊNCIA.....: 10 de setembro de 2026 a 10 de setembro de 2027
DATA DA ASSINATURA.....: 10 de setembro de 2026

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:6083E3A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº129.2026

CONTRATO Nº.....: 129

ORIGEM.....: Dispensa Nº 104.2026

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

CONTRATADA(O).....: PROMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTO

OBJETO.....: Aquisição de Cadeiras de Rodas, sendo estas, cadeiras de rodas comuns e dobráveis, cadeiras de rodas especiais para obesos, cadeiras de banho e cadeiras de banho especiais para pacientes obesos. Através do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL.....: R$ 30.294,80 (trinta mil, duzentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA.....: 10 de setembro de 2026 a 10 de setembro de 2027
DATA DA ASSINATURA.....: 10 de setembro de 2026

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:32A16CE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DISP. 104.2026

O Agente de Contratação do Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: Aquisição de Cadeiras de Rodas, sendo estas, cadeiras de rodas comuns e dobráveis, cadeiras de rodas especiais para obesos, cadeiras de banho e cadeiras de banho especiais para pacientes obesos. Através do Fundo Municipal de Saúde.

FAVORECIDO.....: EXPRESS DENTAL LTDA
Valor.....:R$ 15.628,00 (quinze mil, seiscentos e vinte e oito reais).

FAVORECIDO.....: PROMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTO

Valor.....:R$ 30.294,80 (trinta mil, duzentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).

Fundamento Legal...: Art. 75, ll da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, Prefeito Municipal.

SENADOR GEORGINO AVELINO - RN, 10 de Setembro de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:15F5B49F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE SUSPENSÃO

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1130
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 0009/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS REMANESCENTES DA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BASICA DE SAUDE-UBS PORTE 1, NA VILA GOIAS, ZONA RURAL DO MUICIPIO DE SERRA-RN.

Considerando o recebimento de questionamentos e a necessidade de revisão dos documentos que compõem o a composição analítica/orçamento do processo de licitação em epígrafe, o setor de LICITAÇÃO vem **SUSPENDER** o andamento deste processo, por prazo indeterminado, bem como CANCELAR a realização da primeira Sessão de Julgamento que seria realizada no dia 15/09/2026. Interessados através dos sites: http://licitafacil.tce.rn.gov.br/#/, https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Serra do Mel – RN, 10 de setembro de 2026.

FRANCISCO NILDO DA SILVA
Port: 033/2025
Agente de Contratação

Publicado por:
Francisco Nildo da Silva
Código Identificador:E2BCE9CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 228, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 228, de 10 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 01 (um) diária para André Lima de Azevedo, CPF: 111.810.644-06, matrícula 007487-8, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Governo e Comunicação, o qual irá participar de uma reunião técnica promovida pelo Senai para tratar sobre a execução do projeto Energia no município, no dia 11/09/2026, na cidade de Natal/RN.

A participação do Secretário Municipal na reunião técnica promovida pelo SENAI é de extrema relevância para o acompanhamento e a execução do projeto Energia no município. Trata-se de uma iniciativa estratégica voltada para o desenvolvimento sustentável, eficiência energética e modernização da infraestrutura local, com impactos diretos na qualidade de vida da população e na competitividade econômica da cidade.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 10 de setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:57B922C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 229, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 229, de 10 de setembro de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 01 (um) diária para Thayna Azevedo de Oliveira, CPF: 105.755.604-10, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, a qual irá acompanhando o Secretário Municipal de Governo e Comunicação, André Lima de Azevedo, ambos irão participar de uma reunião técnica promovida pelo Senai para tratar sobre a execução do projeto Energia no município, no dia 11/09/2026, na cidade de Natal/RN.

A participação da Secretária Municipal na reunião técnica promovida pelo SENAI é de extrema relevância para o acompanhamento e a execução do projeto Energia no município. Trata-se de uma iniciativa estratégica voltada para o desenvolvimento sustentável, eficiência energética e modernização da infraestrutura local, com impactos diretos na qualidade de vida da população e na competitividade econômica da cidade.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 10 de setembro de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:D0EE2087

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO Nº 01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL
Gabinete do Prefeito
DECISÃO ADMINISTRATIVA
Processo Administrativo de Responsabilização nº 01/2026
Interessada: 2B COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Objeto: Aquisição de mobiliários, eletrodomésticos e equipamentos permanentes – Ata de Registro de Preços nº 084/2025

CONSIDERANDO que o presente Processo Administrativo de Responsabilização foi instaurado em face da empresa **2B COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.479.174/0001-80, em razão de possível inexecução das obrigações assumidas no âmbito da Ata de Registro de Preços nº 084/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 25/2025;

CONSIDERANDO que, conforme apurado nos autos, a empresa deixou de cumprir as obrigações assumidas por meio das **Ordens de Compra nº 170/2026, 396/2026 e 485/2026**, destinadas ao fornecimento de mobiliários e equipamentos para a Biblioteca Municipal, a Controladoria Geral do Município e o Centro Administrativo;

CONSIDERANDO que os documentos constantes do processo apontam que os bens não foram entregues dentro dos prazos estabelecidos, configurando descumprimento das obrigações assumidas pela contratada;

CONSIDERANDO que a Administração Municipal buscou solução para a situação, oportunizando à empresa a regularização do fornecimento, sem êxito, diante da ausência de regularização registrada nos autos;

CONSIDERANDO as conclusões da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, constantes do Relatório Final, no sentido de que restou caracterizada a inexecução das obrigações assumidas pela empresa interessada, estando sua conduta sujeita à responsabilização administrativa prevista na Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a conduta apurada se enquadra nas hipóteses de infração administrativa previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, estando sujeita às sanções previstas no art. 156 do mesmo diploma legal;

CONSIDERANDO que a aplicação da penalidade deve observar os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, interesse público e caráter pedagógico e preventivo da sanção administrativa;

CONSIDERANDO a gravidade do inadimplemento, especialmente por envolver três Ordens de Compra distintas e bens destinados ao funcionamento de unidades administrativas e culturais do Município, circunstância que ultrapassa mero atraso pontual e compromete a finalidade da contratação;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de resguardar a Administração Pública contra a repetição de condutas semelhantes e assegurar que os particulares que contratam com o Poder Público cumpram integralmente as obrigações assumidas;

DECIDO:

1. Reconhecer a responsabilidade administrativa da empresa **2B COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.479.174/0001-80, pela inexecução das obrigações assumidas nas Ordens de Compra nº 170/2026, 396/2026 e 485/2026, vinculadas à Ata de Registro de Preços nº 084/2025;

2. Aplicar à empresa **2B COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA** a penalidade de **impedimento de licitar e contratar com o Município de Serra do Mel**, pelo prazo de **3 (três) anos**, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

3. Determinar a adoção das providências administrativas necessárias à **extinção das obrigações decorrentes das Ordens de Compra inadimplidas**, bem como, se ainda vigente, à extinção do vínculo correspondente, observados os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021;

4. Determinar a inclusão da penalidade aplicada nos **cadastros de penalidades mantidos pela Administração Municipal** e a adoção das providências necessárias à sua publicidade e comunicação aos órgãos competentes, na forma da legislação vigente;

5. Determinar a **notificação da empresa sancionada**, com cópia integral da presente decisão, para ciência e exercício dos direitos previstos na legislação, inclusive quanto à possibilidade de apresentação do recurso administrativo cabível;

6. Após o cumprimento das providências necessárias, promovam-se os registros e demais atos administrativos decorrentes da presente decisão.

Publique-se. Registre-se. Notifique-se. Cumpra-se.

Serra do Mel/RN, 02 de setembro de 2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:F8C0A118

SETOR DE CONTRATOS
TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL, CNPJ nº 12.755.971/0001-20, e O. S. LOCADORA DE VEÍCULOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.409.932/0001-95, estabelecida na Rua Doutor João Marcelino, 747, Edif. Salinas, Sala 17, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP: 59.611-200. VALOR: R$ 148.767,32 (cento e quarenta e oito mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos).
Prazo: 90 dias.
Data: 10 de setembro de 2026.
Foro: Mossoró/RN

Publicado por:
Yohana Rizia de Souza Costa
Código Identificador:7F5C326A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3216/2026.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75

CONTRATADO: H C DE ALMEIDA CONSULTORIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ 40.220.533/0001-01.

OBJETO: O presente termo de apostilamento tem por objeto a adição de nova fonte de recursos no contrato original, do referido contrato.
O prazo de vigência desse termo de apostilamento irá seguir a data de assinatura do contrato.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 - SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
AÇÃO: 2229 - AÇÕES ALUSIVAS À LEI ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA, LEI Nº 14.399/2022
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Serra Negra do Norte/RN, em 10 de setembro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:CEBBD852

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025 – PROC. ADMINIST. MSNN/RN N° 25149/2025

GERENCIADORA: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75.

DETENTORA DA ATA: ELETROCENTER MATERIAL ELETRICO E CONSTRUCAO CAICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.523.276/0001-12.

OBJETO: Constitui objeto do presente termo a prorrogação do prazo de validade da Ata de Registro de Preços nº **021/2025**, por mais 12 (**DOZE**) meses, com fulcro no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

PRAZO E VIGÊNCIA DA PRORROGAÇÃO: A vigência do presente termo de prorrogação tem como **termo inicial no dia 11 de setembro de 2026** e **termo final em 10 de setembro de 2027**.

Serra Negra do Norte/RN, 10 de setembro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

ELETROCENTER MATERIAL ELETRICO E CONSTRUCAO CAICO LTDA
Pela Detentora da Ata

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:B3AD3BE5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025 – PROC. ADMINIST. MSNN/RN N° 25149/2025

GERENCIADORA: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75.

DETENTORA DA ATA: LUMEN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS - EPP - LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.062.419/0001-24.

OBJETO: Constitui objeto do presente termo a prorrogação do prazo de validade da Ata de Registro de Preços nº **022/2025**, por mais 12 (**DOZE**) meses, com fulcro no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

PRAZO E VIGÊNCIA DA PRORROGAÇÃO: A vigência do presente termo de prorrogação tem como **termo inicial no dia 11 de setembro de 2026** e **termo final em 10 de setembro de 2027**.

Serra Negra do Norte/RN, 10 de setembro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

LUMEN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS - EPP - LTDA
Pela Detentora da Ata

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:9D10EBD0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025 – PROC. ADMINIST. MSNN/RN N° 25149/2025

GERENCIADORA: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75.

DETENTORA DA ATA: MARIA DO O DOS SANTOS VAREJISTA, inscrita no CNPJ sob o nº 70.321.765/0001-09.

OBJETO: Constitui objeto do presente termo a prorrogação do prazo de validade da Ata de Registro de Preços nº **023/2025**, por mais 12 (**DOZE**) meses, com fulcro no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

PRAZO E VIGÊNCIA DA PRORROGAÇÃO: A vigência do presente termo de prorrogação tem como **termo inicial no dia 11 de setembro de 2026** e **termo final em 10 de setembro de 2027**.

Serra Negra do Norte/RN, 10 de setembro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

MARIA DO O DOS SANTOS VAREJISTA
Pela Detentora da Ata

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:DA7099B7

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERRA NEGRA DO NORTE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 325/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023 e 695/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder as diárias abaixo discriminadas, destinadas à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Taynara Araújo dos Santos			
Cargo/função: Entrevistadora do Cadastro Único	**CPF:** 124.XXX.924-74	**Quantidade:** 2 (duas)	
Destino: Natal	**Data:** 24/09/2026 – 25/09/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 300,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 300,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Participar da Oficina de Entrevistadores do Cadastro Único, que ocorrerá nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, na cidade de Natal/RN			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ XAVIER DOS SANTOS
Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social
Portaria nº 006/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:8B32D4EB

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERRA NEGRA DO NORTE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 326/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023 e 695/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder as diárias abaixo discriminadas, destinadas à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Gabriella Batista de Araújo			
Cargo/função: Coordenadora do Setor do Cadastro Único e Bolsa Família	**CPF:** 700.XXX.424-51	**Quantidade:** 2 (duas)	
Destino: Natal	**Data:** 24/09/2026 – 25/09/2026	**Valor Unitário(R$):** 200,00	**Valor Total (R$):** 400,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 400,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Participar da Oficina de Entrevistadores do Cadastro Único, que ocorrerá nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, na cidade de Natal/RN			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ XAVIER DOS SANTOS
Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social
Portaria nº 006/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:216F18CF

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 321/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinada à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Danilo Monte Costa			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 052.XXX.834-44	**Quantidade:** ½ (meia)	
Destino: Caicó	**Data:** 07/09/2026	**Valor Unitário(R$):** 80,00	**Valor Total (R$):** 40,00
( ) Valor Integral (X) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 40,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir a paciente F.M.G. para atendimento de urgência e realizar exames no Hospital Regional do Seridó em Caicó-RN. Ressarcimento.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 09 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:C58248E2

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 324/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinada à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Danilo Monte Costa			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 052.XXX.834-44	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 05/09/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 150,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir a paciente L.F.L. que se encontrava de alta na Policlínica do Alecrim após realizar procedimento cirúrgico. Ressarcimento.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 09 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:4388C015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 327/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder as diárias abaixo discriminadas, destinadas à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Daniel de Araújo Guedes			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 009.XXX.484-14	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Currais Novos	**Data:** 06/09/2026	**Valor Unitário(R$):** 80,00	**Valor Total (R$):** 80,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 80,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir a paciente A.P.R. e sua acompanhante para realizar procedimento cirúrgico no Hosp. Mariano Coelho na cidade de Currais Novos-RN. Informo que a referida viagem foi realizada no decorrer do plantão do dia 06/09/2026 (Domingo). Por esse motivo, não houve tempo hábil de enviar a solicitação de diária no prazo legal e venho solicitar a diária em caráter INDENIZATÓRIO.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Serra Negra do Norte/RN, 10 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:8146BC8F

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 328/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder as diárias abaixo discriminadas, destinadas à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Daniel de Araújo Guedes			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 009.XXX.484-14	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 08/09/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 150,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir o paciente E.N. para realizar tratamento médico na Policlínica na cidade de Natal-RN. Informo que o condutor foi acionado no dia 07/09/2026, por volta das 18h pelo Chefe de Transporte Sec. Saúde, para realizar a referida viagem no dia 08/09/2026. Por esse motivo, não houve tempo hábil de enviar a solicitação de diária no prazo legal e venho solicitar a diária em caráter INDENIZATÓRIO.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Serra Negra do Norte/RN, 10 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria Nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:8B20FBF5

GABINETE CIVIL
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 322/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023 e 695/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinadas à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Givanildo José da Silva			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 023.XXX.584-78	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 09/09/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 150,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir participantes do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN, nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2026, no Hotel PRAIAMAR & Convention, Rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal, RN.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 09 de setembro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:B1742B9A

GABINETE CIVIL
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 323/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de

suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023 e 695/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinadas à cobertura de custos de alimentação e pousada da respectiva servidora, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Dayanne Cândido da Silva			
Cargo/função: Professora	**CPF:** 073.XXX.844-82	**Quantidade:** 3 (três)	
Destino: Natal	**Data:** 09/09/2026 – 11/09/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 450,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 450,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Participar do Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN, nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2026, no Hotel PRAIAMAR & Convention, Rua Francisco Gurgel, 33, Ponta Negra, Natal, RN			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 09 de setembro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:D0BE7011

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 015, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização de Serrinha (PMA), estabelece princípios, diretrizes, objetivos, mecanismos de governança, monitoramento e implementação das ações voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens na Rede Pública Municipal de Ensino e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SERRINHA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que a educação é um direito fundamental de todos e dever do Estado e da família, nos termos dos arts. 6º e 205 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
CONSIDERANDO as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
CONSIDERANDO as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e do Plano Municipal de Educação de Serrinha;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pela Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, e a necessidade de fortalecer a cooperação entre os entes federativos para assegurar o direito à alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de consolidar uma política pública permanente, baseada em evidências, orientada pela equidade, pela inclusão, pela valorização da diversidade, pela Cultura de Paz, pela Educação em Direitos Humanos e pela promoção de uma educação antirracista,
DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Serrinha (PMA), destinada a orientar, integrar, fortalecer e monitorar as ações da Rede Pública Municipal de Ensino voltadas à garantia do direito à alfabetização, ao desenvolvimento da cultura escrita desde a Educação Infantil e à recomposição das aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização constitui política pública permanente da Secretaria Municipal de Educação e será implementada de forma articulada às demais políticas educacionais do Município, observados:
I - a Constituição Federal;
II - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
III - a Base Nacional Comum Curricular;
IV - as Diretrizes Curriculares Nacionais;
V - o Currículo da Rede Municipal de Ensino;
VI - o Plano Nacional de Educação;
VII - o Plano Estadual de Educação;
VIII - o Plano Municipal de Educação;
IX - o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
X - as demais normas nacionais, estaduais e municipais aplicáveis à Educação Básica.
Art. 3º Para fins deste Decreto, considera-se:
I - alfabetização: processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética, articulado ao desenvolvimento das capacidades de leitura, escrita, oralidade e letramento, possibilitando ao estudante utilizar esses conhecimentos em diferentes práticas sociais;
II - cultura escrita: conjunto de práticas sociais que envolvem a leitura, a escrita, a oralidade e a produção de sentidos, vivenciadas desde a Educação Infantil por meio de experiências significativas, contextualizadas e adequadas ao desenvolvimento das crianças;
III - recomposição das aprendizagens: conjunto de ações pedagógicas planejadas, sistemáticas e contínuas destinadas a assegurar a aprendizagem das habilidades e competências essenciais não consolidadas pelos estudantes;
IV - letramento matemático: desenvolvimento das competências necessárias para compreender, interpretar, representar e utilizar conhecimentos matemáticos na resolução de situações do cotidiano e na participação crítica na vida em sociedade;
V - gestão baseada em evidências: processo de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais fundamentado em indicadores, diagnósticos, avaliações e evidências produzidas pela Rede Municipal de Ensino;
VI - equidade educacional: garantia das condições necessárias para que todos os estudantes tenham acesso, participação, permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral, considerando suas diferentes necessidades, contextos e trajetórias.
Art. 4º São finalidades da Política Municipal de Alfabetização:
I - assegurar o direito de todas as crianças à inserção progressiva na cultura escrita desde a Educação Infantil;
II - garantir que todos os estudantes estejam alfabetizados até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, observado o desenvolvimento integral e as diretrizes curriculares vigentes;
III - promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
IV - reduzir as desigualdades educacionais entre estudantes, escolas e territórios;
V - fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas e em avaliações educacionais;
VI - promover a equidade, a inclusão, a Educação em Direitos Humanos, a educação para as relações étnico-raciais, a valorização da diversidade e a cultura de paz como princípios estruturantes das práticas alfabetizadoras;
VII - fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;
VIII - consolidar mecanismos permanentes de monitoramento, avaliação e melhoria da qualidade da alfabetização na Rede Municipal de Ensino.
Art. 5º A implementação da Política Municipal de Alfabetização observará os princípios da continuidade administrativa, da cooperação institucional, da gestão democrática, da transparência, da eficiência, da inovação pedagógica e da melhoria contínua da aprendizagem, constituindo compromisso permanente da Secretaria Municipal de Educação e das unidades de ensino.
CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização de Serrinha reger-se-á pelos seguintes princípios:
I - direito à aprendizagem, assegurando que todas as crianças e estudantes tenham acesso às condições necessárias ao desenvolvimento pleno da leitura, da escrita, da oralidade, do

letramento matemático e das demais aprendizagens essenciais previstas para cada etapa da Educação Básica;
II - centralidade da criança e do estudante, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, protagonistas de seus processos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitadas suas singularidades, potencialidades, ritmos e trajetórias;
III - equidade educacional, mediante a adoção de estratégias que reduzam desigualdades de acesso, permanência, participação e aprendizagem, assegurando atenção prioritária às crianças e aos estudantes em situação de vulnerabilidade, deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, pertencentes a população negra, povos do campo e demais grupos historicamente excluídos;
IV - educação inclusiva, garantindo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todas as crianças, com eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais, tecnológicas, atitudinais e institucionais;
V - educação Integral, compreendendo o desenvolvimento humano em suas dimensões intelectual, física, emocional, ética, estética, cultural, social e cidadã, reconhecendo a alfabetização como processo constitutivo da formação integral;
VI - educação para as relações étnico-raciais, assegurando práticas pedagógicas dedicadas ao enfrentamento ao racismo, a valorização das histórias, culturas e identidades afro-brasileiras, africanas, indígenas e quilombolas, em conformidade com a legislação vigente;
VII - educação em Direitos Humanos, promovendo a dignidade da pessoa humana, a democracia, a cultura da paz, a convivência respeitosa, a justiça social, a igualdade de oportunidades, o respeito às diferenças e a prevenção de todas as formas de violência, discriminação e intolerância;
VIII - gestão baseada em evidências, orientando o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações educacionais a partir de indicadores, diagnósticos, avaliações internas e externas e demais evidências produzidas pela Rede Municipal de Ensino;
IX - valorização dos profissionais da educação, mediante políticas permanentes de formação inicial e continuada, desenvolvimento profissional, acompanhamento pedagógico, fortalecimento das práticas educativas e incentivo à inovação;
X - gestão democrática, assegurando a participação dos profissionais da educação, estudantes, famílias, conselhos escolares, Conselho Municipal de Educação e demais segmentos da sociedade na implementação, no acompanhamento e na avaliação da Política Municipal de Alfabetização;
XI - cooperação institucional, fortalecendo o regime de colaboração entre o Município, a União, o Estado do Rio Grande do Norte, instituições de ensino superior, organismos públicos, organizações da sociedade civil e demais parceiros estratégicos;
XII - inovação e melhoria contínua, promovendo a permanente qualificação das práticas pedagógicas, da gestão educacional e dos processos de ensino e aprendizagem, com vistas à elevação da qualidade social da educação pública municipal.

Art. 7º Os princípios previstos neste Decreto constituem referenciais obrigatórios para a formulação, implementação, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento das ações, programas, projetos e demais iniciativas vinculadas à Política Municipal de Alfabetização de Serrinha.

Art. 8º As decisões administrativas e pedagógicas decorrentes da implementação desta Política deverão observar, de forma integrada, os princípios estabelecidos neste Capítulo, vedada a adoção de práticas que promovam qualquer forma de discriminação, exclusão, segregação ou violação do direito à aprendizagem.

CAPÍTULO III

DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Seção I

Da Governança

Art. 9º A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida sob modelo de governança colaborativa, integrado e orientado por resultados, assegurando a articulação entre planejamento, gestão, formação, acompanhamento pedagógico, avaliação e monitoramento permanente das aprendizagens.

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, implementar, monitorar, avaliar e aperfeiçoar a Política Municipal de Alfabetização, observadas as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. A coordenação da Política será exercida pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Educação, em regime permanente de colaboração com as unidades de ensino e demais órgãos e instituições parceiras.

Seção II

Das Competências da Secretaria Municipal de Educação

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I - coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização em toda a Rede Pública Municipal de Ensino;
II - estabelecer metas, indicadores e estratégias para a melhoria da alfabetização e da recomposição das aprendizagens;
III - promover políticas permanentes de formação continuada dos profissionais da educação;
IV - disponibilizar referenciais curriculares, materiais pedagógicos, instrumentos de avaliação e orientações técnicas às unidades de ensino;
V - organizar e manter sistema permanente de monitoramento dos indicadores de aprendizagem;
VI - promover avaliações diagnósticas, formativas e institucionais destinadas ao acompanhamento da aprendizagem;
VII - produzir estudos, relatórios técnicos e painéis gerenciais que subsidiem a tomada de decisão;
VIII - fomentar práticas pedagógicas inovadoras e baseadas em evidências;
IX - incentivar a cooperação técnica com instituições de ensino superior, organismos públicos e entidades parceiras;
X - promover políticas de equidade, inclusão, Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Educação para as Relações Étnico-Raciais no âmbito da alfabetização;
XI - acompanhar a execução dos planos institucionais elaborados pelas unidades de ensino;
XII - avaliar periodicamente os resultados da Política Municipal de Alfabetização e propor seu aperfeiçoamento contínuo.

Seção III

Do Comitê Municipal de Alfabetização

Art. 12. Fica instituído o Comitê Municipal de Alfabetização, de caráter consultivo, técnico e estratégico, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de acompanhar, avaliar e apoiar a implementação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 13. Compete ao Comitê Municipal de Alfabetização:
I - acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II - analisar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
III - emitir recomendações técnicas destinadas ao aperfeiçoamento das ações da PMA;
IV - propor estratégias de enfrentamento às desigualdades educacionais;
V - acompanhar a execução das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação;
VI - incentivar a disseminação de práticas pedagógicas exitosas na Rede Municipal de Ensino;
VII - colaborar na elaboração dos relatórios anuais de monitoramento da Política.

Art. 14. A composição, o funcionamento, a periodicidade das reuniões e os procedimentos administrativos do Comitê Municipal de Alfabetização serão disciplinados por Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

Seção IV

Das Competências das Unidades de Ensino

Art. 15. Compete às unidades de ensino:
I - implementar as diretrizes estabelecidas pela Política Municipal de Alfabetização;
II - elaborar Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens, integrado ao Projeto Político-Pedagógico;
III - utilizar os resultados das avaliações internas e externas para subsidiar o planejamento pedagógico;
IV - assegurar o acompanhamento contínuo da aprendizagem das crianças e estudantes;
V - promover ações articuladas entre gestão escolar, coordenação pedagógica, docentes, famílias e comunidade;

VI - desenvolver estratégias de intervenção pedagógica destinadas às crianças e estudantes com dificuldades de aprendizagem;
VII - acompanhar os indicadores educacionais das unidades de ensino;
VIII - fomentar práticas de incentivo à leitura, à escrita, à oralidade e ao letramento matemático.

Seção V

Das Equipes Pedagógicas

Art. 16. Compete às equipes gestoras e pedagógicas das unidades de ensino:
I - coordenar o planejamento pedagógico da alfabetização;
II - acompanhar sistematicamente o desenvolvimento das aprendizagens;
III - apoiar os docentes na elaboração de estratégias pedagógicas, de acordo com cada etapa de ensino;
IV - promover espaços permanentes de estudo, reflexão e formação em serviço;
V - analisar os resultados das avaliações e orientar intervenções pedagógicas;
VI - fortalecer o trabalho colaborativo entre os profissionais da Educação Infantil, Anos Iniciais e Educação Especial;
VII - acompanhar a execução do Plano Institucional de Alfabetização.

Seção VI

Da Corresponsabilização

Art. 17. A implementação da Política Municipal de Alfabetização constitui responsabilidade compartilhada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades de ensino, os profissionais da educação, os estudantes, as famílias, os Conselhos Escolares, o Conselho Municipal de Educação e as instituições parceiras, observadas as competências legais de cada órgão ou entidade.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação desenvolverá estratégias permanentes de mobilização e participação social destinadas ao fortalecimento do compromisso coletivo com a alfabetização, a recomposição das aprendizagens e a melhoria da qualidade da educação pública municipal.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 18. A Política Municipal de Alfabetização será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:
I - garantir a inserção progressiva das crianças na cultura da leitura e da escrita desde a Educação Infantil, respeitando as especificidades da infância, os direitos de aprendizagem e os campos de experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular;
II - assegurar a alfabetização de todos os estudantes até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, por meio de práticas pedagógicas intencionais, acompanhamento contínuo e intervenções oportunas;
III - promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando os diferentes níveis de desenvolvimento, as evidências de aprendizagem e as necessidades individuais e coletivas;
IV - fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular, ao Currículo da Rede Municipal de Ensino e às Diretrizes Curriculares Nacionais;
V - assegurar a integração entre alfabetização, letramento, oralidade, produção escrita, leitura, cultura escrita e letramento matemático, compreendendo esses processos como dimensões indissociáveis do desenvolvimento humano;
VI - promover práticas pedagógicas inclusivas, equitativas e antirracistas, dedicadas à valorização da diversidade, da Educação em Direitos Humanos, da educação ambiental, da cidadania e da cultura de paz;
VII - fortalecer a articulação entre currículo, planejamento, avaliação, formação continuada e acompanhamento pedagógico, assegurando coerência entre as ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino;
VIII - fomentar ambientes alfabetizadores ricos em interações, múltiplas linguagens, literatura, experiências estéticas, recursos didáticos e tecnologias educacionais, favorecendo o desenvolvimento integral das crianças e estudantes;
IX - promover o uso pedagógico das avaliações e dos indicadores educacionais, orientando o planejamento, o monitoramento e a tomada de decisões em todos os níveis da gestão educacional;
X - incentivar a inovação pedagógica, a pesquisa educacional e a disseminação de práticas exitosas, fortalecendo a produção de conhecimentos no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
XI - fortalecer a participação das famílias e da comunidade escolar, reconhecendo sua corresponsabilidade no desenvolvimento das aprendizagens;
XII - assegurar a cooperação institucional entre o Município, a União, o Estado, instituições de ensino superior e demais parceiros estratégicos, visando ao aperfeiçoamento permanente da PMA.

Art. 19. A implementação das diretrizes previstas neste Decreto deverá considerar:
I - os diferentes contextos socioculturais, econômicos e territoriais das unidades de ensino;
II - as especificidades da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
III - as modalidades da Educação Básica ofertadas pela Rede Municipal de Ensino;
IV - as necessidades específicas das crianças e dos estudantes a que se destina a Educação Especial;
V - as especificidades da Educação Escolar do Campo, da Educação das Relações Étnico-Raciais e das demais políticas de diversidade implementadas pela Rede Municipal de Ensino.

Art. 20. As ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização deverão observar, de forma integrada:
I - a indissociabilidade entre cuidar, educar e brincar na Educação Infantil;
II - a garantia dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças da Educação Infantil, previstos na BNCC;
III - a continuidade dos processos de aprendizagem entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
IV - a articulação entre alfabetização, desenvolvimento integral e formação cidadã;
V - o respeito às singularidades das crianças e dos estudantes e aos diferentes tempos de aprendizagem;
VI - a utilização de metodologias diversificadas, recursos pedagógicos acessíveis e estratégias de ensino capazes de favorecer a aprendizagem de todos;
VII - o compromisso permanente com a melhoria da qualidade social da educação pública municipal.

Art. 21. As diretrizes da PMA deverão orientar:
I - o planejamento pedagógico da Rede Municipal de Ensino;
II - a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares;
III - os Planos Institucionais de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens;
IV - os programas, projetos e ações desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação;
V - os processos de formação continuada;
VI - os sistemas de monitoramento, avaliação e acompanhamento das aprendizagens;
VII - os instrumentos de cooperação institucional celebrados pelo Município.

CAPÍTULO V

DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 22. A implementação da Política Municipal de Alfabetização desenvolver-se-á de forma integrada e sistêmica, por meio dos seguintes eixos estratégicos:
I - Governança e Gestão Educacional;
II - Currículo, Alfabetização e Práticas Pedagógicas;
III - Formação e Desenvolvimento Profissional;
IV - Monitoramento, Avaliação e Gestão Baseada em Evidências;
V - Equidade, Inclusão e Diversidade;
VI - Programas, Projetos e Recomposição das Aprendizagens;
VII - Participação Social e Corresponsabilização;
VIII - Inovação, Tecnologia e Cultura Digital.

Seção I

Da Governança e Gestão Educacional

Art. 23. O eixo de Governança e Gestão Educacional compreende as ações destinadas ao planejamento, coordenação, acompanhamento e aperfeiçoamento permanente da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 24. Constituem objetivos do eixo de Governança e Gestão Educacional:
I - fortalecer a gestão pedagógica da Rede Municipal de Ensino;

II - consolidar mecanismos permanentes de planejamento estratégico;
III - estabelecer metas e indicadores de desempenho;
IV - promover a integração entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação;
V - fortalecer a autonomia pedagógica das unidades de ensino;
VI - assegurar a continuidade das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Seção II

Do Currículo, da Alfabetização e das Práticas Pedagógicas

Art. 25. O eixo de Currículo, da Alfabetização e das Práticas Pedagógicas, destina-se à consolidação de práticas pedagógicas alinhadas ao Currículo da Rede Municipal de Ensino, fundamentadas em evidências científicas e comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes.

Art. 26. Constituem objetivos do eixo de Currículo, da Alfabetização e das Práticas Pedagógicas:
I - fortalecer a cultura da leitura e escrita desde a Educação Infantil;
II - assegurar a alfabetização na idade certa;
III - promover práticas permanentes de leitura, escrita, oralidade e letramento matemático;
IV - integrar diferentes linguagens e áreas do conhecimento;
V - fomentar metodologias ativas e práticas pedagógicas inovadoras;
VI - assegurar a continuidade das aprendizagens entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Seção III

Da Formação e do Desenvolvimento Profissional

Art. 27. A Secretaria Municipal de Educação manterá política permanente de formação e desenvolvimento profissional destinada aos gestores, supervisores pedagógicos, professores e demais profissionais da educação envolvidos na implementação desta Política.

§ 1º A formação continuada será planejada com base:
I - nas evidências produzidas pela Rede Municipal;
II - nos resultados das avaliações internas e externas;
III - nas prioridades curriculares;
IV - nas demandas das unidades de ensino;
V - nas políticas nacionais e estaduais de alfabetização.

§ 2º A formação deverá promover:
I - aperfeiçoamento das práticas pedagógicas;
II - fortalecimento da liderança pedagógica;
III - desenvolvimento de competências profissionais;
IV - compartilhamento de práticas exitosas;
V - incentivo à produção de conhecimento no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Seção IV

Do Monitoramento, da Avaliação e da Gestão Baseada em Evidências

Art. 28. A implementação da Política Municipal de Alfabetização será acompanhada por sistema permanente de monitoramento e avaliação orientado por evidências.

Art. 29. O sistema compreenderá, entre outros instrumentos:
I - avaliações diagnósticas;
II - avaliações formativas;
III - indicadores educacionais;
IV - acompanhamento das aprendizagens e desenvolvimento;
V - painéis gerenciais;
VI - relatórios técnicos;
VII - planos de intervenção pedagógica;
VIII - monitoramento das metas da PMA.

Seção V

Da Equidade, Inclusão e Diversidade

Art. 30. As ações da Política Municipal de Alfabetização deverão promover:
I - redução das desigualdades educacionais;
II - valorização da diversidade humana;
III - práticas pedagógicas inclusivas;
IV - educação para as relações étnico-raciais;
V - educação em Direitos Humanos;
VI - acessibilidade e desenho universal para aprendizagem;
VII - enfrentamento de todas as formas de discriminação.

Seção VI

Dos Programas, Projetos e da Recomposição das Aprendizagens

Art. 31. O eixo Programas, Projetos e da Recomposição das Aprendizagens compreende o conjunto de programas, projetos, intervenções pedagógicas e estratégias institucionais destinados ao fortalecimento da alfabetização e à recomposição das aprendizagens.

Parágrafo único. As ações deste eixo deverão priorizar:
I - intervenções pedagógicas oportunas;
II - atendimento aos estudantes com defasagens de aprendizagem;
III - ampliação das oportunidades educativas;
IV - fortalecimento dos projetos de leitura;
V - desenvolvimento do letramento matemático;
VI - acompanhamento individualizado das aprendizagens.

Seção VII

Da Participação Social e da Corresponsabilização

Art. 32. A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações permanentes destinadas ao fortalecimento da participação das famílias, dos Conselhos Escolares, do Conselho Municipal de Educação, do Comitê Municipal de Alfabetização, das instituições parceiras e da comunidade na implementação da Política Municipal de Alfabetização, tendo como objetivos:
I - ampliar a participação das famílias;
II - fortalecer a cultura da corresponsabilidade;
III - incentivar redes colaborativas de aprendizagem;
IV - promover transparência e controle social.

Seção VIII

Da Inovação, Tecnologia e Cultura Digital

Art. 33. A Política Municipal de Alfabetização incentivará a utilização pedagógica das tecnologias digitais como instrumentos de apoio à aprendizagem, ao monitoramento e ao desenvolvimento profissional, compreendendo ações de:
I - utilização de recursos tecnológicos para apoio ao processo de alfabetização;
II - desenvolvimento de ambientes digitais de aprendizagem;
III - produção de materiais educacionais digitais;
IV - utilização de plataformas de acompanhamento pedagógico;
V - incentivo à inovação educacional;
VI - fortalecimento da cultura digital na Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VI

DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Seção I

Das Estratégias de Implementação

Art. 34. A Política Municipal de Alfabetização será implementada de forma sistêmica, contínua e articulada em todas as unidades de ensino da Rede Pública Municipal de Ensino, observando os princípios, diretrizes e eixos estratégicos estabelecidos neste Decreto.

Parágrafo único. A implementação compreenderá ações integradas de gestão, currículo, formação continuada, acompanhamento pedagógico, avaliação, monitoramento e recomposição das aprendizagens.

Seção II

Do Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição de Aprendizagens

Art. 35. Cada Unidade de Ensino elaborará seu Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens, em consonância com:
I - a Política Municipal de Alfabetização;
II - o Projeto Político-Pedagógico;
III - o Currículo da Rede Municipal;
IV - os indicadores educacionais das unidades de ensino;
V - os resultados das avaliações internas e externas.

Art. 36. O Plano, no mínimo, deverá conter:
I - diagnóstico institucional das aprendizagens;
II - análise de indicadores educacionais;
III - metas anuais de alfabetização;
IV - estratégias pedagógicas;
V - plano de recomposição das aprendizagens;
VI - ações voltadas à equidade e inclusão;
VII - cronograma de execução;
VIII - indicadores de monitoramento;
IX - mecanismos de acompanhamento e avaliação;
X - estratégias de participação das famílias.

Parágrafo único. O Plano será revisado anualmente ou sempre que os indicadores educacionais demonstrarem a necessidade de revisão das estratégias pedagógicas.

Seção III

Da Organização do Trabalho Pedagógico

Art. 37. A organização do trabalho pedagógico deverá assegurar:
I - planejamento coletivo e colaborativo;
II - acompanhamento sistemático das aprendizagens;
III - utilização pedagógica das avaliações internas e externas;
IV - intervenções pedagógicas oportunas;
V - integração entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
VI - articulação entre gestão escolar, supervisão pedagógica e docentes;
VII - acompanhamento individual do percurso de aprendizagem das crianças e estudantes.

Seção IV

Das Intervenções Pedagógicas

Art. 38. As unidades escolares deverão desenvolver estratégias permanentes de intervenção pedagógica destinadas aos estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem, observando:
I - identificação precoce das necessidades;
II - utilização de avaliações diagnósticas;
III - elaboração de planos individualizados quando necessário;
IV - monitoramento contínuo da evolução das aprendizagens;
V - reorganização periódica das estratégias de ensino.

§ 1º As intervenções deverão ocorrer, preferencialmente, durante o processo regular de escolarização, sem prejuízo da oferta de programas específicos de recomposição das aprendizagens.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir programas complementares destinados ao fortalecimento da alfabetização e da recomposição das aprendizagens.

Seção V

Da Transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental

Art. 39. A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental deverá constituir processo pedagógico contínuo, planejado e articulado entre as unidades de ensino e suas equipes pedagógicas.

Parágrafo único. A articulação entre as etapas deverá considerar:
I - o percurso formativo das crianças;
II - os registros pedagógicos produzidos na Educação Infantil;
III - a continuidade das experiências relacionadas à cultura da leitura e da escrita na Educação Infantil;
IV - o respeito às especificidades do desenvolvimento infantil;
V - a integração entre os profissionais das duas etapas de ensino.

Seção VI

Da Cultura, Leitura e Escrita dos Ambientes Alfabetizadores

Art. 40. As unidades de Ensino deverão promover ambientes alfabetizadores que favoreçam experiências permanentes de leitura, escrita, oralidade, produção cultural, investigação, ludicidade e letramento matemático.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação incentivará a ampliação dos espaços de aprendizagem, compreendendo bibliotecas, salas de leitura, laboratórios, ambientes digitais, espaços maker e demais recursos educacionais destinados ao fortalecimento da cultura escrita.

Seção VII

Da Cooperação Pedagógica

Art. 41. A implementação da Política Municipal de Alfabetização fundamentar-se-á na atuação colaborativa entre gestores escolares, equipes pedagógicas, professores, profissionais da educação, famílias e instituições parceiras.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação promoverá mecanismos permanentes de cooperação técnica, intercâmbio de experiências e disseminação de práticas exitosas entre as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VII

DAS METAS, DOS INDICADORES E DA GESTÃO PARA RESULTADOS

Seção I

Das Metas Estratégicas

Art. 42. A Política Municipal de Alfabetização será orientada por metas estratégicas de curto, médio e longo prazo, destinadas à melhoria contínua da aprendizagem e à garantia do direito à alfabetização de todos os estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino.

§ 1º As metas observarão:
I - os objetivos estabelecidos neste Decreto;
II - as metas do Plano Municipal de Educação;
III - os compromissos assumidos pelo Município perante os programas nacionais e estaduais de alfabetização;
IV - os indicadores educacionais produzidos pela Rede Municipal de Ensino.

§ 2º As metas serão revisadas periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, considerando a evolução dos resultados e as evidências produzidas pelo sistema municipal de monitoramento e avaliação da educação.

Seção II

Do Plano Municipal de Metas da Alfabetização

Art. 43. A Secretaria Municipal de Educação elaborará e manterá atualizado o Plano Municipal de Metas da Alfabetização, instrumento de planejamento estratégico destinado ao acompanhamento da implementação desta Política.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Metas deverá contemplar, entre outros elementos:
I - objetivos estratégicos;
II - metas anuais e plurianuais;
III - indicadores de desempenho;
IV - responsáveis institucionais;
V - cronograma de execução;
VI - mecanismos de monitoramento;
VII - estratégias de apoio às unidades de ensino;
VIII - metodologia de avaliação dos resultados.

Seção III

Dos Indicadores Estratégicos

Art. 44. A implementação da Política Municipal de Alfabetização será acompanhada por indicadores educacionais que permitam avaliar a efetividade das ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino, os quais poderão contemplar, entre outros aspectos:
I - alfabetização na idade prevista;
II - desenvolvimento da fluência leitora;
III - evolução da compreensão leitora;
IV - desenvolvimento da produção escrita;
V - letramento matemático;
VI - recomposição das aprendizagens;
VII - equidade entre escolas e territórios;
VIII - frequência escolar;
IX - participação nas avaliações internas e externas;
X - formação continuada dos profissionais da educação;
XI - implementação das ações previstas nesta Política.

Seção IV

Do Monitoramento das Metas

Art. 45. O acompanhamento das metas será realizado de forma contínua pela Secretaria Municipal de Educação, utilizando os indicadores produzidos pela Rede Municipal de Ensino.

§ 1º O monitoramento deverá subsidiar:
I - o planejamento pedagógico;
II - a definição de prioridades;
III - a alocação de recursos;
IV - a implementação de programas e projetos;
V - a revisão das estratégias de intervenção.

§ 2º Sempre que necessário, poderão ser estabelecidos planos específicos de melhoria para unidades de ensino, territórios ou grupos de estudantes que apresentem resultados inferiores aos indicadores definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Seção V

Da Melhoria Contínua

Art. 46. Os resultados produzidos pelo monitoramento da Política Municipal de Alfabetização deverão orientar processos permanentes de aperfeiçoamento institucional, assegurando:
I - revisão periódica das estratégias pedagógicas;
II - fortalecimento das políticas de formação continuada;
III - aperfeiçoamento dos processos de gestão;
IV - atualização dos instrumentos de acompanhamento;
V - disseminação de práticas exitosas;
VI - fortalecimento da cultura de planejamento, avaliação e inovação na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. A melhoria contínua constitui princípio permanente da Política Municipal de Alfabetização e deverá orientar todas as decisões administrativas e pedagógicas relacionadas à sua implementação.

CAPÍTULO VIII

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA ALFABETIZAÇÃO

Art. 47. Fica instituído o Sistema Municipal de Monitoramento, Avaliação e Acompanhamento da Alfabetização - SIMALFA, como instrumento permanente de gestão da Política Municipal de Alfabetização, destinado ao acompanhamento da implementação desta Política, da aprendizagem das crianças e dos estudantes e da melhoria contínua da qualidade da educação.

Art. 48. O SIMALFA tem por objetivos:

I - acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens das crianças e dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;

II - subsidiar o planejamento e o replanejamento das ações pedagógicas;

III - produzir evidências para a tomada de decisões da gestão educacional;

IV - monitorar a execução das metas estabelecidas pela Política Municipal de Alfabetização;

V - identificar fatores que contribuam para a melhoria da aprendizagem e para a redução das desigualdades educacionais;

VI - orientar a implementação de estratégias de intervenção pedagógica e de recomposição das aprendizagens;

VII - fortalecer a cultura de avaliação, acompanhamento e melhoria contínua na Rede Municipal de Ensino.

Art. 49. O SIMALFA será composto pelos seguintes instrumentos:

I - avaliações diagnósticas;

II - avaliações formativas;

III - acompanhamento da recomposição das aprendizagens;

IV - avaliações de fluência leitora;

V - instrumentos de acompanhamento individual da aprendizagem;

VI - indicadores educacionais da Rede Municipal de Ensino;

VII - relatórios pedagógicos produzidos pelas unidades de ensino;

VIII - dados provenientes das avaliações estaduais e nacionais;

IX - monitoramento das habilidades essenciais;

X - outros instrumentos instituídos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 50. Os resultados produzidos pelo SIMALFA deverão subsidiar:

I - o planejamento pedagógico das unidades de ensino;

II - a elaboração e o acompanhamento dos Planos Institucionais de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens;

III - a definição das ações de formação continuada;

IV - a implementação de programas e projetos voltados ao fortalecimento da alfabetização;

V - as ações de recomposição das aprendizagens;

VI - o acompanhamento das metas da Política Municipal de Alfabetização;

VII - a produção de relatórios técnicos destinados à gestão educacional.

Art. 51. A Secretaria Municipal de Educação elaborará, anualmente, relatório de monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, contendo:

I - análise dos indicadores educacionais;

II - evolução das metas estabelecidas;

III - resultados das avaliações realizadas;

IV - panorama das ações de formação continuada;

V - resultados das ações de recomposição das aprendizagens;

VI - identificação de boas práticas desenvolvidas pelas unidades escolares;

VII - recomendações para o aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 52. As unidades escolares deverão utilizar os resultados produzidos pelo Sistema Municipal de Monitoramento, Avaliação e Acompanhamento da Alfabetização como referência para o planejamento, a avaliação institucional, a organização das intervenções pedagógicas e o acompanhamento do desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.

CAPÍTULO IX
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 53. A Secretaria Municipal de Educação assegurará a oferta permanente de formação continuada aos profissionais da educação que atuam na implementação da Política Municipal de Alfabetização, como estratégia para o fortalecimento das práticas pedagógicas, a melhoria da aprendizagem e o desenvolvimento profissional.

Art. 54. A formação continuada será planejada e desenvolvida em consonância com:

I - os princípios, diretrizes e objetivos desta Política;

II - a Base Nacional Comum Curricular;

III - o Currículo da Rede Municipal de Ensino;

IV - os resultados das avaliações internas e externas;

V - os indicadores educacionais produzidos pela Rede Municipal de Ensino;

VI - as necessidades formativas identificadas nas unidades de ensino.

Art. 55. São objetivos da política de formação continuada:

I - fortalecer os conhecimentos científicos, pedagógicos e metodológicos relacionados à alfabetização, ao letramento, à cultura da leitura, da escrita e ao letramento matemático;

II - qualificar as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

III - aperfeiçoar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das aprendizagens na Educação Infantil e dos Anos Iniciais;

IV - fortalecer práticas pedagógicas inclusivas, equitativas, antirracistas e comprometidas com a Educação em Direitos Humanos;

V - desenvolver estratégias voltadas à recomposição das aprendizagens;

VI - incentivar a inovação pedagógica, a pesquisa educacional e o compartilhamento de experiências exitosas;

VII - promover o uso pedagógico das avaliações e dos indicadores educacionais na tomada de decisões.

Art. 56. As ações de formação continuada poderão compreender, entre outras estratégias:

I - cursos presenciais e a distância;

II - jornadas pedagógicas;

III - seminários;

IV - oficinas;

V - grupos de estudo;

VI - formação em serviço;

VII - acompanhamento pedagógico;

VIII - produção e socialização de materiais pedagógicos;

IX - intercâmbio de experiências entre unidades de ensino;

X - outras estratégias definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 57. A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações permanentes destinadas à identificação, valorização e disseminação de práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas pelas unidades de ensino da Rede Municipal de Ensino, visando ao fortalecimento da aprendizagem e à melhoria contínua da qualidade da educação.

Art. 58. A política de formação continuada deverá promover a articulação entre teoria e prática, considerando os resultados das avaliações, os indicadores educacionais, as evidências produzidas pela Rede Municipal de Ensino e os desafios identificados no cotidiano escolar.

Parágrafo único. As ações formativas deverão observar as especificidades da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e das diferentes modalidades de ensino ofertadas pela Rede Municipal, respeitando os princípios da equidade, da inclusão e da valorização da diversidade.

CAPÍTULO X
DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 59. A recomposição das aprendizagens constitui estratégia permanente da Política Municipal de Alfabetização, destinada a assegurar o desenvolvimento das habilidades e competências essenciais dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que apresentem defasagens de aprendizagem, respeitados seus diferentes ritmos, necessidades e trajetórias educacionais.

Art. 60. As ações de recomposição das aprendizagens deverão:

I - fundamentar-se em avaliações diagnósticas e no acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes;

II - considerar as habilidades e competências essenciais previstas na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo da Rede Municipal de Ensino;

III - priorizar intervenções pedagógicas planejadas, sistemáticas e intencionais;

IV - respeitar os diferentes tempos e formas de aprendizagem;

V - promover a aprendizagem com equidade, inclusão e respeito à diversidade;

VI - articular-se ao planejamento pedagógico das unidades escolares.

Art. 61. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I - estabelecer diretrizes para a implementação das ações de recomposição das aprendizagens;

II - disponibilizar orientações técnicas, materiais pedagógicos e instrumentos de acompanhamento;

III - promover formação continuada voltada às estratégias de recomposição das aprendizagens;
IV - acompanhar os resultados das ações desenvolvidas pelas unidades escolares;
V - apoiar tecnicamente as equipes gestoras e pedagógicas na implementação das estratégias de intervenção.
Art. 62. Compete às unidades escolares:
I - identificar os estudantes que necessitem de ações de recomposição das aprendizagens;
II - elaborar estratégias pedagógicas adequadas às necessidades identificadas;
III - acompanhar sistematicamente o desenvolvimento dos estudantes;
IV - registrar e monitorar a evolução das aprendizagens;
V - promover a articulação entre gestão escolar, supervisão pedagógica, docentes e famílias no acompanhamento das ações de recomposição.
Art. 63. As ações de recomposição das aprendizagens poderão compreender, entre outras estratégias:
I - intervenções pedagógicas durante o processo regular de ensino;
II - atividades complementares de aprendizagem;
III - atendimento em contraturno, quando houver oferta pela Rede Municipal de Ensino;
IV - organização de agrupamentos pedagógicos flexíveis;
V - utilização de recursos pedagógicos diversificados e tecnologias educacionais;
VI - projetos específicos voltados ao fortalecimento da leitura, da escrita, da oralidade e do letramento matemático.
Art. 64. O planejamento, a execução e o acompanhamento das ações de recomposição das aprendizagens deverão integrar o Plano Institucional de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens da unidade escolar, observando os resultados das avaliações, os indicadores educacionais e as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 65. A Secretaria Municipal de Educação monitorará periodicamente os resultados das ações de recomposição das aprendizagens, utilizando as informações produzidas pelo Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação para subsidiar o aperfeiçoamento contínuo da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 66. O acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização observará indicadores quantitativos e qualitativos capazes de aferir:
I - os níveis de alfabetização dos estudantes;
II - a evolução das aprendizagens;
III - a recomposição das aprendizagens;
IV - a equidade entre escolas e territórios;
V - a frequência e permanência escolar;
VI - a participação nas avaliações internas e externas;
VII - a efetividade das intervenções pedagógicas;
VIII - os resultados das políticas de formação continuada;
IX - a evolução dos indicadores educacionais municipais, estaduais e nacionais.
§ 1º Os indicadores poderão ser atualizados periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização de Serrinha.
§ 2º A definição de novos indicadores deverá considerar evidências científicas, referenciais nacionais e necessidades identificadas na Rede Municipal de Ensino.
Art. 67. A Secretaria Municipal de Educação divulgará periodicamente informações consolidadas sobre a execução da PMA, assegurando transparência, publicidade e controle social.
Parágrafo único. Sempre que possível, os resultados serão apresentados em painéis públicos, relatórios técnicos e documentos institucionais, preservando-se os dados pessoais e as informações protegidas pela legislação vigente.
Art. 68. A PMA será submetida a processo permanente de avaliação institucional, destinado a verificar sua efetividade, eficiência, impacto e capacidade de promover a melhoria contínua da aprendizagem.
§ 1º A avaliação institucional considerará, entre outros aspectos:
I - cumprimento das metas;
II - qualidade da implementação;
III - evolução dos indicadores educacionais;
IV - resultados das avaliações;
V - percepção das unidades de ensino.
§ 2º Os resultados das avaliações subsidiarão a revisão periódica da Política Municipal de Alfabetização e orientarão o planejamento das ações da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 69. A implementação da PMA observará os princípios da gestão democrática, da cooperação institucional, da transparência, da eficiência administrativa, da melhoria contínua da aprendizagem e da garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino.
Art. 70. A Secretaria Municipal de Educação expedirá os atos normativos complementares necessários à execução deste Decreto, especialmente aqueles destinados a disciplinar:
I - os procedimentos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização de Serrinha;
II - a organização e o funcionamento do Comitê Municipal de Alfabetização;
III - os instrumentos de acompanhamento das aprendizagens;
IV - a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos Planos Institucionais de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens das unidades escolares;
V - os programas, projetos e demais ações necessárias à implementação desta Política.
Art. 71. A PMA será implementada em articulação com as demais políticas educacionais do Município, observando o Plano Municipal de Educação, o Currículo da Rede Municipal de Ensino, o Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares e os demais instrumentos de planejamento e gestão da educação municipal.
Art. 72. A Secretaria Municipal de Educação promoverá a revisão periódica da PMA, considerando:
I - a evolução dos indicadores educacionais;
II - os resultados das avaliações internas e externas;
III - as evidências produzidas pelo Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação;
IV - as atualizações da legislação educacional;
V - as contribuições das unidades escolares, dos profissionais da educação, das famílias e das instituições parceiras.
Parágrafo único. A revisão da PMA terá por finalidade assegurar sua atualização permanente, o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas e a melhoria contínua da qualidade da educação pública municipal.
Art. 73. Os casos omissos e as situações excepcionais decorrentes da aplicação deste Decreto serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis, cabendo ao Secretário Municipal de Educação expedir as portarias complementares necessárias à sua execução.
Art. 74. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Serrinha/RN, 10 de Setembro de 2026.

KAUANNY STHEFANY CLEMENTE LEÃO DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Cavalcante Gomes de Oliveira
Código Identificador:FEF2A81E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER Nº 01/2026 – CME/SERRINHA/RN

Interessado: Secretaria Municipal de Educação de Serrinha/RN
Assunto: Análise e manifestação sobre a Política Municipal de Alfabetização – PMA
Relator(a): Erineide Valdevino da silva
Processo nº: 0001
Data da reunião: 02 de setembro de 2026
Horário: 14h00
Local: Escola Municipal de Ensino Fundamental João Paulo I – Serrinha/RN

I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Serrinha/RN, no exercício de suas atribuições legais e normativas, reuniu-se em sessão realizada no dia **02 de setembro de 2026, às 14h00, nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Paulo I, Serrinha/RN**, para apreciação e análise da proposta de **Política Municipal de Alfabetização – PMA** do Município de Serrinha/RN.

A matéria submetida à apreciação deste Conselho tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes, objetivos, estratégias e mecanismos de acompanhamento destinados ao fortalecimento das políticas públicas municipais de alfabetização, assegurando às crianças o direito de aprender a ler, escrever e desenvolver competências fundamentais para sua trajetória escolar.

Na análise da matéria, este Conselho considerou o conjunto da legislação educacional brasileira e, especialmente, os princípios relacionados à alfabetização presentes na antiga **Política Nacional de Alfabetização – PNA**, instituída pelo Decreto Federal nº 9.765, de 11 de abril de 2019, bem como sua evolução normativa posterior.

Registra-se, para fins de precisão jurídica, que o Decreto nº 9.765/2019 foi posteriormente revogado pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituiu o **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA**. Assim, os princípios e contribuições pedagógicas da PNA são considerados neste parecer como referência técnico-histórica, enquanto a articulação da política municipal com a política educacional nacional vigente deverá observar prioritariamente o marco estabelecido pelo CNCA e demais normas educacionais em vigor.

O Conselho reconhece que a alfabetização constitui direito fundamental de toda criança e elemento estruturante para o desenvolvimento de sua trajetória educacional, devendo ser assegurada mediante políticas públicas planejadas, contínuas, equitativas e articuladas entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

A análise da proposta de Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se, entre outros, nos seguintes dispositivos legais e normativos:

I – Constituição Federal de 1988, especialmente os dispositivos que asseguram a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;

II – Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;

III – Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação, especialmente a Meta 5, relacionada à alfabetização das crianças;

IV – Base Nacional Comum Curricular – BNCC, enquanto documento normativo orientador das aprendizagens essenciais da Educação Básica;

V – Decreto Federal nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que instituiu a Política Nacional de Alfabetização, considerada neste parecer como referência histórica e técnico-pedagógica;

VI – Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituiu o **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA**, estabelecendo a atuação articulada entre União, Estados e Municípios para a garantia do direito à alfabetização;

VII – demais normas federais, estaduais e municipais que tratam da organização da Educação Básica, da alfabetização, da avaliação, da inclusão e da garantia do direito à aprendizagem;

VIII – normas que estruturam o Sistema Municipal de Ensino e regulamentam as competências do Conselho Municipal de Educação de Serrinha/RN.

O Decreto nº 11.556/2023 estabelece como finalidade do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, reconhecendo a alfabetização como elemento estruturante para trajetórias escolares bem-sucedidas. Entre seus princípios encontram-se o regime de colaboração, a equidade educacional, o respeito à diversidade, a autonomia pedagógica dos professores e instituições e a valorização dos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

III – ANÁLISE DA PROPOSTA

Após análise, este Conselho entende que a instituição de uma Política Municipal de Alfabetização constitui medida relevante e necessária para o fortalecimento da educação pública de Serrinha/RN.

A existência de uma política municipal específica possibilita superar ações isoladas ou descontínuas e estabelecer uma **política pública permanente**, com objetivos, responsabilidades, metas, mecanismos de acompanhamento e estratégias de intervenção pedagógica.

A proposta apresenta potencial para organizar as ações da rede municipal em torno de uma concepção de alfabetização comprometida com:

• a garantia do direito de todas as crianças à alfabetização;
• a redução das desigualdades educacionais;
• o desenvolvimento da leitura, da escrita e da oralidade;
• o fortalecimento da compreensão leitora e da produção escrita;
• o desenvolvimento do letramento matemático;
• a recomposição das aprendizagens;
• a avaliação diagnóstica e formativa;
• a formação continuada dos profissionais da educação;
• o acompanhamento sistemático dos resultados de aprendizagem;
• a participação das famílias e da comunidade escolar;
• a inclusão e o respeito às diferenças;
• a valorização dos profissionais da educação;
• a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
• o fortalecimento da gestão pedagógica das unidades escolares.

O Conselho considera especialmente relevante que a política municipal não restrinja a alfabetização ao domínio mecânico do código escrito, mas a compreenda como processo de aprendizagem da leitura, da escrita, da oralidade, da compreensão e do uso social da linguagem, articulado ao desenvolvimento integral da criança.

Da mesma forma, entende-se que a política deverá considerar as especificidades dos diferentes territórios, escolas, estudantes e contextos sociais existentes no Município de Serrinha/RN.

IV – ARTICULAÇÃO COM A REALIDADE EDUCACIONAL DE SERRINHA/RN

A Política Municipal de Alfabetização deverá constituir instrumento de planejamento e organização das ações da Rede Municipal de Ensino de Serrinha/RN, respeitando as características e necessidades educacionais do território municipal.

Nesse sentido, o Conselho percebe no documento que a implementação da PMA esteja articulada:

a) ao currículo da Rede Municipal de Ensino;
b) aos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares;
c) aos planejamentos pedagógicos dos professores;
d) às ações de formação continuada;
e) às avaliações diagnósticas, formativas e externas;
f) às estratégias de recomposição das aprendizagens;
g) às ações de inclusão e atendimento educacional especializado;
h) às políticas de Educação Infantil;
i) às ações de incentivo à leitura e à formação de leitores;
j) às políticas de equidade e redução das desigualdades educacionais;
k) ao planejamento e monitoramento das metas educacionais do Município;
l) às ações desenvolvidas em regime de colaboração com o Estado e a União;
m) às iniciativas e programas vinculados ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Considera-se fundamental que a política municipal seja acompanhada por diagnóstico periódico da aprendizagem, possibilitando identificar precocemente crianças que apresentem dificuldades no processo de alfabetização e organizar intervenções pedagógicas adequadas.

O monitoramento deverá produzir informações capazes de orientar decisões pedagógicas e administrativas, evitando que avaliações sejam utilizadas apenas para classificação dos estudantes.

V – DA GARANTIA DA ALFABETIZAÇÃO E DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Este Conselho considera pertinente que a Política Municipal de Alfabetização estabeleça como compromisso prioritário a garantia de que as crianças estejam alfabetizadas até o final do **2º ano do Ensino Fundamental**, em consonância com as orientações nacionais atualmente vigentes.

Ao mesmo tempo, a política deverá assegurar estratégias de **recomposição das aprendizagens** para estudantes dos anos seguintes que ainda não tenham consolidado as competências essenciais de leitura, escrita, compreensão textual e demais aprendizagens relacionadas à alfabetização.

Nesse sentido, a PMA deverá prever:

• avaliação diagnóstica inicial;
• acompanhamento individual e coletivo da aprendizagem;
• identificação dos diferentes níveis de aprendizagem;
• intervenções pedagógicas planejadas;
• agrupamentos flexíveis, quando pedagogicamente adequados;
• atividades de reforço e recomposição;

• acompanhamento dos estudantes com maiores dificuldades;
• participação da família;
• formação continuada dos professores;
• acompanhamento pedagógico pela equipe gestora e coordenação pedagógica;
• análise periódica dos indicadores de aprendizagem;
• articulação entre avaliação, planejamento e intervenção.

VI – DA FORMAÇÃO CONTINUADA
O Conselho entende que nenhuma política de alfabetização poderá alcançar resultados sustentáveis sem a valorização e a formação permanente dos profissionais da educação.
No documento analisado, é possível verificar que a Secretaria Municipal de Educação estabeleça programa permanente de formação continuada para professores, gestores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais envolvidos com a alfabetização.
As formações deverão contemplar, entre outros aspectos:

• conhecimentos sobre alfabetização e letramento;
• consciência fonológica e relações entre fala e escrita;
• leitura e compreensão;
• produção textual;
• literatura infantil;
• oralidade;
• práticas pedagógicas diversificadas;
• avaliação diagnóstica e formativa;
• recomposição das aprendizagens;
• educação inclusiva;
• utilização pedagógica de recursos tecnológicos;
• análise dos resultados de avaliações;
• planejamento baseado nas necessidades reais dos estudantes.

VII – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO
O Conselho considera indispensável que a Política Municipal de Alfabetização disponha de mecanismos permanentes de monitoramento.
Recomenda-se a construção de indicadores municipais de alfabetização que permitam acompanhar, ao longo do tempo:

• o percentual de estudantes alfabetizados;
• os níveis de leitura e escrita;
• a compreensão leitora;
• a produção escrita;
• as aprendizagens matemáticas fundamentais;
• as desigualdades entre escolas e grupos de estudantes;
• a evolução dos estudantes submetidos a ações de recomposição;
• os resultados das avaliações internas e externas.

Os resultados deverão ser utilizados para o planejamento e a tomada de decisões pedagógicas, preservando o caráter formativo da avaliação.
VIII – DA EQUIDADE E DA INCLUSÃO
O Conselho manifesta-se favoravelmente a uma política de alfabetização comprometida com a equidade.
A PMA deverá assegurar que estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e outras necessidades educacionais específicas tenham garantido o direito à alfabetização, respeitadas suas singularidades e assegurados os recursos de acessibilidade e apoio necessários.
A política deverá igualmente considerar as desigualdades sociais, econômicas, territoriais e culturais que possam interferir no processo de aprendizagem.
A alfabetização deverá ser compreendida como direito de todas as crianças, não podendo fatores sociais ou condições individuais constituir justificativa para a não garantia do direito à aprendizagem.
IX – DO PAPEL DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE
O Conselho entende que o processo de alfabetização deve envolver a participação das famílias e da comunidade escolar.
Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Educação desenvolva ações de orientação às famílias, incentivando práticas de leitura, contação de histórias, acesso a livros e participação na vida escolar.
A participação social deverá ocorrer de maneira colaborativa, respeitando as atribuições dos profissionais da educação e a autonomia pedagógica das instituições escolares.

X – CONCLUSÃO E VOTO
Diante da análise realizada, considerando os fundamentos legais e educacionais apresentados e reconhecendo a importância estratégica da alfabetização para a garantia do direito à educação e para o desenvolvimento das crianças do Município de Serrinha/RN, **o Conselho Municipal de Educação de Serrinha/RN manifesta-se FAVORAVELMENTE à instituição e implementação da Política Municipal de Alfabetização – PMA**.
O Conselho recomenda que a política seja implementada de forma progressiva, planejada, participativa e monitorada, em articulação com as unidades escolares, profissionais da educação, famílias, comunidade, Estado e União.
O Conselho destaca que a Política Municipal de Alfabetização deverá constituir **política pública permanente do Município**, independentemente das mudanças de gestão, assegurando continuidade às ações, programas, formações, estratégias de acompanhamento e investimentos destinados à alfabetização.
Assim, este Conselho **APROVA, por manifestação favorável, a Política Municipal de Alfabetização – PMA do Município de Serrinha/RN**, nos termos apresentados e com as recomendações constantes deste Parecer.
XI – DELIBERAÇÃO
O presente Parecer foi **analisado, discutido e aprovado em reunião do Conselho Municipal de Educação de Serrinha/RN**, realizada no dia **02 de setembro de 2026, às 14h00**, nas dependências da **Escola Municipal de Ensino Fundamental João Paulo I, Serrinha/RN**.

Serrinha/RN, **02 de setembro de 2026**.

RANGEL ESTEVAM DE FREITAS
Presidente do Conselho Municipal de Educação CME/Serrinha/RN

ERINEIDE VALDEVINO DA SILVA
Relator(a) do Parecer Conselheiro(a) Municipal de Educação

DALVACI GOMES DOS SANTOS
Secretário(a) do Conselho Municipal de Educação

HOMOLOGAÇÃO
Homologo o presente Parecer, nos termos das normas do Sistema Municipal de Ensino de Serrinha/RN.

Serrinha/RN, 02 de setembro de 2026.

Publicado por:
Luciana Cavalcante Gomes de Oliveira
Código Identificador:B08962AC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 133/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ ESTRATÉGICO LOCAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS - RN

PORTARIA Nº. 133/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a designação dos membros do Comitê Estratégico Local da Política Municipal de Alfabetização do Município de Serrinha dos Pintos - RN

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRINHA DOS PINTOS-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 012/2026 de 04 de setembro de 2026, que instituiu o Comitê Estratégico Local da Política Municipal de Alfabetização do Município de Serrinha dos Pintos-RN, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Pró-Alfa-RN (Política Territorial de Alfabetização de Crianças do

Rio Grande do Norte), e a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização - RENALFA.
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a composição do Comitê Estratégico Local para o desenvolvimento das ações voltadas à implementação, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização;
RESOLVE:
Art. 1º - designar os membros titulares e seus respectivos suplentes para comporem o Comitê Estratégico Local da Política Municipal de Alfabetização do Município de Serrinha dos Pintos – RN, conforme a seguinte composição:

I _ REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)
Titular – Maria de Fatima Fernandez Pereira
Suplente – José Anacleto da Silva Filho

II- REPRESENTANTE DA ARTICULAÇÃO MUNICIPAL DO CNCA
Titular – Maria Perpétua Lemos Cardoso
Suplente – Velusia LemosTeixeira Queiroz

III- REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Titular – Herbênia Zeine de Queiroz
Suplente – Iraci Dias de Queiroz Barreto

IV- REPRESENTANTE DA FORMAÇÃO MUNICIPAL DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ANOS INICIAIS DA ENSINO FUNDAMENTAL
Titular – Zeine Helena de Queiroz Câmara
Suplente – Milena Batista

V - REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL;
Titular - krysllany Days Pereira Leite
Suplente – Guilherme Alves da Silva

VII- REPRESENTANTE DOS GESTORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Titular – Maria Denise Ferreira de Queiroz
Suplente – Seles Regina Cardoso

VIII- REPRESENTANTES DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES ATUANTES NO 1º E 2º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
Titular – Cláudia Firmino de Souza
Suplente – Gilmara Regis da Silva

IX- REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME)
Titular – Talita Michelly de Queiroz
Suplente – Ângela Maria da Silva

X- REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO DOS ANOS INICIAISDO ENSINO FUNDAMENTAL
Titular - Maria Betânia de Queiroz
Suplente – Maria Betânia de Brito

Art. 2º - A coordenação do Comitê será exercida pela Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA/Renalfa, indicada pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Decreto Municipal nº 012/2026.

Art. 3º - Os membros designados exercerão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 4º - O exercício das funções de membro do Comitê Estratégico Local constitui serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação de Serrinha dos Pintos-RN, em 08 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES PEREIRA
Sec. Municipal de Educação

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:82F70E0B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 080901/2026

O(A) Prefeitura Municipal de Severiano Melo, por intermédio do Agente de Contratação, torna público que do dia 11/09/2026 (Horário de Brasília/DF) até as 09 horas do dia 16/09/2026, estará disponível para receber propostas a Dispensa de Licitação nº 080901/2026 - tipo "menor preço". A presente licitação tem por finalidade a Aquisição de Parques Infantis Coloridos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Severiano Melo/RN., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, Fundamentação Legal: Lei Nº 14.133. Na fase externa, o Aviso de Contratação Direta do certame estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos: https://severianomelo.rn.gov.br/, podendo ser a proposta encaminhada exclusivamente via e-mail: **cplseverianomelo@gmail.com**

Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

VITOR MATEUS MORAIS DANTAS
Agente de Contratação

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:5CF1DF08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 090901/2026
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços jurídicos especializado compreendendo consultoria, assessoria e advocacia, constante do acompanhamento e patrocínio de ações cíveis de alta complexidade, com ênfase em Direito Administrativo e Tributário, no âmbito dos procedimentos relacionados a precatórios judiciais perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Severiano Melo/RN.
ORIGEM: Inexigibilidade 15/2026INX
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Severiano Melo 08.358.046/0001-99
CONTRATADA(O): ZAMENHOF, GURGEL E MACEDO ADVOGADOS ASSOCIADOS 10.706.730/0001-66
VALOR TOTAL: R$ 60.000,00
VIGÊNCIA: 10/09/2026 a 09/09/2027
ORIGEM DOS RECURSOS: 545 - 2 . 2004 . 4 . 123 . 2 . 2.6 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
DATA DA ASSINATURA: 10 de setembro de 2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:CC003B8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 809/2026

LEI MUNICIPAL Nº 809/2026

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento

geral do Município de Severiano Melo, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mediante anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, para reforço de dotações insuficientemente dotadas no exercício financeiro de 2026, nos termos dos artigos 40, 41, inciso I, 42 e 43, parágrafo 1.º, inciso III, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964; altera os Quadros de Detalhamento de Despesa da Lei Municipal n.º 775, de 05 de janeiro de 2026 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2026); e incorpora os ajustes necessários à Lei Municipal n.º 774, de 29 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual – PPA 2026/2029), e à Lei Municipal n.º 768, de 11 de julho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026), na extensão permitida pela legislação vigente.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
Das Disposições Preliminares

Art. 1.º Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, no orçamento geral do Município de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar no valor total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias insuficientemente dotadas, na forma e nos limites estabelecidos nesta Lei.

Art. 2.º O crédito adicional suplementar de que trata esta Lei enquadra-se na categoria de crédito suplementar, conforme definido pelo art. 41, inciso I, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, sendo destinado exclusivamente ao reforço de dotações orçamentárias já existentes na Lei Orçamentária Anual vigente, sem implicar criação de novas despesas, novos programas ou ampliação do objeto originalmente autorizado.

Capítulo II
Da Abertura do Crédito Adicional Suplementar

Art. 3.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, por ato próprio, crédito adicional suplementar no valor de 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mediante reforço das seguintes dotações do orçamento geral vigente do Município de Severiano Melo, na forma do art. 42 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964:

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2007 - Sec Mun de Obras, Transporte e Urbanismo
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 15 - Infraestrutura em Ordem
Ação: 1.9 - Pavimentação, drenagem, saneamento e recapeamento de ruas, avenidas e estradas
Despesa: 607 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Fonte de recurso: 1749 - Outras vinculações de transferências
Valor: 150.000,00
Total de despesas acrescidas: R$ 150.000,00
(cento e cinquenta mil reais)

Capítulo III – Dos Recursos para Cobertura

Art. 4.º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar de que trata esta Lei serão obtidos exclusivamente mediante anulação parcial ou total de dotações orçamentárias com saldos disponíveis e não comprometidos no exercício financeiro de 2026, nos termos do art. 43, parágrafo 1.º, inciso III, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte conformidade:

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2005 - Sec Mun de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 17 - Saneamento
Subfunção: 605 - Abastecimento
Programa: 10 - Desempenho Rural
Ação: 1.3 - Construção de Açudes, Barreiros, Cisternas e Políticas de Abastecimento de Água
Despesa: 574 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Fonte de recurso: 1749 - Outras vinculações de transferências
Valor: 150.000,00

Total de despesas reduzidas: R$ 150.000,00

Capítulo IV
Das Alterações nas Leis Orçamentárias Municipais

Art. 5.º Em decorrência das autorizações constantes desta Lei, ficam alteradas as seguintes leis municipais, nos limites e extensão permitidos pela Constituição Federal, pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000:

I –**Lei Municipal n.º 775, de 05 de janeiro de 2026**(Lei Orçamentária Anual – LOA 2026): ficam alterados os Quadros de Detalhamento de Despesa e os demonstrativos de despesas fixadas, para refletir o reforço das dotações indicadas na Tabela I e o cancelamento das dotações indicadas na Tabela II desta Lei, mantendo-se inalterado o montante global da despesa orçamentária autorizada, dada a compensação integral entre suplementação e anulação;

II –**Lei Municipal n.º 768, de 11 de julho de 2025**(Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026): ficam incorporados, na medida do necessário e do legalmente permitido, os ajustes decorrentes da presente suplementação aos Anexos de Metas Fiscais, de Riscos Fiscais e de Prioridades e Metas da Administração Municipal, de modo a manter a consistência e a compatibilidade entre o planejamento e a execução orçamentária do exercício de 2026;

III –**Lei Municipal n.º 774, de 29 de dezembro de 2025**(Plano Plurianual – PPA 2026/2029): ficam incorporados, na extensão permitida pelo art. 165, parágrafo 7.º, da Constituição Federal, os ajustes decorrentes desta Lei ao Anexo de Programas, Ações e Metas do PPA, de modo a preservar a compatibilidade entre o planejamento plurianual e a execução orçamentária anual, sem alteração dos objetivos e diretrizes de governo nele estabelecidos.
Parágrafo único. As alterações de que trata este artigo não implicam modificação do valor global autorizado pela Lei Orçamentária Anual, uma vez que a suplementação ora autorizada será integralmente compensada pela anulação de dotações de igual valor, na forma prevista nesta Lei.

Capítulo V – Das Disposições Finais

Art. 6.º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a promover, por ato próprio, a atualização dos Quadros de Detalhamento de Despesa, das tabelas de dotações e dos demonstrativos orçamentários vinculados às leis municipais referidas no art. 6.º desta Lei, adotando todas as providências administrativas necessárias, inclusive nos sistemas informatizados de gestão orçamentária e financeira utilizados pelo Município.

Art. 7.º A Secretaria Municipal de Finanças adotará as providências necessárias ao registro contábil, à classificação orçamentária e ao controle da execução do crédito adicional suplementar ora autorizado, observados:

I – Os preceitos da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

II – As normas de contabilidade pública emanadas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN);

III – As disposições da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), quanto ao equilíbrio das contas públicas e à transparência na gestão fiscal.

Art. 8º. Esta Lei entra em eficácia na data de sua publicação, produzindo, todavia, suas decorrências financeiros e orçamentárias desde o primeiro dia do exercício financeiro de dois mil e vinte e seis, reconhecendo-se, para todos os fins de direito, a força normativa retro operante das autorizações ora conferidas ao Poder Executivo Municipal, de sorte a revestir de plena validade e eficácia jurídica os atos administrativos praticados em conformidade com o espírito desta Lei no transcurso do corrente exercício.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:891B7AE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 810/2026

LEI MUNICIPAL Nº 810/2026

EMENTA: AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro e orçamentário, um Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação vinculados no valor total de **447.750,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil e setecentos e cinquenta reais),** destinado ao reforço de dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual vigente para 2026, com amparo no Artigo 43 e Artigo 57 da Lei nº 4.320/64, com classificação orçamentária:

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2007 - Sec. Mun. de Obras, Transporte e Urbanismo
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 10 - Desempenho Rural
Ação: 1.38 - Emenda Parlamentar 202642760011 ROGERIO MARINHO
Despesa: 1002 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Fonte de recurso: 17063110 - Transferência Especial da União (Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
Valor: 447.750,00
Total de despesas acrescidas: R$ 447.750,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundo de excessos de arrecadação de recursos de repasse **Nº do documento 2026NE006272 da Emenda Parlamentar 202642760011**

Art. 3º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder as alterações na Lei Orçamentária Anual do ano de 2026, bem como, os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2026, e na Lei Municipal que dispõe Plano Plurianual quadriênio 2026-2029, promovendo assim, as emendas pertinentes nas respectivas peças.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:8C8C3BE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 811/2026

LEI MUNICIPAL Nº 811/2026

EMENTA:Aprova a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação Parcial ou total de Dotações Orçamentárias no valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), e oferece outras providências.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, no orçamento geral do Município de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar, conforme estabelece o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias, na forma e nos limites estabelecidos nesta Lei, para as seguintes rubricas orçamentárias:
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec Mun de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 368 - Educação Básica
Programa: 5 - Transporte Escolar Digno
Ação: 2.34 - Despesas com Transporte de Estudantes da Rede Municipal - PNATE
Despesa: 663 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de recurso: 15001001 - RECURSOS PRÓPRIOS MDE
Valor: 230.000,00
Total de despesas acrescidas: R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais)

Art. 2º - As rubricas orçamentárias autorizadas o reforço no artigo anterior, serão reforçadas orçamentariamente por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, seguindo a conceituação do inciso III do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), com as seguintes rubricas orçamentárias reduzidas para tal reforço:
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2005 - Sec Mun de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 - Extensão Rural
Programa: 10 - Desempenho Rural
Ação: 1.2 - Construção e Manutenção de Estradas Vicinais e Passagens Zona Rural
Despesa: 577 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS) Outros Recursos não Vinculados
Valor: 200.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec Mun de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 4 - Fundeb Mais Educação
Ação: 2.35 - Políticas com Recursos do FUNDEB 30% (FUNDAMENTAL)
Despesa: 807 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Fonte de recurso: 1542 - Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAT Valor: 30.000,00
Total de despesas reduzidas: R$ 230.000,00

Art. 3.º - Fica modificado o Plano Plurianual do quadriênio – PPA 2026/2029, nos moldes e naquilo que for pertinente, na conformidade das descrições dos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4.º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias - LDO do exercício de 2026, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, logo que descrito nos arts. 1º e 2° desta Lei

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:F9D0D95C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 812/2026

LEI MUNICIPAL Nº 812/2026

EMENTA:Aprova a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação Parcial ou total de Dotações Orçamentárias no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), e oferece outras providências.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1.º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, no orçamento geral do Município de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar, conforme estabelece o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias, na forma e nos limites estabelecidos nesta Lei, para as seguintes rubricas orçamentárias:
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão orçamentário: 4000 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade orçamentária: 4001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa: 23 - Bolsa Familia e CAD Único em Ação
Ação: 2.29 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único
Despesa: 871 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS)Outros Recursos não Vinculados
Valor: 70.000,00
Total de despesas acrescidas: R$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Art. 2º - As rubricas orçamentárias autorizadas o reforço no artigo anterior, serão reforçadas orçamentariamente por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, seguindo a conceituação do inciso III do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de 70.000,00 (setenta mil reais), com as seguintes rubricas orçamentárias reduzidas para tal reforço:
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão orçamentário: 4000 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade orçamentária: 4001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência
Programa: 14 - Proteção e Cuidado na Primeira Infância
Ação: 1.22 - CONSTRUCAO DA CASA DO AUTISTA NO MUNICIPIO DE SEVERIANO MELO
Despesa: 1000 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS)Outros Recursos nãoVinculados
Valor: 70.000,00
Total de despesas reduzidas: R$ 70.000,00

Art. 3.º - Fica modificado o Plano Plurianual do quadriênio – PPA 2026/2029, nos moldes e naquilo que for pertinente, na conformidade das descrições dos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4.º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias - LDO do exercício de 2026, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, logo que descrito nos arts. 1º e 2° desta Lei

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:134BFE45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 813/2026

LEI MUNICIPAL Nº 813/2026

EMENTA:Aprova a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação Parcial ou total de Dotações Orçamentárias no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), e oferece outras providências.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1.º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, no orçamento geral do Município de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar, conforme estabelece o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias, na forma e nos limites estabelecidos nesta Lei, para as seguintes rubricas orçamentárias:
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2005 - Sec. Mun. de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 10 - Desempenho Rural
Ação: 2.10 - Atividades-Fim e Meio da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente
Despesa: 553 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS) Outros Recursos não Vinculados

Valor: 400.000,00
Total de despesas acrescidas: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)

Art. 2º - As rubricas orçamentárias autorizadas o reforço no artigo anterior, serão reforçadas orçamentariamente por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, seguindo a conceituação do inciso III do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de 400.000,00 (quatrocentos mil reais), com as seguintes rubricas orçamentárias reduzidas para tal reforço:
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2005 - Sec. Mun. de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 17 - Saneamento
Subfunção: 605 - Abastecimento
Programa: 10 - Desempenho Rural
Ação: 1.3 - Construção de Açudes, Barreiros, Cisternas e Políticas de Abastecimento de Água
Despesa: 574 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Fonte de recurso: 1749 - Outras vinculações de transferências
Valor: 180.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2008 - Sec. Mun. de Esporte e Juventude
Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 13 - Esporte e Juventude Assistida
Ação: 1.12 - Construção e Requalificação de Estruturas para a Prática Esportiva
Despesa: 623 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Fonte de recurso: 1749 - Outras vinculações de transferências
Valor: 20.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2008 - Sec. Mun. de Esporte e Juventude
Função: 27 - Desporto e Lazer
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 13 - Esporte e Juventude Assistida
Ação: 1.12 - Construção e Requalificação de Estruturas para a Prática Esportiva
Despesa: 624 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS) Outros Recursos não Vinculados
Valor: 50.000,00

Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão orçamentário: 4000 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade orçamentária: 4001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência
Programa: 14 - Proteção e Cuidado na Primeira Infância
Ação: 1.22 - CONSTRUCAO DA CASA DO AUTISTA NO MUNICIPIO DE SEVERIANO MELO
Despesa: 1000 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS) Outros Recursos não Vinculados
Valor: 150.000,00

Total de despesas reduzidas: R$ 400.000,00

Art. 3.º - Fica modificado o Plano Plurianual do quadriênio – PPA 2026/2029, nos moldes e naquilo que for pertinente, na conformidade das descrições dos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4.º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias - LDO do exercício de 2026, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, logo que descrito nos arts. 1º e 2° desta Lei

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:E91E0AB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 814/2026

LEI MUNICIPAL Nº 814/2026

EMENTA:Aprova a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação Parcial ou total de Dotações Orçamentárias no valor de R$500.000,00 (quinhentos mil reais), e oferece outras providências.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1.º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, no orçamento geral do Município de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar, conforme estabelece o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias, na forma e nos limites estabelecidos nesta Lei, para as seguintes rubricas orçamentárias:
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec Mun de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 368 - Educação Básica
Programa: 3 - Impulsionando a Educação Básica
Ação: 2.32 - Políticas da Sec de Educação e do Ensino Fundamental,Creche,Pré-Escola,EJA e Especial
Despesa: 680 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de recurso: 15001001 - RECURSOS PRÓPRIOS MDE
Valor: 500.000,00
Total de despesas acrescidas: R$ 500.000,00
(quinhentos mil reais)

Art. 2º - As rubricas orçamentárias autorizadas o reforço no artigo anterior, serão reforçadas orçamentariamente por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, seguindo a conceituação do inciso III do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com as seguintes rubricas orçamentárias reduzidas para tal reforço:
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão orçamentário: 4000 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade orçamentária: 4001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência
Programa: 14 - Proteção e Cuidado na Primeira Infância
Ação: 1.22 - CONSTRUCAO DA CASA DO AUTISTA NO MUNICIPIO DE SEVERIANO MELO
Despesa: 1000 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS)Outros Recursos nãoVinculados
Valor: 500.000,00
Total de despesas reduzidas: R$ 500.000,00
500.000,00

Art. 3.º - Fica modificado o Plano Plurianual do quadriênio – PPA 2026/2029, nos moldes e naquilo que for pertinente, na conformidade das descrições dos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4.º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias - LDO do exercício de 2026, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, logo que descrito nos arts. 1º e 2° desta Lei

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:40094FE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 815/2026

LEI MUNICIPAL Nº 815/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal vigente, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), com fundamento em superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, e dá outras providências.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Capítulo I
Da Autorização
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Município de Severiano Melo, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), na seguinte classificação orçamentária:
Unidade Orçamentária: 3002 — Fundo Municipal de Saúde de Severiano Melo;
Função: 10 — Saúde;
Subfunção: 302 — Assistência Hospitalar e Ambulatorial;
Programa: 21 — Cuidado Hospitalar e Ambulatorial Municipal;
Ação: 2.53 — Execução das Despesas do Bloco de Média e Alta Complexidade Hospitalar Ambulatorial — MAC;
Subação: 1 — Despesa com Superávit Financeiro Apurado em Balanço Patrimonial;
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica;
Fonte de Recursos: 2.600 -Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor: R$ 600.000,00.
Capítulo II
Da Fonte de Recursos
Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025, na forma do art. 43, § 1º, inciso I, e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3ºO superávit financeiro utilizado como fonte, bem como sua disponibilidade líquida após deduzidos os valores comprometidos, está demonstrado no Anexo I desta Lei, extraído do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de2025, devidamente aprovado.
Capítulo III
Da Compatibilidade Fiscal e Vigência
Art. 4ºA abertura do crédito especial autorizado por esta Lei é compatível com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Orçamentária Anual, por tratar-se de despesa financiada com recursos financeiros já existentes e contabilizados no patrimônio municipal, sem repercussão negativa sobre o equilíbrio das contas públicas.
Art. 5ºO crédito especial aberto por esta Lei será incorporado ao Orçamento Fiscal do exercício corrente, na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e executado nos termos da legislação aplicável.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:A580D095

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 816/2026

LEI MUNICIPAL Nº 816/2026

EMENTA: Aprova a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação Parcial ou total de Dotações Orçamentárias no valor de R$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), e oferece outras providências.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1.º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, no orçamento geral do Município de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar, conforme estabelece o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias, na forma e nos limites estabelecidos nesta Lei, para as seguintes rubricas orçamentárias:
Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde
Órgão orçamentário: 3000 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade orçamentária: 3002 - Fundo Municipal de Saúde Severiano Melo
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 21 - Cuidado Hospitalar e Ambulatorial Municipal
Ação: 2.53 - Execução das Despesas do Bloco de MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR AMBULATORIAL MAC
Despesa: 964 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de recurso: 15001002 - RECURSOS LIVRES SAÚDE ASPS
Valor: 660.000,00
Total de despesas acrescidas: R$ 660.000,00
(seiscentos e sessenta mil reais)

Art. 2º - As rubricas orçamentárias autorizadas o reforço no artigo anterior, serão reforçadas orçamentariamente por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, seguindo a conceituação do inciso III do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), com as seguintes rubricas orçamentárias reduzidas para tal reforço:
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2003 - Sec Mun de Administração
Função: 11 - Trabalho
Subfunção: 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador
Programa: 2 - Gestão Integrada e Governança Municipal
Ação: 2.4 - Contribuição para formacao do PASEP do Servidor
Despesa: 533 - 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS)Outros Recursos nãoVinculados
Valor: 10.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo

Unidade orçamentária: 2004 - Sec Mun de Finanças
Função: 4 - Administração
Subfunção: 123 - Administração Financeira
Programa: 2 - Gestão Integrada e Governança Municipal
Ação: 2.6 - Manutenção das Atividades Institucionais da Secretaria de Finanças
Despesa: 544 - 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS) Outros Recursos não Vinculados
Valor: 20.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2004 - Sec Mun de Finanças
Função: 4 - Administração
Subfunção: 61 - Ação Judiciária
Programa: 2 - Gestão Integrada e Governança Municipal
Ação: 2.5 - Custeio das Despesas com Precatórios e RPV's
Despesa: 548 - 3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS) Outros Recursos não Vinculados
Valor: 520.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2003 - Sec Mun de Administração
Função: 4 - Administração
Subfunção: 124 - Controle Interno
Programa: 2 - Gestão Integrada e Governança Municipal
Ação: 2.19 - Apoio às Ações de Controle Interno e Transparência
Despesa: 932 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS)Outros Recursos não Vinculados
Valor: 60.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2004 - Sec Mun de Finanças
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 2 - Gestão Integrada e Governança Municipal
Ação: 2.21 - Pagamento de Contribuições a Entidades Representativas de Municípios
Despesa: 936 - 3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS) Outros Recursos nãoVinculados
Valor: 50.000,00

Total de despesas reduzidas: R$ 660.000,00

Art. 3.º - Fica modificado o Plano Plurianual do quadriênio – PPA 2026/2029, nos moldes e naquilo que for pertinente, na conformidade das descrições dos arts. 1º e 2º desta Lei.
Art. 4.º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias - LDO do exercício de 2026, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, logo que descrito nos arts. 1º e 2° desta Lei
Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:EEF20E37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 817/2026

LEI MUNICIPAL Nº 817/2026

EMENTA: AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro e orçamentário, um Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação vinculados no valor total de **250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais),** destinado ao reforço de dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual vigente para 2026, com amparo no Artigo 43 e Artigo 57 da Lei nº 4.320/64, com classificação orçamentária:

Unidade gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde
Órgão orçamentário: 3000 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade orçamentária: 3002 - Fundo Municipal de Saúde Severiano Melo
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 21 - Cuidado Hospitalar e Ambulatorial Municipal
Ação: 1.43 - EMENDA DE BANCADA MAC EMENDA: (71210005)
Despesa: 1009 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de recurso: 16003120 - RECURSOS DO FNS EMENDA DE BANCADA
Valor: 250.000,00
Total de despesas acrescidas: R$ 250.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundo de excessos de arrecadação de recursos de repasse **EMENDA: (71210005)**

Art. 3º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder as alterações na Lei Orçamentária Anual do ano de 2026, bem como, os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2026, e na Lei Municipal que dispõe Plano Plurianual quadriênio 2026-2029, promovendo assim, as emendas pertinentes nas respectivas peças, e autorizando a reajustar o valor de abertura de acordo com o valores dos rendimentos de aplicação financeira desta emenda.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:D1A362B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 818/2026

LEI MUNICIPAL Nº 818/2026

EMENTA:Aprova a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação Parcial ou total de Dotações Orçamentárias no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), e oferece outras providências.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas

atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, no orçamento geral do Município de SEVERIANO MELO, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar, conforme estabelece o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias, na forma e nos limites estabelecidos nesta Lei, para as seguintes rubricas orçamentárias:

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec. Mun. de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 4 - Fundeb Mais Educação
Ação: 2.36 - Políticas com Recursos do FUNDEB 70% (ENSINO FUNDAMENTAL)
Despesa: 695 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Fonte de recurso: 1540 - Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
Valor: 360.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec. Mun. de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos
Programa: 4 - Fundeb Mais Educação
Ação: 2.40 - Políticas com Recursos do FUNDEB 70% (EJA)
Despesa: 709 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Fonte de recurso: 1540 - Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
Valor: 50.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec. Mun. de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 4 - Fundeb Mais Educação
Ação: 2.45 - Políticas com Recursos do FUNDEB 70% (CRECHE)
Despesa: 717 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Fonte de recurso: 1540 - Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
Valor: 60.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec. Mun. de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 4 - Fundeb Mais Educação
Ação: 2.46 - Políticas com Recursos do FUNDEB 70% (PRÉ ESCOLA)
Despesa: 721 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Fonte de recurso: 1540 - Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
Valor: 25.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec. Mun. de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 367 - Educação Especial
Programa: 4 - Fundeb Mais Educação
Ação: 2.42 - Políticas com Recursos do FUNDEB 70% (EDUCACAO ESPECIAL)
Despesa: 726 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Fonte de recurso: 1540 - Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
Valor: 35.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec. Mun. de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 4 - Fundeb Mais Educação
Ação: 2.59 - Políticas com Recursos do FUNDEB 30% (INFANTIL CRECHE)
Despesa: 769 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Fonte de recurso: 1540 - Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
Valor: 10.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec. Mun. de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 4 - Fundeb Mais Educação
Ação: 2.35 - Políticas com Recursos do FUNDEB 30% (FUNDAMENTAL)
Despesa: 899 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
Fonte de recurso: 1540 - Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
Valor: 60.000,00
Total de despesas acrescidas: R$ 600.000,00
(seiscentos mil reais)

Art. 2º - As rubricas orçamentárias autorizadas o reforço no artigo anterior, serão reforçadas orçamentariamente por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, seguindo a conceituação do inciso III do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de 600.000,00 (seiscentos mil reais), com as seguintes rubricas orçamentárias reduzidas para tal reforço:

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec. Mun. de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 368 - Educação Básica
Programa: 3 - Impulsionando a Educação Básica
Ação: 1.16 - Construção de Escola Municipal de Ensino Infantil e/ou Básico
Despesa: 927 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Fonte de recurso: 1569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE
Valor: 600.000,00
Total de despesas reduzidas: R$ 600.000,00
600.000,00

Art. 3.º - Fica modificado o Plano Plurianual do quadriênio – PPA 2026/2029, nos moldes e naquilo que for pertinente, na conformidade das descrições dos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4.º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias - LDO do exercício de 2026, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, logo que descrito nos arts. 1º e 2° desta Lei

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:33CF4A21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 819/2026

LEI MUNICIPAL Nº 819/2026

EMENTA:Aprova a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação Parcial ou total de Dotações Orçamentárias no valor de R$74.165,00 (setenta e quatro mil e cento e sessenta e cinco reais), e oferece outras providências.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, no orçamento geral do Município de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar, conforme estabelece o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 74.165,00 (setenta e quatro mil e cento e sessenta e cinco reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias , na forma e nos limites estabelecidos nesta Lei, para as seguintes rubricas orçamentárias:
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec Mun de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 4 - Fundeb Mais Educação
Ação: 2.59 - Políticas com Recursos do FUNDEB 30% (INFANTIL CRECHE)
Despesa: 771 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1540 - Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
Valor: 34.165,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec Mun de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 4 - Fundeb Mais Educação
Ação: 2.61 - Políticas com Recursos do FUNDEB 30% (INFANTIL PRÉ ESCOLA)
Despesa: 775 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1540 - Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
Valor: 40.000,00
Total de despesas acrescidas: R$ 74.165,00

Art. 2º - As rubricas orçamentárias autorizadas o reforço no artigo anterior, serão reforçadas orçamentariamente por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, seguindo a conceituação do inciso III do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de 74.165,00 (setenta e quatro mil e cento e sessenta e cinco reais), com as seguintes rubricas orçamentárias reduzidas para tal reforço, constantes no "ANEXO I - RELAÇÃO DE REDUÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

Art. 3.º - Fica modificado o Plano Plurianual do quadriênio – PPA 2026/2029, nos moldes e naquilo que for pertinente, na conformidade das descrições dos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4.º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias - LDO do exercício de 2026, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, logo que descrito nos arts. 1º e 2° desta Lei

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:4A509BB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 820/2026

LEI MUNICIPAL Nº 820/2026

EMENTA:Aprova a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação Parcial ou total de Dotações Orçamentárias no valor de R$170.000,00 (cento e setenta mil reais), e oferece outras providências.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, no orçamento geral do Município de SEVERIANO MELO, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar, conforme estabelece o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias, na forma e nos limites estabelecidos nesta Lei, para as seguintes rubricas orçamentárias:

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2002 - Sec Mun de Gabinete
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 2 - Gestão Integrada e Governança Municipal
Ação: 2.2 - Gestão Estratégica e Administrativa do Gabinete do Prefeito
Despesa: 512 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS)Outros Recursos nãoVinculados
Valor: 120.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec. Mun. de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 368 - Educação Básica
Programa: 3 - Impulsionando a Educação Básica
Ação: 2.32 - Políticas da Sec de Educação e do Ensino Fundamental, Creche, Pré-Escola, EJA e Especial

Despesa: 671 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 15001001 - RECURSOS PRÓPRIOS MDE
Valor: 50.000,00
Total de despesas acrescidas: R$ 170.000,00

Art. 2º - As rubricas orçamentárias autorizadas o reforço no artigo anterior, serão reforçadas orçamentariamente por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, seguindo a conceituação do inciso III do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), com as seguintes rubricas orçamentárias reduzidas para tal reforço:

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2004 - Sec Mun de Finanças
Função: 4 - Administração
Subfunção: 61 - Ação Judiciária
Programa: 2 - Gestão Integrada e Governança Municipal
Ação: 2.5 - Custeio das Despesas com Precatórios e RPV's
Despesa: 548 - 3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais

Fonte de recurso: 1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS) Outros Recursos não Vinculados
Valor: 170.000,00
Total de despesas reduzidas: R$ 170.000,00

Art. 3.º - Fica modificado o Plano Plurianual do quadriênio – PPA 2026/2029, nos moldes e naquilo que for pertinente, na conformidade das descrições dos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4.º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias - LDO do exercício de 2026, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, logo que descrito nos arts. 1º e 2° desta Lei

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:EF8CDDE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 821/2026

LEI MUNICIPAL Nº 821/2026

EMENTA: DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Severiano Melo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Especiais por Excesso de Arrecadação, considerando-se a Tendência do Exercício, até o limite de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na Lei no Orçamento Programa de 2026, nos termos do exposto nos § 3º e 4º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente das transferências compulsórias constitucionais federais e estaduais, assim como os impostos, taxas e contribuições municipais que se enquadram na fonte de recurso, e da metodologia de cálculo por Fonte de Recurso e Estimativa por Receitas Arrecadadas por Fonte de Recurso, exarada no Anexo I desta Lei.

Art. 2º- Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no § único do artigo 1º, conforme § 1º e do artigo 43 da Lei 4.320/64 Inciso II, os resultantes do Excesso de Arrecadação por fonte de recursos.

§1º - Para finalidade, ficam alterados os anexos conforme a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026, adicionando valor as despesas a seguir detalhadas:

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2006 - Sec. Mun. de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 4 - Fundeb Mais Educação
Ação: 2.45 - Políticas com Recursos do FUNDEB 70% (CRECHE)
Despesa: 716 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1540 - Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
Valor: 200.000,00
Total de despesas acrescidas: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Art. 3º - A presente lei tem suporte legal no Artigo 41, inciso I e II, artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso II da Lei 4.320/64.

Art. 4º - Fica ainda autorizado à alteração das despesas constante na programação orçamentária citadas nos artigos anteriores, na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2026 e Lei Municipal do Plano Plurianual - PPA, período de 2026 a 2029

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, 10 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:0BA108B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PLANEJAMENTO.
PORTARIA Nº 220/2026-GGP/PMSN DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 220/2026-GPP/PMSN DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Sítio Novo-RN, para o biênio 2026/2028, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando as indicações de conselheiros (titulares e suplentes) realizadas pelas representações governamentais (SMS, SEMTHAS, SMTF e SEMEC) deste município,

Considerando a Assembleia de Eleição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS / Sítio Novo – RN, para escolha dos representantes da Sociedade Civil realizada em 24 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Artigo 1º. NOMEAR os Membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Sítio Novo-RN, para o biênio 2026/2028, na composição, representantes do Segmento Governamentais e Segmento Não – governamentais.

REPRESENTANTES DO SEGMENTO GOVERNAMENTAL:
1-Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho, Cidadania e Habitação – SEMTHAS.
Aline Sayonara Ribeiro Bezerra, CPF: 047.810.334-40 (Conselheira titular)
Rita de Cassia da Silva Medeiros, CPF: 102.243.544-26 (Conselheira suplente)

2-Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SEMEC.
Laísa Aline Dantas, CPF: 104.087.254-94 (Conselheira titular)
Maria Flávia Bezerra da Silva CPF:018.050.124-01 (Conselheira suplente)

3-Secretaria Municipal de Saúde-SMS.
Jady Ladiéri Bezerra de Araújo, CPF: 111.125.464-00 (Conselheiro titular)

Rozivânia Teixeira de Azevedo, CPF: 066.532.29416 (Conselheira suplente)

4- Secretaria Municipal de Finanças e Tributação.
Edeilson Ayron Silva de Freitas, CPF: 018.040.664-78 (Conselheiro titular)
José Kleber da Rocha, CPF: 065.468.134-16 (Conselheiro suplente)

REPRESENTANTES DO SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL
5. Representantes dos Usuários da Assistência Social/Programa Bolsa Família – PBF/PAIF.

Terezinha de Jesus de Freitas, CPF: 062.470.747-77 (Conselheira titular)
Hozaneide José de Moura, CPF: 878.151.504-97 (Conselheira suplente)

6. Representantes dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS / Sítio Novo – RN.

Itamires Barbosa da Silva, CPF: 018.043.684-82 (Conselheira titular)
Hellany Rayane Gomes Azevedo CPF: 114.017.634-05 (Conselheira suplente)

7. Representantes dos segmentos populares (Sindicatos, Institutos e Associações) Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Sítio Novo - RN.

Magaly de Carvalho Porfírio Silva CPF: 038.178.034-19 (Conselheira titular)
Rosa Maria Mafra, CPF: 020.991.684-23 (Conselheira suplente)

8. Representantes dos Segmentos Populares (Sindicatos, Institutos e Associações) – Instituto Flora - Sítio Novo – RN.

Maria Ozanita da Rocha, CPF: 008.828.004-77 (Conselheira titular)
Gabriela Ludmyla Rocha de Almeida, CPF: 130.848.514-09 (Conselheira suplente)

Artigo 1º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

Gabinete da Prefeita Municipal de Sítio Novo/RN, em 10 de setembro de 2026.

ANDREZZA BRASIL SOUTO BEZERRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Genilson da Silva
Código Identificador:408571F1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 045, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS VINCULADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ESPORTE E LAZER, AGRICULTURA E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TAIPU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acompanhamento, controle e fiscalização da execução dos contratos administrativos celebrados pelo Município de Taipu/RN;
CONSIDERANDO a necessidade de promover maior eficiência, organização e padronização dos procedimentos de fiscalização contratual no âmbito das Secretarias Municipais de Esporte e Lazer, Agricultura e Comunicação;
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor FERNANDO GABRIEL DA SILVA BEZERRA, matrícula nº 0210480, ocupante do cargo de Auxiliar Contábil, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos vinculados às seguintes Secretarias Municipais:
I **– Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;**
II – Secretaria Municipal de Agricultura; e
III – Secretaria Municipal de Comunicação e Assuntos Especiais.

Art. 2º Compete ao Fiscal de Contratos acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos vinculados às Secretarias mencionadas no art. 1º, observando o cumprimento das obrigações contratuais, das especificações do objeto, dos prazos, das condições de execução e dos demais requisitos estabelecidos nos respectivos instrumentos contratuais.

Art. 3º São atribuições do Fiscal de Contratos, sem prejuízo de outras previstas em lei ou regulamento:
I – acompanhar a execução dos contratos, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
II – verificar a qualidade e a quantidade dos bens fornecidos ou dos serviços prestados;
III – conferir se a execução do objeto está de acordo com as especificações constantes do contrato, Termo de Referência, projeto básico ou instrumento equivalente;
IV – registrar, em documento próprio, as ocorrências relacionadas à execução contratual;
V – comunicar ao Gestor do Contrato e à autoridade competente as irregularidades eventualmente constatadas;
VI – solicitar à contratada a correção de falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, quando cabível;
VII – acompanhar os prazos de execução e de vigência dos contratos, comunicando tempestivamente a necessidade de adoção das providências administrativas pertinentes;
VIII – atestar as notas fiscais e documentos de cobrança somente após a comprovação da efetiva execução e do recebimento satisfatório do objeto contratado;
IX – subsidiar o Gestor do Contrato com informações necessárias à tomada de decisões relativas à execução contratual;
X – comunicar imediatamente à Administração situações que possam comprometer a continuidade ou a adequada execução do contrato;
XI – manter organizados os registros e documentos relativos ao acompanhamento e à fiscalização dos contratos sob sua responsabilidade; e
XII – exercer outras atribuições necessárias ao fiel acompanhamento e fiscalização da execução contratual, observada a legislação aplicável.

Art. 4º O Fiscal de Contratos deverá comunicar ao Gestor do Contrato e à autoridade competente, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse suas competências.

Art. 5º O servidor designado deverá atuar em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência e segregação de funções.

Art. 6º O exercício da função de Fiscal de Contratos não exime os Secretários Municipais e demais responsáveis pela gestão das respectivas Secretarias de suas atribuições administrativas, competindo ao fiscal realizar o acompanhamento técnico e operacional da execução dos contratos que lhe forem atribuídos.
Art. 7º O servidor designado deverá dar ciência formal de sua designação e poderá solicitar ao Gestor do Contrato, aos Secretários Municipais ou aos demais setores competentes os esclarecimentos e documentos necessários ao adequado exercício de suas atribuições.

Art. 8º Nos casos de ausência, impedimento ou afastamento do servidor designado, a Administração deverá adotar as providências necessárias para assegurar a continuidade da fiscalização dos contratos.

Art. 9º A designação de que trata esta Portaria permanecerá vigente enquanto perdurar a necessidade administrativa, podendo ser revogada ou alterada a qualquer tempo pela Administração.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
Taipu/RN,10 de setembro de 2026.

ARIOSVALDO BANDEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:84BEF130

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS Nº 01/26

Taipu/RN, 26 de fevereiro de 2026.

Dipõe sobre a aprovação RDQA – Relatorio de prestação de Contas 3º Quadrimestre 2025

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 156/91 em sua 166ª Reunião Ordinaria Realizada no dia 26/02/2026.

As Leis Federais nº 8.080/90 e nº 8.142/90 e a Lei Municipal nº 156/91, que dispõem sobre as compretências do Conselho Municipal de Saúde.
A Portaria nº 2135/12, que estabelece as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Unico de Saúde (SUS);
A Lei Complemetar nº 141/12 que trata das nomas de fiscalização, avaliação e conrole das despesas com saúde e da competência do Conselho Municipal de Saúde de valiar e aprovar o RDQA – Relatório de Prestação de Contas 3º Quadrimestre.
A apresentação pela Secretaria Municipa de Saúde do RDQA- Relatorio de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre 2025.
As discuções e consenso deste plenário.
RESOLVE:
Aprovar, pela unanimidade dos presentes, o RDQA – Relatório de prestação de Contas do 3º Quadrimestre 2025, elborado pela Secretaria Municipal de Saúde, confirmando o cumprimento das normas estaduas pela Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012.
Encaminhar a presente resolução ao chefe do Poder Exercutivo Municipal para fins de homologação e publicação nos termos de lgislação em vigor.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Taipu/RN, 08 de junho de Maria

MARIA DIONE S. DA P. DE OLIVEIRA
Vise presidente do Conselho
Portaria 106/25 de 09/06/2025

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:F59F0622

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS Nº 02/26

Taipu/RN, 08 de junho de 2026.

Dipõe sobre a aprovação da RAG – Relatório Anual de Gestão 2025

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 156/91, em sua 172ª Reunião Ordinaria realizada no dia 08/06/2026, considerando;

As Leis Federais de nº, 8.080/90, e nº 8.142/90 e a Lei Municipal de nº 156/91, que dispõem sobre as competências do Conselho Municipal de Saúde;
Portária de nº 2135/12, que estabelece as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Unico de Saúde (SUS);
A Lei complementar nº 141/12 que trata das normas de fiscalização e controle das despesas com saúde e da competência do Conselho de Saúde de avaliar e aprovar o RAG – Relatorio Anual de Gestão;
A Apresentação pela Secretaria Municipal de Saúde do RAG – Relatório Anual de Gestão de 2025 a qual opereacionaliza o Plano Municipal de Saúde e orienta eventuais redirecionamento,
As discussões e consenso deste Plenario;

RESOLVE:
1º Aprovar pela unanimidade dos presentes, o RAG – Relatorio Anual de Gestão de 2025, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, confimando o cumprimento das normas estatuidas pela Lei Complementar nº , 141/ de 13 de janeiro de 2012.
2. Encaminha a presente resolução ao Chefe do Poder Exercutivo Municipal pra fins de homologação e publicação , nos termos da legislação em vigor.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Taipu/RN, 08 de junho de Maria

MARIA DIONE S. DA P. DE OLIVEIRA
Vise Presidente do Conselho
Portaria 106/25 de 09/06/2025

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:EE0B827F

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS Nº 03/26

Taipu/RN, 11 de junho de 2026.

Dipõe sobre a aprovação da PAS – Programação Anual de Saúde de 2026

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 156/91, em sua 172ª Reunião Ordinaria realizada no dia 08/06/2026, considerando;

Considerando as determinações contidas nas normas do SUS – Sistema Unico de Saúde, da Programação Anual de Saúde – PAS;

Considerando a Lei 8.080/90, Art. 36, 1º, onde consagra que os planos de saúde serão base das atividades e programção de cada nivel de direção de Sistema Unico de Saúde (SUS) e seu financiamento será previsto na repectiva proposta orçamentaria;

Consideração a Lei 8.142/90, que dispõem sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Unico de Saúde – SUS e sobre as transferências intergorvenamentais de recusos.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Programção Anual de Saúde (PAS) 2026

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE Taipu/RN, 11 de junho de 2026

MARIA DIONE S. DA P. DE OLIVEIRA
Vise presidente do Conselho
Portaria 106/25 de 09/06/2025

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:BACEDF3D

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS Nº 04/25

Taipu/RN, 15 de Agosto de 2025.

Dispõe sobre a análise planos de trabalho de propostas de emendas parlamentares federais para análise e aprovação visando atualização na Programação Anual de Saúde/2025.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº156/91, em sua 1º Reunião Extraordinária realizada no dia 15/08/2025, considerando:
As Leis Federais nº. 8.080/90 e nº. 8.142/90 e a Lei Municipal nº. 156/91, que dispõem sobre as competências do Conselho Municipal de Saúde;
A Portaria nº. 2135/12, que estabelece as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
A Lei Complementar nº. 141/12 que trata das normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde e da competência do Conselho Municipal de Saúde da análise e deliberação para a análise e deliberação para utilização dos planos de trabalho (anexos) referente a propostas de emendas parlamentares federais (individuais) para ações e serviços na Atenção Primária – incremento PAP:
.
Proposta nº 36000667428202500 – Emenda – 44650013 – Valor: R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) – Dep Robinson Faria.
Proposta nº 36000668427202500 – Emenda – 40910004 – Valor: R$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) – Sem. Zenaide Maia.
As discussões e consenso deste Plenário;
RESOLVE:
Aprovar, pela unanimidade dos presentes, os planos de trabalhos referentes as propostas de emendas parlamentares acima descritos, em conformidade com o disposto na Portaria nº 6.904 – GM/MS de 28/04/2025.

Deliberar a Secretaria Municipal de Saúde de Taipu/RN que atualize os documentos de Gestão – Plano Municipal de Saúde 22/25 e a Programação Anual de Saúde – PAS 2025, inserido-os no DIGISUS.

Encaminhar a presente resolução ao Chefe do Poder Executivo Municipal para fins de homologação e publicação, nos termos da legislação em vigor.
Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Taipu/RN, 15 de Agosto de 2025

DEUSIMAR SILVA DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Portaria 106/25 de 09/06/2025

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:24F4CD04

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS Nº 05/26

Taipu/RN, 17 de Agosto de 2026.

Dispõe sobre a aprovação de Solicitação de reunião extraordinária para análise de alteração de plano de trabalho de emenda parlamentar de bancada.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº156/91, em sua 1º Reunião Extraordinária realizada no dia 15/08/2025, considerando:
As Leis Federais nº. 8.080/90 e nº. 8.142/90 e a Lei Municipal nº. 156/91, que dispõem sobre as competências do Conselho Municipal de Saúde;
A Portaria nº. 2135/12, que estabelece as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
A Lei Complementar nº. 141/12 que trata das normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde e da competência do Conselho Municipal de Saúde da análise e deliberação para a alteração do plano de trabalho da emenda parlamentar - **Proposta nº 36000800487202600** – **Emenda Parlamentar de Bancada nº 471210004** no valor de **R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais)** – incremento PAP – CUSTEIO para pagar folha de pagamento de servidores ativos da Atenção Primária.
A Solicitação tem como fundamento Jurídico a Portaria GM/MS nº 8.283, de 30/09/2025, regulamenta as emendas de bancada estadual e de comissão destinadas ao SUS em 2026. Ela foi posteriormente alterada pela **Portaria GM/MS nº 10.352, de 17/03/2026**
Foram anexados os documentos - Plano de Trabalho Inicial – Proposta de Alteração de Plano de Trabalho e a fundamentação jurídica que balisa a possibilidade de alteração para o remanejamento de classificação orçamentária visando o pagamento de folha de pessoal ativo das Equipes da Atenção Primária (área assistencial).
As discussões e consenso deste Plenário; **RESOLVE:**
Aprovar, pela unanimidade dos presentes, a alteração do palno de trabalho da **Emenda Parlamentar de Bancada nº 471210004** no valor de **R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais)** – incremento PAP – CUSTEIO, confirmando o cumprimento das normas estatuídas pela Lei Complementar nº. 141, de 13 de janeiro de 2012;

Encaminhar a presente resolução ao Chefe do Poder Executivo Municipal para fins de homologação e publicação, nos termos da legislação em vigor.
Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Taipu/RN, 17 de Agosto de 2026

DEUSIMAR SILVA DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Portaria 106/25 de 09/06/2025

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:FE11D36D

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS Nº 06

Taipu/RN, 06 de Agosto de 2026. Dispõe sobre a aprovação do RDQA – Relatório de Prestação de Contas 1º Quadrimestre 2026.
O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 156/91, em sua 174ª Reunião Ordinária realizada no dia 06/008/2026, considerando:

As Leis Federais nº. 8.080/90 e nº. 8.142/90 e a Lei Municipal nº. 156/91, que dispõem sobre as competências do Conselho Municipal de Saúde;

A Portaria nº. 2135/12, que estabelece as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

A Lei Complementar nº. 141/12 que trata das normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde e da competência do Conselho Municipal de Saúde de avaliar e aprovar o RDQA - Relatório de Prestação de Contas 1º Quadrimestre;

A apresentação pela Secretaria Municipal da Saúde do RDQA - Relatório de Prestação de Contas 1º Quadrimestre 2026,

As discussões e consenso deste Plenário; RESOLVE:
Aprovar, pela unanimidade dos presentes, o RDQA - Relatório de Prestação de Contas 1º Quadrimestre 2026, elaborado pela Secretaria Municipal da Saúde, confirmando o cumprimento das normas estatuídas pela Lei Complementar nº. 141, de 13 de janeiro de 2012;

Encaminhar a presente resolução ao Chefe do Poder Executivo Municipal para fins de homologação e publicação, nos termos da legislação em vigor.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE Taipu - RN, 06 de Agosto de 2026

DEUSIMAR SILVA DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:F342B713

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN 7º RESULTADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

OBJETO: credenciamento de artistas para possíveis e futuras contratações, com vistas a realizarem apresentações públicas, de maneira presencial, durante os eventos e projetos promovidos ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN. Fica CREDENCIADO nos termos do instrumento convocatório: 1 - JOSE ROBERTO SILVA DE ARAUJO – BRANCO SHOW (CPF: 071.409.774-88), 2 - LENIZE JEANE DE MACEDO NUNES – FORRO RELA BUCHO (CNPJ: 50.201.700/0001-12); 3 – BANDA SISTEMA LTDA (CNPJ: 38.051.708/0001-44); 4 – ALEXSANDRO EMANOEL BELARMINO PEREIRA – ALEX PEREIRA E FORRO DE VERDADE (CNPJ: 33.773.498/0001-84); 5 - RENILSON MEDEIROS DE ARAÚJO RM PRODUÇÕES – KASSINHO DIFERENTE (CNPJ: 64.315.267/0001-50); 6 – PAULO PEREIRA DA SILVA JUNIOR – PAULINHO, PARCELIO E BANDA (CNPJ: 52.679.492/0001-97); 7 - RAÍ DANTAS DE MEDEIROS (48.044.483/0001-52); 8 - FABRIZYO LEE ZANDRO PEREIRA DE MORAIS SILVA – BANDA THE CLASSICOS (CNPJ: 56.299.5446/0001-40); 9 – BRUNO ARIEL ALVES DA SILVA (CPF: 127.570.834-06); 10 – RAFAEL HELYABE SOARES SILVA – MINISTERIO ADORAI AO REI JESUS (CPF: 127.882.934-29); 11 - EDENILSON AIRTON DAVID – TOMARA QUE DE CERTO (CNPJ: 19.929.406/0001-81) como pode ser verificado no link: https://operacao.portaldecompraspublicas.com.br/3/SessaoPublica/?ttCD_CHAVE=463382. Informações: das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço: Av. Francisco Amaral, 103 - Centro – Tenente Laurentino Cruz/RN. E-mail: licitacao@tenentelaurentinocruz.rn.gov.br .

Tenente Laurentino Cruz - RN, 10 de Setembro de 2026

THOMAZ GUSTAVO CORTEZ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Thomaz Gustavo Cortez da Silva
Código Identificador:62C65277

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL AVISO DE RECEBIMENTO DE COTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Tibau/RN, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua do Pargo, nº 76, Centro, inscrita no CNPJ n°. 01.622.882/0001-90, torna público para conhecimento, que estará recebendo cotações de preço para a Prestação de serviços em plantões médicos presencial de horas ininterruptas para atendimento na urgência e emergência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Tibau/RN, de acordo com os itens descritos abaixo. Portanto, a Prefeitura receberá as cotações até as 10:00 horas do dia 18 de setembro de 2026, através do E-mail: cotacaopmtt@gmail.com conforme prazos e condições estabelecidas no prazo de 05 (cinco) dias uteis, a contar desta Publicação, e de acordo com a Lei 14.133/2021.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE
01	Médico plantonista diurno na UNIDADE MISTA DE SAÚDE SANTA TERESINHA	Hora	7.800
02	Médico plantonista noturno na UNIDADE MISTA DE SAÚDE SANTA TERESINHA	Hora	7.800
03	Diretor Técnico para UNIDADE MISTA DE SAÚDE SANTA TERESINHA	Mês	12

Para mais informações, serão esclarecidas através do E-mail: cotacaopmtt@gmail.com.

Tibau/RN, 09 de setembro de 2026.

MARCIA CRISTINA ALVES JUSTINO BARBOSA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:919111F2

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2026 - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2025 - SMS – DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN – CARONA Nº 2/2026

PROCESSO: 716413/2026
MODALIDADE: Adesão Carona nº 2/2026 oriunda do Pregão Eletrônico nº 05/2025 - SMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIBAU/RN
CNPJ: 01.XXX.XXX/0001-90
CONTRATADA: DELTA CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA CNPJ nº 24.XXX.XXX/0001-32
ENDEREÇO: Rua Barão de Lucena, nº 62, Pitimbu, Natal/RN, CEP 59.066-285
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na gestão de mão de obra para a prestação de serviços contínuos em conservação, limpeza e apoio administrativo.
VALOR TOTAL: R$ 7.275.265,92 (sete milhões, duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos).
DATA DA EXPEDIÇÃO DO TERMO: 14 de agosto de 2026
VIGENCIA: 14 de agosto de 2026 a 13 de agosto de 2027

Unidade Orçamentária:	02 .001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
Ação:	2009 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria do Gabinete do Prefeito
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
Ação:	2009 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria do Gabinete do Prefeito
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .003 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN
Ação:	2016 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Administração e Planejamento
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Fonte de Recurso:	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .003 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN
Ação:	2016 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Administração e Planejamento
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2089 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Saúde
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0012 - GESTÃO DAS OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS E LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2089 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Saúde
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0012 - GESTÃO DAS OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS E LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2094 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - ESF
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2094 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - ESF
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2095 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Saúde Bucal
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2095 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Saúde Bucal
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2096 - Manutenção das Atividades da Unidade Mista de Saúde Santa Terezinha
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2096 - Manutenção das Atividades da Unidade Mista de Saúde Santa Terezinha
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2098 - Manutenção das Atividades do Centro Especializado em Reabilitação - CER
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2098 - Manutenção das Atividades do Centro Especializado em Reabilitação - CER
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2108 - Manutenção do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - Equipe Multiprofissional
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2108 - Manutenção do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - Equipe Multiprofissional
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	04 .001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSI
Ação:	2111 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de

	Trabalho e Assistência Social
Função:	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	04 .001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSI
Ação:	2111 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Trabalho e Assistência Social
Função:	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .011 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
Ação:	2049 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .011 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
Ação:	2049 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Ação:	2083 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Esporte e Lazer
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Ação:	2083 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria de Esporte e Lazer
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Ação:	2167 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Cultura
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região:	0001 - Tibau

Unidade	02 .020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL
Orçamentária:	DE CULTURA
Ação:	2167 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Cultura
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
01	ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIADO - 30H.	Serv.	66	3.665,12	241.897,92
02	ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIADO.	Serv.	720	4.749,54	3.419.668,80
03	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 30H.	Serv.	60	3.392,22	203.533,20
04	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS.	Serv.	600	4.301,75	2.581.050,00
05	MOTORISTA CATEGORIA "B" - 40 HORAS.	Serv.	144	5.757,75	829.116,00
Valor Total					**R$ 7.275.265,92**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.462/2023.

Tibau/RN, 14 de agosto de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

ANDRÉ GUSTAVO DE MELO GUEDES
Delta Construções & Serviços LTDA

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:8CE215DD

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
LEI MUNICIPAL Nº 0759/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 0759/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"DENOMINA DE AVENIDA VIAMAR, A AVENIDA PROJETADA (01) NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NO ENTRONCAMENTO COM A RUA RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA (03), COM TERMINO NA EXTREMIDADE SUDOESTE DO LOTEAMENTO, JUNTO A RUA PROJETADA (06) DO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Tibau/RN, 10 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

ATO DE SANÇÃO

A Prefeita do Município de Tibau – RN, no uso de suas atribuições legais, sancionou expressamente o**PROJETO DE LEI MUNICIPALNº 0759/2026**, de iniciativa do**PODER LEGISLATIVO** e aprovado por unanimidade, em 1ª discussão, pela Câmara Municipal, na Sessão Ordinária realizada no dia 09 de setembro de 2026, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Outrossim, determino que o Gabinete da Prefeita, diligencie a imediata publicação a**LEI MUNICIPAL N° 0759 de 10 de setembro de 2026**, ora sancionada, em apenso, que:**"*DENOMINA DE AVENIDA VIAMAR, A AVENIDA PROJETADA (01) NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NO ENTRONCAMENTO COM A RUA RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA (03), COM TERMINO NA EXTREMIDADE SUDOESTE DO LOTEAMENTO, JUNTO A RUA PROJETADA (06) DO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*"**

Cumpra-se, observada as cautelas legais.

Tibau/RN, 10 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 0759/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"DENOMINA DE AVENIDA VIAMAR, A AVENIDA PROJETADA (01) NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NO ENTRONCAMENTO COM A RUA RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA (03), COM TERMINO NA EXTREMIDADE SUDOESTE DO LOTEAMENTO, JUNTO A RUA PROJETADA (06) DO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita municipal de Tibau, **Lidiane Marques de Costa** no uso de suas atribuições legais, **FAÇO saber** que a Câmara Municipal de Tibau-RN APROVOU e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°- Passa a denominar-se de AV. VIAMAR, A AVENIDA COM INICIO NO ENTROCAMENTO COM A RUA RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA 03, TERMINA NA RUA PROJETADA 06 DO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO BAIRRO GADO BRAVO.
Art. 2°- Esta Lei entra em vigor da data de sua Publicação.

Art. 3°- Revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Tibau/RN, em 10 de setembro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:C3BC0E0B

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
LEI MUNICIPAL Nº 0760/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 0760/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"DENOMINA DE AVENIDA DAS CARNAÚBAS, A AVENIDA PROJETADA (02), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NA INTERSEÇÃO COM A RUA RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA (03), NO VÉRTICE V1, COM TERMINO NO VÉRTICE V2 AO SUDESTE DO LOTEAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

Tibau/RN, 10 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

ATO DE SANÇÃO

A Prefeita do Município de Tibau – RN, no uso de suas atribuições legais, sancionou expressamente o**PROJETO DE LEI MUNICIPALNº 0760/2026**, de iniciativa do**PODER LEGISLATIVO** e aprovado por unanimidade, em 1ª discussão, pela Câmara Municipal, na Sessão Ordinária realizada no dia 09 de setembro de 2026, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Outrossim, determino que o Gabinete da Prefeita, diligencie a imediata publicação a**LEI MUNICIPAL N° 0760 de 10 de setembro de 2026**, ora sancionada, em apenso, que:**"DENOMINA DE AVENIDA DAS CARNAÚBAS, A AVENIDA PROJETADA (02), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NA INTERSEÇÃO COM A RUA RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA (03), NO VÉRTICE V1, COM TERMINO NO VÉRTICE V2 AO SUDESTE DO LOTEAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."**

Cumpra-se, observada as cautelas legais.

Tibau/RN, 10 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 0760/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"DENOMINA DE AVENIDA DAS CARNAÚBAS, A AVENIDA PROJETADA (02), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NA INTERSEÇÃO COM A RUA RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA (03), NO VÉRTICE V1, COM TERMINO NO VÉRTICE V2 AO SUDESTE DO LOTEAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

A Prefeita municipal de Tibau, **Lidiane Marques de Costa** no uso de suas atribuições legais, **FAÇO saber** que a Câmara Municipal de Tibau-RN APROVOU e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°- Passa a denominar-se de AV. DAS CARNAÚBAS, A AVENIDA COM INICIO NA INTERSEÇÃO COM A RUA RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA (03), TERMINO NO VÉRTICE V2 AO SUDESTE DO LOTEAMENTO.
Art. 2°- Esta Lei entra em vigor da data de sua Publicação.

Art. 3°- Revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Tibau/RN, em 10 de setembro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:FA1BA206

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
LEI MUNICIPAL Nº 0761/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 0761/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"DENOMINA DE RUA DOS MANDACARUS, A RUA PROJETADA (03) ENTRE AS QUADRAS (A) E (B), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NA INTERSEÇÃO COM A RUA PROJETADA (01) COM TERMINO NA INTERSEÇÃO COM A RUA PROJETADA (02) NO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Tibau/RN, 10 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

ATO DE SANÇÃO

A Prefeita do Município de Tibau – RN, no uso de suas atribuições legais, sancionou expressamente o**PROJETO DE LEI MUNICIPALNº 0761/2026**, de iniciativa do**PODER LEGISLATIVO** e aprovado por unanimidade, em 1ª discussão, pela Câmara Municipal, na Sessão Ordinária realizada no dia 09 de setembro de 2026, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Outrossim, determino que o Gabinete da Prefeita, diligencie a imediata publicação a**LEI MUNICIPAL N° 0761 de 10 de setembro de 2026**, ora sancionada, em apenso, que:**"DENOMINA DE RUA DOS MANDACARUS, A RUA PROJETADA (03) ENTRE AS QUADRAS (A) E (B), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NA INTERSEÇÃO COM A RUA PROJETADA (01) COM TERMINO NA INTERSEÇÃO COM A RUA PROJETADA (02) NO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Cumpra-se, observada as cautelas legais.

Tibau/RN, 10 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 0761/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"DENOMINA DE RUA DOS MANDACARUS, A RUA PROJETADA (03) ENTRE AS QUADRAS (A) E (B), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NA INTERSEÇÃO COM A RUA PROJETADA (01) COM TERMINO NA INTERSEÇÃO COM A RUA PROJETADA (02) NO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita municipal de Tibau, **Lidiane Marques de Costa** no uso de suas atribuições legais, **FAÇO saber** que a Câmara Municipal de Tibau-RN APROVOU e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°- Passa a denominar-se de RUA DOS MANDACARUS, A RUA PROJETADA (03) COM INICIO NA INTERSEÇÃO DA RUA PROJETADA (01), COM TERMINA NA RUA PROJETADA (02) DO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO BAIRRO GADO BRAVO.
Art. 2°- Esta Lei entra em vigor da data de sua Publicação.

Art. 3°- Revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Tibau/RN, em 10 de setembro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:08D3D944

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
LEI MUNICIPAL Nº 0762/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 0762/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

> ***"**DENOMINA DE RUA DAS JUREMAS, A RUA PROJETADA (04) ENTRE AS QUADRAS (B) E (C), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NA INTERSEÇÃO COM A RUA PROJETADA (01), COM TERMINO NA INTERSEÇÃO COM A RUA PROJETADA (02) NO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**"*

Tibau/RN, 10 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

ATO DE SANÇÃO

A Prefeita do Município de Tibau – RN, no uso de suas atribuições legais, sancionou expressamente o**PROJETO DE LEI MUNICIPALNº 0762/2026**, de iniciativa do**PODER LEGISLATIVO** e aprovado por unanimidade, em 1ª discussão, pela Câmara Municipal, na Sessão Ordinária realizada no dia 09 de setembro de 2026, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Outrossim, determino que o Gabinete da Prefeita, diligencie a imediata publicação a**LEI MUNICIPAL N° 0762 de 10 de setembro de 2026**, ora sancionada, em apenso, que:**"DENOMINA DE RUA DAS JUREMAS, A RUA PROJETADA (04) ENTRE AS QUADRAS (B) E (C), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NA INTERSEÇÃO COM A RUA PROJETADA (01), COM TERMINO NA INTERSEÇÃO COM A RUA PROJETADA (02) NO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Cumpra-se, observada as cautelas legais.

Tibau/RN, 10 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 0762/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"DENOMINA DE RUA DAS JUREMAS, A RUA PROJETADA (04) ENTRE AS QUADRAS (B) E (C), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NA INTERSEÇÃO COM A RUA PROJETADA (01), COM TERMINO NA INTERSEÇÃO COM A RUA PROJETADA (02) NO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita municipal de Tibau, **Lidiane Marques de Costa** no uso de suas atribuições legais, **FAÇO saber** que a Câmara Municipal de Tibau-RN APROVOU e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°- Passa a denominar-se de RUA DAS JUREMAS, A RUA PROJETADA (04) ENTRE AS QUADRAS (B) E (C), COM INICIO NA INTERSEÇÃO DA RUA PROJETADA (01), COM TERMINO NA RUA PROJETADA (02) DO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO BAIRRO GABO BRAVO.
Art. 2°- Esta Lei entra em vigor da data de sua Publicação.

Art. 3°- Revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Tibau/RN, em 10 de setembro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:1C1A58EB

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
LEI MUNICIPAL Nº 0763/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 0763/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

> ***"**DENOMINA DE RUA DAS AROEIRAS, A RUA PROJETADA (05) ENTRE AS QUADRAS (C) E (D), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NO LIMITE OESTE DO LOTEAMENTO, PRÓXIMO A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP), COM TERMINO ENCONTRO COM A RUA PROJETADA (02) NO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

Tibau/RN, 10 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

ATO DE SANÇÃO

A Prefeita do Município de Tibau – RN, no uso de suas atribuições legais, sancionou expressamente o**PROJETO DE LEI MUNICIPALNº 0763/2026**, de iniciativa do**PODER LEGISLATIVO** e aprovado por unanimidade, em 1ª discussão, pela Câmara Municipal, na Sessão Ordinária realizada no dia 09 de setembro de 2026, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
Outrossim, determino que o Gabinete da Prefeita, diligencie a imediata publicação a**LEI MUNICIPAL N° 0763 de 10 de setembro de 2026**, ora sancionada, em apenso, que:**"DENOMINA DE RUA DAS AROEIRAS, A RUA PROJETADA (05) ENTRE AS QUADRAS (C) E (D), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM**

INICIO NO LIMITE OESTE DO LOTEAMENTO, PRÓXIMO A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP), COM TERMINO ENCONTRO COM A RUA PROJETADA (02) NO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Cumpra-se, observada as cautelas legais.

Tibau/RN, 10 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 0763/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"DENOMINA DE RUA DAS AROEIRAS, A RUA PROJETADA (05) ENTRE AS QUADRAS (C) E (D), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NO LIMITE OESTE DO LOTEAMENTO, PRÓXIMO A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP), COM TERMINO ENCONTRO COM A RUA PROJETADA (02) NO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita municipal de Tibau, **Lidiane Marques de Costa** no uso de suas atribuições legais, **FAÇO saber** que a Câmara Municipal de Tibau-RN APROVOU e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°- Passa a denominar-se de RUA DAS AROEIRAS, A RUA PROJETADA (05) COM INICIO NO LIMITE OESTE DO LOTEAMENTO, PRÓXIMO (APP), COM SEUS TERMINA NA RUA PROJETADA (02) DO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO BAIRRO GADO BRAVO.
Art. 2°- Esta Lei entra em vigor da data de sua Publicação.

Art. 3°- Revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Tibau/RN, em 10 de setembro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:AB802297

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
LEI MUNICIPAL Nº 0764/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 0764/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"DENOMINA DE RUA DOS JUAZEIROS, A RUA PROJETADA (06) ENTRE AS QUADRAS (D) E (E), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NO LIMITE OESTE DO LOTEAMENTO, PRÓXIMO A VÉRTICE V3, COM SEU TERMINO DE ENCONTRO COM A RUA PROJETADA (02) NA PROPORÇÃO SUDESTE DO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Tibau/RN, 10 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

ATO DE SANÇÃO

A Prefeita do Município de Tibau – RN, no uso de suas atribuições legais, sancionou expressamente o**PROJETO DE LEI MUNICIPALNº 0764/2026**, de iniciativa do**PODER LEGISLATIVO** e aprovado por unanimidade, em 1ª discussão, pela Câmara Municipal, na Sessão Ordinária realizada no dia 09 de setembro de 2026, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Outrossim, determino que o Gabinete da Prefeita, diligencie a imediata publicação a**LEI MUNICIPAL N° 0764 de 10 de setembro de 2026**, ora sancionada, em apenso, que:**"DENOMINA DE RUA DOS JUAZEIROS, A RUA PROJETADA (06) ENTRE AS QUADRAS (D) E (E), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NO LIMITE OESTE DO LOTEAMENTO, PRÓXIMO A VÉRTICE V3, COM SEU TERMINO DE ENCONTRO COM A RUA PROJETADA (02) NA PROPORÇÃO SUDESTE DO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Cumpra-se, observada as cautelas legais.

Tibau/RN, 10 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 0764/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"DENOMINA DE RUA DOS JUAZEIROS, A RUA PROJETADA (06) ENTRE AS QUADRAS (D) E (E), NO BAIRRO GADO BRAVO, COM INICIO NO LIMITE OESTE DO LOTEAMENTO, PRÓXIMO A VÉRTICE V3, COM SEU TERMINO DE ENCONTRO COM A RUA PROJETADA (02) NA PROPORÇÃO SUDESTE DO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita municipal de Tibau, **Lidiane Marques de Costa** no uso de suas atribuições legais, **FAÇO saber** que a Câmara Municipal de Tibau-RN APROVOU e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°- Passa a denominar-se de RUA DAS AROEIRAS, A RUA PROJETADA (06) COM INICIO NO LIMITE OESTE DO LOTEAMENTO, PRÓXIMO A VÉRTICE V3, COM SEU TERMINO DE ENCONTRO COM RUA PROJETADA (02) NA PROPORÇÃO SUDESTE DO LOTEAMENTO VIAMAR BRAVOS NO BAIRRO GADO BRAVO.
Art. 2°- Esta Lei entra em vigor da data de sua Publicação.

Art. 3°- Revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de
Tibau/RN, em 10 de setembro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:7798E2AC

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PEDIDO DE LICENÇA SIMPLIFICADA PRÉVIA – LSP

Prefeitura Municipal de Tibau/RN, CNPJ**01.622.882/0001-90**, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema a LSP para a**Construção da drenagem subterrânea e pavimentação em intertravado sobre vias existentes,**localizada**nas travessas Lauro Leite de Souza e a projetada 17, Praia das Emanuelas. Cep: 59678-000. Tibau/RN.**

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:F961A642

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA ATRAVÉS DE DISPENSA Nº 067/2026. PROCESSO DE ADMINISTRATIVO Nº 00148/2026. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL–COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN, através da PREFEITURA MUNICPAL DE TIBAU DE SUL/RN, CNPJ: 08.168.775/0001-82, com sede á Rua Dr. Hélio Galvão, 122, Centro, Tibau do Sul/RN CEP: 59178000, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público que realizará contratação direta através de dispensa de licitação com critérios de julgamento do tipo menor preço global**,** CUJO O **OBJETO:** Aquisição de balcões/buffets térmicos (self-service) destinados às unidades operacionais das Secretarias de Educação e de Assistência Social do Municipio de Tibau do Sul/RN**,** podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

O edital e seus anexo deverá ser solicitado através do e-mail endereço eletrônico: pmtsadm@gmail.com, e as propostas e documentação de habilitação serão recebidas a partir das 08:00hs do dia 11 a 16 de setembro de 2026 até as 10:00hs.

Tibau do Sul/RN, 10 de setembro de 2026.

JAILMA DE OLIVEIRA FERNANDES CONRADO DE LIMA
Agente de Contratação

Publicado por:
Jailma de Oliveira F. C. de Lima
Código Identificador:E6DE2A3D

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 935, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Educação Ambiental e Conscientização para a Limpeza Urbana, voltada prioritariamente à comunidade escolar da rede pública municipal, no âmbito do Município de Tibau do Sul/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Constituição Federal do Brasil e a Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Tibau do Sul/RN, a Política Municipal de Educação Ambiental e Conscientização para a Limpeza Urbana, tendo como público prioritário a comunidade escolar da rede pública municipal, com a finalidade de promover a formação da consciência ambiental, incentivar práticas sustentáveis, estimular o respeito aos espaços públicos e fortalecer a cidadania ambiental.

Art. 2º. Constituem objetivos da Política Municipal:
I – incentivar a formação de uma consciência ambiental entre crianças e adolescentes;
II – estimular o respeito aos espaços públicos e turísticos, bem como ao patrimônio ambiental do Município;
III – promover a conscientização acerca da correta destinação dos resíduos sólidos e da limpeza urbana;
IV – incentivar práticas sustentáveis e a preservação das praias, falésias, lagoas, áreas verdes e demais espaços de interesse ambiental;
V – contribuir para o fortalecimento do turismo sustentável e da qualidade de vida da população;
VI – estimular a corresponsabilidade da sociedade na preservação dos espaços públicos e do patrimônio ambiental do Município.

Art. 3º. Para o alcance dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo poderá desenvolver ações educativas compatíveis com a presente Política Pública, isoladamente ou emparceira com instituições de ensino públicas e privadas, órgãos públicos, entidades da sociedade civil e organizações que atuem na promoção da educação ambiental e da sustentabilidade, observadas a conveniência, a oportunidade administrativa e a disponibilidade orçamentária.

Art. 4º. Esta Lei estabelece diretrizes gerais de interesse público, não cria cargos, funções, órgãos públicos, atribuições administrativas específicas nem impõe obrigação de execução imediata ao Poder Executivo.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Wilson Galvão, Tibau do Sul/RN, 10 de setembro de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:701B911F

GESTOR DE CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2026 CONCORRÊNCIA Nº 2/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL - CNPJ: 08.168.775/0001-82
CONTRATADA: V. TORRES SOLUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: 52.801.493/0001-62
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL VICÊNCIA CASTELO, NO DISTRITO DA PRAIA DE PIPA.
VIGÊNCIA: Início: 02/09/2026 - Término: 02/09/2027
Valor: R$ 373.840,00, (trezentos e setenta e três mil, oitocentos e quarenta reais).

Tibau do Sul/RN, 02 de setembro de 2026

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito - P/contratante

VIVIANE TORRES DE ALMEIDA
Representante - P/Contratada

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:4B29AD45

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO SAÚDE BRASIL 360.

1. Representantes dos Agentes Comunitários de Saúde

Titulares:

• Karliane Paiva Amaral Panattoni;
• Ana Claudia Pinto de Moura;
• Tatiana Maria Ferreira da Fonseca Nunes;
• Edvalda Lopes da Silva.

Suplente:

• Maria da Conceição Gomes Cavalcanti.

2. Representantes dos Médicos

Titular:

• Rennyer Ruggery de Souza Menandro.

Suplente:

• Lucas Dantas Teixeira.

3. Representantes das Enfermeiras

Titular:

• Valéria Nascimento da Silva.

Suplente:

• Lidyane Pereira Bezerra.

4. Representantes dos Dentistas

Titular:

• Jailson Santos Rodrigues.

Suplente:

• Gerlani Sani Moreira das Chagas Domingos.

5. Representantes dos Técnicos de Enfermagem

Titular:

• Edilene Candido de Lima de Oliveira.

Suplente:

• Josenilson Gomes dos Santos.

6. Representantes dos Técnicos em Saúde Bucal – TSB

Titular:

• Joaquim Tiburcio de Araújo Neto.

Suplente:

• Aracely da Silva Costa.

7. Representantes da Gestão Municipal

• Elisa Emanoely Bezerra Alves;
• Luciene Maria Figueiredo;
• Felipe Souza de França.

8. Representantes da E-multi

Titular:
Elizelda Catarina da Silva
Suplente :
Maria Aparecida Silva da Costa Januário

Republicado por Incorreção.

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:EC626C69

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 669/2026 - GABINETE CIVIL

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1°. CONCEDER, nos termos do art. 102, da Lei 570/2007 (Regime Jurídico Único), **03 (três) meses** de licença prêmio por assiduidade, ao servidor, JOÃO MARIA VIEIRA DE FRANÇA, Matrícula 415-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2°. O período de gozo desta licença será de 14 de setembro de 2026 a 12 de dezembro de 2026, quando a servidor (a) deverá se apresentar para ser reconduzida a função pública.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Touros/RN.
Touros/RN, 10 de setembro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:B5752E39

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 668, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora ELENILDA DOMINGOS GOMES SANTANA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria de Saúde, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 01/08/2024 à 31/07/2025, que serão gozadas a partir de 01/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:69FF33B6

GABINETE CIVIL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 38/2025;

Processo: 6100000029/ 2025. **Chamada Pública:** 01/2025. **Contratante: MUNICÍPIO DE TOUROS/RN; CNPJ Nº 08.234.155/0001-02. Contratado:** AGRAPARF; CNPJ: 05.125.757/0001-25. **Objeto:** Primeiro termo aditivo de prazo - Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para atender as demandas de 33 escolas da rede municipal de ensino de Touros/RN**. Assinatura:** 10/09/2026. **Vigência:** 11/09/2026 até 11/09/2027. **Fundamentação Legal:Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e suas alterações posteriores, em conjunto com a **Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009**, e a **Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020. Assinatura:** Contratante:**Pedro Ferreira de Farias Filho**- Prefeito. Contratada: Hagacy de Angellys Bonnyrraws Virginio; CPF n° 049.XXX.064-00.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:3EF4DB27

GABINETE CIVIL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 39/2025;

Processo:6100000029/2025.**Chamada Pública:**01/2025. **Contratante:MUNICÍPIO DE TOUROS/RN; CNPJ Nº 08.234.155/0001-02.Contratado:**COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE SANTA LUZIA - COOPSANT; CNPJ: 14.019.365/0001-72.**Objeto:**Primeiro termo aditivo de prazo - Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para atender as demandas de 33 escolas da rede municipal de ensino de Touros/RN**. Data de Assinatura:** 10/09/2026. **Vigência:** 11/09/2026 até 11/09/2027.**Fundamentação Legal:**Lei n° 14.133/2021 e suas alterações posteriores, combinado com Lei 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº 06/2020. **Assinatura:** Contratante:**Pedro Ferreira de Farias Filho**-Prefeito. Contratada: Socorro Iris Silva do Nascimento Izaias; CPF n° 010.XXX.054-42.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:4BE7D147

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

CPL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2026 – CE Nº 004/2026

NUMERO CONTRATO: 070/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL.

CONTRATADA: **ARCO EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA - ME**.

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia de pavimentação em paralepípedo nas Ruas João Abílio e Almirante Souto Maior nesse Município. Conforme Emenda Parlamentar nº 202624460003**.

VALOR TOTAL de R$ 426.596,76 (quatrocentos e vinte e seis mil quinhentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos).

PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2026 - 10.001 - Secretaria Municipal de infraestrutura - Projeto. 15.451.0011.2194 – Pavimentação de Vias Públicas - Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e instalações. Fonte: 17060000 – Transferência Especial da União.

VIGÊNCIA: 09 de setembro a 31 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 09 de setembro de 2026.

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:15DD9B1D

CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO CE Nº 004/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO		
Prefeitura Municipal de Umarizal		
Prefeitura Municipal de Umarizal		
Concorrência por Menor Preço - 4/2026		
Resultado da Adjudicação		
Item: 10953 - PAVIMENTACAO EM PARALEPIPEDO DAS RUAS JOAO ABILIO E ALMIRANTE SOUTO MAIOR - Valor Referência: R$ 568.795,68		
Fornecedor	Situação	Valor Total
ARCO EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI (16.917.533/0001-72)	Adjudicado em: 09/09/2026 - 08:44:39 - Por: Raimundo Nonato Dias Pinheiro	R$ 426.596,76
RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO		
Autoridade Competente		

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:E1B53A99

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CE Nº 004/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Umarizal			
Prefeitura Municipal de Umarizal			
Concorrência por Menor Preço - 4/2026			
Resultado da Homologação			
10953 - PAVIMENTACAO EM PARALEPIPEDO DAS RUAS JOAO ABILIO E ALMIRANTE SOUTO MAIOR - Quantidade: 1 - Valor de Referência: 568.795,68			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ARCO EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI	426.596,76	R$ 426.596,76	Homologado em 09/09/2026 08:44:51 Por: Raimundo Nonato Dias Pinheiro
RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:CB9E22C3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: A NOVA SOLUÇÃO LTDA
Processo nº 5001000194/2025 – Pregão Eletrônico nº 09/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de confecção de serigrafia e malharia em geral para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência

VALOR: R$ 167.168,00 (cento e sessenta e sete mil cento e sessenta e oito reais).

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.003 - GABINETE DO PREFEITO
03.001 - SEC. MUN. DE GOVERNO E PATRIMÔNIO
05.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
06.001 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001 - SEC. MUN. TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO
AÇÃO:
2004 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
2119 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
2141 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMONIO
2142 - ADMINISTRAÇÃO DA GUARDA-MUNICIPAL
2011 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
2067 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
2084 - APOIO AS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO
2111 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2107 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2116 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

2122 - BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
2127 - BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS – IGD-SUAS
2155 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ
2015 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2030 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
2038 - INCENTIVO AO SELO UNICEF
2045 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
2049 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
2057 - APOIO AOS EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO
2058 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO
2059 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR
2061 - APOIO AO ESPORTE NAS SUAS DIVERSAS MODALIDADES
2066 - APOIO A PRÁTICA DO INTERCOLEGIAL E DA GINCANA CULTURAL
2134 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE
2050 - FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2093 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2035 - MANUTENCAO DO PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITARIA – VISA
2031 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS
2096 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA – ESF
2098 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS
2099 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2103 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE
2104 - FUNCIONAMENTO DO TETO FINANCEIRO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH
2130 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
2062 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

NATUREZA DA DESPESA:
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO:
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16350000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À SAÚDE - LEI Nº 12.858/2013
16003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
26003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
16003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003130 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - EMENDAS PARLAMENTARES DE COMISSÃO
17200000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP-LEI 9.478/1997
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
ASSINADO PELO CONTRATANTE
A NOVA SOLUÇÃO LTDA
ASSINADO PELA CONTRATADA
VIGENCIA: 14/09/2026 a 13/09/2027

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:5E58EB49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: PATRICIO WAGNER GONCALVES CARVALHO 11578960495
Processo nº 5001000194/2025 – Pregão Eletrônico nº 09/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de confecção de serigrafia e malharia em geral para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência

VALOR: R$ 234.553,20 (duzentos e trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e três reais e vinte centavos).

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.003 - GABINETE DO PREFEITO
03.001 - SEC. MUN. DE GOVERNO E PATRIMÔNIO
05.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
06.001 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001 - SEC. MUN. TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO

AÇÃO:
2004 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
2119 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
2141 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMONIO
2142 - ADMINISTRAÇÃO DA GUARDA-MUNICIPAL
2011 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
2067 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
2084 - APOIO AS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO
2111 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2107 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2116 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
2122 - BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
2127 - BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS – IGD-SUAS
2155 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ

2015 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2030 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
2038 - INCENTIVO AO SELO UNICEF
2045 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
2049 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
2057 - APOIO AOS EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO
2058 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO
2059 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR
2061 - APOIO AO ESPORTE NAS SUAS DIVERSAS MODALIDADES
2066 - APOIO A PRÁTICA DO INTERCOLEGIAL E DA GINCANA CULTURAL
2134 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE
2050 - FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2093 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2035 - MANUTENCAO DO PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITARIA – VISA
2031 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS
2096 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA – ESF
2098 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS
2099 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2103 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE
2104 - FUNCIONAMENTO DO TETO FINANCEIRO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH
2130 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
2062 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO
NATUREZA DA DESPESA:
3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSO:
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16350000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À SAÚDE - LEI Nº 12.858/2013
16003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
26003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
16003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003130 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - EMENDAS PARLAMENTARES DE COMISSÃO
17200000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP-LEI 9.478/1997
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
ASSINADO PELO CONTRATANTE
PATRICIO WAGNER GONCALVES CARVALHO 11578960495
ASSINADO PELA CONTRATADA
VIGENCIA: 14/09/2026 a 13/09/2027

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:B9A5BB59

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PORTARIA Nº 019/2026, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 019/2026, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO** do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER seis diárias, com pernoite valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais) fora do Estado no valor totalizando R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) ao senhor **MATHEUS KLISMAN DE CASTRO E SILVA,** ocupante do cargo de Coordenador de Educação, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Joinville/SC, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento:FEBIC – FEIRA BRASILEIRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – Joinville/SC
Local de destino: JOINVILLE/SC;
Período do Afastamento: 13 à 18 de SETEMBRO de 2026;

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretária Municipal De Educação, Cultura E Desporto

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:E46E2587

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para a locação de equipamentos laboratoriais destinados ao Laboratório de Análises Clínicas do Município de Várzea/RN.
O **MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN**, por intermédio do Pregoeiro Municipal, torna público o **resultado do Pregão Eletrônico nº 014/2026**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a locação de equipamentos laboratoriais destinados ao Laboratório de Análises Clínicas do Município de Várzea/RN.
Após a realização das fases de julgamento e habilitação, foi **aberto o prazo para manifestação de intenção de recurso**, nos termos do instrumento convocatório, **não tendo sido registrada intenção de interposição de recurso por parte dos licitantes**, razão pela qual o procedimento prosseguiu para as etapas subsequentes.
Empresa vencedora:

PAULINO LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA. – CNPJ nº **48.899.285/0001-70**, com **valor global de R$ 91.548,00** (noventa e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais).

Várzea/RN, 09 de setembro de 2026.

DIEGO AVELINO FERREIRA
Pregoeiro Municipal
Portaria nº 049/2026

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:00482EB6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
CONVOCAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 001/2026

CONVOCAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 001/2026
Processo Administrativo nº 152/2025
Pregão Eletrônico nº 006/2025
Ata de Registro de Preços nº 005/2026
À empresa:
LM SERVGRÁFICA E COPIADORA LTDA. ME
Assunto: Convocação de licitante integrante do cadastro de reserva – Lotes I e III
O **MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN**, por intermédio do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços nº 005/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 006/2025, **CONVOCA** essa empresa, na condição de licitante integrante do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação do certame, em razão do cancelamento do registro da empresa **GRÁFICA VEREDAS LTDA.**
A presente convocação tem por objeto a manifestação de interesse quanto à assunção do registro de preços correspondente aos **LOTES I e III**, anteriormente registrados em favor da empresa acima mencionada, conforme as condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e no respectivo cadastro de reserva.
São objeto da presente convocação:
LOTE I – ARTIGOS PERSONALIZADOS;
LOTE III – FICHAS E BLOCOS.
A Ata de Registro de Preços estabelece que, após o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
Dessa forma, fica a empresa **LM SERVGRÁFICA E COPIADORA LTDA. ME** convocada para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta, **manifestar formalmente seu interesse em assumir o registro de preços dos Lotes I e III**, observadas as condições de preço e demais condições constantes do cadastro de reserva e dos instrumentos que regem o certame.
A manifestação deverá indicar **expressamente o interesse da empresa em relação a cada um dos lotes**, podendo ser apresentada de forma conjunta, desde que contenha a indicação individualizada dos **Lotes I e III**.
O não atendimento desta convocação, a recusa ou a ausência de manifestação no prazo estabelecido será certificada nos autos, para fins de prosseguimento da convocação dos demais licitantes integrantes do cadastro de reserva, respeitada a ordem de classificação e as condições previstas no edital e na Ata de Registro de Preços.
Várzea/RN, 10 de setembro de 2026.

ERLANE VIANA DE LIMA
Gestão de Contratos

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:369C075E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para a locação de equipamentos laboratoriais destinados ao Laboratório de Análises Clínicas do Município de Várzea/RN.
O **PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN**, na qualidade de **Autoridade Competente**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e considerando o resultado do **Pregão Eletrônico nº 014/2026**, vinculado ao **Processo Administrativo nº 075/2026**, bem como o julgamento das propostas, a análise da documentação de habilitação e a ausência de manifestação de intenção de recurso no prazo oportunizado, **ADJUDICA** o objeto do certame à empresa vencedora abaixo identificada:
PAULINO LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA.
CNPJ nº 48.899.285/0001-70
Valor Global: R$ 91.548,00 (noventa e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais).
Valor total adjudicado: R$ 91.548,00 (noventa e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais).
A presente adjudicação é realizada em conformidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório, no Termo de Referência e nos demais documentos integrantes do processo, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**.
Encaminhem-se os autos para a adoção das providências administrativas subsequentes, inclusive quanto à formalização da contratação, observadas as exigências legais e regulamentares pertinentes.

Várzea/RN, 09 de setembro de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:206B16FA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 075/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO-
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 075/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para a locação de equipamentos laboratoriais destinados ao Laboratório de Análises Clínicas do Município de Várzea/RN.
Após constatada a regularidade dos atos praticados no âmbito do processo licitatório em epígrafe, e considerando o resultado do **Pregão Eletrônico nº 014/2026**, cujo objeto é a contratação acima especificada, **HOMOLOGO**, na forma do art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, o resultado do certame e a adjudicação realizada, em favor da empresa abaixo identificada:
PAULINO LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **48.899.285/0001-70**, vencedora valor global de **R$ 91.548,00 (noventa e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais)**.
Dessa forma, fica **HOMOLOGADO** o resultado do certame, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, observadas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nos demais documentos integrantes do processo.

Várzea/RN, 09 de setembro de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:999317AE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 202/2026 - GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor(a) público(a) e dá outras providências.

Várzea/RN, 01 de Setembro de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente conforme disposto na Lei Orgânica Municipal e na legislação vigente que rege o regime jurídico dos servidores públicos municipais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 134, inciso II, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **férias** ao(à) servidor(a) **JOSÉ FERNANDO SILVA DO RÊGO** matrícula nº 7501 ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar lotado(a) na(o) Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 10/01/2025 a 09/01/2026.

Art. 2º As férias serão gozadas pelo período de 30 dias, no período de 04/09/2026 a 03/10/2026.

Art. 3º Art. 3º O(A) Conselheiro(a) Tutelar fará jus ao adicional constitucional de 1/3 (um terço) sobre a remuneração das férias, nos termos do art. 134, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/1990, com redação dada pela Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que assegura aos membros do Conselho Tutelar o direito ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

Parágrafo único. Em razão da disponibilidade financeira e orçamentária do Município, o pagamento do adicional de 1/3 (um terço) de férias será efetuado posteriormente, tão logo haja disponibilidade financeira para sua quitação, permanecendo assegurado o respectivo direito ao(à) Conselheiro(a) Tutelar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Rodrigues do Rego
Código Identificador:3230885A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
EXTRATO 10° ADITIVO DE DIMINUIÇÃO DE VALOR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2024 – ADITIVO Nº 102/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA-VER/RN, CNPJ: 01.612.380/0001-88, torna público que foi firmado o seguinte aditivo: décimo Aditivo de valor a Ata de Registro de Preço nº 11/2024 – PMVV
ORIGEM Pregão nº 09/2024 – PMVV

OBJETO: Registro de preço para aquisição continua e fracionada de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel comum, óleo diesel s10), na cidade Venha Ver/RN e Natal/RN, óleos lubrificantes e graxas conforme especificações.

CONTRATADA: **FERNANDES E PINHEIRO LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 23.761.095/0001-61
Em FERNANDES E PINHEIRO LTDA, o reajuste implicará na diminuição do valor total de R$ 0,29 (vinte e nove centavos) no óleo diesel comum e R$ 0,29 (vinte e nove centavos) no diesel S-10..
Valor reajustado:
Unidade: Litro
Diesel comum: R$ 7,50
Diesel S-10: R$ 7,50

PUBLIQUE-SE,

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleycy Enne Fernandes Nunes
Código Identificador:B1A7FB93

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 181/2026

Portaria nº 181/2026 Vera-Cruz/RN, 09 de Setembro de 2026.

"Dispõe sobre destituição de atribuição de "Usuário Gerenciador" na operação do Portal do Gestor do TCE/RN, e da outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE VERA CRUZ-RN, no uso de suas atribuições legais, e do que lhe confere a Lei Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Destituir a pessoa abaixo da atribuição de "Usuário Gerenciador" na operação do Portal do Gestor do TCE/RN, conforme Portaria n° 229/2021-GP/TCE.

I–LINDOLFO ROMAO DA SILVA NETO, CPF nº: 017.***.***-84.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:DBF79D39

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 182/2026

Portaria nº 182/2026 Vera-Cruz/RN, 09 de setembro de 2026.

Designar o(s) usuário(s) gerenciador nos termos da Portaria nº 229/2021-GP/TCE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VERA CRUZ-RN, no uso das atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica Municipal, e nos termos da Portaria nº 229/2021-GP/TCE.

Resolve:

Art. 1º Designar a(s) pessoa(s) abaixo qualificada(s) como "Usuário Gerenciador" da unidade jurisdicionada MUNICÍPIO DE VERA CRUZ/RN, na operação do Portal do Gestor do TCE-RN, conforme Portaria n° 229/2021-GP/TCE:

I - Nome:RAFAEL LUCAS SILVA TAVEIRA
Cargo: Controlador Geral do Município
Matrícula: 000518-5
CPF nº: 016.***.***-61

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:1D98D1B0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR N.º 001/2026 - CP

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR N.º 001/2026 - CP

O GOVERNO DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA/RN, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, torna público o **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2026 - CP**, destinado à aquisição exclusiva de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações, para o atendimento da alimentação escolar dos alunos da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a serem utilizados nas etapas de ensino de Creche I e II, Pré-Escola I e II, Educação em Tempo Integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no Município de Viçosa, Rio Grande do Norte, no valor global estimado de R$ 145.508,57 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e oito reais e cinquenta e sete centavos), nos termos do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, com a redação dada pela Lei nº 15.226/2025, da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações e instrumentos legais competentes, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal.

O Edital ficará disponível por **20 (vinte) dias corridos**, contados da data desta publicação, para recebimento dos Projetos de Venda e demais documentos de habilitação, exclusivamente por meio do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

Sessão pública eletrônica: dia 01 de outubro de 2026, às 08h00min, a ser realizada por meio do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

Requisitos e/ou documentos: Os procedimentos para participação, os critérios de seleção dos beneficiários e a documentação exigível estarão disponíveis no Edital de Chamada Pública n° 001/2026 - CP, que poderá ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Viçosa/RN, situada à Rua Ozéas Pinto, nº 140 - Centro - Viçosa/RN. CEP: 59.815-000, mediante solicitação prévia pelo e-mail licitacaovicosarn@gmail.com, ou pelo site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Viçosa/RN, 10 de setembro de 2026.

FRANCISCO CANINDÉ DE SOUSA NUNES
Agente de Contratações

Publicado por:
Francisco Caninde de Sousa Nunes
Código Identificador:F2F5E3D1

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 1705/2026, DE 06 DE AGOSTO DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2026, Nº 058/2026, Nº 059/2026, Nº 060/2026 E Nº 061/2026.

O Prefeito Municipal De Viçosa/RN, vem, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas nas Atas de Registro de Preços nº 057/2026, nº 058/2026, nº 059/2026, nº 060/2026 e nº 061/2026 celebrada entre a Prefeitura Municipal de Viçosa/RN e a empresa MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.886.312/0001-60, A NOVA SOLUÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.680/0001-37, MAIS CONSTRUIR COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 24.563.754/0001-18, NALINHA CONFECCOES E TECNOLOGIA TEXTIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 43.434.965/0001-03 e S. DA SILVA PEREIRA COMERCIO E SERVICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 29.427.090/0001-83, cujo objeto é a Contratação de serviços a serem prestados na confecção de uniformes diversos destinado ao atendimento das necessidades do Fardamento de servidores, fardamento escolar e demais campanhas/eventos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Viçosa/RN.

I – Nadja Natália Santos, Matrícula n.º 190.684-4, na qualidade de Gestora da Ata de Registro de Preços;

II – Michel da Costa Soares, Portaria n° 023/2025-PMV/GP, na qualidade de Fiscal da Ata de Registro de Preços.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Prefeitura Municipal de Viçosa
CNPJ/MF nº 08.158.198/0001-48
VICTOR RAMON ALVES
Prefeito

Publicado por:
Francisco Caninde de Sousa Nunes
Código Identificador:CD632BE3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 27/2026, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

"Institui e regulamenta a Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, e dá outras providências, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORÂNIA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Florânia,
Considerando a Lei Federal Nº 14.601, de 19 de junho de 2023 que institui o Programa Bolsa Família;
Considerando o Decreto Federal Nº 12.064, de 17 de junho de 2024 que regulamenta o Programa Bolsa Família;
Considerando a Portaria MDS Nº 1.030, de 7 de novembro de 2024 que institui os instrumentos e procedimentos necessários à adesão dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
Considerando a Portaria MDS Nº 1.041, de 23 de dezembro de 2024 que estabelece os mecanismos de funcionamento do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, como instrumento de apoio à gestão e à execução descentralizada e de fortalecimento da gestão intersetorial do Programa, e dá outras providências.
Considerando a Portaria MDS Nº 1.058, de 18 de fevereiro de 2025 que regulamenta a gestão de condicionalidades do Programa Bolsa Família.
RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Florânia - RN e regulamentar o seu funcionamento.
Art. 2º A Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Florânia - RN é um comitê que tem por objetivo fortalecer a intersetorialidade do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único no âmbito local, por meio das áreas da Assistência Social, Saúde e Educação.
Parágrafo Único - O gestor titular do órgão responsável pela política de Assistência Social será o gestor do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único no Município.
Art. 3º A Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Florânia - RN é composta por representantes dos Órgãos Gestores das Políticas Públicas de Assistência Social, Saúde e Educação.
I - Um representante titular da gestão municipal do Cadastro Único e seu respectivo suplente;
II - Um representante titular da Política Municipal de Assistência Social e seu respectivo suplente;
III - Um representante titular da Política Municipal de Educação e seu respectivo suplente;
IV - Um representante titular da Política Municipal de Saúde e seu respectivo suplente.
Art. 4°A designação e/ou substituição de membros da Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e Cadastro Único poderá ser efetivada por ato do Órgão Gestor da Política de Assistência Social.
Art. 5º Compete à Comissão Municipal Intersetorial do Bolsa Família e do Cadastro Único de Florânia - RN:
I - Promover a interlocução entre as áreas da Assistência Social, Educação e Saúde, no que diz respeito à gestão e operacionalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único no Município.
II - Realizar reuniões para tratar de questões inerentes ao Programa Bolsa Família e do Cadastro Único no Município.
III - Elaborar o planejamento anual intersetorial das ações do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único a serem desenvolvidas com os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - IGD-M, tendo por base os resultados dos períodos de acompanhamento das condicionalidades.
IV - Analisar os resultados consolidados do acompanhamento das condicionalidades do PBF após o final do período de acompanhamento.
V - Desenvolver ações intersetoriais entre as áreas da Assistência Social, Saúde e Educação para apoiar tecnicamente e capacitar as equipes municipais que atuam na gestão e operacionalização do Cadastro Único e Programa Bolsa Família;
VI - Monitorar e avaliar os resultados do Cadastro Único e Programa Bolsa Família nas três áreas: Assistência Social, Educação e Saúde, bem como o registro do acompanhamento do Programa Bolsa Família nos Sistemas específicos de cada área.
VII - Subsidiar o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) com dados sobre as ações intersetoriais desenvolvidas no âmbito do Município.
Art. 6º O gestor titular do órgão responsável pela Política de Assistência Social designará o Coordenador Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para exercer a função de Coordenador da Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Florânia - RN.
Art. 7º A Comissão Municipal Intersetorial do Bolsa Família e do Cadastro Único de Florânia - RN reunir-se-á, ordinária e preferencialmente, uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, quando necessário.
Art. 8º As reuniões da Comissão Municipal Intersetorial serão convocadas pelo Coordenador da Comissão Intersetorial ou seu suplente.
§ 1º Os membros da Comissão Municipal Intersetorial poderão solicitar ao Coordenador da Comissão Intersetorial, agendamento de reunião, sempre que julgarem necessário.
§ 2º Cada solicitação de reunião será analisada pelo Coordenador da Comissão Municipal Intersetorial ou seu suplente.
Art. 9º As reuniões da Comissão Municipal Intersetorial poderão contar com a participação de convidados dos representantes das áreas.
§ 1º Na falta do representante titular de cada área, o respectivo suplente deverá participar das reuniões;
§ 2º É facultada ao Gestor titular do órgão responsável pela Política de Assistência Social a participação nas reuniões intersetoriais.
Art. 10. As reuniões da Comissão Municipal Intersetorial são espaços de participação de seus membros, todos com direito à voz e voto nas decisões.
Art. 11. A pauta de reunião da Comissão Municipal Intersetorial será elaborada pela Coordenação da Comissão Municipal Intersetorial, conforme demandas e/ou sugestões de representantes das áreas.
Art. 12. As reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Municipal Intersetorial serão registradas com ata e lista de presença.
Art. 13. A ausência do representante titular em 02 (duas) reuniões no ano, sem a adequada justificativa, acarreta o seu automático desligamento da Comissão Municipal Intersetorial.
Art. 14. O representante desligado da Comissão Municipal Intersetorial deverá ser substituído por outro representante da área, por meio de ato normativo do Órgão Gestor da Política de Assistência Social.
Art. 15. O órgão responsável pela Política de Assistência Social deve assegurar aos membros da Comissão Municipal Intersetorial o direito de participar de eventos intersetoriais do Programa Bolsa Família e Cadastro Único em âmbito Estadual e Nacional, com custeio de deslocamento e diárias, utilizando o recurso do Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGD-M (IGD/PBF).
Art. 16. Os membros da Comissão Municipal Intersetorial comprometem-se a comparecer às reuniões e a acatarem as deliberações ali tomadas, norteando suas condutas pelo bom senso e o respeito mútuo e emprestando o melhor de suas capacidades para o alcance dos objetivos almejados pela Comissão, observado o disposto neste Decreto.

Art. 17. Os membros da Comissão Municipal Intersetorial comprometem-se a contribuir para o aprimoramento da gestão e execução do Programa Bolsa Família e Cadastro Único no âmbito Municipal.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia / RN Em 10 de setembro de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laedson Silva de Medeiros
Código Identificador:55B2918B

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
PORTARIA DE DIÁRIAS N.º 02/2026

Concede diária à Coordenadora Geral de Agricultura que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Municipal nº 020/2026, de 07 de julho de 2026.

R E S O L V E:
Art. 1º -Fica concedida uma diária no valor de R$ 300,00 (trezentos) reais, à senhora Marianna Domingos da Silva, ocupante da função de Coordenadora Geral de Agricultura, paracustear despesas com alimentação durante seu deslocamento para cidade de Natal/RN, com o objetivo de participar da **Oficina AdaptaCidades Rio Grande do Norte**, agendada para as **8h às 17h**, do dia 15 de setembro de 2026, no **Auditório do Parque das Dunas – Bosque dos Namorados, Av. Alm. Alexandrino de Alencar, s/n – Tirol, Natal – RN, 59064-630**. O encontro apoiará gestores públicos na construção da governança local para adaptação climática, com foco na organização institucional, na articulação entre os atores locais e nos primeiros passos para a elaboração dos Planos Municipais de Adaptação.

Art. 2º- Caso não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN

Em 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Marianna Domingos da Silva
Código Identificador:51F10E74

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 05 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Concede diária ao Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Municipal nº 020/2026, de 07 de julho de 2026.

R E S O L V E:
Art. 1º -Fica concedida uma diária no valor de R$ 600,00 (seiscentos) reais, ao senhor José da Silva Júnior, ocupante da função de Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento para cidade de Natal/RN, com o objetivo de participar da **Oficina AdaptaCidades Rio Grande do Norte**, agendada para as **8h às 17h**, do dia 15 de setembro de 2026, no **Auditório do Parque das Dunas – Bosque dos Namorados, Av. Alm. Alexandrino de Alencar, s/n – Tirol, Natal – RN, 59064-630**. O encontro apoiará gestores públicos na construção da governança local para adaptação climática, com foco na organização institucional, na articulação entre os atores locais e nos primeiros passos para a elaboração dos Planos Municipais de Adaptação.

Art. 2º- Caso não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Marianna Domingos da Silva
Código Identificador:F92E7A11

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO № 025/2026

A Prefeitura Municipal de Florânia/RN, através do setor de licitação, torna público para todos os interessados que o Pregão Eletrônico Nº 025/2026, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIO E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, encontra-se publicado e sua sessão eletrônica será aberta às 08H:30 (horário de Brasília/DF) do dia 23/09/2026. O Edital com seus anexos encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, email: licitacao@florania.rn.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Florânia/RN, no horário das 07H:00 às 13H:00 de segunda a sexta feira. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados através do email: licitacao@florania.rn.gov.br, celular: (84) 99991-2212 ou na sede da Prefeitura Municipal de Florânia/RN.

Florânia/RN, 10 de setembro de 2026.

SETOR DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:C3BD3848

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 000315/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS CORRELATOS, EQUIPAMENTOS DE SOM, PROJEÇÃO, APARELHOS DE TELEVISÃO E OUTROS EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Secretaria de Administração e Transportes de Acari/RN, no uso de suas atribuições legais nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21 e considerando a realização do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026** o qual teve como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS CORRELATOS, EQUIPAMENTOS DE SOM, PROJEÇÃO, APARELHOS DE TELEVISÃO E OUTROS EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN,** conforme especificações constantes do Termo de Referência do **Edital nº 032/2026**,**HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos o presente certame, em favor da empresa:

EMPRESA	**CAMPALEM FORNECIMENTOS LTDA**	**CNPJ**	**52.530.642/0001-04**

Relação dos itens vencidos
LOTE I – FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	MARCA	QUANT	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
01	ALICATE CRIMPADOR RJ45, CORPO EM AÇO, COM LÂMINAS PARA CORTE E DECAPAGEM DE CABOS UTP/STP. EMPUNHADURA EMBORRACHADA ANTIDERRAPANTE.	UND	BOMVINK	02	R$ 48,50	R$ 97,00
02	KIT DE FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPOSTO POR CONJUNTO DE CHAVES DE PRECISÃO, CHAVES PHILIPS, CHAVES DE FENDA, CHAVES TORX, ESPÁTULAS PLÁSTICAS PARA DESMONTAGEM, PINÇA DE PRECISÃO, PULSEIRA ANTIESTÁTICA E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS E PERIFÉRICOS. DEVE ACOMPANHAR PARAFUSADEIRA ELÉTRICA SEM FIO, COM BATERIA RECARREGÁVEL, CONTROLE DE TORQUE, CONJUNTO DE BITS INTERCAMBIÁVEIS E CARREGADOR BIVOLT, ADEQUADA PARA MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E DE INFORMÁTICA. O KIT DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM MALETA ORGANIZADORA RESISTENTE, FACILITANDO O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DAS FERRAMENTAS. PRODUTO DESTINADO A ATIVIDADES DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	UND	KAMUFLA	01	R$ 138,00	R$ 138,00
03	CAIXA DE CABO DE REDE CAT5E DE 305 METROS COM MARCAÇÃO MÉTRICA SEQUENCIAL. COM 4 PARES, CONDUTORES 100% COBRE SÓLIDO. CAPA EXTERNA EM PVC RETARDANTE À CHAMADA CLASSE CM. CERTIFICADO PELA ANATEL. FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO ATÉ 100 MHZ	UND	INFINITY	02	R$ 750,00	R$ 1.500,00
04	EXTENSÃO ELÉTRICA TRIPOLAR, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 5 METROS, EQUIPADA COM NO MÍNIMO 3 TOMADAS PADRÃO NBR 14136. COMPATÍVEL COM TENSÃO BIVOLT, INDICADA PARA ALIMENTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS EM AMBIENTES ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS. DEVE POSSUIR CABO RESISTENTE, PROTEÇÃO CONTRA SUPERAQUECIMENTO E EXCELENTE DURABILIDADE. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	BESTCON	12	R$ 43,00	R$ 516,00
05	FILTRO DE LINHA 6 TOMADAS PP 0,75MM COMPRIMENTO 80 CM	UND	MEGATRON	15	R$ 52,00	R$ 780,00
06	SUPORTE PARA TV DE PAREDE, COMPATÍVEL COM TELEVISORES LED, LCD, QLED E SMART TVS DE NO MÍNIMO 45 E ATÉ 75 POLEGADAS OU SUPERIOR. DEVE POSSUIR ESTRUTURA METÁLICA REFORÇADA, ALTA RESISTÊNCIA, SISTEMA DE FIXAÇÃO SEGURO E COMPATIBILIDADE COM PADRÃO VESA. CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA COMPATÍVEL COM TELEVISORES DE GRANDE PORTE, PERMITINDO INSTALAÇÃO EM AMBIENTES ADMINISTRATIVOS, SALAS DE REUNIÃO, AUDITÓRIOS, SALAS DE TREINAMENTO E ESPAÇOS INSTITUCIONAIS. O SUPORTE DEVERÁ ACOMPANHAR KIT COMPLETO PARA INSTALAÇÃO, INCLUINDO PARAFUSOS, BUCHAS, ARRUELAS E MANUAL DE MONTAGEM. PRODUTO COM ACABAMENTO RESISTENTE À CORROSÃO E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	BRASFORMA	01	R$ 48,50	R$ 48,50
07	SUPORTE ERGONÔMICO PARA NOTEBOOK, COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTOS DE ATÉ 17 POLEGADAS, COM ESTRUTURA RESISTENTE EM METAL OU MATERIAL DE ALTA DURABILIDADE. DEVE POSSUIR AJUSTE DE ALTURA E INCLINAÇÃO, BASE ANTIDERRAPANTE E SISTEMA QUE FAVOREÇA A VENTILAÇÃO DO EQUIPAMENTO, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO E ERGONOMIA DURANTE O USO CONTÍNUO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	YELLOWSELLER	05	R$ 47,00	R$ 235,00
VALOR TOTAL LOTE: (TRÊS MIL, TREZENTOS E QUATORZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)					**R$ 3.314,50**	

Relação dos itens vencidos
LOTE III – EQUIPAMENTOS DE SOM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	MARCA	QUANT	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
01	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA PORTÁTIL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1000W RMS, EQUIPADA COM ALTO-FALANTE DE NO MÍNIMO 15 POLEGADAS E DRIVER DE TITÂNIO, PROPORCIONANDO SOM DE ALTA QUALIDADE E EXCELENTE DESEMPENHO PARA EVENTOS, REUNIÕES, PALESTRAS E ATIVIDADES INSTITUCIONAIS. DEVE POSSUIR CONECTIVIDADE BLUETOOTH, ENTRADAS USB, AUXILIAR P2, MICROFONE E INSTRUMENTO, ALÉM DE RÁDIO FM INTEGRADO. COMPATÍVEL COM MICROFONE SEM FIO. A ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER BIVOLT AUTOMÁTICO (110V/220V), CONTENDO BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 4 HORAS OU FUNCIONAMENTO DIRETO NA ENERGIA ELÉTRICA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR PAINEL DIGITAL COM CONTROLE INDEPENDENTE DE VOLUME, GRAVES E AGUDOS, ALÇAS PARA TRANSPORTE E ESTRUTURA RESISTENTE PARA USO CONTÍNUO. ACOMPANHA CONTROLE REMOTO, CABO DE ALIMENTAÇÃO E MANUAL DO USUÁRIO.	UND	MONDIAL	04	R$ 1.120,00	R$ 4.480,00
02	CAIXA DE SOM PARA PC, COM CONEXÃO USB E ENTRADA AUXILIAR P2, SOM ESTÉREO DE ALTA QUALIDADE E POTÊNCIA ADEQUADA PARA USO ADMINISTRATIVO E MULTIMÍDIA. DEVE POSSUIR CONTROLE DE VOLUME INTEGRADO, ALIMENTAÇÃO VIA USB E COMPATIBILIDADE COM COMPUTADORES, NOTEBOOKS E OUTROS DISPOSITIVOS DE ÁUDIO. ESTRUTURA COMPACTA, RESISTENTE E DE FÁCIL INSTALAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	COOLMUSIC	05	R$ 61,00	R$ 305,00
03	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA MÉDIA, PORTÁTIL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 600W RMS, CONECTIVIDADE BLUETOOTH, ENTRADAS USB E PARA MICROFONE, ALIMENTAÇÃO BIVOLT E BATERIA RECARREGÁVEL. DEVE POSSUIR EXCELENTE QUALIDADE SONORA, ALÇA PARA TRANSPORTE E PAINEL COM CONTROLE DE VOLUME, GRAVES E AGUDOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	AMVOX	08	R$ 685,00	R$ 5.480,00
04	MICROFONE SEM FIO PROFISSIONAL, COM TRANSMISSÃO DE SINAL ESTÁVEL E DE LONGO ALCANCE, IDEAL PARA APRESENTAÇÕES, PALESTRAS, EVENTOS E REUNIÕES INSTITUCIONAIS. DEVE POSSUIR RECEPTOR COM CONEXÃO COMPATÍVEL COM CAIXAS DE SOM E SISTEMAS DE ÁUDIO, BATERIA RECARREGÁVEL OU ALIMENTAÇÃO POR PILHAS, EXCELENTE QUALIDADE SONORA E REDUÇÃO DE RUÍDOS E INTERFERÊNCIAS. EQUIPAMENTO RESISTENTE, DE FÁCIL UTILIZAÇÃO E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	MZCELL	04	R$ 370,00	R$ 1.480,00
05	BASTÃO DE LUZ LED RGB PORTÁTIL, MODELO LUXCEO Q508A OU EQUIVALENTE, INDICADO PARA ILUMINAÇÃO DE GRAVAÇÕES, APRESENTAÇÕES, EVENTOS, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO MULTIMÍDIA E ATIVIDADES INSTITUCIONAIS. DEVE POSSUIR ILUMINAÇÃO LED RGB COM MÚLTIPLAS OPÇÕES DE CORES, AJUSTE DE TEMPERATURA DE COR ENTRE LUZ QUENTE E FRIA, CONTROLE DE BRILHO E OPERAÇÃO SILENCIOSA. EQUIPADO COM BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL DE ÍON-LÍTIO, CARREGAMENTO VIA USB E AUTONOMIA ADEQUADA PARA USO CONTÍNUO. O EQUIPAMENTO DEVE ACOMPANHAR CONTROLE REMOTO SEM FIO COM ALCANCE MÍNIMO DE 10 METROS, BOLSA PARA TRANSPORTE E CABO USB. ESTRUTURA LEVE, RESISTENTE E PORTÁTIL, COM EXCELENTE ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE CORES (CRI MÍNIMO RA>95). POTÊNCIA MÍNIMA DE 10W, ALIMENTAÇÃO DC 5V E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UND	LUXCEO	02	R$ 240,00	R$ 480,00
06	MICROFONE SEM FIO PROFISSIONAL, MODELO HOLLYLAND LARK M2S COMBO OU EQUIVALENTE, COMPOSTO POR 2 TRANSMISSORES E RECEPTORES COMPATÍVEIS COM CÂMERAS, SMARTPHONES E COMPUTADORES, IDEAL PARA GRAVAÇÕES, ENTREVISTAS, APRESENTAÇÕES,TRANSMISSÕES AO VIVO E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO MULTIMÍDIA. DEVE POSSUIR CAPTAÇÃO DE ÁUDIO DE ALTA QUALIDADE,TECNOLOGIA DE REDUÇÃO DE RUÍDOS, TRANSMISSÃO SEM FIO ESTÁVEL E PADRÃO POLAR OMNIDIRECIONAL COM CAPTAÇÃO EM 360°. EQUIPAMENTO COMPACTO, LEVE E COM EXCELENTE DESEMPENHO PARA VOZ E AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. O KIT DEVE ACOMPANHAR RECEPTOR PARA CÂMERA, RECEPTOR USB-C, CABOS DE CONEXÃO, ESTOJO DE CARREGAMENTO, PROTETORES CORTA-VENTO, BOLSA PARA TRANSPORTE E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO.	UND	HOLLYLAND	01	R$ 835,00	R$ 835,00
VALOR TOTAL LOTE: (TREZE MIL E SESSENTA REAIS)					**R$ 13.060,00**	

EMPRESA	AKÁCIO RADAN DA COSTA MACÊDO	CNPJ	36.308.772/0001-32

Relação dos itens vencidos
LOTE II – MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	MARCA	QUANT	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
01	Cabo de força para computador e equipamentos eletrônicos, padrão tripolar NBR 14136, com comprimento mínimo de 1,5 metros. Compatível com fontes ATX, monitores, nobreaks e demais equipamentos de informática, oferecendo segurança, resistência e excelente durabilidade para uso contínuo em ambientes administrativos e operacionais. Garantia mínima de 12 meses	UN	multilaser	10	R$ 28,96	R$ 289,60
02	Cabo HDMI	UN	avani	6	R$ 18,72	R$ 112,32
03	Computador completo com processador Intel Core i5 de 12ª geração, processador equivalente ou superior, tecnologia Turbo Boost, memória RAM mínima de 16GB DDR4 ou superior, SSD de 512GB e excelente desempenho para atividades administrativas e operacionais. Deve acompanhar monitor LED mínimo de 19 polegadas, teclado USB padrão ABNT2 e mouse USB óptico. Equipamento compatível com sistema operacional Windows 10 Professional ou superior, pronto para uso corporativo e institucional. A fonte de alimentação do computador deverá ser bivolt automático (100V a 240V), compatível com a rede elétrica nacional, garantindo segurança e estabilidade no funcionamento do equipamento. O monitor deverá possuir alimentação bivolt automática ou fonte compatível com tensão de entrada entre 100V e 240V. Garantia mínima de 12 meses.	UN	pc-i5120016gb512gb	35	R$ 4.004,63	R$ 140.162,05
04	Notebook Ryzen 5 ou Intel I5 com 16GB SSD 480GB, marcas recomendadas: ASUS, ACER e DELL.	UN	Acer	30	R$ 3.480,33	R$ 104.409,90
05	Notebook de alto desempenho para edição de vídeo, design gráfico, renderização e atividades avançadas, equipado com processador AMD Ryzen 7 série 7000 ou Intel Core i7 de geração equivalente ou superior, mínimo de 8 núcleos e 16 threads, com frequência turbo elevada para processamento intensivo. Deve possuir memória RAM mínima de 16GB DDR5 expansível, armazenamento SSD NVMe mínimo de 512GB e placa de vídeo dedicada NVIDIA GeForce RTX 4050 com no mínimo 6GB de memória GDDR6, ou equivalente superior, compatível com aceleração gráfica para softwares de edição e renderização. Tela mínima de 15,6 polegadas Full HD IPS, taxa de atualização mínima de 144Hz, tecnologia antirreflexo e excelente fidelidade de cores. Conectividade com Wi-Fi 6, Bluetooth, portas USB, HDMI e rede Gigabit Ethernet. Webcam HD integrada, teclado padrão ABNT2 retroiluminado e sistema de refrigeração eficiente para uso contínuo de alto desempenho.	UN	Vaio	1	R$ 7.904,50	R$ 7.904,50
06	Conector RJ45 Kit 100un	UN	intelbras	8	R$ 40,87	R$ 326,96
07	Estabilizador com Tensão nominal de entrada 115/220V bivolt manual e Tensão nominal de saída mono 115V, 4 Tomadas Padrão NBR 14136 Frequência 60Hz	UN	Ts-Shara	20	R$ 206,33	R$ 4.126,60
08	Fonte de alimentação bivolt automática 400W, compatível com computadores desktop, com conector ATX padrão e conector EPS de 8 pinos para CPU. Deve possuir proteção contra sobrecarga, curto-circuito e superaquecimento, além de funcionamento estável e eficiente para uso contínuo em ambientes administrativos e operacionais. Compatível com placas-mãe e componentes modernos, com baixo nível de ruído e garantia mínima de 12 meses.	UN	Fortrek	20	R$ 198,25	R$ 3.965,00
09	HD Externo com capacidade mínima de 5TB, conexão USB 3.0 ou superior, alta velocidade de transferência de dados e compatibilidade com computadores e notebooks. Deve possuir alimentação via USB, estrutura resistente e portátil, ideal para armazenamento, backup e transporte seguro de arquivos, documentos e sistemas institucionais. Compatível com Windows, Linux e outros sistemas operacionais. Garantia mínima de 12 meses.	UN	Seagate	2	R$ 1.440,33	R$ 2.880,66
10	HD Externo portátil com capacidade mínima de 1TB, conexão USB 3.0 ou superior, alta velocidade de transferência de dados e compatibilidade com computadores e notebooks. Deve possuir alimentação via USB, estrutura compacta e resistente, ideal para armazenamento, backup e transporte de arquivos e documentos institucionais. Compatível com Windows, Linux e outros sistemas operacionais. Garantia mínima de 12 meses.	UN	Seagate	6	R$ 549,67	R$ 3.298,02
11	Memória RAM DDR3 8GB	UN	HyperX	5	R$ 166,29	R$ 831,45
12	Memória RAM DDR3 Notebook	UN	Rise Mode	1	R$ 185,11	R$ 185,11
13	Memória RAM DDR4 8GB	UN	HyperX	5	R$ 340,64	R$ 1.703,20
14	Leitor de Código de Barras e QR Code profissional, com tecnologia de leitura 1D e 2D, compatível com códigos impressos e digitais em telas de computadores, celulares e tablets. Deve possuir conexão USB Plug and Play, alta velocidade e precisão na leitura, suporte para múltiplos padrões de códigos de barras e QR Code, além de funcionamento contínuo para ambientes administrativos, comerciais e institucionais. Equipamento ergonômico, resistente a quedas leves, com alcance eficiente de leitura e compatibilidade com sistemas Windows, Linux e outros sistemas operacionais. Garantia mínima de 12 meses.	UN	FRT	5	R$ 1.453,00	R$ 7.265,00
15	Monitor Full HD de 21 polegadas, com resolução mínima de 1920x1080 pixels, painel LED, conexão HDMI e VGA, taxa de atualização mínima de 60Hz e excelente qualidade de imagem para uso administrativo e operacional. Deve possuir ajuste de inclinação, baixo consumo de energia, alimentação bivolt e garantia mínima de 12 meses.	UN	Bluecase	8	R$ 584,67	R$ 4.677,36
16	Mouse sem fio, com conexão USB via receptor wireless 2.4GHz, alimentação por pilha ou bateria, design ergonômico, sensor óptico de alta precisão e alcance mínimo de 10 metros. Compatível com Windows, Linux e outros sistemas operacionais, ideal para uso administrativo e operacional. Garantia mínima de 12 meses.	UN	Logitech	35	R$ 57,25	R$ 2.003,75
17	Mouse com fio	UN	Multilaser	15	R$ 31,55	R$ 473,25
18	Nobreak 1200VA, entrada 220V e saída 110V, com estabilizador interno, proteção contra surtos, quedas e picos de energia. Deve possuir autonomia adequada para computadores	UN	Ts-Shara	20	R$ 947,97	R$ 18.959,40

	e equipamentos de informática, mínimo de 6 tomadas padrão NBR 14136, bateria interna selada e religamento automático. Equipamento bivolt compatível com ambientes administrativos e operacionais. Garantia mínima de 12 meses.					
19	Nobreak 1200VA, entrada 220V e saída 220V, com estabilizador interno, proteção contra surtos, quedas e picos de energia. Deve possuir autonomia adequada para computadores e equipamentos de informática, mínimo de 6 tomadas padrão NBR 14136, bateria interna selada e religamento automático. Equipamento bivolt compatível com ambientes administrativos e operacionais. Garantia mínima de 12 meses.	UN	Ts-Shara	5	R$ 928,55	R$ 4.642,75
20	Pen drive com capacidade mínima de 128GB, interface USB 3.x de alta velocidade, compatível com computadores, notebooks e outros dispositivos eletrônicos. Deve possuir excelente taxa de transferência de dados, estrutura resistente e compacta, ideal para armazenamento, transporte e backup de arquivos, documentos e sistemas institucionais. Compatível com Windows, Linux e outros sistemas operacionais. Garantia mínima de 12 meses.	UN	SanDisk	7	R$ 72,22	R$ 505,54
21	Roteador Gigabit Dual Band, com tecnologia Wi-Fi 5 ou superior, frequência 2.4GHz e 5GHz, mínimo de 4 portas LAN Gigabit e 1 porta WAN Gigabit. Deve oferecer alta velocidade de conexão, ampla cobertura de sinal, suporte para múltiplos dispositivos simultâneos e recursos de segurança WPA/WPA2. Equipamento bivolt, ideal para ambientes administrativos e redes corporativas. Garantia mínima de 12 meses.	UN	Tp-Link	9	R$ 230,00	R$ 2.070,00
22	SSD SATA 480GB, modelo interno 2.5", com interface SATA III 6Gb/s, velocidade mínima de leitura de até 550 MB/s e gravação de até 500 MB/s. Compatível com computadores desktop e notebooks, proporcionando maior desempenho, rapidez na inicialização do sistema e execução de aplicações. Memória NAND Flash do tipo TLC ou superior, alta durabilidade e baixo consumo de energia. Produto certificado e com garantia mínima de 12 meses.	UN	UP Gamer	27	R$ 560,29	R$ 15.127,83
23	Switch Gigabit de 8 portas, com velocidade de transmissão de até 10/100/1000 Mbps em todas as portas, ideal para redes corporativas e ambientes administrativos. Deve possuir tecnologia Plug and Play, suporte para alta taxa de transferência de dados, baixo consumo de energia e funcionamento silencioso. Equipamento bivolt, com estrutura resistente e compatível com cabeamento de rede padrão Ethernet. Garantia mínima de 12 meses.	UN	strond	5	R$ 200,00	R$ 1.000,00
24	Adaptador Wireless USB TP-Link 300Mbps, modelo TL-WN823N ou equivalente, compatível com redes Wi-Fi 2.4GHz, padrão IEEE 802.11 b/g/n, com velocidade de transmissão de até 300Mbps. Conexão USB, instalação simples Plug and Play, suporte a criptografia de segurança WPA/WPA2 e compatibilidade com sistemas Windows e Linux. Ideal para conexão de computadores e notebooks à rede sem fio. Garantia mínima de 12 meses.	UN	Tp-Link	12	R$ 93,66	R$ 1.123,92
25	Tablet com suporte para chip/modem de internet móvel 4G ou superior, tela mínima de 10 polegadas com resolução Full HD, memória RAM mínima de 4GB, armazenamento interno mínimo de 128GB e sistema operacional Android. Deve possuir conectividade Wi-Fi, Bluetooth, GPS, câmera frontal e traseira, bateria de longa duração e excelente desempenho para atividades administrativas, uso em campo, registros fotográficos e alimentação de sistemas institucionais. Acompanha carregador, cabo USB e garantia mínima de 12 meses.	UN	Strond	122	R$ 915,02	R$ 111.632,44
26	Teclado com fio	UN	Multilaser	30	R$ 60,00	R$ 1.800,00
27	Transformador de Energia 220V para 110V, com potência mínima de 1500VA, adequado para alimentação de equipamentos de informática e eletrônicos. Deve possuir proteção contra sobrecarga e superaquecimento, funcionamento contínuo, tomada padrão NBR 14136 e estrutura resistente para uso administrativo e operacional. Equipamento de alta eficiência, baixo nível de ruído e garantia mínima de 12 meses.	UN	forciline	14	R$ 206,00	R$ 2.884,00
28	Webcam Full Hd Com Microfone Embutido Cor Preto Resolução Full HD 1080p. Similar ao C920s Logitech	UN	Logitech	5	R$ 276,66	R$ 1.383,30
29	Case Externa para HD/SSD 2,5" USB 3.0 – Case externa compatível com discos rígidos (HD)e unidades de estado sólido (SSD) SATA de 2,5", com interface USB 3.0 ou superior para conexão ao computador	UN	C3TECH	1	R$ 153,04	R$ 153,04
VALOR TOTAL LOTE: (QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).					**R$ 445.896,95**	

EMPRESA	**V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA**	**CNPJ**	**05.808.979/0001-42**

Relação dos itens vencidos
LOTE IV – SUPORTE DE IMPRESSORAS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	MARCA	QUANT	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
01	Cilindro de imagem original para impressora Pantum M6700DW, fabricado de acordo com os padrões de qualidade do fabricante, garantindo alto desempenho, excelente qualidade de impressão e durabilidade. Produto compatível com a impressora Pantum M6700DW, proporcionando impressões nítidas, uniformes e confiáveis, com instalação simples e funcionamento adequado ao equipamento. O fabricante deverá possuir certificações ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade) e ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), assegurando conformidade com padrões internacionais de qualidade e sustentabilidade. Produto novo, original de fábrica, acondicionado em embalagem lacrada, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	UN	DSI/BYQUALY	30	R$ 68,90	R$ 2.067,00
02	Toner para impressora Brother DCP-L2540DW, original ou compatível de alta qualidade, com rendimento mínimo de 2.600 páginas, considerando cobertura padrão de 5% por página. Compatível com o cartucho de toner TN-2340/TN-2370 ou	UN	DSI/CHINAMATE	50	R$ 26,90	R$ 1.345,00

	equivalente, proporcionando impressões monocromáticas de alta definição, excelente desempenho e confiabilidade para uso contínuo em ambientes administrativos e institucionais. Produto novo, acondicionado em embalagem lacrada, de fácil instalação e compatível com a impressora Brother DCP-L2540DW, garantindo qualidade, durabilidade e baixo custo por página impressa. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.					
03	Cilindro de imagem para impressora Brother DCP-L2540DW, original ou compatível de alta qualidade, compatível com a unidade de cilindro DR-2340 ou equivalente. Deve proporcionar excelente qualidade de impressão, alto rendimento e desempenho confiável, garantindo impressões nítidas e uniformes durante todo o ciclo de utilização. Produto indicado para uso contínuo em ambientes administrativos e institucionais, com instalação simples e compatibilidade total com a impressora Brother DCP-L2540DW. Rendimento mínimo de até 12.000 páginas, considerando cobertura padrão conforme especificações do fabricante. Produto novo, acondicionado em embalagem lacrada e com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	UN	DSI/CHINAMATE	20	R$ 36,90	R$ 738,00
04	Cartucho de Cilindro para impressoras Brother HL-1212W, DCP-1617NW e DCP-1602, compatível com a unidade de cilindro DR-1060 e destinado à utilização conjunta com o toner TN-1060 ou equivalente. Deve proporcionar impressões nítidas, uniformes e de alta qualidade, garantindo excelente desempenho e durabilidade em ambientes administrativos e institucionais. Produto novo, compatível com os modelos especificados, de fácil instalação e com rendimento mínimo de até 10.000 páginas, conforme metodologia de teste do fabricante. Acondicionado em embalagem lacrada, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	UN	DSI/CHINAMATE	10	R$ 36,90	R$ 369,00
05	Cartucho de Toner para impressora Pantum BM5100ADW, compatível com o modelo TL-425U ou equivalente, destinado a impressões monocromáticas de alta qualidade e desempenho. Deve proporcionar excelente definição de impressão, rendimento elevado e funcionamento confiável para uso contínuo em ambientes administrativos e institucionais. Compatível com a impressora multifuncional Pantum BM5100ADW, garantindo instalação simples e total integração com o equipamento. Rendimento mínimo conforme especificação do fabricante para o modelo TL-425U, acondicionado em embalagem lacrada, novo, sem uso e com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	UN	DSI/BYQUALY	25	R$ 59,90	R$ 1.497,50
06	Unidade de Cilindro para impressora Pantum BM5100ADW, compatível com o modelo DL-425U ou equivalente, desenvolvida para utilização em conjunto com o toner TL-425U. Deve proporcionar impressões monocromáticas de alta qualidade, com excelente definição, uniformidade e desempenho em grandes volumes de impressão. Produto indicado para ambientes administrativos e institucionais, garantindo durabilidade, confiabilidade e manutenção da qualidade de impressão durante todo o ciclo de utilização. Rendimento compatível com as especificações do fabricante, instalação simples e total compatibilidade com a impressora Pantum BM5100ADW. Produto novo, acondicionado em embalagem lacrada e com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	UN	DSI/BYQUALY	15	R$ 66,90	R$ 1.003,50
07	Kit de Tintas Coloridas originais ou compatíveis de alta qualidade para impressoras Epson modelos L4260, L3250, e outros. Composto por refis nas cores preto, ciano, magenta e amarelo. As tintas devem proporcionar alto rendimento, secagem rápida, excelente definição de impressão e compatibilidade total com sistemas EcoTank Epson, garantindo qualidade em impressões coloridas e monocromáticas. Produto indicado para uso contínuo em ambientes administrativos e institucionais, com baixo custo por página e garantia de compatibilidade com os modelos especificados.	UN	EVOLUT/EVOLUT	60	R$ 52,90	R$ 3.174,00
VALOR TOTAL LOTE: (DEZ MIL, CENTO E NOVENTA E QUATRO REAIS).					**R$ 10.194,00**	

EMPRESA	**SEVENTEC COMERCIO LTDA**	**CNPJ**	**08.784.976/0002-95**

Relação dos itens vencidos
LOTE V – MÁQUINAS E IMPRESSORAS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	MARCA	QUANT	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
01	Impressora Multifuncional Colorida com tecnologia de impressão tanque de tinta ou laser colorida, com funções de impressão, cópia e digitalização. Deve possuir conexão Wi-Fi, USB e rede Ethernet, impressão frente e verso automática, alta velocidade de impressão e excelente rendimento para grande volume de páginas. Compatível com papel A4 e ofício, com resolução de alta qualidade para documentos e imagens coloridas. Alimentação bivolt e garantia mínima de 12 meses.	UN	BROTHER	28	R$ 2.060,00	R$ 57.680,00
02	Impressora Multifuncional Laser Monocromática, com funções de impressão, cópia e digitalização, tecnologia de impressão a laser monocromática e conectividade Wi-Fi para impressão sem fio. Deve possuir impressão duplex automática (frente e verso), velocidade mínima de impressão de até 30 páginas por minuto, bandeja com capacidade mínima para 250 folhas e painel de controle intuitivo para operação simplificada. Compatível com impressão móvel por meio de aplicativos e dispositivos móveis, proporcionando praticidade e integração em ambientes administrativos e corporativos. Equipamento com sistema de economia de energia, baixo custo operacional, excelente desempenho para alto volume de impressão e garantia mínima de 12 meses. (Saúde compativel com o 1060)	UN	HP	7	R$ 1.990,00	R$ 13.930,00
03	Impressora Multifuncional Laser Monocromática modelo DCP-L5512DN ou equivalente, com funções de impressão, cópia e digitalização, indicada para ambientes com alta demanda de impressão. Tecnologia de impressão a laser	UN	BROTHER	1	R$ 3.380,00	R$ 3.380,00

	monocromática, velocidade mínima de 50 páginas por minuto (PPM), resolução máxima de impressão de até 1200 x 1200 dpi e impressão frente e verso automática (duplex). Deve possuir conectividade via USB 2.0 e rede Ethernet, memória mínima de 512 MB e compatibilidade com sistemas operacionais Windows 10, Windows 11, Linux e Mac OS X. Capacidade máxima de impressão mensal de até 90.000 páginas, bandeja de entrada com capacidade mínima para 250 folhas e bandeja de saída para 150 folhas. Compatível com papéis A4, A5, A6, Carta, Ofício, Executivo e envelopes, suportando diferentes gramaturas. Alimentação elétrica 220V ou 110V (não bivolt), impressão direta via USB, alimentador automático de documentos (ADF) e cartucho inicial com rendimento aproximado de 18.000 páginas, considerando cobertura de 5%. Garantia mínima de 12 meses.					
04	Scanner de Documentos profissional, com alimentação vertical automática, digitalização duplex colorida e alta velocidade de processamento. Deve possuir velocidade mínima de 35 páginas por minuto (PPM) em modo simplex e 70 imagens por minuto (IPM) em modo duplex, em preto e branco, colorido e tons de cinza, com resolução de 300 dpi. Equipado com sensor CIS (Contact Image Sensor), resolução óptica mínima de 600 dpi e resolução interpolada de até 1200 dpi, utilizando iluminação LED RGB de 3 cores. Deve suportar digitalização de documentos em diversos tamanhos, com capacidade mínima do alimentador automático (ADF) para 50 folhas e ciclo de trabalho diário de até 4.000 páginas. Compatível com papéis de diferentes gramaturas. Conectividade via USB 3.2 de alta velocidade, com possibilidade de módulo de rede opcional RJ-45. Alimentação bivolt automática (100-240V), baixo consumo de energia e conformidade com padrões ecológicos e recicláveis. Garantia mínima de 12 meses.	UN	EPSON	3	R$ 2.650,00	R$ 7.950,00
VALOR TOTAL LOTE: (OITENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E QUARENTA REAIS).					**R$ 82.940,00**	

EMPRESA	**E-PAPER LTDA**	**CNPJ**	**58.455.922/0001-73**

Relação dos itens vencidos
LOTE VI – EQUIPAMENTOS DIVERSOS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	MARCA	QUANT	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
01	Máquina Plastificadora profissional, compatível com plastificação de documentos tamanho A4, com aquecimento rápido, sistema bivolt e capacidade para plastificar documentos, certificados, crachás e materiais administrativos. Deve possuir estrutura resistente, operação simples e segura, compatível com polaseal de diferentes espessuras. Garantia mínima de 12 meses	UN	Gazela	8	R$ 755,00	R$ 6.040,00
02	Telão de projeção retrátil, com tamanho mínimo de 100 polegadas, formato widescreen 16:9, superfície branca para alta qualidade de imagem e estrutura resistente. Deve possuir sistema de recolhimento manual ou automático, instalação em parede ou teto e compatibilidade com projetores multimídia para uso em apresentações, treinamentos, palestras e eventos institucionais. Garantia mínima de 12 meses	UN	Havit	1	R$ 572,00	R$ 572,00
03	Projetor Multimídia de alta performance, com resolução mínima Full HD, brilho mínimo de 4.000 lumens e compatibilidade com projeção em ambientes de pequeno e grande porte. Deve possuir conexões HDMI, USB e VGA, alto-falante integrado, correção trapezoidal automática e suporte para projeção em telões e paredes. Equipamento compatível com notebooks, computadores e outros dispositivos multimídia, ideal para apresentações, treinamentos, eventos, reuniões e atividades educacionais. Alimentação bivolt e garantia mínima de 12 meses	UN	PCTOP	1	R$ 1.573,00	R$ 1.573,00
04	Fragmentadora de Papel profissional, destinada à destruição segura de documentos, papéis, relatórios e materiais confidenciais. Deve possuir capacidade mínima para fragmentar 10 folhas de papel A4 (75 g/m²) simultaneamente, com corte em partículas ou microcorte, proporcionando maior nível de segurança na descaracterização das informações. Equipamento com cesto coletor de resíduos de no mínimo 15 litros, proteção contra superaquecimento, acionamento automático de início e parada, função reversa para desobstrução de papel e baixo nível de ruído. Compatível com a fragmentação de papéis, grampos e clipes pequenos, indicado para uso contínuo em ambientes	UN	Suntech	2	R$ 544,00	R$ 1.088,00

	administrativos e institucionais. Alimentação 220V ou bivolt e garantia mínima de 12 meses					
05	Smart TV LED 50 polegadas, resolução mínima 4K UHD, tecnologia Crystal UHD ou equivalente, sistema operacional Smart TV com conectividade Wi-Fi e Bluetooth integrada. Deve possuir no mínimo 3 entradas HDMI, 1 entrada USB, conexão Ethernet e compatibilidade com notebooks, computadores e dispositivos multimídia para apresentações institucionais, reuniões, treinamentos e eventos. Áudio de alta qualidade, suporte para espelhamento de tela, controle remoto incluso, alimentação bivolt e garantia mínima de 12 meses	UN	Samsung	1	R$ 2.506,00	R$ 2.506,00
06	Apresentador Multimídia sem fio para projeção, compatível com notebooks e projetores, com conexão USB Plug and Play e alcance mínimo de 10 metros. Deve possuir botões para avançar e retroceder slides, função laser pointer integrado e design ergonômico para apresentações, palestras, treinamentos e reuniões. Compatível com Windows, Linux e outros sistemas operacionais. Alimentação por pilha ou bateria e garantia mínima de 12 meses.	UN	Ideal Tronics	5	R$ 95,50	R$ 477,50
VALOR TOTAL LOTE: (DOZE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).					**R$ 12.256,50**	

VALOR TOTAL LICITAÇÃO:(QUINHENTOS E SESSENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).	**R$ 567.661,95**

Acari (RN), 09 de Setembro de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretario de Administração e Transportes

Publicado por:
Jackson Soares
Código Identificador:3225ADD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 088/2026 – SMAT

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174, de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO 0,5 diária (meia) diária, ao (à):

SERVIDOR (A):		**Maxwell Edival Nogueira da Silva**		
CARGO:		**Secretário Adjunto de Gestão das Unidades de Saúde**		
MATRÍCULA:		50140		
DOCUMENTOS:		CPF: 878.365.804-15	RG: 1.339.117 SSP/RN	
LOTADO (A):		Secretaria Municipal de Saúde		
HORÁRIO DE SAÍDA:		12h:00		
TIPO DO TRANSPORTE:		Oficial		
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Condução de paciente para realização de procedimento/consulta médica.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
0,5	Natal/RN	10/08/2026	R$190,00	R$95,00

Importa a quantia de R$95,00 (noventa e cinco reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 10 de agosto de 2026

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:CA3AB3C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1700014.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 17/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 03/07/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 01/07/2026**, processo administrativo n.º **2041001437/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL HOSPITALAR, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Apodi/RN .**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 17/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **GRIEBLER E GRIEBLER LTDA**		
CNPJ: **30.195.733/0001-90**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA JOAO BERTANI,115 ERECHIM -RS**		
Representante: Decio Amauri Griebler Junior - CPF: **024.210.980-25**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
39	0006169 - Lixeira em inox com pedal 20 litros com cesto removivel	BRINOX	UNIDADE	120,000000	184,500	22.140,00
VALOR GLOBAL R$						**22.140,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **SEC. MUN. DE SAUDE.**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 03 de setembro de 2026.

.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

IVANILDO LIMA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde Pelo Órgão Participante.

Griebler e Griebler LTDA - CNPJ: 30.195.733/0001-90.
Rep. Legal:
DECIO AMAURI GRIEBLER JUNIOR,
CPF: 024.210.980-25 - Fornecedor 14

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:3C219857

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
LEI MUNICIPAL Nº 2394/2026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, NO VALOR DE R$ 1.100.000,00 (UM MILHÃO E CEM MIL REAIS).

Luis Sabino da Costa Neto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei nº 0191/2026, de autoria do Gabinete Civil, e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente,**Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**, destinado ao reforço de dotações orçamentárias insuficientes,**nos termos dos arts. 40 e 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**, conforme discriminação abaixo:

2000 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	02.027	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE E PESCA				
Função	20	AGRICULTURA				
Subfunção	542	CONTROLE AMBIENTAL				
Programa	0010	Desenvolvimento Rural Sustentável				
Ação	2.014	Manutenção das Ações de Abastecimento Móvel de Água Potável				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	30.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**30.000,00**

Unidade Orçamentária	02.027	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE E PESCA				
Função	20	AGRICULTURA				
Subfunção	542	CONTROLE AMBIENTAL				
Programa	0010	Desenvolvimento Rural Sustentável				
Ação	2.015	Manutenção das Atividades do Abatedouro, Mercado, Açougue e Feira Livre				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	2.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**2.000,00**

Unidade Orçamentária	02.027	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE E PESCA				
Função	20	AGRICULTURA				
Subfunção	542	CONTROLE AMBIENTAL				
Programa	0010	Desenvolvimento Rural Sustentável				
Ação	2.016	Manutenção das Ações de Incentivo a Agricultura e Pecuária				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	50.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**50.000,00**

Unidade Orçamentária	02.027	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE E PESCA				
Função	20	GESTÃO AMBIENTAL				
Subfunção	542	CONTROLE AMBIENTAL				
Programa	0010	Desenvolvimento Rural Sustentável				
Ação	2.013	Manutenção de Ações de Esgotamento Sanitário de Fossas Sépticas				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte de Recurso	15000000	R$	40.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**40.000,00**

Unidade Orçamentária	02.030	SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS				
Função	15	URBANISMO				
Subfunção	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.056	Execução de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em Estradas				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte de Recurso	15000000	R$	640.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**640.000,00**

Unidade Orçamentária	02.030	SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS				
Função	15	URBANISMO				
Subfunção	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.055	Manutenção de serviços de transportes da Secretaria de Transportes e Obras publicas				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	258.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**258.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.092	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Estratégia Saúde da Família				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte de Recurso	15001002	R$	80.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**80.000,00**

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificado a seguir:

2000 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	02.036	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Função	12	EDUCAÇÃO				
Subfunção	361	ENSINO FUNDAMENTAL				
Programa	0004	Educação de Qualidade para Todos				
Ação	2039	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino do Município de Apodi				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	3190	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	319011	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte de Recurso	15001001	R$	600.000,00
Total da Anulação (R$)						**600.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.092	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Estratégia Saúde da Família -				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339037	Locação de Mão-de-Obra	Fonte de Recurso	15001002	R$	200.000,00
Total da Anulação (R$)						**200.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.097	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária – Equipe Multidisciplinar - EMU				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339037	Locação de Mão-de-Obra	Fonte de Recurso	15001002	R$	100.000,00
Total da Anulação (R$)						**100.000,00**

Unidade Orçamentária	02.041	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função	10	SAÚDE				
Subfunção	301	ATENÇÃO BÁSICA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2.099	Manutenção das Atividades do Centro Municipal de Saúde				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339037	Locação de Mão-de-Obra	Fonte de Recurso	15001002	R$	200.000,00
Total da Anulação (R$)						**200.000,00**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 10 setembro de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:14D37BF1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1361/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1361/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CHIRLEY CRISTINA TEXEIRA DE OLIVEIRA**
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15754

DOCUMENTOS:	CPF: 049.xxx.xxx-92
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	13:50 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo da SMS			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Claudio Anunciado da Silva, do HETFF, para o Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 11/08/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**11/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 11 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:A7166EA8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1362/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1362/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**VALCIANO SERGIO FERNANDES E SILVA**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	198920-0			
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-91			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	10:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI – 4I08			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Jose Milton da Silva, do HTFF, para o Hospital Luiz Antônio, em Natal/RN, no dia 27/08/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**27/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 27 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:D5FD091A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1363/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1363/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**LUCIA MARIA FIRMINO DE SOUZA**
CARGO:	TEC DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15746
DOCUMENTOS:	CPF: 878.xxx.xxx-49
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	10:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI – 4I08			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Jose Milton da Silva, do HTFF, para o Hospital Luiz Antônio, em Natal/RN, no dia 27/08/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**27/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 27 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:C695F4D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1364/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1364/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	RONDINELLY SILVA VIEIRA			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15809			
DOCUMENTOS:	CPF: 078.xxx.xxx-51			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	10:30 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	POLO SLB – 5B55			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Anne Gizelli Mariz da Silva, para o Hospital Regional Mariano Coelho, em Currais Novos/RN, no dia 27/08/2026.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Currais Novos/RN**	**27/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 27 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:CDEECD0F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1365/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1365/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	198815			
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	07:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQJ – 5C42			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Inex Anailze Diniz, para a Liga, em Currais Novos/RN, no dia 27/08/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Currais Novos/RN**	**27/08/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 27 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:4ADB5AA6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 155/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 49, inciso XVIII, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os arts. 106 a 111 da Lei Complementar nº 010/1998 (Estatuto do Servidor Municipal), e,

CONSIDERANDO os pareceres favoráveis da Procuradoria Geral deste município, conforme consta nos Processos Administrativos individuais dos servidores em questão,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença-prêmio por assiduidade, conforme requerido, aos servidores abaixo identificados de acordo com a tabela a seguir:

MAT.	SERVIDOR	CARGO	PERÍODO DE GOZO	PERÍODO AQUISITIVO	LOTAÇÂO
0000085-1	OMAR CORREIA PACHECO	MOTORISTA	**01/08/2026** à **29/10/2026**	2° (segundo)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
0000417-1	ROSILDA MARIA PINHEIRO DA CUNHA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	**03/08/2026** à **31/10/2026**	3° (terceiro)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
0001910-1	ALDA DANTAS PACHECO DA SILVA	ASD III	**03/08/2026** à **31/10/2026**	1° (primeiro)	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0000095 -1	ADRIANO AYRES DA SILVA	VIGILANTE - READAPTADO	**05/08/2026** à **02/11/2026**	3° (terceiro)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
0000068 -1	LUCIANA RODRIGUES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	**10/08/2026** à **07/11/2026**	1° (primeiro)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
0000069 -1	ANA REGIA DE MEDEIROS SIQUEIRA SILVA	PROFESSOR ESPECIALIZACAO-III-J	**01/09/2026** à **29/11/2026**	2° (segundo)	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0000324-1	MARCIA NOGUEIRA DE SOUZA SILVA	PROFESSOR ESPECIALIZACAO-III-J	**01/09/2026** à **29/11/2026**	5° (quinto)	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0000407-1	MANOEL LUCIANO DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	**01/09/2026** à **29/11/2026**	2° (segundo)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
0000195-1	LEE ANN MICHELLE PEREIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-MERENDEIRA	**01/09/2026** à **29/11/2026**	2° (segundo)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
0000084-1	NEUZA MARIA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	**01/09/2026** à **29/11/2026**	1° (primeiro)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
0000736-1	MARIA DAS DORES DA COSTA LIMA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	**01/09/2026** à **29/11/2026**	5° (quinto)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
0000393-1	SHIRLEY CRISTIANI BATISTA DA COSTA	TECNICO DE ENFERMAGEM	**01/09/2026** à **29/11/2026**	1° (primeiro)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
0000277-1	ANTONIO AGOSTINHO DE ARAUJO SILVA	PROFESSOR ESPECIALIZACAO-III-J	**14/09/2026** à **12/12/2026**	3° (terceiro)	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0006491	SERGIO LUIZ DA COSTA OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	**14/09/2026** à **12/12/2026**	1° (primeiro)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
0000067-1	LIDIANE RODRIGUES DE CARVALHO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	**15/09/2026** à **13/12/2026**	3° (terceiro)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1° de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo, Centro Administrativo "JOSÉ ALBERANY DE SOUZA", em 09 de setembro de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:1888E889

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 70.2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 70/2026

Abre crédito suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 334.594,80, para os fins que especifica.

A Prefeitura de Carnaúba Dos Dantas, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 7°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 1410/2026, de - Lei para criação de crédito especial e suplementação de crédito especial,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no valor de R$ 334.594,80 (trezentos e trinta e quatro mil quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes Receitas Orçamentarias :

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 015 - FUNDO DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL		
Excesso de arrecadação		
Cód. red.: 720	02.015.16.482.0114.1092.4.4.90.51.1.700.0000	334.594,80
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
Sub-Total:		**334.594,80**
Total Parcial Suplementado:		**334.594,80**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito especial de que trata o artigo anterior, decorrem de Excesso de arrecadaçãoacréscimos de receita, conforme o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Receita: 2.4.9.9.99.0.1 - Outras Transferências de Capital - Principal	
Fonte de recurso - Instrumentos Congêneres da União 1.700.0000 - Outras Transferências de Convênios ou	334.594,80
Sub-Total:	**334.594,80**
Total Parcial Suplementado:	**334.594,80**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carnaúba Dos Dantas - RN, 21 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
CPF: 091.640.884-13
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:41D72BA9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 71.2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 71/2026

Abre crédito suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 25.770,68, para os fins que especifica.

A Prefeitura de Carnaúba Dos Dantas, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 1383/2025, de 09 dezembro de 2025 - LOA 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 25.770,68 (vinte e cinco mil setecentos e setenta reais e sessenta e oito centavos), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes Receitas Orçamentarias :

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial	**ou total de dotação**	
Cód. red.: 247	02.009.12.365.0108.2103.3.1.90.04.1.540.1070	1.763,84
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	
	Sub-Total:	**1.763,84**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARNAUBA DOS DANTAS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 619	03.001.10.304.0120.2093.3.3.90.39.1.500.1002	14.150,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	Sub-Total:	**14.150,00**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL		
Anulação parcial	**ou total de dotação**	
Cód. red.: 640	04.001.08.122.0116.2126.4.4.90.52.1.660.0000	3.750,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 691	04.001.08.245.0105.2015.3.1.90.04.1.669.0000	6.106,84
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	
	Sub-Total:	**9.856,84**
	Total Parcial Suplementado:	**25.770,68**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, decorrem de Anulação parcial ou total de dotação, conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO

Unidade: 003 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO		
Anulação parcial	**ou total de dotação**	
Cód. red.: 26	02.003.04.124.0119.2079.3.3.90.30.1.500.0000	3.400,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**3.400,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial	**ou total de dotação**	
Cód. red.: 242	02.009.12.365.0108.2087.3.3.90.92.1.500.1001	1.763,84
	Natureza de despesa - Despesas de Exercícios Anteriores	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
	Sub-Total:	**1.763,84**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARNAUBA DOS DANTAS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 606	03.001.10.303.0121.2036.3.3.90.30.1.500.1002	11.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 613	03.001.10.304.0120.2093.3.1.90.11.1.600.0000	3.500,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Sub-Total:	**14.500,00**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 692	04.001.08.245.0105.2015.3.1.90.11.1.660.0000	6.106,84
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
	Sub-Total:	**6.106,84**
	Total Parcial Reduzido:	**25.770,68**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carnaúba Dos Dantas - RN, 22 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
CPF: 091.640.884-13
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:43376E77

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 72.2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 72/2026

Abre crédito suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 11.510,00, para os fins que especifica.

A Prefeitura de Carnaúba Dos Dantas, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 1383/2025, de 09 dezembro de 2025 - LOA 2026,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 11.510,00 (onze mil quinhentos e dez reais), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes Receitas Orçamentarias :

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 004 - SEC.	**MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**	
Anulação parcial ou	**total de dotação**	
Cód. red.: 43	02.004.04.122.0103.2002.3.3.90.39.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Sub-Total:		**5.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 014 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 386	02.014.20.606.0113.2076.3.3.90.36.1.500.0000	4.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 406	02.014.20.608.0113.2074.3.3.90.36.1.500.0000	2.510,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Sub-Total:		**6.510,00**
Total Parcial Suplementado:		**11.510,00**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, decorrem de Anulação parcial ou total de dotação, conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO
Unidade: 002 - GABINETE DO PREFEITO
Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 20	02.002.06.182.0102.2098.3.3.90.30.1.500.0000	4.300,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 21	02.002.06.182.0102.2098.3.3.90.32.1.500.0000	700,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Sub-Total:		**5.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 004 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 56	02.004.04.128.0103.2003.3.3.90.33.1.500.0000	4.000,00
	Natureza de despesa - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Sub-Total:		**4.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 014 - SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 408	02.014.20.608.0113.2074.4.4.90.52.1.500.0000	2.510,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Sub-Total:		**2.510,00**
Total Parcial Reduzido:		**11.510,00**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carnaúba Dos Dantas - RN, 27 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
CPF: 091.640.884-13
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:76D7808C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 73.2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 73/2026

Abre crédito suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 760.534,40, para os fins que especifica.

A Prefeitura de Carnaúba Dos Dantas, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 1383/2025, de 09 dezembro de 2025 - LOA 2026,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 760.534,40 (setecentos e sessenta mil quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes Receitas Orçamentarias :

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 175	02.009.12.361.0124.2050.3.1.90.11.1.542.1070	571.316,54
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	
Cód. red.: 248	02.009.12.365.0108.2103.3.1.90.11.1.542.1070	171.651,62
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	
	Sub-Total:	**742.968,16**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARNAUBA DOS DANTAS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 516	03.001.10.301.0107.2032.3.1.90.11.1.600.3120	2.566,24
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	
Cód. red.: 522	03.001.10.301.0107.2032.3.3.90.30.1.600.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Sub-Total:	**7.566,24**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 645	04.001.08.243.0105.2089.3.3.90.30.1.669.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	
	Sub-Total:	**10.000,00**
	Total Parcial Suplementado:	**760.534,40**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, decorrem de Anulação parcial ou total de dotação, conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO
Unidade: 009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 175	02.009.12.361.0124.2050.3.1.90.11.1.540.1070	571.316,54
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	
Cód. red.: 192	02.009.12.361.0124.2053.3.3.90.30.1.500.1001	2.566,24
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 248	02.009.12.365.0108.2103.3.1.90.11.1.540.1070	171.651,62
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	
	Sub-Total:	**745.534,40**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARNAUBA DOS DANTAS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 522	03.001.10.301.0107.2032.3.3.90.30.1.600.3120	5.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	
	Sub-Total:	**5.000,00**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 703	04.001.08.245.0116.1094.4.4.90.52.1.665.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	
	Sub-Total:	**10.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**760.534,40**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carnaúba Dos Dantas - RN, 29 de julho de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
CPF: 091.640.884-13
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:19A4BF42

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 0309001/2026 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026-PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 062/2026.

Pelo presente contrato celebram de um lado **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 14.684.811/0001-63, com sede na Rua Machado de Aguiar, nº 88, Centro, CEP: 59.790-000 Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pela Gestor do Fundo de Municipal de Saúde, o Sr. **FRANCISCO ADAIL CARLOS DO VALE COSTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 280689, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 045.108.873-53, residente e domiciliado na Rua Deocleciano Venceslau da Paixão, 191, Nova Betânia, CEP: 59607-090, Mossoró/RN, doravante denominado **CONTRATANTE,** e, de outro lado, a empresa **WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA**, **CNPJ nº 44.554.219/0001-08**, sediada na Rua Manoel Elpidio, 87, Anexo A, Bairro Penedo, CEP: 59.300-000, Caicó/RN, neste ato representada por **ANA PAULA DE SALES BEZERRA**, portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 1518.440 ITEP/RN e inscrito no CPF sob nº 021.970.504-60, doravante designado **CONTRATADO,** conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta o **Processo Administrativo nº 062/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 008/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO O FORNECIMENTO DE FRALDAS GERIÁTRICAS EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN.**
Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Fralda descartavel geriatrica tamanho P com peso de 20 a 40kg, com formato anatomico, com barreiras protetoras, indicador de umidade Gel super absorvente. Indicado para casos de incontinencia forte ou intensa. Camada interna de nao tecido de fibras de polipropileno com ale vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polimero superabsorvente (gel). camada adicional de nao tecido, barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplastico e fitas adesivas termoplasticos e fitas adesivas para fixacao. Data de fabricacao e prazo de validade, pacote com 8 a 9 fraldas.	MEGAFRAL	1.000,00	PACOT	10,57	10.570,00
2	Fralda descartavel geriatrica tamanho M com peso de 40 a 70kg, com formato anatomico, com barreiras protetoras, indicador de umidade Gel super absorvente. Indicado para casos de incontinencia forte ou intensa. Camada interna de nao tecido de fibras de polipropileno com ale vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polimero superabsorvente (gel). camada adicional de nao tecido, barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplastico e fitas adesivas termoplasticos e fitas adesivas para fixacao . Data de	MEGAFRAL	1.000,00	PACOT	10,57	10.570,00

	fabricacao e prazo de validade, pacote com 8 a 9 fraldas					
3	Fralda descartavel geriatrica tamanho G com peso de 70 a 90kg, com formato anatomico, com barreiras protetoras, indicador de umidade Gel super absorvente. Indicado para casos de incontinencia forte ou intensa. Camada interna de nao tecido de fibras de polipropileno com ale vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polimero superabsorvente (gel). camada adicional de nao tecido, barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplasticos e fitas adesivas termoplasticos e fitas adesivas para fixacao. Data de fabricacao e prazo de validade, pacote com 8 a 9 fraldas.	MEGAFRAL	1.000,00	PACOT	10,57	10.570,00
4	Fralda descartavel geriatrica tamanho EG acima de 90kg, com formato anatomico, com barreiras protetoras, indicador de umidade Gel super absorvente. Indicado para casos de incontinencia forte ou intensa. Camada interna de nao tecido de fibras de polipropileno com ale vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polimero superabsorvente (gel). camada adicional de nao tecido, barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplasticos e fitas adesivas termoplasticos e fitas adesivas para fixacao. Data de fabricacao e prazo de validade, pacote com 8 a 9 fraldas.	MEGAFRAL	1.000,00	PACOT	13,91	13.910,00

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O valor total da contratação é de **R$ 45.620,00** (**quarenta e cinco mil seiscentos e vinte reais**.).
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local do da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços/do fornecimento do material.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, do fornecimento do material e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.009 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função	10 - Saúde
Sub função	301 – Atenção Básica
Programa	1002 – Saúde em Ação
Projeto/Atividade	2036 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa	3390.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuíta
Fonte de Recursos	Ficha:260402 - 15001002 – Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 03 de setembro de 2026.

Fundo De Saúde De Gov. Dix-Sept Rosado/RN	World Comercio De Medicamentos E Material Hospitalar LTDA
FRANCISCO ADAIL CARLOS DO VALE COSTA	***ANA PAULA DE SALES BEZERRA***
Gestor do Fundo de Saúde	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

ADEMIRTON CARLOS EVANGELISTA SEGUNDO
Gestor De Contrato

MARIA GERIDIANA DE OLIVEIRA
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Josieliton Meneses de Freitas Silva
Código Identificador:FB53F037

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 102/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 035/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 04/08/2026, referente ao **processo administrativo nº 1662/2026**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 101/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
1.2. Registro de preços visando à Futura contratação de empresa especializada para locação de veículo tipo trator de esteira, destinado à execução de serviços de manutenção, limpeza e organização do terreno destinado ao lixão municipal, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos do Município de Ipanguaçu/RN.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: CG CONSTRUTORA GUIMARAES LTDA		
CNPJ: 17.333.460/0001-34	TELEFONE: (84) 3330-2264	EMAIL: cgguimaraes.financeiro@gmail.com
ENDEREÇO: AV JOAO MANOEL PESSOA, 51 BARRO VERMELHO- ITAJA/RN		
REPRESENTANTE: Luiz Carlos Guimarães Filho		CPF: 084.xxx.xxx-31

LOTE ÚNICO					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Un.**	**Valor total**
0001	TRATOR DE ESTEIRA EQUIPADO COM MOTOR A DIESEL, POTENCIA MINIMA DE 130 CV, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 13.000 KG, EQUIPADO COM LÂMINA FRONTAL E SISTEMA DE ESTEIRAS METALICAS. COMBUSTIVEL E OPERADOR POR CONTA DA CONTRATADA.	H	720	R$ 260,00	R$ 187.200,00
Valor Total					**R$** 187.200,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.
O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 08 de setembro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Representante Legal do Órgão Gerenciador

LUIZ CARLOS GUIMARÃES FILHO
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:117A8C99

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000011/2026 – PMJ/RN

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1406/2026 – PMJ/RN (PCRA Nº. 1266/2026 – PMJ/RN)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 64/2026 – PMJ/RN
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN E SECRETARIAS.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2026 – PMJ/RN

O **MUNICÍPIO JANDAÍRA/RN**, com sede na Av. Aristófanes Fernandes, nº. 242, Centro, Jandaíra/RN, CEP: 59.594-000, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. REGINALDO VITORINO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF nº. 812.093.714-72, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, no **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1406/2026 – PMJ/RN (PCRA Nº. 1266/2026 – PMJ/RN), RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, atendendo

as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº. 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de gêneros alimentícios**, especificados nos itens 1 a 59 do **GRUPO 1 (UM)**, nos itens 1 a 8 do **GRUPO 2 (DOIS)**, nos itens 1 a 19 do **GRUPO 3 (TRÊS))**, e nos itens 1 a 3 do **GRUPO 4 (QUATRO)** do Termo de Referência, anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000011/2026 – PMJ/RN**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **C J DE ARAUJO PESSOA M**
CNPJ/MF: 29.303.584/0001-56
Endereço: Avenida Coronel Estevam, nº3142, Nossa Senhora de Nazaré, Natal/RN – CEP: 59062-20
Representante Legal: Carla Jeane de Araújo Pessoa
CPF/MF: 790.908.774-87
E-mail: cjaraujome@gmail.com
Contato: (84) 3204-6500

GRUPO 01

Item	Objeto/Especificação Técnica	Marca	Un. de Medida	Quant.	Valor Unit (R$)	Valor Total (R$)
1	Açúcar cristal, derivado dasacarose de cana de açúcar, na cor branca, de rápida dissolução. embalagem com identificação do produto, peso liquido de 1 kg e com prazo de validade.	ECOÇUCAR	KG	25.300	R$ 3,99	R$ 100.947,00
2	Amido de milho, em pó, tipo maisena. Produto amiláceo, extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matéria terrosa e parasitos, não podendo apresentar-se úmido, fermentado ou rançoso. Produto industrializado, novo, de primeira qualidade, pó fino, na cor branca, com odor e sabor próprio. Acondicionado em embalagem com identificação do produto, peso líquido com 500g e com prazo de validade.	KIMIMO	Und.	5.180	R$ 5,99	R$ 31.028,20
3	Arroz parborizado, grão longo, tipo 1, de primeira qualidade. Acondicionado em embalagem plástica, com identificação do produto, peso líquido de 1kg e com prazo de validade.	REALENGO	KG	25.300	R$ 5,49	R$ 138.897,00
4	Arroz polido, grão longo, tipo I, de primeira qualidade. acondicionado em embalagem plástica, com identificação do produto, peso liquido de 1 kg e com prazo de validade.	REALENGO	KG	10.000	R$ 5,49	R$ 54.900,00
5	ARROZ INTEGRAL, TIPO 1, LONGO, FINO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, GRÃOS INTEIROS	EMOÇÕES	KG	2.000	R$ 6,99	R$ 13.980,00
6	TEMPERO COMPLETO UNIDADE COM 500ML	LETO	Unid	2.880	R$ 2,49	R$ 7.171,20
7	SAL REFINADO, IODADO, ANTIUMECTANTE	MIRAMAR	KG	1.750	R$ 1,10	R$ 1.925,00
8	Flocão de milho, produto industrializado, novo de primeira qualidade embalagem com identificação do produto, peso liquido de 500g e prazo de validade.	GRATICIA	Und.	27.230	R$ 1,99	R$ 54.187,70
9	Macarrão, tipo espaguete, à base de farinha, sem ovos, embalagens de 400g, com data de fabricação e prazo de validade, fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitas	BONSABOR	Und.	35.650	R$ 2,79	R$ 99.463,50
10	ÓLEO DE SOJA UNIDADE COM 900ML	VILA VELHA	Unid	2.750	R$ 10,49	R$ 28.847,50
11	Milho para o preparo de mungunzá, seco, processado em grãos crus, inteiros, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio, livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais. Acondicionado em saco plástico resistente, com peso líquido de 500g e prazo de validade.	VITAMILHO	PCT	5.750	R$ 2,99	R$ 17.192,50
12	Adoçante Dietético líquido Sucralose – embalagem 100ml	SADIO	Unid	1.250	R$ 5,99	R$ 7.487,50
13	Manteiga com sal, de primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata) padronizado, pasteurizado e maturado, com teor mínimo de 80% de lipídeos, embalagens dados de identificação, data de fabricação e validade, lote, registro do Ministério da Agricultura SIF/ SEIPOA. Embalagem plástica de 500g, resistente, atóxica, com identificação do produto e do fabricante, data de fabricação e de validade e peso líquido.	OURO BOM	Und.	5.000	R$ 23,99	R$ 119.950,00
14	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, EMBALADO A VÁCUO, PACOTE COM 250 G	SANTA CLARA	PCT	8.625	R$ 10,60	R$ 91.425,00
15	Pão, tipo cachorro quente, tamanho médio, alongado, superfície lisa, macia, brilhante, com miolo consistente e sedoso. Unidade pesando 50g. Acondicionado em papel adequado ou embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem e prazo de validade – embalagem c/ 10 Unid.	SÃO MIGUEL	PCT	8.625	R$ 7,79	R$ 67.188,75
16	Farinha de trigo com fermento, pacote com 1kg	FINNA	KG	4.255	R$ 5,99	R$ 25.487,45
17	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO	FINNA	KG	4.255	R$ 4,69	R$ 19.955,95
18	Pão de forma integral - embalagem de 500GR	SÃO MIGUEL	Und.	2.250	R$ 9,50	R$ 21.375,00
19	Proteína texturizada de soja, granulada, de cor clara, obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja, isenta de sujidades, deve apresentar unidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%. Embalagem com identificação do produto, peso líquido de 400g e prazo de validade.	CAMIL / ADES	Und.	6.440	R$ 6,49	R$ 41.795,60
20	Farinha de mandioca, grupo seca, subgrupo fina, tipo 1, embalagem contendo peso liquido de 1 kg e prazo de validade.	SANTA FÉ	KG	3.100	R$ 5,99	R$ 18.569,00
21	FARINHA LÁCTEA COM 180g	ITALAC	PCT	875	R$ 5,99	R$ 5.241,25
22	Dueto lata 170g (drenado) de ervilha e milho em conserva pronto	FUGINI	Lata	875	R$ 3,99	R$ 3.491,25
23	FLOCOS DE CEREAIS COM 210g	SUCRILHOS	PCT	500	R$ 7,39	R$ 3.695,00
24	VINAGRE DE ÁLCOOL UNIDADE COM 500ML	LETO	Unid	750	R$ 1,99	R$ 1.492,50
25	MAIONESE UNIDADE COM 250G	ARISCO	UND	725	R$ 4,50	R$ 3.262,50
26	CEREAL À BASE DE ARROZ PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL DE PREPARO INSTANTÂNEO EMBALAGEM 180G	MARATÁ	UND	875	R$ 6,49	R$ 5.678,75
27	CEREAL EM FLOCOS À BASE DE TRIGO, CEVADA E AVEIA PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL DE PREPARO INSTANTÂNEO EMBALAGEM COM 180G	NESTON	UND	875	R$ 9,99	R$ 8.741,25
28	CREME DE LEITE UNIDADE COM 200G	LEITBOM	UND	1.875	R$ 3,80	R$ 7.125,00
29	LEITE CONDENSADO UNIDADE COM 395G	NATVILE	Unid	1.875	R$ 6,99	R$ 13.106,25
30	BISCOITO SALGADO - PACOTE COM 400G	FORTALEZA	PCT	750	R$ 5,49	R$ 4.117,50
31	Paçoquinha de caju, produto constituído da amêndoa da castanha de caju torrada, zero adição de açúcar contendo xilitol e sal com coloração uniforme, variando do beje ao escuro característica predominante do fruto, embalagem primária de 17 gramas com marca do fabricante, data de validade estando de acordo com todas normas vigentes.	DOM CAJU	UNIDADE	2.875	R$ 2,99	R$ 8.596,25
32	PÃO TIPO FRANCÊS TAM MÉDIO	SÃO MIGUEL	KG	1.500	R$ 14,40	R$ 21.600,00
33	Achocolatado, em pó, vitaminado, embalagem com identificação do produto, peso líquido de 400g e com prazo de validade.	CHOCO FORTE	UND	3.750	R$ 8,00	R$ 30.000,00
34	Leite em pó integral instantâneo, aspecto: pó fino uniforme sem grumos, cor: branco amarelado, odor e sabor: suave, não ácido, não rançoso, sem odores estranhos – embalagem de 200g	LEITBOM	Und.	26.450	R$ 9,89	R$ 261.590,50
35	Leite em pó, zero lactose acondicionado em embalagem com identificaçao 300 g	LA SERENISSIMA	PCT	750	R$ 25,99	R$ 19.492,50

36	Leite de soja, extrato solúvel, em pó, elaborado a partir de soja desidratada e moída. Acondicionado em embalagem com identificação do produto, com peso líquido de 300g e prazo de validade.	SOY+	Und.	1.725	R$ 28,99	R$ 50.007,75
37	LEITE EM PÓ DESNATADO 300GR	ITAMBÉ	UND	2.500	R$ 14,99	R$ 37.475,00
38	Biscoito doce, tipo Maria, produto industrializado, novo, de primeira qualidade. Acondicionado em embalagem plástica com identificação do produto, prazo de validade e peso líquido de 350g.	VITAMASSA	Pacote	25.300	R$ 5,79	R$ 146.487,00
39	Biscoito salgado, tipo cream cracker, dupla embalagem. Produto industrializado, novo, de primeira qualidade. Acondicionado em embalagem plástica com identificação do produto, prazo de validade e peso líquido de 350g.	VITAMASSA	Pacote	25.300	R$ 5,99	R$ 151.547,00
40	Biscoito salgado, integral, dupla embalagem. Produto industrializado, novo, de primeira qualidade. Acondicionado em embalagem plástica com identificação do produto, prazo de validade e peso líquido de 350g.	3 DE MAIO	Pacote	8.000	R$ 6,49	R$ 51.920,00
41	Biscoito Maisena 350g	VITAMASSA	Pacote	375	R$ 5,99	R$ 2.246,25
42	AVEIA EM FLOCOS UNIDADE COM 450G	QUAKER	UNIDADE	6.440	R$ 8,99	R$ 57.895,60
43	MILHO VERDE EM CONSERVA LATA COM 170G	FUGINI	Lata	2.500	R$ 3,99	R$ 9.975,00
44	Ervilha em conserva lata com 170G	BONARE	Lata	2.500	R$ 3,99	R$ 9.975,00
45	PÃO TIPO FORMA 400g	SÃO MIGUEL	PCT	1.375	R$ 7,49	R$ 10.298,75
46	FEIJÃO CARIOCA, TIPO I "IN NATURA", PESO LÍQ 1KG, VALIDADE NO MÍNIMO 180 DIAS, GRÃOS DE TAMANHO E FORMA NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS.	CATOLÉ	KG	12.850	R$ 8,99	R$ 115.521,50
47	FEIJÃO PRETO, TIPO I "IN NATURA", PESO LÍQ 1KG, VALIDADE NO MÍNIMO 180 DIAS, GRÃOS DE TAMANHO E FORMA NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS.	DUBOM	KG	8.625	R$ 8,49	R$ 73.226,25
48	FEIJÃO BRANCO, TIPO I "IN NATURA", PESO LÍQ 1KG, VALIDADE NO MÍNIMO 180 DIAS, GRÃOS DE TAMANHO E FORMA NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS.	CATOLÉ	KG	2.500	R$ 6,99	R$ 17.475,00
49	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO, DE EXCELENTE QUALIDADE, FORMADO POR SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS QUE POR INFLUÊNCIA DO CALOR E OU UMIDADE EXPANDE A MASSA LATA COM CARBONATO DE CÁLCIO E FOSFATO MONOCÁLCICO. UNIDADE COM 250G.	ROYAL	UNID	1.265	R$ 6,99	R$ 8.842,35
50	MARGARINA CREMOSA, PRIMEIRA QUALIDADE, 60% DE LIPÍDEOS, ZERO DE GORDURA TRANS, EMBALAGEM COM 500G. CONSERVADO SOB RESFRIAMENTO, SEM SINAL DE RANCIFICAÇÃO, ISENTO DE QUAISQUER ADULTERAÇÕES OU CONTAMINAÇÕES, NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR OS INGREDIENTES, TABELA NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE.	PURO SABOR	UNID	750	R$ 7,99	R$ 5.992,50
51	MILHO DE PIPOCA, PRIMEIRA QUALIDADE, PRODUZIDO COM GRÃOS SELECIONADOS, COM COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (AMARELO-ALARANJADO), EM EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA TRANSPARENTE DE 500G, SEM ADULTERAÇÕES OU CONTAMINAÇÕES DE QUALQUER ESPÉCIE (MATERIAIS ESTRANHOS, UMIDADE, RESÍDUOS TERROSOS, QUÍMICOS, MOFO,BIOLÓGICOS). NA EMBALAGEM DEVE CONTER INGREDIENTES, TABELA NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO/MANIPULAÇÃO, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE.	PRECIOSO	Pacote	2.875	R$ 4,50	R$ 12.937,50
52	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA, GRANULADA, DE COR ESCURA, OBTIDA POR PROCESSAMENTO TECNOLÓGICO ADEQUADO, A PARTIR DE FARINHA DE SOJA DESENGORDURADA, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA E PROTEÍNA CONCENTRADA DE SOJA, ISENTA DE SUJIDADES, DEVE APRESENTAR UNIDADE MÁXIMA DE 8% E PROTEÍNA EM BASE SECA MÍNIMA DE 50%. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO LÍQUIDO DE 400G E PRAZO DE VALIDADE.	SUPRESOY	Pacote	2.750	R$ 6,49	R$ 17.847,50
53	AVEIA EM FLOCOS FINOS, EMBALAGEM DE 500G.	YOKI	Emb.	5.750	R$ 7,99	R$ 45.942,50
54	Colorau, em pó, produto industrializado, novo, de primeira qualidade acondicionado em embalagem plástica com peso liquido de 100g e prazo de validade.	REI DE OURO	Und.	5.000	R$ 1,99	R$ 9.950,00
55	Cominho, em pó, com cheiro, cor e sabor próprio. Acondicionado em embalagem plastica com identificação do produto, peso liquido de 100g, marca do fabricante e prazo de validade.	PRIMO	Und.	2.645	R$ 3,99	R$ 10.553,55
56	Orégano desidratado, constituído por folhas de espécimes vegetais genuínos, sãs, limpas e secas, cor verde pardacenta, cheiro e sabor próprio. Acondicionado em embalagem plástica com identificação do produto, peso líquido de 100g, marca do fabricante e prazo de validade.	LESN	Und.	750	R$ 6,99	R$ 5.242,50
57	Pimenta do reino, em pó, com cheiro, cor e sabor próprio. Acondicionado em embalagem plástica com identificação do produto, peso liquido de 50g, marca do fabricante e prazo de validade.	KITANO	Und.	875	R$ 3,89	R$ 3.403,75
58	CALDO DE GALINHA CAIXA COM 06 UNIDADES	KNORR	CX	875	R$ 3,49	R$ 3.053,75
59	CALDO DE CARNE CAIXA COM 06 TABLETES	KNORR	CX	875	R$ 3,49	R$ 3.053,75
VALOR TOTAL DO GRUPO 01						**R$ 2.219.874,10**

GRUPO 02

Item	Objeto/Especificação Técnica	Marca	Un. de Medida	Quant.	Valor Unit (R$)	Valor Total (R$)
01	Carne de charque, ponta de agulha, carne bovina sem osso, salgada e seca, com baixo teor de gordura, embalagem a vácuo de 1kg, com selo do serviço estadual de inspeção de produtos de origem animal (SEIPOA) ou selo do serviço de inspeção federal (SIF).	CAICÓ	KG	3.500	R$ 35,90	R$ 125.650,00
02	CARNE DE SOL DE PRIMEIRA QUALIDADE	A. AZEVEDO	KG	4.830	R$ 37,80	R$ 182.574,00
03	CARNE BOVINA MOÍDA, DE BOA QUALIDADE, COM BAIXA TAXA DE GORDURA	A. AZEVEDO	KG	7.250	R$ 19,90	R$ 144.275,00
04	CARNE BOVINA, COSTELA VERDE	A. AZEVEDO	KG	1.875	R$ 21,90	R$ 41.062,50
05	Carne bovina, tipo acém, congelada, com no maximo 10% de sebo e gordura com cor, cheiro e sabor próprios. acondicionado em embalagem própria de 2 kg, transparente, atoxica, não violada, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, com selo do serviço estadual de inspeção de produtos de origem animal (seipoa)ou selo do serviço de inspeção federal (sif).	A. AZEVEDO	KG	6.625	R$ 29,99	R$ 198.683,75
06	Peito de frango congelado emb. de 1kg, sem pele, com etiqueta que identifique: categoria do produto, prazo de validade, carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal).	RICO	KG	13.125	R$ 12,99	R$ 170.493,75
07	Coxa e sobrecoxa de frango, de primeira qualidade, congelados. Acondicionados em embalagem própria de 1 kg, transparente, atoxica, não violada, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, com selo do serviço estadual de inspeção de produtos de origem animal (seipoa) ou selo do serviço de inspeção federal(sif).	LAR	KG	10.000	R$ 9,15	R$ 91.500,00
08	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA, TIPO PATINHO.	A. AZEVEDO	KG	4.600	R$ 35,99	R$ 165.554,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 02						**R$ 1.119.793,00**

GRUPO 03

Item	Objeto/Especificação Técnica	Marca	Un. de Medida	Quant.	Valor Unit (R$)	Valor Total (R$)
01	ALHO DE 1ª QUALIDADE	CAMPEÃO	KG	1.500	R$ 19,90	R$ 29.850,00
02	Batata inglesa, lisa, de primeira e boa qualidade, firme e intacta, tamanho e coloração uniformes, graúdas, sem danos físicos e mecânicos (rachaduras e cortes) oriundos do manuseio e transporte. Acondicionada em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem.	NACIONAL	KG	6.440	R$ 3,99	R$ 25.695,60
03	Beterraba, primeira qualidade, bem desenvolvida, compacta e firme, isenta de enfermidade e sujidade, tamanho e coloração uniformes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionada em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem.	NACIONAL	KG	2.100	R$ 3,29	R$ 6.909,00
04	Cebola branca, de primeira qualidade, tamanho médio, opaca e firme, sem lesão de origem física ou mecânica oriunda do manuseio e transporte e isenta de sujidades. Acondicionada	REGIONAL	KG	6.440	R$ 3,99	R$ 25.695,60

	em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem					
05	Cenoura, de primeira qualidade, com cheiro, aspecto e sabor próprios, tamanho uniforme, isenta de sujidades, parasitas, larvas e material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Acondicionada em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem.	REGIONAL	KG	7.820	R$ 4,99	R$ 39.021,80
06	Chuchu, de primeira, apresentando grau de maturação intermediaria tal que permita suportar a manipulação, com odor agradável e consistência firme, com polpa intacta, coloração e tamanhos uniformes típicos da variedade, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, bolores ou outros defeitos que possam alterar a sua aparência e qualidade. Livre de materiais terrosos, e de resíduos de fertilizantes, parasitas e larvas, fisiologicamente desenvolvido, não lenhoso, bem formado, com coloração própria, em perfeitas condições de conservação e maturação. Acondicionada em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem.	REGIONAL	KG	3.450	R$ 3,00	R$ 10.350,00
07	Jerimum de leite, maduro, de boa qualidade, cheiro, aspecto e sabor próprios, tamanho uniforme, isento de enfermidades com ausência de sujidades, parasitas, larvas e material terroso, sem danos físicos e mecânicos	REGIONAL	KG	875	R$ 3,50	R$ 3.062,50
08	Macaxeira, de primeira qualidade, com cheiro, aspecto e sabor próprios, tamanho uniforme, isenta de sujidades, parasitas, larvas e material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Acondicionada em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem	REGIONAL	KG	1.500	R$ 3,69	R$ 5.535,00
09	Pimentão verde, extra a, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física ou mecânica (perfurações e cortes). Acondicionado em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem.	REGIONAL	KG	1.380	R$ 3,80	R$ 5.244,00
10	Tomate, maduro, de boa qualidade, graúdo, com polpa firme e intacta, isento de material terroso e umidade externa anormal, livres de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriundos do manuseio e transporte. Acondicionado em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem.	REGIONAL	KG	2.875	R$ 4,50	R$ 12.937,50
11	Laranja, tipo pêra, fresca, de primeira qualidade, bem desenvolvida e madura, com tamanho e coloração uniformes, polpa firme e intacta, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas. Acondicionado em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem	REGIONAL	KG	2.875	R$ 3,99	R$ 11.471,25
12	Melancia, redonda, bem desenvolvida e madura com polpa firme e intacta, graúda, tamanho e coloração uniforme, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas.	REGIONAL	KG	2.530	R$ 2,90	R$ 7.337,00
13	Melão, tipo japonês, de primeira qualidade, bem desenvolvido e maduro, com tamanho e coloração uniformes, com polpa intacta e firme, acondicionado em caixa de papelão por kg.	REGIONAL	KG	875	R$ 3,49	R$ 3.053,75
14	Mamão, tipo formosa, de primeira qualidade, bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta, tamanho e coloração uniformes, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio de transporte. Acondicionada em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem.	REGIONAL	KG	1.250	R$ 3,49	R$ 4.362,50
15	Banana, tipo Pacovan apresentação em pencas, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	REGIONAL	KG	2.750	R$ 2,99	R$ 8.222,50
16	Batata doce, de primeira qualidade, bem desenvolvida, sem rama, tamanho e coloração uniformes, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem, rachaduras e cortes, danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Acondicionada em embalagem transparente atóxica, com etiqueta de pesagem	REGIONAL	KG	2.760	R$ 3,99	R$ 11.012,40
17	MAÇA, GRAÚDAS, SADIAS, LIMPAS, DE BOA QUALIDADE E APRESENTAÇÃO	NACIONAL	KG	2.100	R$ 9,90	R$ 20.790,00
18	Abacaxi, de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Unidades com aproximadamente 1,4kg a 1,5kg.	REGIONAL	KG	2.875	R$ 3,50	R$ 10.062,50
19	Ovo de galinha, tamanho padrão (médio), de 1ª qualidade, congelados. acondicionado em embalagem apropriada (caixa com 30 unidades), com selo do serviço de inspeção federal (sif).	SÃO LUIS	CX	2.250	R$ 15,99	R$ 35.977,50
VALOR TOTAL DO GRUPO 03						**R$ R$ 276.590,40**

GRUPO 04						
Item	**Objeto/Especificação Técnica**	**Marca**	**Un. de Medida**	**Quant.**	**Valor Unit (R$)**	**Valor Total (R$)**
01	LEITE PAUSTERIZADO TIPO "C", EM 02 EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 LITRO	SÃO JOSÉ	LT	1.500	R$ 5,99	R$ 8.985,00
02	Bebida láctea, sabor morango, ameixa ou salada de frutas. Acondicionada em saco de polietileno leitoso, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de 1L, com selo do serviço estadual de inspeção de produtos de origem animal (SEIPOA) ou selo do serviço de inspeção federal (SIF).	PARAISO	Litros	5.375,00	R$ 5,40	R$ 29.025,00
03	QUEIJO TIPO MUSSARELA, PRODUZIDO COM INGREDIENTES DE 1ª QUALIDADE, APRESENTANDO CONSISTÊNCIA FIRME, COR HOMOGÊNEA DE BRANCA A CREME CLARO, CARACTERÍSTICO, SALGADO, 03 EMBALAGEM ODOR LEVEMENTE TIPO CRAYOVAC, NÃO DEVE APRESENTAR QUAISQUER ADULTERAÇÕES NA SUA COMPOSIÇÃO OU SENSORIAL NEM SINAL DE CONGELAMENTO E DESCONGELAMENTO, NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR O LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, INGREDIENTES, TABELA NUTRICIONAL.	IOGA	KG	3.450,00	R$ 38,25	R$ 131.962,50
VALOR TOTAL DO GRUPO 04						**R$ 169.972,50**
VALOR TOTAL DOS GRUPOS:						**R$ 3.786.230,00**

2.2. Não houve registro de intenção de cadastro de reserva referente ao presente registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1.O órgão gerenciador será o Município de Jandaíra/RN.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado da data da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº. 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o subitem 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula Oitava desta ARP.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, podendo ser assinada manualmente, mediante justificativa apresentada pela empresa registrada e aceita pelo Município.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEXTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº. 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 6.1.3. Na hipótese de previsão de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

6.1.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no Item 7.2. e no Item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no Item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

DATA DA ASSINATURA: 08 de setembro de 2026.

Município de Jandaíra/RN
CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50
REGINALDO VITORINO DA SILVA
CPF/MF nº. 812.093.714-72
Prefeito Municipal

C J de Araujo Pessoa M
CNPJ/MF nº. 29.303.584/0001-56
CARLA JEANE DE ARAÚJO PESSOA
CPF/MF nº. 790.908.774-87
Empresa Registrada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:E00FA565

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000011/2026 – PMJ/RN

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1406/2026 – PMJ/RN (PCRA Nº. 1266/2026 – PMJ/RN)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 64/2026 – PMJ/RN
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN E SECRETARIAS.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2026 – PMJ/RN
O **MUNICÍPIO JANDAÍRA/RN**, com sede na Av. Aristófanes Fernandes, nº. 242, Centro, Jandaíra/RN, CEP: 59.594-000, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, no **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1406/2026 – PMJ/RN (PCRA Nº. 1266/2026 – PMJ/RN), RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº. 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de gêneros alimentícios**, especificados nos itens 1 a 5 do **GRUPO 5 (CINCO)** do Termo de Referência, anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000011/2026 – PMJ/RN**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **E L DE SOUZA POLPAS DE FRUTA** *CNPJ/MF:* 28.992.780/0001-12 *Endereço:* Rua das Ixias, nº 271, Jardins, São Gonçalo do Amarante/RN – CEP: 59.293-567 *Representante Legal:* EDILSON LOPES DE SOUZA *CPF/MF:* 009.726.654-21 *E-mail:* edillson@yahoo.com.br *Contato:* (84) 2010-4420

GRUPO 05

Item	Objeto/Especificação Técnica	Marca	Un. de Medida	Quant.	Valor Unit (R$)	Valor Total (R$)
01	Polpa de fruta - CAJA, natural de boa qualidade, em embalagem de 1kg com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. No ato da entrega a polpa de fruta deverá estar congelada com temperatura de - 18ºc com tolerância até -15ºC.	EDFRUIT	KG	3.125,00	R$ 5,10	R$ 15.937,50

02	Polpa de fruta - GOIABA, natural de boa qualidade, em embalagem de 1kg com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. No ato da entrega a polpa de fruta deverá estar congelada com temperatura de - 18ºc com tolerância até -15ºC.	EDFRUIT	KG	3.125,00	R$ 5,00	R$ 15.625,00
03	Polpa de fruta - ACEROLA, natural de boa qualidade, em embalagem de 1kg com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. No ato da entrega a polpa de fruta deverá estar congelada com temperatura de - 18ºc com tolerância até -15ºC.	EDFRUIT	KG	3.125,00	R$ 5,00	R$ 15.625,00
04	POLPA DE FRUTA MANGA – EMBALAGEM DE 1 KG	EDFRUIT	KG	3.125,00	R$ 5,00	R$ 15.625,00
05	POLPA DE FRUTA TAMARINDO – EMBALAGEM 1 KG	EDFRUIT	KG	3.125,00	R$ 5,50	R$ 17.187,50
VALOR TOTAL DO GRUPO 05						**R$ 80.000,00**

2.2. Não houve registro de intenção de cadastro de reserva referente ao presente registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1.O órgão gerenciador será o Município de Jandaíra/RN.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado da data da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº. 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o subitem 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula Oitava desta ARP.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, podendo ser assinada manualmente, mediante justificativa apresentada pela empresa registrada e aceita pelo Município.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEXTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº. 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 6.1.3. Na hipótese de previsão de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

6.1.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no Item 7.2. e no Item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no Item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

DATA DA ASSINATURA: 09 de setembro de 2026.

Município De Jandaíra/RN
CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50
REGINALDO VITORINO DA SILVA
CPF/MF nº. 812.093.714-72
Prefeito Municipal

E L De Souza Polpas De Fruta
CNPJ/MF nº. 28.992.780/0001-12
EDILSON LOPES DE SOUZA
CPF/MF nº. 790.908.774-87
Empresa Registrada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:9B1562BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº018/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.945/2026
Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, ADJUDICA inexigibilidade de licitação nº 018/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO
MK DE LIMA LTDA, CNPJ sob o n.º 34.714.779/0001-29

Item	Descrição	Qtd.	Und.	V. Unitário	V. Total
1	Apresentação de show artístico-musical com a artista LUANA FREITAS, a ser realizada no dia 13 de setembro de 2026, durante o evento na Tradicional Festa de SANTO EXPEDITO DA VILA MAJOR FELIPE, no Município de José da Penha/RN, com duração mínima de 02h00min (duas horas) de apresentação	01	Serviço	R$ 4.000,00	R$ **4.000,00**
TOTAL: R$ 4.000,00					

Apresentação de show artístico-musical com a artista LUANA FREITAS, a ser realizada no dia 13 de setembro de 2026, durante o evento na Tradicional Festa de SANTO EXPEDITO DA VILA MAJOR FELIPE, no Município de José da Penha/RN, com duração mínima de 02h00min (duas horas) de apresentação.

MK DE LIMA LTDA, CNPJ sob o n.º 34.714.779/0001-29 - pelo valor de R$ 4.000,00 em 10/09/2026

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:01864FFF

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE CONTRATO Nº 10090001/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026

TERMO DE CONTRATO Nº 10090001/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.945/2026

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA E MK DE LIMA LTDA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA - RN, com sede na Rua Prefeito Francisco Fontes,22, Centro, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o 08.357.642/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. Jairo de Souza Mafaldo, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) **MK DE LIMA LTDA**, inscrito(a) no **34.714.779/0001-29**, sediado(a) na Rua Tome V Baxio, SN, Zona Rural, Erere – CE, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) MARIA KALIDIANE DE LIMA, portador(a) do CPF: 103.476.934-07, tendo em vista o que consta no Processo nº 3.945/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
1.1. O objeto do presente instrumento é a Apresentação de show artístico-musical com a artista LUANA FREITAS, a ser realizada no dia 13 de setembro de 2026, durante o evento na Tradicional Festa de SANTO EXPEDITO DA VILA MAJOR FELIPE, no Município de José da Penha/RN, com duração mínima de 02h00min (duas horas) de apresentação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Qtd.	Und.	V. Unitário	V. Total
1	Apresentação de show artístico-musical com a artista LUANA FREITAS, a ser realizada no dia 13 de setembro de 2026, durante o evento na Tradicional Festa de SANTO EXPEDITO DA VILA MAJOR FELIPE, no Município de José da Penha/RN, com duração mínima de 02h00min (duas horas) de apresentação	01	Serviço	R$ 4.000,00	R$ **4.000,00**
TOTAL: R$ 4.000,00					

1.3.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência da contratação é de 02 meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)
5.1. O valor total da contratação é de R$ 4.000,00 (quatro mil reais);
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
6.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
6.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)
7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
8.1. São obrigações do Contratante:
8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
8.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação direta;
9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)
11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV) Multa:
1) Moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
a. O atraso superior a 30 (TRINTA) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10 % a 30.% do valor do Contrato.
4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20.% a 30% do valor do Contrato.
6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 8% a 25% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
13.5.1.. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
13.5.2.. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
13.531.. Indenizações e multas.
13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE DA PENHA, na dotação:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)
18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Luís Gomes para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

JOSÉ DA PENHA/RN, 10 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Jose Da Penha
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Responsável Legal Da Contratante

MK De Lima LTDA
CNPJ - 34.714.779/0001-29
Contratada
MARIA KALIDIANE DE LIMA
CPF - 103.476.934-07
Responsável Legal Da Contratada

TESTEMUNHAS:

1._____
CPF:

2._____
CPF:

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:4A6B8A0D

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº018/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.945/2026
Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, HOMOLOGA a inexigibilidade de licitação nº 018/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO
MK DE LIMA LTDA, CNPJ sob o n.º 34.714.779/0001-29

Item	Descrição	Qtd.	Und.	V. Unitário	V. Total
1	Apresentação de show artístico-musical com a artista LUANA FREITAS, a ser realizada no dia 13 de setembro de 2026, durante o evento na Tradicional Festa de SANTO EXPEDITO DA VILA MAJOR FELIPE, no Município de José da Penha/RN, com duração mínima de 02h00min (duas horas) de apresentação	01	Serviço	R$ 4.000,00	R$ **4.000,00**
TOTAL: R$ 4.000,00					

Apresentação de show artístico-musical com a artista LUANA FREITAS, a ser realizada no dia 13 de setembro de 2026, durante o evento na Tradicional Festa de SANTO EXPEDITO DA VILA MAJOR FELIPE, no Município de José da Penha/RN, com duração mínima de 02h00min (duas horas) de apresentação.

MK DE LIMA LTDA, CNPJ sob o n.º 34.714.779/0001-29 - pelo valor de R$ 4.000,00 em 10/09/2026

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:0D1917AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 465 2026 AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

Estado do Rio Grande do Norte
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ
Rua da Matriz, nº 305, Centro, Jundiá - RN
CEP: 59.188-000 – CNPJ/MF 04.214.217/0001-55
LEI Nº 465/2026.

Dispõe sobre autorização para abertura de Créditos Suplementares e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIÁ/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Federal nº 4.320/64.
Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar na Lei nº 449/2025 – Lei Orçamentária Anual 2026, de 11 de dezembro de 2025, em mais 25% (vinte e cinco por Cento) do já fixado na respectiva Lei, para atender insuficiência das dotações constantes do ANEXO I desta Lei.
Art. 2º - Para fazer face a abertura do crédito suplementar especificado no Artigo 1º desta Lei, serão utilizadas anulações parcial e total de dotações orçamentárias disponíveis no orçamento vigente, Excesso de Arrecadação e Superavit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o Artigo 43, Incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º - A inclusão do Crédito no Orçamento do Município se dará por Decreto emanado do Poder Executivo Municipal.
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiá/RN, em 09 de setembro de 2026.

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Jundiá

NATUREZAS DAS DESPESAS QUE PODERÃO SER CONTEMPLADAS PELO CRÉDITO SUPLEMENTAR
ANEXO - I

01.001 – CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIÁ	
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3.3.50.41	CONTRIBUIÇÕES
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
3.3.90.46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
02.001 - GABINETE CIVIL DO PREFEITO	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.94	RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
33.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.1.90.94	RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
3.3.90.41	CONTRIBUIÇÕES
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
3.3.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
3.3.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
3.3.72.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO
04.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.1.90.94	RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS
3.2.90.21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
3.3.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO
05.001 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS	
URBANOS	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.94	RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

3.3.90.40	SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
3.3.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
4.4.90.61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
06.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.94	RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.18	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.31	PREMIAÇÕES CULT., ARTÍST., CIENT., DESP. E OUTROS
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
3.3.90.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
3.3.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
06.002 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA-FUNDEB	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.94	RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.34	OUTRAS DESP. DE PESSOAL DEC.DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.94	RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.1.90.94	RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
3.3.90.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
3.3.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3.3.50.41	CONTRIBUIÇÕES
3.3.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
08.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS

3.1.90.94	RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS
3.3.50.41	CONTRIBUIÇÕES
3.3.50.43	SUBVENÇÕES SOCIAIS
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
08.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.1.90.94	RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
3.3.90.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
3.3.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.94	RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS
3.3.90.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
3.3.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.94	RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.40	SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
3.3.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Jundiá/RN, em 09 de setembro de 2026.

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Jundiá

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:5B74BF70

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS TARGINO

GERENCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PE Nº 05/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Messias Targino
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Eletrônico - 05/2026
Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - Passagem de Ida Messias Targino/Mossoró - Valor Referência: R$ 115,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ERITUR SERVICE LTDA (11.000.511/0001-20)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:59:32 - Por: ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO	DUCATO	FIAT	620,0000	68.820,00
Item: 0002 - Passagem de Volta Mossoró/Messias Targino - Valor Referência: R$ 115,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ERITUR SERVICE LTDA (11.000.511/0001-20)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:59:32 - Por: ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO	DUCATO	FIAT	620,0000	68.820,00
Item: 0003 - Encomendas Messias Targino/Mossoró/Messias Targino - Valor Referência: R$ 115,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ERITUR SERVICE LTDA (11.000.511/0001-20)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:59:32 - Por: ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO	DUCATO	FIAT	620,0000	68.820,00
Item: 0004 - Passagem de Ida Messias Targino/Natal - Valor Referência: R$ 170,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
51.022.360 CHARLES ALVES RODRIGUES (51.022.360/0001-25)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:59:32 - Por: ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO	FIAT DUCATU/SIMILAR	FIAT DUCATU/SIMILAR	620,0000	101.680,00
Item: 0005 - Passagem de volta Messias Targino/Natal - Valor Referência: R$ 170,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
51.022.360 CHARLES ALVES RODRIGUES (51.022.360/0001-25)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:59:32 - Por: ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO	FIAT DUCATU/SIMILAR	FIAT DUCATU/SIMILAR	620,0000	101.680,00
Item: 0006 - Encomendas MessiasTargino/Natal/Messias Targino - Valor Referência: R$ 170,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
51.022.360 CHARLES ALVES RODRIGUES (51.022.360/0001-25)	Adjudicado em: 08/09/2026 - 09:59:32 - Por: ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO	FIAT DUCATU/SIMILAR	FIAT DUCATU/SIMILAR	620,0000	101.680,00

ARTHUR DE OLIVEIRA TARGINO
Autoridade Competente

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/09/2026 às 10:00:03.
Código verificador: 183A57C

Publicado por:
Wigno de Begno Olimpio de Freitas
Código Identificador:462D57B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 01/2026, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN
CÂMARA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN
EDITAL Nº 01/2026, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA em conjunto com a CÂMARA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, através do Termo de Cooperação nº 001/2026, no Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 37, II, da Constituição Federal, Leis Complementares nº 007/2013, 050/2026, 051/2026, 052/2026, 053/2026, 044/2023 e 057/2026 e na Lei Complementar Municipal nº.006, de 2013 e suas alterações, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao provimento de vagas e à formação de cadastro de reserva para cargos efetivos do quadro permanente de nível médio/técnico e superior de escolaridade com lotação de acordo com a necessidade e oferta da Secretaria Municipal de Administração, mediante as condições estabelecidas neste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A execução técnica e operacional do Concurso Público será de responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Institucional Brasileiro – IDIB, conforme o contrato celebrado com o Município.

1.2. O acompanhamento e a fiscalização caberão à Comissão Coordenadora instituída por ato da Chefe do Poder Executivo através da Portaria nº. 256/2026.

1.3. O concurso destina-se ao provimento das vagas e à formação de cadastro de reserva indicados no Anexo I, com lotação conforme a necessidade da Administração, sem direito de vinculação a unidade específica.

1.4. O prazo de validade será de 2 (dois) anos, contado da homologação do resultado final, prorrogável uma única vez por igual período.

1.5. As provas serão realizadas preferencialmente no Município de Nísia Floresta/RN, podendo ser utilizadas localidades circunvizinhas quando o quantitativo de inscritos ou razões operacionais assim exigirem.

1.6. Integram este Edital os anexos de cargos, formulários, conteúdos programáticos e cronograma.

1.7. Será permitida mais de uma inscrição para cargos distintos, desde que as provas ocorram em turnos compatíveis. Havendo incompatibilidade, o candidato deverá optar por uma prova, sem restituição da taxa. As pessoas candidatas aprovadas serão submetidas ao regime estatutário, conforme a respectiva denominação, pré-requisitos e vencimento base inicial especificados neste documento, e de acordo com a legislação específica vigente na época.

1.8. O Concurso Público compreenderá a aplicação das seguintes fases:

FASE	CARÁTER
Prova Objetiva (para todos os cargos)	Eliminatória e classificatória
Prova de Títulos (cargos de nível superior)	Classificatória
Avaliação Biopsicossocial	Eliminatória (verificação da situação declarada)
Heteroidentificação	Eliminatória (verificação da situação declarada)
Avaliação Social (somente para os cargos de Técnico de Controle Interno e Auditor de Controle Interno)	Eliminatória
Curso de formação (ACS e ACE)	Eliminatória e classificatória

1.9. As provas objetivas serão realizadas na cidade de Nísia Floresta, podendo ser utilizadas cidades circunvizinhas à cidade de aplicação das provas objetivas, por necessidade de alocação do quantitativo de inscritos neste concurso.

1.10. São parte integrante deste edital os anexos a seguir especificados:

a) Anexo I – Do quadro de vagas, requisitos e atribuições do cargo;
b) Anexo II – Do formulário para requerimento de vaga para candidato com deficiência;
c) Anexo III- Dos conteúdos programáticos;
d) Anexo IV- Do cronograma de execução previsto.
e) Anexo V- Formulário de Requerimento de isenção de taxa de inscrição

1.11. As pessoas candidatas convocadas e nomeadas neste concurso, dados os critérios de oportunidade e conveniência, serão convocadas através de publicação no site da Prefeitura de Nísia Floresta e no site oficial do IDIB, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

1.12. Para todos os fins deste concurso público será considerado o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para as inscrições e para todos os itens nos quais houver menção sobre "horário local".

1.13. Todos os questionamentos relacionados ao presente concurso deverão ser direcionados aos canais de atendimento do IDIB, disponíveis por chat on-line através do endereço eletrônico www.idib.org.br, pelos telefones nº (61) 3968.5690 e 0800.885.0000, de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08h às 12h e das 13h às 17h.

1.14. Todas as datas apontadas neste edital são estimativas do cronograma do certame, podendo ser alterado pelo IDIB, em acordo com Administração Pública, visando o melhor aproveitamento do concurso.

1.15. Será permitida a realização de mais de uma inscrição neste Concurso Público, desde que para cargos distintos e cujas provas sejam aplicadas em turnos ou horários compatíveis, devendo o candidato efetuar inscrição e pagamento da respectiva taxa para cada cargo.

1.16. Na hipótese de incompatibilidade de horários, o candidato deverá optar por apenas uma das provas, não havendo direito à alteração de cargo, data ou turno, nem à devolução da taxa de inscrição.

1.17. O atendimento ao candidato, seja humano ou eletrônico, é meramente auxiliar, não eximindo o candidato do dever de conhecer o presente Edital e os demais atos oficiais do certame. Havendo divergência entre informações prestadas pelo atendimento e o disposto neste Edital, prevalecerá o Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA INVESTIDURA NO CARGO

2.1. Para investidura no cargo escolhido, a pessoa candidata deverá ter e comprovar, na data da posse, as condições previstas no artigo 9º da Lei Complementar Municipal nº. 006/2013.

I. nacionalidade brasileira;

II. gozo dos direitos políticos;

III. regularidade com as obrigações militares e eleitorais;

IV. nível de escolaridade exigido para exercício do cargo;

V. idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI. condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo, emprego ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial.

VII. Para o cargo de ACS, o candidato deverá residir na área da comunidade, desde a data da publicação do edital.

2.2. Os requisitos deverão ser comprovados na posse, ressalvadas as exigências que, por sua natureza, devam ser comprovadas na inscrição ou na realização da prova.

2.3. O não atendimento aos requisitos implicará eliminação ou, se já nomeado, declaração de insubsistência do ato, assegurado o devido processo legal.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições deverão ser efetuadas durante o período das 14h00min de 11 de setembro de 2026 até às 23h59min do dia 13 de outubro de 2026, pela internet, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.

3.2. A inscrição da pessoa candidata implicará em conhecimento prévio e na aceitação das normas estabelecidas neste Edital.

3.3. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em conformidade com o art. 37, XVI, da Constituição Federal, salvo as exceções previstas nesse mesmo dispositivo.

3.4. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata, dispondo o IDIB do direito de excluir do concurso público aquela que não preencher a solicitação de forma completa e correta.

3.5. O valor da taxa de inscrição para este certame é a discriminada no quadro a seguir:

NÍVEL	TAXA DE INSCRIÇÃO
MÉDIO/ TÉCNICO	R$ 130,00 (cento e trinta reais)
SUPERIOR	R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

3.6. É responsabilidade do candidato examinar o edital completo antes de se inscrever, garantindo o cumprimento de todas as exigências. Ao se inscrever, o participante concorda com todas as regras do certame, sem possibilidade de alegar ignorância sobre as determinações.

3.7. A pessoa candidata deverá efetuar a inscrição seguindo as orientações abaixo:

I. Acessar a página eletrônica da organizadora (www.idib.org.br);
II. Selecionar o link correspondente ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta;
III. Preencher a ficha cadastral com as informações solicitadas;
IV. Efetuar o pagamento da taxa por meio do boleto bancário dentro do prazo limite de 24h.

3.8. Poderá ser solicitado o envio digital (upload) de documento de identidade oficial. O candidato responde integralmente pela exatidão e autenticidade de todas as informações fornecidas.

3.9. Finalizado o período estipulado, o formulário de cadastro ficará indisponível na página do IDIB.

3.10. O IDIB não responde por falhas de conexão, instabilidades na rede, congestionamento no sistema ou problemas no processamento e estorno da transação bancária.

3.11. Não se aceitará quitação por DOC, depósito direto, cheque ou agendamentos bancários. Apenas comprovantes definitivos de pagamento emitidos pelos canais autorizados têm validade.

3.12. O pagamento deve ocorrer até as 23h59 (horário de Brasília) do 1º dia útil após o encerramento do prazo de inscrição. Transações efetuadas fora desta data serão desconsideradas, invalidando a participação.

3.13. A inscrição só é confirmada (deferida) após a baixa bancária.

3.14. Dados pessoais só podem ser editados antes da efetuação do pagamento da taxa de inscrição.

3.15. Após a quitação, é proibido mudar a opção de cargo. Caso queira trocar, o candidato deverá iniciar um novo cadastro e pagar uma nova taxa.

3.16. O cancelamento a pedido do candidato ou o reembolso da taxa não são permitidos, exceto em hipótese de anulação oficial do certame por decisão administrativa.

3.17. Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital. Também não será aceito como comprovação de pagamento da taxa de inscrição, comprovante de agendamento ou extrato bancário.

3.18. Caso a pessoa candidata perca o prazo do subitem 3.7, IV, acima, terá que reemitir novo boleto de pagamento da taxa de inscrição.

4. DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DOS MEIOS DE PAGAMENTO

4.1. O boleto bancário referente à taxa de inscrição será disponibilizado para impressão imediatamente após a conclusão do preenchimento da ficha de inscrição on-line, constituindo o boleto bancário o meio padrão de quitação da taxa correspondente.

4.2. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao encerramento do período de inscrições, conforme cronograma constante do Anexo IV deste edital, respeitada, em qualquer hipótese, a data de vencimento consignada no próprio boleto.

4.3. O boleto poderá ser pago em qualquer instituição bancária, por meio de internet banking, casas lotéricas, agências dos Correios ou demais canais autorizados aptos à liquidação do título, não estando a pessoa candidata restrita a instituição financeira eventualmente conveniada.

4.4. Havendo feriado ou fechamento de agências bancárias, casas lotéricas ou unidades dos Correios na localidade da pessoa candidata, esta deverá antecipar o pagamento para o dia útil imediatamente anterior, respeitados rigorosamente os prazos fixados neste edital.

4.5. O boleto poderá ser reemitido, em caso de extravio ou vencimento, até o prazo-limite previsto no subitem 4.2, hipótese em que o pagamento do boleto reemitido somente será considerado válido se efetuado até essa mesma data-limite.

4.6. Com o objetivo de facilitar o acesso da pessoa candidata ao certame, poderão ser disponibilizadas, por intermédio de instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, alternativas que permitam a liquidação da taxa mediante cartão de crédito, PIX ou parcelamento por cartão de crédito, constituindo tais meios mera faculdade da pessoa candidata, sem prejuízo da permanência da opção de pagamento à vista mediante quitação direta do boleto bancário, sem acréscimos financeiros.

4.7. Na hipótese de opção por cartão de crédito, PIX ou outro mecanismo de financiamento disponibilizado por instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, a pessoa candidata declara estar ciente e de acordo com todas as condições comerciais, taxas, encargos, juros ou tarifas aplicáveis, os quais são definidos exclusivamente pela instituição financeira ou operadora responsável pela transação, não possuindo a banca organizadora qualquer responsabilidade sobre a relação financeira estabelecida entre a pessoa candidata e a referida instituição, limitando-se à disponibilização do boleto correspondente.

4.8. É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata conferir, no momento da emissão e do pagamento, a correção dos dados cadastrais e das informações constantes do boleto e do respectivo comprovante, não sendo aceitos pagamentos ou inscrições que não possam ser identificados em razão de erro nos dados informados pela pessoa candidata ou por terceiro no momento da transação.

4.9. Não serão aceitos como comprovante de pagamento agendamento bancário, extrato bancário ou qualquer documento que não ateste a efetiva quitação da taxa, e não deverá ser enviada à banca organizadora qualquer documentação física ou digital relativa ao pagamento, sendo a veracidade das informações de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.

4.10. A inscrição somente será considerada efetivada após a confirmação da quitação integral da taxa, independentemente do meio de pagamento utilizado, e pagamentos efetuados após a data-limite fixada no subitem 4.2 serão desconsiderados, resultando no indeferimento automático da inscrição.

4.11. O valor pago a título de taxa de inscrição é intransferível a terceiros, sendo de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata qualquer dano, prejuízo ou utilização indevida decorrente de eventual transferência ou cessão.

4.12. A taxa de inscrição possui natureza administrativa e, uma vez paga, não será devolvida, ressalvada a hipótese de anulação integral do certame ou demais situações expressamente previstas em lei ou neste edital, casos em que o procedimento e o prazo de restituição serão disciplinados em ato próprio da banca organizadora ou do ente municipal.

4.13. A confirmação do pagamento implica aceite pleno e irretratável de todas as disposições deste edital, inclusive quanto ao meio de pagamento utilizado, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento das condições financeiras aplicáveis, tampouco pedido de cancelamento da inscrição ou de restituição de valores com fundamento no meio de pagamento escolhido.

4.14. Caso a pessoa candidata promova ou tente promover cancelamento, contestação ou chargeback da transação financeira junto à instituição financeira ou operadora de pagamento após a confirmação da inscrição, a banca organizadora poderá proceder à eliminação da pessoa candidata do certame, sem prejuízo das demais medidas administrativas, cíveis ou criminais cabíveis, podendo a adoção de mecanismos destinados a anular ou frustrar o pagamento da taxa ensejar cobrança judicial do valor devido.

4.15. A banca organizadora não se responsabiliza por solicitações de inscrição ou de pagamento não recebidas ou não processadas em razão de falhas técnicas, de comunicação, congestionamento de sistemas ou outros fatores de ordem técnica alheios à sua atuação.

4.16. Os dados pessoais fornecidos pela pessoa candidata serão tratados pelo Município de Nísia Floresta e pelo IDIB exclusivamente para fins relacionados ao presente certame, em cumprimento de obrigação legal e para o exercício regular de competências previstas em lei, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

5. DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. Poderá requerer a isenção total da taxa de inscrição, no período estabelecido no Anexo IV deste Edital, o candidato que se enquadrar em uma das seguintes modalidades:

a) Modalidade I – CadÚnico: pertencer a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, do Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, e do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022; ou
b) Modalidade II – Doador de medula óssea: comprovar a condição de doador de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

5.2. A solicitação de isenção deverá ser realizada no ato da inscrição, exclusivamente por meio da Área do Candidato, no endereço eletrônico oficial do IDIB, durante o período estabelecido no Anexo IV deste Edital.

5.3. Para formalizar a solicitação, o candidato deverá:

a) preencher integralmente o formulário eletrônico de requerimento de isenção;
b) indicar apenas uma das modalidades de isenção previstas no subitem 5.1;
c) prestar as informações exigidas pelo sistema.

5.4. Será admitida apenas uma solicitação de isenção por candidato, vinculada ao respectivo número de inscrição, sendo vedada a indicação simultânea de mais de uma modalidade.

5.5. Encerrado o prazo estabelecido no Anexo V, não será permitida a alteração da modalidade escolhida, a edição do requerimento ou o envio de documentação que deveria ter sido apresentada durante o período de solicitação.

5.6. A documentação comprobatória, conforme a modalidade escolhida, deverá ser apresentada pelo candidato integralmente nos moldes a seguir:

a) Modalidade I – CadÚnico - para solicitar isenção com base na inscrição no CadÚnico, o candidato deverá apresentar:

I. comprovante de inscrição no CadÚnico, contendo o Número de Identificação Social (NIS) atualizado;
II. declaração de que é membro de família de baixa renda, com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo, conforme o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022;
III. documento oficial de identificação, nos termos deste Edital e CPF;
IV. Formulário de requerimento de isenção de taxa de inscrição do Anexo V.

b) Modalidade II – Doador de medula óssea - para solicitar isenção com base na condição de doador de medula óssea, o candidato deverá apresentar:

I. comprovante de cadastro como doador de medula óssea por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, atestado ou laudo, com a respectiva data da doação, emitido por médico inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM) e vinculado a entidade, que comprove a doação;
II. documento oficial de identificação, nos termos do subitem 13.4 deste Edital, e CPF.

5.6.1. O simples cadastro como potencial doador no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea – REDOME, desacompanhado de documento que comprove a efetiva doação, não será suficiente para a concessão da isenção.

5.7. Os pedidos de isenção realizados fora do prazo, por via postal, correio eletrônico ou requerimento administrativo e sem a devida indicação da modalidade pretendida, não serão aceitos.

5.8. O pedido de isenção será indeferido quando a documentação:

a) não for enviada dentro do prazo estabelecido;
b) estiver ilegível, incompleta, corrompida ou em formato diverso do admitido pelo sistema;
c) não contiver os elementos necessários à identificação do candidato, da entidade emissora ou da efetiva doação;
d) comprovar apenas o cadastro como potencial doador, sem demonstrar a efetiva doação;
e) apresentar informações divergentes das constantes no requerimento de inscrição.

5.9. São de responsabilidade exclusiva do candidato:

a) o preenchimento correto do requerimento;
b) a indicação da modalidade adequada;
c) a veracidade das informações prestadas;
d) a apresentação tempestiva e integral da documentação exigida; e

5.10. a confirmação de que a solicitação foi efetivamente registrada no sistema.

5.11. Cada requerimento será analisado pelo IDIB, que poderá realizar consultas aos órgãos públicos, entidades emissoras, sistemas governamentais e demais fontes oficiais necessárias à confirmação das informações apresentadas.

5.12. O IDIB poderá solicitar esclarecimentos ou realizar diligências para verificar a autenticidade dos documentos, sem que isso implique direito à apresentação de documento que tenha sido omitido pelo candidato dentro do prazo regular.

5.13. A prestação de informação falsa, inexata ou incompleta, bem como a utilização de documento falso, adulterado ou obtido mediante fraude, acarretará, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

a) o cancelamento da inscrição e a exclusão do candidato, quando a irregularidade for constatada antes da homologação do resultado;
b) a exclusão da lista de aprovados, quando constatada após a homologação e antes da nomeação ou contratação; ou
c) a anulação da nomeação ou contratação, quando constatada posteriormente.
d) As medidas previstas neste subitem serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções civis, penais e administrativas cabíveis, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

5.14. Os resultados preliminar e definitivo da análise dos pedidos de isenção serão divulgados no endereço eletrônico oficial do IDIB, nas datas estabelecidas no Anexo IV deste Edital.

5.15. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar no prazo de 2 (dois) dias corridos, por meio da Área do Candidato, conforme estabelecido no Anexo IV.

5.16. O recurso deverá conter fundamentação objetiva e limitar-se à contestação da análise realizada, não sendo admitidos:

a) a alteração da modalidade de isenção;
b) o envio de documento que deveria ter sido apresentado durante o período regular de solicitação;
c) a substituição integral da documentação anteriormente enviada; ou
d) a apresentação de requerimento de isenção não formalizado dentro do prazo.

5.17. Após a publicação do resultado definitivo, o candidato que tiver o pedido de isenção indeferido e desejar permanecer no concurso deverá acessar a Área do Candidato, gerar o documento de cobrança e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data de vencimento estabelecida no Anexo IV.

5.18. O candidato que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo, após o indeferimento definitivo do pedido de isenção, terá sua inscrição cancelada.

5.19. A concessão da isenção não dispensa o candidato de acompanhar a situação de sua inscrição e as publicações relativas ao Concurso no endereço eletrônico oficial do IDIB.

5.20. São de responsabilidade exclusiva do candidato a indicação correta da modalidade, a veracidade das informações prestadas e a apresentação tempestiva da documentação no link específico.

5.21. O IDIB não se responsabilizará por solicitação não recebida em razão de falhas de comunicação, congestionamento das linhas de transmissão, problemas no equipamento utilizado pelo candidato ou outros fatores de ordem técnica que não sejam comprovadamente imputáveis ao Instituto.

6. DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

6.1. O IDIB, após o término das inscrições, divulgará relação com o nome das pessoas candidatas que tiveram suas inscrições deferidas através do endereço eletrônico www.idib.org.br.

6.2. Do indeferimento do pedido de inscrição caberá recurso nos termos do item 19 - DOS RECURSOS, a contar da data da publicação realizada no endereço eletrônico do IDIB.

6.3. Não serão recebidos os recursos protocolados fora do prazo e em desacordo com preceitos do item 19 deste Edital.

6.4. Não será aceita a interposição de recursos, ainda que dentro do prazo, via Correios, e- mail ou qualquer outro meio de comunicação que não o estabelecido neste Edital.

6.5. Considera-se indeferida a inscrição preliminar da pessoa candidata que não pagar a taxa de inscrição e/ou prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição, constatadas a qualquer tempo.

7. DO COMPROVANTE DE CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO (CCI)

7.1. As informações referentes à data, ao horário, ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) estarão disponíveis na data prevista no Anexo IV deste Edital, por meio da Área do candidato, disponibilizado para acesso na página do concurso, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.

7.2. Caso a pessoa candidata, ao consultar seu Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), constate alguma informação divergente do declarado no ato de inscrição deverá entrar em contato com o IDIB, através dos canais de atendimento previstos neste Edital, em até 2 (dois) dias corridos a contar de referida publicação, para solicitar o ajuste necessário.

7.3. Os contatos feitos após o prazo estabelecido no subitem 7.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para a pessoa candidata as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do candidato (a), posto ser dever da pessoa candidata verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

7.4. Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição da pessoa candidata deverão ser corrigidos também até o prazo previsto no subitem 7.2 deste Edital.

7.5. O Cartão de Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço residencial e/ou eletrônico informado pela pessoa candidata no ato da inscrição. São de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado na Área do Candidato e/ou CCI.

7.6. A pessoa candidata deverá observar atentamente os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova/etapa.

7.7. A alocação das pessoas candidatas nos locais designados para as provas será definida pelo IDIB, que adotará livremente os critérios que julgar pertinentes, a fim de resguardar a segurança e a lisura do certame.

7.8. A distribuição se dará de acordo com a viabilidade e adequação dos locais, não necessariamente havendo a alocação das pessoas candidatas nos locais de provas de acordo com a proximidade de suas residências. Ainda, poderá ocorrer a reunião de pessoas candidatas com deficiência em locais de provas específicos, a fim de conferir melhor tratamento e acessibilidade a esse público.

7.9. A pessoa candidata deverá acessar o endereço eletrônico www.idib.org.br para obter e imprimir o comprovante de confirmação de sua inscrição (CCI).

7.10. Constatada qualquer inconsistência ou a ausência do nome da pessoa candidata na relação preliminar de inscritos, caberá a interposição de recurso, na forma e no prazo previstos no item 19-DOS RECURSOS deste Edital.

7.11. O comprovante de confirmação de inscrição deverá ser mantido em poder da pessoa candidata e apresentado, quando solicitado, nos locais de realização das provas, juntamente com documento oficial de identificação com foto, conforme as disposições deste Edital.

7.12. A obtenção, guarda e apresentação do comprovante de confirmação de inscrição são de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata.

8. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

8.1. Nos termos do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, é assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, desde que haja compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo pretendido.

8.2. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas às pessoas com deficiência, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

8.3. O percentual de reserva será observado no aproveitamento de vagas remanescentes, formação de cadastro de reserva e surgimento de novas vagas durante a vigência do Concurso, independentemente do cargo ou local de atuação, considerando-se, por cargo, a quantidade de vagas já preenchidas.

8.4. A aplicação do percentual destinado às pessoas com deficiência observará a quantidade de vagas previstas para cada cargo, conforme disposto neste Edital, considerando-se, para fins de cálculo da reserva, as vagas imediatas, as vagas que vierem a ser criadas, o cadastro de reserva e as nomeações realizadas durante o prazo de validade do Concurso Público.

8.5. Quando a aplicação do percentual de reserva resultar em número fracionado, será observado o critério de arredondamento previsto neste Edital, conforme legislação vigente.

8.6. Caso, em determinado cargo, a aplicação imediata do percentual legal resulte em quantitativo inferior ao necessário para formação de vaga reservada, a Administração observará a proporcionalidade da reserva durante o prazo de validade do Concurso Público, considerando as futuras nomeações para o respectivo cargo, de modo a assegurar a efetividade da política de inclusão das pessoas com deficiência.

8.7. A inexistência de vaga imediata reservada para determinado cargo não impede a aplicação da reserva legal nas nomeações posteriores, caso o quantitativo de vagas providas ou criadas durante a validade do certame alcance o percentual mínimo estabelecido pela legislação aplicável.

8.8. É considerada pessoa com deficiência aquela que se enquadrar no art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 2015; nos arts. 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; no art. 1º, § 1º, da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; na Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021; na Lei Federal nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023; e na Lei Federal nº 15.176, de 23 de julho de 2025.

8.9. Ressalvadas as disposições específicas deste edital, a pessoa candidata com deficiência participará do Concurso em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas quanto ao conteúdo, data, horário e local das provas, critérios de correção, nota mínima, critérios de aprovação e demais normas do certame.

8.10. Para concorrer às vagas reservadas, a pessoa candidata deverá, no período de inscrição:

a) declarar-se pessoa com deficiência e manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas;
b) anexar, via upload, imagem legível de laudo médico emitido por médico especialista da área da deficiência, emitido nos 12 (doze) meses anteriores ao último dia de inscrição, conforme modelo do Anexo II, ressalvados deste prazo as deficiências de caráter permanente.
c) O laudo deverá conter, com nitidez: a identificação da pessoa candidata; a identificação e a assinatura do emissor, com o registro no Conselho Regional Profissional; a espécie e o grau ou nível da deficiência; e a referência ao código da Classificação Internacional de Doenças (CID).

8.11. No caso de deficiência permanente ou Transtorno do Espectro Autista, o laudo terá validade indeterminada, dispensado o prazo de emissão previsto na alínea "b" do subitem 8.6, desde que legível e contendo todos os elementos exigidos no subitem 8.6.
8.12. Não serão aceitos documentos emitidos pela própria pessoa candidata, ainda que possua formação técnica para tal finalidade.
8.13. A documentação deverá ser anexada no período de inscrição, com imagens legíveis. Após esse período, a solicitação será indeferida.
8.14. A pessoa candidata que necessitar de atendimento especial deverá solicitar no ato da inscrição, anexando laudo ou parecer de especialista que ateste a necessidade, conforme o §1º do art. 4º do Decreto Federal nº 9.508, de 2018.

8.15. O atendimento especial será concedido exclusivamente para a condição estabelecida no laudo ou parecer apresentado.

8.16. Somente serão aceitas imagens no formato PDF, com tamanho máximo de 2MB (dois megabytes) por arquivo ou 10MB (dez megabytes) se arquivo único.

8.17. Serão desconsiderados documentos enviados fora das regras deste edital, ilegíveis, rasurados, corrompidos ou emitidos fora do prazo.

8.18. O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por falhas técnicas, problemas de comunicação ou outros fatores que impeçam o recebimento dos arquivos.

8.19. A pessoa candidata deverá manter sob sua guarda a via original ou cópia autenticada da documentação, para apresentação ao IDIB, caso solicitado. A documentação terá validade exclusiva para este Concurso.

8.20. A pessoa candidata que não se declarar pessoa com deficiência no ato da inscrição não poderá fazê-lo posteriormente. O simples envio da documentação, sem a declaração, não garante o deferimento.

8.21. Os resultados preliminar e definitivo dos pedidos de inscrição como pessoa com deficiência serão divulgados no site do IDIB, conforme as datas do Anexo IV.

8.22. Caberá recurso contra o resultado preliminar no prazo de até 2 (dois) dias corridos, conforme Anexo IV, por meio da Área do Candidato. Após esse prazo, não serão aceitos pedidos de revisão.

8.23. Não será admitida complementação, substituição ou reenvio de documentação durante o período de recurso.

8.24. A inobservância das regras deste item acarretará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.

8.25. A pessoa candidata que se declarar pessoa com deficiência, se aprovada, constará na lista geral de classificação e em lista específica de PcD.

8.26. Pessoas candidatas com deficiência que também sejam pessoas negras poderão concorrer simultaneamente às respectivas vagas reservadas.

8.27. A pessoa candidata classificada nas vagas reservadas será convocada, após a publicação do resultado definitivo das provas, para avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, conforme o art. 5º do Decreto Federal nº 9.508, de 2018, destinada a aferir a compatibilidade da deficiência declarada com as atribuições do cargo.

8.28. As vagas reservadas serão preenchidas pelas pessoas candidatas aprovadas dentro dos limites do quadro de vagas, respeitando a ordem de classificação, alternância e proporcionalidade.

8.29. A desclassificação, a desistência ou impedimento de pessoa candidata ocupante de vaga reservada implicará sua substituição pela próxima pessoa candidata com deficiência classificada, conforme ordem de classificação.

8.30. Não havendo inscrição ou aprovação de pessoas candidatas com deficiência, as vagas reservadas serão revertidas à ampla concorrência após o resultado final.

8.31. Após a investidura no cargo, a deficiência não poderá ser arguida para justificar aposentadoria por invalidez ou readaptação, conforme legislação vigente.

8.32. Pessoas candidatas que não atenderem ao disposto neste item não serão consideradas pessoas com deficiência, podendo também não ter atendimento especial assegurado, caso solicitado.

9. DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL

9.1. A avaliação biopsicossocial tem por objetivo confirmar, ou não, a deficiência declarada pela pessoa candidata e avaliar a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo a que concorre, previstas neste Edital.

9.2. A pessoa candidata que se declarar pessoa com deficiência, aprovada e classificada nas provas objetivas, será convocada para se submeter à avaliação biopsicossocial, promovida por equipe multiprofissional constituída pelo IDIB.

9.3. A avaliação biopsicossocial será promovida por equipe multiprofissional e interdisciplinar, formada por três profissionais com formação em curso superior e registro no conselho de classe correspondente, dentre os quais um deverá ser médico do trabalho com registro de qualificação de especialidade – RQE no Conselho Regional de Medicina, e por dois integrantes da respectiva carreira a que concorre a pessoa candidata avaliada.

9.4. A autodeclaração da pessoa com deficiência prevista neste Edital será confirmada com fulcro no art.37, inciso VIII; no art. 2º da Lei nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004; no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista); na Lei nº 14.126, de 21 de março de 2021; na Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023; e na Lei nº 15.176, de 23 de julho de 2025.

9.5. Serão convocadas para a avaliação biopsicossocial todas as pessoas candidatas que tenham se declarado com deficiência e que tenham sido aprovadas e classificadas nas provas objetivas, após a publicação do resultado definitivo dessa etapa.

9.6. A comissão de avaliação biopsicossocial, a ser presidida pelo médico do trabalho, deve considerar:

a) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
b) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
c) a limitação no desempenho de atividades;
d) a restrição de participação.

9.7. A equipe multidisciplinar emitirá parecer que observará:

a) as informações prestadas pela pessoa candidata no ato de inscrição no concurso;
b) a natureza das atribuições do cargo de opção da pessoa candidata;
c) a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas associadas às atribuições do cargo;
d) a possibilidade de uso, pela pessoa candidata, de equipamentos ou de outros meios que utilize de forma habitual;
e) a compatibilidade entre as atribuições do cargo público e a deficiência apresentada pela pessoa candidata.

9.8. . A avaliação biopsicossocial ocorrerá de forma telepresencial e individualizada por meio de plataforma eletrônica indicada no edital de convocação, cabendo ao IDIB assegurar:

a) a disponibilização, estabilidade e adequado funcionamento da plataforma eletrônica;
b) as condições de acessibilidade digital necessárias;
c) o suporte técnico durante a realização do procedimento;
d) a proteção, confidencialidade e criptografia dos dados pessoais e das informações de saúde;
e) a prestação das adaptações razoáveis previamente solicitadas e deferidas.

9.9. Os candidatos deverão estar disponíveis para a avaliação biopsicossocial com 01 (uma) hora de antecedência, munidos de documento de identidade original (nos moldes deste edital) e de laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) emitido, no máximo, nos 12 (doze) meses anteriores à data da avaliação, que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente do CID, bem como a provável causa da deficiência, de acordo com o modelo constante do anexo II deste edital, e, se for o caso, de exames complementares específicos que comprovem a deficiência, conforme edital de convocação.

9.10. Na modalidade telepresencial, o candidato deverá providenciar equipamento dotado de câmera e microfone funcionais e conexão à internet com velocidade compatível, observadas as especificações do edital de convocação, bem como manter-se em ambiente com iluminação clara e adequada, livre de ruídos e de interferências de terceiros, além de trajar vestimentas adequadas durante todo o procedimento.

9.11. O candidato deverá acessar a sala virtual com a antecedência mínima indicada no edital de convocação, permanecendo conectado e disponível até a finalização do procedimento, e deverá manter à disposição documento oficial de identificação com foto, para fins de conferência, quando solicitado.

9.12. A pessoa candidata que se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista), deverá apresentar, ainda, relatório especializado, emitido por médico, explicitando as seguintes características, associando-as a dados temporais (com início e duração de alterações e/ou prejuízos):

a) capacidade de comunicação e interação social;
b) reciprocidade social;
c) qualidade das relações interpessoais;
d) presença ou ausência de estereotipias verbais, estereotipias motoras, comportamentos repetitivos ou interesses específicos, restritos e fixos.

9.13. A pessoa candidata com deficiência visual deverá apresentar o laudo médico com informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos.

9.14. A pessoa candidata com deficiência auditiva deverá apresentar, além do laudo médico, exame audiométrico, ou seja, audiometria realizada, no máximo, nos 12(doze) meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público. Caso a pessoa candidata utilize Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), deverá apresentar audiometria sem AASI.

9.15. A pessoa candidata com deficiência física deverá apresentar o laudo médico com a descrição detalhada dos impedimentos físicos, as alterações anatômicas e/ou funcionais e especificação das limitações funcionais para a vida diária e a necessidade do uso de apoios, como, por exemplo, uso de próteses e/ou órteses, dentre outros.

9.16. Para realização das provas objetivas serão oferecidas às pessoas candidatas as adaptações razoáveis de acessibilidade informadas no ato da solicitação de inscrição.

9.17. Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, a pessoa candidata que por ocasião da avaliação biopsicossocial:

a) não apresentar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório);
b) apresentar laudo emitido em período superior aos 12 (doze) meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público, exceto no caso das pessoas candidatas cuja deficiência se enquadra no §1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista);
c) deixar de cumprir as exigências de que tratam o item 8 deste Edital;
d) deixar de apresentar o relatório especializado, se for o caso, conforme o subitem 9.13 deste Edital;
e) não for considerado pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial;
f) não comparecer à avaliação biopsicossocial;
g) evadir-se do local de realização da avaliação biopsicossocial sem passar por todos os procedimentos previstos para essa avaliação;
h) não apresentar o documento de identidade original, na forma definida este Edital.

9.18. A pessoa candidata considerada pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial terá seu nome e a respectiva pontuação publicados em resultados específicos às pessoas candidatas com deficiência e figurará, também, nos resultados de classificação geral, se sua nota no concurso for suficiente para tanto, e/ou em outras listas de vagas reservadas (caso tenha se inscrito para essas outras modalidades).

9.19. O procedimento de caracterização da deficiência será realizado inicialmente por meio da análise da documentação comprobatória encaminhada pelo candidato durante o período de inscrição, conforme o item 8 deste Edital.
9.20. Em caso de dúvida, inconsistência ou insuficiência dos elementos apresentados na análise documental, o procedimento será complementado por avaliação presencial ou em formato telepresencial.

9.21. Serão submetidos ao procedimento de caracterização da deficiência todos os candidatos inscritos nas vagas reservadas que alcancem a pontuação mínima exigida nas etapas anteriores, ainda que tenham obtido pontuação suficiente para aprovação ou classificação dentro do quantitativo da ampla concorrência.

9.22. O procedimento será realizado após a publicação do resultado definitivo da prova objetiva e antes da publicação do resultado final do concurso público, observadas as datas estabelecidas no Anexo IV deste Edital.

9.23. A Administração ou a equipe multiprofissional e interdisciplinar poderá determinar a realização de avaliação presencial complementar sempre que considerar indispensável o exame físico direto do candidato para a adequada e segura conclusão do procedimento.

A. DO PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL

9.24. A análise documental para caracterização da deficiência será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade do IDIB, mediante exame da documentação comprobatória prevista no item 8 deste Edital e enviada pelo candidato no período de inscrição.

9.25. A análise documental será realizada por meio de sistema eletrônico, no qual a equipe multiprofissional e interdisciplinar, cuja composição será por 3(três) profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e 3(três) profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato. terá acesso às imagens dos documentos apresentados pelo candidato nos termos do item 8 deste Edital.

9.26. A equipe multiprofissional e interdisciplinar emitirá parecer fundamentado sob a perspectiva biopsicossocial, considerando:

a) as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição no concurso público;
b) a documentação comprobatória ou caracterizadora da deficiência encaminhada pelo candidato;
c) a natureza das atribuições e das tarefas essenciais do cargo a ser desempenhado;
d) as condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho necessárias à execução das tarefas;
e) a possibilidade de utilização, pelo candidato, de equipamentos, tecnologias assistivas ou outros meios de que faça uso habitual;
f) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
g) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
h) a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação social; e
i) o resultado da avaliação com base no disposto no § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, sem prejuízo da adoção de critérios adicionais.

9.27. Os resultados preliminar e definitivo do procedimento de análise documental da avaliação biopsicossocial serão divulgados nas datas previstas no Anexo IV deste Edital.

9.28. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar do procedimento de análise documental da avaliação biopsicossocial por meio da Área do Candidato, acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br, dentro do prazo previsto no Anexo IV deste Edital.

9.29. O candidato poderá enviar, em recurso, nova imagem da documentação comprobatória/caracterizadora da deficiência. Poderá enviar, ainda, imagem de exames complementares específicos que comprovem a deficiência.

9.30. A análise da documentação do candidato que, na primeira etapa do procedimento de análise da avaliação biopsicossocial, reste dúvida quanto à caracterização da deficiência, ensejará a convocação para a segunda etapa da avaliação biopsicossocial e seguintes deste Edital.

B. DA AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR TELEPRESENCIAL

9.31. O candidato cuja documentação não permita conclusão segura quanto à caracterização da deficiência será convocado para avaliação complementar realizada pela equipe multiprofissional e interdisciplinar.

9.32. A avaliação complementar será realizada no formato telepresencial (com uso de tecnologias) para a análise da deficiência apresentada.

9.33. O candidato será convocado por meio de edital específico, a ser publicado na forma do item 19 e na data prevista no Anexo IV deste Edital.

9.34. O edital de convocação informará:

a) a modalidade de realização da avaliação telepresencial;
b) a data e o horário fixados;
c) a plataforma eletrônica e o procedimento de acesso à sala virtual;
d) os documentos e exames complementares que deverão ser apresentados; e
e) as demais instruções técnicas e organizacionais indispensáveis ao ato.

9.35. Por ocasião da avaliação complementar, o candidato deverá apresentar, quando solicitado, exames complementares específicos, laudos e documentos indispensáveis à adequada caracterização da deficiência.

9.36. A solicitação de exames ou documentos complementares será fundamentada pela equipe multiprofissional e informada ao candidato no edital de convocação ou mediante notificação em sua Área do Candidato.

9.37. A avaliação ocorrerá por meio de plataforma eletrônica indicada no edital de convocação, cabendo ao IDIB assegurar:

a) a disponibilização, estabilidade e adequado funcionamento da plataforma eletrônica;
b) as condições de acessibilidade digital necessárias;
c) o suporte técnico durante a realização do procedimento;
d) a proteção, confidencialidade e criptografia dos dados pessoais e das informações de saúde;
e) a prestação das adaptações razoáveis previamente solicitadas e deferidas.

9.38. Na modalidade telepresencial, o candidato deverá providenciar equipamento dotado de câmera e microfone funcionais e conexão à internet com velocidade compatível, observadas as especificações do edital de convocação.

9.39. O candidato deverá acessar a sala virtual com a antecedência mínima indicada no edital de convocação, permanecendo conectado e disponível até a finalização do procedimento.

9.40. Não haverá segunda chamada para a realização da avaliação complementar, salvo nas seguintes hipóteses excepcionais:

a) falha técnica de conexão ou funcionamento comprovadamente atribuível à plataforma eletrônica ou ao IDIB;
b) indisponibilidade geral do sistema mantido pela banca;
c) ausência injustificada de oferta da adaptação razoável anteriormente deferida;
d) caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado documentalmente no prazo de até 2 (dois) dias corridos e aceito pela comissão responsável; ou
e) outra situação excepcional expressamente reconhecida pela Administração.

9.41. O não acesso à sala virtual ou o não comparecimento à avaliação presencial, sem justificativa aceita pela comissão, implicará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.

9.42. Não será admitido o ingresso do candidato após o horário fixado para o início da avaliação, ressalvada a ocorrência de falha técnica da plataforma ou situação excepcional reconhecida pelo IDIB.

9.43. O candidato deverá apresentar documento original de identidade com foto válida, nos termos deste Edital, ou documento de identificação digital oficial (ex.: e-Título, CNH digital, RG digital) nas plataformas oficiais devidas.

9.44. Na avaliação telepresencial, o documento de identidade deverá ser exibido à câmera para verificação e registro da equipe de apoio do IDIB.

9.45. Após a verificação da identidade, o candidato aguardará em ambiente virtual de espera até a sua chamada pela equipe multiprofissional.

9.46. Durante toda a avaliação telepresencial, o candidato manterá sua câmera ligada e transmissão de vídeo ativa, ressalvadas adaptações razoáveis previamente autorizadas.

9.47. É vedada a presença de terceiros no ambiente do candidato durante a avaliação telepresencial, exceto quando previamente autorizada a participação de acompanhante, intérprete de Libras, guia intérprete, atendente pessoal ou profissional de apoio. A qualificação do acompanhante deverá ser informada à equipe no início da sessão.

9.48. O resultado preliminar da avaliação complementar será divulgado na forma do item 18 e na data prevista no Anexo IV deste Edital.

9.49. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar da avaliação complementar por meio da Área do Candidato (www.idib.org.br), no prazo estipulado no Anexo IV deste Edital.

9.50. O candidato terá acesso à cópia do parecer fundamentado, podendo juntar em seu recurso nova documentação comprobatória, laudos e exames complementares.

9.51. O resultado definitivo do procedimento de caracterização da deficiência será divulgado após a apreciação dos recursos do Anexo IV deste Edital.

C. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO DE CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

9.52. Na hipótese de decisão definitiva pela não caracterização da deficiência, o candidato permanecerá no concurso público figurando exclusivamente na lista de ampla concorrência, desde que tenha alcançado, em cada etapa anterior, a nota ou pontuação necessária para prosseguir no certame e esteja situado dentro do limite de corte exigido na ampla concorrência.

9.53. A comissão encarregada da análise dos recursos será composta por profissionais distintos daqueles que emitiram o parecer inicial recorrido, garantindo-se a impessoalidade e o duplo grau de revisão administrativa.

9.54. Das decisões proferidas pela comissão recursal não caberá novo recurso administrativo no âmbito do concurso público.

9.55. Constatados indícios de fraude, falsidade ideológica ou má-fé no procedimento de caracterização da deficiência, o caso será submetido à apuração e encaminhado aos órgãos competentes para adoção de providências administrativas, civis e criminais.

9.56. Comprovada a fraude ou má-fé em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa:

a) se o concurso público estiver em andamento, o candidato será eliminado sumariamente do certame; ou
b) se o candidato já tiver sido nomeado ou empossado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ou ato de provimento no serviço público, sem prejuízo da restituição de valores e demais sanções aplicáveis.

9.57. Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que:

a) não tiver sua deficiência caracterizada após a decisão definitiva do procedimento;
b) deixar de comparecer à avaliação presencial ou não acessar a sala virtual na avaliação telepresencial, quando regularmente convocado, sem justificativa aceita nos termos do edital;
c) não apresentar documento oficial de identidade válido no momento da avaliação;
d) recusar-se, injustificadamente, a fornecer as informações ou submeter-se aos exames necessários à realização do procedimento;
e) deixar de apresentar, no prazo solicitado, documentos ou exames imprescindíveis à conclusão do parecer técnico; ou
f) impedir, dificultar ou inviabilizar, por qualquer meio, a realização da avaliação técnica.

9.58. Os candidatos inscritos na reserva de vagas para pessoas com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, conforme a sua pontuação e ordem de classificação geral.

9.59. Os candidatos com deficiência que obtiverem pontuação suficiente para aprovação dentro do quantitativo de vagas da ampla concorrência não serão computados no preenchimento das vagas reservadas.

9.60. Os candidatos com deficiência aprovados na ampla concorrência figurarão tanto na lista de classificação geral quanto na lista de classificação de vagas reservadas.

9.61. A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato convocado para vaga reservada ensejará sua substituição pelo candidato com deficiência subsequente na ordem de classificação da lista de reserva.

9.62. As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas serão revertidas para a ampla concorrência somente após o esgotamento total da lista de candidatos com deficiência aprovados, inclusive aqueles integrantes do cadastro de reserva.

9.63. A nomeação dos candidatos aprovados observará a ordem de classificação e os critérios de alternância e proporcionalidade entre a lista da ampla concorrência e a lista de reserva para pessoas com deficiência, respeitado o percentual legal estabelecido no subitem 8.1 deste Edital.

9.64. Em caso de vagância ou surgimento de novas vagas destinadas à reserva durante a validade do concurso, será convocado o candidato com deficiência aprovado na posição subsequente da respectiva lista especial.

9.65. Somente após o esgotamento absoluto da lista de candidatos com deficiência as vagas reservadas remanescentes poderão ser revertidas e preenchidas pelos candidatos aprovados na ampla concorrência, segundo a ordem geral de classificação.

9.66. Caso todos os candidatos da ampla concorrência tenham sido nomeados e ainda restem cargos vagos durante o prazo de validade do concurso público, poderão ser convocados os candidatos aprovados na lista de pessoas com deficiência, respeitada a ordem de classificação e o atendimento às exigências do cargo.

9.67. Ocorrendo a vacância de cargo anteriormente ocupado por pessoa com deficiência nomeada por este certame durante o prazo de validade do concurso, a nova convocação recairá preferencialmente sobre candidato aprovado na lista de vagas reservadas aos optantes PcD, respeitada a ordem classificatória.

9.68. O IDIB e o órgão público contratante garantem a integral e rigorosa proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis (dados de saúde e de deficiência) previstos na LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a prevenir acessos não autorizados ou vazamentos.

9.69. O procedimento de caracterização da deficiência possui a finalidade exclusiva de verificar o enquadramento do candidato na reserva de vagas, não se confundindo com o exame de aptidão física ou mental para o exercício do cargo, a ser realizado no momento da posse/admissão.

9.70. A caracterização da deficiência para fins de vaga reservada não exclui nem substitui o direito do candidato ao fornecimento de adaptações razoáveis, ajudas técnicas e tecnologias assistivas necessárias para a realização das demais etapas do concurso público.

10. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS NEGRAS

10.1. Serão reservados , no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das vagas às pessoas negras na forma da Lei Estadual nº 11.015, de 20 de novembro de 2021.

10.2. Para os fins de concorrer às vagas reservadas nos moldes do 10.1 considera-se pessoa preta ou parda aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na forma de regulamento;

10.3. A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso for igual ou superior a 3 (três).

10.4. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos(as) negros(as), deverá esse número ser aumentado para o primeiro número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

10.5. No caso de cargo em que não haja reserva imediata às pessoas candidatas negras, em virtude do número de vagas, a pessoa candidata poderá se inscrever para o cadastro de reserva, já que a Administração Pública pode, dentro da validade do concurso, alterar o seu quadro criando novas vagas.

10.6. Para concorrer às vagas reservadas neste concurso público, a pessoa candidata deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preta em campo específico do formulário de inscrição, observados os critérios de cor e etnia adotados pelo IBGE, no que se refere às categorias preta e parda.

10.7. Até o fim do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata optar por concorrer ou desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

10.8. Presumem-se relativamente verdadeiras as informações prestadas pela pessoa candidata no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa, e sem prejuízo dos procedimentos específicos de verificação e comprovação previstos neste edital, especialmente quanto à autodeclaração étnico-racial.

10.9. Comprovando-se falsa a declaração, a pessoa candidata será eliminada do concurso e, se houver sido convocada, ficará sujeita à anulação da sua convocação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

10.10. As pessoas candidatas negras concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

10.11. As pessoas candidatas pretas, pela reserva de vagas que vierem a ser aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas destinado à ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas, concorrendo exclusivamente em decorrência de sua classificação segundo os critérios gerais do certame.

10.12. As pessoas candidatas negras serão classificadas no resultado final do concurso público tanto na listagem de ampla concorrência quanto na listagem de vagas reservadas, observada, em ambas, a mesma nota ou pontuação obtida pela pessoa candidata em cada etapa do certame.

10.13. Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa candidata preta aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

10.14. Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

10.15. A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

10.16. As pessoas candidatas que tiverem a inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas constarão na relação a ser divulgada no endereço eletrônico www.idib.org.br.

10.17. A pessoa candidata poderá interpor recurso contra o indeferimento da inscrição para as vagas reservadas, nas datas indicadas conforme cronograma previsto neste edital.

10.18. A pessoa candidata que se autodeclarou preta ou parda no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se à Comissão de Heteroidentificação, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico.

11. DA HETEROIDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS PRETAS OU PARDAS

11.1. Considera-se procedimento de heteroidentificação étnico-racial aquele por meio do qual terceiros verificam a condição étnico-racial autodeclarada pelo candidato.

11.2. Os candidatos autodeclarados negros, assim consideradas as pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo IBGE, nos termos da Lei Federal nº 15.142/2025, se aprovados nas fases anteriores do certame, serão submetidos ao procedimento de heteroidentificação, como etapa complementar à autodeclaração, antes da homologação do resultado final.

11.3. As pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas que tiverem optado por concorrer às vagas reservadas, se não eliminadas no concurso, serão submetidas ao procedimento de heteroidentificação para confirmação da condição declarada, como requisito para concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas negras.

11.4. Serão convocadas para o procedimento de heteroidentificação as pessoas candidatas negras que tiverem inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas a pessoas afrodescendentes e que tenham sido classificadas nas fases anteriores à sua realização, observados os mesmos quantitativos previstos neste edital.

11.5. O IDIB executará a heteroidentificação por meio de procedimento telepresencial, cujo edital de convocação específico indicará local, data e horário, a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.

11.6. A pessoa candidata deverá verificar previamente o dia e o horário de realização do procedimento, somente podendo realizá-lo na data designada.
11.7. A pessoa candidata convocada deverá estar disponível com 1 (uma) hora de antecedência do horário marcado para o início do procedimento telepresencial, munida de documento de identificação original e cópia, na forma prevista neste edital.

11.8. Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar documento de identificação original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 (trinta) dias da data de sua apresentação, podendo ser, ainda, submetida à identificação especial, a critério da Comissão.

11.9. O IDIB constituirá Comissão de Heteroidentificação, composta por 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, observados os requisitos legais aplicáveis, devendo sua composição garantir, sempre que possível, a diversidade quanto ao gênero, à cor e à origem regional de seus integrantes.

11.10. Será resguardado o sigilo dos nomes das pessoas que integram a Comissão de Heteroidentificação, podendo tais informações ser disponibilizadas aos órgãos de controle interno e externo, quando requeridas.

11.11. Os currículos dos integrantes da Comissão de Heteroidentificação serão publicados no endereço eletrônico www.idib.org.br, em conformidade com a legislação aplicável.

11.12. A Comissão de Heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pela pessoa candidata, consideradas as características fenotípicas apresentadas no momento da realização do procedimento, observadas a declaração feita no ato da inscrição quanto à condição de pessoa afrodescendente e a opção de concorrer às vagas reservadas.

11.13. Não será admitida, em nenhuma hipótese, prova baseada em ancestralidade ou em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos.

11.14. É vedado à pessoa candidata utilizar subterfúgios para simulação ou alteração de características fenotípicas, sob pena de apuração de eventual fraude ou má-fé, na forma da legislação aplicável.

11.15. Não serão admitidos, para fins de aferição da condição declarada, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados pela pessoa candidata, inclusive imagens, certidões, registros civis ou militares, documentos relativos à ascendência, ou pareceres emitidos por comissões de heteroidentificação de outros concursos públicos ou processos seletivos federais, estaduais, distritais ou municipais.

11.16. O procedimento será registrado por meio de filmagem e fotografia, cujo material somente poderá ser utilizado pela Comissão para fins de análise de eventual recurso interposto pela pessoa candidata.

11.17. A recusa da pessoa candidata em se submeter à filmagem, à fotografia, ou a ambas, implicará o indeferimento automático de sua autodeclaração étnico-racial, dispensada a convocação suplementar de pessoas candidatas não habilitadas, permanecendo a pessoa candidata no certame pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior, nota ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais etapas.
11.18. É vedado à Comissão deliberar na presença de quaisquer pessoas candidatas na seleção.

11.19. A Comissão deliberará pela maioria de seus membros, mediante parecer motivado, com registro expresso das razões de convencimento.

11.20. Prevalecerá a presunção relativa de veracidade da autodeclaração em favor da pessoa candidata sempre que houver dúvida razoável quanto ao seu fenótipo, circunstância que deverá constar, de forma motivada, do parecer da Comissão.

11.21. O teor do parecer motivado terá acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e demais normas aplicáveis de proteção de dados pessoais.

11.22. As deliberações da Comissão terão validade restrita a este certame, não se estendendo a outras finalidades.

11.23. O resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br e indicará a conclusão do parecer da Comissão quanto à confirmação da autodeclaração.

11.24. Da decisão preliminar da Comissão, a pessoa candidata prejudicada pela não confirmação de sua autodeclaração poderá interpor recurso dirigido à Comissão Recursal de Heteroidentificação, no prazo de 2 (dois) dias corridos, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado preliminar, por meio de link próprio disponibilizado no endereço eletrônico www.idib.org.br, não sendo aceitos pedidos de revisão após esse prazo.

11.25. A Comissão Recursal de Heteroidentificação será composta por 3 (três) membros, distintos daqueles que integraram a Comissão de Heteroidentificação, aplicando-se a ela, no que couber, as regras previstas para a Comissão de Heteroidentificação quanto à composição e aos critérios de avaliação. Os currículos de seus integrantes serão disponibilizados no endereço eletrônico www.idib.org.br por ocasião da divulgação do resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação.

11.26. Em suas decisões, a Comissão Recursal considerará a filmagem do procedimento, o parecer emitido pela Comissão de Heteroidentificação e o conteúdo do recurso interposto pela pessoa candidata prejudicada.

11.27. A autodeclaração da pessoa candidata prevalecerá sempre que houver decisão não unânime em seu desfavor, cumulativamente, na Comissão de Heteroidentificação e na Comissão Recursal. Das decisões da Comissão Recursal não caberá novo recurso administrativo.

11.28. Na hipótese de indícios ou denúncia de fraude ou má-fé no procedimento de heteroidentificação, o caso será encaminhado aos órgãos competentes, inclusive à Polícia Federal, para apuração da existência ou não de crime, nos termos da legislação penal vigente. Constatada a fraude ou má-fé pelos órgãos competentes, a pessoa candidata será eliminada, caso o certame ainda esteja em andamento, ou ficará sujeita à anulação de sua admissão ao serviço ou emprego público, caso já tenha sido admitida, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

11.29. O resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação será publicado na data prevista no cronograma.

11.30. Demais informações a respeito do procedimento de heteroidentificação constarão do edital de convocação específico para esta etapa.

11.31. Caso a pessoa candidata não compareça à Comissão de Heteroidentificação será excluída da lista de classificação da vaga reservada, mantendo sua posição na lista de ampla concorrência.

11.32. Caso o resultado da avaliação seja o não enquadramento da pessoa candidata como preta, ela será excluída da lista de classificação de pessoas candidatas da vaga reservada, mantendo sua posição na lista de classificação de ampla concorrência, salvo se comprovada má-fé na autodeclaração, hipótese em que será eliminada após procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

11.33. A manutenção da posição na lista de classificação de ampla concorrência, citada nos subitens anteriores, ficará condicionada à nota mínima de corte aplicada à última pessoa candidata classificada nessa listagem.

11.34. Do resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada caberá recurso na forma especificada na convocação.

11.35. O enquadramento ou não da pessoa candidata na condição de pessoa preta não configura ato discriminatório de qualquer natureza.
11.36. A inobservância do disposto nesta Seção acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas.

11.37. Demais informações a respeito dos procedimentos de verificação documental complementar constarão dos respectivos editais de convocação específicos para cada etapa.

12. DA AVALIAÇÃO SOCIAL (somente para os cargos de Técnico de Controle Interno e Auditor de Controle Interno)

12.1. Os candidatos aos cargos de Auditor de Controle Interno e Técnico em Controle Interno serão submetidos à Avaliação Social, de caráter eliminatório, destinada à verificação da idoneidade moral e da compatibilidade de sua conduta com o exercício das atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 053/2026, com as alterações promovidas pela Lei Complementar Municipal nº 057/2026.

12.2. A Avaliação Social será realizada pelo Município de Nísia Floresta mediante investigação social e poderá compreender a análise de formulário de informações pessoais, certidões, documentos, antecedentes e demais informações legalmente acessíveis e pertinentes à finalidade da etapa.

12.3. O candidato deverá apresentar, no prazo e na forma estabelecidos no edital de convocação, os documentos, as certidões e as informações solicitadas, responsabilizando-se pela veracidade e integridade dos dados fornecidos.

12.4. Poderá ser considerado contraindicado o candidato cuja conduta, devidamente comprovada, revele incompatibilidade concreta com a idoneidade moral exigida para o exercício do cargo, bem como aquele que omitir intencionalmente ou prestar informação falsa ou inexata sobre fato relevante para a avaliação.

12.5. A existência isolada de inquérito policial, ação penal em andamento ou registro sem decisão definitiva não acarretará eliminação automática, devendo eventual contraindicação ser motivada e fundamentada mediante análise individualizada da natureza, gravidade, circunstâncias e relação dos fatos com as atribuições do cargo.

12.6. O candidato considerado contraindicado será informado dos fundamentos da decisão, sendo-lhe assegurados o contraditório, a ampla defesa e o direito de interpor recurso, no prazo e na forma estabelecidos neste Edital.

12.7. A Avaliação Social poderá ser realizada durante o concurso e estender-se até a nomeação do candidato, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, presunção de inocência e proteção dos dados pessoais.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

13.1. Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e concordar com o termo de aceite deste Edital, o qual configura aceitação de todas as normas e condições estipuladas.

13.2. É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal e (ou) via correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que não o estabelecido neste Edital.

13.3. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) da pessoa candidata.

13.4. Para fim deste concurso, serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pela Secretaria de Defesa Social, pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos Institutos de Identificação e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; Carteiras funcionais emitidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; Carteira Nacional de Habilitação, mesmo já vencida, (somente o modelo com foto); Carteira de Trabalho e Previdência Social (o modelo com foto, com o número do registro geral e do CPF) e documento de identificação digital oficial (ex.: e-Título, CNH digital, RG digital) dentro das plataformas oficiais devidas.

13.5. Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias;

13.6. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteira nacional de habilitação (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento; cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, ou protocolo de documento de identidade.

13.7. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento;

13.8. A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetida à identificação especial;

13.9. Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente eliminada do Concurso Público;

13.10. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura;

13.11. A pessoa candidata que não possuir CPF deverá solicitá-lo em tempo hábil, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.

13.12. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata.

13.13. As pessoas candidatas que necessitarem de qualquer tipo de tratamento diferenciado, sejam pessoas com deficiência ou não, para a realização das provas, deverão solicitá-lo no ato de inscrição, indicando a necessidade específica na seção referente a Atendimento Especial, e comprovar referida necessidade por meio de envio

13.14. de documentação comprobatória no período previsto.

13.15. Para solicitar tratamento diferenciado, a pessoa candidata deverá enviar imagem digitalizada da documentação que justifique a condição especial solicitada, por meio de sua Área da pessoa candidata, acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br, no período previsto.

13.16. O envio da documentação previsto neste Edital (original ou cópia autenticada em cartório) é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino.

13.17. As imagens da documentação comprobatória do pedido de tratamento diferenciado (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso.

13.18. A candidata que tiver necessidade de amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso, amparada pela Lei Federal nº 13.872/2019, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade, e será o responsável pela guarda da criança durante todo o tempo necessário. A candidata sem acompanhante não fará as provas.

13.19. Terá o direito previsto no subitem 13.18 deste Edital a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso. A prova da idade será feita mediante o envio da certidão de nascimento digitalizada em .PDF no ato da inscrição, de acordo com o disposto neste Edital.

13.20. Caso a criança ainda não tenha nascido, a certidão de nascimento poderá ser substituída por envio eletrônico do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.

13.21. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

13.22. Durante o período de amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

13.23. O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova objetiva ou etapa avaliativa, em igual período.

13.24. Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, 1 (uma) hora de compensação.

13.25. Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado ao IDIB no prazo previsto, por inexistir a doença no período de inscrição, deverão fazê-lo via correio eletrônico no site www.idib.org.br tão logo a condição seja diagnosticada. As pessoas candidatas nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.

13.26. Considerando a possibilidade de as pessoas candidatas serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar essa condição ao IDIB no ato de inscrição, de acordo com o disposto no subitem 13.13 deste Edital.

13.27. Em nome da segurança do processo, a regra do subitem 13.26 acima também se aplica a pessoas candidatas com deficiências auditivas que utilizem aparelho auricular, bem como outros aparelhos de saúde diversos tais como: medidor de glicemia, sondas, etc.

13.28. No caso de descumprimento deste procedimento ou se for verificada má-fé no uso dos referidos aparelhos, as pessoas candidatas poderão ser eliminadas do certame.

13.29. A pessoa candidata transexual ou travesti que desejar ser tratado(a) pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das fases deste Concurso, deverá, no ato de sua inscrição, informar o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado(a).

13.30. A pessoa candidata que optar pela utilização do nome social no Concurso, deverá enviar legível arquivo eletrônico do registro civil ou documento de identidade em que conste o nome civil para utilização com fins administrativos internos.
13.31. As publicações referentes às pessoas candidatas transexuais e travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.

13.32. A pessoa candidata que não solicitar tratamento diferenciado na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, exceto nos casos previstos no subitem 13.25 acima.

13.33. Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram o seu atendimento especial deferido serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br.

13.34. A pessoa candidata disporá do prazo de 2 (dois) dias consecutivos, contados a partir da data de divulgação da relação preliminar mencionada no subitem 13.33, para interpor recurso contra o indeferimento, exclusivamente por meio de sua Área da Pessoa candidata, observadas as instruções constantes da referida publicação. O recurso deverá restringir-se exclusivamente a matérias relacionadas ao atendimento especial. Findo o prazo estabelecido, não serão admitidos pedidos de revisão.

13.35. As pessoas candidatas que não solicitarem o tratamento diferenciado dentro do prazo de inscrições, independentemente do motivo alegado, não terão a condição atendida. A solicitação de tratamento diferenciado, quando apresentada tempestivamente, será analisada e atendida conforme critérios de viabilidade e razoabilidade, desde que devidamente comunicada nos prazos estabelecidos neste Edital.

14. DA PROVA OBJETIVA

14.1. Será aplicado exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo III deste Edital, conforme os quadros a seguir:

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	18	2,0	36,0	**50% (cinquenta por cento) de cada uma das disciplinas**.
	Raciocínio Lógico	06		12,0	
	Informática	06		12,0	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Conhecimentos específicos do cargo	30		60,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		**60**	-	**120,0**	

NÍVEL SUPERIOR

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	18		36,0	**50% (cinquenta por cento) de cada uma das disciplinas.**
	Raciocínio Lógico	06		12,0	
	Informática	06	2,0	12,0	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Conhecimentos específicos do cargo	30		60,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		**60**		**120,0**	

14.2. Os locais e os horários de realização das provas objetivas serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br.

14.3. Será de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

14.4. A duração da prova objetiva será de 04 (quatro) horas e ocorrerá na data de 06 de dezembro de 2026.

14.5. As provas objetivas constarão de 60 (sessenta) questões com peso 2,0 conforme subitem 14.1 deste edital.

14.6. Considerar-se-á classificada a pessoa candidata que, cumulativamente, pontuar no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de cada uma das disciplinas.

14.7. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco alternativas (A à E) e uma única alternativa com a resposta correta.

14.8. A pessoa candidata deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade da pessoa candidata, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro da pessoa candidata.

14.9. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora dos campos reservados às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pela leitura óptica, prejudicando o desempenho da pessoa candidata.

14.10. A pessoa candidata deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (marcação em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.

14.11. A instituição organizadora poderá aplicar mecanismos de segurança utilizando a foto da pessoa candidata. Na hipótese do uso da foto, o candidato (a) deverá confirmar se a foto é sua ou não, assinalando o quadro correspondente à tal informação no cartão resposta que será apresentado. A não marcação, poderá ocasionar a eliminação da pessoa candidata.

14.12. É de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a veracidade da foto.

14.13. Em caso de divergência da foto da pessoa candidata, poderá ser utilizado outros mecanismos de segurança como assinatura, frase de segurança, entre outros, que estarão apostos no cartão resposta. Sendo relatado em ata a inconformidade da foto e do cartão da pessoa candidata.

14.14. O IDIB poderá utilizar a foto da pessoa candidata para a lista de sala e cartão resposta como medida extra de segurança.

14.15. O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte da pessoa candidata, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.

14.16. A não identificação, pela pessoa candidata, do seu tipo de caderno de prova na folha de respostas acarretará nota final igual a 0,00 (zero).

14.17. Serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.

14.18. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

14.19. A não devolução pela pessoa candidata da folha de respostas ao fiscal, devidamente identificada quanto ao tipo de caderno de prova e assinada, conforme subitem 14.10 deste edital, acarretará eliminação sumária da pessoa candidata neste concurso.

14.20. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de a pessoa candidata que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, a pessoa candidata será acompanhada por um fiscal do IDIB devidamente treinado e autorizado para tanto.

14.21. A pessoa candidata não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

15. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

15.1. As provas objetivas serão realizadas na data prevista neste edital de acordo com quadro a seguir:

NÍVEL	DATA
MÉDIO/TÉCNICO	06/12/2026 08h00min às 12h00min (horário de Brasília)
SUPERIOR	06/12/2026 14h00min às 18h00min (horário de Brasília)

15.2. Os locais de aplicação das provas objetivas, para os quais deverão se dirigir as pessoas candidatas, serão divulgados dias antes da data da prova, por meio de consulta disponibilizada no endereço eletrônico www.idib.org.br.
15.3. O caderno de prova contém informações pertinentes ao Concurso, devendo a pessoa candidata ler atentamente as instruções contidas na capa do caderno de prova.
15.4. Ao terminar a conferência do caderno de prova, caso ele esteja incompleto ou tenha defeito, a pessoa candidata deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. A pessoa candidata deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de prova.
15.5. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever da pessoa candidata estar ciente das normas contidas neste Edital.
15.6. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, o IDIB tem a prerrogativa para entregar a pessoa candidata prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.
15.7. A pessoa candidata deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de documento de identidade original com foto, nos termos deste edital.
15.8. Poderá ocorrer inclusão de pessoa candidata que apresente documento que demonstre a regularidade de sua inscrição. A inclusão terá caráter condicional e será, posteriormente, averiguada pelo IDIB a fim de se confirmar a sua pertinência. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que a pessoa candidata obtenha aprovação nas provas.
15.9. No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial local, não sendo admitidas quaisquer pessoas candidatas retardatárias. O procedimento de

fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de duas testemunhas do fato.
15.10. Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de duas testemunhas que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de prova, folhas de respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.
15.11. Durante a realização das provas, a partir do ingresso da pessoa candidata na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil das pessoas candidatas mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.
15.12. Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, todas as pessoas candidatas deverão se submeter à identificação datiloscópica, bem como a outros procedimentos de segurança, se julgados necessários pela Organizadora, no dia de realização das provas.
15.13. Poderá ainda ser solicitada, em momento posterior às provas, nova identificação datiloscópica, excepcionalmente, a critério da Comissão do Concurso.
15.14. Caso a pessoa candidata esteja impedida fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência.
15.15. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados neste Edital ou em comunicado posterior.
15.16. Não será admitido ingresso de pessoa candidata no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início, sendo excluída a pessoa candidata considerada ausente na aplicação.
15.17. Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.
15.18. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.
15.19. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.
15.20. A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.
15.21. Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público.
15.22. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura.
15.23. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre as pessoas candidatas nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido à pessoa candidata ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento em saco opaco e devidamente lacrado (fornecido pelo IDIB), com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipod, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta qualquer responsabilidade do IDIB sobre tais equipamentos.
15.24. No caso de a pessoa candidata ser surpreendida portando os aparelhos eletrônicos supracitados ou outros semelhantes, bem como, durante a aplicação da prova, qualquer aparelho eletrônico de titularidade da pessoa candidata vier a emitir qualquer sinal sonoro, mesmo estando acondicionado, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e a pessoa candidata será eliminada automaticamente do certame. Para evitar qualquer situação neste sentido, a pessoa candidata deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.
15.25. A detecção de qualquer objeto metálico com o candidato durante a aplicação das provas, ainda que desligado ou inofensivo, implicará sua eliminação imediata do certame.
15.26. Quando do ingresso na sala de aplicação de provas, as pessoas candidatas deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.
15.27. Durante a realização das provas, os envelopes de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrados, deverão permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pela pessoa candidata, devendo permanecer nessa situação durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo ao local de provas.
15.28. Bolsas, mochilas e outros pertences das pessoas candidatas deverão igualmente permanecer ao lado ou embaixo da carteira/cadeira da pessoa candidata.
15.29. Todos os materiais de estudo deverão ser devidamente guardados antes do início das provas, não podendo estar na posse das pessoas candidatas quando do uso de sanitários, durante o tempo de realização das provas, sob pena de eliminação.
15.30. A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que a pessoa candidata não tenha ingressado no local de prova no início do certame, ou tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos.
15.31. Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso, é proibido que as pessoas candidatas portem arma de fogo no dia de realização das provas.
15.32. Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização, pela pessoa candidata, de chapéus ou quaisquer acessórios de chapelaria ou óculos escuros, exceto para correção visual ou fotofobia, devidamente comprovado por meio de laudo médico, que será retido pelo IDIB, a ser apresentado na data da prova.
15.33. É garantida a liberdade religiosa a todas as pessoas candidatas. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça será solicitado que se dirijam ao local a ser indicado pela Coordenação do IDIB, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade da pessoa candidata e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.
15.34. Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário novo procedimento de vistoria, conforme o descrito neste edital, poderá ser realizado.
15.35. Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, no dia de realização de prova:
a) não será permitida a permanência de acompanhante da pessoa candidata (exceto para o caso previsto neste Edital) ou pessoas estranhas ao processo nas dependências do local onde forem aplicadas as provas;
b) as pessoas candidatas poderão ser submetidas ao detector de metais.
c) As 3 (três) últimas pessoas candidatas de cada sala só poderão sair juntas. Caso alguma destas pessoas candidatas insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pela pessoa candidata e testemunhado pelas 2

(duas) outras pessoas candidatas, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.
d) Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo Coordenador da Unidade de aplicação, dando tratamento isonômico a todas as pessoas candidatas presentes.
e) A pessoa candidata somente poderá se retirar da sala de aplicação das provas faltando uma hora para o término da prova.
f) A pessoa candidata NÃO poderá levar consigo o caderno de provas.
g) O fiscal de sala orientará as pessoas candidatas, quando do início das provas, que o único documento que deverá permanecer sobre a carteira será o documento de identidade original, de modo a facilitar a identificação da pessoa candidata para a distribuição de seu respectivo Cartão de Resposta.
h) Ao término de sua prova, a pessoa candidata deverá aguardar o recolhimento de seu material pelo fiscal de aplicação, bem como a conferência de seus dados, podendo retirar-se da sala de provas somente após autorizada.
i) A pessoa candidata deverá, obrigatoriamente, devolver ao fiscal de aplicação o documento que será utilizado para correção de sua prova (folha de respostas), devidamente assinado no local indicado, bem como o caderno de prova. A pessoa candidata que descumprir a regra de entrega destes documentos será eliminada do concurso.
15.36. Terá suas provas anuladas, também, e será ELIMINADA do Concurso Público, a pessoa candidata que, durante a realização, agir com conduta de:
a) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
b) for surpreendida dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
d) utilizar-se de qualquer material proibido neste Edital e/ou que se comunicar com outra pessoa candidata;
e) faltar com a devida cortesia contra qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes e/ou pessoas candidatas;
f) fizer anotações de informações referentes à suas respostas (cópia de gabarito);
g) descumprir as instruções contidas no caderno de prova e na folha de respostas;
h) recusar-se a entregar o caderno de prova e a Folha de Respostas;
i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender aos procedimentos de registro de digitais e de registros biométricos;
k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
l) for surpreendida portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;
m) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
n) for surpreendida portando caneta fabricada em material não transparente;
o) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
p) recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas para posterior exame grafológico, quando houver;
q) portar arma de fogo.
15.37. Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja constatado que não houve intenção de burlar o Edital, a pessoa candidata será mantida no Concurso.
15.38. No dia de realização das provas, o IDIB poderá submeter as pessoas candidatas, quantas vezes forem necessárias, ao sistema de detecção de metais, seja nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se a pessoa candidata está portando material não permitido.
15.39. Ao término da prova, a pessoa candidata deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o acesso aos sanitários.
15.40. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter a pessoa candidata se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ela será automaticamente eliminada do Concurso Público.
15.41. Não haverá, por qualquer motivo, ressalvado atendimento especial para amamentação, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento da pessoa candidata da sala de provas.
15.42. Não será permitido a pessoa candidata fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.
15.43. O IDIB poderá, a seu exclusivo critério e em razão de conveniência, oportunidade ou necessidade operacional, alterar os locais de realização das provas previamente divulgados, visando à adequada execução logística do certame e à observância dos princípios da eficiência, segurança e interesse público.
15.44. A eventual mudança de local de prova será comunicada por meio da área exclusiva da pessoa candidata, disponível no site oficial do concurso, sendo este considerado meio oficial de divulgação das informações referentes ao certame.
15.45. A pessoa candidata declara-se ciente de que é de sua inteira responsabilidade acompanhar periodicamente as publicações oficiais, inclusive aditivos, retificações, comunicados e alterações que possam ocorrer até a data de aplicação das provas.
15.46. A alegação de desconhecimento de eventual mudança de local de prova ou de falta de acompanhamento das comunicações oficiais não será aceita como justificativa para ausência, atraso ou qualquer outro prejuízo, sendo tais situações consideradas de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.

16. DA PROVA DE TÍTULOS- APENAS PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

16.1. Somente serão convocadas para a Prova de Títulos, de caráter exclusivamente classificatório, as pessoas candidatas aprovadas nas Provas Objetivas, até 5 (cinco) vezes o número de vagas imediatas mais cadastro reserva, cujo limite será considerado, também, para as vagas para deficientes.

ALÍNEA	AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO
A	Curso de pós-graduação stricto sensu em nível de doutorado, devidamente reconhecido pelo MEC.	3	3,0
B	Curso de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado, devidamente reconhecido pelo MEC.	2	2,0
C	Curso de especialização em área relacionada com o cargo a que concorre, com carga horária mínima de 360 horas, devidamente reconhecido pelo MEC.	1	1,0

16.2. A Prova de Títulos consistirá na análise dos títulos apresentados pelas pessoas candidatas, conforme quadro a seguir:
16.3. Para as alíneas “A”, “B” e “C”, do subitem 16.1 deste edital, serão considerados os seguintes documentos comprobatórios:
a) para efeito da Prova de Títulos, somente deverá ser admitido 01 (um) diploma ou certificado por nível de titulação; caso a pessoa candidata apresente mais de um diploma de Mestrado ou Doutorado, ou mais de um certificado de Especialização, somente deverá ser considerado o de maior pontuação;
b) para a alínea “A”: diploma ou certificado expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Será aceita declaração de conclusão do curso acompanhada obrigatoriamente de histórico escolar;
c) para a alínea “B”: diploma ou certificado expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; será aceita declaração de conclusão do curso acompanhada obrigatoriamente de histórico escolar;

d) para a alínea "C": diploma ou certificado ou declaração de conclusão do curso onde obrigatoriamente possam ser identificadas a carga horária e a conclusão do referido curso, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
16.3.1. A comprovação do curso relacionado na alínea "A" do subitem 16.3 deste Edital, concluído no exterior, deverá ser feita única e exclusivamente por meio do diploma, desde que revalidado por instituição de ensino superior do Brasil, credenciada no MEC.
16.3.2. A comprovação do curso relacionado na alínea "B" do subitem 16.3 deste Edital, concluído no exterior, deverá ser feita acompanhada de um histórico escolar contendo as disciplinas e a carga horária (de cada disciplina ou total).
16.3.3. Não será considerado como curso de especialização o curso de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado ou doutorado cujas disciplinas estejam concluídas.
16.3.4. Somente será aceito certificado ou declaração das instituições referidas nos subitens anteriores nas quais seja possível efetuar a sua identificação e constem todos os dados necessários à sua perfeita comprovação.
16.3.5. Somente será considerado o curso concluído.
16.4. Os certificados ou diplomas de conclusão de curso deverão ser expedidos por instituição oficial e reconhecida pelo MEC, ou quando estrangeiro, devidamente revalidado.
16.5. A pessoa candidata que não encaminhar a documentação descrita neste Edital, receberá nota 0,00 (zero) nestas alíneas.
16.6. O envio dos documentos comprobatórios de títulos será realizado por meio de ferramenta on-line, a ser disponibilizada no endereço eletrônico www.idib.org.br.
16.7. A ferramenta eletrônica para envio de títulos estará disponível no portal eletrônico da Banca devendo o candidato seguir as orientações das telas sistêmicas.
16.8. A tela para envio de títulos e documentos será composta por campos intitulados de acordo com a tabela contida neste edital, devendo a pessoa candidata anexar em cada campo a imagem da documentação comprobatória original, correspondente à descrição.
16.9. O envio dos arquivos, uma vez inicializado pela pessoa candidata, somente será finalizado caso a pessoa candidata clique no botão "Gravar arquivos e finalizar envios"; caso contrário, o envio ficará com o status "envio pendente", o qual mudará para status "envio finalizado" de forma automática após seu término. Enquanto o processo de envio estiver com o status "envio pendente", a pessoa candidata poderá incluir ou excluir quantos arquivos achar necessário; contudo, após a mudança de status para "envio finalizado" o candidato (a) não poderá mais incluir ou excluir arquivos, sendo finalizada essa fase.
16.10. Somente serão aceitos arquivos nos formatos PDF, e com tamanho de até 2 MB (dois megabytes) cada ou 10MB(dez megabytes) se arquivo único.
16.11. Os arquivos ilegíveis serão considerados sem validade e não lhe serão atribuídas pontuações.
16.12. No documento anexado para a prova de título deverá constar a identificação nominal da pessoa candidata, devendo, portanto, ser anexado em anverso e verso, sempre que houver.
16.13. A pessoa candidata inscrita assume total responsabilidade pelas informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do formulário eletrônico de envio de títulos e documentos.
16.14. A pessoa candidata que não apresentar títulos, no prazo estipulado receberá nota 0 (zero) na Prova de Títulos.
16.15. Não será aceito título ou documento entregue fora do período estipulado.
16.16. Os títulos serão avaliados pela banca examinadora constituída para esse fim, de acordo com a tabela constante do subitem 16.1 deste edital.
16.17. Fica reservado ao IDIB o direito de exigir, a seu critério, a apresentação dos documentos originais para conferência dos documentos enviados eletronicamente.
16.18. Os resultados da Prova de Títulos, preliminar e definitivo, serão divulgados no site www.idib.org.br. na área da pessoa candidata.
16.19. Demais informações a respeito da Prova de Títulos constarão no edital de convocação específico para esta etapa.

17. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

17.1. Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo III deste Edital;
17.2. O Anexo III, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado;
17.3. As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto Federal nº 6.583, 29 de setembro de 2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas dos itens das provas, sendo também o conhecimento destas novas regras exigido para sua resolução;
17.4. A Prefeitura Municipal de Nísia Floresta e o IDIB não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público no que tange ao conteúdo programático.
17.5. Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.
17.6. Cada item das provas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

18. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

18.1. A classificação final dos aprovados observará a ordem numérica decrescente, individualmente alcançada a partir do somatório do total de pontos obtidos nas Provas Objetivas. E para os cargos de nível superior, o total de pontos obtidos nas Provas Objetivas e de Títulos, atribuindo-se o primeiro lugar à pessoa candidata que obtiver a maior pontuação, e assim sucessivamente.
18.1.1. Todos os cálculos citados neste edital serão sem arredondamento.
18.2. A homologação da relação de pessoas candidatas aprovadas e classificadas no certame, por cargo, passíveis de convocação, respeitará a ordem de classificação e o quantitativo máximo indicado neste Edital.
18.2.1. O Resultado Final do concurso público será divulgado no endereço eletrônico www.idib.org.br, sendo sua homologação publicada no site da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta, através do site oficial https://nisiafloresta.rn.gov.br/.
18.2.2. As pessoas candidatas que não estiverem classificadas dentro do número máximo de aprovados estabelecido neste Edital, ainda que tenham alcançado a nota mínima exigida, serão automaticamente eliminadas do Concurso Público.
18.3. Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência a pessoa candidata que, na seguinte ordem:
a) tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
b) obtiver a maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa da prova objetiva;
c) obtiver a maior pontuação nas questões da área de Conhecimentos Específicos da prova objetiva;
d) tiver maior idade, exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem; e
e) tiver exercido a função de jurado (conforme art. 440 do Código de Processo Penal e alterações).

18.3.1. As pessoas candidatas que seguirem empatadas até a aplicação da alínea "d" do subitem 18.3 deste edital serão convocadas, antes da publicação do resultado final, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.
18.3.2. As pessoas candidatas convocadas que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento terão considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.
18.3.3. As pessoas candidatas a que se refere a alínea "e" do subitem 18.3 deste edital serão convocadas, antes da publicação do resultado final, para se manifestarem quanto ao exercício da função de jurado e, em caso positivo, realizarem a entrega da documentação que comprova referido exercício.
18.3.4. Para fins de comprovação da função de jurado serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP e alterações.

19. DOS RECURSOS

19.1. Será assegurado à pessoa candidata o direito de interpor recurso contra o gabarito preliminar e resultados preliminares das etapas do certame, exclusivamente por meio da Área da Pessoa candidata, disponível no endereço eletrônico da banca organizadora.
19.2. O recurso deverá ser interposto individualmente, no prazo de até 2 (dois) dias consecutivos após a publicação do respectivo resultado preliminar, observadas as orientações específicas de cada fase.
19.3. Não caberá recurso contra resultados definitivos, contra o gabarito oficial definitivo ou pedido de revisão de recurso já julgado, constituindo a decisão da Banca Examinadora última instância administrativa.
19.4. Por razões de segurança do certame, preservação da isonomia entre as pessoas candidatas e prevenção a fraudes, não será permitido levar o caderno de provas ao término da aplicação, permanecendo este sob guarda da banca organizadora.
19.5. A retenção do caderno de provas não configura cerceamento de defesa, uma vez que, quando da divulgação do gabarito oficial preliminar, serão disponibilizados no sítio eletrônico da banca organizadora:
a) o caderno de provas correspondente ao tipo aplicado;
b) o gabarito oficial preliminar.
19.5.1. O espelho do cartão resposta será colocado à disposição da pessoa candidata a partir da data de divulgação do gabarito preliminar das provas objetivas, mediante acesso à página do concurso no endereço eletrônico www.idib.org.br, permanecendo disponível até a data de publicação do resultado final do certame, observado o cronograma constante do Anexo IV deste Edital.
19.5.2. O IDIB disponibilizará, na página do concurso no endereço eletrônico www.idib.org.br, a imagem da folha de respostas de cada pessoa candidata que tenha realizado a prova objetiva, a partir da data de divulgação do resultado preliminar, conforme cronograma previsto no Anexo IV deste Edital, permanecendo a referida imagem disponível até a publicação do resultado final do certame.
19.6. A disponibilização do caderno de provas nesta fase tem por finalidade exclusiva possibilitar a análise do conteúdo das questões e eventual interposição de recurso quanto ao gabarito preliminar, não se destinando à conferência de marcação individual de respostas.
19.6.1. O recurso contra o gabarito oficial preliminar deverá restringir-se exclusivamente ao conteúdo das questões e alternativas, admitindo-se alegações de:
a) erro material;
b) incorreção técnica ou conceitual;
c) incompatibilidade com o conteúdo programático;
d) ambiguidade ou inexistência de alternativa correta.
19.7. Não serão conhecidos recursos fundamentados na marcação individual do cartão- resposta ou que requeiram acesso ao cartão-resposta nesta fase.
19.8. Após a divulgação do resultado preliminar individual, será disponibilizado à pessoa candidata, por meio eletrônico, o respectivo cartão-resposta, exclusivamente para conferência da pontuação atribuída.
19.9. O recurso contra o resultado preliminar individual limitar-se-á à verificação de:
a) erro material na soma dos pontos;
b) divergência entre a marcação constante no cartão-resposta e a nota atribuída;
c) aplicação incorreta dos critérios objetivos previstos neste edital.
19.10. Não será admitido recurso que retome discussão acerca do conteúdo das questões ou do gabarito oficial já definitivamente julgados.
19.11. Não será disponibilizado espelho individual comparativo de prova objetiva, uma vez que tal finalidade é integralmente atendida pela disponibilização do cartão-resposta e do gabarito definitivo.
19.12. O recurso deverá ser claro, consistente, objetivo e devidamente fundamentado, com indicação precisa da questão ou item impugnado e exposição circunstanciada dos fundamentos.
19.13. Recursos inconsistentes, genéricos, intempestivos, com dados incompletos ou apresentados por meio diverso do previsto neste edital serão preliminarmente indeferidos.
19.14. Serão igualmente indeferidos recursos que:
a) contenham teor desrespeitoso;
b) estejam em desacordo com as especificações deste edital;
c) não guardem correspondência com a questão recorrida.
19.15. A decisão da Banca Examinadora será fundamentada e soberana no âmbito administrativo.
19.16. Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todas as pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
19.17. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, essa alteração valerá para todas as pessoas candidatas.
19.18. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recurso, recurso de recurso ou recurso contra o gabarito definitivo.

20. DA CONVOCAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

20.1. Por ocasião da convocação, as pessoas candidatas classificadas deverão apresentar os documentos originais, acompanhados de uma cópia simples, que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição abaixo elencados.
20.2. As pessoas candidatas aprovadas e classificadas dentro das vagas oferecidas pelo Edital, deverão comparecer em data, local e horário conforme correspondente documento de Convocação, de acordo com cronograma constante no ANEXO IV deste Edital, munidos da seguinte documentação, original, cópia autenticada ou documento emitido com validação eletrônica (assinatura e/ou QR Code):
a) certidão de nascimento ou casamento: atualizada (emitida, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data de entrega);
b) certidão de nascimento dos filhos: se possuir – atualizada (emitida, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data de entrega);
c) cédula de Identidade (RG): fotocópia autenticada (frente e verso);

d) título de eleitor - fotocópia autenticada (frente e verso) ou e-título emitido pelo aplicativo da Justiça Eleitoral;
e) comprovante de residência: (conta de água, luz ou telefone) – (atualizada – últimos 90- dias) - cópia;
f) a pessoa candidata, em nível superior, que não possuir o Diploma poderá apresentar a cópia da Certidão de Conclusão autenticada do curso superior de graduação a nível de bacharelado ou licenciatura plena da área a que concorre, reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC. Sendo que a Certidão de Conclusão deverá ser emitida pela Instituição de Ensino Superior (IES) com curso devidamente reconhecido pelo MEC e pela mesma IES que emitirá o diploma registrado pelo MEC. Deverá ainda conter as seguintes informações na Certidão de Conclusão: o Ato (Portaria ou Decreto) de reconhecimento do curso e a Certidão deverá ser assinada por funcionário da IES que possua competência (Diretor Acadêmico e /ou Diretor Geral da Instituição). Caso outro funcionário assine, a pessoa candidata deverá apresentar documento da IES que delegou a competência para ele;
g) cópia autenticada do Histórico escolar do curso superior apresentado para inclusão;
h) carteira Profissional, se possuir, com o registro (baixa) do último emprego - cópia autenticada;
i) número de inscrição no PIS ou PASEP, se possuir (pode ser obtido junto à Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil);
j) comprovante de exoneração (rescisão de contrato) do último emprego/função: cópia autenticada;
k) certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal da seção judiciária em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
l) certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual circunscrição em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo há 06 (seis) meses;
m) certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Eleitoral, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
n) certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral, expedida no máximo, há 06 (seis) meses.
20.3. A convocação de que trata o subitem 20.1 acima será realizada pela Prefeitura Municipal de Nísia Floresta, devendo a pessoa candidata apresentar-se no local, na data e no horário determinados.
20.4. As pessoas candidatas serão submetidas a exames médicos que avaliarão sua capacidade para o desempenho das tarefas pertinentes ao cargo a que concorrem.
20.5. Os exames médicos, apresentados pela própria pessoa candidata, de caráter eliminatório para efeito de admissão, são soberanos e, a eles, não caberá qualquer recurso administrativo.
20.6. Não será nomeada a pessoa candidata habilitada que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse e que não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital, constatado a qualquer tempo.
20.7. A pessoa candidata que não atender, no ato da posse, aos requisitos deste Edital será considerada desistente, sendo excluída automaticamente do Concurso Público, sendo eliminada do Concurso e ensejando a convocação da próxima candidata na lista de classificação.
20.8. A convocação será realizada por meio de publicação no site da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta e por qualquer meio hábil de comunicação (endereço eletrônico da Administração, e-mail, telegrama ou telefone).

21. DO CURSO DE FORMAÇÃO

21.1. Por meio de EDITAL DE CONVOCAÇÃO, somente serão convocados para o Curso de Formação Profissional de ACS e ACE, os aprovados dentro do número de vagas ofertadas, os empatados na última colocação e 15(quinze por cento) do número de vagas, desde que tenham obtido o percentual mínimo de aprovação.
21.2. Será eliminado do CONCURSO PÚBLICO a pessoa candidata que deixar de efetuar a matrícula no Curso de Formação Profissional, se afastar do curso por qualquer motivo, não frequentar no mínimo 85% (oitenta e cinco) por cento das horas de aula práticas e teóricas e não obtiver 60% (sessenta) por cento de aproveitamento nas avaliações práticas e teóricas, do referido Curso.
21.3. O Curso de Formação será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Nísia Floresta. Curso este, estabelecido em conjunto pelos Ministérios da Educação e Saúde.
21.4. O Curso de Formação Profissional será realizado em serviço, com duração de 40 (quarenta) horas para o ACS, ressaltando que os classificados estarão em pleno exercício de suas atividades conforme Artigo 5º da Medida Provisória n.º 016/2007.
21.5. Será publicado pela Prefeitura Municipal de Nísia Floresta edital de convocação para o Curso de Formação especificando a data, horário, local e metodologia de sua realização.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O resultado final do Concurso Público será homologado e publicado pela Prefeitura Municipal de Nísia Floresta, e divulgado nos endereços eletrônicos www.idib.org.br e www.nisiafloresta.rn.gov.br.
22.2. O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no site oficial da prefeitura de Nísia Floresta www.nisiafloresta.rn.gov.br, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual prazo, a critério da Prefeitura Municipal.
22.3. As despesas decorrentes da participação em todas as fases e em todos os procedimentos deste concurso público, inclusive posse e exercício, serão arcadas pelas pessoas candidatas, que não terão direito a alojamento, alimentação, transporte e/ou ressarcimento de despesas.
22.4. A pessoa candidata deverá manter atualizado seu endereço perante o IDIB até a homologação do resultado final do concurso, por meio de requerimento a ser enviado para o correio eletrônico www.idib.org.br. Após a homologação, deverá manter atualizado junto a Prefeitura Municipal de Nísia Floresta. São de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
22.5. O IDIB e a Prefeitura Municipal de Nísia Floresta não se responsabilizam por eventuais prejuízos à pessoa candidata, inclusive quanto à eventual nomeação, decorrentes de:
a) endereço não atualizado;
b) endereço de difícil acesso;
c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado da pessoa candidata;
d) correspondência recebida por terceiros.
22.6. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação da pessoa candidata, valendo para esse fim as publicações oficiais de resultado final.
22.7. Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pelo IDIB e pela Comissão do Concurso Público, conforme o caso.
22.8. O IDIB poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida a pessoa candidata, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.
22.9. Por motivo de ocorrência de fatos não previstos neste edital, a Comissão de Acompanhamento do Concurso, em ação conjunta com o IDIB, poderá reprogramar as datas estabelecidas no cronograma, visando garantir a participação igualitária de todas as pessoas candidatas.

22.10. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em edital próprio publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br, sendo de inteira responsabilidade da pessoa candidata o seu acompanhamento.
22.11. É facultada a apresentação de solicitação de impugnação, de forma fundamentada, ao presente edital, no prazo de até 2(dois) dias consecutivos, a contar de sua publicação no endereço eletrônico www.idib.org.br, conforme previsto no Anexo IV.
22.12. Para fins de impugnação, o demandante deverá realizar seu cadastro de inscrição no concurso público (sem obrigação de efetivá-la), nos termos deste edital, e acessar a opção "Recurso On-line", através da Área para pessoa candidata acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br.
22.13. A impugnação protocolada será julgada pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público em conjunto com o IDIB, no que for necessário.
22.14. Do julgamento previsto neste edital, não caberá recurso, bem como a resposta será disponibilizada diretamente ao demandante, sendo seus efeitos, se existentes, implementados mediante aditivo deste edital ou novo edital.
22.15. Os casos não previstos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Concurso, ouvido o IDIB sempre que necessário.

Nísia Floresta/RN, 11 de setembro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

ANEXO I
QUADRO DE CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, CADASTRO DE RESERVA, VENCIMENTOS, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES.

Cargo	Requisitos	Remuneração	AC	PCD 5%	PPP 20%	Total V. Imed.	Total Cad. Res.	Total Geral
Psicomotricista 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	1	0	0	**1**	0	**1**
Neuropedagogo 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	1	0	0	**1**	0	**1**
Terapeuta Ocupacional 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	1	0	0	**1**	0	**1**
Agente de Turismo 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	2	0	0	**2**	0	**2**
Fiscal do Turismo 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	1	0	0	**1**	0	**1**
Técnico de Turismo 40h	Nível Médio Profissionalizante ou Médio Completo + Curso Técnico	R$ 1.800,00	2	0	1	**3**	0	**3**
Auditor Fiscal 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	2	0	1	**3**	3	**6**
Médico Veterinário 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	1	0	0	**1**	1	**2**
Técnico Agrícola 40h	Nível Médio Profissionalizante ou Médio Completo + Curso Técnico	R$ 1.800,00	1	0	0	**1**	1	**2**
Técnico em Pesca e Aquicultura 40h	Nível Médio ou Superior - Tec. em Pesca, Tec. em Aquicultura ou Tec. em Pesca e Aquicultura	R$ 1.800,00	1	0	0	**1**	1	**2**
Operador de Motoniveladora 40h	Nível Médio Completo, com Habilitação tipo "D" ou superior	R$ 1.800,00	2	0	0	**2**	2	**4**
Eletricista 40h	Nível Médio Profissionalizante ou Médio Completo + Curso Técnico	R$ 1.800,00	1	0	0	**1**	1	**2**
Tec. em Refrigeração 40h	Nível Médio Profissionalizante ou Médio Completo + Curso Técnico	R$ 1.800,00	1	0	0	**1**	1	**2**
Educador Físico 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	1	0	0	**1**	1	**2**
Fiscal Ambiental 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	4	0	1	**5**	0	**5**
Fiscal Urbanístico 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	4	0	1	**5**	0	**5**
Gestor Ambiental 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	2	0	0	**2**	0	**2**
Assistente Social (CREAS) 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	2	0	0	**2**	0	**2**
Psicólogo (CREAS) 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	1	0	0	**1**	0	**1**
Advogado 40h (CREAS)	Ensino Superior	R$ 2.100,00	1	0	0	**1**	0	**1**
Orientador Social (CREAS) (Nível Médio) 40h	Nível Médio Profissionalizante ou Médio Completo + Curso Técnico	R$ 1.800,00	2	0	0	**2**	0	**2**
Técnico Administrativo (Nível Médio) (CREAS) 40h	Nível Médio	R$ 1.621,00	1	0	0	**1**	0	**1**
Assistente Social (CRAS) 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	2	0	0	**2**	0	**2**
Psicólogo (CRAS) 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	1	0	0	**1**	0	**1**
Técnico Administrativo (CRAS) 40h	Nível Médio Completo	R$ 1.621,00	2	0	1	**3**	0	**3**
Auditor de Controle Interno 40h	Ensino Superior, com comprovado conhecimento em administração pública, contabilidade, direito ou áreas correlatas.	R$ 2.100,00	1	0	0	**1**	0	**1**
Técnico em Controle Interno 40h	Nível Médio Completo acrescida de formação técnica/profissionalizante em área relacionada às atribuições do cargo (LC nº 057/2026)	R$ 1.800,00	1	0	0	**1**	0	**1**
Estatístico 40h	Ensino Superior	R$ 2.100,00	1	0	0	**1**	0	**1**
Agente Comunitário de Saúde 40h	Ensino Médio e residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.	R$ 3.242,00	4	0	1 (Microárea 11-Tabatinga)	**5**	31	**36**
Agente de Combate a Endemias 40h	Ensino Médio	R$ 3.242,00	2	0	1	**3**	6	**9**
Fiscal de Vigilância Sanitária 40h	Ensino Médio	R$ 1.621,00	0	0	0	**0**	2	**2**
CÂMARA MUNICIPAL								
Auxiliar de Serviços Gerais (Câmara) 30h	Nível Médio Completo	R$ 1.621,00	2	0	0	**2**	0	**2**
Técnico Administrativo (Câmara) 30h	Nível Médio Completo	R$ 1.621,00	2	0	0	**2**	0	**2**
Controlador Interno (Câmara) 30h	Ensino Superior em Ciências Contábeis, Economia, Direito, Administração ou Gestão Pública.	R$ 2.000,00	1	0	0	**1**	0	**1**
TOTAL GERAL			**54**	**0**	**7**	**61**	**50**	**111**

Obs¹.: A aprovação e classificação do candidato em cadastro de reserva não geram direito automático à nomeação, constituindo mera expectativa de direito, observadas as hipóteses reconhecidas pela legislação e pela jurisprudência. Eventual convocação e nomeação ocorrerão de acordo com a existência de vagas, a necessidade e conveniência da Administração Pública, a disponibilidade orçamentária e financeira e a ordem de classificação dos candidatos, durante o prazo de validade do concurso público.

Obs².: Como Requisito para o cargo de Técnico em Controle Interno

Cursos Profissionalizantes:

Para o cargo de Técnico de Controle Interno, serão aceitos, como formação profissionalizante correlata, certificados de cursos de qualificação, capacitação ou aperfeiçoamento profissional nas áreas de Controle Interno na Administração Pública, Auditoria Governamental, Auditoria Interna, Controladoria Pública, Administração Pública, Gestão Pública, Contabilidade Pública, Contabilidade Governamental, Finanças Públicas, Orçamento Público, Licitações e Contratos Administrativos, Fiscalização e Gestão de Contratos Administrativos, Gestão de Riscos e Controles Internos,

Compliance e Integridade na Administração Pública, Prestação de Contas Públicas, Transparência e Acesso à Informação, Gestão Financeira e Orçamentária Pública, bem como outros cursos cuja ementa apresente conteúdo diretamente relacionado às atribuições do cargo de Técnico de Controle Interno. Os cursos previstos deverão possuir carga horária mínima de 40 (quarenta) horas e certificado emitido por instituição de ensino, órgão público, escola de governo ou instituição regularmente constituída, contendo, no mínimo, a identificação do participante, a denominação do curso, a carga horária e o período de realização.

Curso Técnico:

Para o cargo de Técnico em Controle Interno, será exigida a conclusão de Curso Técnico de Nível Médio, reconhecido pelo órgão competente do sistema de ensino, em uma das seguintes áreas: Técnico em Contabilidade, Técnico em Administração, Técnico em Serviços Públicos, Técnico em Finanças, Técnico em Administração Pública, quando ofertado como habilitação técnica de nível médio reconhecida pelo sistema de ensino, ou outro Curso Técnico de Nível Médio cuja formação e conteúdo curricular sejam diretamente relacionados às atribuições do cargo de Técnico em Controle Interno, mediante comprovação da habilitação profissional e análise de compatibilidade pela Comissão Organizadora do Concurso.
Para fins deste edital, serão considerados cursos técnicos de nível médio aqueles regularmente reconhecidos pelo órgão competente do sistema de ensino, observada a legislação educacional vigente e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT, quando aplicável. A comprovação da formação técnica deverá ser realizada mediante apresentação de diploma ou certificado de conclusão de Curso Técnico de Nível Médio, acompanhado, quando exigível, do respectivo histórico escolar e demais documentos necessários à comprovação da habilitação. Não serão considerados equivalentes ao Curso Técnico de Nível Médio os cursos livres, cursos de capacitação, aperfeiçoamento, extensão ou profissionalizantes que não confiram habilitação técnica de nível médio. Por fim, a aceitação de curso técnico não expressamente relacionado nas hipóteses anteriores dependerá da comprovação de que sua matriz curricular possui conteúdo substancialmente compatível com as atribuições do cargo, não sendo suficiente a mera semelhança da denominação do curso.

ÁREA/MICROÁREA ESPECÍFICA PARA OS CARGOS DE ACS:

Nº	Cargo / Área de Atuação	Vagas
1	ACS – Centro	Cadastro de Reserva
2	ACS – Alto Monte Hermínio	Cadastro de Reserva
3	ACS – Cidade Alta 1	Cadastro de Reserva
4	ACS – Cidade Alta 2	Cadastro de Reserva
5	ACS – Mazapas 1	01 + CR
6	ACS – Mazapas 2	Cadastro de Reserva
7	ACS – Lago Azul	01 + CR
8	ACS – Pium	Cadastro de Reserva
9	ACS – Hortigranjeira	Cadastro de Reserva
10	ACS – Pirangi do Sul	Cadastro de Reserva
11	ACS – Tabatinga	01 + CR
12	ACS – Campo de Santana	01 + CR
13	ACS – Tororomba	Cadastro de Reserva
14	ACS – Porto	01 + CR
TOTAL GERAL DE VAGAS IMEDIATAS		**5**

TOTAL GERAL DE VAGAS IMEDIATAS	**5**

Obs.: Regiões abrangidas pelas localidades definidas no quadro anterior para os cargos de Agente Comunitário de Saúde:
(1) Região Centro – contempla as áreas Maria Mércia, Jessé Freire, Cidade Jardim e Estação;
(2) Região Alto Monte Hermínio – contempla a área Boa Água;
(3) Região Cidade Alta 1 – contempla as áreas Cidade Alta, Primeiro Conjunto da Caixa e Carnaubinha;
(4) Região Cidade Alta 2 – contempla as áreas Segundo e Terceiro Conjunto da Caixa;
(5) Região Mazapas 1 – contempla as áreas Mazapas e Primavera;
(6) Região Mazapas 2 – contempla as áreas Caminho do Bonfim, Km 38, Brisa do Bonfim e Lagoa do Bonfim;
(7) Região Lago Azul – contempla as áreas Forró do Pote e Tijuca;
(8) Região Hortigranjeira – contempla a área Alcaçuz;
(9) Região Pirangi do Sul – contempla a área Búzios;
(10) Região Tabatinga – contempla as áreas Camurupim e Barreta;
(11) Região Tororomba – contempla a área Morrinhos;
(12) Região Porto – contempla as áreas Timbó, Currais, Golandi e Genipapeiro.

ATRIBUIÇÕES

Ensino Médio/Técnico:
Operador de Motoniveladora:
Operar máquinas motoniveladora; executar serviços de terraplanagem e manutenção de vias; zelar pela conservação do equipamento; realizar inspeções básicas; cumprir normas de segurança, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.
Técnico Administrativo (CREAS)
Executar atividades administrativas; organizar documentos; prestar apoio à equipe técnica; controlar agendas e atendimentos; elaborar relatórios administrativos, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.
Técnico Administrativo (CRAS)
Executar rotinas administrativas; organizar cadastros e prontuários; apoiar o atendimento ao público; elaborar relatórios; prestar suporte à equipe técnica, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.
Agente Comunitário de Saúde
Desenvolver atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde mediante visitas domiciliares; identificar situações de risco, monitorar a vacinação, o acompanhamento de gestantes e doentes crônicos; orientar as famílias quanto ao uso dos serviços de saúde; desempenhar tarefas correlatas e afins por determinação de superior hierárquico.
Agente de Combate a Endemias
Realizar atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e vetores de endemias (dengue, febre amarela, chagas, etc.); inspecionar terrenos e residências para eliminação de focos; aplicar larvicidas e inseticidas; orientar a população sobre o controle de pragas; desempenhar tarefas correlatas e afins por determinação de superior hierárquico.

Fiscal de Vigilância Sanitária

Fiscalizar estabelecimentos comerciais de alimentos, medicamentos, cosméticos e serviços de saúde quanto às condições de higiene e conformidade com as normas sanitárias vigentes; coletar amostras de produtos para análise laboratorial; lavrar termos de intimação, interdição e autos de infração sanitária; desempenhar tarefas correlatas e afins por determinação de superior hierárquico. Observação: atribuições fixadas, mas ato de criação do cargo não localizado nos documentos apresentados.

Auxiliar de Serviços Gerais (Câmara Municipal)

Abrir e fechar as instalações do prédio-sede e de seus anexos da Câmara Municipal; percorrer as dependências internas ao chegar e ao sair, abrindo e fechando janelas e portas, ligando e desligando pontos de iluminação, ventiladores, condicionadores de ar e demais aparelhos eletroeletrônicos; efetuar rondas de inspeção pelo prédio e imediações, examinando portas, janelas e portões, atentando para anormalidades e adotando providências para evitar furtos, roubos e incêndios; manter o prédio-sede e anexos em perfeitas condições de higiene, interna e externamente; realizar todo e qualquer serviço de limpeza em geral, inclusive no plenário, gabinetes dos vereadores e salas de reunião, seguindo normas de segurança, higiene e proteção ao meio ambiente; realizar a limpeza de jardins, pátios, calçadas, muros, esquadrias, móveis, equipamentos eletroeletrônicos e hidráulicos, utensílios de copa e cozinha, pisos e vasos sanitários; lavar panos e toalhas e realizar demais serviços de lavanderia; manter a reposição de papel, sabonete e materiais descartáveis; realizar transporte de móveis e objetos, carga e descarga de materiais; auxiliar na conferência de recebimento e entrega de material; acondicionar gêneros alimentícios evitando contaminação ou deterioração; zelar pelo material, utensílios e equipamentos sob sua guarda; operar fogões e demais aparelhos de preparação, aquecimento e refrigeração de alimentos; comunicar ao Presidente da Câmara ou à Diretoria Administrativa a necessidade de reposição de materiais ou reparos nas dependências; comparecer às sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, sempre que solicitado; preparar e servir chá, café, água, suco e lanche aos vereadores, servidores e visitantes durante sessões e reuniões; prover cada mesa de vereador com água e café antes de cada sessão; recolher o lixo e detritos de todas as dependências, separando e acondicionando de forma seletiva para coleta; executar outras atribuições correlatas e compatíveis com a natureza da função, sempre que solicitado pelo Presidente da Câmara ou pela Diretoria Administrativa.

Técnico Administrativo (Câmara)

Executar ou auxiliar os serviços de natureza administrativa e burocrática inerentes ao funcionamento do prédio-sede e de seus anexos, da Câmara Municipal, incluídas as áreas de recursos humanos, finanças, logística e de administração em geral; executar, sob determinação superior, os trâmites necessários para licitações, observando a legislação correlata; auxiliar os serviços de compras, contratos, controle patrimonial, controle interno, recursos humanos, contabilidade, orçamento público e finanças; realizar pesquisas de preços e cotações de bens e serviços, além de contatar fornecedores e prestadores de serviços e terceiros; registrar a tramitação de papéis e documentos, prestando informações e orientações necessárias à eficaz solução das demandas sob sua responsabilidade; redigir textos, documentos, ofícios e outros expedientes da Câmara Municipal, observando as técnicas de redação oficial; analisar e corrigir documentos elaborados internamente e dar suporte nas respectivas questões a todas as diretorias da Câmara Municipal; recepcionar correspondências oficiais, petições, requerimentos, ofícios, convites e outros documentos, dando os encaminhamentos necessários; recepcionar e encaminhar a documentação expedida pelas diversas unidades administrativas à Mesa Diretora ou à Presidência; colher assinaturas, preencher formulários, encaminhar documentos e fazer o intercâmbio de documentação entre as unidades administrativas; proceder à postagem e busca de correspondências junto aos Correios; proceder à distribuição de correspondências, jornais, revistas e demais informativos nos gabinetes dos vereadores; auxiliar a organização do cerimonial e a recepção de autoridades e visitantes; executar e coordenar atividades, projetos e programas da Câmara Municipal; realizar atendimento ao público, controlando o fluxo de pessoas e a entrada e saída de visitantes e bens; realizar atendimentos telefônicos; agendar reuniões e visitas; redigir ofícios, correspondências, pareceres e textos legais a pedido da Presidência, Mesa Diretora, diretorias e Procuradoria; realizar serviços de recepção, entrega e controle de materiais de consumo e permanentes; digitar textos, elaborar planilhas, demonstrativos, relatórios e controles internos; auxiliar a criação e divulgação de atos e publicidade legal e institucional, inclusive no sítio eletrônico da Câmara, em atendimento à Lei de Acesso à Informação; encaminhar publicações legais aos órgãos oficiais de imprensa; solicitar, conferir e organizar a documentação funcional dos servidores e vereadores, da admissão ao desligamento; controlar concessão de férias, licenças, afastamentos e demais direitos dos servidores; efetuar o controle de registro de ponto; preparar atos de nomeação, posse, exoneração, licenças e demais atos funcionais para publicação; lavrar certidões funcionais; auxiliar a elaboração da folha de pagamento; zelar pela manutenção e conservação do patrimônio; comunicar irregularidades ao superior imediato; dar suporte geral à Mesa Diretora e aos vereadores; compor Comissão Permanente de Licitação (CPL); executar outras atribuições correlatas e compatíveis com a natureza da função, sempre que solicitado pelo Presidente da Câmara ou pela Diretoria Administrativa.

Técnico de Turismo

Apoiar a execução de roteiros, eventos e projetos de fomento ao turismo do município; realizar o cadastramento e inventário de prestadores de serviços turísticos locais e atrativos naturais/históricos; prestar informações e orientar turistas; desempenhar tarefas correlatas e afins por determinação de superior hierárquico.

Técnico Agrícola

Prestar assistência técnica a produtores rurais; orientar técnicas de cultivo; acompanhar produção agrícola; elaborar relatórios; apoiar programas de desenvolvimento rural, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Técnico em Pesca e Aquicultura

Prestar assistência técnica a pescadores e aquicultores; orientar manejo sustentável; acompanhar produção; elaborar relatórios técnicos; apoiar políticas públicas do setor, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão. Observação: o requisito admite tanto formação técnica de nível médio quanto de nível superior na mesma área — cargo classificado nesta seção por corresponder, em regra, a habilitação técnica.

Eletricista

Instalar, manter e reparar a fiação e sistemas elétricos de prédios públicos e da rede de iluminação pública; substituir lâmpadas, reatores, disjuntores e componentes elétricos danificados; zelar pela segurança das instalações; desempenhar tarefas correlatas e afins por determinação de superior hierárquico.

Técnico em Refrigeração

Instalar, operar e manter sistemas de refrigeração e climatização; realizar manutenção preventiva e corretiva; emitir relatórios técnicos; zelar pelo funcionamento de equipamentos públicos, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Orientador Social (Nível Médio) (CREAS)

Executar atividades socioeducativas; acompanhar usuários; promover inclusão social; apoiar ações da equipe técnica; registrar e relatar atividades, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Técnico em Controle Interno

I – exercer atividades em grau de auxílio e execução qualificada de tarefas relacionadas com as atividades meio do controle interno e outras atribuições compatíveis com sua especialização; II – prestar assessoramento aos superiores hierárquicos, realizando estudos gerais e específicos, emitindo relatórios e auxiliando nas inspeções e auditorias; III – acompanhar o fornecimento de informações realizados pelos órgãos ao Tribunal de Contas, bem como nos cadastros pertinentes e no Portal da Transparência; IV – acompanhar a regular aplicação da Lei de Acesso à Informação; V – auxiliar na realização de inspeções e auditorias internas para verificar a legalidade e a legitimidade dos atos administrativos; VI – informar aos titulares dos órgãos o resultado de auditorias, inspeções, análises e levantamentos; VII – analisar os relatórios e informações encaminhadas pelos

órgãos sujeitos ao controle interno; VIII – elaborar os relatórios de controle interno; IX – propor e coordenar a criação, atualização e utilização de manuais procedimentais e operacionais de controle interno.

Ensino Superior

Psicomotricista

Planejar, coordenar e executar atividades de estimulação psicomotora; realizar avaliações psicomotoras; elaborar planos de intervenção individual e coletiva; atuar na prevenção de dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento; emitir relatórios técnicos; atuar em equipe multiprofissional, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Neuropedagogo

Realizar avaliação e intervenção neuropedagógica; identificar dificuldades de aprendizagem relacionadas a aspectos neurológicos; elaborar planos de acompanhamento; orientar professores e familiares; emitir pareceres técnicos; atuar de forma integrada com a rede de ensino e saúde, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Terapeuta Ocupacional

Planejar e executar atividades terapêuticas visando à reabilitação física, mental e social; promover autonomia e inclusão; realizar avaliações funcionais; elaborar planos terapêuticos; emitir relatórios técnicos; atuar em equipe interdisciplinar, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Agente de Turismo

Elaborar o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável do município de Nísia Floresta; articular projetos de parceria pública ou privada para a promoção da infraestrutura e atrativos locais; realizar estudos de viabilidade econômica e impacto sociocultural do turismo local; formular campanhas promocionais de Nísia Floresta como polo histórico e de lazer; desempenhar tarefas correlatas e afins por determinação de superior hierárquico.

Fiscal do Turismo

Fiscalizar atividades turísticas e serviços correlatos; verificar cumprimento de normas; orientar prestadores de serviços; lavrar autos e relatórios; apoiar o desenvolvimento do turismo local, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Auditor Fiscal

Constituir, privativamente, o crédito tributário municipal por meio do lançamento dos impostos (ISS, IPTU, ITBI), taxas e contribuições de melhoria; executar auditorias fiscais e contábeis diretas nas pessoas físicas e jurídicas do município; lavrar termos de início de fiscalização, notificações de lançamento, intimações, autos de infração e demais peças fiscais; instruir e emitir pareceres em processos tributários administrativos; monitorar e fiscalizar tributos partilhados de competência do Estado e da União que dependam de esforços do município; desempenhar tarefas correlatas e afins por determinação de superior hierárquico.

Médico Veterinário

Atuar na vigilância sanitária e epidemiológica; fiscalizar produtos de origem animal; controlar zoonoses; realizar inspeções; elaborar laudos técnicos; promover ações de saúde pública; desenvolver programas de proteção animal, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Educador Físico

Planejar e executar atividades físicas e esportivas; promover programas de saúde e qualidade de vida; orientar práticas corporais; atuar em projetos sociais; elaborar relatórios e avaliações físicas, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Fiscal Ambiental

Fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental do município, combatendo desmatamentos, poluição de rios e solo, e descarte irregular de resíduos; inspecionar empreendimentos potencialmente poluidores; lavrar termos de notificação, advertência, autos de infração ambiental e embargos; desempenhar tarefas correlatas e afins por determinação de superior hierárquico.

Fiscal Urbanístico

Fiscalizar a execução de construções, reformas e demolições particulares e públicas no território municipal; verificar a conformidade das obras com o alvará de licenciamento e com o Código de Obras do município; lavrar autos de infração, termos de embargo ou interdição; emitir relatórios de vistoria para habite-se; desempenhar tarefas correlatas e afins por determinação de superior hierárquico.

Gestor Ambiental

Planejar e executar políticas ambientais; promover ações de preservação e sustentabilidade; elaborar estudos e relatórios técnicos; fiscalizar atividades potencialmente poluidoras; atuar em educação ambiental, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Assistente Social (CREAS)

Realizar atendimento socioassistencial especializado; elaborar estudos e relatórios sociais; acompanhar famílias e indivíduos em situação de risco; articular a rede de proteção; executar políticas públicas de assistência social, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Psicólogo (CREAS)

Realizar atendimentos psicológicos especializados; elaborar laudos e pareceres; acompanhar casos de violação de direitos; atuar em equipe interdisciplinar; desenvolver ações de apoio psicossocial, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Advogado (CREAS)

Prestar orientação jurídica ao CREAS e aos cidadãos assistidos; atuar na defesa de direitos; elaborar peças jurídicas; acompanhar processos administrativos e judiciais; articular com órgãos do sistema de justiça, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Assistente Social (CRAS)

Executar serviços de proteção social básica; realizar visitas domiciliares; cadastrar e acompanhar famílias; articular programas sociais; elaborar relatórios sociais, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Psicólogo (CRAS)

Realizar atendimento psicossocial preventivo; desenvolver atividades coletivas; fortalecer vínculos familiares; atuar em equipe interdisciplinar; elaborar relatórios, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Auditor de Controle Interno

Auxiliar o Controlador Chefe no exercício das suas atribuições, além de outras a serem regulamentadas mediante Decreto Municipal.

Estatístico

Coletar, analisar e interpretar dados estatísticos; elaborar relatórios técnicos; subsidiar o planejamento e a tomada de decisões; desenvolver indicadores; realizar estudos e projeções; organizar bancos de dados, sem prejuízo de outras atividades inerentes à profissão.

Controlador Interno (Câmara)

Apoiar as unidades executoras vinculadas às secretarias, diretorias, departamentos e aos demais órgãos municipais na normatização, sistematização e padronização de seus procedimentos e rotinas operacionais, especialmente quanto à identificação e à avaliação dos pontos de controle; verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, observado o disposto no art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal; exercer o controle das operações de crédito, garantias, direitos e haveres da Câmara Municipal; verificar a adoção de providências para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; organizar e definir o planejamento e os procedimentos para a realização de auditorias internas nas contas, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; apoiar os serviços de fiscalização externa, fornecendo, inclusive, os relatórios de auditoria interna produzidos; organizar e executar, por iniciativa própria, por

determinação do Coordenador-Geral de Controle Interno, do Presidente da Câmara Municipal ou do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN, programação semestral de auditoria contábil-financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, encaminhando ao TCE/RN os respectivos relatórios, na forma estabelecida em resolução daquela Corte de Contas; e alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure Tomada de Contas Especial sempre que tiver conhecimento de ocorrências que justifiquem essa providência.

ANEXO II
DO FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE VAGA PARA PESSOA CANDIDATA COM DEFICIÊNCIA

Atesto, para fins de participação no Concurso Público de Provas para provimento do cargo de_____, Edital nº 01/2026, do Concurso Público para PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, vem requerer vaga reservada como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, que o(a) Senhor(a)_____é pessoa com deficiência (espécie) _____, CID_____, com grau/nível de deficiência (leve, moderado ou alto)_____ , tendo como provável causa da deficiência (descrever/apresentar aprovável causa da deficiência):

_____
Adiciono ainda outras informações:
1) Pessoa candidata faz uso de próteses, órteses ou adaptações? ( ) Sim ( ) Não
Se Sim, em qual(is) membro(s)/parte(s) do corpo?

_____
2) Se pessoa candidata com deficiência mental, especificar as páreas de limitação associadas e habilidades adaptativas:

_____
3) Se pessoa candidata com deficiência múltipla, especificar a associação de suas ou mais deficiências:

_____
Dados especiais para aplicação das PROVAS (marcar com X no parêntese abaixo, caso necessite de Prova Especial ou não). Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário.
( ) NÃO NECESSITA de PROVA ESPECIAL e/ou de TRATAMENTO ESPECIAL.
( ) NECESSITA de PROVA e/ou de CUIDADO ESPECIAL.
Especificar:

_____

Assinatura e carimbo com nome e número do CRM do médico especialista na área de deficiência da pessoa candidata.

Ao assinar este requerimento, a pessoa candidata declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não-homologação de sua situação, por ocasião da realização da Avaliação Biopsicossocial.

Local e data Assinatura da pessoa candidata
Observações:
* No caso de deficiência auditiva, anexar exame de audiometria recente.
* No caso de deficiência visual, anexar exame de acuidade em AO (ambos os olhos), com especificação da patologia e do campo visual.

ANEXO III
DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

CONHECIMENTO BÁSICO: ENSINO SUPERIOR:

LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura, compreensão e interpretação de textos. Estruturação do texto e dos parágrafos. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. Significação contextual de palavras e expressões. Equivalência e transformação de estruturas. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Emprego de tempos e modos verbais. Pontuação. Estrutura e formação de palavras. Funções das classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ortografia oficial. Acentuação gráfica.
INFORMÁTICA: Fundamentos de sistemas computacionais: Hardware, software e formatos de arquivo. Formatos abertos e proprietários. Armazenamento local, remoto e em nuvem. Sincronização, compartilhamento e controle de versões. Sistemas operacionais em ambiente corporativo (Windows 11 e Linux Ubuntu). Pacote Office (Microsoft Word, Excel, PowerPoint). Pacote LibreOffice (LibreOffice Writer, Calc, Impress). Integração entre aplicativos de produtividade (Microsoft Office e LibreOffice). Internet, intranet e pesquisa de informações (Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox): Conceitos de internet, intranet, extranet e protocolos básicos. Conexões seguras (HTTPS) e certificados digitais. Mecanismos de busca e estratégias/operadores de pesquisa. Avaliação de autoria, autenticidade e confiabilidade de fontes. Reconhecimento de desinformação e conteúdos manipulados. Correio eletrônico corporativo (Microsoft Outlook, Mozilla Thunderbird e Gmail): Funcionamento, protocolos (SMTP, POP3 e IMAP) e clientes/webmail. Listas de distribuição, regras e organização de mensagens. Calendários, convites e agendamento de reuniões. Arquivamento, retenção e rastreabilidade de comunicações institucionais. Phishing e suas variações, falsificação de remetente e cuidados com dados sigilosos. Computação em nuvem e trabalho colaborativo (Microsoft 365/OneDrive, Google Workspace/Google Drive, Microsoft Teams, Google Meet e Zoom): Armazenamento, sincronização e compartilhamento por usuários, grupos e links. Permissões, coautoria e histórico de versões. Propriedade, transferência e revogação de acesso. Riscos de links públicos e permissões excessivas. Continuidade de acesso e proteção de documentos institucionais. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n° 13.709/2018). Dado, informação, conhecimento e componentes de sistemas. Conceitos básicos de banco de dados e qualidade dos dados. Autenticação, autorização e auditoria (accounting). Segregação de funções e princípio do menor privilégio. Trilhas de auditoria, rastreabilidade e disponibilidade dos serviços. Sistemas aplicados à Administração Pública. Governo digital: Conceitos e prestação de serviços públicos digitais. Identificação e autenticação digital do usuário (por exemplo, gov.br). Integração e compartilhamento de dados entre órgãos públicos. Dados abertos e transparência ativa/passiva. Acessibilidade e segurança na prestação de serviços digitais. Gestão de documentos digitais.
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO: Estruturas lógicas: proposições simples e compostas. Conectivos lógicos: conjunção, disjunção, condicional e bicondicional. Tabelas-verdade. Equivalências lógicas. Negação de proposições. Argumentação lógica: validade de argumentos. Sequências e padrões: sequências numéricas e identificação de padrões. Relações de ordem e equivalência. Problemas com conjuntos. Análise combinatória. Raciocínio lógico quantitativo: porcentagem, razão e proporção, regra de três simples e resolução de problemas aritméticos. Interpretação de gráficos e tabelas. Resolução de problemas envolvendo lógica do cotidiano.

CONHECIMENTO BÁSICO ENSINO MÉDIO/TÉCNICO:

LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e interpretação textual. Estruturação do texto e dos parágrafos. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos e operadores sequenciais. Significação contextual de palavras e expressões. Equivalência e transformação de estruturas. Linguagem verbal e não verbal: ícone, índice e símbolo. Modalizadores discursivos; Sintaxe e construção frasal. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Emprego de tempos e modos verbais. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Sintaxe do período simples e composto; Morfologia e estrutura das palavras Estrutura e formação de palavras. Funções das classes de palavras. Flexão nominal e verbal; Norma-padrão da língua portuguesa. Ortografia oficial. Acentuação gráfica.
INFORMÁTICA: Fundamentos de informática: Hardware e software; software livre e software proprietário. Componentes do computador e dispositivos de entrada, saída e armazenamento. Sistemas operacionais e programas aplicativos. Tipos e extensões de arquivos. Unidades de medida da informação; Sistemas operacionais (Windows 11 e Linux Ubuntu): Área de trabalho, janelas, menus e barra de tarefas. Gerenciamento de arquivos e pastas: criação, cópia, movimentação, renomeação, exclusão e pesquisa. Área de transferência, atalhos de teclado, lixeira e recuperação de arquivos. Contas de usuário, configurações básicas e instalação/remoção de aplicativos. Impressão e recursos de acessibilidade. Editores de texto (Microsoft Word e LibreOffice Writer) Criação e edição de documentos: formatação de fontes e parágrafos. Configuração de página, cabeçalhos, rodapés, bordas e tabelas. Inserção de imagens, formas e símbolos; estilos e temas. Localização/substituição de conteúdo e verificação ortográfica. Impressão, exportação (inclusive PDF) e compartilhamento básico. Planilhas eletrônicas (Microsoft Excel e LibreOffice Calc): Pastas de trabalho, planilhas, células e tipos de dados. Fórmulas, operadores e referências relativas/absolutas. Funções básicas (soma, média, mínimo, máximo, contagem e condicional simples). Classificação, filtragem, formatação condicional e gráficos básicos. Configuração de página e impressão. Programas de apresentação (Microsoft PowerPoint e LibreOffice Impress) Criação, layouts e temas de slides. Inserção de textos, imagens, tabelas e gráficos. Transições e animações. Modos de exibição e modo apresentador. Impressão e exportação de apresentações. Internet e navegadores (Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox) Conceitos de internet, intranet e World Wide Web. Guias, favoritos, histórico e downloads. Cache, cookies e navegação privativa. Mecanismos e estratégias de busca. Avaliação de fontes e reconhecimento de conexões seguras (HTTPS). Correio eletrônico (Microsoft Outlook, Mozilla Thunderbird e webmails como Gmail): Funcionamento básico e estrutura de uma mensagem. Envio, resposta e encaminhamento; campos destinatário, CC e CCO. Anexos, contatos e organização em pastas. Caixa de entrada, spam e boas práticas de comunicação. Identificação de mensagens fraudulentas e cuidados com links e anexos. Comunicação, colaboração e armazenamento em nuvem (Microsoft OneDrive, Google Drive, Microsoft Teams, Google Meet e Zoom): Conceitos de computação em nuvem. Armazenamento, sincronização e compartilhamento de arquivos. Permissões básicas e edição colaborativa. Ferramentas de videoconferência. Calendários eletrônicos e cuidados no compartilhamento institucional. Segurança da informação: Princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade. Autenticação, autorização e auditoria; autenticação em múltiplos fatores. Senhas seguras, bloqueio de tela e cópias de segurança. Malwares (vírus, worms, trojans, spyware e ransomware). Phishing e suas variações (spear phishing, vishing e smishing) e engenharia social. Proteção de informações e dados pessoais. Dado pessoal e dado pessoal sensível. Cuidados com coleta, armazenamento e compartilhamento de dados. Proteção de documentos físicos e digitais. Descarte seguro de documentos e arquivos. Responsabilidade do usuário no tratamento de informações institucionais.
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO: Raciocínio lógico numérico: Resolução de problemas envolvendo números reais; Raciocínio Lógico: Proposições. Conectivos. Negação. Tabela verdade. Equivalência e implicação lógica. Diagramas Lógicos; Calendários. Numeração. Razões especiais. Grandezas diretamente e inversamente proporcionais. Divisão Proporcional. Porcentagem. Conjuntos. Múltiplos e divisores. Regras de divisibilidade. MDC e MMC. Sequências e padrões (com números, figuras, letras ou palavras). Progressões aritméticas e geométricas. Equações e sistemas do 1º e 2º graus. Problemas de contagem: Princípio Aditivo e Princípio Multiplicativo. Arranjos. Combinações. Permutações. Noções de probabilidade: Probabilidade da união de dois eventos. Probabilidade condicional. Probabilidade de eventos independentes. Média aritmética simples e ponderada. Perímetro e área de figuras planas. Sistemas Legal de Medidas: medidas de comprimento, área, volume, massa, capacidade e tempo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: NÍVEL SUPERIOR
ADVOGADO: Direito constitucional: Conceito e tipos de Constituição. Teoria da Constituição. Poder Constituinte: modalidades. Interpretação e integração da Constituição. Princípios específicos de interpretação constitucional. Tipologia e eficácia das normas constitucionais. Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limites ao poder de reforma: materiais, circunstanciais e temporais. O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. República. Presidencialismo e Parlamentarismo. O princípio da supremacia da Constituição. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições constitucionais gerais e transitórias Teoria dos direitos fundamentais. Natureza, aplicação, conflitos entre direitos fundamentais. Aplicação de tratados internacionais em matéria de direitos humanos. Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Liberdade, igualdade, devido processo legal, inviolabilidade do domicílio, sigilo das comunicações, propriedade e sua função social, direitos constitucionais dos presos e outros. Ações constitucionais. Habeas corpus. Mandados de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. Habeas data. Direitos políticos. Direitos sociais e difusos. Conflitos envolvendo a judicialização de políticas públicas. Ordem social. Princípios. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Organização político-administrativa do Estado brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas e legislativas. Autonomia dos entes federativos. Intervenção federal e estadual. Mecanismos federativos de integração e de cooperação: regiões, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Os Estados membros da Federação. Competências exclusivas, comuns e concorrentes. O Município na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Princípios de organização e competências municipais. Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Invasões de competência. Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito: objeto, poderes e limites. Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e Publicação. Espécies legislativas: emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Medidas Provisórias. Processo legislativo. Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Governador do Estado. Prefeito Municipal. Mandato. Atribuições. Responsabilidade. Foro competente. Secretários municipais. Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício.
AGENTE DE TURISMO: Turismo: conceitos gerais, terminologia, prática, relevância, síntese histórica e evolução do Turismo. Planejamento e Gestão do Turismo: fundamentos de planejamento turístico; desenvolvimento sustentável e gestão de destinos; estruturação de roteiros turísticos – elaboração, organização e avaliação; planejamento e gestão de eventos turísticos; turismo e desenvolvimento regional – impacto econômico, social e cultural. Políticas Públicas de Turismo: políticas nacionais e internacionais de turismo; programas de incentivo ao turismo e fomento ao setor; estruturas e competências do Sistema Nacional de Turismo; marco regulatório do turismo no Brasil. Marketing Turístico: conceitos e estratégias de marketing aplicados ao turismo; identificação de nichos de mercado e segmentação turística; promoção e divulgação de destinos turísticos; gestão da imagem e marca de destinos. Pesquisa de Mercado e Demanda Turística: técnicas de pesquisa em turismo; análise da demanda turística – perfil dos turistas, tendências e comportamentos; estudo de viabilidade técnica e econômica de produtos e serviços turísticos. Patrimônio Cultural e Natural: conceitos de patrimônio cultural e natural; reconhecimento e preservação; turismo de experiência e práticas de turismo sustentável. Produtos e Serviços Turísticos: desenvolvimento de produtos turísticos; identificação e análise de atrativos turísticos; gestão e operação de serviços turísticos. Turismo Sustentável e Ecoturismo: princípios de turismo sustentável; gestão de áreas protegidas; planejamento de ações de ecoturismo. Gestão de

Eventos e Festivais: planejamento e organização de eventos turísticos e culturais; captação e promoção de eventos; gestão de infraestrutura e logística. Atendimento e Hospitalidade no Turismo: princípios de hospitalidade; técnicas de comunicação e atendimento ao turista; atendimento a turistas com necessidades especiais. Geografia do Turismo: organização espacial e impactos territoriais; cartografia turística; destinos turísticos nacionais e internacionais. Tecnologias e Informação Turística: sistemas de informações turísticas; ferramentas digitais e plataformas de comunicação. Código de Ética Profissional. Políticas públicas de cultura, turismo, lazer e eventos; planejamento, organização, execução e avaliação de eventos culturais e turísticos; patrimônio cultural material e imaterial; educação patrimonial; acessibilidade, inclusão e atendimento ao público; promoção, divulgação institucional e marketing de destinos e atividades culturais; economia criativa; sustentabilidade, preservação ambiental e valorização da cultura local; noções de legislação aplicada a eventos, uso de espaços públicos, segurança, autorização e responsabilidade dos organizadores.

ASSISTENTE SOCIAL: Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Projeto ético-político do Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei nº 8.662/1993. Instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Elaboração de estudos, laudos, pareceres e relatórios sociais. Entrevista, visita domiciliar e abordagem familiar. Planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. Trabalho interdisciplinar e intersetorial. Seguridade Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Benefício de Prestação Continuada (BPC). Vigilância socioassistencial. Proteção Social Básica e Especial. Direitos Humanos. Controle social. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Pessoa Idosa. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Violência doméstica e familiar. Trabalho com grupos e famílias. Atendimento à população em situação de vulnerabilidade social. Políticas públicas de saúde, educação e assistência social. Intervenção profissional nas políticas públicas. Reforma Psiquiátrica e Rede de Atenção Psicossocial. Ética no serviço público. Relações interpessoais no ambiente institucional.

Auditor de Controle Interno: Direito Administrativo: Princípios da Administração Pública. Ato Administrativo: Ato e Fato Administrativo. Classificações dos Atos. Atos vinculados e discricionários. Requisitos de validade ou elementos dos atos administrativos. Mérito do Ato administrativo. Atributos. Espécies. Extinção. Convalidação. Conversão. Organização e Responsabilidade da Administração: Entidades Políticas e Entidades da Administração. Centralização, descentralização e desconcentração. Responsabilidade Civil no âmbito da Administração Pública: Responsabilidade Objetiva. Responsabilidade Subjetiva. Risco Administrativo. Servidores Públicos: Regime Jurídico. Formas de provimento e vacância. Direitos e Vantagens. Deveres, Proibições e Responsabilidades. Processo administrativo: Princípios, Atos Administrativos, Procedimentos Administrativos, Recursos, Procedimentos em espécie. Contratos administrativos e Licitações públicas. O Dever de licitar e as hipóteses de exceções à regra. Princípios da licitação. Tipos, modalidades e espécies licitatórias. O Processo licitatório. Registros cadastrais. Registro de preços. Participação de microempresas e de empresas de pequeno porte. Controle da Administração. Controle interno e externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Legislação: Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992 com as alterações redação dada pela Lei Federal nº 14.230/2021): atos de improbidade, Sanções, Procedimento Administrativo e Judicial. Licitações e Contratos Administrativos: Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos). Princípios, definições, modalidades de licitação, fase preparatória (Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência), matriz de riscos, contratação direta (Inexigibilidade e Dispensa), Sistema de Registro de Preços, gestão e fiscalização de contratos, aditivos e rescisão contratual. Regime de Concessão e Permissão de Serviços Públicos (Lei Federal nº 8.987/1995). Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011). Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013 regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.129/2022): responsabilização administrativa e civil, Programas de Integridade (Compliance). Regime das Parcerias com Organizações da Sociedade Civil (Lei Federal nº 13.019/2014). Direito Constitucional: Constituição Federal: Municípios. Remuneração de Agentes Políticos (art. 29 a 31). Administração Pública (art. 37 a 43). Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (art. 70 a 75). Finanças Públicas (art. 163 a 169). Saúde (art. 196 a 200). Previdência Social (art. 201 e 202). Educação (art. 205 a 214 e art. 60 do ADCT). Controle de Constitucionalidade. Conceito, Requisitos e Espécies de Controle de Constitucionalidade. Controle Difuso. Súmula Vinculante. Repercussão Geral. Controle Concentrado. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de injunção. Mandado de segurança. Ações Constitucionais. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Organização do estado e do poder. Federação. Municípios. Competência dos Municípios. Repartição das Competências. Intervenção. Função fiscalizatória exercida pelo Tribunal de Contas. Poderes dos Tribunais de Contas. Atribuições dos Tribunais de Contas. Tribunais de Contas Estaduais. Normas práticas usuais de auditoria: conceito. Auditoria interna e externa, Normas do profissional de auditoria, planejamento de auditoria, Primeira Auditoria, Plano de Auditoria, Programa de Auditoria. Materialidade e riscos de auditoria, papéis de trabalho, Procedimentos de Auditoria, Documentação de Auditoria, Técnicas e procedimentos de auditoria, Relatório de Auditoria, Evento subsequente e responsabilidades da administração, Governança Corporativa, COSO – Comitê das Organizações patrocinadoras. Tomada e prestação de contas. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 atualizada pelas alterações do Novo Arcabouço Fiscal - Lei Complementar nº 200/2023): planejamento, transparência, despesa com pessoal e restos a pagar. Controle interno e externo: Constituição Federal de 1988 – art. 70 a 74. Controles Públicos: Conceito, Controle governamental, Controle Externo. Controle entre poderes, controle de contas e controle social. Administração Geral e Pública: O administrador e as Instituições, Teoria das organizações e Abordagem comportamental. Liderança e cultura organizacional. Gestão do conhecimento, Globalização de Qualidade total. Estado, Sociedade e Governo. Administração direta e indireta. Princípios constitucionais da Administração Pública. Entidades do Terceiro Setor e Agências executivas. Administração Financeira e Orçamentária: Custo de capital, Custo de oportunidade, Taxa interna de retorno e taxa mínima de atratividade, Relação entre taxa real, aparente e inflação. Princípios orçamentários. Processo de planejamento e de orçamento: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual, Receita e despesa pública orçamentária e extraorçamentárias. Restos a Pagar e Dívida Pública. Regra de Ouro e Limites de despesas trazidos pela LRE. Contabilidade Geral: Lei 6.404/76 e alterações posteriores (Lei 11.638/07 e 11.941/09). Convergência da Contabilidade Brasileira ao Padrão 34 Internacional. Conceito, finalidade e campo de aplicação. Equação patrimonial. Lançamentos usuais da contabilidade geral. Contas patrimoniais e de resultado. Livros Obrigatórios: Diário e Razão. Contas retificadoras. Estruturas de Controle Interno e Governança: COSO ICIF (Internal Control - Integrated Framework), COSO ERM (Enterprise Risk Management) e Novas Normas Globais de Auditoria Interna do IIA (Estrutura Internacional de Práticas Profissionais - IPPF). Contabilidade Pública: conceito, campo de atuação, objetivos, sua organização e regimes contábeis adotados. Escrituração na administração pública: conceito e normas. Sistemas contábeis: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Instrumentos de Transparência na Gestão Pública. Lei nº 10.028 de 19/10/2000. Retenção de Tributos e Contribuições. Licitações: Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores; Convênios e Termos de Cooperação. Lei nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

AUDITOR FISCAL: Direito Tributário: conceito e espécies de tributos, compreendendo impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições especiais; Sistema Tributário Nacional, abrangendo princípios gerais, limitações ao poder de tributar, impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; leis, tratados, decretos e instrumentos normativos complementares, normas gerais de direito tributário e matérias reservadas à previsão por lei complementar; imunidade, isenção, prescrição, decadência, preclusão, vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária; obrigação tributária, seus elementos constitutivos e espécies; fato gerador, base de cálculo, alíquota, sujeitos ativos e passivos; responsabilidade tributária; crédito tributário, sua natureza, lançamento, suspensão, extinção, exclusão, efeitos e modalidades; administração tributária, fiscalização, regulamentação, competência, limites e procedimentos; dívida ativa, certidão negativa e cobrança judicial da dívida ativa, nos termos da Lei Federal nº 6.830/1980; Lei Complementar Federal nº 116/2003; e Simples Nacional, conforme a Lei Complementar Federal nº 123/2006; Lei Complementar nº 214/2025; Imposto sobre Bens e Serviços — IBS; Comitê Gestor do IBS; Contribuição sobre Bens e Serviços — CBS; Lei Complementar nº 227/2026; administração e gestão do Imposto sobre Bens e Serviços — IBS, inclusive dispositivos dessas normas que entrem em vigor nos anos seguintes.

CONTROLE INTERNO (CÂMARA MUNICIPAL): Lei Federal n° 4.320/1964 (Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal). Lei Federal n° 5.172/1966 (Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios); Emenda Constitucional n° 132/2023. Lei Complementar n.º 199/2023 (Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias). Lei Complementar n.º 116/2003 (Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal). Lei Federal n.º 13.019/2014 (Lei das Parcerias). Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP) - 12ª Edição. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 14ª Edição. Contabilidade Geral: Princípios da Contabilidade; Estrutura Conceitual da Contabilidade; Patrimônio, conceito, composição patrimonial e situações patrimoniais. Atos e fatos contábeis. Origem e aplicação dos recursos. Contas: Conceito, classificação e funcionamento. Contas patrimoniais e de resultados. Débito, crédito e saldo. Contas de receitas e despesas. Receitas e despesas antecipadas. Contas e Plano de Contas; Fatos e Lançamentos Contábeis; Procedimento de Escrituração Contábil segundo cada Regime, Contábil e Método das Partidas Dobradas; Razonete. Balancete de Verificação. Orçamento Público: conceito geral, ciclo orçamentário, exercício financeiro, princípios, suas divisões e mecanismos, retificadores, Processo Orçamentário, Planejamento, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes, Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Classificação Orçamentária, Sistema e Princípios, Orçamentários. Proposta Orçamentária, Planejamento, Programação e Execução do Orçamento, Controle, Interno e Externo, Exercício Financeiro, Créditos Adicionais, Cumprimento das Metas, Receitas e Despesas, Vinculações Constitucionais. Fundos Especiais. Limites. Créditos adicionais: conceito, classificação, condições gerais de sua ocorrência, indicação e especificação de recursos. Auditoria Governamental: Estrutura e Controle na Administração Pública. Finalidades, Objetivos, Abrangência, Formas e Tipos de Auditoria Governamental, Normas Fundamentais de Auditoria, Plano/Programa, Técnicas, Achados e Evidências de Auditoria, Papéis de Trabalho, Parecer e Relatório de Auditoria. Direito tributário: O Estado e o Poder de tributar. Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. Norma tributária: espécies; vigência e aplicação; interpretação e integração; natureza. Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. Crédito tributário: conceito; natureza; lançamento; revisão, suspensão, extinção e exclusão; prescrição e decadência; repetição do indébito. Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. Garantias e privilégios do crédito tributário. Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Imunidades e isenção. Impostos da União. Impostos dos estados e do Distrito Federal. Impostos dos municípios. Repartição das receitas tributárias. Dívida ativa e certidões negativas. Lei de Execução Fiscal (Lei n.º 6.830/80). Súmulas e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre Direito Tributário.

EDUCADOR FÍSICO: Atividade física, exercício físico, saúde e qualidade de vida. Anatomia, fisiologia do exercício, biomecânica, cinesiologia, motricidade humana, aprendizagem motora e desenvolvimento motor. Avaliação física, testes, medidas e prescrição de exercícios para crianças, adolescentes, adultos, idosos e grupos especiais. Planejamento, organização e desenvolvimento de atividades físicas, recreativas, esportivas e de lazer. Educação física, promoção da saúde, prevenção de doenças e atuação em equipes multiprofissionais de saúde, educação e assistência social. Jogos, esportes, lutas, ginásticas, danças, recreação, cultura corporal e inclusão. Primeiros socorros em atividades físicas e esportivas. Programas de saúde pública, atenção básica e equipes multiprofissionais. Ética e legislação profissional, normas do CONFEF/CREF e responsabilidade técnica.

ESTATÍSTICO: Amostragem, conceitos, técnicas probabilísticas e não probabilísticas, cálculo de tamanho amostral e análise exploratória de dados; organização, apresentação e interpretação de dados em tabelas, gráficos, medidas descritivas, identificação de outliers e propriedades das medidas estatísticas; probabilidade, definições, regras, probabilidade condicional, independência, probabilidade total e fórmula de Bayes; variáveis aleatórias discretas e contínuas, valor esperado, variância, momentos, distribuições de probabilidade, funções de distribuição e densidade, distribuições conjuntas e independência; análise bidimensional, associação entre variáveis quantitativas e qualitativas, diagramas de dispersão, covariância e correlações de Pearson e Spearman; inferência estatística, teorema central do limite, estimação pontual, intervalos de confiança e testes de hipótese para médias, proporções e variâncias; comparação entre populações, análise de variância, regressão linear simples e múltipla, regressão logística, diagnóstico de modelos, seleção de variáveis, construção de indicadores, séries históricas, relatórios, painéis e apoio estatístico à tomada de decisão institucional.

FISCAL DE TURISMO: Política Nacional de Turismo, diretrizes e instrumentos previstos na Lei Federal nº 11.771/2008 e no Decreto Federal nº 7.381/2010; cadastro de prestadores de serviços turísticos (CADASTUR), regulação e fiscalização de meios de hospedagem, agências e guias de turismo disciplinados pela Lei Federal nº 8.623/1993 e Portarias do Ministério do Turismo; poder de polícia administrativa, conceitos, atributos, atos administrativos e o regime jurídico sancionatório fundamentado pela Lei Federal nº 9.784/1999 e pelo Decreto-Lei nº 200/1967; processo administrativo fiscal, ampla defesa, contraditório, lavratura de autos de infração e aplicação de penalidades; Direitos do Consumidor aplicados aos serviços turísticos, responsabilidade civil, vícios na prestação do serviço e proteção contratual segundo a Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor); regulação da vigilância sanitária e normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) sob a Lei Federal nº 6.437/1977; acessibilidade e inclusão nos equipamentos e atrativos turísticos estabelecidas pela Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei Federal nº 10.098/2000, Decreto Federal nº 5.296/2004 e Norma ABNT NBR 9050; sustentabilidade, gestão ambiental e prevenção de danos em áreas de preservação disciplinadas pela Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e Lei Federal nº 6.938/1981 (PNMA); princípios da administração pública, deveres dos servidores e responsabilização por improbidade administrativa regidos pela Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações da Lei Federal nº 14.230/2021; apoio normativo e legal à tomada de decisão institucional e à fiscalização do setor.

FISCAL AMBIENTAL: Legislação Ambiental: Princípios do Direito Ambiental; Constituição Federal (Art. 225 – meio ambiente ecologicamente equilibrado); Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81); Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA); Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) e Decreto nº 6.514/08; Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97); Código Florestal (Lei nº 12.651/12); Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/00); Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06); Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/01); Licenciamento Ambiental – conceitos, etapas e regulamentações (Resoluções CONAMA, especialmente nº 001/86, 237/97); Normas técnicas e legislação municipal e estadual relacionadas à fiscalização ambiental; Instrumentos legais de controle e proteção ambiental: embargo, notificação, auto de infração, apreensão, advertência e outras medidas administrativas; Gestão Ambiental Pública: Conceitos e princípios da gestão ambiental; Atribuições do Técnico em Gestão Ambiental; Planejamento e execução de ações ambientais no contexto municipal; Elaboração e acompanhamento de projetos ambientais; Orçamentos e planos de ação em políticas ambientais; Avaliação e monitoramento de impactos ambientais; Sistemas de gestão ambiental (SGA) – noções básicas; Auditoria ambiental: conceito, tipos e aplicação no setor público; Indicadores e relatórios de desempenho ambiental; Articulação intersetorial e participação social em ações ambientais; Fiscalização e Atividades de Campo: Fiscalização e monitoramento de atividades com potencial poluidor; Procedimentos técnicos de vistoria e diligência; Coleta e análise de amostras de solo, água, ar e outros elementos do meio ambiente; Instrumentação técnica: uso e manutenção de equipamentos, máquinas e implementos ambientais; Levantamentos ambientais, relatórios técnicos e pareceres; Autuação: lavratura de autos de infração, embargo, advertência e apreensão; Processos administrativos ambientais: instauração, tramitação e julgamento; Polícia administrativa ambiental: conceito, fundamentos e aplicabilidade; Atendimento a denúncias, requerimentos e fiscalização de empreendimentos; Educação e Sensibilização Ambiental: Fundamentos da educação ambiental formal e não formal; Campanhas públicas e estratégias de sensibilização; Mobilização comunitária e orientações ao cidadão; Comunicação ambiental e instrumentos de informação pública; Práticas sustentáveis no cotidiano da população; Noções de Geografia e Ecologia: Ecossistemas brasileiros e biomas; Dinâmicas naturais e antrópicas nos ambientes urbanos e rurais; Desequilíbrios ambientais e impactos socioambientais; Recuperação de áreas degradadas; Noções de Saneamento e Saúde Ambiental: Poluição do solo, da água e do ar: causas, efeitos e controle; Resíduos sólidos e líquidos: classificação, manejo e destinação; Saneamento básico e qualidade de vida; Riscos e desastres ambientais.

FISCAL URBANÍSTICO: Planejamento; Canteiro de Obra; Equipamentos de obra civil; Plantas; Locação da obra; Estrutura; Fundações; Alvenaria; Revestimentos; Pintura; Esquadrias; Cobertura; Instalações Elétricas; Instalações de água; Instalações de esgoto; Galeria de águas pluviais; Finalidade da Fiscalização; Recebimento definitivo de obra; Lei Federal n° 6766/79 e suas alterações. Noções sobre Administração Pública: Princípio da legalidade, publicidade, moralidade, impessoalidade, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, autotutela, eficiência. Legislação ambiental e urbanística; Normas técnicas; Gestão urbana e instrumentos de gestão (Plano Diretor; Lei de Uso e Ocupação do Solo – Lei complementar nº 01/2008; Código de Posturas – Lei 03/1990; Código de Obras – Lei nº 149/83, alterada pelas leis 1.401/08 e 1.410/08; Lei de Parcelamento do Solo – Lei 1222/2005; Normas para Construção de Edificações Residenciais Multifamiliares e suas alterações); Vistoria e elaboração de relatórios e pareceres; Controle e fiscalização de obras, aplicando as sanções fiscais previstas na legislação vigentes; Fiscalização de loteamentos, calçamentos e logradouros públicos; Fiscalização da indústria, comércio e prestadores de serviços de uma forma preventiva e corretiva; Fiscalização de calçadas e muros, para atender quando obstrução não legal, dentro da legislação vigente.

GESTOR AMBIENTAL: Política Nacional do Meio Ambiente, Sistema Nacional do Meio Ambiente, licenciamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, EIA/RIMA, monitoramento ambiental e fiscalização ambiental. Lei nº 6.938/1981, Lei nº 9.605/1998, Decreto nº 6.514/2008, Lei nº 9.985/2000, Lei nº 12.651/2012, Lei nº 9.433/1997, Lei nº 12.305/2010 e Lei nº 9.795/1999. Resoluções CONAMA aplicáveis ao licenciamento, qualidade da água, efluentes, áreas contaminadas e atividades potencialmente poluidoras. Unidades de conservação, áreas de preservação permanente, reserva legal, recursos hídricos, saneamento básico, resíduos sólidos, educação ambiental e sustentabilidade. Autos de infração, notificações, medidas administrativas, responsabilidade civil, administrativa e penal ambiental. Geoprocessamento, cartografia, GPS/SIG, elaboração de pareceres, laudos, relatórios técnicos, ética profissional e poder de polícia administrativa.

MÉDICO VETERINÁRIO: Fundamentos teóricos de bem-estar Animal e de Bioética. Diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa. Zoonoses: Brucelose, Febre Amarela, Febre Maculosa, Gripe Aviária, Larva Migrans, Leishmaniose, Leptospirose, Raiva, Toxoplasmose, Tuberculose e Leishmaniose (agente, espécies acometidas, sintomas nos seres humanos, sinais clínicos nos animais, formas de transmissão, diagnóstico domésticos e seus tratamentos. Formação, manejo e lotação de pastagens. Farmacologia e terapêutica veterinária.

NEUROPEDAGÓGO: Neuropsicopedagogia: fundamentos, conceitos e campo de atuação. Bases neurobiológicas da aprendizagem. Desenvolvimento neuropsicomotor. Desenvolvimento cognitivo. Desenvolvimento da linguagem. Desenvolvimento emocional. Funções executivas. Memória. Atenção. Percepção. Neurociência aplicada à educação. Dificuldades de aprendizagem. Transtornos específicos da aprendizagem. Dislexia. Disgrafia. Discalculia. TDAH. Transtorno do Espectro Autista. Deficiência Intelectual. Avaliação neuropsicopedagógica. Intervenção neuropsicopedagógica. Inclusão escolar. Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Psicopedagogia institucional. Psicopedagogia clínica. Desenvolvimento infantil. Processos de alfabetização. Relação escola-família. Trabalho interdisciplinar. Ética profissional.

PSICOMOTRICISTA: Fundamentos teóricos e históricos da psicomotricidade, evolução conceitual e abordagens contemporâneas; regulação da profissão de Psicomotricista fundamentada na Lei Federal nº 13.794/2019 e diretrizes do Conselho de Classe; bases neuroanatômicas, neurofisiológicas e neuropsicológicas do movimento, plasticidade cerebral e funções executivas; desenvolvimento psicomotor humano, ontogênese, etapas e maturação neurobiológica da infância à terceira idade; fatores da psicomotricidade, tonicidade, equilibração, esquema corporal, imagem corporal, lateralização, estruturação espaço-temporal, praxia global e praxia fina de acordo com os modelos de Vítor da Fonseca e Henri Wallon; avaliação, diagnóstico e intervenção psicomotora, Bateria Psicomotora (BPM), testes padronizados, observação clínica e elaboração de relatórios e pareceres técnicos; transtornos, atrasos e distúrbios do desenvolvimento psicomotor, apraxias, dyspraxias, instabilidade psicomotora, inibição psicomotora e tiques; psicomotricidade no Transtorno do Espectro Autista (TEA) regulada pela Lei Federal nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), no Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e nas deficiências segundo a Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); psicomotricidade institucional, educacional, preventiva, clínica e relacional; intervenção em equipe multidisciplinar, diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e da Rede de Atenção à Saúde (RAS) do SUS sob a Lei Federal nº 8.080/1990; ética profissional, acolhimento, biossegurança e planejamento de estratégias de suporte psicomotor à tomada de decisão institucional.

PSICÓLOGO: Abordagem psicanalítica do tratamento individual e grupal. Aconselhamento psicológico. Avaliação psicológica. Sistema de avaliação dos testes psicológicos. Psicodiagnóstico. Entrevistas psicológicas. Testes psicológicos. Psicologia do desenvolvimento. Desenvolvimento humano. Grupo social e familiar. Psicologia Social. Psicologia Escolar. Psicologia da Saúde. Psicologia Hospitalar. Psicologia Organizacional e do Trabalho. Psicopatologia geral. Saúde mental. Transtornos mentais. Transtornos de personalidade. Transtornos de ansiedade. Transtornos do humor. Esquizofrenia. Autismo. Deficiência intelectual. Dependência química. Psicoterapia individual. Psicoterapia de grupo. Grupos operativos. Psicodinâmica. Métodos de pesquisa em Psicologia. Código de Ética Profissional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Atendimento à família. Trabalho em equipe multiprofissional. Políticas públicas de saúde mental.

TERAPEUTA OCUPACIONAL: Fundamentos da Terapia Ocupacional. Anatomia aplicada à Terapia Ocupacional. Neuroanatomia. Cinesiologia. Biomecânica. Avaliação funcional e desempenho ocupacional. Processo terapêutico ocupacional. Atividades de Vida Diária (AVDs) e Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVDs). Tecnologia assistiva. Órteses e adaptações ambientais. Desenvolvimento neuropsicomotor. Terapia Ocupacional na saúde da criança, do adolescente, do adulto e da pessoa idosa. Reabilitação física, neurológica e psicossocial. Terapia Ocupacional em saúde mental. Pessoas com deficiência e processos de inclusão social. Trabalho, lazer e participação ocupacional. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização. Atenção Primária à Saúde. Estratégia Saúde da Família (ESF). Equipes Multiprofissionais (eMulti). Projeto Terapêutico Singular (PTS). Promoção da saúde, prevenção de agravos, educação em saúde e visitas domiciliares. Trabalho em equipe multiprofissional. Vigilância em saúde. Ética e legislação profissional.

ENSINO MÉDIO/TÉCNICO:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: NOB/96 e NOAS 01 e 02. Políticas de Saúde: Organização dos serviços de saúde no Brasil, Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes, controle social, indicadores de Saúde, Sistema de vigilâncias em saúde epidemiológica, Endemias e epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento, Modelo Assistencial, Planejamento e programação local de saúde, Política Nacional de Humanização; Constituição Federal /88, Seção II – Da Saúde, Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990, Lei Federal nº 8.142 de 26/12/1990, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde Portaria 2488/2011 Estratégias de Saúde da Família Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Cartilha de Direito e Deveres do usuário do SUS, redes de atenção à saúde, Política Nacional de Promoção de saúde, Política Nacional de Educação Permanente em saúde, Modelo de atenção e processo de trabalho no SUS. Determinantes do processo saúde-doença. Políticas de saúde e história das políticas de saúde no Brasil: retrospectiva histórica; reforma sanitária. Sistemas e serviços de saúde. Financiamento público e privado da saúde no Brasil. Controle social: conselhos e conferências de saúde. Conferências Nacionais de Saúde. Organização do SUS. Legislação estruturante, princípios e diretrizes do SUS; Constituição Federal de 1988; Lei 8.080/90 e Lei 8.142/90. Pacto pela Saúde, de Gestão e pela Vida. Planejamento e Gestão em saúde. Modelos de atenção à saúde. Vigilância à Saúde: noções básicas. Programas nacionais de saúde; Promoção da saúde. Política Nacional de Humanização. Atenção Primária à Saúde: conceitos, princípios e organização no Brasil. História da APS. Estratégia de Saúde da Família: histórico, processo de implantação, organização e normatizações. Princípios e Diretrizes. Processo de Trabalho em Saúde. Vigilância à saúde. Epidemiologia básica: indicadores de saúde; sistemas de informações; métodos epidemiológicos; principais agravos de interesse público. Demografia básica: perfis nacionais, alterações recentes e perspectivas. interesse público. Demografia básica: perfis nacionais, alterações recentes e perspectiva. Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos. Intersetorialidade: conceito e relevância para o trabalho no território. Ações Educativas: amamentação, prevenção de drogas, doenças crônicas, nutrição, planejamento familiar, educação sexual e prevenção de DST/AIDS. Controle Social: participação e mobilização social. Família: conceito, tipos e estruturas familiares. Saúde da Criança: cuidados ao recém-nascido,

vacinação, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança, programa bolsa família, orientações alimentares para a criança. Saúde do adolescente: vacinação, sexualidade, transtornos alimentares. Saúde do adulto: vacinação, hábitos alimentares saudáveis, doenças crônicas, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, saúde do homem, saúde da mulher e atenção ao idoso. Saúde mental: ansiedade, depressão e uso abusivo de álcool e outras drogas. Violência familiar: violência contra a mulher, a criança, ao adolescente, ao idoso e a pessoas portadores de deficiência física ou mental, e suas prevenções. Saúde Bucal: cuidados na saúde bucal com criança, adolescentes e adultos. Proliferação de vetores, pragas e animais peçonhentos: dengue, esquistossomose, toxicoplasmose, febre maculosa e raiva. Estratégia de Saúde da Família. Noções de Ética e Cidadania. Políticas de Saúde no Brasil – SUS: Princípios e Diretrizes.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS: Endemias e Dengue: Definição, Histórico; Aspectos Biológicos do Vetor: Transmissão, Ciclo de Vida; Biologia do Vetor: Ovo, Larva, Pupa e Habitat; Medidas de Controle: Mecânico e Químico, Área de Risco. Febre Amarela, Zoonoses, Imunização, Leishmaniose, Leptospirose, Visitas Domiciliares, Educação Ambiental, Saúde Pública e Saneamento Básico, Vigilância Sanitária na área de alimentos, Hantavirose, Hepatites, Controle Qualidade da Água, Controle Qualidade da Água, Avaliação de Risco Ambiental e Sanitário.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Noções de limpeza, conservação e higienização de ambientes internos e externos. Técnicas de varrição, lavagem, desinfecção e polimento de superfícies. Tipos, uso correto, diluição e armazenamento de produtos de limpeza e saneantes domissanitários. Operação, segurança e conservação de máquinas e equipamentos de limpeza. Descarte correto e segregação de resíduos sólidos. Coleta seletiva e sustentabilidade na administração pública. Higiene e conservação de sanitários e vestiários. Cuidados com a saúde, higiene pessoal e apresentação profissional. Atendimento ao público interno e externo. Trabalho em equipe e postura no serviço público. Noções de primeiros socorros e prevenção de acidentes de trabalho. Utilização, guarda e conservação de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC). Ergonomia na movimentação de cargas e postura no trabalho. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego: NR 06 (Equipamentos de Proteção Individual - EPI), NR 17 (Ergonomia) e NR 24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho). Noções da Lei Federal nº 8.112/1990 (Deveres e Proibições do servidor público) ou normas equivalentes do funcionalismo local. Noções de Ética no Serviço Público e Decretos de Conduta Ética.

ELETRICISTA: Fundamentos de eletricidade e eletrotécnica: grandezas elétricas, unidades e conversões, corrente, tensão, resistência, potência e energia, leis de Ohm e de Kirchhoff, efeito Joule, circuitos em corrente contínua e alternada, associação de resistores e capacitores (noções), magnetismo e princípios de máquinas elétricas. Instalações elétricas prediais e industriais: leitura e interpretação de diagramas e projetos elétricos, simbologia, quadros de distribuição, dispositivos de proteção e comando (disjuntores, fusíveis, relés, contatores), aterramento, proteção contra surtos, dimensionamento básico de condutores e circuitos, tipos de cabos, eletrodutos, conexões, emendas e terminação, iluminação interna e externa e redes de iluminação pública (noções). Sistemas e equipamentos eletromecânicos aplicados ao saneamento: motores elétricos CA e CC, partidas, comandos e proteções, inversores de frequência e soft starters (noções), bombas e acionamentos, painéis de comando, instrumentação básica de processo, sensores e atuadores, sistemas de automação e controle (noções), sistemas supervisórios/telemetria (noções), startup e testes operacionais sob procedimentos. Manutenção eletroeletrônica: planos de manutenção preventiva e corretiva, inspeção e diagnóstico de falhas, testes, ajustes, limpeza e montagem de componentes, substituição de peças, identificação de defeitos e causas, registros e relatórios técnicos, controle de qualidade e verificação de conformidade com normas e especificações. Medições e ensaios elétricos: instrumentos de medição (multímetro, alicate amperímetro, megômetro e similares), medições de tensão, corrente, resistência, continuidade, isolamento, aterramento e parâmetros básicos de rede, interpretação de resultados e procedimentos de segurança. Eficiência energética e racionalização do uso de energia: fatores que influenciam consumo, noções de demanda e tarifa (sem aprofundamento econômico), identificação de oportunidades de redução de perdas e melhoria de desempenho em motores/acionamentos e sistemas de iluminação. Noções de elaboração e atualização de documentação técnica: especificações, listas de materiais, estimativas de custos, procedimentos operacionais e relatórios, controle e organização de arquivos técnicos e registros de manutenção. Segurança em instalações e serviços com eletricidade: procedimentos, sinalização, bloqueio e etiquetagem (noções), proteção coletiva e individual, riscos em baixa e alta tensão, trabalhos em painéis e ambientes úmidos, atendimento a normas aplicáveis e boas práticas, prevenção de acidentes e condutas em emergências.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Políticas públicas de Saúde. Leis orgânicas do SUS (Lei n° 8080/90 e Lei n° 8142/90), Programas de saúde pública, Estratégia de Saúde da Família, Vigilância Epidemiológica e Sanitária, Bioestatística. Portaria MS/GM nº. 1.565 de 26/8/1994 (Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e sua abrangência, esclarece a competência das três esferas de governo e estabelece as bases para a descentralização da execução de serviços e ações de vigilância em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde). Epidemiologia básica. Combate à Dengue. Epidemias. Endemias. Controle de Pragas. Vigilância e fiscalização das condições de higiene nos estabelecimentos comerciais. Vigilância e controle sanitário de produtos de interesse da saúde. Coleta de amostras de gêneros alimentícios para análise em laboratório. Controle de vetores, roedores e animais peçonhentos em estabelecimentos comerciais. Ações de vigilância e monitoramento da água. Instauração de processos de interdições de estabelecimentos comerciais e autuações. Noções sobre saneamento básico e resíduos de serviços de saúde.

OPERADOR DE MOTONIVELADORA: Condução e operação de motoniveladora; movimentação de terra e terraplenagem; regulação e nivelamento de solos; perfilamento de vias; finalização e acabamento do pavimento; painel de controle e instrumentação; manutenção preventiva; rotinas de reabastecimento; lubrificação de componentes; diagnóstico de falhas simples; conservação e cuidados com o equipamento; segurança operacional.

ORIENTADOR SOCIAL: Política Nacional de Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social, proteção social básica e especial. Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. CRAS, CREAS, PAIF, PAEFI e rede socioassistencial. Trabalho social com famílias, crianças, adolescentes, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social. Planejamento e desenvolvimento de oficinas, atividades socioeducativas, lúdicas, culturais, esportivas e comunitárias. Dinâmica de grupos, mobilização social, convivência familiar e comunitária, prevenção de violações de direitos e fortalecimento de vínculos. Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Pessoa Idosa, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e direitos humanos. Registro de frequência, relatórios, ética, sigilo, humanização no atendimento e trabalho em equipe.

TÉCNICO AGRÍCOLA: Agricultura Geral. Meio Ambiente e Recursos Naturais. Agroecologia. Defesa Sanitária Vegetal. Topografia. Morfologia e Fisiologia vegetal. Desenho e Construções rurais. Edafologia e fertilidade do solo. Mecanização Agrícola. Irrigação e Drenagem. Horticultura. Agroindustrialização de Produtos de Origem Vegetal. Fruticultura. Olericultura. Climatologia. Forragicultura. Culturas para Produção de Biocombustíveis. Pós-Colheita de Frutos e Hortaliças. Culturas Anuais e Perenes, Conhecimentos Gerais de Zootecnia, Silvicultura, Gestão Rural e Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO: Teoria do Ato Administrativo: conceito, elementos constitutivos, atributos, atos vinculados e discricionários; tipologia e classificações; espécies de atos, fundamentação (motivação), invalidação (anulação e revogação) e formas de extinção. Redação e Comunicação Oficial: técnicas de correspondência oficial; padrões formais de digitação, abreviaturas e pronomes de tratamento; termos latinos aplicados à linguagem administrativa; elaboração de documentos e modelos institucionais; comunicação verbal e escrita; padrões de sobrescrição e endereçamento postal. Gestão Documental e Arquivologia: noções de contabilidade básica; técnicas de documentação, pesquisa e organização de arquivos; sistemas, métodos e diretrizes arquivísticas. Práticas Secretariais e Logística: organização e secretariado de reuniões; planejamento e controle de eventos (gestão de passagens, hospedagem, reembolsos, logística e infraestrutura). Atendimento ao Cliente e Relações Públicas: excelência na prestação de serviços; postura profissional e atendimento ao público nos canais presencial, telefônico e virtual.

TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO: Procedimentos contábeis básicos: método das partidas dobradas, contas e plano de contas. Variações do patrimônio líquido. Mensuração e reconhecimento de operações: perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD); operações

financeiras (desconto de títulos, empréstimos prefixados e aplicações financeiras); reservas e provisões (CPC 25/NBC TG 25); depreciação, amortização e exaustão. Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (NBC TG Estrutura Conceitual). Regimes contábeis: regime de caixa e regime de competência patrimonial. Estrutura Conceitual Aplicada ao Setor Público (NBC TSP Estrutura Conceitual) e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - edição vigente). Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): estrutura e naturezas de informação contábil (orçamentária, patrimonial e de controle). Orçamento público: ciclo orçamentário e créditos adicionais. Receita pública: classificação orçamentária e extraorçamentária, estágios da receita, reconhecimento do direito de crédito e Dívida Ativa. Despesa pública: classificação orçamentária e extraorçamentária, estágios da despesa, Restos a Pagar (processados e não processados), Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e Suprimento de Fondos (regime de adiantamento). Patrimônio público e variações patrimoniais (VPA e VPD). Demonstrações Contábeis do Setor Público (DCASP - NBC TSP 11): Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. Sistema de controle interno e externo na Administração Pública: conceitos, finalidades e estrutura da controladoria. Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações (âmbito, princípios, modalidades — incluindo o Pregão —, fases da licitação e contratos). Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas alterações.

TÉCNICO EM PESCA E AQUICULTURA: Cultivo de peixes, camarões e algas. Manejo dos ambientes de cultivo, reprodução, larvicultura e engorda de espécies aquáticas. Preparo dos tanques e viveiros para o cultivo. Sistemas aquícolas. Controle da qualidade de água e do solo e suas análises. Noções básicas de microscopia. Preparação da alimentação das espécies cultivadas. Sanidade na Aquicultura. Beneficiamento do pescado (produtos e subprodutos). Noções básicas de ecologia e sustentabilidade. Segurança no laboratório; técnicas de manuseio de materiais e equipamentos utilizados no laboratório.

TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO: Fundamentos de termodinâmica aplicada: calor sensível, calor latente, pressão, temperatura, modos de transferência de calor e ciclos fundamentais de refrigeração por compressão de vapor; componentes dos sistemas de refrigeração e climatização: compressores, condensadores, evaporadores, dispositivos de expansão, reservatórios e acessórios; fluidos refrigerantes: propriedades físico-químicas, classificação ASHRAE, inflamabilidade e toxicidade (A1, A2L, A3), lubrificantes sintéticos e minerais, recolhimento, reciclagem, regeneração e destinação sustentável de acordo com o Protocolo de Montreal (Emenda de Kigali), Instruções Normativas do IBAMA e a Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); leitura e interpretação de esquemas elétricos, diagramas frigoríficos e comandos elétricos para refrigeração: relés, contatores, inversores de frequência, soft-starters e controladores eletrônicos; procedimentos práticos: instalação, comissionamento, brasagem, teste de estanqueidade com nitrogênio, evacuação com bomba de vácuo, medição em mícrons e carga de fluido refrigerante (massa/pressão/superaquecimento e subresfriamento); manutenção preventiva, preditiva e corretiva de sistemas de refrigeração comercial, industrial e de climatização de ambientes (HVAC), chillers, fancoils, sistemas VRF/VRV e câmaras frigoríficas; Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para sistemas de ar condicionado exigido pela Lei Federal nº 13.589/2018, regulamentado pelas portarias do Ministério da Saúde e Resolução RE nº 09/2003 da ANVISA; normas técnicas ABNT aplicáveis (NBR 16401, NBR 16655, NBR 15848 e NBR 13971); eficiências energéticas (COP, EER, IDRS) e Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE/Inmetro); normas de segurança e saúde no trabalho aplicadas à refrigeração e climatização, Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI/EPC), NR-10 (segurança em instalações e serviços em eletricidade), NR-13 (caldeiras, vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento), NR-33 (segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados) e NR-35 (trabalho em altura) regulamentadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego; ética profissional, gestão de resíduos perigosos e suporte técnico à tomada de decisão institucional.

TÉCNICO DE TURISMO: Fundamentos do Turismo; Conceitos Básicos do Turismo; Evolução Histórica do Lazer e do Turismo; Tipos de Turismo; Impactos do Turismo Importância Socioeconômica; Ética no Turismo; Potencialidades Turísticas Regional.; Oferta Turísticas; Atrativos Turísticos: Conceito e Tipologias; Equipamento e Serviços Turísticos; Infraestrutura de Apoio Turísticos; Supraestrutura Turística; Demanda Turística: Conceitos e Classificação; Produtos Turísticos: Conceito e Características; Hospitalidade na atividade Turística; Conceito de Hospitalidade.; Técnicas de Recreação e Lazer; Planejamento das atividades; Desenvolvimento de Programas; Condução de Grupos.

ANEXO IV
DO CRONOGRAMA PREVISTO

CRONOGRAMA			
ITEM	**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
1	Publicação do edital de abertura	11/09/2026	
2	Período para impugnação ao edital	11/09/2026	13/09/2026
3	Período de inscrições para os candidatos que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição	11/09/2026	13/09/2026
4	**Período de inscrições**	**11/09/2026**	**13/10/2026**
5	Publicação do resultado de impugnação do edital	21/09/2026	
6	Divulgação do resultado preliminar dos pedidos de isenção na área do candidato	23/09/2026	
7	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	24/09/2026	25/09/2026
8	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção (Área do Candidato)	07/10/2026	
9	Último dia para envio da documentação comprobatória do candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência e solicitação de atendimento especial	13/10/2026	
10	Último dia para geração e pagamento da taxa de inscrição	14/10/2026	
11	Divulgação do resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial) na área do candidato	20/10/2026	
12	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	21/10/2026	22/10/2026
13	Divulgação do resultado definitivo de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial) na área do candidato	06/11/2026	
14	Divulgação dos locais de prova	27/11/2026	
15	**Realização das Provas Objetivas**	**06/12/2026**	
16	Publicação dos gabaritos preliminares das provas objetivas	07/12/2026	
17	Prazo para interposição de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva	08/12/2026	09/12/2026
18	Publicação dos gabaritos definitivos das provas objetivas + resultado preliminar da prova objetiva + espelho do cartão resposta	06/01/2027	
19	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	07/01/2027	08/01/2027
20	Publicação do resultado definitivo da prova objetiva	25/01/2027	
21	Edital de convocação para a Avaliação Social	26/01/2026	
22	Edital de convocação para Prova de Títulos	26/01/2027	
23	Prazo para envio da prova de títulos	27/01/2027	29/01/2027
24	Período para entrega de documentos da avaliação social	27/01/2027	30/01/2027
25	Publicação do resultado preliminar da prova de títulos	16/02/2027	
26	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos	17/02/2027	18/02/2027
27	Publicação do resultado definitivo da prova de títulos	01/03/2027	
28	Edital de Convocação para a Avaliação Biopsicossocial e o Procedimento de Heteroidentificação	02/03/2027	
29	Realização da avaliação biopsicossocial e procedimento de heteroidentificação	06/03/2027	07/03/2027
30	Publicação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e procedimento de heteroidentificação, na área do candidato	10/03/2027	
31	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e procedimento de heteroidentificação	11/03/2027	12/03/2027
32	Publicação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial e procedimento de heteroidentificação	18/03/2027	
33	Publicação do resultado preliminar da avaliação social na área do candidato	22/03/2027	
34	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação social	23/03/2027	24/03/2027

35	Publicação do resultado definitivo da avaliação social	31/03/2027
36	Curso de Formação	*A definir
37	Resultado Final	*A definir

ANEXO V
DO FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, ___, inscrito no CPF sob o nº _____-_____, venho requerer a ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Concurso Público de Provas para provimento do cargo _____da carreira de _____, promovido pela Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN e regido pelo Edital nº 01, de 10 de setembro de 2026, inscrição nº_____, de acordo com o referido Edital, conforme abaixo (assinalar a opção abaixo):
( ) 1ª POSSIBILIDADE –Decretos Federais nº 6.593/2008 e 11.016/2022 (inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico).
( ) 2ª POSSIBILIDADE: Doador de medula óssea: comprovar a condição de doador de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde.

Nº NIS:		**CPF:**	
DATA DE NASCIMENTO:	**DATA EXP.:**	**RG:**	**UF:**
NOME DA MÃE:			

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:09EA5B55

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 02/2026, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA – RN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, no estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 048/2025 e suas alterações, Decreto nº 59/2026-GP, de 20 de julho de 2026, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao provimento de 30 (trinta) vagas imediatas mais 20(vinte) vagas cadastro reserva para cargo de Guarda Municipal, nível médio de escolaridade, com lotação na Secretaria Municipal de Segurança Pública, mediante as condições estabelecidas neste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. A execução do Concurso Público será da responsabilidade técnica e operacional do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO – IDIB, conforme contrato celebrado entre as partes, em obediência às normas deste Edital e observância às leis vigentes.
1.2. Compete à Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização de Concurso Público do processo e da realização do Concurso Público regido por este Edital.
1.3. O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas atualmente existentes na Secretaria Municipal supracitada.
1.4. O prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final no site www.nisiafloresta.rn.gov.br, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por conveniência administrativa.
1.5. As pessoas candidatas aprovadas serão submetidas ao regime estatutário, conforme a respectiva denominação, pré-requisitos e vencimento base inicial especificados neste documento, e de acordo com a legislação específica vigente na época.
1.6. O Concurso Público compreenderá a aplicação das seguintes etapas:

ETAPA	FASE	CARÁTER	EXECUÇÃO
1ª	1ª Prova Objetiva	Eliminatória e classificatória	IDIB
	2ª Teste de Aptidão Física	Eliminatória	
	3ª Avaliação Psicológica	Eliminatória	
	4ª Avaliação de Saúde	Eliminatória	
2ª	5ª Investigação Social	Eliminatória	MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA
	6ª Curso de Formação	Eliminatória e classificatória	

1.7. A realização da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Fases da 1ª Etapa que compõe este concurso são de responsabilidade técnica e operacional do IDIB, conforme disposto no subitem 1.6 deste edital, respeitadas as normas deste Edital, seus anexos, eventuais retificações e dos editais de convocação a serem publicados.
1.8. Além das fases previstas no subitem 1.6 deste edital, para fins de posse, as pessoas candidatas aprovados neste concurso serão submetidos, ainda, à Investigação Social e ao Curso de Formação, a serem executadas pela Prefeitura Municipal de Nísia Floresta. A convocação para cada uma dessas Fases, de responsabilidade do Município de Nísia Floresta, será publicada oportunamente no endereço eletrônico www.nisiafloresta.rn.gov.br, sendo de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata o acompanhamento do concurso por esse meio.
1.9. As provas objetivas serão realizadas na cidade de Nísia Floresta, podendo ser utilizadas cidades circunvizinhas às cidades de aplicação das provas objetivas, por necessidade de alocação do quantitativo de inscritos neste concurso.
1.10. São parte integrante deste edital os anexos a seguir especificados:
a) Anexo I – Do quadro de vagas, requisitos e atribuições do cargo;
b) Anexo II – Do formulário para requerimento de vaga para candidato com deficiência;
c) Anexo III- Do formulário de Autodeclaração
d) Anexo IV- Do modelo de atestado para o Teste de Aptidão Física (TAF);
e) Anexo V- Dos conteúdos programáticos;
f) Anexo VI- Do cronograma de execução previsto.
g) Anexo VII- Formulário de Requerimento de isenção de taxa de inscrição.
1.11. As pessoas candidatas convocadas e nomeadas neste concurso, dados os critérios de oportunidade e conveniência, serão convocadas através de publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

1.12. Para todos os fins deste concurso público será considerado o horário oficial de Brasília- DF, inclusive para as inscrições e para todos os itens nos quais houver menção sobre "horário local".
1.13. Todos os questionamentos relacionados ao presente concurso deverão ser direcionados aos canais de atendimento do IDIB, disponíveis por chat on-line através do endereço eletrônico www.idib.org.br, pelos telefones nº (61) 3968.5690 e 0800.885.0000, de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08h às 12h e das 13h às 17h.
1.14. Todas as datas apontadas neste edital são estimativas do cronograma do certame, podendo ser alterado pelo IDIB, em acordo com Administração Pública, visando o melhor aproveitamento do concurso.
1.15. O atendimento ao candidato, seja humano ou eletrônico, é meramente auxiliar, não eximindo o candidato do dever de conhecer o presente Edital e os demais atos oficiais do certame. Havendo divergência entre informações prestadas pelo atendimento e o disposto neste Edital, prevalecerá o Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA INVESTIDURA NO CARGO
2.1. Para investidura no cargo escolhido, a pessoa candidata deverá ter e comprovar, na data da posse, as condições especificadas a seguir:
a) Possuir nacionalidade brasileira;
b) Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
c) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares, quando for o caso;
d) Possuir altura mínima de 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros) para candidatos do sexo masculino e 1,60 (um metro e sessenta centímetros) para candidatas do sexo feminino;
e) Ter concluído o nível médio de escolaridade;
f) Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos, e máxima de 45 (quarenta e cinco) anos.
g) Apresentar aptidão física, mental e psicológica compatível com o exercício do cargo;
h) Possuir Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo na categoria A e B;
i) Aprovação nos exames físico, de saúde, psicológico e toxicológico de larga janela de detecção;
j) Possuir idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas pelo Poder Judiciário estadual e federal, militar e eleitoral.
k) Possuir Conduta Social Ilibada
l) Ser aprovado no Curso de Formação de Guarda Municipal de Nísia Floresta;
m) apresentar, quando da convocação, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o exercício do cargo, bem como outros documentos que se fizerem necessários à época da admissão;
n) estar apta física e mentalmente para o exercício do cargo mediante apresentação de laudo médico admissional, emitido por junta médica oficial, serviço médico do órgão ou profissional/entidade credenciada pela Administração Pública;
o) cumprir com as determinações deste Edital.
2.2. A pessoa candidata poderá se inscrever no certame ainda que, no momento da inscrição, não possua todos os requisitos exigidos para o cargo.
2.3. O provimento do cargo ficará condicionado à comprovação de todos os requisitos estabelecidos no subitem 2.1, a qual deverá ocorrer até a data-limite fixada no ato de convocação para posse, mediante a apresentação de documento original.
2.4. Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3. DA INSCRIÇÃO
3.1. As inscrições deverão ser efetuadas durante o período das 14h00min de 11 de setembro de 2026 até às 23h59min do dia 13 de outubro de 2026, pela internet, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.
3.2. A inscrição da pessoa candidata implicará em conhecimento prévio e na aceitação das normas estabelecidas neste Edital.
3.3. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em conformidade com o art. 37, XVI, da Constituição Federal, salvo as exceções previstas nesse mesmo dispositivo.
3.4. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata, dispondo o IDIB do direito de excluir do concurso público aquela que não preencher a solicitação de forma completa e correta.
3.5. O valor da taxa de inscrição para este certame é a discriminada no quadro a seguir:

NÍVEL	TAXA DE INSCRIÇÃO
MÉDIO	R$ 130,00 (cento e trinta reais)

3.6. É responsabilidade do candidato examinar o edital completo antes de se inscrever, garantindo o cumprimento de todas as exigências. Ao se inscrever, o participante concorda com todas as regras do certame, sem possibilidade de alegar ignorância sobre as determinações.
3.7. A pessoa candidata deverá efetuar a inscrição seguindo as orientações abaixo:
I. Acessar a página eletrônica da organizadora (www.idib.org.br);
II. Selecionar o link correspondente ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta;
III. Preencher a ficha cadastral com as informações solicitadas;
IV. Efetuar o pagamento da taxa por meio do boleto bancário dentro do prazo limite de 24h.
3.8. Poderá ser solicitado o envio digital (upload) de documento de identidade oficial. O candidato responde integralmente pela exatidão e autenticidade de todas as informações fornecidas.
3.9. Finalizado o período estipulado, o formulário de cadastro ficará indisponível na página do IDIB.
3.10. A organização não responde por falhas de conexão, instabilidades na rede, congestionamento no sistema ou problemas no processamento e estorno da transação bancária.
3.11. Não se aceitará quitação por DOC, depósito direto, cheque ou agendamentos bancários. Apenas comprovantes definitivos de pagamento emitidos pelos canais autorizados têm validade.
3.12. O pagamento deve ocorrer até as 23h59 (horário de Brasília) do 1º dia útil após o encerramento do prazo de inscrição. Transações efetuadas fora desta data serão desconsideradas, invalidando a participação.
3.13. A inscrição só é confirmada (deferida) após a baixa bancária.
3.14. Dados pessoais só podem ser editados antes de pagar a taxa de inscrição.
3.15. Após a quitação, é proibido mudar a opção de cargo. Caso queira trocar, o candidato deverá iniciar um novo cadastro e pagar uma nova taxa.
3.16. O cancelamento a pedido do candidato ou o reembolso da taxa não são permitidos, exceto em hipótese de anulação oficial do certame por decisão administrativa.
3.17. Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital. Também não será aceito como comprovação de pagamento da taxa de inscrição, comprovante de agendamento ou extrato bancário.
3.18. Caso a pessoa candidata perca o prazo do subitem 3.7, IV, acima, terá que reemitir novo boleto de pagamento da taxa de inscrição.

4. DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DOS MEIOS DE PAGAMENTO

4.1. O boleto bancário referente à taxa de inscrição será disponibilizado para impressão imediatamente após a conclusão do preenchimento da ficha de inscrição on-line, constituindo o boleto bancário o meio padrão de quitação da taxa correspondente.

4.2. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao encerramento do período de inscrições, conforme cronograma constante do Anexo VI deste edital, respeitada, em qualquer hipótese, a data de vencimento consignada no próprio boleto.

4.3. O boleto poderá ser pago em qualquer instituição bancária, por meio de internet banking, casas lotéricas, agências dos Correios ou demais canais autorizados aptos à liquidação do título, não estando a pessoa candidata restrita a instituição financeira eventualmente conveniada.

4.4. Havendo feriado ou fechamento de agências bancárias, casas lotéricas ou unidades dos Correios na localidade da pessoa candidata, esta deverá antecipar o pagamento para o dia útil imediatamente anterior, respeitados rigorosamente os prazos fixados neste edital.

4.5. O boleto poderá ser reemitido, em caso de extravio ou vencimento, até o prazo-limite previsto no subitem 4.2, hipótese em que o pagamento do boleto reemitido somente será considerado válido se efetuado até essa mesma data-limite.

4.6. Com o objetivo de facilitar o acesso da pessoa candidata ao certame, poderão ser disponibilizadas, por intermédio de instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, alternativas que permitam a liquidação da taxa mediante cartão de crédito, PIX ou parcelamento, constituindo tais meios mera faculdade da pessoa candidata, sem prejuízo da permanência da opção de pagamento à vista mediante quitação direta do boleto bancário, sem acréscimos financeiros.

4.7. Na hipótese de opção por cartão de crédito, PIX ou outro mecanismo de financiamento disponibilizado por instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, a pessoa candidata declara estar ciente e de acordo com todas as condições comerciais, taxas, encargos, juros ou tarifas aplicáveis, os quais são definidos exclusivamente pela instituição financeira ou operadora responsável pela transação, não possuindo a banca organizadora qualquer responsabilidade sobre a relação financeira estabelecida entre a pessoa candidata e a referida instituição, limitando-se à disponibilização do boleto correspondente.

4.8. É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata conferir, no momento da emissão e do pagamento, a correção dos dados cadastrais e das informações constantes do boleto e do respectivo comprovante, não sendo aceitos pagamentos ou inscrições que não possam ser identificados em razão de erro nos dados informados pela pessoa candidata ou por terceiro no momento da transação.

4.9. Não serão aceitos como comprovante de pagamento agendamento bancário, extrato bancário ou qualquer documento que não ateste a efetiva quitação da taxa, e não deverá ser enviada à banca organizadora qualquer documentação física ou digital relativa ao pagamento, sendo a veracidade das informações de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.

4.10. A inscrição somente será considerada efetivada após a confirmação da quitação integral da taxa, independentemente do meio de pagamento utilizado, e pagamentos efetuados após a data-limite fixada no subitem 4.2 serão desconsiderados, resultando no indeferimento automático da inscrição.

4.11. É vedada a transferência do valor pago a terceiros, sendo de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata qualquer utilização indevida decorrente dessa transferência.

4.12. A taxa de inscrição possui natureza administrativa e, uma vez paga, não será devolvida, ressalvada a hipótese de anulação integral do certame ou demais situações expressamente previstas em lei ou neste edital, casos em que o procedimento e o prazo de restituição serão disciplinados em ato próprio da banca organizadora ou do ente municipal.

4.13. A confirmação do pagamento implica aceite pleno e irretratável de todas as disposições deste edital, inclusive quanto ao meio de pagamento utilizado, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento das condições financeiras aplicáveis, tampouco pedido de cancelamento da inscrição ou de restituição de valores com fundamento no meio de pagamento escolhido.

4.14. Caso a pessoa candidata promova ou tente promover cancelamento, contestação ou chargeback da transação financeira junto à instituição financeira ou operadora de pagamento após a confirmação da inscrição, a banca organizadora poderá proceder à eliminação da pessoa candidata do certame, sem prejuízo das demais medidas administrativas, cíveis ou criminais cabíveis, podendo a adoção de mecanismos destinados a anular ou frustrar o pagamento da taxa ensejar cobrança judicial do valor devido.

4.15. A banca organizadora não se responsabiliza por solicitações de inscrição ou de pagamento não recebidas ou não processadas em razão de falhas técnicas, de comunicação, congestionamento de sistemas ou outros fatores de ordem técnica alheios à sua atuação.

4.16. Os dados pessoais fornecidos pela pessoa candidata serão tratados pelo Município de Nísia Floresta e pelo IDIB exclusivamente para fins relacionados ao presente certame, em cumprimento de obrigação legal e para o exercício regular de competências previstas em lei, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

5. DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. Poderá requerer a isenção total da taxa de inscrição, no período estabelecido no Anexo VI deste Edital, o candidato que se enquadrar em uma das seguintes modalidades:

a) Modalidade I – CadÚnico: pertencer a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, do Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, e do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022; ou

b) Modalidade II – Doador de medula óssea: comprovar a condição de doador de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

5.2. A solicitação de isenção deverá ser realizada no ato da inscrição, exclusivamente por meio da Área do Candidato, no endereço eletrônico oficial do IDIB, durante o período estabelecido no Anexo VI deste Edital.

5.3. Para formalizar a solicitação, o candidato deverá:

a) preencher integralmente o formulário do Anexo VII de requerimento de isenção;

b) indicar apenas uma das modalidades de isenção previstas no subitem 5.1;

c) prestar as informações exigidas pelo sistema;

5.4. Será admitida apenas uma solicitação de isenção por candidato, vinculada ao respectivo número de inscrição, sendo vedada a indicação simultânea de mais de uma modalidade.

5.5. Encerrado o prazo estabelecido no Anexo VI, não será permitida a alteração da modalidade escolhida, a edição do requerimento ou o envio de documentação que deveria ter sido apresentada durante o período de solicitação.

5.6. A documentação comprobatória conforme a modalidade escolhida deverá ser apresentada pelo candidato integralmente nos moldes a seguir:

a) Modalidade I – CadÚnico - para solicitar isenção com base na inscrição no CadÚnico, o candidato deverá apresentar:

I. comprovante de inscrição no CadÚnico, contendo o Número de Identificação Social (NIS) atualizado;

II. declaração de que é membro de família de baixa renda, com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo, conforme o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022;

III. documento oficial de identificação, nos termos do subitem 13.4 deste Edital, e CPF;

b) Modalidade II – Doador de medula óssea - para solicitar isenção com base na condição de doador de medula óssea, o candidato deverá apresentar:

I. comprovante de cadastro como doador de medula óssea por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, atestado ou laudo, com a respectiva data da doação, emitido por médico inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM) e vinculado a entidade, que comprove a doação;

II. documento oficial de identificação, nos termos do subitem 13.4 deste Edital, e CPF.
5.7. O simples cadastro como potencial doador no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea – REDOME, desacompanhado de documento que comprove a efetiva doação, não será suficiente para a concessão da isenção.
5.8. Os pedidos de isenção realizados fora do prazo, por via postal, correio eletrônico ou requerimento administrativo e sem a devida indicação da modalidade pretendida, não serão aceitos.
5.9. O pedido de isenção será indeferido quando a documentação:
a) não for enviada dentro do prazo estabelecido;
b) estiver ilegível, incompleta, corrompida ou em formato diverso do admitido pelo sistema;
c) não contiver os elementos necessários à identificação do candidato, da entidade emissora ou da efetiva doação;
d) comprovar apenas o cadastro como potencial doador, sem demonstrar a efetiva doação;
e) apresentar informações divergentes das constantes no requerimento de inscrição.
5.10. São de responsabilidade exclusiva do candidato:
a) o preenchimento correto do requerimento;
b) a indicação da modalidade adequada;
c) a veracidade das informações prestadas;
d) a apresentação tempestiva e integral da documentação exigida; e
e) a confirmação de que a solicitação foi efetivamente registrada no sistema.
5.11. Cada requerimento será analisado pelo IDIB, que poderá realizar consultas aos órgãos públicos, entidades emissoras, sistemas governamentais e demais fontes oficiais necessárias à confirmação das informações apresentadas.
5.12. O IDIB poderá solicitar esclarecimentos ou realizar diligências para verificar a autenticidade dos documentos, sem que isso implique direito à apresentação de documento que tenha sido omitido pelo candidato dentro do prazo regular.
5.13. A prestação de informação falsa, inexata ou incompleta, bem como a utilização de documento falso, adulterado ou obtido mediante fraude, acarretará, assegurados o contraditório e a ampla defesa:
a) o cancelamento da inscrição e a exclusão do candidato, quando a irregularidade for constatada antes da homologação do resultado;
b) a exclusão da lista de aprovados, quando constatada após a homologação e antes da nomeação ou contratação; ou
c) a anulação da nomeação ou contratação, quando constatada posteriormente.
5.13.1. As medidas previstas neste subitem serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções civis, penais e administrativas cabíveis, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.
5.14. Os resultados preliminar e definitivo da análise dos pedidos de isenção serão divulgados no endereço eletrônico oficial do IDIB, nas datas estabelecidas no Anexo VI deste Edital.
5.15. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar no prazo de 2 (dois) dias corridos, por meio da Área do Candidato, conforme estabelecido no Anexo VI.
5.16. O recurso deverá conter fundamentação objetiva e limitar-se à contestação da análise realizada, não sendo admitidos:
a) a alteração da modalidade de isenção;
b) o envio de documento que deveria ter sido apresentado durante o período regular de solicitação;
c) a substituição integral da documentação anteriormente enviada; ou
d) a apresentação de requerimento de isenção não formalizado dentro do prazo.
5.17. Após a publicação do resultado definitivo, o candidato que tiver o pedido de isenção indeferido e desejar permanecer no concurso deverá acessar a Área do Candidato, gerar o documento de cobrança e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data de vencimento estabelecida no Anexo VI.
5.18. O candidato que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo, após o indeferimento definitivo do pedido de isenção, terá sua inscrição cancelada.
5.19. A concessão da isenção não dispensa o candidato de acompanhar a situação de sua inscrição e as publicações relativas ao Concurso no endereço eletrônico oficial do IDIB.
5.20. São de responsabilidade exclusiva do candidato a indicação correta da modalidade, a veracidade das informações prestadas e a apresentação tempestiva da documentação no link específico.
5.21. O IDIB não se responsabilizará por solicitação não recebida em razão de falhas de comunicação, congestionamento das linhas de transmissão, problemas no equipamento utilizado pelo candidato ou outros fatores de ordem técnica que não sejam comprovadamente imputáveis ao Instituto.

6. DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR
6.1. O IDIB, após o término das inscrições, divulgará relação com o nome das pessoas candidatas que tiveram suas inscrições deferidas através do endereço eletrônico www.idib.org.br.
6.2. Do indeferimento do pedido de inscrição caberá recurso nos termos do item 25- DOS RECURSOS, a contar da data da publicação realizada no endereço eletrônico do IDIB.
6.3. Não serão recebidos os recursos protocolados fora do prazo e em desacordo com preceitos do item 25 deste Edital.
6.4. Não será aceita a interposição de recursos, ainda que dentro do prazo, via Correios, e- mail ou qualquer outro meio de comunicação que não o estabelecido neste Edital.
6.5. A devolução do pagamento da taxa de inscrição somente ocorrerá a pessoa candidata, no caso de não realização do certame por parte da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta.
6.6. Considera-se indeferida a inscrição preliminar da pessoa candidata que não pagar a taxa de inscrição e/ou prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição, constatadas a qualquer tempo.

7. DO COMPROVANTE DE CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO (CCI)
7.1. As informações referentes à data, ao horário, ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) estarão disponíveis na data prevista no Anexo VI deste Edital, por meio da área da pessoa candidata, disponibilizado para acesso na página do concurso, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.
7.2. Caso a pessoa candidata, ao consultar seu Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), constate alguma informação divergente do declarado no ato de inscrição deverá entrar em contato com o IDIB, através dos canais de atendimento a pessoa candidata previsto neste Edital, em até 2 (dois) dias consecutivos a contar de referida publicação, para solicitar o ajuste necessário.
7.3. Os contatos feitos após o prazo estabelecido no subitem 7.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para a pessoa candidata as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do candidato , posto ser dever da pessoa candidata verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.
7.4. Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição da pessoa candidata deverão ser corrigidos também até o prazo previsto no subitem 7.2 deste Edital.

7.5. O Cartão de Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço residencial e/ou eletrônico informado pela pessoa candidata no ato da inscrição. São de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado na sua área da pessoa candidata e/ou CCI.
7.6. A pessoa candidata deverá observar atentamente os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova/etapa.
7.7. A alocação das pessoas candidatas nos locais designados para as provas será definida pelo IDIB, que adotará livremente os critérios que julgar pertinentes, a fim de resguardar a segurança do certame. A distribuição se dará de acordo com a viabilidade e adequação dos locais, não necessariamente havendo a alocação das pessoas candidatas nos locais de provas de acordo com a proximidade de suas residências. Ainda, poderá ocorrer a reunião de pessoas candidatas com deficiência em locais de provas específicos, a fim de conferir melhor tratamento e acessibilidade a esse público.
7.8. A pessoa candidata deverá acessar o endereço eletrônico www.idib.org.br para obter e imprimir o comprovante de confirmação de sua inscrição (CCI).
7.9. Constatada qualquer inconsistência ou a ausência do nome da pessoa candidata na relação preliminar de inscritos, caberá a interposição de recurso, na forma e no prazo previstos no item 25-DOS RECURSOS deste Edital.
7.10. O comprovante de confirmação de inscrição deverá ser mantido em poder da pessoa candidata e apresentado, quando solicitado, nos locais de realização das provas, juntamente com documento oficial de identificação com foto, conforme as disposições deste Edital.
7.11. A obtenção, guarda e apresentação do comprovante de confirmação de inscrição são de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata.

8. DAS VAGAS RESERVADAS
8.1. Das vagas destinadas aos cargos e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão providas na forma da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.
8.2. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas às pessoas com deficiência, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).
8.3. As pessoas com deficiência, assim consideradas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 2º da Lei nº 13.146/2015, no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296/2004; no §1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro 2012 (Transtorno do Espectro Autista); da Lei 14.126, de 22 de março de 2021 (Visão Monocular), da Lei 14.768 de 22 de dezembro de 2023 (Deficiência Auditiva), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009 e têm assegurado o direito de inscrição no presente concurso público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram.
8.4. Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, as pessoas candidatas com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação e a todas as demais normas de regência do concurso.
8.5. Para concorrer às vagas reservadas, a pessoa candidata com deficiência deverá:
a) no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência e que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência;
b) enviar, no período previsto no Anexo VI deste edital, para dentro do site da banca em ambiente específico, www.idib.org.br, os documentos abaixo:
I. arquivo digital do documento de identificação, de acordo com este edital, e CPF;
II. arquivo digital de laudo médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a publicação deste edital, atestando a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, de acordo com o modelo constante do Anexo II deste edital;
c) no caso da pessoa candidata com deficiência que necessite de atendimento especial para a realização das provas, enviar, juntamente com a documentação prevista na alínea "b" deste subitem, justificativa de condição especial acompanhada de laudo e parecer emitido por especialista da área de sua deficiência que ateste referida necessidade, conforme prevê o parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto nº 9.508/2018 e alterações.
8.6. A pessoa candidata com deficiência deverá enviar os documentos elencados no período previsto no Anexo VI deste edital, com imagens legíveis. Após esse período, a solicitação será indeferida.
8.7. O envio dos arquivos especificados no subitem 8.5 deste edital é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.
8.8. Somente serão aceitos arquivos no formato PDF, arquivo único, e com tamanho máximo de até 10MB (dez megabytes) ou no máximo 2MB (dois megabytes) se arquivo individual.
8.9. Os arquivos ilegíveis serão desconsiderados para fins de análise.
8.10. A pessoa candidata deverá manter aos seus cuidados a via original ou a cópia autenticada em cartório da documentação constante do subitem 8.5 deste edital, para que, caso seja solicitada pelo IDIB, envie por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.
8.11. O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), a cópia simples do documento de identificação e CPF terão validade somente para este concurso público, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação seja para qualquer fim.
8.12. Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoas com deficiência serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br, nas datas previstas no Anexo VI deste edital.
8.13. A pessoa candidata que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar das inscrições indeferidas para concorrer na condição de pessoa com deficiência deverá fazê-lo no endereço eletrônico www.idib.org.br no prazo estabelecido no Anexo VI deste Edital. Após o término do referido prazo, não serão admitidos pedidos de revisão.
8.14. No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de complementação, substituição ou novo envio de documentação.
8.15. A inobservância do disposto no item 8.5 deste edital acarretará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
8.16. A pessoa candidata que não se declarar com deficiência no ato de sua inscrição não terá direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. Apenas o envio da documentação exigida neste edital não é suficiente para a pessoa candidata ter sua solicitação deferida.
8.17. A pessoa candidata que, no ato da inscrição, se declarar pessoa com deficiência, se aprovada neste concurso público e na perícia médica, figurará na listagem geral de classificação e, também, em lista específica de pessoas candidatas na condição de pessoa com deficiência.
8.18. As vagas reservadas para pessoas com deficiência serão preenchidas por pessoas candidatas que tenham obtido o percentual mínimo de aprovação em todas as etapas do concurso, dentro dos limites do quadro de vagas constantes neste edital. Caso não haja pessoas candidatas aprovadas, às vagas eventualmente não preenchidas serão destinadas à ampla concorrência.
8.19. Na hipótese de novas vagas dentro do prazo de validade do presente concurso público e sendo possível a aplicação do percentual a que se refere o subitem 8.1 deste edital, e havendo pessoa candidata considerada pessoa com deficiência habilitada, ela será convocada.
8.20. Durante o prazo de validade do concurso serão convocadas pessoas candidatas na condição de pessoa com deficiência de acordo com a alternância e proporcionalidade previstas em lei.

8.21. Após a investidura da pessoa candidata com deficiência, esta não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria nem de reabilitação.
8.22. A nomeação das pessoas candidatas aprovadas respeitará os critérios de ordem de classificação, de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas as pessoas candidatas com deficiência.
8.23. A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de pessoa candidata ocupante de vaga reservada implicará a sua substituição pela próxima candidata com deficiência classificada, desde que haja pessoa candidata classificada nessa condição.
8.24. No ato da inscrição, a pessoa candidata com deficiência deverá declarar estar ciente das atribuições do cargo/área e/ou especialidade para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo.
8.25. A pessoa candidata que não for considerada pessoa com deficiência, nos termos do Decreto nº 3.298/1999, do art. 2º da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e da Lei nº 14.126/2021, passará a figurar apenas na listagem de classificação geral, caso possua nota suficiente para tanto, observados os critérios de avaliação biopsicossocial previstos na legislação vigente.

9. DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL
9.1. O candidato que tenha optado por concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e que tenha alcançado a pontuação mínima exigida na prova objetiva, será submetido ao procedimento de caracterização da deficiência, promovido por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade do IDIB.
9.2. O procedimento de caracterização da deficiência será realizado inicialmente por meio da análise da documentação comprobatória encaminhada pelo candidato durante o período de inscrição, conforme o item 8 deste Edital.
9.3. Em caso de dúvida, inconsistência ou insuficiência dos elementos apresentados na análise documental, o procedimento será complementado por avaliação em formato telepresencial.
9.4. Serão submetidos ao procedimento de caracterização da deficiência todos os candidatos inscritos nas vagas reservadas que alcancem a pontuação mínima exigida nas etapas anteriores, ainda que tenham obtido pontuação suficiente para aprovação ou classificação dentro do quantitativo da ampla concorrência.
9.5. O procedimento será realizado após a publicação do resultado definitivo da prova objetiva e antes da publicação do resultado final do concurso público, observadas as datas estabelecidas no Anexo VI deste Edital.
9.6. A Administração ou a equipe multiprofissional e interdisciplinar poderá determinar a realização de avaliação telepresencial complementar sempre que considerar indispensável o exame físico direto do candidato para a adequada e segura conclusão do procedimento.

A. DO PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL
9.7. A análise documental para caracterização da deficiência será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade do IDIB, mediante exame da documentação comprobatória prevista no item 8 deste Edital e enviada pelo candidato no período de inscrição.
9.8. A análise documental será realizada por meio de sistema eletrônico, no qual a equipe multiprofissional e interdisciplinar, cuja composição será por 3(três) profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e 3(três) profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato. terá acesso às imagens dos documentos apresentados pelo candidato nos termos do item 8 deste Edital.
9.9. A equipe multiprofissional e interdisciplinar emitirá parecer fundamentado sob a perspectiva biopsicossocial, considerando:
a) as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição no concurso público;
b) a documentação comprobatória ou caracterizadora da deficiência encaminhada pelo candidato;
c) a natureza das atribuições e das tarefas essenciais do cargo a ser desempenhado;
d) as condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho necessárias à execução das tarefas;
e) a possibilidade de utilização, pelo candidato, de equipamentos, tecnologias assistivas ou outros meios de que faça uso habitual;
f) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
g) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
h) a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação social; e
i) o resultado da avaliação com base no disposto no § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, sem prejuízo da adoção de critérios adicionais.
9.10. Os resultados preliminar e definitivo do procedimento de análise documental da avaliação biopsicossocial serão divulgados nas datas previstas no Anexo VI deste Edital.
9.11. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar do procedimento de análise documental da avaliação biopsicossocial por meio da Área do Candidato, acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br, dentro do prazo previsto no Anexo VI deste Edital.
9.12. O candidato poderá enviar, em recurso, nova imagem da documentação comprobatória/caracterizadora da deficiência. Poderá enviar, ainda, imagem de exames complementares específicos que comprovem a deficiência.
9.13. A análise da documentação do candidato que, na primeira etapa do procedimento de análise da avaliação biopsicossocial, reste dúvida quanto à caracterização da deficiência, ensejará a convocação para a segunda etapa da avaliação biopsicossocial, conforme subitem 9.15 e seguintes deste Edital.

B. DA AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR TELEPRESENCIAL
9.14. O candidato cuja documentação não permita conclusão segura quanto à caracterização da deficiência será convocado para avaliação complementar realizada pela equipe multiprofissional e interdisciplinar.
9.15. A avaliação complementar será realizada no formato telepresencial (com uso de tecnologias) para a análise da deficiência apresentada.
9.16. O candidato será convocado por meio de edital específico, a ser publicado na forma do item 25 e na data prevista no Anexo VI deste Edital.
9.16.1. O edital de convocação informará:
a) a data e o horário fixados;
b) a plataforma eletrônica e o procedimento de acesso à sala virtual;
c) os documentos e exames complementares que deverão ser apresentados; e
d) as demais instruções técnicas e organizacionais indispensáveis ao ato.
9.17. Por ocasião da avaliação complementar, o candidato deverá apresentar, quando solicitado, exames complementares específicos, laudos e documentos indispensáveis à adequada caracterização da deficiência.
9.18. A solicitação de exames ou documentos complementares será fundamentada pela equipe multiprofissional e informada ao candidato no edital de convocação ou mediante notificação em sua Área do Candidato.
9.19. A avaliação ocorrerá por meio de plataforma eletrônica indicada no edital de convocação, cabendo ao IDIB assegurar:
a) a disponibilização, estabilidade e adequado funcionamento da plataforma eletrônica;
b) as condições de acessibilidade digital necessárias;
c) o suporte técnico durante a realização do procedimento;
d) a proteção, confidencialidade e criptografia dos dados pessoais e das informações de saúde;
e) a prestação das adaptações razoáveis previamente solicitadas e deferidas.

9.20. Na modalidade telepresencial, o candidato deverá providenciar equipamento dotado de câmera e microfone funcionais e conexão à internet com velocidade compatível, observadas as especificações do edital de convocação.
9.21. O candidato deverá acessar a sala virtual com a antecedência mínima indicada no edital de convocação, permanecendo conectado e disponível até a finalização do procedimento.
9.22. Não haverá segunda chamada para a realização da avaliação complementar, salvo nas seguintes hipóteses excepcionais:
a) falha técnica de conexão ou funcionamento comprovadamente atribuível à plataforma eletrônica ou ao IDIB;
b) indisponibilidade geral do sistema mantido pela banca;
c) ausência injustificada de oferta da adaptação razoável anteriormente deferida;
d) caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado documentalmente no prazo de até 2 (dois) dias corridos e aceito pela comissão responsável; ou
e) outra situação excepcional expressamente reconhecida pela Administração.
9.23. O não acesso à sala virtual ou o não comparecimento à avaliação presencial, sem justificativa aceita pela comissão, implicará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
9.24. Não será admitido o ingresso do candidato após o horário fixado para o início da avaliação, ressalvada a ocorrência de falha técnica da plataforma ou situação excepcional reconhecida pelo IDIB.
9.25. O candidato deverá apresentar documento original de identidade com foto válida, nos termos deste Edital, ou documento de identificação digital oficial (ex.: e-Título, CNH digital, RG digital) nas plataformas oficiais devidas.
9.26. Na avaliação telepresencial, o documento de identidade deverá ser exibido à câmera para verificação e registro da equipe de apoio do IDIB.
9.27. Após a verificação da identidade, o candidato aguardará em ambiente virtual de espera até a sua chamada pela equipe multiprofissional.
9.28. Durante toda a avaliação telepresencial, o candidato manterá sua câmera ligada e transmissão de vídeo ativa, ressalvadas adaptações razoáveis previamente autorizadas.
9.29. É vedada a presença de terceiros no ambiente do candidato durante a avaliação telepresencial, exceto quando previamente autorizada a participação de acompanhante, intérprete de Libras, guia intérprete, atendente pessoal ou profissional de apoio. A qualificação do acompanhante deverá ser informada à equipe no início da sessão.
9.30. O resultado preliminar da avaliação complementar será divulgado na data prevista no Anexo VI deste Edital.
9.31. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar da avaliação complementar por meio da Área do Candidato (www.idib.org.br), no prazo estipulado no Anexo VI deste Edital.
9.32. O candidato terá acesso à cópia do parecer fundamentado, podendo juntar em seu recurso nova documentação comprobatória, laudos e exames complementares.
9.33. O resultado definitivo do procedimento de caracterização da deficiência será divulgado após a apreciação dos recursos, na forma do item 25 e na data constante do Anexo VI deste Edital.

C. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO DE CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

9.34. Na hipótese de decisão definitiva pela não caracterização da deficiência, o candidato permanecerá no concurso público figurando exclusivamente na lista de ampla concorrência, desde que tenha alcançado, em cada etapa anterior, a nota ou pontuação necessária para prosseguir no certame e esteja situado dentro do limite de corte exigido na ampla concorrência.
9.35. A comissão encarregada da análise dos recursos será composta por profissionais distintos daqueles que emitiram o parecer inicial recorrido, garantindo-se a impessoalidade e o duplo grau de revisão administrativa.
9.36. Das decisões proferidas pela comissão recursal não caberá novo recurso administrativo no âmbito do concurso público.
9.37. Constatados indícios de fraude, falsidade ideológica ou má-fé no procedimento de caracterização da deficiência, o caso será submetido à apuração e encaminhado aos órgãos competentes para adoção de providências administrativas, civis e criminais.
9.38. Comprovada a fraude ou má-fé em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa:
a)se o concurso público estiver em andamento, o candidato será eliminado sumariamente do certame; ou
b)se o candidato já tiver sido nomeado ou empossado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ou ato de provimento no serviço público, sem prejuízo da restituição de valores e demais sanções aplicáveis.
9.39. Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que:
a)não tiver sua deficiência caracterizada após a decisão definitiva do procedimento;
b)não acessar a sala virtual na avaliação telepresencial, quando regularmente convocado, sem justificativa aceita nos termos do edital;
c)não apresentar documento oficial de identidade válido no momento da avaliação;
d)recusar-se, injustificadamente, a fornecer as informações ou submeter-se aos exames necessários à realização do procedimento;
e)deixar de apresentar, no prazo solicitado, documentos ou exames imprescindíveis à conclusão do parecer técnico; ou
f)impedir, dificultar ou inviabilizar, por qualquer meio, a realização da avaliação técnica.
9.40. Os candidatos inscritos na reserva de vagas para pessoas com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, conforme a sua pontuação e ordem de classificação geral.
9.41. Os candidatos com deficiência que obtiverem pontuação suficiente para aprovação dentro do quantitativo de vagas da ampla concorrência não serão computados no preenchimento das vagas reservadas.
9.42. Os candidatos com deficiência aprovados na ampla concorrência figurarão tanto na lista de classificação geral quanto na lista de classificação de vagas reservadas.
9.43. A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato convocado para vaga reservada ensejará sua substituição pelo candidato com deficiência subsequente na ordem de classificação da lista de reserva.
9.44. As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas serão revertidas para a ampla concorrência somente após o esgotamento total da lista de candidatos com deficiência aprovados, inclusive aqueles integrantes do cadastro de reserva.
9.45. A nomeação dos candidatos aprovados observará a ordem de classificação e os critérios de alternância e proporcionalidade entre a lista da ampla concorrência e a lista de reserva para pessoas com deficiência, respeitado o percentual legal estabelecido no subitem 8.1 deste Edital.
9.46. Em caso de vagância ou surgimento de novas vagas destinadas à reserva durante a validade do concurso, será convocado o candidato com deficiência aprovado na posição subsequente da respectiva lista especial.
9.47. Somente após o esgotamento absoluto da lista de candidatos com deficiência as vagas reservadas remanescentes poderão ser revertidas e preenchidas pelos candidatos aprovados na ampla concorrência, segundo a ordem geral de classificação.
9.48. Caso todos os candidatos da ampla concorrência tenham sido nomeados e ainda restem cargos vagos durante o prazo de validade do concurso público, poderão ser convocados os candidatos aprovados na lista de pessoas com deficiência, respeitada a ordem de classificação e o atendimento às exigências do cargo.
9.49. Ocorrendo a vacância de cargo anteriormente ocupado por pessoa com deficiência nomeada por este certame durante o prazo de validade do concurso, a nova convocação recairá preferencialmente sobre candidato aprovado na lista de vagas reservadas aos optantes PcD, respeitada a ordem classificatória.

9.50. O IDIB e o órgão público contratante garantem a integral e rigorosa proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis (dados de saúde e de deficiência) previstos na LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a prevenir acessos não autorizados ou vazamentos.
9.51. O procedimento de caracterização da deficiência possui a finalidade exclusiva de verificar o enquadramento do candidato na reserva de vagas, não se confundindo com o exame de aptidão física ou mental para o exercício do cargo, a ser realizado no momento da posse/admissão.
9.52. A caracterização da deficiência para fins de vaga reservada não exclui nem substitui o direito do candidato ao fornecimento de adaptações razoáveis, ajudas técnicas e tecnologias assistivas necessárias para a realização das demais etapas do concurso público.

10. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS PRETAS
10.1. Serão reservados, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das vagas às pessoas negras na forma da Lei Estadual nº 11.015, de 20 de novembro de 2021.
10.2. Para os fins de concorrer às vagas reservadas nos moldes do 10.1 considera-se pessoa preta ou parda aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na forma de regulamento;
10.3. A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso for igual ou superior a 3 (três).
10.4. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos(as) negros(as), deverá esse número ser aumentado para o primeiro número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).
10.5. No caso de cargo em que não haja reserva imediata às pessoas candidatas negras, em virtude do número de vagas, a pessoa candidata poderá se inscrever para o cadastro de reserva, já que a Administração Pública pode, dentro da validade do concurso, alterar o seu quadro criando novas vagas.
10.6. Para concorrer às vagas reservadas neste concurso público, a pessoa candidata deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preta em campo específico do formulário de inscrição, observados os critérios de cor e etnia adotados pelo IBGE, no que se refere às categorias preta e parda.
10.7. Até o fim do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata optar por concorrer ou desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.
10.8. Presumem-se relativamente verdadeiras as informações prestadas pela pessoa candidata no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa, e sem prejuízo dos procedimentos específicos de verificação e comprovação previstos neste edital, especialmente quanto à autodeclaração étnico-racial.
10.9. Comprovando-se falsa a declaração, a pessoa candidata será eliminada do concurso e, se houver sido convocada, ficará sujeita à anulação da sua convocação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
10.10. As pessoas candidatas negras concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.
10.11. As pessoas candidatas pretas, pela reserva de vagas que vierem a ser aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas destinado à ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas, concorrendo exclusivamente em decorrência de sua classificação segundo os critérios gerais do certame.
10.12. As pessoas candidatas negras serão classificadas no resultado final do concurso público tanto na listagem de ampla concorrência quanto na listagem de vagas reservadas, observada, em ambas, a mesma nota ou pontuação obtida pela pessoa candidata em cada etapa do certame.
10.13. Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa candidata preta aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.
10.14. Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.
10.15. A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.
10.16. As pessoas candidatas que tiverem a inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas constarão na relação a ser divulgada no endereço eletrônico www.idib.org.br.
10.17. A pessoa candidata poderá interpor recurso contra o indeferimento da inscrição para as vagas reservadas, nas datas indicadas conforme cronograma previsto neste edital.
10.18. A pessoa candidata que se autodeclarou preta ou parda no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se à Comissão de Heteroidentificação, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico.

11. DA HETEROIDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS PRETAS OU PARDAS
11.1. Considera-se procedimento de heteroidentificação étnico-racial aquele por meio do qual terceiros verificam a condição étnico-racial autodeclarada pelo candidato.
11.2. Os candidatos autodeclarados negros, assim consideradas as pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo IBGE, nos termos da Lei Federal nº 15.142/2025, se aprovados nas fases anteriores do certame, serão submetidos ao procedimento de heteroidentificação, como etapa complementar à autodeclaração, antes da homologação do resultado final.
11.3. As pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas que tiverem optado por concorrer às vagas reservadas, se não eliminadas no concurso, serão submetidas ao procedimento de heteroidentificação para confirmação da condição declarada, como requisito para concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas negras.
11.4. Serão convocadas para o procedimento de heteroidentificação as pessoas candidatas negras que tiverem inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas a pessoas afrodescendentes e que tenham sido classificadas nas fases anteriores à sua realização, observados os mesmos quantitativos previstos neste edital.
11.5. O IDIB executará a heteroidentificação por meio de procedimento telepresencial, cujo edital de convocação específico indicará local, data e horário, a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.
11.6. A pessoa candidata deverá verificar previamente o dia e o horário de realização do procedimento, somente podendo realizá-lo na data designada.
11.7. A pessoa candidata convocada deverá estar disponível com 1 (uma) hora de antecedência do horário marcado para o início do procedimento telepresencial, munida de documento de identificação original e cópia, na forma prevista neste edital.
11.8. Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar documento de identificação original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 (trinta) dias da data de sua apresentação, podendo ser, ainda, submetida à identificação especial, a critério da Comissão.
11.9. O IDIB constituirá Comissão de Heteroidentificação, composta por 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, observados os requisitos legais aplicáveis, devendo sua composição garantir, sempre que possível, a diversidade quanto ao gênero, à cor e à origem regional de seus integrantes.

11.10. Será resguardado o sigilo dos nomes das pessoas que integram a Comissão de Heteroidentificação, podendo tais informações ser disponibilizadas aos órgãos de controle interno e externo, quando requeridas.
11.11. Os currículos dos integrantes da Comissão de Heteroidentificação serão publicados no endereço eletrônico www.idib.org.br, em conformidade com a legislação aplicável.
11.12. A Comissão de Heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pela pessoa candidata, consideradas as características fenotípicas apresentadas no momento da realização do procedimento, observadas a declaração feita no ato da inscrição quanto à condição de pessoa afrodescendente e a opção de concorrer às vagas reservadas.
11.13. Não será admitida, em nenhuma hipótese, prova baseada em ancestralidade ou em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos.
11.14. É vedado à pessoa candidata utilizar subterfúgios para simulação ou alteração de características fenotípicas, sob pena de apuração de eventual fraude ou má-fé, na forma da legislação aplicável.
11.15. Não serão admitidos, para fins de aferição da condição declarada, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados pela pessoa candidata, inclusive imagens, certidões, registros civis ou militares, documentos relativos à ascendência, ou pareceres emitidos por comissões de heteroidentificação de outros concursos públicos ou processos seletivos federais, estaduais, distritais ou municipais.
11.16. O procedimento será registrado por meio de filmagem e fotografia, cujo material somente poderá ser utilizado pela Comissão para fins de análise de eventual recurso interposto pela pessoa candidata.
11.17. A recusa da pessoa candidata em se submeter à filmagem, à fotografia, ou a ambas, implicará o indeferimento automático de sua autodeclaração étnico-racial, dispensada a convocação suplementar de pessoas candidatas não habilitadas, permanecendo a pessoa candidata no certame pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior, nota ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais etapas.
11.18. É vedado à Comissão deliberar na presença de quaisquer pessoas candidatas na seleção.
11.19. A Comissão deliberará pela maioria de seus membros, mediante parecer motivado, com registro expresso das razões de convencimento.
11.20. Prevalecerá a presunção relativa de veracidade da autodeclaração em favor da pessoa candidata sempre que houver dúvida razoável quanto ao seu fenótipo, circunstância que deverá constar, de forma motivada, do parecer da Comissão.
11.21. O teor do parecer motivado terá acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e demais normas aplicáveis de proteção de dados pessoais.
11.22. As deliberações da Comissão terão validade restrita a este certame, não se estendendo a outras finalidades.
11.23. O resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br e indicará a conclusão do parecer da Comissão quanto à confirmação da autodeclaração.
11.24. Da decisão preliminar da Comissão, a pessoa candidata prejudicada pela não confirmação de sua autodeclaração poderá interpor recurso dirigido à Comissão Recursal de Heteroidentificação, no prazo de 2 (dois) dias corridos, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado preliminar, por meio de link próprio disponibilizado no endereço eletrônico www.idib.org.br, não sendo aceitos pedidos de revisão após esse prazo.
11.25. A Comissão Recursal de Heteroidentificação será composta por 3 (três) membros, distintos daqueles que integraram a Comissão de Heteroidentificação, aplicando-se a ela, no que couber, as regras previstas para a Comissão de Heteroidentificação quanto à composição e aos critérios de avaliação. Os currículos de seus integrantes serão disponibilizados no endereço eletrônico www.idib.org.br por ocasião da divulgação do resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação.
11.26. Em suas decisões, a Comissão Recursal considerará a filmagem do procedimento, o parecer emitido pela Comissão de Heteroidentificação e o conteúdo do recurso interposto pela pessoa candidata prejudicada.
11.27. A autodeclaração da pessoa candidata prevalecerá sempre que houver decisão não unânime em seu desfavor, cumulativamente, na Comissão de Heteroidentificação e na Comissão Recursal. Das decisões da Comissão Recursal não caberá novo recurso administrativo.
11.28. Na hipótese de indícios ou denúncia de fraude ou má-fé no procedimento de heteroidentificação, o caso será encaminhado aos órgãos competentes, inclusive à Polícia Federal, para apuração da existência ou não de crime, nos termos da legislação penal vigente. Constatada a fraude ou má-fé pelos órgãos competentes, a pessoa candidata será eliminada, caso o certame ainda esteja em andamento, ou ficará sujeita à anulação de sua admissão ao serviço ou emprego público, caso já tenha sido admitida, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
11.29. O resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação será publicado na data prevista no cronograma.
11.30. Demais informações a respeito do procedimento de heteroidentificação constarão do edital de convocação específico para esta etapa.
11.31. Caso a pessoa candidata não compareça à Comissão de Heteroidentificação será excluída da lista de classificação da vaga reservada, mantendo sua posição na lista de ampla concorrência.
11.32. Caso o resultado da avaliação seja o não enquadramento da pessoa candidata como preta, ela será excluída da lista de classificação de pessoas candidatas da vaga reservada, mantendo sua posição na lista de classificação de ampla concorrência, salvo se comprovada má-fé na autodeclaração, hipótese em que será eliminada após procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
11.33. A manutenção da posição na lista de classificação de ampla concorrência, citada nos subitens anteriores, ficará condicionada à nota mínima de corte aplicada à última pessoa candidata classificada nessa listagem.
11.34. Do resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada caberá recurso na forma especificada na convocação.
11.35. O enquadramento ou não da pessoa candidata na condição de pessoa preta não configura ato discriminatório de qualquer natureza.
11.36. A inobservância do disposto nesta Seção acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas.
11.37. Demais informações a respeito dos procedimentos de verificação documental complementar constarão dos respectivos editais de convocação específicos para cada etapa.

12. DA RESERVA MÍNIMA PARA CANDIDATAS DO SEXO FEMININO

12.1. Na ocupação dos cargos de Guarda Municipal deverá ser observado o percentual mínimo de 10% (dez por cento) das vagas destinadas às candidatas do sexo feminino, nos termos do art. 10, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 048/2025.
12.2. A observância do percentual mínimo ocorrerá na nomeação, respeitada a ordem de classificação, as modalidades de concorrência e reserva de vagas previstas neste Edital e a existência de candidatas aprovadas e aptas em todas as fases do concurso.
12.3. Na inexistência de candidatas aprovadas em número suficiente, as vagas poderão ser preenchidas por candidatos do sexo masculino, conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 048/2025.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO:

13.1. Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e concordar com o termo de aceite deste Edital, o qual configura aceitação de todas as normas e condições estipuladas.
13.2. É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal e (ou) via correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que não o estabelecido neste Edital.

13.3. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) da pessoa candidata.
13.4. Para fim deste concurso, serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pela Secretaria de Defesa Social, pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos Institutos de Identificação e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; Carteiras funcionais emitidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; Carteira Nacional de Habilitação, mesmo já vencida, (somente o modelo com foto); Carteira de Trabalho e Previdência Social (o modelo com foto, com o número do registro geral e do CPF).
13.5. Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias;
13.6. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteira nacional de habilitação (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento; cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, ou protocolo de documento de identidade.
13.7. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento;
13.8. A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetida à identificação especial;
13.9. Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente eliminada do Concurso Público;
13.10. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura;
13.11. A pessoa candidata que não possuir CPF deverá solicitá-lo em tempo hábil, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.
13.12. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata.
13.13. As pessoas candidatas que necessitarem de qualquer tipo de tratamento diferenciado, sejam pessoas com deficiência ou não, para a realização das provas, deverão solicitá-lo no ato de inscrição, indicando a necessidade específica na seção referente a Atendimento Especial, e comprovar referida necessidade por meio de envio de documentação comprobatória no período previsto.
13.14. Para solicitar tratamento diferenciado, a pessoa candidata deverá enviar imagem digitalizada da documentação que justifique a condição especial solicitada, por meio de sua Área da pessoa candidata, acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br, no período previsto.
13.15. O envio da documentação previsto neste Edital (original ou cópia autenticada em cartório) é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino.
13.16. As imagens da documentação comprobatória do pedido de tratamento diferenciado (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso.
13.17. A candidata que tiver necessidade de amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses durante a realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso, amparada pela Lei Federal nº 13.872/2019, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade, e será o responsável pela guarda da criança durante todo o tempo necessário. A candidata sem acompanhante não fará as provas.
13.18. Terá o direito previsto no subitem 13.17 deste Edital a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso.
13.19. A prova da idade será feita mediante o envio da certidão de nascimento digitalizada em .pdf, de acordo com o disposto neste Edital.
13.20. Caso a criança ainda não tenha nascido, a da certidão de nascimento poderá ser substituída por envio eletrônico do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.
13.21. A mãe terá o direito de proceder a amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.
13.22. Durante o período de amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
13.23. O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova objetiva ou etapa avaliativa, em igual período.
13.24. Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, 1 (uma) hora de compensação.
13.25. Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado ao IDIB no prazo previsto, por inexistir a doença no período de inscrição, deverão fazê-lo via correio eletrônico no site www.idib.org.br tão logo a condição seja diagnosticada. As pessoas candidatas nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.
13.26. Considerando a possibilidade de as pessoas candidatas serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar essa condição ao IDIB no ato de inscrição, de acordo com o disposto no subitem 13.13 deste Edital.
13.27. Em nome da segurança do processo, a regra do subitem 13.26 acima também se aplica a pessoas candidatas com deficiências auditivas que utilizem aparelho auricular, bem como outros aparelhos de saúde diversos tais como: medidor de glicemia, sondas, etc.
13.28. No caso de descumprimento deste procedimento ou se for verificada má-fé no uso dos referidos aparelhos, as pessoas candidatas poderão ser eliminadas do certame.
13.29. A pessoa candidata transexual ou travesti que desejar ser tratado(a) pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das fases deste Concurso, deverá, no ato de sua inscrição, informar o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado(a).
13.30. A pessoa candidata que optar pela utilização do nome social no Concurso, deverá enviar legível arquivo eletrônico do registro civil ou documento de identidade em que conste o nome civil para utilização com fins administrativos internos.
13.31. As publicações referentes às pessoas candidatas transexuais e travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.
13.32. A pessoa candidata que não solicitar tratamento diferenciado na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, exceto nos casos previstos no subitem 13.25 e 13.17 acima.
13.33. Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram o seu atendimento especial deferido serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br.
13.34. A pessoa candidata disporá do prazo de 2 (dois) dias consecutivos, contados a partir da data de divulgação da relação preliminar mencionada no subitem 13.33, para interpor recurso contra o indeferimento, exclusivamente por meio de sua Área da Pessoa candidata, observadas as instruções constantes da referida publicação. O recurso deverá restringir-se exclusivamente a matérias relacionadas ao atendimento especial. Findo o prazo estabelecido, não serão admitidos pedidos de revisão.
13.35. As pessoas candidatas que não solicitarem o tratamento diferenciado dentro do prazo de inscrições, independentemente do motivo alegado, não terão a condição atendida. A solicitação de tratamento diferenciado, quando apresentada tempestivamente, será analisada e atendida conforme critérios de viabilidade e razoabilidade, desde que devidamente comunicada nos prazos estabelecidos neste Edital.

14. DA PROVA OBJETIVA:

14.1. Será aplicado exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo V deste Edital, conforme o quadro a seguir:

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	18	1,0	18,0	50% (cinquenta por cento) do total de cada uma das disciplinas.
	Matemática	06		6,0	
	Noções de Informática	06		6,0	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Noções de Direito e Legislação	30	2,0	60,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		**60**	-	**90,0**	

14.2. Os locais e os horários de realização das provas objetivas serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br.
14.3. Será de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.
14.4. A duração da prova objetiva será de 04 (quatro) horas e ocorrerá na data de 06 de dezembro de 2026.
14.5. As provas objetivas constarão de 60 (sessenta) questões com pesos 1,0 e 2,0 conforme subitem 14.1 deste edital.
14.6. Considerar-se-á classificada a pessoa candidata que, cumulativamente, pontuar no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos em cada uma das disciplinas.
14.7. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco alternativas (A à E) e uma única alternativa com a resposta correta.
14.8. A pessoa candidata deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade da pessoa candidata, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro da pessoa candidata.
14.9. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora dos campos reservados às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pela leitura óptica, prejudicando o desempenho da pessoa candidata.
14.10. A pessoa candidata deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (marcação em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.
14.11. A instituição organizadora poderá aplicar mecanismos de segurança utilizando a foto da pessoa candidata. Na hipótese do uso da foto, o candidato (a) deverá confirmar se a foto é sua ou não, assinalando o quadro correspondente à tal informação no cartão resposta que será apresentado. A não marcação, poderá ocasionar a eliminação da pessoa candidata.
14.12. É de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a veracidade da foto.
14.13. Em caso de divergência da foto da pessoa candidata, poderá ser utilizado outros mecanismos de segurança como assinatura, frase de segurança, entre outros, que estarão apostos no cartão resposta. Sendo relatado em ata a inconformidade da foto e do cartão da pessoa candidata.
14.14. O IDIB poderá utilizar a foto da pessoa candidata para a lista de sala e cartão resposta como medida extra de segurança.
14.15. O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte da pessoa candidata, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.
14.16. A não identificação, pela pessoa candidata, do seu tipo de caderno de prova na folha de respostas acarretará nota final igual a 0,00 (zero).
14.17. Serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.
14.18. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.
14.19. A não devolução pela pessoa candidata da folha de respostas ao fiscal, devidamente identificada quanto ao tipo de caderno de prova e assinada, conforme subitem 14.10 deste edital, acarretará eliminação sumária da pessoa candidata neste concurso.
14.20. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de a pessoa candidata que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, a pessoa candidata será acompanhada por um fiscal do IDIB devidamente treinado e autorizado para tanto.
14.21. A pessoa candidata não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

15. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS:

15.1. As provas objetivas serão realizadas na data prevista neste edital de acordo com quadro a seguir:

NÍVEL	DATA
MÉDIO	06/12/2026 08h00min as 12h00min da manhã (horário de Brasília)

15.2. Os locais de aplicação das provas objetivas, para os quais deverão se dirigir as pessoas candidatas, serão divulgados dias antes da data da prova, por meio de consulta disponibilizada no endereço eletrônico www.idib.org.br.
15.3. Os portões dos locais de realização das provas serão abertos com antecedência de 1h (uma hora) em relação ao horário fixado para o início de cada turno, sendo fechados impreterivelmente no horário de início das provas, conforme item 15.1.
15.4. Não será permitido, sob nenhuma hipótese, o ingresso de candidato(a) no local de prova após o horário fixado para o fechamento dos portões, independentemente do motivo alegado, tampouco será concedida tolerância de horário.
15.5. Recomenda-se ao(à) candidato(a) comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 1H (uma) hora em relação ao horário de fechamento dos portões, munido(a) de documento oficial de identificação com foto e dos demais itens exigidos neste Edital.
15.6. O caderno de prova contém informações pertinentes ao Concurso, devendo a pessoa candidata ler atentamente as instruções contidas na capa do caderno de prova.
15.7. Ao terminar a conferência do caderno de prova, caso ele esteja incompleto ou tenha defeito, a pessoa candidata deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. A pessoa candidata deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de prova.
15.8. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever da pessoa candidata estar ciente das normas contidas neste Edital.
15.9. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, o IDIB tem a prerrogativa para entregar a pessoa candidata prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.

15.10. A pessoa candidata deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de documento de identidade original com foto, nos termos deste edital.
15.11. Poderá ocorrer inclusão de pessoa candidata que apresente documento que demonstre a regularidade de sua inscrição. A inclusão terá caráter condicional e será, posteriormente, averiguada pelo IDIB a fim de se confirmar a sua pertinência. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que a pessoa candidata obtenha aprovação nas provas.
15.12. No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial local, não sendo admitidas quaisquer pessoas candidatas retardatárias. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de duas testemunhas do fato.
15.13. Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de duas testemunhas que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de prova, folhas de respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.
15.14. Durante a realização das provas, a partir do ingresso da pessoa candidata na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil das pessoas candidatas mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.
15.15. Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, todas as pessoas candidatas deverão se submeter à identificação datiloscópica, bem como a outros procedimentos de segurança, se julgados necessários pela Organizadora, no dia de realização das provas.
15.16. Poderá ainda ser solicitada, em momento posterior às provas, nova identificação datiloscópica, excepcionalmente, a critério da Comissão do Concurso.
15.17. Caso a pessoa candidata esteja impedida fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência.
15.18. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados neste Edital ou em comunicado posterior.
15.19. Não será admitido ingresso de pessoa candidata no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início, sendo excluída a pessoa candidata considerada ausente na aplicação.
15.20. Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.
15.21. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.
15.22. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.
15.23. A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.
15.24. Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público.
15.25. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura.
15.26. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre as pessoas candidatas nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido à pessoa candidata ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento em saco opaco e devidamente lacrado (fornecido pelo IDIB), com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipod, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta qualquer responsabilidade do IDIB sobre tais equipamentos.
15.27. No caso de a pessoa candidata ser surpreendida portando os aparelhos eletrônicos supracitados ou outros semelhantes, bem como, durante a aplicação da prova, qualquer aparelho eletrônico de titularidade da pessoa candidata vier a emitir qualquer sinal sonoro, mesmo estando acondicionado, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e a pessoa candidata será eliminada automaticamente do certame. Para evitar qualquer situação neste sentido, a pessoa candidata deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.
15.28. Quando do ingresso na sala de aplicação de provas, as pessoas candidatas deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.
15.29. A detecção de qualquer objeto metálico com o candidato durante a aplicação das provas, ainda que desligado ou inofensivo, implicará sua eliminação imediata do certame.
15.30. Durante a realização das provas, os envelopes de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrados, deverão permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pela pessoa candidata, devendo permanecer nessa situação durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo ao local de provas.
15.31. Bolsas, mochilas e outros pertences das pessoas candidatas deverão igualmente permanecer ao lado ou embaixo da carteira/cadeira da pessoa candidata.
15.32. Todos os materiais de estudo deverão ser devidamente guardados antes do início das provas, não podendo estar na posse das pessoas candidatas quando do uso de sanitários, durante o tempo de realização das provas, sob pena de eliminação.
15.33. A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que a pessoa candidata não tenha ingressado no local de prova no início do certame, ou tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos.
15.34. Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso, é proibido que as pessoas candidatas portem arma de fogo no dia de realização das provas.
15.35. Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização, pela pessoa candidata, de chapéus ou quaisquer acessórios de chapelaria ou óculos escuros, exceto para correção visual ou fotofobia, devidamente comprovado por meio de laudo médico, que será retido pelo IDIB, a ser apresentado na data da prova.
15.36. É garantida a liberdade religiosa a todas as pessoas candidatas. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça será solicitado que se dirijam ao local a ser indicado pela Coordenação do IDIB, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade da pessoa candidata e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.

15.37. Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário novo procedimento de vistoria, conforme o descrito neste edital, poderá ser realizado.
15.38. Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, no dia de realização de prova:
a) não será permitida a permanência de acompanhante da pessoa candidata (exceto para o caso previsto neste Edital) ou pessoas estranhas ao processo nas dependências do local onde forem aplicadas as provas;
b) as pessoas candidatas poderão ser submetidas ao detector de metais.
15.39. As 3 (três) últimas pessoas candidatas de cada sala só poderão sair juntas. Caso alguma destas pessoas candidatas insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pela pessoa candidata e testemunhado pelas 2 (duas) outras pessoas candidatas, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.
15.40. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo Coordenador da Unidade de aplicação, dando tratamento isonômico a todas as pessoas candidatas presentes.
15.41. A pessoa candidata somente poderá se retirar da sala de aplicação das provas faltando uma hora para o término da prova.
15.42. A pessoa candidata NÃO poderá levar consigo o caderno de provas.
15.43. O fiscal de sala orientará as pessoas candidatas, quando do início das provas, que o único documento que deverá permanecer sobre a carteira será o documento de identidade original, de modo a facilitar a identificação da pessoa candidata para a distribuição de seu respectivo Cartão de Resposta.
15.44. Ao término de sua prova, a pessoa candidata deverá aguardar o recolhimento de seu material pelo fiscal de aplicação, bem como a conferência de seus dados, podendo retirar-se da sala de provas somente após autorizada.
15.45. A pessoa candidata deverá, obrigatoriamente, devolver ao fiscal de aplicação o documento que será utilizado para correção de sua prova (folha de respostas), devidamente assinado no local indicado, bem como o caderno de prova. A pessoa candidata que descumprir a regra de entrega destes documentos será eliminada do concurso.
15.46. Terá suas provas anuladas, também, e será ELIMINADA do Concurso Público, a pessoa candidata que, durante a realização, agir com conduta de:
a) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
b) for surpreendida dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
d) utilizar-se de qualquer material disposto neste Edital e/ou que se comunicar com outra pessoa candidata;
e) faltar com a devida cortesia contra qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes e/ou pessoas candidatas;
f) fizer anotações de informações referentes à suas respostas (cópia de gabarito);
g) descumprir as instruções contidas no caderno de prova e na folha de respostas;
h) recusar-se a entregar o caderno de prova e a Folha de Respostas;
i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender aos procedimentos de registro de digitais e de registros biométricos;
k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
l) for surpreendida portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;
m) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
n) for surpreendida portando caneta fabricada em material não transparente;
o) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
p) recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas para posterior exame grafológico, quando houver;
q) portar arma de fogo.
15.47. Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja constatado que não houve intenção de burlar o Edital, a pessoa candidata será mantida no Concurso.
15.48. No dia de realização das provas, o IDIB poderá submeter as pessoas candidatas, quantas vezes forem necessárias, ao sistema de detecção de metais, seja nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se a pessoa candidata está portando material não permitido.
15.49. Ao término da prova, a pessoa candidata deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o acesso aos sanitários.
15.50. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter a pessoa candidata se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ela será automaticamente eliminada do Concurso Público.
15.51. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento da pessoa candidata da sala de provas.
15.52. Não será permitido a pessoa candidata fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.
15.53. O IDIB poderá, a seu exclusivo critério e em razão de conveniência, oportunidade ou necessidade operacional, alterar os locais de realização das provas previamente divulgados, visando à adequada execução logística do certame e à observância dos princípios da eficiência, segurança e interesse público.
15.54. A eventual mudança de local de prova será comunicada por meio da área exclusiva da pessoa candidata, disponível no site oficial do concurso, sendo este considerado meio oficial de divulgação das informações referentes ao certame.
15.55. A pessoa candidata declara-se ciente de que é de sua inteira responsabilidade acompanhar periodicamente as publicações oficiais, inclusive aditivos, retificações, comunicados e alterações que possam ocorrer até a data de aplicação das provas.
15.56. A alegação de desconhecimento de eventual mudança de local de prova ou de falta de acompanhamento das comunicações oficiais não será aceita como justificativa para ausência, atraso ou qualquer outro prejuízo, sendo tais situações consideradas de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.

16. DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF) E AFERIÇÃO DE ALTURA:
16.1. Serão convocados para participar do Teste de Aptidão Física (TAF) e aferição de altura as pessoas candidatas aprovadas na prova objetiva, que estejam classificadas dentro de dez vezes do quantitativo de vagas imediatas, por tipo de concorrência, respeitando os empatados na última posição.
16.1.1. A convocação observará as modalidades de concorrência e de reserva de vagas previstas neste Edital e em seu Anexo I, respeitadas a ordem de classificação, a proporcionalidade e a legislação aplicável.
16.2. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer, na forma do item 8 deste Edital, adaptações razoáveis e tecnologias assistivas, no ato da solicitação de inscrição, para o dia de realização das provas objetivas, devendo indicar as condições de que necessita para a realização destas.
16.3. O candidato que se enquadrar na hipótese prevista no item 13 deste Edital poderá solicitar atendimento especial unicamente para a condição estabelecida no seu laudo médico.

16.4. As pessoas candidatas não convocadas para o TAF e aferição de altura, na forma do subitem 16.1 deste edital, estarão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
16.5. A Aferição de Altura mínima exigida para o cargo, nos termos deste edital, de caráter eliminatório, terá seu resultado expresso pelo conceito "Apto" ou "Inapto".
16.6. Será considerado(a) "Apto(a)" o(a) candidato(a) que obtiver como resultado da aferição a comprovação de altura mínima de 1,65 (um metro e sessenta e cinco centímetros) para homens e 1,60m (um metro e sessenta centímetros) para mulheres.
16.7. Será considerado(a) "Inapto" o(a) candidato(a) que não obtiver como resultado da aferição a comprovação de altura mínima de 1,65 (um metro e sessenta e cinco centímetros) para homens e 1,60m (um metro e sessenta centímetros) para mulheres.
16.8. A aferição de altura será realizada com o(a) candidato(a) descalço e sem meias.
16.9. O(a) candidato(a) considerado(a) "Inapto(a)" na Aferição de Altura será eliminado(a) desta 2ª Fase e, consequentemente, do concurso público.
16.10. O Teste de Aptidão Física, de presença/execução obrigatória e de caráter apenas eliminatório, visa a avaliar a capacidade mínima da pessoa candidata para suportar, física e organicamente, as atividades e demais exigências próprias do cargo de Guarda Civil Municipal.
16.11. O(a) candidato(a) será considerado, ao final do TAF, "Apto(a)" ou "Inapto(a)".
16.12. Será considerado(a) "Apto(a)" no TAF o(a) candidato(a) que atingir a performance mínima nos quatro testes realizados.
16.13. Será considerado(a) "Inapto(a)" no TAF e, consequentemente, eliminado(a) do concurso público, o(a) candidato(a) que:
a) não apresentar o atestado médico específico, conforme o modelo constante do Anexo IV deste edital;
b) deixar de realizar algum dos testes;
c) não comparecer para a realização do TAF;
d) infringir qualquer proibição prevista neste edital, independentemente do resultado alcançado nos testes físicos; ou
e) não obtiver o desempenho mínimo em qualquer um dos quatro testes, nos termos do estabelecido neste Edital.
16.14. O TAF será aplicado por comissão designada pelo IDIB, formada por pessoal de apoio técnico (árbitros credenciados e pessoal treinado) para os registros das marcas das pessoas candidatas, e profissionais graduados em Educação Física que tenham registros no Conselho Regional de Educação Física, aos quais caberá, dentre outras funções, a coordenação e o acompanhamento do trabalho desse pessoal de apoio. Todo o processo será vistoriado pela Comissão Especial do Concurso.
16.15. Para a realização do TAF será exigida da pessoa candidata a apresentação de atestado médico, conforme modelo disposto no Anexo IV deste edital.
16.16. O atestado médico, emitido há no máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de realização do TAF, deverá conter, expressamente, a informação de que a pessoa candidata está apto para realizar os exercícios que compõem o Teste de Aptidão Física específicos do concurso, além de local, data, nome e número do CRM do profissional médico que elaborou o atestado, os quais poderão ser certificados mediante carimbo do médico ou impresso eletrônico, tudo devidamente legível, relativos ao médico que emitiu o atestado, acompanhado da assinatura do mesmo.
16.17. O atestado médico, de caráter eliminatório, comprova as condições físicas de saúde da pessoa candidata para que o mesmo possa ser submetido aos exercícios de capacidade física, não podendo constar nesse documento qualquer causa restritiva da realização de referidos exercícios, sendo que a não comprovação das condições de saúde para a realização desses resultará na consequente eliminação da pessoa candidata.
16.18. O atestado médico apresentado será retido pelo IDIB.
16.19. A pessoa candidata que deixar de apresentar o atestado médico, conforme modelo do Anexo IV deste edital, ou apresentar atestado médico no qual não conste, expressamente, que a pessoa candidata está apta a realizar os exercícios que compõem o Teste de Aptidão Física deste concurso, será impedido de realizá-los, sendo, consequentemente, eliminado do concurso.
16.20. O atestado deverá ser apresentado, obrigatoriamente, no momento da identificação, antes do início dos exercícios.
16.21. O atestado médico emitido digitalmente deverá ser levado impresso no dia do TAF. Deverá, ainda, conter a assinatura do profissional por certificação digital e o código de autenticação documental.
16.22. O Teste de Aptidão Física consistirá em 4 (quatro) exercícios de capacidade física, conforme disposto neste edital.
16.23. O(a) candidato(a) terá somente 1 (uma) tentativa de realizar cada exercício que compõe o Teste de Aptidão Física.
16.24. Os exercícios serão aplicados na forma sequencial, todos de realização obrigatória, independentemente do desempenho das pessoas candidatas em cada um deles, observando-se a ordem estabelecida neste edital para cada sexo – masculino e feminino, com intervalo mínimo de cinco minutos entre cada exercício.
16.25. A pessoa candidata, seja do sexo masculino ou feminino, que se recusar a realizar algum dos 4 (quatro) exercícios que compõem o TAF, deverá assinar o termo de desistência do exercício de capacidade física que não será realizado e, consequentemente, do Teste de Aptidão Física, sendo, portanto, eliminado do concurso.
16.26. Todos os exercícios que compõem o TAF serão gravados em vídeo pelo IDIB e o(a) candidato(a) que se recusar a ter o seu Teste de Aptidão Física gravado em vídeo será eliminado(a) do concurso.
16.27. A contagem oficial de tempo, de distância percorrida e do número de repetições dos(as) candidatos(as) em cada exercício será, exclusivamente, realizada pela Banca Examinadora do IDIB.
16.28. As pessoas candidatas convocadas para o TAF "Ausentes" e forem ausentes, ressalvadas exceções deste edital, serão eliminadas do concurso público.
16.29. As informações relativas à(s) data(s), ao(s) horário(s)/turma(s) e ao(s) local(ais) do TAF serão divulgadas oportunamente por meio de Edital de Convocação a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.
16.30. É de inteira responsabilidade da pessoa candidata acompanhar a convocação, assim como seu comparecimento, em dia, hora e local corretos, conforme Edital de Convocação divulgado no endereço eletrônico www.idib.org.br, na respectiva página do concurso.
16.31. A pessoa candidata somente poderá realizar o TAF na data, horário, local e sala constantes do Edital de Convocação, não podendo ser alegado qualquer espécie de desconhecimento para justificar o seu atraso ou a sua ausência ou a sua apresentação em dia, horário ou local diferentes dos estabelecidos no edital de convocação.
16.32. Não será permitida a realização do TAF em local, data, horário ou turma diferentes do previsto no Edital de Convocação.
16.33. Para a realização do TAF, a pessoa candidata deverá comparecer em data, local e horário a serem oportunamente divulgados em edital de convocação específico, com roupa apropriada para prática de atividade física, tais como camiseta, calção ou bermuda, tênis e meias, munido de documento de identidade original, de acordo com o determinado neste edital, e de atestado médico (original ou cópia autenticada em cartório), específico para tal fim, emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores ao TAF, conforme modelo e acordo com o modelo constante do Anexo IV deste edital, onde será submetido à identificação.
16.34. O aquecimento e/ou alongamento para realização dos testes físicos serão de responsabilidade da pessoa candidata, não sendo permitido o acompanhamento de qualquer pessoa estranha ao certame.
16.35. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência da pessoa candidata.
16.36. Não será fornecido lanche às pessoas candidatas nem haverá lanchonete disponível no local de realização do exame de aptidão física, sendo permitido à pessoa candidata levar seu próprio lanche.
16.37. Nenhum candidato poderá se retirar do local de realização dos testes físicos sem a devida autorização dos membros do IDIB.

16.38. A pessoa candidata deverá assinar a lista de presença e o "Termo de Responsabilidade da pessoa candidata", fornecido no local do TAF. Esse termo não substitui a entrega do atestado médico, conforme o descrito neste Edital.
16.39. A pessoa candidata ao ingressar no local de realização do TAF, deverá manter qualquer aparelho eletrônico que esteja em sua posse acondicionado em invólucro indicado pelo IDIB, mantendo-o desligado, ainda que o sinal de alarme esteja no modo vibração ou silencioso.
16.40. Os objetos pessoais das pessoas candidatas, tais como bolsas, utensílios, sacolas ou similares ficarão em local indicado pela equipe do IDIB, responsável pela realização do TAF, sendo permitido apenas a utilização de equipamentos que permitam sua hidratação durante a realização dos testes físicos.
16.41. Caso as condições meteorológicas ou outro fato de força maior não permitam ou coloquem em risco a realização do TAF, o IDIB, desde que ouvida previamente a Comissão Organizadora, Deliberativa e Fiscalizadora do concurso, poderá interromper e/ou cancelar a realização dos testes físicos, com o objetivo de garantir a integridade física das pessoas candidatas, evitando prejuízos ao seu desempenho.
16.42. A nova data para realização do(s) teste(s) pelos(as) candidatos(as) que não puderam concluir ou realizá-lo(s) por força do disposto neste edital, será divulgada, oportunamente, pelo IDIB, mediante divulgação de um novo edital de convocação a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.
16.43. O IDIB poderá reconhecer a existência de fatores de ordem técnica, não provocados pela pessoa candidata, que venham a prejudicar seu desempenho, sendo oportunizada a possibilidade de nova realização dos testes.
16.44. As alterações psicológicas e/ou fisiológicas temporárias (estado menstrual, cãibras, indisposições, contusões, luxações, fraturas, entre outras) que impossibilitem a realização do TAF não ensejarão tratamento diferenciado nem remarcação da prova, ressalvada a hipótese de candidata gestante, à qual se assegura a remarcação nos termos deste edital.
16.45. A candidata gestante deverá apresentar atestado médico que comprove seu estado de gravidez ou puerperal, para que lhe seja facultada nova data para a realização da referida Fase.
16.46. A realização do TAF ocorrerá após, no mínimo 60 (sessenta) dias, e, no máximo, 120 (cento e vinte) dias do término da gravidez, de acordo com a conveniência da Administração, sem prejuízo da participação da candidata nas demais Fases do concurso.
16.47. A candidata gestante ou puérpera deverá comparecer ao local, na data e no horário de realização do TAF, munida de atestado médico original ou de cópia autenticada em cartório, para que lhe seja facultada nova data para a realização da referida Fase. O atestado deverá conter, expressamente, o estado de gravidez ou puerperal, o período gestacional em que se encontra, a data provável do parto, bem como a data, a assinatura, o carimbo e o CRM do profissional que o emitiu.
16.48. O atestado médico deverá ser entregue no momento de identificação da candidata para a realização do TAF, não sendo aceita a entrega em outro momento.
16.49. A candidata que não entregar o atestado médico exigido neste edital e se recusar a realizar o TAF, alegando estado de gravidez ou puerperal, será eliminada do concurso.
16.50. candidata que apresentar o atestado médico que comprove estado de gravidez ou puerperal e, ainda assim, optar por realizar o TAF, deverá apresentar atestado específico em que conste, expressamente, que está apta a realizar todos os exercícios físicos que compõem o teste, sem restrições.
16.51. A candidata poderá, a qualquer momento durante a execução do TAF, interromper sua realização por motivo de saúde, sem que isso implique eliminação, ficando-lhe assegurada nova data para realização da Fase, nos termos do item 16.45. Os atestados médicos serão retidos pelo IDIB e, em hipótese alguma, serão fornecidas cópias à candidata.
16.52. Caso a candidata seja eliminada nas Fases posteriores ao TAF, será automaticamente eliminada do certame, perdendo o direito de realizar o TAF no período especificado neste edital.
16.53. As candidatas enquadradas no disposto neste edital serão convocadas para a realização do TAF por meio de edital específico. A data de convocação respeitará o período especificado neste Edital.
16.54. O TAF consistirá em 04 (quatro) testes de aptidão física, todos de realização obrigatória, independentemente do desempenho da pessoa candidata em cada um deles.
16.55. A pessoa candidata que se recusar a realizar algum dos testes que compõem o TAF, deverá assinar termo de desistência do teste que não será realizado, sendo, portanto, eliminado do concurso.
16.56. O TAF consistirá em submeter a pessoa candidata a quatro testes a seguir especificados:
a) abdominal supra (para ambos os sexos);
b) flexão de braços sobre o solo (para ambos os sexos);
c) corrida de 12 min (para ambos os sexos);
d) flexão de braços na barra fixa para candidatos do sexo masculino e suspensão na Barra fixa para candidatas do sexo feminino.
16.57. Os testes serão aplicados de forma sequencial e no mesmo dia, sendo todos de realização obrigatória, independentemente do desempenho das pessoas candidatas em cada um deles, com intervalo mínimo de 5 (cinco) minutos entre as execuções.
16.58. Para fins de organização e logística as pessoas candidatas podem ser convocadas para realizar o TAF em turmas em dias diferentes, conforme edital de convocação.
16.59. A pessoa candidata que realizar o TAF só conhecerá o resultado do referido exame por meio da divulgação do resultado preliminar da respectiva Fase.
16.60. A pessoa candidata que infringir qualquer proibição prevista neste Edital, independentemente do resultado dos testes, será eliminado do concurso.
16.61. Caberá ao IDIB formar e contratar a banca examinadora, composta de profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Educação Física (CREF), com habilitação plena em Educação Física.
16.62. Para participar da prova de capacidade física, o candidato deverá apresentar atestado médico que ateste sua aptidão para se submeter aos exercícios discriminados no edital. O candidato com deficiência participará da prova de capacidade física em igualdade de condições com os demais candidatos, admitida adaptação razoável quando compatível com:
a) a natureza da prova;
b) a segurança do candidato;
c) a segurança de terceiros;
d) a preservação da finalidade da etapa; e
e) as atribuições essenciais do cargo de Guarda Municipal.
16.63. A adaptação razoável não poderá descaracterizar a finalidade da prova de capacidade física, dispensar capacidade essencial ao exercício do cargo ou substituir critério funcionalates indispensável à atividade de Guarda Municipal.
Os indicadores e critérios da prova de capacidade física deverão considerar as peculiaridades das atividades operacionais do cargo, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, publicidade, objetividade e segurança.
16.64. As dúvidas, as controvérsias e os casos não previstos neste Edital serão esclarecidos juntamente à Comissão Especial do Concurso.
16.65. Os imprevistos ocorridos durante a realização do exame de aptidão física serão dirimidos pelo coordenador da banca examinadora.
16.66. A critério da Administração, a realização do TAF poderá ser remarcada, desde que devidamente justificada.

16.67. Os resultados preliminar e definitivo serão divulgados em datas prévia e oportunamente divulgadas no edital de convocação para esta Fase, por meio do endereço eletrônico www.idib.org.br, sendo assegurado à pessoa candidata a interposição de recurso no período de 2 (dois) dias consecutivos a contar da data de divulgação do referido resultado preliminar.

17. DA DESCRIÇÃO DOS TESTES QUE COMPÕEM O TAF:

17.1. ABDOMINAL SUPRA: 30(trinta) repetições para sexo masculino e 27(vinte e sete) repetições para sexo feminino.

a) com limite de tempo: 01 (um) minuto para ambos os sexos;

b) posição inicial: o(a) candidato(a) deverá tomar a posição deitado(a) em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, sem uso de outro apoio, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa). O avaliador deverá se colocar ao lado do(a) avaliado(a), posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco do(a) mesmo(a) a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata). Esta posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício;

c) execução: o(a) candidato(a) deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada uma repetição. Cada candidato(a) deverá executar o número máximo de flexões abdominais sucessivas, sem interrupção do movimento, em um tempo máximo de 1(um) minutos. O ritmo das flexões abdominais, será opção do(a) candidato(a); e

d) o(a) candidato(a) não poderá obter impulso com os braços, afastando-os do tronco e, tampouco, retirar os quadris e os pés do solo, durante a execução do exercício.

e) Flexão de braços sobre o solo (para ambos os sexos)

17.2. DO TESTE DE FLEXO-EXTENSÃO DE COTOVELOS NO SOLO DE QUATRO APOIOS PARA CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO:

17.2.1. O teste de flexão de cotovelos no solo de quatro apoios, para candidatos do sexo masculino, deverá ser realizado em local com condições adequadas, piso regular e uniforme, e terá a duração de 1 (um) minuto.

17.2.2. Como posição inicial, a pessoa candidata deve se posicionar em solo plano, com as mãos apoiadas no solo, com uma distância de 10 a 20 cm a partir da linha dos ombros, com os dedos voltados para frente, com os braços totalmente estendidos, pontas dos pés em contato com o solo e pernas estendidas. O posicionamento das mãos sobre o solo não deve ser acima da linha dos ombros e, na posição inicial do movimento, o rosto deve permitir um alinhamento adequado entre o tronco e as pernas. O quadril não poderá apresentar flexão na posição inicial e durante a execução do movimento.

17.2.3. Para a execução, a pessoa candidata flexionará simultaneamente os cotovelos até que atinjam um ângulo de 90° ou ultrapassem o plano das costas. Em seguida, voltará à posição inicial com a extensão completa dos cotovelos. Durante a execução do teste, a pessoa candidata não poderá tocar o solo com qualquer parte do corpo, exceto mãos e pontas dos pés e deverá manter tronco, quadris e membros inferiores completamente alinhados na horizontal. Ao movimento completo e correto do exercício será conferida uma repetição.

17.2.4. A contagem das execuções corretas levará em consideração o seguinte:

a) o movimento a ser realizado deve ser unicamente de flexão e extensão de cotovelos;

b) a não extensão total dos cotovelos antes do início de uma nova execução será considerada um movimento incorreto, não sendo computado como uma repetição;

c) o auxiliar da banca examinadora contará em voz alta o número de repetições realizadas.

17.2.5. Não será permitido à pessoa candidata, quando da realização do teste:

a) mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar) durante a execução do teste;

b) não flexionar ou não estender totalmente os membros superiores;

c) tocar parte do corpo, exceto pontas dos pés e mãos, no solo após o início das execuções;

d) após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;

e) flexionar o quadril, o joelho ou ambos em qualquer momento do teste.

17.2.6. Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o fiscal da banca repetirá o número da última execução realizada corretamente.

17.2.7. Para ser considerado “apto”, a pessoa candidata deverá executar 20 (vinte) repetições corretas no período de 1 (um) minuto, sendo permitido o repouso entre os movimentos desde que a pessoa candidata permaneça na posição inicial.

17.2.8. A contagem oficial das repetições será somente a computada pela banca examinadora.

17.3. DO TESTE DE FLEXO-EXTENSÃO DE COTOVELOS NO SOLO DE SEIS APOIOS PARA CANDIDATAS DO SEXO FEMININO:

17.3.1. O teste de flexão de cotovelos no solo de seis apoios (para candidatas do sexo feminino) deverá ser realizado em local com condições adequadas, piso regular e uniforme, e terá a duração de 1 (um) minuto.

17.3.2. Caso a candidata encoste com qualquer parte do corpo no solo, exceto as mãos, joelhos e pontas dos

17.3.3. pés, durante a execução, a contagem será encerrada.

17.3.4. Como posição inicial, a candidata deve se posicionar em solo plano, com apoio de um colchonete, em decúbito ventral, com as mãos apoiadas no solo, com uma distância de 10 a 20 cm a partir da linha dos ombros, com os dedos voltados para frente, com os braços totalmente estendidos, joelhos unidos e flexionados e pés em contato com o solo, o posicionamento das mãos sobre o solo não deve ser acima da linha dos ombros e, na posição inicial do movimento, o rosto deve permitir um alinhamento adequado entre o tronco e as pernas. O quadril não poderá apresentar flexão na posição inicial e durante a execução do movimento.

17.3.5. Para execução, ao comando de "iniciar", a candidata flexionará simultaneamente os cotovelos até que atinjam um ângulo de 90° ou ultrapassem o plano das costas. Em seguida, voltará à posição inicial com a extensão completa dos cotovelos. Durante a execução do teste, a candidata não poderá tocar o solo com qualquer parte do corpo, exceto mãos, joelhos e pés, a qual deverá manter tronco e quadris em linha reta. Ao movimento completo e correto do exercício será conferida uma repetição.

17.3.6. A contagem das execuções corretas levará em consideração o seguinte:

a) o movimento só será considerado completo após a total extensão dos cotovelos;

b) a não extensão total dos cotovelos antes do início de uma nova execução será considerada um movimento incorreto, não sendo computado no desempenho da candidata.

17.3.7. Não será permitido à candidata, quando da realização do teste de flexão de braço:

a) Mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar) durante a execução do teste;

b) Não flexionar ou não estender totalmente os membros superiores;

c) Tocar qualquer parte do corpo, exceto pontas dos pés, joelhos e mãos, no solo após o início das execuções;

d) Após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;

e) Flexionar o quadril, o joelho ou ambos em qualquer momento do teste.

17.3.8. Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o fiscal da banca repetirá o número da última execução realizada corretamente.
17.3.9. Para ser considerada "apta", a candidata deverá executar 18 (dezoito) repetições corretas no período de 1 (um) minuto, sendo permitido o repouso entre os movimentos, desde que a candidata permaneça na posição inicial.
17.3.10. A contagem oficial das repetições será somente a computada pela banca examinadora.

17.4. CORRIDA DE 12MIN (PARA AMBOS OS SEXOS):
a) traje – esportivo, com qualquer tipo de tênis;
b) execução: partindo da posição inicial de pé, a pessoa candidata deverá correr ou andar a distância máxima que conseguir, no tempo de 12 min, podendo interromper ou modificar seu ritmo;
c) a prova deverá ser realizada em piso duro (asfalto ou similar) e predominantemente plano; para a marcação da distância, deverá ser utilizada uma trena de 50 (cinquenta) ou 100 (cem) metros, anteriormente aferida;
d) é permitido ao(à) candidato(a) o uso de qualquer tipo de tênis; e
e) é proibido, a quem quer que seja, acompanhar o executante para ajudá-lo, em qualquer momento da prova.

17.5. FLEXÃO DE BRAÇOS NA BARRA FIXA (PARA AMBOS OS SEXOS):
A. DO TESTE DINÂMICO DE BARRA FIXA PARA CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO:
17.5.1. A metodologia de preparação e execução do teste dinâmico de barra fixa para as pessoas candidatas do sexo masculino obedecerá aos seguintes critérios:
a) para posição inicial, ao comando "em posição", a pessoa candidata deverá dependurar-se na barra, com pegada livre (pronação e supinação) e braços estendidos, devendo manter o corpo na vertical e sem contato com o solo;
b) para a execução, ao comando "iniciar", ao comando "iniciar", a pessoa candidata deverá flexionar os cotovelos, elevando o seu corpo até que o queixo ultrapasse o nível da barra, sem tocar a barra com o queixo. Em seguida, deverá estender novamente os cotovelos, baixando o seu corpo até a posição inicial. Esse movimento completo, finalizado com o retorno à posição inicial, corresponderá a uma unidade de execução.
c) durante a execução do teste, a contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:
d) o teste somente será iniciado com a pessoa candidata na posição inicial e após o comando dado pelo fiscal da banca examinadora;
I. cada execução começa e termina com os cotovelos totalmente estendidos – somente após cumprir todas as etapas será contada como uma execução completa;
II. a não extensão total dos cotovelos será considerado um movimento incorreto, o qual não será computado no desempenho da pessoa candidata;
III. o movimento a ser realizado deve ser unicamente de flexão e extensão de cotovelos;
IV. o movimento deve ser dinâmico;
V. o fiscal da banca examinadora contará em voz alta o número de repetições realizadas;
e) ao final da execução, o fiscal avisará o total de repetições válidas, sendo consideradas inválidas as repetições em que:
I. a pessoa candidata perca o contato das mãos com a barra; e
II. a pessoa candidata incorra em quaisquer das proibições elencadas no subitem 16.3.7 deste Edital
f) Não será permitido aa pessoa candidata, quando da realização do teste dinâmico de barra fixa:
g) tocar com o(s) pé(s) o solo ou qualquer parte de sustentação da barra após o início das execuções;
h) após o início do teste, receber qualquer tipo de ajuda física;
i) utilizar luva(s) ou qualquer outro material para a proteção das mãos;
j) apoiar o queixo na barra;
k) movimentos de pernas e quadris (os joelhos poderão ser flexionados, desde que não ultrapassem o ângulo de 90°);
l) utilizar impulso de braços e tronco para frente e para cima, levando o peito para cima;
m) realizar a "pedalada";
n) realizar o "chute";
o) realizar o "butterfly";
p) não manter o cabeça, o tronco e o quadril completamente na posição vertical;
q) estender o pescoço, em vez de ultrapassar o queixo em relação à barra com movimento exclusivo de membros superiores.
17.5.2. Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o fiscal da banca repetirá o número da última execução realizada corretamente.
17.5.3. A contagem oficial a ser considerada será somente a realizada pela banca examinadora.
17.5.4. Será considerado "apto" a pessoa candidata que atingir a quantidade de repetições especificada no quadro abaixo:

MASCULINO
5 (cinco) repetições

B. DO TESTE ESTÁTICO DE BARRA FIXA PARA CANDIDATAS DO SEXO FEMININO:
17.5.5. A metodologia de preparação e execução do teste estático de barra fixa para as candidatas do sexo feminino obedecerá aos seguintes critérios:
a) para posição inicial, ao comando "em posição", a candidata deverá dependurar-se na barra com pegada pronada, mantendo os braços flexionados, o corpo na vertical e o queixo acima da parte superior da barra, sem nela apoiar-se, com ajuda de um ponto de apoio;
b) para a execução, ao comando "iniciar", o ponto de apoio é retirado e será iniciada a cronometragem do tempo de permanência da candidata na posição, devendo a candidata permanecer sustentada apenas com o esforço de seus membros superiores, com os dois braços completamente flexionados e queixo acima da parte superior da barra, mas sem tocar a barra com o queixo, corpo na posição vertical, pernas estendidas, devendo manter nesta posição por 10 (dez) segundos completos, sob pena de eliminação;
c) ao final da execução do teste, o fiscal avisará o tempo decorrido, sendo a cronometragem encerrada quando:
I. a candidata permanecer o tempo necessário para ser considerada "apta";
II. a candidata ceder à sustentação, deixando o queixo ficar abaixo da parte superior da barra, ou tocar a barra com o queixo;
III. flexionar joelhos ou quadril;
IV. descumprir qualquer exigência para a realização deste teste.
17.5.6. Não será permitido à candidata, quando da realização do teste estático de barra fixa:
a) tocar com o(s) pé(s) o solo ou qualquer parte de sustentação da barra após o início das execuções, sendo permitida a flexão de joelhos para evitar o toque no solo;
b) após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;
c) utilizar luva(s) ou qualquer outro artifício para a proteção das mãos;
d) permitir que o queixo fique abaixo da parte superior da barra;
e) apoiar o queixo na barra;
f) realizar a "pedalada";

g) realizar o “chute”;
h) estender o pescoço;
i) não manter o corpo completamente na posição vertical, com exceção nos casos em que o auxiliar de banca examinadora permitir expressamente a flexão de joelhos, para evitar que as candidatas mais altas toquem os pés no solo estando na posição inicial.
17.5.7. Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o fiscal travará de imediato o seu cronômetro e registrará o tempo obtido até o momento em que o exercício estava sendo realizado de maneira prevista neste Edital.
17.5.8. O fiscal informará à candidata quando esta atingir o tempo exigido neste Edital.
17.5.9. O tempo oficial de realização do exercício será somente o computado pela banca examinadora.
17.5.10. Só será contado o tempo em que a candidata estiver na posição correta prevista neste Edital.
17.5.11. Será considerada “apta” a candidata que atingir o tempo em suspensão especificado no quadro abaixo:

FEMININO
Suspensão 15 (quinze) segundos

17.5.12. As atividades físicas serão distribuídas de acordo com os quadros abaixo:

ATIVIDADE	ÍNDICE MÍNIMO	
	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO
Corrida de 12 min	2.400 m (dois mil e quatrocentos metros)	1.600 m (um mil e seiscentos metros)
Flexão de braços na barra fixa	5 (cinco) repetições	Suspensão 15 (quinze) segundos
Flexão de braços sobre o solo	20(vinte) repetições	20 (vinte) repetições
Abdominal supra	30 (trinta) repetições	27 (vinte e sete) repetições

17.5.13. O aquecimento e a preparação para o Teste de Aptidão Física são de responsabilidade da própria pessoa candidata, não podendo interferir no andamento da avaliação.
17.5.14. Em razão de condições climáticas ou de força maior, a critério da banca examinadora, o Teste de Aptidão Física poderá ser adiado ou interrompido, importando na fixação de novo horário e ou data que serão divulgados as pessoas candidatas presentes que não tenham feito o teste no site da organizadora.
17.5.15. Não haverá segunda chamada, independente do motivo alegado pela pessoa candidata, nem realização do Teste de Aptidão Física fora da data e horário estabelecidos no edital de convocação para o Teste.
17.5.16. Será considerado REPROVADO no teste de capacidade física e, consequentemente, eliminado do concurso público a pessoa candidata que:
a) faltar ou deixar de realizar algum dos testes no dia e horários marcados;
b) não alcançar os índices mínimos exigidos para qualquer um dos testes.

18. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA:
18.1. De caráter eliminatório, a avaliação psicológica consistirá na aplicação de um conjunto de procedimentos científicos, que permitem identificar aspectos psicológicos da pessoa candidata.
18.2. Somente serão convocados para a 3ª etapa – Avaliação Psicológica, as pessoas candidatas que forem considerados aptos no teste de aptidão física.
18.3. Para o número de vagas e o cadastro reserva, as pessoas candidatas se submeterão os Testes de Avaliação Psicológica, assim como no Teste de Aptidão Física.
18.4. Esta Fase será executada pelo IDIB.
18.5. As pessoas candidatas não convocados para esta Fase estarão automaticamente desclassificados e eliminados do concurso público.
18.6. As pessoas candidatas deverão comparecer ao local da Avaliação com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência, munidos de documento de identidade com foto (original), conforme este edital, e de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
18.7. No caso de perda ou roubo do documento de identidade, a pessoa candidata deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data de realização da Avaliação Psicológica e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital, assinatura e fotografia.
18.8. Não será admitido, em hipótese alguma, o ingresso de candidato no local de realização da Avaliação Psicológica após o horário fixado para o seu início.
18.9. Em hipótese alguma será aplicada a Avaliação Psicológica fora do espaço físico, da data e do horário determinados no Edital de convocação para esta Fase do certame.
18.10. Aplica-se ao dia de realização da Avaliação Psicológica o disposto neste edital, no que couber.
18.11. As datas de realização desta Fase serão comunicadas oportuna e previamente via edital de convocação a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.
18.12. Antes do ingresso na sala da Avaliação Psicológica, será adotado o procedimento de identificação civil das pessoas candidatas mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.
18.13. A Avaliação Psicológica consistirá no emprego de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas da pessoa candidata, através de testes objetivos, específicos e padronizados para avaliar:

Ponto avaliado	Conceito Esperado
inteligência geral;	ADEQUADA
capacidade de relacionamento interpessoal	ELEVADO
capacidade de improvisação	ADEQUADA
bom controle emocional	BOM
agressividade controlada, bem canalizada	ADEQUADA
sinais de fobia	AUSENTE
impulsividade	DIMINUÍDA
memória auditiva e visual	ADEQUADA
grau de iniciativa e decisão	ADEQUADO
capacidade de liderança	BOM
Capacidade de comunicação	ADEQUADA

18.14. A Avaliação Psicológica terá caráter unicamente eliminatório, e a pessoa candidata será considerado “Apto” ou “Inapto” para o desempenho eficiente das atividades do cargo para o qual está prestando o presente concurso público, exclusivamente.

18.15. A Avaliação Psicológica ocorrerá dentro dos parâmetros estabelecidos no Decreto Federal nº 9.739/2019 e nas Resoluções do Conselho Federal de Psicologia nº 10/2005, nº 02/2016, nº 09/2018 e nº 06/2019
18.16. A avaliação psicológica compreenderá a aplicação coletiva de instrumentos capazes de aferir, de forma objetiva e padronizada, os requisitos psicológicos da pessoa candidata para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.
18.17. A avaliação psicológica será realizada por banca examinadora constituída por membros regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia.
18.18. A banca examinadora deverá utilizar-se de testes psicológicos validados no país e aprovados pelo CFP, em conformidade com a Resolução nº 31/2022, bem como aplicá-los em conformidade com as normas em vigor para testagem.
18.19. A inaptidão da pessoa candidata na Avaliação Psicológica não significará, necessariamente, incapacidade intelectual e/ou existência de transtornos de personalidade, indicando apenas que não atendeu, à época dos exames, aos requisitos e/ou perfil exigidos para o exercício do cargo pretendido.
18.20. Os resultados finais serão obtidos por meio da análise técnica global de todo o material produzido pela pessoa candidata, sendo observadas as orientações e parâmetros contidos nos manuais dos instrumentos técnicos utilizados nas avaliações.
18.21. Será considerado inapto a pessoa candidata que apresentar características restritivas ou impeditivas e/ou não apresentar características de personalidade, capacidade intelectual, habilidades específicas, isolada ou cumulativamente, de acordo com os requisitos psicológicos para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.
18.22. A pessoa candidata que não comparecer à realização da avaliação psicológica, ou que não apresentar os requisitos psicológicos necessários ao exercício do cargo, conforme perfil profissiográfico (Inapto), será eliminado do concurso.
18.23. Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da avaliação psicológica não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado a pessoa candidata.
18.24. É recomendado que a pessoa candidata durma bem na noite anterior ao dia de realização da avaliação psicológica, alimente-se adequadamente, não ingira bebidas alcoólicas e nem faça uso de substâncias químicas, a fim de estar em boas condições para a realização da referida Fase.
18.25. Será assegurado aa pessoa candidata considerado "Inapto" conhecer as razões que determinaram a sua inaptidão, por meio da Entrevista Devolutiva.
18.26. A Entrevista Devolutiva é o procedimento técnico no qual um psicólogo, contratado pelo IDIB, explica aa pessoa candidata o seu resultado e esclarece suas eventuais dúvidas, de caráter exclusivamente informativo.
18.27. O resultado obtido na avaliação psicológica poderá ser conhecido apenas pela pessoa candidata ou pela pessoa candidata, com o auxílio de um psicólogo, constituído às suas expensas, que irá assessorá-lo ou representá-lo, no local e perante psicólogo designado pelo IDIB.
18.28. O psicólogo contratado pela pessoa candidata, se for o caso, deverá apresentar, na Entrevista Devolutiva, comprovação de registro no Conselho Regional de Psicologia, por meio da Carteira de Identidade Profissional de Psicólogo.
18.29. Não será permitido aa pessoa candidata, nem ao psicólogo contratado, gravar a Entrevista Devolutiva e nem retirar, fotografar ou reproduzir os manuais técnicos, os testes psicológicos, as folhas de respostas da pessoa candidata e/ou qualquer outro material apresentado durante a entrevista.
18.30. A Entrevista Devolutiva será realizada de telepresencial, nos termos do edital de convocação.
18.31. A publicação do resultado na Avaliação Psicológica listará apenas As pessoas candidatas considerados "Aptos", em obediência ao que preceitua o art. 6º da Resolução nº 002/2016 do CFP.
18.32. Os resultados preliminar e definitivo da avaliação psicológica serão divulgados em datas informadas no edital de convocação para esta Fase, no endereço eletrônico www.idib.org.br.
18.33. A pessoa candidata considerado "Inapto" que desejar interpor recursos contra o resultado preliminar da Avaliação Psicológica disporá de 2 (dois) dias corridos para fazê-lo, por meio de sua Área para Candidato, acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br.
18.34. Será emitido Laudo Psicológico apenas para aqueles candidatos considerados que tiverem o resultado considerado "inapto", tendo participado ou não da entrevista devolutiva.
18.35. Outras informações inerentes à Avaliação Psicológica estarão contidas em edital de convocação específico para esta Fase, a ser divulgado no endereço eletrônico www.idib.org.br.

19. DOS EXAMES MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS:
19.1. A 4ª Fase do concurso, de caráter eliminatório, objetiva aferir, por meio de documentação e exames apresentados, se a pessoa candidata goza de boa saúde física e psíquica para suportar os exercícios a que será submetido para desempenhar as atribuições típicas do cargo.
19.2. Esta Fase será executada pelo IDIB.
19.3. Serão convocados para participar desta 4ª Fase todos As pessoas candidatas que obtiverem o resultado como "apto" na 3ª Fase – Avaliação Psicológica deste concurso.
19.4. As pessoas candidatas serão convocadas a apresentar os exames desta 4ª Fase de forma telepresencial, por meio de edital de convocação específico, a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br, em data oportunamente divulgada por meio de edital.
19.5. Os exames solicitados para esta Fase de Avaliação de Saúde serão providenciados pela própria pessoa candidata, devendo permitir a avaliação da condição de saúde da pessoa candidata e da aptidão para o exercício de cargo da área da segurança.
19.6. A critério da comissão avaliadora da Avaliação de Saúde, poderão ser solicitados exames complementares aos constantes deste edital.
19.7. Os relatórios das avaliações médicas especializadas, os exames laboratoriais e complementares apresentados serão considerados em seu conjunto e de forma criteriosa pela junta médica.
19.8. Não serão recebidos os documentos médicos relacionados no subitem 18.5 deste edital fora do período estabelecido para entrega.
19.9. A partir da análise e conferência dos exames laboratoriais e complementares, a pessoa candidata será considerada "apta" ou "inapta", conforme definições a seguir:
a) "Apta" para a pessoa candidata que fez a entrega de todas os documentos médicos relacionadas neste Edital dentro do prazo estabelecido e que na conferência do material não foi encontrada pendência de qualquer natureza e, ainda que, não tenha sido enquadrado em nenhuma das "condições incapacitantes".
b) "Inapta Temporária" para a pessoa candidata que, a critério da banca examinadora da Fase de Exame Médico, tenha que providenciar de imediato avaliação de especialistas ou realizar, também de imediato e às suas custas, novo(s) exame(s) complementar(es) não relacionadas no subitem 18.5 deste edital, que se torne(m) necessária(s) para firmar um diagnóstico, visando a dirimir eventuais dúvidas, sendo este candidato convocado para uma nova apresentação em data estabelecida.
c) "Inapto" para a pessoa candidata que não satisfizer, pelo menos, uma das condições descritas na alínea "a" deste subitem 18.9 do edital ou, tendo sido considerado Inapto Temporário sua situação não tenha sido revertida satisfatoriamente.
19.10. As requisições para a avaliação Médica são as seguintes:
a) hemograma completo com plaquetas;
b) grupo sanguíneo;
c) fator Rh;

d) dosagens de glicose, ureia, creatinina, ácido úrico, AST e ALT;
e) sorologia para Doença de Chagas por imunofluorescência;
f) HBSAG;
g) Anti-HBC-IGG;
h) VDRL;
i) coagulograma completo (TAP, TTPA e tempo de sangria);
j) exame de Urina (Sumário);
k) ecocardiograma transtorácico (imagem e laudo);
l) eletrocardiograma (imagem e laudo);
m) eletroencefalograma (imagem e laudo);
n) ecografia de abdome total e vias urinárias (imagem e laudo);
o) audiometria;
p) exame oftalmológico (acuidade visual, tonometria, senso cromático, fundo de olho, biomicroscopia);
q) laudo ortopédico relativo ao aparelho locomotor e ao aparelho osteoarticular;
r) laudo de Sanidade Mental emitido por médico psiquiatra;
s) raio-X do Tórax em PA e perfil (imagem e laudo);
t) raio-X da Coluna cervical em AP e perfil (imagem e laudo);
u) raio-X da Coluna lombossacra em AP e perfil (imagem e laudo);
v) radiografia extrabucal;
w) exame toxicológico de larga janela.

19.11. Em todos os exames laboratoriais e complementares e nos laudos médicos decorrentes de exames médicos especializados, além do nome, CPF e/ou nº do documento de Identificação e data de nascimento da pessoa candidata, deverão constar obrigatoriamente, a assinatura, a especialidade e o número do registro no órgão de classe específico do profissional responsável, sendo motivo de inautenticidade destes a inobservância ou a omissão do referido número.
19.12. No caso dos exames de imagem e radiológicos, além do laudo médico descritivo, a pessoa candidata deverá, obrigatoriamente, apresentar as imagens nítidas e em alta resolução.
19.13. Os relatórios dos exames médicos especializados, os exames laboratoriais e complementares apresentados serão considerados em seu conjunto e de forma criteriosa pela junta médica.
19.14. Toda a documentação apresentada pela pessoa candidata convocado será analisada por Bancas Examinadoras compostas por profissionais habilitados, inscritos e regulares junto ao Conselho Regional de Medicina.
19.15. Quanto ao Exame Toxicológico, de caráter confidencial, a ser realizado e custeado pela pessoa candidata, devem ser observadas as orientações a seguir descritas, e o que for estabelecido no Edital de Convocação específico para esta 4ª Fase:
a) deverá ser do tipo de "larga janela de detecção", que acuse uso de substâncias entorpecentes ilícitas causadoras de dependência química ou psíquica de qualquer natureza, e deverá apresentar resultado negativo para um período mínimo de 90 (noventa) dias anteriores à data da coleta, abrangendo os seguintes grupos de drogas: cocaína e derivados; maconha e derivados; metanfetaminas; anfetaminas; ecstasy (MDMA e MDA); opiácios e derivados; e peniciclidina (PCP);
b) deverá ser realizado em laboratório especializado, a partir de amostra de materiais biológicos, exclusivamente cabelos ou pelos, doados pela pessoa candidata, conforme procedimentos padronizados de coleta, encaminhamento do material, recebimento de resultados e estabelecimento de contraprova;
c) o resultado do exame para detecção do uso de drogas ilícitas ficará sigiloso junto ao IDIB, que obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.
19.16. O resultado da análise do Exame Toxicológico será expresso por uma das seguintes menções:
a) "Apta" para a pessoa candidata que tiver obtido resultado negativo para todas as substâncias entorpecentes ilícitas que foram objeto do Exame Toxicológico;
b) "Inapta Temporária" para a pessoa candidata que estiver impossibilitado de entregar o resultado do seu exame na data prevista, por atraso na chegada do resultado devido a problemas com o laboratório ou com a postagem do material, contanto que comprove ter se submetido à coleta de material em laboratório credenciado dentro do prazo estabelecido.
c) "Inapta" para a pessoa candidata que tiver obtido resultado positivo para uma ou mais substâncias entorpecentes ilícitas que foram objeto do Exame Toxicológico.
19.17. As condições clínicas, sinais ou sintomas que incapacitam a pessoa candidata para o exercício do cargo, conforme indicado no subitem 18.18 deste edital, serão considerados para efeito de eliminação no concurso público.
19.18. A seguir estão listadas as condições incapacitantes para a posse no cargo, juntamente com os índices mínimos e as causas de inabilitação na Avaliação Médica:
I. Cabeça e pescoço: tumores malignos na área da cabeça e do pescoço; deformidade congênita na área da cabeça e do pescoço ou cicatrizes deformantes ou aderentes que causem bloqueio funcional, incompatível com o pleno exercício das atividades do cargo ofertado no concurso, na área de cabeça e pescoço; alterações estruturais da glândula tireoide, associadas ou não a sinais clínicos de hipertireoidismo.
II. Ouvidos, nariz e faringe: deformidades congênitas que comprometam o bom desempenho das funções do cargo, tartamudez que comprometa a comunicação oral básica. a) Na prova com audiômetro de tom puro, a pessoa candidata não deve ter deficiência de percepção auditiva em cada ouvido, separadamente, maior que 35dB em nenhuma das três frequências 500, 1000, 2000Hz, nem maior que 50dB nas frequências acima de 3000Hz.
III. Olhos e visão: opacificações corneanas, ceratocone e ceratopatias; glaucomas; doenças congênitas ou adquiridas; estrabismo (superior a 10 D prismática); doenças e lesões de retina; doenças neurológicas que afetam os olhos; discromatopsia completa; pacientes com catarata ou operados de cataratas com ou sem Lio; AV s/c inferior a 20/100 em cada olho ou até 20/200 em um olho, desde que o outro seja superior ou igual a 20/60, A AV c/c em todos os casos deve ser 20/20 em pelo menos um olho e superior ou igual a 20/40 no outro olho. IV. Pele e tecido celular subcutâneo: infecções bacterianas micóticas crônicas ou recidivantes, micoses extensas; parasitoses cutâneas extensas, eczemas alérgicos cronificados ou infectados, expressões cutâneas das doenças autoimunes; manifestações de doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes que que causem bloqueio funcional, incompatível com o pleno exercício das atividades do cargo; hanseníase; tatuagem(ns) que expresse(m) violação aos valores constitucionais, em especial aquelas que apresentam ideologias terroristas, extremistas e/ou contrárias às instituições democráticas, que incitem a violência e/ou a criminalidade, ou incentivem a discriminação ou preconceitos de raça e gênero, ou qualquer outra forma de intolerância (Recurso Extraordinário 898.450/SP, de 17 de agosto de 2016, com repercussão geral reconhecida).
IV. Pulmões e paredes torácicas: deformidade relevante congênita ou adquirida, função respiratória prejudicada, doenças imunoalérgicas do trato respiratório inferior; fístulas e fibroses pulmonares difusas; tumores malignos e benignos dos pulmões e pleura.

V. Sistema cardiovascular: cardiopatias congênitas, miocardites e endocardites; doenças do pericárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração; doenças oro-valvulares; doenças venosas arteriais e linfáticas; hipertensão arterial de acordo com a definição da OMS; miocardiopatias; insuficiência cardíaca; alterações eletrocardiográficas, tais como: dissociação AV; extra-sístoles muito frequentes; alterações isquêmicas; taquicardias paroxísticas; bloqueios sinoatriais; ritmos de substituição; doenças do nódulo sinusal; bloqueio do ramo esquerdo; bloqueio de ramo direito; bloqueio atrioventricular; flutter e fibrilação atrial; síndromes de pré-excitação; sobrecarga ventricular direita e esquerda; crescimentos atriais: átrio esquerdo, átrio direito e biatrial.
VI. Abdome e trato digestório: anormalidades aparentes (ex.: hérnia, fístulas) à inspeção ou palpação visceromegalias; micose profunda; história de cirurgia significativa ou ressecções importantes; doenças hepáticas e pancreáticas; distúrbios funcionais desde que significativos; tumores benignos e malignos.
VII. Aparelho gênito-urinário: anormalidades congênitas ou adquiridas da genitália; rins e vias urinárias; tumores; infecções e outras lesões demonstráveis em exame de urina; criptorquidia; varicocele volumosa e/ou dolorosa; doença sexualmente transmissível em atividade.
VIII. Aparelho osteomioarticular: doenças e anormalidades dos ossos e articulações congênitas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásticas; traumáticas e degenerativas; desvio ou curvaturas anormais e significativas da coluna vertebral; deformidades ou qualquer alteração da estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e sequelas de cirurgia; pé plano espástico desde que comprometa a locomoção, lesões ligamentares, condromalacia de patela e outras doenças incapacitantes para as atividades do cargo.
IX. Doenças metabólicas e endócrinas: diabetes melito descompensada; tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção hipofisária; disfunção tireoidiana sintomática; tumores da tireoide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumor de supra renal e sua disfunção congênita ou adquirida; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbio do metabolismo do cálcio e do fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; crescimento e desenvolvimento anormais, em desacordo com a idade cronológica.
X. Sangue e órgãos hematopoéticos: alterações significativas do sangue; órgãos hematopoéticos; doenças hemorrágicas.
XI. Doenças neuropsiquiátricas: distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênitas ou adquiridas; ataxias; incoordenação; tremores; distúrbios de movimento; paresias e paralisias; atrofias e fraquezas musculares; histórias de síndrome convulsiva; distúrbio da consciência; comportamentais e da personalidade.
XII. Tumores e neoplasias:
a) qualquer tumor maligno.
b) tumores benignos, conforme a localização, a repercussão funcional e o potencial evolutivo.
c) se o médico julgar insignificante a existência de pequenos tumores benignos (ex.: cistos sebáceos, lipoma), deverá justificar sua conclusão.
XIII. Condições ginecológicas: neoplasias malignas; cistos ovarianos não funcionais; lesões uterinas e todas as patologias ginecológicas adquiridas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencial mórbido; anormalidades congênitas com repercussão funcional ou com potencial para morbidade; mastites específicas; tumor maligno da mama; endometriose comprovada.
XIV. Aparelho locomotor: será considerado inapto a pessoa candidata que apresentar:
a) deformidades e/ou desvios em quaisquer planos do eixo normal da coluna vertebral, repercussão funcional (escoliose, cifose, hiperlordose, inversão da lordose);
b) b) deformidades ou sequelas de fraturas com comprometimento do alinhamento, simetria e função do segmento afetado;
c) c) alterações acentuadas do alinhamento dos membros superiores e/ou inferiores (genuvalgo, genuvaro, genu recurvatum, cúbito-valgo, cúbito varo);
d) d) comprometimento funcional articular (bloqueio da flexão, extensão, pronação, supinação); rotação lateral e medial traumática ou congênita, restrição de função em decorrência de luxação recidivante, em qualquer segmento, operada ou não;
e) e) deformidades congênitas ou adquiridas dos pés, por exemplo: pé cavo, hálux-vago, háluxvaro, hálux rígidus, sequelas de pé torto congênito, dedos em garra com calosidade ou não, calosidade aquileia, dedo extranumerário;
f) f) ausência parcial ou total, congênita ou traumática de qualquer segmento das extremidades;
g) g) sequelas de patologias congênitas, com repercussão funcional;
h) h) deformidades esqueléticas acentuadas (tumorações; hipertrofias; ossos supranumerários).
XV. Coluna lombo sacra: Será considerado inapto a pessoa candidata que apresentar em seus exames radiológicos de coluna lombossacra:
a) escoliose tóraco lombar;
b) cifose dorsal;
c) inversão das curvaturas fisiológicas da coluna vertebral;
d) má formação congênita isolada ou associada (tais como: espinha bífida, vértebra de transição mega apófise neo articulada ou não ao sacro);
e) tumoração óssea;
f) doença inflamatória;
g) doença infecciosa;
h) presença de prótese cirúrgica ou sequelas de cirurgia e de fratura.

19.19. DOS EXAMES ODONTOLÓGICOS

19.19.1. Ortopantomografia (Raio x panorâmico), com período de realização de no máximo 30 dias antes da Avalição de Saúde.
19.19.2. Série completa de periapicais, com período de realização de no máximo 30 dias antes da Inspeção de Saúde.
19.19.3. Será eliminado desta Fase de Avaliação de Saúde e, consequentemente, do concurso público a pessoa candidata que:
a) não apresentar documentação/exames/laudos exigidos em conformidade com este edital, ou qualquer outro documento que porventura venha a ser solicitado pela Banca Examinadora, na forma e no prazo estabelecidos;
b) for considerado "inapto", conforme condições incapacitantes relacionadas no subitem 18.9 deste edital.

A. Casos de Exclusão Odontológica

19.19.4. Estado sanitário bucal deficiente, infecções, neoplasias, deformidades estruturais como fissuras labiais ou labiopalatinas não reabilitadas.
19.19.5. Prognatismo mandibular e/ou maxilar bem como micrognatismo que possam comprometer a estabilidade e a função mastigatória.
19.19.6. Quando os dentes forem artificiais: se prótese, fixa unitária ou múltipla, deverá estar aceitável funcionalmente; se parcial removível, deverá restabelecer funcionalmente a pessoa candidata, apresentar boa retenção e estabilidade e estar com sua estrutura metálica e plástica em condições aceitáveis. A pessoa candidata deverá ser portadora de 20 (vinte) dentes naturais, sendo 10 (dez) dentes por cada arcada dentária, completando-se com dentes artificiais. Nestes 20 (vinte) dentes é obrigatória a existência de 4 (quatro) caninos e dos incisivos superiores; poderá ser tolerada a ausência de um ou mais dentes, quando se tratar de anodontia; quando os dentes forem naturais: deverão ser hígidos ou estarem restaurados com material restaurador definitivo, não ser portador de periodontopatias, raízes residuais, fístulas ou lesões dos tecidos moles.
19.19.7. Os resultados preliminar e definitivo da Fase de Avaliação de Saúde, com lista nominal das pessoas candidatas "aptos", serão publicados em datas previamente informadas no edital de convocação, no endereço eletrônico www.idib.org.br.
19.19.8. Caberá recurso contra o resultado preliminar da Avaliação de Saúde no prazo de 2 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da sua divulgação, por meio da Área para Candidato, acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br.

19.19.9. Outras informações a respeito da Avaliação de Saúde constarão do Edital de Convocação específico para esta Fase, a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.

20. DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

20.1. De caráter eliminatório, a investigação social e/ou funcional visa a apurar se a pessoa candidata apresenta procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável no meio social em que convive, bem como se a pessoa candidata preenche os requisitos para investidura no cargo, em especial os previstos neste edital.
20.2. A realização da Investigação Social ficará ao encargo da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta.
20.3. As pessoas candidatas que forem considerados recomendados na 3ª etapa – Avaliação psicológica, serão convocados para entregar cópias de seus documentos pessoais e outros documentos que serão solicitados oportunamente, bem como, para preencherem suas respectivas Fichas Individuais e de Informações Confidenciais (FIIC). Esta ficha será entregue a cada candidato sendo de responsabilidade do mesmo o preenchimento e a devolução no prazo estabelecido.
20.4. A comissão responsável pela Investigação Social poderá requisitar apoio policial para a realização dos trabalhos.
20.5. Será eliminado do concurso a pessoa candidata que for considerado não-recomendado na investigação social e/ou funcional.
20.6. Também, será eliminado do Concurso Público a pessoa candidata que não entregar devidamente preenchida sua FIIC ou que tiver omitido ou faltado com a verdade quando do seu preenchimento.
20.7. A pessoa candidata terá direito ao conhecimento dos motivos de sua eliminação, bem como à apresentação de recurso.
20.8. O edital específico contendo calendário, relação de documentos e outras informações que se julgarem necessárias, serão divulgados por ocasião da publicação do resultado da terceira etapa no endereço eletrônico www.idib.org.br.
20.9. Não haverá reclassificação das pessoas candidatas, salvo, por inaptidão de algum concorrente.

21. DA CLASSIFICAÇÃO PARCIAL

21.1. A classificação parcial consiste no ordenamento das pessoas candidatas não eliminados após o cumprimento das 04 (quatro) primeiras fases que correspondem a primeira etapa do concurso, a qual servirá de base para a convocação para as fases da 2ª Etapa.
21.2. Para esta classificação será levada em consideração a classificação obtida na primeira etapa com as posteriores reclassificações por inaptidão de algum concorrente, se for o caso.
21.3. As pessoas candidatas classificados serão convocados para participar do Curso de Formação Profissional de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta.

22. DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

22.1. O curso de formação profissional, de caráter eliminatório, será regulado por ato especificamente publicado para esse fim, com carga horária total em conformidade com a matriz curricular nacional para formação das Guardas Municipais, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, com fulcro no art. 11 da Lei Federal nº 13.022/2014.
22.2. O curso de formação será executado pela Prefeitura Municipal de Nísia Floresta, que poderá indicar um estabelecimento de ensino policial ou centro de formação para guardas municipais, conforme previsão do art. 6º, § 3º, da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, c/c, art. 12 da Lei Federal nº 13.022/2014.
22.3. Serão convocados por edital específico para realizarem suas matrículas no curso de formação, as pessoas candidatas que após a realização da 5ª etapa estiverem classificados dentro do número de vagas previsto neste edital.
a) certificado de conclusão de ensino médio (antigo 2.º grau) ou declaração de estar cursando nível superior ou certificado de conclusão de nível superior emitido por instituição oficial de ensino reconhecida ou autorizada pelo Ministério da Educação.
b) carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir de categoria "AB" ou superior.
c) carteira de Identidade;
d) CPF;
e) título de eleitor com comprovante de votação na última eleição e/ou justificativa de não votação, em ambos os turnos, se for o caso;
f) comprovante de quitação com as obrigações militares, para as pessoas candidatas do sexo masculino;
g) duas fotos 5x7, recentes, de frente, coloridas, fundo branco.
22.4. As pessoas candidatas convocados que não realizarem sua matrícula no curso de formação serão considerados eliminados no concurso.
22.5. As pessoas candidatas que estiverem classificados além do número de vagas não serão convocadas para o curso de formação, ficando condicionada sua convocação a não realização da matrícula no curso de formação de algum candidato convocado ou à oportunidade e à conveniência da Administração, respeitada a legislação vigente.
22.6. O curso de formação será ministrado em período integral, podendo ocorrer inclusive aos sábados, domingos e feriados, custeado integralmente pela Administração, sendo que neste período o aluno perceberá mensalmente uma bolsa de estudos no valor de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-base do cargo.
22.7. Para a realização do curso de formação a Administração poderá celebrar convênios.
22.8. Será Considerado reprovado no curso de formação profissional, e consequentemente eliminado do concurso, a pessoa candidata que não obtiver no mínimo 70% (setenta por cento) de aproveitamento nas avaliações aplicadas ou que não obtiver frequência integral no Curso, salvo faltas devidamente justificadas e abonadas pela comissão organizadora do curso de formação.
22.9. O curso de formação terá como resultado aprovado ou reprovado, observando-se o disposto no item anterior. Não haverá reclassificação das pessoas candidatas por força na nota obtida no curso de formação, salvo as reclassificações por reprovação de algum concorrente.
22.10. Após a conclusão do curso de formação profissional será divulgada a classificação final das pessoas candidatas que será estabelecida pela ordem decrescente da respectiva pontuação obtida na primeira etapa com as posteriores reclassificações por inaptidão de algum concorrente, se for o caso.
22.11. Após a participação no curso de formação profissional, as pessoas candidatas aprovados estarão aptos a serem nomeados para os seus respectivos cargos observando-se a classificação final definida conforme o item anterior.

23. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

23.1. Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo I deste Edital;
23.2. O Anexo V, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado;
23.3. As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto Federal nº 6.583, 29 de setembro de 2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas dos itens das provas, sendo também o conhecimento destas novas regras exigido para sua resolução;
23.4. A Prefeitura Municipal de Nísia Floresta e o IDIB não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público no que tange ao conteúdo programático;

23.5. Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio;
23.6. Cada item das provas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

24. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
24.1. A classificação final dos aprovados observará a ordem numérica decrescente, individualmente alcançada a partir do somatório do total de pontos obtidos na Prova Objetiva, atribuindo-se o primeiro lugar à pessoa candidata que obtiver a maior pontuação e assim sucessivamente.
24.2. Todos os cálculos citados neste edital serão sem arredondamento.
24.3. A homologação da relação de pessoas candidatas aprovadas e classificadas no certame, por cargo, passíveis de convocação, respeitará a ordem de classificação e o quantitativo máximo indicado neste Edital.
24.3.1. O Resultado Final do concurso público será divulgado no endereço eletrônico www.idib.org.br, sendo sua homologação publicada no site da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta, através do site oficial www.nisiafloresta.rn.gov.br.
24.3.2. As pessoas candidatas que não estiverem classificadas dentro do número máximo de aprovados estabelecido neste Edital, ainda que tenham alcançado a nota mínima exigida, serão automaticamente eliminadas do Concurso Público.
24.4. Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência a pessoa candidata que, na seguinte ordem:
a) tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
b) obtiver a maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa da prova objetiva;
c) obtiver a maior pontuação nas questões da área de Conhecimentos Específicos da prova objetiva;
d) tiver maior idade, exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem; e
e) tiver exercido a função de jurado (conforme art. 440 do Código de Processo Penal e alterações).
24.5. As pessoas candidatas que seguirem empatadas até a aplicação da alínea "e" do subitem 23.4 deste edital serão convocadas, antes da publicação do resultado final, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.
24.6. As pessoas candidatas convocadas que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento terão considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.
24.7. As pessoas candidatas a que se refere a alínea "e" do subitem 23.4 deste edital serão convocadas, antes da publicação do resultado final, para se manifestarem quanto ao exercício da função de jurado e, em caso positivo, realizarem a entrega da documentação que comprova referido exercício.
24.8. Para fins de comprovação da função de jurado serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP e alterações.

25. DOS RECURSOS
25.1. Será assegurado à pessoa candidata o direito de interpor recurso contra o gabarito preliminar e resultados preliminares das etapas do certame, exclusivamente por meio da Área da Pessoa candidata, disponível no endereço eletrônico da banca organizadora.
25.2. O recurso deverá ser interposto individualmente, no prazo de até 2 (dois) dias consecutivos após a publicação do respectivo resultado preliminar, observadas as orientações específicas de cada fase.
25.3. Não caberá recurso contra resultados definitivos, contra o gabarito oficial definitivo ou pedido de revisão de recurso já julgado, constituindo a decisão da Banca Examinadora última instância administrativa.
25.4. Por razões de segurança do certame, preservação da isonomia entre as pessoas candidatas e prevenção a fraudes, não será permitido levar o caderno de provas ao término da aplicação, permanecendo este sob guarda da banca organizadora.
25.5. A retenção do caderno de provas não configura cerceamento de defesa, uma vez que, quando da divulgação do gabarito oficial preliminar, serão disponibilizados no sítio eletrônico da banca organizadora:
a) o caderno de provas correspondente ao tipo aplicado;
b) o gabarito oficial preliminar.
25.6. O espelho do cartão resposta será colocado à disposição da pessoa candidata a partir da data de divulgação do gabarito preliminar das provas objetivas, mediante acesso à página do concurso no endereço eletrônico www.idib.org.br, permanecendo disponível até a data de publicação do resultado final do certame, observado o cronograma constante do Anexo VI deste Edital.
25.7. O IDIB disponibilizará, na página do concurso no endereço eletrônico www.idib.org.br, a imagem da folha de respostas de cada pessoa candidata que tenha realizado a prova objetiva, a partir da data de divulgação do resultado preliminar, conforme cronograma previsto no Anexo VI deste Edital, permanecendo a referida imagem disponível até a publicação do resultado final do certame.
25.8. A disponibilização do caderno de provas nesta fase tem por finalidade exclusiva possibilitar a análise do conteúdo das questões e eventual interposição de recurso quanto ao gabarito preliminar, não se destinando à conferência de marcação individual de respostas.
25.9. O recurso contra o gabarito oficial preliminar deverá restringir-se exclusivamente ao conteúdo das questões e alternativas, admitindo-se alegações de:
a) erro material;
b) incorreção técnica ou conceitual;
c) incompatibilidade com o conteúdo programático;
d) ambiguidade ou inexistência de alternativa correta.
25.10. Não serão conhecidos recursos fundamentados na marcação individual do cartão- resposta ou que requeiram acesso ao cartão-resposta nesta fase.
25.11. Após a divulgação do resultado preliminar individual, será disponibilizado à pessoa candidata, por meio eletrônico, o respectivo cartão-resposta, exclusivamente para conferência da pontuação atribuída.
25.12. O recurso contra o resultado preliminar individual limitar-se-á à verificação de:
a) erro material na soma dos pontos;
b) divergência entre a marcação constante no cartão-resposta e a nota atribuída;
c) aplicação incorreta dos critérios objetivos previstos neste edital.
25.13. Não será admitido recurso que retome discussão acerca do conteúdo das questões ou do gabarito oficial já definitivamente julgados.
25.14. Não será disponibilizado espelho individual comparativo de prova objetiva, uma vez que tal finalidade é integralmente atendida pela disponibilização do cartão-resposta e do gabarito definitivo.
25.15. O recurso deverá ser claro, consistente, objetivo e devidamente fundamentado, com indicação precisa da questão ou item impugnado e exposição circunstanciada dos fundamentos.
25.16. Recursos inconsistentes, genéricos, intempestivos, com dados incompletos ou apresentados por meio diverso do previsto neste edital serão preliminarmente indeferidos.
25.17. Serão igualmente indeferidos recursos que:

a) contenham teor desrespeitoso;
b) estejam em desacordo com as especificações deste edital;
c) não guardem correspondência com a questão recorrida.
25.18. A decisão da Banca Examinadora será fundamentada e soberana no âmbito administrativo.
25.19. Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todas as pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
25.20. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, essa alteração valerá para todas as pessoas candidatas.
25.21. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recurso, recurso de recurso ou recurso contra o gabarito definitivo.

26. DA CONVOCAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO
26.1. Por ocasião da convocação, as pessoas candidatas classificadas deverão apresentar os documentos originais, acompanhados de uma cópia simples, que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição abaixo elencados.
26.2. As pessoas candidatas aprovadas e classificadas dentro das vagas oferecidas pelo Edital, deverão comparecer em data, local e horário conforme correspondente documento de Convocação, de acordo com cronograma constante no ANEXO VI deste Edital, munidos da seguinte documentação, original, cópia autenticada ou documento emitido com validação eletrônica (assinatura e/ou QR Code):
a) certidão de nascimento ou casamento: atualizada (emitida, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data de entrega);
b) certidão de nascimento dos filhos: se possuir – atualizada (emitida, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data de entrega);
c) cédula de Identidade (RG): fotocópia autenticada (frente e verso);
d) título de eleitor - fotocópia autenticada (frente e verso) ou e-título emitido pelo aplicativo da Justiça Eleitoral;
e) comprovante de residência: (conta de água, luz ou telefone) – (atualizada – últimos 90- dias) - cópia;
f) cópia autenticada do Histórico escolar do curso superior apresentado para inclusão;
g) carteira Profissional, se possuir, com o registro (baixa) do último emprego - cópia autenticada;
h) número de inscrição no PIS ou PASEP, se possuir (pode ser obtido junto à Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil);
i) comprovante de exoneração (rescisão de contrato) do último emprego/função: cópia autenticada;
j) certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal da seção judiciária em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
k) certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual circunscrição em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo há 06 (seis) meses;
l) certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Eleitoral, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
m) certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral, expedida no máximo, há 06 (seis) meses.
26.3. A convocação de que trata o subitem 26.2 acima será realizada pela Prefeitura Municipal de Nísia Floresta, devendo a pessoa candidata apresentar-se no local, na data e no horário determinados.
26.4. As pessoas candidatas serão submetidas a exames médicos que avaliarão sua capacidade para o desempenho das tarefas pertinentes ao cargo a que concorrem.
26.5. Os exames médicos, apresentados pela própria pessoa candidata, de caráter eliminatório para efeito de admissão, são soberanos e, a eles, não caberá qualquer recurso administrativo.
26.6. Não será nomeada a pessoa candidata habilitada que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse e que não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital, constatado a qualquer tempo.
26.7. A pessoa candidata que não atender, no ato da posse, aos requisitos deste Edital será considerada desistente, sendo excluída automaticamente do Concurso Público, sendo eliminada do Concurso e ensejando a convocação da próxima candidata na lista de classificação.
26.8. A convocação será realizada por meio de publicação no site da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta e por qualquer meio hábil de comunicação.

27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
27.1. O resultado final do Concurso Público será homologado e publicado pela Prefeitura Municipal de Nísia Floresta, e divulgado nos endereços eletrônicos www.idib.org.br e www.nisiafloresta.rn.gov.br.
27.2. O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial e site oficial da prefeitura de Nísia Floresta, www.nisiafloresta.rn.gov.br, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual prazo, a critério da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta.
27.3. A pessoa candidata deverá manter atualizado seu endereço perante o IDIB até a homologação do resultado final do concurso, por meio de requerimento a ser enviado para o correio eletrônico www.idib.org.br. Após a homologação, deverá manter atualizado junto a Prefeitura Municipal de Nísia Floresta. São de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
27.3.1. O IDIB e a Prefeitura Municipal de Nísia Floresta não se responsabilizam por eventuais prejuízos a pessoa candidata, inclusive quanto à eventual nomeação, decorrentes de:
a) endereço não atualizado;
b) endereço de difícil acesso;
c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado da pessoa candidata;
d) correspondência recebida por terceiros.
27.4. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação da pessoa candidata, valendo para esse fim a publicação no Diário Oficial Municipal.
27.5. Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pelo IDIB e pela Comissão do Concurso Público, conforme o caso.
27.6. O IDIB poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida a pessoa candidata, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.
27.7. Por motivo de ocorrência de fatos não previstos neste edital, a Comissão de Acompanhamento do Concurso, em ação conjunta com o IDIB, poderá reprogramar as datas estabelecidas no cronograma, visando garantir a participação igualitária de todas as pessoas candidatas.
27.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em edital próprio publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br, sendo de inteira responsabilidade da pessoa candidata o seu acompanhamento.
27.9. É facultada a apresentação de solicitação de impugnação, de forma fundamentada, ao presente edital, no prazo de até 2(dois) corridos, a contar de sua publicação no endereço eletrônico www.idib.org.br, conforme previsto no Anexo VI.
27.10. Para fins de impugnação, o demandante deverá realizar seu cadastro de inscrição no concurso público (sem obrigação de efetivá-la), nos termos deste edital, e acessar a opção “Recurso On-line”, através da Área para pessoa candidata acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br.

27.11. A impugnação protocolada será julgada pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público em conjunto com o IDIB, no que for necessário.
27.12. Do julgamento previsto neste edital, não caberá recurso, bem como a resposta será disponibilizada diretamente ao demandante, sendo seus efeitos, se existentes, implementados mediante aditivo deste edital ou novo edital.
27.13. Os casos não previstos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Concurso, ouvido o IDIB sempre que necessário.

Nísia Floresta/RN, 11 de setembro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN.

ANEXO I
QUADRO DE VAGAS, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

ÓRGÃO/ SECRETARIA	CARGO	AMPLA CONCORRENCIA	FEM.10%	PCD	PPP	VAGAS IMEDIATAS	CADASTRO DE RESERVA	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO BASE
Sec. de Segurança Pública	Guardas Municipais 44h/s(escala 24x72)	19	3	2	6	30(trinta)	20 (vinte)	Nível Médio	R$ 1.800,00 + 30% de gratificação de risco de vida + adicional noturno de R$ 300,00 nas condições legais

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

GUARDA CIVIL MUNICIPAL
Zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município, especialmente nas áreas de interesse turístico e cultural; exercer a vigilância diurna e noturna, interna e externa, do patrimônio público municipal de toda e qualquer natureza, especialmente das repartições públicas, escolas, centros municipais de educação infantil, unidades de saúde, parques, praças, centros esportivos e culturais e demais prédios públicos, com a finalidade de prevenir sinistros e atos de vandalismo, bem como protegê-los contra crimes patrimoniais; exercer o patrulhamento preventivo e comunitário, promovendo a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais; prevenir e inibir, por meio da presença e da vigilância constantes, bem como coibir infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, visando à proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais; proteger visitantes e turistas, garantindo-lhes uma experiência segura nas áreas de visitação e nos eventos e festividades promovidos pelo Município; atuar de forma articulada com os órgãos municipais responsáveis pelas políticas sociais, visando à realização de ações interdisciplinares de segurança, em conformidade com as diretrizes e políticas estabelecidas pelo Poder Executivo; exercer a fiscalização municipal de trânsito, dentro das competências atribuídas ao Município pelo Código de Trânsito Brasileiro, bem como fiscalizar o Sistema Municipal de Transportes, na forma da legislação municipal vigente; controlar a entrada e a saída de veículos e pessoas, orientar o público e promover a segurança preventiva e repressiva nos eventos e festividades, públicos ou privados, de interesse do Município; vigiar e proteger o patrimônio ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, apoiando medidas educativas e preventivas e escoltando as equipes municipais de fiscalização; manter e ampliar a vigilância das unidades públicas por meio de sistemas de videomonitoramento e de alarmes, bem como realizar o rastreamento da frota municipal; colaborar com os órgãos da Defesa Civil e prestar assistência à população em casos de calamidade pública; e garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, prestando-o direta e imediatamente quando se deparar com essas situações.

ANEXO II
DO FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE VAGA PARA PESSOA CANDIDATA COM DEFICIÊNCIA

Atesto, para fins de participação no Concurso Público de Provas para provimento do cargo de_____, Edital nº 02/2026, do Concurso Público para PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, vem requerer vaga reservada como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, que o(a) Senhor(a)_____ _____é pessoa com deficiência (espécie) _____, CID_____, com grau/nível de deficiência (leve, moderado ou alto)_____ , tendo como provável causa da deficiência (descrever/apresentar aprovável causa da deficiência):

_____
Adiciono ainda outras informações:
1) Pessoa candidata faz uso de próteses, órteses ou adaptações? ( ) Sim ( ) Não
Se Sim, em qual(is) membro(s)/parte(s) do corpo?

_____
2) Se pessoa candidata com deficiência mental, especificar as páreas de limitação associadas e habilidades adaptativas:

_____
3) Se pessoa candidata com deficiência múltipla, especificar a associação de suas ou mais deficiências:

_____
Dados especiais para aplicação das PROVAS (marcar com X no parêntese abaixo, caso necessite de Prova Especial ou não). Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário.
( ) NÃO NECESSITA de PROVA ESPECIAL e/ou de TRATAMENTO ESPECIAL.
( ) NECESSITA de PROVA e/ou de CUIDADO ESPECIAL.
Especificar:

_____

Assinatura e carimbo com nome e número do CRM do médico especialista na área de deficiência da pessoa candidata.
Ao assinar este requerimento, a pessoa candidata declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não-homologação de sua situação, por ocasião da realização da Avaliação Biopsicossocial.

Local e data Assinatura da pessoa candidata
Observações:
* No caso de deficiência auditiva, anexar exame de audiometria recente.
* No caso de deficiência visual, anexar exame de acuidade em AO (ambos os olhos), com especificação da patologia e do campo visual.

ANEXO III
DO FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Eu, _____, Portador do RG nº _____, CPF de nº_____, declaro que sou negro, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o fim específico de atender ao item 10 do edital nº 02/2026 para concurso público da PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA. Estou ciente que, se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste concurso, em qualquer fase, e de anulação de minha nomeação (caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. Por fim, através deste termo autorizo a realização de filmagem da entrevista para aferição pessoal da veracidade da autodeclaração como preto, pardo indígena ou quilombola.

OBSERVAÇÕES:
É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata o correto preenchimento deste formulário e o envio da documentação em conformidade com o Edital de abertura de inscrições;
Todos os documentos enviados serão analisados pela banca examinadora do IDIB, que emitirá relatório com a situação do pedido da pessoa candidata.

_____,de_____de 20_____.

Assinatura do(a) requerente

ANEXO IV
DO MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF)

Atesto, para os devidos fins, que o(a) Senhor(a)_____ goza de boas condições de saúde, estando apto(a) para realizar o Teste de Aptidão Física (TAF) do concurso público para a Guarda Civil Municipal de NÍSIA FLORESTA-RN, regido pelo Edital nº 02/2026, e suas alterações posteriores, se existentes.

_____,_____/_____/_____
Local Data

_____
Nome, assinatura, número do CRM do médico e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

ANEXO V
DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

CONHECIMENTOS COMUNS
LÍNGUA PORTUGUESA:
Leitura e interpretação textual. Estruturação do texto e dos parágrafos. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos e operadores sequenciais. Significação contextual de palavras e expressões. Equivalência e transformação de estruturas. Linguagem verbal e não verbal: ícone, índice e símbolo. Modalizadores discursivos; Sintaxe e construção frasal. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Emprego de tempos e modos verbais. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Sintaxe do período simples e composto; Morfologia e estrutura das palavras Estrutura e formação de palavras. Funções das classes de palavras. Flexão nominal e verbal; Norma-padrão da língua portuguesa. Ortografia oficial. Acentuação gráfica.
RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO
Raciocínio lógico numérico: Resolução de problemas envolvendo números reais; Raciocínio Lógico: Proposições. Conectivos. Negação. Tabela verdade. Equivalência e implicação lógica. Diagramas Lógicos; Calendários. Numeração. Razões especiais. Grandezas diretamente e inversamente proporcionais. Divisão Proporcional. Porcentagem. Conjuntos. Múltiplos e divisores. Regras de divisibilidade. MDC e MMC. Sequências e padrões (com números, figuras, letras ou palavras). Progressões aritméticas e geométricas. Equações e sistemas do 1º e 2º graus. Problemas de contagem: Princípio Aditivo e Princípio Multiplicativo. Arranjos. Combinações. Permutações. Noções de probabilidade: Probabilidade da união de dois eventos. Probabilidade condicional. Probabilidade de eventos independentes. Média aritmética simples e ponderada. Perímetro e área de figuras planas. Sistemas Legal de Medidas: medidas de comprimento, área, volume, massa, capacidade e tempo.
NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Fundamentos de informática: Hardware e software; software livre e software proprietário. Componentes do computador e dispositivos de entrada, saída e armazenamento. Sistemas operacionais e programas aplicativos. Tipos e extensões de arquivos. Unidades de medida da informação; Sistemas operacionais (Windows 11 e Linux Ubuntu): Área de trabalho, janelas, menus e barra de tarefas. Gerenciamento de arquivos e pastas: criação, cópia, movimentação, renomeação, exclusão e pesquisa. Área de transferência, atalhos de teclado, lixeira e recuperação de arquivos. Contas de usuário, configurações básicas e instalação/remoção de aplicativos. Impressão e recursos de acessibilidade. Editores de texto (Microsoft Word e LibreOffice Writer) Criação e edição de documentos: formatação de fontes e parágrafos. Configuração de página, cabeçalhos, rodapés, bordas e tabelas. Inserção de imagens, formas e símbolos; estilos e temas. Localização/substituição de conteúdo e verificação ortográfica. Impressão, exportação (inclusive PDF) e compartilhamento básico. Planilhas eletrônicas (Microsoft Excel e LibreOffice Calc): Pastas de trabalho, planilhas, células e tipos de dados. Fórmulas, operadores e referências relativas/absolutas. Funções básicas (soma, média, mínimo, máximo, contagem e condicional simples). Classificação, filtragem, formatação condicional e gráficos básicos. Configuração de página e impressão. Programas de apresentação (Microsoft PowerPoint e LibreOffice Impress) Criação, layouts e temas de slides. Inserção de textos, imagens, tabelas e gráficos. Transições e animações. Modos de exibição e modo apresentador. Impressão e exportação de apresentações. Internet e navegadores (Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox) Conceitos de internet, intranet e World Wide Web. Guias, favoritos, histórico e downloads. Cache, cookies e navegação privativa. Mecanismos e estratégias de busca. Avaliação de fontes e reconhecimento de conexões seguras (HTTPS). Correio eletrônico (Microsoft Outlook, Mozilla Thunderbird e webmails como Gmail): Funcionamento básico e estrutura de uma mensagem.
Envio, resposta e encaminhamento; campos destinatário, CC e CCO. Anexos, contatos e organização em pastas. Caixa de entrada, spam e boas práticas de comunicação. Identificação de mensagens fraudulentas e cuidados com links e anexos. Comunicação, colaboração e armazenamento em nuvem (Microsoft OneDrive, Google Drive, Microsoft Teams, Google Meet e Zoom): Conceitos de computação em nuvem. Armazenamento, sincronização e compartilhamento de arquivos. Permissões básicas e edição colaborativa. Ferramentas de videoconferência. Calendários eletrônicos e cuidados no compartilhamento institucional. Segurança da informação: Princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Autenticação, autorização e auditoria; autenticação em múltiplos fatores. Senhas seguras, bloqueio de tela e cópias de segurança. Malwares (vírus, worms, trojans, spyware e ransomware). Phishing e suas variações (spear phishing, vishing e smishing) e engenharia social. Proteção de informações e dados pessoais. Dado pessoal e dado pessoal sensível. Cuidados com coleta, armazenamento e compartilhamento de dados. Proteção de documentos físicos e digitais. Descarte seguro de documentos e arquivos. Responsabilidade do usuário no tratamento de informações institucionais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE GUARDA MUNICIPAL

CONHECIMENTOS SOBRE NÍSIA FLORESTA/RN

História da formação do Município de Nísia Floresta. Aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Organização político-administrativa do Município. Patrimônio histórico, cultural e natural. Distritos, localidades, principais vias, equipamentos públicos e órgãos municipais. Economia local e principais atividades produtivas. Aspectos demográficos e indicadores socioeconômicos. Meio ambiente, recursos hídricos e sustentabilidade. Serviços públicos municipais. Atualidades relacionadas ao Município de Nísia Floresta. Símbolos oficiais do Município.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN

Lei Orgânica do Município de Nísia Floresta, promulgada em 30 de março de 1990, e suas Emendas. Lei nº 006, de 18 de novembro de 2013, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nísia Floresta, e suas alterações. Lei Complementar nº 048/2025, Legislação municipal vigente relativa à Guarda Civil Municipal de Nísia Floresta, compreendendo sua criação, organização, competências, estrutura administrativa, direitos, deveres, prerrogativas, regime disciplinar e demais normas correlatas. Lei Estadual nº 10.097/2016 e Decreto Estadual nº 29.496/2020, que instituem e regulamentam a Patrulha Maria da Penha no Estado do Rio Grande do Norte.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, Governo e Administração Pública: conceitos, princípios e organização administrativa. Princípios expressos e implícitos da Administração Pública. Competência administrativa: delegação, avocação e exercício da competência. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e poder de polícia. Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, espécies, classificação, invalidação, revogação e convalidação. Agentes públicos: conceito, classificação, direitos, deveres, responsabilidades, provimento, vacância e regime disciplinar. Serviços públicos: conceito, princípios, classificação e formas de prestação. Bens públicos: conceito, classificação, utilização, proteção e afetação. Responsabilidade civil da Administração Pública. Controle da Administração Pública: controle administrativo, legislativo e judicial. Processo administrativo: princípios, direitos e deveres do administrado, nos termos da Lei nº 9.784/1999. Processo Administrativo Disciplinar (PAD): conceito, princípios e aspectos gerais. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021). Licitações e contratos administrativos: princípios, modalidades, contratação direta e noções gerais da Lei nº 14.133/2021. Responsabilidade dos agentes públicos e exercício do poder de polícia administrativa.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: conceito, classificação, princípios fundamentais e aplicabilidade das normas constitucionais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos. Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. Competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Administração Pública: princípios constitucionais e disposições gerais (arts. 37 a 41 da Constituição Federal). Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Segurança Pública: órgãos de segurança pública; competências; organização da segurança pública; Guardas Municipais (art. 144 da Constituição Federal). Controle da Administração Pública previsto na Constituição Federal.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Conceito, características, fundamentos, princípios e evolução histórica dos Direitos Humanos. Gerações (ou dimensões) dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Sistema Global e Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Direitos Humanos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Direitos Humanos e atividade policial. Uso diferenciado da força: princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, razoabilidade, precaução e responsabilização. Proteção dos grupos vulneráveis: crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres, população negra, povos indígenas e comunidades tradicionais. Cidadania, dignidade da pessoa humana, igualdade, não discriminação e promoção dos direitos fundamentais. Direitos Humanos aplicados à atuação da Guarda Civil Municipal. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Regras de Mandela e Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU).

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (e suas alterações):Princípios do Direito Penal. Aplicação da lei penal. Lei penal no tempo e no espaço. Crime: conceito, classificação e sujeitos. Tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Consumação e tentativa. Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade. Pena: espécies e aplicação. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a Administração Pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração da Justiça. Crimes contra a incolumidade pública. Noções de Criminologia: conceitos básicos e prevenção da criminalidade.

NOÇÕES DE PROCESSO PENAL

Jurisdição. Competência. Inquérito policial. Ação penal. Sujeitos processuais. Comunicação dos atos processuais. Prisão em flagrante. Prisões cautelares e medidas cautelares pessoais. Busca e apreensão. Provas. Cadeia de custódia. Direitos e garantias do preso. Lei nº 9.099/1995: Juizados Especiais Criminais e Termo Circunstanciado de Ocorrência. Atuação da Guarda Civil Municipal na proteção dos bens, serviços, logradouros públicos e instalações municipais, preservação da ordem pública, colaboração com os órgãos de segurança pública e prisão em flagrante, conforme a Constituição Federal, a Lei nº 13.022/2014 e a legislação aplicável.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), com ênfase nos princípios, competências, organização, controle, corregedoria, ouvidoria e atuação integrada, e suas alterações. Lei nº 13.675/2018 (Sistema Único de Segurança Pública – SUSP e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social) e suas alterações. Decreto nº 11.841/2023 (Cooperação das Guardas Municipais com os órgãos de segurança pública). Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e suas alterações. Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) e suas alterações. Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e suas alterações. Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) e suas alterações. Lei nº 9.455/1997 (Lei de Tortura) e suas alterações. Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e suas alterações. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e suas alterações. Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) e suas alterações. Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e suas alterações. Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e suas alterações. Lei nº 7.716/1989 (Crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional) e suas alterações. Lei nº 14.532/2023 (alterações relativas ao crime de injúria racial). Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e suas alterações. Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte), no que se refere à prevenção da violência e à segurança nos eventos esportivos. Lei nº 13.060/2014 (Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública). Lei nº 13.431/2017 (Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência) e suas alterações. Lei nº 12.037/2009 (Identificação Criminal) e suas alterações. Lei nº 14.133/2021, exclusivamente quanto aos crimes em licitações e contratos administrativos.

ANEXO VI

CRONOGRAMA PREVISTO

CRONOGRAMA SUGESTIVO			
ITEM	**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
1	Publicação do edital de abertura	11/09/2026	
2	Período para impugnação ao edital	11/09/2026	13/09/2026
3	Período de inscrições para os candidatos que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição	11/09/2026	13/09/2026
4	**Período de inscrições**	**11/09/2026**	**13/10/2026**
5	Publicação do resultado de impugnação do edital	21/09/2026	
6	Divulgação do resultado preliminar dos pedidos de isenção na área do candidato	23/09/2026	
7	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	24/09/2026	25/09/2026
8	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção (Área do Candidato)	07/10/2026	
9	Último dia para envio da documentação comprobatória do candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência e solicitação de atendimento especial	13/10/2026	
10	Último dia para geração e pagamento da taxa de inscrição	14/10/2026	
11	Divulgação do resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial) na área do candidato	20/10/2026	
12	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	21/10/2026	22/10/2026
13	Divulgação do resultado definitivo de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial) na área do candidato	06/11/2026	
14	Divulgação dos locais de prova	27/11/2026	
15	**Realização das Provas Objetivas**	**06/12/2026**	
16	Publicação dos gabaritos preliminares das provas objetivas	07/12/2026	
17	Prazo para interposição de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva	08/12/2026	09/12/2026
18	Publicação dos gabaritos definitivos das provas objetivas + resultado preliminar da prova objetiva + espelho do cartão resposta	06/01/2027	
19	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	07/01/2027	08/01/2027
20	Publicação do resultado definitivo da prova objetiva	25/01/2027	
21	Edital de Convocação para a preenchimento de Ficha de Informações Confidenciais, inerente à Investigação Social e Funcional e disponibilização da ficha de Informações Confidenciais	26/01/2027	
22	Edital de Convocação para o Teste de Aptidão Física (TAF)	26/01/2027	
23	Período de envio da ficha de informações confidenciais	27/01/2027	31/01/2027
24	**Realização do teste de aptidão física (taf)**	**13/02/2027**	**14/02/2027**
25	**Publicação do resultado preliminar do teste de aptidão física na área do candidato**	**17/02/2027**	
26	**Interposição de recurso contra o resultado preliminar do teste de aptidão física**	**18/02/2027**	**19/02/2027**
27	**Publicação do resultado definitivo do teste de aptidão física**	**25/02/2027**	
28	**Edital de Convocação para a Avaliação Psicológica**	**26/02/2027**	
29	**Realização da avaliação psicológica**	**07/03/2027**	
30	**Publicação do resultado preliminar da avaliação psicológica na área do candidato**	**24/03/2027**	
31	**Período para requerimento da entrevista devolutiva**	**25/03/2027**	
32	**Realização da entrevista devolutiva**	**27/03/2027**	**28/03/2027**
33	**Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação psicológica**	**29/03/2027**	**30/03/2027**
34	**Publicação do resultado definitivo da avaliação psicológica**	**08/04/2027**	
35	**Edital de Convocação para a Avaliação de Saúde**	**09/04/2027**	
36	**Realização da avaliação de saúde**	**01/05/2027**	**02/05/2027**
37	**Publicação do resultado preliminar da avaliação de saúde na área do candidato**	**05/05/2027**	
38	**Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação de saúde**	**06/05/2027**	**07/05/2027**
39	**Publicação do resultado definitivo da avaliação de saúde**	**13/05/2027**	
40	**Edital de Convocação para a Avaliação Biopsicossocial e o Procedimento de Heteroidentificação**	**14/05/2027**	
41	**Realização da avaliação biopsicossocial e procedimento de heteroidentificação**	**22/05/2027**	**23/05/2027**
42	**Publicação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e procedimento de heteroidentificação, na área do candidato**	**26/05/2027**	
43	**Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e procedimento de heteroidentificação**	**27/05/2027**	**28/05/2027**
44	**Publicação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial e procedimento de heteroidentificação**	**04/06/2027**	
45	Curso de Formação	*A definir	
46	Resultado Final	*A definir	

DO FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, ___, inscrito no CPF sob o nº _____-_____, venho requerer a ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Concurso Público de Provas para provimento do cargo _____da carreira de _____, promovido pela Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN e regido pelo Edital nº 02, de 10 de setembro de 2026, inscrição nº_____, de acordo com o referido Edital, conforme abaixo (assinalar a opção abaixo):

( ) 1ª POSSIBILIDADE –Decretos Federais nº 6.593/2008 e 11.016/2022 (inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico).

( ) 2ª POSSIBILIDADE: Doador de medula óssea: comprovar a condição de doador de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde.

Nº NIS:		**CPF:**	
DATA DE NASCIMENTO:	**DATA EXP.:**	**RG:**	**UF:**
NOME DA MÃE:			

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:F982933E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 288/2026

O**PREFEITO**do Município de Nísia Floresta/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal n° 14.133/21, e dos arts. 13 a 15 do Decreto Municipal n° 02/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) servidores (as) abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, para exercer a função de GESTOR (A) dos instrumentos contratuais abaixo listados:

Gestor (a)	Gestor(a) substituto(a)	Contrato/Ordem de Compra/Serviço nº	Contratado (a)	Objeto
Ericka Thatianny dos Santos Silva – Mat.: 2367645-6	Camila Rodrigues Mendes Maciel Mat.; 0024287-2	Pregão N° 125/2025	André Alves da Cruz-ME, Cnpj: 08.661.972/0001-39	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de acesso dedicado à Internet de alta velocidade e baixa latência, e serviços complementares de rede Interna, para atendimento às unidades administrativas da prefeitura municipal de Nísia floresta/rn, com abrangência em todo o território municipal (zonas urbanas e rural), visando à modernização, segurança e eficiência da infraestrutura de Conectividade e rede,
Ericka Thatianny dos Santos Silva – Mat.: 2367645-6	Camila Rodrigues Mendes Maciel Mat.; 0024287-2	Pregão Eletrônico 01/2025	H & G Soluções Ambientais LTDA, CNPJ: 55.219.559/0001-07.	Contratação da empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para o uso dos SCFV/Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
Ericka Thatianny dos Santos Silva – Mat.: 2367645-6	Camila Rodrigues Mendes Maciel Mat.; 0024287-2	Pregão Eletrônico 11/2025	Ciccarelli e França LTDA, CNPJ: 07.096.443/0001-77	Contratação da prestação do serviço de recarga de toner e tanque de tinta, com regime de comodato de impressoras e copiadoras multifuncionais.

Art. 2º Ao Gestor do contrato cabem as seguintes competências:

I – Analisar a documentação que antecede o pagamento;
II – Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
III - Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
IV - Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
V- Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado
VI- Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
VII- Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhista da contratada no Portal Nacional de Contratações.
VIII- Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
IX- Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou portal adotado pelo Município;
X- Outras atividades compatíveis com a função;

Art. 3°Designar os (as) servidores (as) abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de FISCAL dos instrumentos contratuais abaixo listados:

Fiscal	Contrato/Ordem de Compra/Serviço nº	Contratado (a)	Objeto
Jessica Paula Silva de Lima, Mat: 0369659-5	Pregão N° 125/2025	André Alves da Cruz-ME, Cnpj: 08.661.972/0001-39	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de acesso dedicado à Internet de alta velocidade e baixa latência, e serviços complementares de rede Interna, para atendimento às unidades administrativas da prefeitura municipal de Nísia floresta/rn, com abrangência em todo o território municipal (zonas urbanas e rural), visando à modernização, segurança e eficiência da infraestrutura de Conectividade e rede,
Jessica Paula Silva de Lima, Mat: 0369659-5	Pregão Eletrônico 01/2025	H & G Soluções Ambientais LTDA, CNPJ: 55.219.559/0001-07.	Contratação da empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios para o uso dos SCFV/Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
Jessica Paula Silva de Lima, Mat: 0369659-5	Pregão Eletrônico 11/2025	Ciccarelli e França LTDA, CNPJ: 07.096.443/0001-77	Contratação da prestação do serviço de recarga de toner e tanque de tinta, com regime de comodato de impressoras e copiadoras multifuncionais.

Art. 4º Ao Fiscal do contrato cabem as seguintes competências:

I - Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
II - Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
III - Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
IV - Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
V - Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
VI - Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
VII - Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
VIII - Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
IX - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
X - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
XI - Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
XII - Verificar a correta aplicação dos materiais;
XIII - Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
XIV - Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
XV - Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
XVI - No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XV:
a) Manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
b) Visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
c) Verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
XVII - Outras atividades compatíveis com a função:

§1º. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§2º. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

§3º. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

I –Os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
II –Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
III –A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
IV – A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
V – O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
VI – A satisfação do público usuário.

§4º. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133/2021.

§5º. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

§6º. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal n.º 14.133/21.

§7º. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I – No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:
a) Recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, §3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;
b) Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
c) Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
d) Fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
e) Pagamento do 13º salário;
f) Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
g) Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
h) Eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
i) Encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;
j) Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
k) Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.
II – No caso de cooperativas:
a) Recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
b) Recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;
c) Comprovante de distribuição de sobras e produção;
d) Comprovante da aplicação do FATES – Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;
e) Comprovante da aplicação em fundo de reserva;
f) Comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e
g) Eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.
III – No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público – OSCIP's e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

§8º. Além do cumprimento do §7º deste artigo, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas em, CTPS, devendo ser observadas, entre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, a remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações dos contratos de trabalho e, se necessário, fiscalizar no local de trabalho do empregado.

Art. 5º Em respeito ao princípio da segregação de funções, os (as) servidor (as) designados (as) não se enquadra nas seguintes situações de impedimento:

a) Se responsável pela execução do próprio contrato;
b) Figurar como pregoeiro ou ser membro de comissão de licitação;
c) Possuir condição que enseje conflito de interesses que importem em óbice à designação como fiscal/gestor de Contrato.

Art. 6º As atribuições de fiscalização e gestão de contratos não serão remuneradas, nem poderão ser recusadas, salvo nos casos de impedimento legal.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor, a partir de sua publicação no Diário Oficial.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal de Nísia Floresta

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:D033AF41

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO 059/2026

DECRETO Nº 59/2026.

Abre crédito adicional extraordinário destinado ao adimplemento de obrigações contratuais indispensáveis à continuidade de serviços públicos essenciais, em complementação ao Decreto Municipal nº 018/2026; e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que, pelo Decreto Municipal nº 016/2026, foi declarado estado de calamidade financeira e administrativa no âmbito do Poder Executivo Municipal, formalmente reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte por meio do Decreto Legislativo nº 07, de 16 de julho de 2026;

CONSIDERANDO que, pelo Decreto Municipal nº 017/2026, foi aberto crédito adicional extraordinário destinado ao reforço de dotações orçamentárias de pessoal e de serviços públicos essenciais de saúde e educação, com fundamento no art. 167, § 3º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, não obstante a referida medida, o Município permanece sem dotação orçamentária específica para o adimplemento de obrigações contratuais junto a prestadores de serviços cuja atuação é indispensável à continuidade do funcionamento dos órgãos públicos municipais e à efetiva prestação de serviços públicos essenciais, notadamente aqueles relacionados no art. 2º do Decreto nº 016/2026 — atendimento médico-hospitalar, cooperativas médicas, fornecimento de medicamentos, transporte escolar, abastecimento de ambulâncias e veículos oficiais e coleta de resíduos sólidos;

CONSIDERANDO que, em observância ao princípio da separação dos Poderes e à competência privativa do Poder Legislativo para autorizar a abertura de créditos especiais e suplementares (art. 41, incisos I e II, da Lei Federal nº 4.320/1964), o Poder Executivo encaminhou à Câmara Municipal os Projetos de Leis do ano de 2026 de nº 07; 08; 09; 10; 11; 12; 16; 32; 34; 41; 42; 43; 44; 45; 46; 47; 48; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 62; 63; 64; 68; 70; 65; 66; 67, destinado à abertura de créditos suplementares e especiais para o adimplemento das obrigações referidas no considerando anterior e contratos de caráter continuado, tal qual, despesas consideradas indispensáveis para manutenção das políticas governamentais e serviço da administração pública;

CONSIDERANDO que os referidos Projetos de Lei foram rejeitados pela Câmara Municipal em sessão realizada em 15 de junho de 2026, 17 de agosto de 2026, exercício, em tese, legítimo e insindicável da competência legislativa ordinária para autorizar, ou não, a criação de nova dotação por crédito especial;

CONSIDERANDO que, todavia, a manutenção da ausência de dotação orçamentária para o adimplemento das obrigações estrita e comprovadamente indispensáveis à continuidade dos serviços públicos essenciais relacionados no art. 1º deste Decreto configura risco iminente de interrupção desses serviços, com grave prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, em afronta aos princípios da continuidade do serviço público (art. 175, CF), da eficiência administrativa (art. 37, caput, CF) e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CF);

CONSIDERANDO que a presente medida não alcança a integralidade das despesas objeto do Projeto de Lei de crédito especial referido no quarto considerando deste Decreto, restringindo-se, tão somente, à parcela estritamente necessária e urgente, correspondente a obrigações contratuais vencidas ou a vencer em caráter inadiável, vinculadas a serviços cuja interrupção comprometeria a continuidade de funções essenciais do Município, individualizadas no Anexo I deste Decreto;

CONSIDERANDO que a abertura de crédito adicional extraordinário, prevista no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e disciplinada pelos arts. 41, inciso III, e 44 da Lei Federal nº 4.320/1964, constitui competência autônoma do Poder Executivo, distinta da competência legislativa para autorização de créditos especiais, e pressupõe, tão somente, a demonstração cumulativa de despesa imprevisível e urgente, aqui caracterizada pela impossibilidade jurídico-orçamentária superveniente de adimplemento de obrigações indispensáveis à continuidade de serviços públicos essenciais, sem qualquer relação com o mérito da decisão legislativa referida no quinto considerando;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 07/2026 – AJ/PGM, complementar ao Parecer Jurídico nº 04/2026 – AJ/PGM, e o demonstrativo técnico-contábil, ambos anexos a este Decreto, que examinaram especificamente a distinção entre a rejeição do(s) crédito(s) especial(iais) e os pressupostos autônomos do crédito extraordinário, e atestam a presença cumulativa desses pressupostos nos estritos limites ora fixados;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, com fundamento no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, c/c os arts. 41, inciso III, e 44 da Lei Federal nº 4.320/1964, crédito adicional extraordinário no valor de RR 517.027,37 (quinhentos e dezessete mil e vinte e sete reais e trinta e sete centavos), destinado exclusivamente ao adimplemento de obrigações contratuais indispensáveis à continuidade dos seguintes serviços públicos essenciais, individualizadas no Anexo I deste Decreto:

I – Atendimento médico-hospitalar e cooperativas médicas, bem como para pagamento das despesas com eletricidade, água, internet, insumos para os veículos utilizados na saúde, sistemas e softweres, consultorias e assessorias relacionadas aos serviços de saúde, manutenção de centrais de ar, materiais de construção necessários aos reparos elétricos, hidráulicos e em alvenaria, imprescindíveis à manutenção dos prédios utilizados na prestação dos serviços de saúde;

II – Fornecimento de medicamentos e assistência farmacêutica;

III – transporte escolar, e os insumos indispensáveis à sua manutenção, sistemas e softweres, e alimentação escolar, empresas prestadoras de serviços relacionadas à atividade fim da educação, manutenção de centrais de ar, material gráfico, materiais de construção necessários aos reparos elétricos, hidráulicos e em alvenaria, imprescindíveis à manutenção dos prédios utilizados na prestação dos serviços de educação;

IV – Abastecimento de combustível para ambulâncias e veículos vinculados a serviços públicos;

V – Coleta de resíduos sólidos, incluindo as despesas com veículos e maquinário relacionados à limpeza urbana;

VI – Obrigações decorrentes de decisão judicial;

VII – os serviços de assessoria contábil, assessoria jurídica e assessorias relacionadas ao suporte de controle interno e recursos humanos;

VIII – a manutenção/locação do maquinário e veículos destinados às obras nas estradas vicinais, bem como os insumos que lhes sejam correlatos;

IX - Limpeza e higienização dos veículos e maquinário;

§ 1º O crédito ora aberto não abrange despesas de natureza discricionária, administrativa ordinária ou não essencial, ainda que tenham sido objeto do Projeto de Lei de crédito especial referido no quarto considerando deste Decreto, restringindo-se estritamente às hipóteses de indispensabilidade e urgência demonstradas no Anexo I.

§ 2º O detalhamento dos contratos, credores, valores e da natureza essencial de cada obrigação incluída consta do Anexo I, parte integrante deste Decreto, instruído com a documentação comprobatória correspondente.

Art. 2º O crédito aberto por este Decreto terá vigência no exercício financeiro de 2026, nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição Federal.

Art. 3º Nos termos do art. 44 da Lei Federal nº 4.320/1964 e do art. 5º, inciso III, do Decreto nº 016/2026, dê-se imediato conhecimento deste Decreto à Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua publicação.

Art. 4º Encaminhe-se cópia deste Decreto, do Parecer Jurídico nº 05/2026 – AJ/PGM e do demonstrativo técnico-contábil que o fundamentam:

I – Ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, inclusive para atualização da Representação protocolada perante essa Corte;

II – Ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;

III – Aos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte;

IV – Aos autos da Ação Declaratória de Ilegalidade em trâmite perante a 2ª Vara da Comarca de Apodi/RN.

Art. 6º Este Decreto não exime o Poder Executivo do cumprimento dos limites e das aplicações mínimas constitucionais em saúde e educação, dos deveres de transparência da gestão fiscal (arts. 48 e 49 da Lei Complementar Federal nº 101/2000) e da regular prestação de contas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodolfo Fernandes/RN, 24 de agosto de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional do Município de Rodolfo Fernandes/RN

ANEXO I – RELAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ABERTAS POR CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO.

Fonte de Suplementação: Recursos sem despesas correspondentes			
2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes			
2006 - Secretaria Municipal de Educação			
2.295 - Ações dos Repasses do Salário Educação QSE			
3073 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 1550	R$ 31.000,00
Total da Ação:			**R$ 31.000,00**
2.296 - Apoio ao Transporte Escolar			
3037 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 15001001	R$ 25.949,15
Total da Ação:			**R$ 25.949,15**
2.297 - Ações Voltadas ao Ensino Fundamental			
3031 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 15001001	R$ 253.078,22
Total da Ação:			**R$ 253.078,22**
2.298 - Ações voltadas ao Ensino Infantil CRECHE			
3033 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 15001001	R$ 70.000,00
Total da Ação:			**R$ 70.000,00**
2.320 - Políticas com Recursos do FUNDEB 30% (INFANTIL PRÉ ESCOLA)			
3035 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 1540	R$ 47.000,00
Total da Ação:			**R$ 47.000,00**
2.321 - Políticas com Recursos do FUNDEB 30% (FUNDAMENTAL)			
3030 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 1540	R$ 90.000,00
Total da Ação:			**R$ 90.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 517.027,37**

VALOR TOTAL: R$ R$ 517.027,37

quinhentos e dezessete mil e vinte e sete reais e trinta e sete centavos

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:69EE2D3B

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO 60/2026

DECRETO Nº 60/2026.

Abre crédito adicional extraordinário destinado ao adimplemento de obrigações contratuais indispensáveis à continuidade de serviços públicos essenciais, em complementação ao Decreto Municipal nº 018/2026; e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que, pelo Decreto Municipal nº 016/2026, foi declarado estado de calamidade financeira e administrativa no âmbito do Poder Executivo Municipal, formalmente reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte por meio do Decreto Legislativo nº 07, de 16 de julho de 2026;

CONSIDERANDO que, pelo Decreto Municipal nº 017/2026, foi aberto crédito adicional extraordinário destinado ao reforço de dotações orçamentárias de pessoal e de serviços públicos essenciais de saúde e educação, com fundamento no art. 167, § 3º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, não obstante a referida medida, o Município permanece sem dotação orçamentária específica para o adimplemento de obrigações contratuais junto a prestadores de serviços cuja atuação é indispensável à continuidade do funcionamento dos órgãos públicos municipais e à efetiva prestação de serviços públicos essenciais, notadamente aqueles relacionados no art. 2º do Decreto nº 016/2026 — atendimento médico-hospitalar, cooperativas médicas, fornecimento de medicamentos, transporte escolar, abastecimento de ambulâncias e veículos oficiais e coleta de resíduos sólidos;

CONSIDERANDO que, em observância ao princípio da separação dos Poderes e à competência privativa do Poder Legislativo para autorizar a abertura de créditos especiais e suplementares (art. 41, incisos I e II, da Lei Federal nº 4.320/1964), o Poder Executivo encaminhou à Câmara Municipal os Projetos de Leis do ano de 2026 de nº 07; 08; 09; 10; 11; 12; 16; 32; 34; 41; 42; 43; 44; 45; 46; 47; 48; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 62; 63; 64; 68; 70; 65; 66; 67, destinado à abertura de créditos suplementares e especiais para o adimplemento das obrigações referidas no considerando anterior e contratos de caráter continuado, tal qual, despesas consideradas indispensáveis para manutenção das políticas governamentais e serviço da administração pública;

CONSIDERANDO que os referidos Projetos de Lei foram rejeitados pela Câmara Municipal em sessão realizada em 15 de junho de 2026, 17 de agosto de 2026, exercício, em tese, legítimo e insindicável da competência legislativa ordinária para autorizar, ou não, a criação de nova dotação por crédito especial;

CONSIDERANDO que, todavia, a manutenção da ausência de dotação orçamentária para o adimplemento das obrigações estrita e comprovadamente indispensáveis à continuidade dos serviços públicos essenciais relacionados no art. 1º deste Decreto configura risco iminente de interrupção desses serviços, com grave prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, em afronta aos princípios da continuidade do serviço público (art. 175, CF), da eficiência administrativa (art. 37, caput, CF) e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CF);

CONSIDERANDO que a presente medida não alcança a integralidade das despesas objeto do Projeto de Lei de crédito especial referido no quarto considerando deste Decreto, restringindo-se, tão somente, à parcela estritamente necessária e urgente, correspondente a obrigações contratuais vencidas ou a vencer em caráter inadiável, vinculadas a serviços cuja interrupção comprometeria a continuidade de funções essenciais do Município, individualizadas no Anexo I deste Decreto;

CONSIDERANDO que a abertura de crédito adicional extraordinário, prevista no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e disciplinada pelos arts. 41, inciso III, e 44 da Lei Federal nº 4.320/1964, constitui competência autônoma do Poder Executivo, distinta da competência legislativa para autorização de créditos especiais, e pressupõe, tão somente, a demonstração cumulativa de despesa imprevisível e urgente, aqui caracterizada pela impossibilidade jurídico-orçamentária superveniente de adimplemento de obrigações indispensáveis à continuidade de serviços públicos essenciais, sem qualquer relação com o mérito da decisão legislativa referida no quinto considerando;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 07/2026 – AJ/PGM, complementar ao Parecer Jurídico nº 04/2026 – AJ/PGM, e o demonstrativo técnico-contábil, ambos anexos a este Decreto, que examinaram especificamente a distinção entre a rejeição do(s) crédito(s) especial(iais) e os pressupostos autônomos do crédito extraordinário, e atestam a presença cumulativa desses pressupostos nos estritos limites ora fixados;

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto, com fundamento no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, c/c os arts. 41, inciso III, e 44 da Lei Federal nº 4.320/1964, crédito adicional extraordinário no valor de RR 13.250,00 (treze mil e duzentos e cinquenta reais), destinado exclusivamente ao adimplemento de obrigações contratuais indispensáveis à continuidade dos seguintes serviços públicos essenciais, individualizadas no Anexo I deste Decreto:
I – Atendimento médico-hospitalar e cooperativas médicas, bem como para pagamento das despesas com eletricidade, água, internet, insumos para os veículos utilizados na saúde, sistemas e softweres, consultorias e assessorias relacionadas aos serviços de saúde, manutenção de centrais de ar, materiais de construção necessários aos reparos elétricos, hidráulicos e em alvenaria, imprescindíveis à manutenção dos prédios utilizados na prestação dos serviços de saúde;
II – Fornecimento de medicamentos e assistência farmacêutica;
III – transporte escolar, e os insumos indispensáveis à sua manutenção, sistemas e softweres, e alimentação escolar, empresas prestadoras de serviços relacionadas à atividade fim da educação, manutenção de centrais de ar, material gráfico, materiais de construção necessários aos reparos elétricos, hidráulicos e em alvenaria, imprescindíveis à manutenção dos prédios utilizados na prestação dos serviços de educação;
IV – Abastecimento de combustível para ambulâncias e veículos vinculados a serviços públicos;
V – Coleta de resíduos sólidos, incluindo as despesas com veículos e maquinário relacionados à limpeza urbana;
VI – Obrigações decorrentes de decisão judicial;

VII – os serviços de assessoria contábil, assessoria jurídica e assessorias relacionadas ao suporte de controle interno e recursos humanos;
VIII – a manutenção/locação do maquinário e veículos destinados às obras nas estradas vicinais, bem como os insumos que lhes sejam correlatos;
IX - Limpeza e higienização dos veículos e maquinário;
§ 1º O crédito ora aberto não abrange despesas de natureza discricionária, administrativa ordinária ou não essencial, ainda que tenham sido objeto do Projeto de Lei de crédito especial referido no quarto considerando deste Decreto, restringindo-se estritamente às hipóteses de indispensabilidade e urgência demonstradas no Anexo I.
§ 2º O detalhamento dos contratos, credores, valores e da natureza essencial de cada obrigação incluída consta do Anexo I, parte integrante deste Decreto, instruído com a documentação comprobatória correspondente.

Art. 2º O crédito aberto por este Decreto terá vigência no exercício financeiro de 2026, nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição Federal.

Art. 3º Nos termos do art. 44 da Lei Federal nº 4.320/1964 e do art. 5º, inciso III, do Decreto nº 016/2026, dê-se imediato conhecimento deste Decreto à Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua publicação.

Art. 4º Encaminhe-se cópia deste Decreto, do Parecer Jurídico nº 05/2026 – AJ/PGM e do demonstrativo técnico-contábil que o fundamentam:
I – Ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, inclusive para atualização da Representação protocolada perante essa Corte;
II – Ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;
III – Aos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte;
IV – Aos autos da Ação Declaratória de Ilegalidade em trâmite perante a 2ª Vara da Comarca de Apodi/RN.

Art. 6º Este Decreto não exime o Poder Executivo do cumprimento dos limites e das aplicações mínimas constitucionais em saúde e educação, dos deveres de transparência da gestão fiscal (arts. 48 e 49 da Lei Complementar Federal nº 101/2000) e da regular prestação de contas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodolfo Fernandes/RN, 24 de agosto de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional do Município de Rodolfo Fernandes/RN

ANEXO I – RELAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ABERTAS POR CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO.

Fonte de Suplementação: Recursos sem despesas correspondentes				
	3 - Fundo Mun de Saude de Rodolfo Fernandes			
		3002 - Fundo Mun. de Saúde de Rodolfo Fernandes		
			2.270 - Custeio das Políticas da Estratégia de Saúde da Família ESF	
			3013 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 1600	R$ 13.250,00
Total da Ação:				**R$ 13.250,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 13.250,00**

VALOR TOTAL: R$ R$ 13.250,00

treze mil e duzentos e cinquenta reais

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:CB664B49

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 07.2026- DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA FINANÇAS Nº 07, de 01 de julho de 2026.

Dispõe sobre remanejamento de saldos de dotações orçamentárias para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, combinada com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente para o exercício de 2026, de Nº 355, de 14 de agosto de 2025;
RESOLVE:
Art. 1º - Remanejar saldos orçamentários no corrente exercício no valor de R$ 3.825.196,57 (três milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, cento e noventa e seis reais e cinquenta e sete centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária entre as dotações especificadas no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
SANTA MARIA/RN, 01 de julho de 2026.

RANIERY SOARES CÂMARA
Prefeito do Município de Santa Maria/RN

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.825.196,57**
02 .002 Gabinete do Prefeito					**106.000,00**

	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				**100.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	100.000,00
	2005 Manutenção das Ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
	2006 Manutenção das Ações da Controladoria Municipal				**1.000,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
02 .003 Secretaria Municipal de Administração					**391.013,27**
	2007 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração				**168.013,27**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	142.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17010000	0001	13,27
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	23.000,00
	2008 Manutenção das Ações de Segurança Pública				**6.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
	2088 Contribuição Para Formação do PASEP				**100.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	100.000,00
	2089 Recolhimento das Contribuições Correntes ao Regime Geral de Previdência Social/INSS				**50.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	50.000,00
	2090 Contribuição à AMLAP, CNM e FEMURN				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
	1062 Amortização da Dívida Fundada junto aos Precatórios Trabalhistas e RPV´s				**17.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	17.000,00
02 .005 Sec. Municipal de Agricultura e Meio Ambiente					**125.000,00**
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente				**125.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	25.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	13.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	27.000,00
02 .006 Secretaria Municipal de Educação e Cultura					**1.893.002,59**
	2015 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação e Cultura				**291.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	275.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	6.000,00
	2017 Manutenção da Educação Fundamental - FUNDEB 70 %				**300.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	300.000,00
	2019 Manutenção do Programa Salário Educação – QSE/ Fundamental				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	30.000,00
	2022 Manutenção do Ensino Fundamental				**638.802,59**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	472.802,59
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	6.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	160.000,00
	2023 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Transporte Escolar/PNATE - Fundamental				**76.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	47.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	29.000,00
	2028 Manutenção das Ações do Programa Estadual de Transporte Escolar/PETERN				**25.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15710000	0001	25.000,00
	2031 Manutenção da Educação Infantil - Creche - FUNDEB 70 %				**200.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	200.000,00
	2034 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Infantil - Creche				**96.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	95.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.000,00
	2035 Manutenção das Ações da Educação de Jovens e Adultos				**13.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	11.500,00
	2036 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE - EJA				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	10.000,00
	2132 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Especial				**7.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	7.500,00
	2138 Manutenção das Ações do Transporte Escolar dos Níveis Universitário e Técnico				**88.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	54.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	34.000,00
	2149 Manutenção do Programa Salário Educação – QSE/ Educação Especial				**112.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	112.000,00
	2151 Manutenção das Ações do Programa Nacional da Merenda Escolar/Educação Especial				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	5.000,00
02 .007 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras					**225.130,71**
	2043 Manutenção e Modernização das Ações da Limpeza Pública				**150.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	150.000,00
	2044 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras				**75.130,71**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	3.130,71
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	22.000,00
02 .008 Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico					**5.000,00**
	2065 Manutenção das Ações do Setor de Saneamento Básico				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
02 .014 Fundo Municipal de Saúde					**902.100,00**
	2046 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**481.100,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	250.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	65.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	38.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.100,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	25.000,00
	2048 Incentivo Financeiro da Atenção Primária a Saúde - Capitação Ponderada - SF				**296.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	6.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	220.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	70.000,00
	2049 Incentivo para Ações Estratégicas da Atenção Primária à Saúde - Saúde Bucal				**15.000,00**

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	15.000,00
	2055 Incentivo Financeiro da Atenção Primária à Saúde - Desempenho - AB				**3.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	3.000,00
	2143 Transferências de recursos a Prestadores de Serviços				**16.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	16.000,00
	2154 Complemen. do Piso Nacional dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem - Atenção Básica				**91.000,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	37.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	54.000,00
02 .015 Fundo Municipal de Assistencia Social					**177.950,00**
	2077 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social				**107.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	17.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	90.000,00
	2078 Bloco de Proteção Social Básica - Componente - Piso Básico Fixo - CRAS				**61.450,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	100,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	39.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.250,00
	2082 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	2.000,00
	2121 Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz				**7.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	7.500,00
Anexo II (Redução)					**3.825.196,57**
02 .002 Gabinete do Prefeito					**156.000,00**
	2002 Manutenção das Ações da Procuradoria Jurídica Municipal				**75.540,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	222,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	15.820,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	7.764,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.764,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	9.564,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	13.776,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	9.360,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.764,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.306,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.200,00
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				**70.470,11**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	348,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	44.314,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	482,11
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.538,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	7.024,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	10.764,00
	2005 Manutenção das Ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**8.989,89**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	270,34
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	936,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.948,05
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	936,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	936,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	219,50
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	236,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	936,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	436,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.200,00
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15000000	0001	936,00
	2006 Manutenção das Ações da Controladoria Municipal				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
02 .003 Secretaria Municipal de Administração					**191.013,27**
	2007 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração				**40.036,66**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	31.000,00
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	19,39
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.013,27
	2008 Manutenção das Ações de Segurança Pública				**5.004,83**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	940,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.112,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.032,83
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.920,00
	2087 Manutenção das Ações dos Setores de Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado				**5.179,78**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.179,78
	1057 Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente - Administração				**17.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	17.000,00
	2089 Recolhimento das Contribuições Correntes ao Regime Geral de Previdência Social/INSS				**7.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	7.000,00
	1061 Amortização da Dívida Fundada junto ao INSS				**84.032,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	84.032,00
	1063 Amortização da Dívida Fundada junto ao PASEP				**21.528,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	21.528,00
	1064 Amortização da Dívida Fundada Junto a PGFN				**7.488,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	7.488,00
	1065 Amortização da Dívida Fundada Junto a CAERN				**3.744,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	3.744,00
02 .004 Secretaria Municipal de Tributação e Finanças					**160.000,00**
	2009 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Tributação e Finanças				**60.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	60.000,00
	2092 Locação de sistemas de informática para o Setor de Tributação				**100.000,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
02 .005 Sec. Municipal de Agricultura e Meio Ambiente					**25.000,00**
	2010 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente				**25.000,00**

		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	25.000,00
02 .006 Secretaria Municipal de Educação e Cultura					**2.237.002,59**
	1007 Aquisição de equipamentos e Material Permanente - Infantil				**7.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	7.500,00
	2016 Manutenção da Educação Fundamental - FUNDEB 30 %				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	50.000,00
	2017 Manutenção da Educação Fundamental - FUNDEB 70 %				**150.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	150.000,00
	2019 Manutenção do Programa Salário Educação – QSE/ Fundamental				**19.873,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	19.873,00
	2022 Manutenção do Ensino Fundamental				**703.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	140.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	119.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15703110	0001	148.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15730000	0001	68.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001001	0001	764,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	764,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	4.764,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	10.764,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15730000	0001	31.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	12.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15730000	0001	67.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	60.944,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15001001	0001	10.000,00
	2023 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Transporte Escolar/PNATE - Fundamental				**71.164,66**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	12.730,68
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	29.063,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	307,98
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	29.063,00
	2024 Manutenção das Ações do Programa Nacional da Alimentação Escolar/PNAE - Fundamental				**94.275,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	62.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	31.200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	1.075,00
	2025 Manutenção do Programa Nacional da Alimentação Escolar Agricultura Familiar - Fundamental				**40.644,01**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	35.967,71
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.447,30
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	3.229,00
	2026 Apoio aos Conselhos Municipais de Educação, do FUNDEB e da Merenda Escolar				**6.459,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	1.872,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.966,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	2.153,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	312,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	156,00
	2028 Manutenção das Ações do Programa Estadual de Transporte Escolar/PETERN				**25.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15710000	0001	25.000,00
	2029 Funcionamento do Transporte Escolar - PNATE- Ensino Médio				**7.488,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.872,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.872,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.872,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.872,00
	2032 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Transporte Escolar/PNATE - Creche				**109.512,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	32.292,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.872,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	64.584,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	10.764,00
	2033 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Infantil – Pré Escola				**11.761,33**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	11.761,33
	2034 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Infantil - Creche				**96.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	1.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	80.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	15.000,00
	2035 Manutenção das Ações da Educação de Jovens e Adultos				**369.502,59**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	64.584,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	129.497,59
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	64.584,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	215,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001001	0001	1.076,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	43.056,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001001	0001	1.076,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	1.076,00
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	1.076,00
		3.3.90.19 AUXÍLIO-FARDAMENTO	15001001	0001	1.076,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	60.486,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001001	0001	200,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.500,00
	2036 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE - EJA				**562,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	562,00
	2040 Manutenção das Ações do Programa Escola em Tempo Integral - Fundamental				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15690000	0001	50.000,00
	2122 Manutenção do Programa Salário Educação – QSE/ Infantil - Creche				**16.127,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	16.127,00
	2123 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE - Creche				**7.153,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	2.153,00
	2124 Manutenção do Programa Nacional da Alimentação Escolar Agricultura Familiar - Creche				**1.076,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	1.076,00
	2126 Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola - FUNDEB 30 %				**76.000,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	76.000,00
	2128 Manutenção do Programa Salário Educação – QSE/ Infantil - Pré Escola				**68.560,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	38.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	30.560,00
	2129 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE - Pré Escola				**3.105,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	1.200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	1.905,00
	2130 Manutenção do Programa Nacional da Alimentação Escolar Agricultura Familiar – Pré Escola				**1.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	600,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	600,00
	2136 Manutenção do Programa Salário Educação – QSE/ EJA				**37.440,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	26.208,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	3.744,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	3.744,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	1.872,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	1.872,00
	2137 Manutenção do Programa Nacional da Alimentação Escolar Agricultura Familiar - EJA				**1.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	600,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	600,00
	2139 Manutenção das Ações do Programa Escola em Tempo Integral - Educação Infantil				**210.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401071	0001	200.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421072	0001	10.000,00
	2146 Manutenção do Programa Nacional da Alimentação Escolar Agricultura Familiar - Educação Especial				**1.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	600,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	600,00
	2151 Manutenção das Ações do Programa Nacional da Merenda Escolar/Educação Especial				**1.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	600,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	600,00
02 .007 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras					**25.130,71**
	2044 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras				**25.130,71**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	17200000	0001	22.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	3.130,71
02 .008 Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico					**5.000,00**
	2065 Manutenção das Ações do Setor de Saneamento Básico				**5.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	5.000,00
02 .014 Fundo Municipal de Saúde					**848.100,00**
	1034 Aquisição de Imóveis				**25.000,00**
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15001002	0001	25.000,00
	2046 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**6.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	3.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001002	0001	1.076,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	1.306,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	75,23
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	42,77
	2048 Incentivo Financeiro da Atenção Primária a Saúde - Capitação Ponderada - SF				**108.328,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	41.856,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	38.056,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	56,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	1.076,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	4.306,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	10.764,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.076,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.076,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.076,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	4.306,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	4.680,00
	2049 Incentivo para Ações Estratégicas da Atenção Primária à Saúde - Saúde Bucal				**48.008,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	10.764,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	10.764,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	6.458,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	6.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	11.840,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.076,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.106,00
	2050 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Primária em Saúde - FB				**1.464,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.464,00
	2052 Atenção Primária a Saúde - PSE				**1.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	600,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	600,00
	2053 Manutenção do Programa PIUBS - Programa de Informações de Unidades Básicas de Saúde				**4.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.200,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.200,00
	2055 Incentivo Financeiro da Atenção Primária à Saúde - Desempenho - AB				**3.064,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	464,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	200,00
	2056 Manutenção das Ações do "NASF/Núcleo de Apoio à Saúde da Família"				**152.875,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	135.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	17.375,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	500,00
	2059 Manutenção das Ações do CAPS/Centro de Apoio Psico-Social				**3.744,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	3.744,00
	2060 Atenção Especializada à Saúde da População para Procedimentos no - MAC				**185.346,80**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	170.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	6.458,00

		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.106,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	7.782,80
	2062 Assistência Financeira Complementar para Agentes de Combate às Endemias				**16.208,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	2.360,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	9.360,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	744,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	3.744,00
	2063 Incentivo Financeiro para Execução das Ações de Vigilância Sanitária				**3.962,20**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	1.076,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	1.076,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.076,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	734,20
	2064 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da Vigilância em Saúde - Despesas Diversas				**1.100,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.100,00
	2154 Complemen. do Piso Nacional dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem - Atenção Básica				**258.284,50**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	250.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	6.724,50
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16050000	0001	1.560,00
	2155 Comple.do Piso Nacional dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem-Atenção Especializada				**28.715,50**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	24.470,55
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	3.600,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16050000	0001	644,95
02 .015 Fundo Municipal de Assistencia Social					**177.950,00**
	2069 Bloco de Proteção Social Básica/SCFV – Jovens de 18 a 29 anos				**33.883,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	3.744,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	10.764,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	17.222,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.153,00
	2070 Bloco de Proteção Social Básica/SCFV – Crianças e adolescente de 06 a 15				**12.402,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.714,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	4.306,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.306,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.076,00
	2078 Bloco de Proteção Social Básica - Componente - Piso Básico Fixo - CRAS				**2.350,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	100,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	1.872,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	378,00
	2079 Cadastramento e Execução de Projetos com Entidades Sociais				**7.692,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.692,00
	2080 Gestão de Benefícios Eventuais				**9.623,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.123,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	7.500,00
	2082 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único				**12.600,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	759,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.076,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.153,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.306,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	2.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.153,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.153,00
	2111 Transferências de Recursos a Parceiras no Atendimento ao Idoso				**20.122,00**
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	15000000	0001	3.010,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.744,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	4.306,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.744,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.118,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.200,00
	2112 Execução de Atividades Logísticas e Socioassistenciais Voltadas ao Mercado de Trabalho				**36.880,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	21.528,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.528,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	6.528,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	528,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	984,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	784,00
	2113 Manutenção das Ações do Acolhimento Institu. à Pessoa Port. de Deficiência em Situação de violência				**37.292,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	128,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.616,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.528,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	11.528,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.528,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	10.764,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.200,00
	2114 Manutenção das Ações de Gestão Integrada com Crianças cadastradas em Programas Sociais				**5.106,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	5.106,00

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:B3D5C813

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 2452/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**, por meio do setor responsável pelas contratações, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO,** na hipótese do art. 75**, *inciso II,*** nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, visando o interesse público de obter a proposta mais vantajosa para objeto discriminado no item 1.1.
Os interessados deverão entrar em contato para maiores informações sobre o **TERMO DE REFERÊNCIA** e entrega de propostas junto a documentação na Sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, centro, Santana do Matos/RN – 59520-000, das 08h00min às 13h00min de segunda à sexta, ou poderão enviar as solicitações e propostas para o e-mail: **compras@santanadomatos.rn.gov.br**, dentro do horário estabelecido e prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, de acordo com a tabela com os itens abaixo.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS (UNIDADE DE PROCESSAMENTO, MONITOR, TECLADO E MOUSE), INCLUINDO INSTALAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTANA DO MATOS/RN, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Total	Valor Unitário Mensal	Meses	Valor Total Mensal	Valor Total (12 meses)
Item 01	Locação de computador desktop completo, composto por: Monitor LED 21,5"/22" HDMI, resolução 1920x1080 (Full HD); Processador Intel Core i5 ou superior; Memória RAM de 8/16 GB, DDR4, 2.666 MHz; Armazenamento em SSD de 240/256 GB, interface SATA; Placa gráfica Intel 4600 (ou similar/superior); 4 (quatro) núcleos de processamento; 2 (dois) slots para memória RAM; mínimo de 2 (duas) portas USB Tipo A; portas de vídeo VGA, HDMI e DisplayPort; conectividade Wi-Fi; entrada para microfone e saída para fones de ouvido; homologação Anatel; acompanhado de teclado e mouse sem fio, na cor preta. Inclui instalação, assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual, sem ônus adicional para a Administração.	Mês	27		12		
TOTAL GERAL							

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta, Termo de referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.
2.1. A presente Solicitação de Cotação ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS UTÉIS, a partir da data de publicação, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: **(compras@santanadomatos.rn.gov.br)**, fazendo referência ao aviso de Contratação Direta até às 17hrs do último dia, sendo facultado a previsão de entrega da documentação e proposta de preços na sede da Prefeitura Municipal, aos cuidados do Setor de Compras até às 13hs do mesmo dia.
2.1.1 Caberá ao fornecedor certificar do efetivo recebimento da proposta e documentação pelo órgão contratante, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio, caso a documentação não seja recebida dentro do prazo máximo fixado neste aviso.
2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no processo de Dispensa de licitação, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das suas informações, ainda que por terceiros não autorizados.
2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
Empresa, isoladamente ou em consórcio, com responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.
2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
2.2.5. Sociedades cooperativas.
2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa de Licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA INICIAL
3.1. O ingresso do fornecedor na dispensa ocorrerá com o envio de sua proposta inicial, na forma deste item.
3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará para e-mail: (compras@santanadomatos.rn.gov.br) ou entregar na sede da Prefeitura Municipal, devidamente protocolado, a proposta e documentos de habilitação com a descrição do objeto ofertado, a

marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento e envio das propostas.

3.3. A proposta de preços deverá ser apresentada formalmente, redigida em papel timbrado do INTERESSADO, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail, CPF e pessoa de contato;

b) Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;

c) Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior;

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou os descontos ofertados, vinculam a Contratada.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto nas demais etapas de negociações, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, produtos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. No envio da proposta, o fornecedor deverá, também, demonstrar Termo de Aceitação/atestado, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. Que se responsabiliza pelas informações que forem disponibilizadas, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos parágrafos 1º ao 3º do art. 4º da lei 14.133/2021.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.

4.1. Encerrado o prazo para envio das propostas e documentação, será verificada a conformidade da proposta classificada como mais vantajosa quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação aos praticados no mercado.

4.2. Concluído o recebimento, o resultado será registrado na ata ou mapa do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

4.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (Noventa) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

4.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.4.1. Contiver vícios insanáveis;

4.4.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.4.3. Apresentar preços inexequíveis

4.4.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

4.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.5.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

4.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo órgão, desde que não haja majoração do preço.

4.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta adicional subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será realizando concomitantemente a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no item **6. – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na ordem de classificação.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
5.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
5.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.
5.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
5.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
5.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada de forma Online, nos documentos por ele abrangidos.
5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes de forma online para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes nas plataformas online, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
5.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
5.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**
6.1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:
6.2. Habilitação jurídica
6.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
6.2.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
6.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
6.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6.2.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
6.2.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
6.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
6.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:
6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
6.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
6.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
6.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
6.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual/municipal/distrital*, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
6.3.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
6.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
6.3.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
6.4. Habilitação econômico-financeira:
6.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
6.5. Qualificação técnica:
6.5.1. Apresentar 1 (um), ou mais, **ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa prestou ou está prestando, a contento, os serviços objeto em características compatíveis a esta Dispensa de Licitação.
7. CONTRATAÇÃO
7.1. Após a autorização ou homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente como Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (Três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
'Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima desta contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima desta contratação, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
Multa:
Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
8.3 A aplicação das sanções previstas nesta contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
8.4 Todas as sanções previstas nesta contratação poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez*)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
9.1.1 republicar o presente aviso com uma nova data;
9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
9.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
9.4. A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação;
9.5. Poderá esta Prefeitura Municipal, revogar o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;
9.6. A Prefeitura Municipal poderá anular o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de oficio ou por provocação;
9.7. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso de Dispensa, não gera direito a indenização;
9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o Termo de Referência e qualquer outra documentação complementar de habilitação exigida.

Santana do Matos/RN **10 de setembro de 2026**

JOSÉ RICARDO VASCONCELOS GUERREIRO
Assistente de gabinete
Mat. 3531

Publicado por:
José Ricardo Vasconcelos Guerreiro
Código Identificador:F8DE9F10

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER – SEMEC/PMSM
AVISO DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO DA HABILITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026 – SEMEC/PMSM
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

À vista da análise das documentações entregues pelos Agentes Culturais classificados na habilitação de documentos, foram declarados HABILITADOS os seguintes projetos:

PESSOA FÍSICA

CATEGORIA	PROJETO	PONTUAÇÃO	RESERVA DE VAGAS	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA	COLOCAÇÃO
Artesanato	Oficinas/Exposição/Confecção	83	NÃO	HABILITADO	–	1º
Artesanato	Flores que geram renda: Jardins de memória, artesanato em EVA e autonomia.	73	NÃO	HABILITADO	–	2º
Artesanato	Arte que conta Santana – artesanato, memória e identidade.	66	NÃO	HABILITADO	–	3º
Artesanato	Marcenaria Criativa	65	NÃO	HABILITADO	–	4º
Artesanato	Artesanato com tradição e cor: Verão 2027	0	NÃO	INABILITADO	Não domiciliar no município de Santana do Matos – Habilitação, I, II,IV, V, e Anexo III	5°
Artes Circenses	Paixão de Cristo – Mémoria, fé e cultura: A arte que atravessa gerações.	80	Não	INABILITADO	Falta documentos do agente cultural. Anexo III	1°
Cultura Popular	Fatos, Fotos e Poesia	78	NÃO	HABILITADO	–	1°
Cultura Popular	Teen Dance: Origens Nordestinas.	71	NÃO	HABILITADO	–	2°
Cultura Popular	BLOCO REVIVER:GIGANTE MEMÓRIA: Restauração dos bonecos Gigantes e Preservação dos Antigos Carnavais de Santana do Matos.	67	NÃO	HABILITADO	–	3°
Cultura Popular	Natal que abraça - São José da passagem	60	NÃO	HABILITADO	–	4°
Cultura Popular	Quadrilha Encanto Junino "A FÉ ME GUIA A LUZ QUE ME ILUMINA".	49	NÃO	INABILITADO	Falta de coerência na planilha. Falta de documento pessoal. Comprovante de residência	5°
Multimídia	ISSO TAMBÉM É SANTANA: Um curta – metragem sobre os artistas e fazedores de cultura que relevam a identidade de Santana do Matos.	80	NÃO	HABILITADO	-	2°
Multimídia	Carnaval de Santana: Entre Gerações e Tradições.	73	NÃO	HABILITADO	–	3°
Multimídia	Vestígios do Sertão: Patrimônio arqueológico, memória e identidade cultural em Santana do Matos/RN	70	NÃO	HABILITADO	-	4°
Música / Artista Solo	Jobson Moral.	80	NÃO	HABILITADO	–	1°
Música / Artista Solo	Pedinho Show.	80	NÃO	HABILITADO	–	2°
Música / Artista Solo	Neguinho do Piseiro.	80	NÃO	HABILITADO	–	3°
Música / Artista Solo	Lucijan dos teclados: O som da Nossa Terra.	77	NÃO	HABILITADO	–	4°
Música / Artista Solo	O Sexto Coração do RN.	72	NÃO	HABILITADO	–	5°
Música / Artista Solo	Dêda Bambu Show.	65	NÃO	HABILITADO	–	6°
Música/Grupo	Eró Guedes.	80	Não	HABILITADO	-	1°
Músical						
Violeiro	Acauã em Cantos: Uma Noite de Música e Cultura.	80	Não	HABILITADO	–	1°
Projeto Formação	Vem jogar mais eu.	79	Não	HABILITADO	–	1°
Projeto Formação	Compasso de ouro.	79	Não	HABILITADO	-	2°

PESSOA JURÍDICA

CATEGORIA	PROJETO	PONTUAÇÃO	RESERVA DE VAGAS	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA	COLOCAÇÃO
Multimídia	Carnaval Santana na Folia – Carnaval ao Vivo.	80	Não	HABILITADO	-	1°
Ponto de Cultura	FILARMONICA MAESTRO ROMILDO B. DOS SANTOS.	100	Não	HABILITADO	-	1°

OBSERVAÇÃO:

Os Agentes Culturais considerados **HABILITADOS** que não estejam contemplados dentro do número de vagas previsto para a respectiva categoria permanecerão em **CADASTRO DE RESERVA**, respeitando-se a ordem de classificação.
A habilitação não implica, por si só, direito à celebração do Termo de Execução Cultural ou ao recebimento dos recursos, ficando eventual convocação condicionada à existência de vaga, desistência de candidato anteriormente contemplado, disponibilidade de recursos e demais condições previstas no Edital de Chamamento Público nº 004/2026 – SEMEC/PMSM.

Publicado por:
Marcio Adriano Xavier da Silva
Código Identificador:F59FEE9D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PESQUISA MERCADOLOGICA

A Prefeitura Municipal de São Bento do Norte/RN torna público que está realizando pesquisa mercadológica, contratação de empresa especializada, sob demanda, para prestação de serviços de manutenção, reparo, substituição, fornecimento e instalação de vidros temperados. Quem se interessar entrar em contato para maiores informações na Sede da Prefeitura Municipal, localizada a Av. Ursulino Silvestre, 448. Centro – São Bento do Norte/RN, ou poderá enviar a proposta para o E-mail: compras.sbn@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data desta publicação.

DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL			
NOME FANTASIA			
CNPJ			
ENDEREÇO		Nº	BAIRRO:
CIDADE		UF:	CEP:
TELEFONE		PESSOA P/ CONTATO:	
EMAIL:			

COTAÇÃO DE PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada, sob demanda, para prestação de serviços de manutenção, reparo, substituição, fornecimento e instalação de vidros temperados em portas, janelas, divisórias e demais estruturas dos prédios públicos municipais**.**

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM COTADOS

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
01	Manutenção preventiva e corretiva em janela de vidro temperado existente, incluindo inspeção, desmontagem parcial quando necessária, regulagem, alinhamento, reaperto, ajustes e correção do sistema de abertura/fechamento, com mão de obra, ferramentas e deslocamento ao local. Peças ou ferragens somente estarão incluídas quando expressamente previstas/autorizadas.	Unid.	250		
02	Manutenção preventiva e corretiva em porta de vidro temperado existente, incluindo regulagem, alinhamento, ajustes de fechamento, reaperto, correção de folgas e intervenção nos componentes necessários ao funcionamento, com mão de obra, ferramentas e deslocamento ao local. Peças ou ferragens somente estarão incluídas quando expressamente previstas/autorizadas.	Unid.	350		
03	Fornecimento e instalação de vidro temperado incolor, espessura mínima de 8 mm, cortado sob medida, destinado a janelas, painéis, divisórias ou vãos similares, incluindo medição, transporte, mão de obra, ferramentas, fixação, acabamento e instalação completa no local indicado.	m²	500		
04	Fornecimento e instalação de vidro temperado incolor, espessura mínima de 10 mm, cortado sob medida, destinado a portas, painéis, divisórias ou vãos similares, incluindo medição, transporte, mão de obra, ferramentas, fixação, acabamento e instalação completa no local indicado.	m²	600		
05	Fornecimento e instalação completa de porta em vidro temperado incolor, espessura mínima de 10 mm, confeccionada sob medida, incluindo ferragens e acessórios indispensáveis ao funcionamento previstos na especificação da ordem de serviço, mão de obra, ferramentas, transporte, montagem, regulagem e acabamento.	m²	600		
06	Retirada e substituição de vidro temperado danificado em janela, painel ou divisória, com fornecimento de novo vidro de mesma espessura ou conforme especificação da Administração, incluindo medição, retirada segura, transporte, instalação, acabamento, limpeza e destinação adequada do material removido.	m²	500		
07	Retirada e substituição de vidro temperado danificado em porta, com fornecimento de novo vidro de mesma espessura ou conforme especificação da Administração, incluindo medição, retirada segura, transporte, instalação, regulagem, acabamento, limpeza e destinação adequada do material removido.	m²	500		
08	Fornecimento e aplicação de película tipo blackout/opaca em superfície de vidro, destinada ao bloqueio de visibilidade e redução da passagem de luminosidade, incluindo preparação e limpeza da superfície, recorte, aplicação, acabamento, materiais, ferramentas, mão de obra e deslocamento.	m²	180		
09	Fornecimento e aplicação de película de controle solar e/ou privacidade em superfície de vidro, conforme padrão aprovado pela Administração, incluindo preparação e limpeza da superfície, recorte, aplicação, acabamento, materiais, ferramentas, mão de obra e deslocamento.	m²	180		

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:F4F637F6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PESQUISA MERCADOLOGICA

A Prefeitura Municipal de São Bento do Norte/RN torna público que está realizando pesquisa mercadológica, para aquisição de materiais, equipamentos e acessórios destinados à implantação, estruturação e funcionamento de espaço para treinamento e prática de Jiu-Jitsu. Quem se interessar entrar em contato para maiores informações na Sede da Prefeitura Municipal, localizada a Av. Ursulino Silvestre, 448. Centro – São Bento do Norte/RN, ou poderá enviar a proposta para o E-mail: compras.sbn@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data desta publicação.

DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL			
NOME FANTASIA			
CNPJ			
ENDEREÇO		**Nº**	**BAIRRO:**
CIDADE		**UF:**	**CEP:**
TELEFONE		**PESSOA P/ CONTATO:**	
EMAIL:			

COTAÇÃO DE PREÇO

OBJETO: Aquisição de materiais, equipamentos e acessórios destinados à implantação, estruturação e funcionamento de espaço para treinamento e prática de Jiu-Jitsu, visando atender às atividades esportivas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de São Bento do Norte/RN**.**

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM COTADOS

Item	Material/Equipamento	Especificação mínima sugerida	Und.	Qtd.	Valor Unit	Valor total
01	Tatame EVA profissional	Placas encaixáveis apropriadas para artes marciais, alta densidade, espessura recomendada de 30 mm a 40 mm.	m²	50		
02	Kimono infantil	Kimono para Jiu-Jitsu, tecido resistente, composto por paletó e calça, tamanhos variados.	Unid.	30		
03	Kimono juvenil	Kimono para Jiu-Jitsu, tecido resistente, composto por paletó e calça, tamanhos variados.	Unid.	30		
04	Kimono adulto	Kimono para Jiu-Jitsu, tecido resistente, composto por paletó e calça, tamanhos variados.	Unid.	30		
05	Faixa branca	Faixa específica para graduação em Jiu-Jitsu, tamanhos variados.	Unid.	50		
06	Faixas coloridas	Faixas para graduação, cores e tamanhos conforme categorias atendidas.	Unid.	50		
07	Rash guard	Camisa de compressão apropriada para treinamento esportivo.	Unid.	60		
08	Protetor bucal	Material apropriado para prática esportiva.	Unid.	60		
09	Aparador de chute	Equipamento acolchoado para treinamento complementar.	Par	20		
10	Manopla de foco	Equipamento acolchoado para treinamento.	Par	20		

11	Escudo de impacto	Equipamento acolchoado e resistente.	Unid.	20		
12	Boneco de treino / grappling dummy	Boneco apropriado para treinamento de posições, quedas e finalizações.	Unid.	10		
13	Colchonete	Material lavável para exercícios físicos complementares.	Unid.	20		
14	Cronômetro digital	Para controle dos tempos de treinamento e combates.	Unid.	05		
15	Timer / placar digital	Cronômetro eletrônico com visualização ampliada.	Unid.	05		
16	Balança digital	Para acompanhamento de peso dos atletas.	Unid.	02		
17	Banco / armário organizador	Destinado à guarda dos materiais esportivos.	Unid.	04		
18	Suporte para kimonos / equipamentos	Estrutura para organização do espaço.	Unid.	20		
19	Bolsa de gelo reutilizável	Para atendimento esportivo inicial.	Unid.	10		

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:CF3D2803

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PESQUISA MERCADOLOGICA

A Prefeitura Municipal de São Bento do Norte/RN torna público que está realizando pesquisa mercadológica, contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos de controle especial. Quem se interessar entrar em contato para maiores informações na Sede da Prefeitura Municipal, localizada a Av. Ursulino Silvestre, 448. Centro – São Bento do Norte/RN, ou poderá enviar a proposta para o E-mail: compras.sbn@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data desta publicação.

DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL			
NOME FANTASIA			
CNPJ			
ENDEREÇO		**Nº**	**BAIRRO:**
CIDADE		**UF:**	**CEP:**
TELEFONE		**PESSOA P/ CONTATO:**	
EMAIL:			

COTAÇÃO DE PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos de controle especial, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Bento do Norte/RN e dos usuários da Rede Municipal de Saúde.

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM COTADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CLONAZEPAM, 2 MG	Comp.	12000		
2	CLONAZEPAM, 0,5 MG	Comp.	6000		
3	CLONAZEPAM, 2,5 MG/ML	Frasco	240		
4	QUETIAPINA 25 MG	Comp.	4500		
5	QUETIAPINA 100 MG	Comp.	3600		
6	SERTRALINA 100 MG	Comp.	3600		
7	SERTRALINA 50 MG	Comp.	6000		
8	SERTRALINA 25 MG	Comp.	2000		
9	FLUOXETINA 20 MG	Comp.	12000		
10	FENOBARBITAL 100 MG	Comp.	6000		
11	FENOBARBITAL 40 MG/ML	Frasco	120		
12	RISPERIDONA 2 MG	Comp.	3600		
13	RISPERIDONA 1 MG	Comp.	3600		
14	RISPERIDONA GOTAS 1 MG	Frasco	200		
15	ESCITALOPRAM 10 MG	Comp.	3600		
16	ESCITALOPRAM 15 MG	Comp.	3600		
17	ESCITALOPRAM 20 MG	Comp.	6000		
18	PREGABALINA 75 MG	Comp.	4500		
19	AMITRIPTILINA 75 MG	Comp.	3600		
20	AMITRIPTILINA 25 MG	Comp.	7000		
21	CARBAMAZEPINA 200 MG	Comp.	7000		
22	CARBAMAZEPINA, 20 MG/ML	Frasco	120		
23	DIAZEPAM 10 MG	Comp.	6000		
24	DIAZEPAM 5 MG	Comp.	6000		
25	CARBOLITIUM 300 MG	Comp.	6000		
26	HALDOL 5 MG	Comp.	6000		
27	TRAMADOL 50 MG	Comp.	3600		
28	CLORIDRICO DE METILFENIDATO 10 MG	Comp.	3600		
29	BIPERIDENO 2 MG	Comp.	6000		
30	BROMAZEPAM 3 MG	Comp.	3600		
31	BROMAZEPAM 6 MG	Comp.	3600		
32	NEULEPTIL 4%	Frasco	120		
33	NEULEPTIL 1%	Frasco	60		
34	OLANZAPINA 10 MG	Comp.	3600		
35	CLORPROMAZINA 100 MG	Comp.	3600		
36	CLORPROMAZINA 25 MG	Comp.	4500		
37	DONAREN 100 MG	Comp.	1080		
38	TOPIRAMATO 50 MG	Comp.	3600		
39	TOPIRAMATO 25 MG	Comp.	3600		
40	ALPRAZOLAM 2 MG	Comp.	3600		
41	ALPRAZOLAM 0,5 MG	Comp.	3600		
42	ACIDO VALPROICO 250 MG	Comp.	3600		
43	ACIDO VALPROICO 250 MG	Frasco	120		
44	VALPROATO DE SÓDIO, 500 MG	Comp.	3600		

45	PAROXETINA 20MG	Comp.	3600		
46	GABAPENTINA 300 MG	Comp.	3600		
47	DIAZEPAM 5 MG	Ampola	2400		
48	DIAZEPAM 10 MG	Ampola	2400		
49	MORFINA INJETAVEL	Ampola	2400		
50	TRAMADOL INJETAVEL	Ampola	2400		
51	FENITOINA	Ampola	1200		
52	FENOBARBITAL	Ampola	1200		
53	ADRENALINA	Ampola	2400		
54	FENTANIL	Ampola	2000		
55	ETOMIDATO	Ampola	100		
56	PROPOFOL	Ampola	50		
57	FLUMAZENI	Ampola	50		
58	NALOXONA	Ampola	50		

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:19401145

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 01088/2026 – PMSF/RN

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DETALHAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0973/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 68.226,21 (sessenta e oito mil e duzentos e vinte e seis reais e vinte e um centavos), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
	19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer			
		2.99 - Programa Transporte Escolar		
		944 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15021001	R$ 6.000,00
Total da Ação:				**R$ 6.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 6.000,00**
	19002 - Secretaria Municipal de Educação-FUNDEB			
		2.18 - Manut. Ens. Fundamental - 70% FUNDEB		
		1028 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15021001	R$ 62.226,21
Total da Ação:				**R$ 62.226,21**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 62.226,21**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo da anulação total ou parcial da dotação a seguir:

	2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
	4001 - Sec. Mun. Planejamento e Administração			
		2.5 - Manut. Ativ. Sec. Planej. e Administração		
		791 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 62.226,21
Total da Ação:				**R$ 62.226,21**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 62.226,21**
	19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer			
		2.52 - Manut. Ens. Fundamental - Educação 5%		
		934 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15021001	R$ 6.000,00
Total da Ação:				**R$ 6.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 6.000,00**

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 10 de setembro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:A4330435

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026-SRP

Processo Administrativo nº 2099/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar, mediante disponibilização de veículos fechados do tipo ônibus, destinados ao transporte de alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de São Paulo do Potengi/RN.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **SP PROTECAO VEICULAR LTDA**		
CNPJ: **48.782.065/0001-62**	Telefone: **(84) 99193-2132**	Email: **spprotecaoveicular9@gmail.com**
Endereço: **Vicente Gomes da Rocha, 49, Nossa Senhora Aparecida, São Paulo do Potengi/RN, CEP: 59460-000**		
Representante: **Melania Ingra Augusto da Silva** - CPF: **700.XXX.XXX-70**		

Agrupamento 01						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0015668 - Rota 1 - Monsenhor Expedito – SEDE - Monsenhor Expedito: Veículo tipo "ônibus", com capacidade mínima de transportar 45 alunos por turno.	Marcopolo, Volkswagen ou equivalente	Km	2128	8,390	17.853,92
2	0015669 - Rota 2 – Lagoa da Quixaba – SEDE - Lagoa da Quixaba: Veículo tipo "ônibus", com capacidade mínima de transportar 45 alunos por turno.	Marcopolo, Volkswagen ou equivalente	Km	8816	8,370	73.789,92
3	0015670 - Rota 3 - Lagoa Comprida – SEDE - Lagoa Comprida: Veículo tipo "ônibus", com capacidade mínima de transportar 45 alunos por turno.	Marcopolo, Volkswagen ou equivalente	Km	11616	8,380	97.342,08
4	0015671 - Rota 4 – Potengi Pequeno – Jurema - SEDE –Jurema – Potengi Pequeno: Veículo tipo "ônibus", com capacidade mínima de transportar 45 alunos por turno	Marcopolo, Volkswagen ou equivalente	Km	20800	8,390	174.512,00
VALOR GLOBAL						**363.497,92**

Importa a presente em R$ 363.497,92, (trezentos e sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos). VIGÊNCIA: 10/09/2027. São Paulo do Potengi/RN, 10 de setembro de 2026. ASSINATURAS: Eugênio Pacelli Araújo Souto /Pelo Órgão Gerenciador e Melania Ingra Augusto da Silva –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Silmax Lei Fonseca de Souza
Código Identificador:AC77F468

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1261, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ R$ 7.100,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1261, DE 10 de setembro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 7.100,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 10 de setembro de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
3 - Fundo Municipal de Saúde			
6002 - Fundo Municipal de Saúde			
2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS			
994 - 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições		Fonte: 16000000	R$ 7.100,00
Total da Ação:			**R$ 7.100,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 7.100,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde			
6002 - Fundo Municipal de Saúde			
2.124 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS			
432 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 16000000	R$ 7.100,00
Total da Ação:			**R$ 7.100,00**

Total da Unidade Orçamentária:	**R$ 7.100,00**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:7EDF8A1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1262, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ R$ 10.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1262, DE 10 de setembro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 10.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 10.000,00 (dez mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 10 de setembro de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
3 - Fundo Municipal de Saúde			
6002 - Fundo Municipal de Saúde			
2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS			
994 - 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições		Fonte: 16000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:			**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 10.000,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde			
6002 - Fundo Municipal de Saúde			
2.54 - Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC			
481 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		Fonte: 16000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:			**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 10.000,00**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:29A37FFE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 292/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 43/2025

CONTRATO Nº.....: 292/2026

ORIGEM.....: Pregão Eletrônico - 6/2025

CONTRATANTE.....: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM SEDE NO(A) COM SEDE NA PRAÇA JOAQUIM ARAÚJO FILHO, 84 – CENTRO - NA CIDADE DE SÃO VICENTE/RN, INSCRITO(A) NO CNPJ SOB O Nº 11.261.481/0001-05.

CONTRATADA(O).....: 50.669.435 DAMIAO PEREIRA DA SILVA CNPJ: 50.669.435/0001-00 ENDEREÇO R JOSE GABRIEL SOARES, 65 - , ALTO DA CANDELÁRIA, São Vicente/RN CEP:59340000

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MARCENARIA E CARPINTARIA

ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviços gerais de marcenaria e carpintaria, consistente em confeccionar e reparar móveis e peças e dar-lhes acabamento, utilizando equipamento adequado para tal serviço; trabalhar a madeira riscando, cortando, torneando entalhes com ferramentas e máquinas apropriadas, armar partes de madeira trabalhada, encaixando-as e prendendo-as com material adequado; pintar, envernizar ou encerar as peças de madeiras; instalar ferragens como dobradiças, puxadores e outros em peças de madeiras; confeccionar determinados tipos de peças ou móveis de madeira a serem designados de acordo com a solicitação; remover, confeccionar e instalar forros de madeiras, bem como suportes e preparações para fixação dos mesmos; remoção, manutenção, confecção e instalação de portas de madeiras; executar todas as atividades	h	100	R$ 82,00	R$ 8.200,00

	relacionadas a madeira e de atribuições de marceneiro. todas as ferramentas que serão utilizadas para realização dos serviços, são de total responsabilidade da contratada.				

VALOR TOTAL.....: R$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Exercício 2026 Atividade 0711.101220011.2.038 Manut. do Fundo Municipal de Saúde; Exercício 2026 Atividade 0711.103020014.2.048 Manut. da Oferta das Ativ. e Serv. de Atenção Especializada em Saúde; Exercício 2026 Atividade 0711.103010013.2.041 Manut. da Oferts das Ativ. e Serv. de Atenção Primária em Saúde.
Elemento de despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica;
Subelemento de despesa: 33.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
Fonte: 1500100200 - Receita de imposto e transferências – Saúde;1600000000 - Transferência SUS Bloco de Manutenção;

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação é até 09 de setembro de 2026 contados da assinatura do instrumento contratual

DATA DA ASSINATURA.....: 10 de setembro de 2026

ASSINAM:

PELA CONTRATANTE: FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
PELA CONTRATADA: DAMIAO PEREIRA DA SILVA
FISCAL DO CONTRATO: JARCIRLENE SOARES DE MEDEIROS ARAUJO

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:909B3356

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Aviso de Homologação. Modalidade: Credenciamento nº 01/2026CR. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de profissionais da saúde para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN. ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes credenciados:
- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67);
- OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
- EGA GESTAO DE NEGOCIOS LTDA (CNPJ: 24.327.852/0001-56);

Item	Fornecedores credenciados
1	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
2	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
3	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
4	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
5	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
6	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
7	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
8	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
9	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
10	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
11	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
12	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
13	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
14	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
15	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
16	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
17	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
18	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
19	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
20	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
21	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67);

	- OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
22	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
23	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
24	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
25	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78);
26	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78); - EGA GESTAO DE NEGOCIOS LTDA (CNPJ: 24.327.852/0001-56);
27	- OESTE MAIS SAUDE LTDA (CNPJ: 33.271.371/0001-67); - OESTE POTIGUAR SERVICOS LTDA (CNPJ: 67.589.037/0001-78); - EGA GESTAO DE NEGOCIOS LTDA (CNPJ: 24.327.852/0001-56);

Homologo a Licitação na forma da Lei nº 14.133/21 – FRANCISCO SALES REGIS BESSA. 10/09/2026.

SEVERIANO MELO - RN, 10/09/2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:4E199C35

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2026 - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 202508180002 – DA CASA DE SAÚDE ADÍLIA MARIA DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE – CARONA Nº 4/2026

PROCESSO: 512042/2026
MODALIDADE: Adesão Carona nº 4/2026 oriunda do Pregão Eletrônico nº 2025.05.30.001
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIBAU/RN
CNPJ: 01.XXX.XXX/0001-90
CONTRATADA: METAL SERVICE RENTAL CAR LTDA
CNPJ nº 44.XXX.XXX/0001-58
ENDEREÇO: Rua João Ferreira Viana, 12, Loja 05, Centro, Itaitinga/CE - CEP: 61.880-059
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, visando atender às necessidades de deslocamento e apoio às atividades administrativas, técnicas e operacionais das Secretarias da Prefeitura Municipal de Tibau, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.
VALOR TOTAL: R$ 912.576,96 (novecentos e doze mil e quinhentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos).
DATA DA EXPEDIÇÃO DO TERMO: 01 de setembro de 2026
VIGENCIA: 01 de setembro de 2026 a 28 de fevereiro de 2027

Unidade Orçamentária:	02 .001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
Ação:	2010 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria do Gabinete do Prefeito
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .003 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN
Ação:	2017 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .003 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN
Ação:	2017 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Ação:	2014 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Finanças
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Ação:	2014 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Finanças

Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .004 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
Ação:	2019 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Tributação
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .004 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
Ação:	2019 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Tributação
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .005 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação:	2023 - Manutenção dos Serviços de Transportes da Secretaria de Educação
Função:	12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .005 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação:	2023 - Manutenção dos Serviços de Transportes da Secretaria de Educação
Função:	12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2090 - Manutenção dos Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Saúde
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0012 - GESTÃO DAS OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS E LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2090 - Manutenção dos Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Saúde
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0012 - GESTÃO DAS OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS E LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2103 - Manutenção da Frota de Veículos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - ESF
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2104 - Manut. dos Veículos das Ações de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Vig. em Saúde
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2107 - Manutenção dos Veículos da Assistência Integral à População com Serviços de Saúde Pública
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	04 .001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSI
Ação:	2114 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria de Trabalho e Assistência Social
Função:	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	04 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Ação:	2206 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Função:	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função:	244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa:	0007 - TIBAU MAIS JUSTO - ASSISTÊNCIA SOCIAL E INCLUSÃO
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
Ação:	2072 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Turismo
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
Ação:	2072 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Turismo
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .013 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Ação:	2067 - Manutenção de Ações de Abastecimento Móvel de Água Potável no Município de Tibau
Função:	20 - AGRICULTURA
Sub-Função:	605 - ABASTECIMENTO
Programa:	0009 - TIBAU VERDE - SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .011 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
Ação:	2050 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .011 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
Ação:	2050 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Ação:	2084 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Ação:	2084 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Ação:	2168 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Cultura
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Ação:	2168 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Cultura
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
25	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. COM MOTORISTA HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Meses	6,000000	5.337,40	32.024,40
26	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. COM MOTORISTA HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Meses	6,000000	5.337,40	32.024,40
27	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. COM MOTORISTA HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Meses	6,000000	5.337,40	32.024,40
28	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. COM MOTORISTA HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Meses	6,000000	5.337,40	32.024,40
29	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. COM MOTORISTA HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Meses	6,000000	5.337,40	32.024,40
30	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. COM MOTORISTA HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Meses	6,000000	5.337,40	32.024,40
31	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. COM MOTORISTA HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Meses	6,000000	5.337,40	32.024,40
32	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. COM MOTORISTA HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE DA PREFEITA	Meses	6,000000	5.337,40	32.024,40
33	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. COM MOTORISTA HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO	Meses	6,000000	5.337,40	32.024,40
34	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. COM MOTORISTA HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA	Meses	6,000000	5.337,40	32.024,40

	OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
35	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. COM MOTORISTA HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	Meses	6,000000	5.337,40	32.024,40
36	LOCAÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO MICRO-ÔNIBUS (ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA): COM CAPACIDADE PARA 25+1 (MOTORISTA + PASSAGEIROS), SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR. COM MOTORISTA, HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA. COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE	Meses	6,000000	19.016,91	114.101,46
37	LOCAÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO MICRO-ÔNIBUS (ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA): COM CAPACIDADE PARA 25+1 (MOTORISTA + PASSAGEIROS), SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR. COM MOTORISTA, HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA. COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE	Meses	6,000000	19.016,91	114.101,46
38	LOCAÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO MICRO-ÔNIBUS (ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA): COM CAPACIDADE PARA 25+1 (MOTORISTA + PASSAGEIROS), SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR. COM MOTORISTA, HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA. COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE	Meses	6,000000	19.016,91	114.101,46
39	LOCAÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO CAMINHÃO DE MÉDIO PORTE CARROCERIA ABERTA (ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA): DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 3.500 KG (3,5 TONELADAS), EQUIPADO COM CARROCERIA ABERTA OU CARGA SECA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 4,5 M DE COMPRIMENTO E 2,1 M DE LARGURA. VEÍCULO A DIESEL, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 CV, TRAÇÃO 4X2, E CABINE SIMPLES COM CAPACIDADE PARA MOTORISTA + 2 PASSAGEIROS. SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM. SEM MOTORISTA, IMPOSTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA. COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE	Mês	6,000000	11.907,35	71.444,10
40	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS TIPO CAMINHÃO PIPA (ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA): DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, CAMINHÃO EQUIPADO COM TANQUE PIPA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, FABRICADO EM AÇO CARBONO OU INOX, COM ESTRUTURA RESISTENTE E ADEQUADA PARA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL OU NÃO POTÁVEL. EQUIPADO COM SISTEMA DE BOMBEAMENTO DE ALTA VAZÃO, REGISTROS E MANGUEIRAS PARA ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO. VEÍCULO A DIESEL, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 180 CV, TRAÇÃO 4X2 (OU 4X4 EM CASOS DE TERRENOS DE DIFÍCIL ACESSO), E CABINE SIMPLES COM CAPACIDADE PARA MOTORISTA + 1 PASSAGEIRO. EQUIPADO COM SISTEMA DE FREIOS ABS, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, ILUMINAÇÃO REGULAMENTADA E SISTEMA DE SINALIZAÇÃO PARA SEGURANÇA EM OPERAÇÃO. SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM. COM MOTORISTA, HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA. COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE	mes	6,000000	12.213,34	73.280,04
41	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS TIPO CAMINHÃO PIPA (ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA): DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, CAMINHÃO EQUIPADO COM TANQUE PIPA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, FABRICADO EM AÇO CARBONO OU INOX, COM ESTRUTURA RESISTENTE E ADEQUADA PARA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL OU NÃO POTÁVEL. EQUIPADO COM SISTEMA DE BOMBEAMENTO DE ALTA VAZÃO, REGISTROS E MANGUEIRAS PARA ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO. VEÍCULO A DIESEL, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 180 CV, TRAÇÃO 4X2 (OU 4X4 EM CASOS DE TERRENOS DE DIFÍCIL ACESSO), E CABINE SIMPLES COM CAPACIDADE PARA MOTORISTA + 1 PASSAGEIRO. EQUIPADO COM SISTEMA DE FREIOS ABS, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, ILUMINAÇÃO REGULAMENTADA E SISTEMA DE SINALIZAÇÃO PARA SEGURANÇA EM OPERAÇÃO. SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM. COM MOTORISTA, HABILITADO COM DEVIDA CNH E QUE SATISFAÇA OS REQUISITOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB. CONDUTOR, IMPOSTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA. COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE.	mes	6,000000	12.213,34	73.280,04
Total:					**R$ 912.576,96**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.462/2023.

Tibau/RN, 01 de setembro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

JESSICA GOMES ROMEIRO
Metal Service Rental CAR LTDA

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:4AF95DC5

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2026 - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 202508180001 – DA CASA DE SAÚDE ADÍLIA MARIA DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM/CE – CARONA Nº 4/2026

PROCESSO: 512042/2026
MODALIDADE: Adesão Carona nº 4/2026 oriunda do Pregão Eletrônico nº 2025.05.30.001
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIBAU/RN
CNPJ: 01.XXX.XXX/0001-90
CONTRATADA: LOCSERVICE LOCACOES, CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA
CNPJ nº 23.XXX.XXX/0001-91
ENDEREÇO: Av. Coronel Cicero Sá, 1930, Sala 04, Urucunema, Eusébio/CE - CEP: 61.762-360
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, visando atender às necessidades de deslocamento e apoio às atividades administrativas, técnicas e operacionais das Secretarias da Prefeitura Municipal de Tibau, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.
VALOR TOTAL: R$ 747.742,62 (setecentos e quarenta e sete mil e setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos).
DATA DA EXPEDIÇÃO DO TERMO: 01 de setembro de 2026
VIGENCIA: 01 de setembro de 2026 a 28 de fevereiro de 2027

Unidade Orçamentária:	02 .001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
Ação:	2010 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria do Gabinete do Prefeito
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .003 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN
Ação:	2017 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .003 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN
Ação:	2017 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Ação:	2014 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Finanças
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .002 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Ação:	2014 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Finanças
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .004 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
Ação:	2019 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Tributação
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .004 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
Ação:	2019 - Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Tributação
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .005 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação:	2023 - Manutenção dos Serviços de Transportes da Secretaria de Educação
Função:	12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .005 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação:	2023 - Manutenção dos Serviços de Transportes da Secretaria de Educação
Função:	12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2090 - Manutenção dos Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Saúde
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0012 - GESTÃO DAS OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS E LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2090 - Manutenção dos Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Saúde
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0012 - GESTÃO DAS OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS E LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2103 - Manutenção da Frota de Veículos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - ESF
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2104 - Manut. dos Veículos das Ações de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Vig. em Saúde
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	03 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Ação:	2107 - Manutenção dos Veículos da Assistência Integral à População com Serviços de Saúde Pública
Função:	10 - SAÚDE
Sub-Função:	301 - ATENÇÃO BÁSICA
Programa:	0001 - SAÚDE MAIS PERTO - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA EM TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	04 .001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSI
Ação:	2114 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria de Trabalho e Assistência Social
Função:	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	04 .002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Ação:	2206 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Função:	08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função:	244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa:	0007 - TIBAU MAIS JUSTO - ASSISTÊNCIA SOCIAL E INCLUSÃO
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
Ação:	2072 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Turismo
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Ação:	2072 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Turismo
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .013 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Ação:	2067 - Manutenção de Ações de Abastecimento Móvel de Água Potável no Município de Tibau
Função:	20 - AGRICULTURA
Sub-Função:	605 - ABASTECIMENTO
Programa:	0009 - TIBAU VERDE - SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .011 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
Ação:	2050 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .011 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
Ação:	2050 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Ação:	2084 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Ação:	2084 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Ação:	2168 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Cultura
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Ação:	2168 - Manutenção de Serviços de Transportes da Secretaria Municipal de Cultura
Função:	04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função:	122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa:	0002 - GESTÃO INTELIGENTE E TRANSPARENTE PARA O FUTURO DE TIBAU
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
01	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO (AMBULÂNCIA) - CAMINHONETE ABERTA CABINE SIMPLES COM 02 LUGARES TRANSFORMADA EM AMBULÂNCIA, MOTOR 1.3 (OU SUPERIOR), 02 PORTAS OU SUPERIOR, COMBUSTÍVEL (FLEX GASOLINA/ÁLCOOL), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, EQUIPADA COM CHASSI DE AMBULÂNCIA DO TIPO SIMPLES REMOÇÃO CONTENDO UMA MACA RETRÁTIL, SISTEMA DE OXIGÊNIO, SIRENE E OUTROS ITENS NECESSÁRIOS DO VEÍCULO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE.	Meses	6,000000	9.066,66	54.399,96
02	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA COM 02 LUGARES, CILINDRADAS 150 (OU SUPERIOR), COMBUSTÍVEL (FLEX GASOLINA/ÁLCOOL), MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, PARTIDA ELÉTRICA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE - SECRETARIA	Meses	6,000000	1.441,50	8.649,00

	MUNICIPAL DE SAÚDE				
03	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA COM 02 LUGARES, CILINDRADAS 150 (OU SUPERIOR), COMBUSTÍVEL (FLEX GASOLINA/ÁLCOOL), MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, PARTIDA ELÉTRICA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Meses	6,000000	1.441,50	8.649,00
04	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA COM 02 LUGARES, CILINDRADAS 150 (OU SUPERIOR), COMBUSTÍVEL (FLEX GASOLINA/ÁLCOOL), MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, PARTIDA ELÉTRICA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Meses	6,000000	1.441,50	8.649,00
05	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA COM 02 LUGARES, CILINDRADAS 150 (OU SUPERIOR), COMBUSTÍVEL (FLEX GASOLINA/ÁLCOOL), MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, PARTIDA ELÉTRICA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Meses	6,000000	1.441,50	8.649,00
06	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA COM 02 LUGARES, CILINDRADAS 150 (OU SUPERIOR), COMBUSTÍVEL (FLEX GASOLINA/ÁLCOOL), MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, PARTIDA ELÉTRICA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Meses	6,000000	1.441,50	8.649,00
07	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA COM 02 LUGARES, CILINDRADAS 150 (OU SUPERIOR), COMBUSTÍVEL (FLEX GASOLINA/ÁLCOOL), MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, PARTIDA ELÉTRICA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Meses	6,000000	1.441,50	8.649,00
08	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA COM 02 LUGARES, CILINDRADAS 150 (OU SUPERIOR), COMBUSTÍVEL (FLEX GASOLINA/ÁLCOOL), MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, PARTIDA ELÉTRICA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Meses	6,000000	1.441,50	8.649,00
09	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA COM 02 LUGARES, CILINDRADAS 150 (OU SUPERIOR), COMBUSTÍVEL (FLEX GASOLINA/ÁLCOOL), MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, PARTIDA ELÉTRICA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Meses	6,000000	1.441,50	8.649,00
10	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA COM 02 LUGARES, CILINDRADAS 150 (OU SUPERIOR), COMBUSTÍVEL (FLEX GASOLINA/ÁLCOOL), MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, PARTIDA ELÉTRICA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Meses	6,000000	1.441,50	8.649,00
11	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA COM 02 LUGARES, CILINDRADAS 150 (OU SUPERIOR), COMBUSTÍVEL (FLEX GASOLINA/ÁLCOOL), MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, PARTIDA ELÉTRICA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Meses	6,000000	1.441,50	8.649,00
12	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA COM 02 LUGARES, CILINDRADAS 150 (OU SUPERIOR), COMBUSTÍVEL (FLEX GASOLINA/ÁLCOOL), MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, PARTIDA ELÉTRICA, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO	Meses	6,000000	1.441,50	8.649,00
13	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE ABERTA, COM 05 LUGARES, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, MOTOR 2.8 (OU SUPERIOR), 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (DIESEL), AUTOMÁTICO, 4X4, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Meses	6,000000	10.536,27	63.217,62
14	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE ABERTA, COM 05 LUGARES, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, MOTOR 2.8 (OU SUPERIOR), 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (DIESEL), AUTOMÁTICO, 4X4, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	Meses	6,000000	10.536,27	63.217,62
15	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE ABERTA, COM 05 LUGARES, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, MOTOR 2.8 (OU SUPERIOR), 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (DIESEL), AUTOMÁTICO, 4X4, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Meses	6,000000	10.536,27	63.217,62
16	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE ABERTA, COM 05 LUGARES, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, MOTOR 2.8 (OU SUPERIOR), 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (DIESEL), AUTOMÁTICO, 4X4, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE DA PREFEITA	Meses	6,000000	10.536,27	63.217,62
17	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE ABERTA, COM 05 LUGARES, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, MOTOR 2.8 (OU SUPERIOR), 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (DIESEL), AUTOMÁTICO, 4X4, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO,	Meses	6,000000	10.536,27	63.217,62

	ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
18	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE FECHADA COM 07 LUGARES, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, MOTOR 2.8 (OU SUPERIOR), 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (DIESEL), AUTOMÁTICO, 4X4, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE (GABINETE DA PREFEITA).	Meses	6,000000	17.978,00	107.868,00
19	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR ..CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Meses	6,000000	4.815,08	28.890,48
20	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR ..CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Meses	6,000000	4.815,08	28.890,48
21	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO POPULAR COM 05 LUGARES, MOTOR 1.0 (OU SUPERIOR), AR ..CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, 04 PORTAS, COMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL), MANUAL, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA, IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA DE SOCIAL	Meses	6,000000	4.815,08	28.890,48
22	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE ABERTA CABINE SIMPLES COM 02 LUGARES, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, MOTOR 1.3 (OU SUPERIOR), 02 PORTAS OU SUPERIOR, COMBUSTÍVEL (FLEX - GASOLINA/ÁLCOOL), 4X2, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA. IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	Meses	6,000000	4.865,34	29.192,04
23	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE ABERTA CABINE SIMPLES COM 02 LUGARES, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, MOTOR 1.3 (OU SUPERIOR), 02 PORTAS OU SUPERIOR, COMBUSTÍVEL (FLEX - GASOLINA/ÁLCOOL), 4X2, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA. IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Meses	6,000000	4.865,34	29.192,04
24	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE ABERTA CABINE SIMPLES COM 02 LUGARES, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, MÁXIMO DE 10 ANOS DE FABRICAÇÃO, MOTOR 1.3 (OU SUPERIOR), 02 PORTAS OU SUPERIOR, COMBUSTÍVEL (FLEX - GASOLINA/ÁLCOOL), 4X2, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO. SEM MOTORISTA. IMPOSTO, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, REPOSIÇÃO IMEDIATA EM CASO DE DEFEITO OU GRANDE AVARIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA/LOCADORA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Meses	6,000000	4.865,34	29.192,04
Total:					**R$ 747.742,62**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.462/2023.

Tibau/RN, 01 de setembro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

AQUILES SOUZA DAMASCENO
Locservice Locacoes, Construcoes E Servicos LT

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:3A72966C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 934, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a reestruturação administrativa da Câmara Municipal de Tibau do Sul/RN, cria cargos de provimento efetivo, revê as atribuições dos cargos de provimento em comissão, altera dispositivos da Lei Ordinária Municipal n° 922/2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Constituição Federal do Brasil e a Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a reestruturação administrativa da Câmara Municipal de Tibau do Sul/RN, institui o quadro de cargos de provimento efetivo, extingue cargos de provimento em comissão, revê o quadro de cargos de provimento em comissão e estabelece as respectivas atribuições e requisitos de investidura.

Parágrafo único. Não se aplicam a esta Lei os Gabinetes Parlamentares de que trata o art. 15 da Lei Ordinária Municipal n° 922/2026, que permanecem regidos pelo referido dispositivo.

Art. 2º.A reestruturação de que trata esta Lei observa os seguintes princípios e diretrizes:

I – o provimento em comissão restringe-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, na forma do art. 37, V, da Constituição Federal;
II – as atividades permanentes de natureza técnica, burocrática e operacional são privativas dos cargos de provimento efetivo, acessíveis exclusivamente mediante concurso público;
III – a segregação de funções, vedada a concentração, em um mesmo agente, das atribuições de autorizar, executar, registrar e controlar;
IV – a proporcionalidade entre os cargos de provimento em comissão e os de provimento efetivo;
V – a continuidade administrativa e a preservação da memória institucional.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 3º. A estrutura administrativa da Câmara Municipal de Tibau do Sul/RN compõe-se das seguintes unidades:
I – vinculadas diretamente à Presidência:
a) Unidade de Controle Interno;
b) Procuradoria Jurídica;
c) Assessoria da Presidência;
II – de coordenação executiva:
a) Diretoria Geral;
III – vinculadas à Diretoria Geral:
a) Diretoria Contábil;
b) Diretoria de Finanças;
c) Gerência de Licitações e Contratos;
d) Coordenação do Setor Legislativo;
e) Supervisão de Recursos Humanos;
f) Supervisão de Comunicação;
g) Supervisão de Tecnologia da Informação;
h) Apoio Operacional.

Art. 4º.À Unidade de Controle Interno, vinculada diretamente à autoridade máxima do órgão, compete o exercício das atribuições previstas na Resolução n° 018/2022 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 1º. É vedada a subordinação hierárquica da Unidade de Controle Interno a qualquer setor sujeito à sua fiscalização.

§ 2º. É vedada a terceirização da execução e da assinatura dos trabalhos de controle interno, que serão desempenhados por servidor ocupante de cargo de provimento efetivo.

Art. 5º. As competências das demais unidades são as constantes do Anexo IV desta Lei.

CAPÍTULO III
DO QUADRO DE PESSOAL
Seção I — Dos Cargos de Provimento Efetivo

Art. 6º. Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Tibau do Sul/RN, 7 (sete) cargos de provimento efetivo, correspondentes a 8 (oito) vagas, com as denominações, quantitativos, vencimentos, jornadas e requisitos de investidura constantes do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos criados por este artigo são as constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 7º. Os cargos de que trata o art. 6° são de provimento exclusivo mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma do art. 37, II, da Constituição Federal.

§ 1º. A jornada de trabalho dos cargos de provimento efetivo é de 30 (trinta) horas semanais, distribuídas em turnos definidos por ato da Presidência.

§ 2º. O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo submeter-se-á a estágio probatório de 36 (trinta e seis) meses, com avaliação especial de desempenho por comissão constituída para essa finalidade, na forma da Lei Municipal n° 321/2004.

§ 3º. São exigíveis no ato da posse a comprovação dos requisitos de investidura constantes do Anexo I, a declaração de acumulação de cargos, empregos e funções públicas e a declaração de bens e rendas.

§ 4º. O provimento das vagas criadas por esta Lei dar-se-á no exercício de 2027, mediante prévia dotação orçamentária suficiente, observado o disposto no art. 169, § 1°, da Constituição Federal e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 8º. Ficam extintos os cargos de provimento em comissão de Assessor Jurídico e de Auxiliar de Apoio Institucional, constantes do Anexo da Lei Ordinária Municipal n° 922/2026, com a alteração da Lei Ordinária Municipal n° 924/2026, suprimindo-se 3 (três) vagas comissionadas.

§ 1º. A extinção de que trata o caput produz efeitos na data da posse dos servidores aprovados no concurso público de que trata o art. 12 desta Lei, assegurada a continuidade dos serviços.

§ 2º. As atribuições de natureza jurídica técnica e permanente antes cometidas ao cargo de Assessor Jurídico passam a integrar o rol do cargo de provimento efetivo de Procurador, e as atribuições operacionais antes cometidas ao cargo de Auxiliar de Apoio Institucional passam a integrar os róis dos cargos de provimento efetivo de Copeiro e de Auxiliar de Serviços Gerais, na forma do Anexo III.

Art. 9º. Fica criada 1 (uma) vaga do cargo de provimento em comissão de Procurador Adjunto, que passa a comportar 2 (duas) vagas.

Parágrafo único. Ao Procurador Adjunto é vedada a emissão dos pareceres privativos do cargo de provimento efetivo de Procurador, na forma do art. 12 desta Lei.

Art. 10.O Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Tibau do Sul/RN passa a ser o constante do Anexo II desta Lei, composto por 13 (treze) cargos e 14 (quatorze) vagas, de livre nomeação e exoneração.

§ 1º As atribuições dos cargos de que trata o caput são as constantes do Anexo III desta Lei, e restringem- se, sem exceção, às funções de direção, chefia e assessoramento.

§ 2º Os cargos de provimento em comissão submetem-se a regime de dedicação integral e disponibilidade permanente, sem sujeição a jornada semanal fixa, em razão da natureza fiduciária do vínculo de que trata o art. 37, V, da Constituição Federal, e acompanham a agenda institucional da Casa, inclusive quanto a sessões, audiências públicas e reuniões realizadas fora do expediente administrativo ordinário.

§ 3º O regime de que trata o § 2° não autoriza, em nenhuma hipótese, a atribuição a cargo de provimento em comissão de tarefa de execução de natureza técnica, burocrática ou operacional, cujo desempenho é privativo dos cargos de provimento efetivo.

§ 4º Ato da Mesa Diretora disporá, no prazo de 90 (noventa) dias contados da vigência desta Lei, sobre o controle de frequência dos cargos de provimento efetivo, os critérios de convocação para as atividades realizadas fora do expediente ordinário e os indicadores de produtividade aplicáveis a cada espécie de provimento.

CAPÍTULO IV
DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES E DAS VEDAÇÕES

Art. 11.É vedada a concentração, em um mesmo agente público, das funções de autorizar, executar, registrar e controlar o mesmo ato de gestão.

§ 1º As funções de execução da escrituração contábil e de controle interno não poderão ser exercidas pelo mesmo servidor.

§ 2º O Agente de Contratação não poderá ser designado gestor ou fiscal do contrato decorrente do certame que houver conduzido.

§ 3º Os ocupantes dos cargos de provimento em comissão não exercerão as atribuições privativas dos cargos de provimento efetivo descritas no Anexo III.

Art. 12.São privativas e indelegáveis dos cargos de provimento efetivo, vedada a sua avocação, revisão, substituição ou retenção por ocupante de cargo de provimento em comissão ou por qualquer outra autoridade da Casa:

I – do Contador: a escrituração contábil, a elaboração e a assinatura das demonstrações contábeis e a remessa dos dados contábeis aos sistemas do Tribunal de Contas do Estado, na condição de profissional habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade;
II – do Controlador Interno: os trabalhos de auditoria interna, o Certificado de Auditoria, o Parecer Conclusivo e a subscrição do Relatório de Gestão Fiscal, na forma da Resolução n° 018/2022 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;
III – do Agente de Contratação: a condução dos procedimentos de contratação, na forma dos arts. 7° e 8° da Lei n° 14.133/2021;
IV – do Procurador: o parecer jurídico de controle prévio de legalidade dos processos de contratação, a análise e a aprovação das minutas de editais, contratos, termos aditivos e convênios e o parecer nos atos de pessoal e nos processos administrativos disciplinares.

§ 1º Quanto ao conteúdo técnico dos trabalhos de que trata o inciso II, o Controlador Interno reporta-se diretamente ao Presidente da Câmara Municipal, vedada a subordinação da Unidade de Controle Interno a qualquer setor por ela fiscalizado.

§ 2º A adoção, pelo Procurador-Geral, de orientação divergente do parecer técnico firmado pelo Procurador depende de ato escrito e fundamentado, do qual decorre a assunção da responsabilidade pela tese adotada.

§ 3º Aos ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Diretor Contábil, Chefe de Controladoria, Gerente de Licitações, Procurador-Geral e Procurador Adjunto compete a direção administrativa das respectivas unidades, sem ingerência sobre o conteúdo técnico dos atos privativos de que trata o caput.

Art. 13.É vedada a contratação de pessoa física ou jurídica para o desempenho de atribuições próprias dos cargos de provimento efetivo criados por esta Lei.
Parágrafo único. Não se compreende na vedação do caput a contratação de serviços técnicos especializados de natureza eventual e não continuada, desde que não implique substituição do servidor efetivo no exercício de suas atribuições.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14.A Câmara Municipal realizará concurso público para o provimento dos cargos criados por esta Lei, cujo edital deverá ser publicado no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da sua vigência.

§ 1º Os atos do certame serão remetidos ao Sistema Integrado de Auditoria Informatizada — SIAI- Concursos, nos prazos e na forma da Resolução n° 029/2022 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 2º Constituem providências prévias à publicação do edital o cadastramento desta Lei no Sistema Legis e a atualização do quadro de pessoal no SIAI-Quadro.

§ 3º O edital e a relação dos candidatos aprovados serão mantidos no portal de transparência da Câmara Municipal pelo prazo de 3 (três) anos.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo Municipal, consignadas na Lei Orçamentária Anual, ficando autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares, por conta de anulação parcial de dotações, no que se fizer necessário.

Parágrafo único. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de entrada em vigor e nos dois subsequentes, exigida pelo art. 16 da Lei Complementar n° 101/2000, integra a mensagem de encaminhamento deste projeto.

Art. 16. Aplicam-se aos servidores ocupantes dos cargos criados por esta Lei as disposições da Lei Municipal n° 321/2004 — Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Tibau do Sul.

Art. 17. Ficam mantidos os Anexos da Lei Ordinária Municipal n° 922/2026 exclusivamente quanto aos Gabinetes Parlamentares de que trata o seu art. 15.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Anexos das Leis Ordinárias Municipais n° 922/2026 e n° 924/2026 no que se refere à estrutura administrativa e aos cargos cujas atribuições são revistas por esta Lei.

Palácio Wilson Galvão, Tibau do Sul/RN, 10 de setembro de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

ANEXO I
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Denominação	Vagas	Vencimento (R$)	Jornada	Requisito de investidura
Procurador	01	3.000,00	30h	Diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado, e inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil
Contador	01	3.000,00	30h	Diploma de bacharel em Ciências Contábeis, devidamente registrado, e registro regular no Conselho Regional de Contabilidade
Controlador Interno	01	3.000,00	30h	Diploma de curso superior em Ciências Contábeis, Administração, Direito ou Ciências Econômicas, devidamente registrado, e registro no respectivo conselho profissional quando legalmente exigido
Agente de Contratação	01	2.500,00	30h	Diploma de curso superior completo, devidamente registrado, em qualquer área de formação. Exigível, para o exercício, a certificação prevista no art. 7°, II, da Lei n° 14.133/2021, na forma da regulamentação municipal
Assistente Administrativo	01	1.800,00	30h	Certificado de conclusão do ensino médio e conhecimento de informática básica
Copeiro	01	1.621,00	30h	Certificado de conclusão do ensino fundamental
Auxiliar de Serviços Gerais	02	1.621,00	30h	Certificado de conclusão do ensino fundamental
TOTAL	**08**	**18.163,00**	—	—

Nota: os vencimentos constantes deste Anexo referem-se ao mês de referência da proposição e serão revistos anualmente na data-base dos servidores municipais, na forma do art. 37, X, da Constituição Federal.

ANEXO III
ATRIBUIÇÕES, REQUISITOS DE INVESTIDURA E DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS

I — CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
PROCURADOR
Requisitos de investidura: Diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado, e inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil.
Descrição sumária: Exercer, em caráter permanente e privativo, a atividade jurídica técnica da Câmara Municipal, notadamente o controle prévio de legalidade dos processos de contratação e a análise jurídica dos atos de pessoal, subscrevendo os pareceres correspondentes.
Atribuições:
I – emitir o parecer jurídico de controle prévio de legalidade nos processos de contratação, na forma do art. 53 da Lei n° 14.133/2021;
II – analisar juridicamente e aprovar as minutas de editais, de contratos, de termos aditivos, de convênios e de instrumentos congêneres;
III – emitir parecer nos processos de nomeação, posse, exoneração, cessão, acumulação de cargos, aposentadoria e demais atos de pessoal;
IV – emitir parecer nos processos administrativos disciplinares e sindicâncias instaurados no âmbito da Casa;
V – instruir as respostas às diligências, notificações e citações oriundas do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público;
VI – elaborar as informações a serem prestadas em mandados de segurança e demais ações em que a Câmara figure como parte, para subscrição pelo Procurador-Geral;
VII – examinar juridicamente as proposições legislativas quanto à constitucionalidade, à legalidade e à técnica legislativa, quando solicitado pelas comissões;
VIII – manter organizado o acervo de pareceres da Procuradoria e propor a consolidação das orientações reiteradas;
IX – responder tecnicamente pelos pareceres que subscrever.
Impedimentos e vedações:São privativos e indelegáveis deste cargo os pareceres jurídicos de que tratam os incisos I a IV do rol de atribuições, vedada a sua avocação ou substituição por ocupante de cargo de provimento em comissão. A adoção de orientação divergente pelo Procurador-Geral depende de ato escrito e fundamentado, do qual decorre a assunção da responsabilidade pela tese adotada. Vedado o exercício da advocacia contra a Fazenda Pública Municipal e o patrocínio de interesses conflitantes com os da Câmara.

CONTADOR

Requisitos de investidura: Diploma de bacharel em Ciências Contábeis, devidamente registrado, e registro regular no Conselho Regional de Contabilidade.
Descrição sumária: Executar a escrituração contábil orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal e elaborar as demonstrações e os demonstrativos legais, respondendo tecnicamente na condição de profissional habilitado.
Atribuições:
I – executar a escrituração contábil orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara, na forma da Lei n° 4.320/1964, das NBC TSP e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
II – registrar os atos e os fatos da execução orçamentária — empenho, liquidação e pagamento — e os fatos de natureza patrimonial;
III – elaborar os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, a demonstração das variações patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas;
IV – executar os registros de depreciação, amortização e exaustão e manter o controle analítico dos bens móveis e imóveis;
V – executar as conciliações bancárias e patrimoniais mensais e apurar as divergências;
VI – elaborar os demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal e os documentos que compõem as Contas de Gestão, na forma da Resolução n° 012/2016-TCE/RN;
VII – operar os sistemas de remessa de dados ao Tribunal de Contas do Estado, gerando e transmitindo os arquivos nos formatos e prazos regulamentares;
VIII – elaborar a demonstração da aplicação do duodécimo e a apuração do saldo a devolver ao Poder Executivo;
IX – conferir a folha de pagamento sob os aspectos da classificação orçamentária e do registro contábil;
X – subscrever as demonstrações contábeis na condição de contabilista responsável, observada a habilitação profissional exigida;
XI – executar as demais atividades técnicas de natureza contábil inerentes ao cargo.
Impedimentos e vedações:São privativas e indelegáveis deste cargo a escrituração contábil, a elaboração e a assinatura das demonstrações contábeis e a remessa dos dados contábeis aos sistemas do Tribunal de Contas, na condição de profissional habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, vedada a sua avocação ou substituição por ocupante de cargo de provimento em comissão. Vedado o exercício cumulativo das atribuições de controle interno, por incompatibilidade decorrente da segregação de funções.

CONTROLADOR INTERNO
Requisitos de investidura: Diploma de curso superior em Ciências Contábeis, Administração, Direito ou Ciências Econômicas, devidamente registrado, e registro no respectivo conselho profissional quando legalmente exigido.
Descrição sumária: Executar os trabalhos de controle interno da Câmara Municipal, subscrevendo os relatórios, o Certificado de Auditoria e o Parecer Conclusivo exigidos pela Resolução n° 018/2022-TCE/RN.
Atribuições:
I – executar o plano anual de auditoria interna aprovado pela autoridade máxima do órgão;
II – realizar os exames de conformidade dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial, contábil, operacional e de pessoal;
III – elaborar e subscrever os relatórios de auditoria, o Certificado de Auditoria e o Parecer Conclusivo — Modelo 02, com assinatura digital, na forma da Resolução n° 018/2022-TCE/RN;
IV – manter o registro diário das atividades de controle interno, em roteiro previamente documentado;
V – subscrever o Relatório de Gestão Fiscal, na forma do art. 54, parágrafo único, da Lei Complementar n° 101/2000;
VI – executar o monitoramento dos prazos de remessa aos sistemas do Tribunal de Contas e da vigência das certidões dos fornecedores contratados;
VII – manter atualizado o mapa de riscos e acompanhar a execução do respectivo plano de ação;
VIII – verificar a alimentação do portal da transparência e a aderência aos critérios de transparência ativa;
IX – comunicar formalmente à autoridade máxima do órgão as irregularidades detectadas e, não adotada a providência corretiva, representar ao Tribunal de Contas do Estado, na forma do Enunciado de Alerta n° 01 da Resolução n° 018/2022-TCE/RN;
X – executar as diligências e responder às solicitações formuladas pela Unidade de Controle Externo;
XI – informar ao Tribunal de Contas, no prazo regulamentar, os agentes omissos na entrega da declaração de bens e rendas.
Impedimentos e vedações:São privativos e indelegáveis deste cargo os trabalhos de auditoria interna, o Certificado de Auditoria, o Parecer Conclusivo — Modelo 02 e a subscrição do Relatório de Gestão Fiscal, vedada a sua avocação, revisão, substituição ou retenção por ocupante de cargo de provimento em comissão ou por qualquer autoridade da Casa. Quanto ao conteúdo técnico dos seus trabalhos, o titular reporta-se diretamente ao Presidente da Câmara, na forma da Resolução n° 018/2022-TCE/RN. Vedado o exercício por quem execute a escrituração contábil ou a ordenação de despesas da Casa, bem como por quem tenha tido contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Vedada a subordinação hierárquica a qualquer unidade sujeita à sua fiscalização.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Requisitos de investidura: Diploma de curso superior completo, devidamente registrado, em qualquer área de formação. Exigível, para o exercício, a certificação prevista no art. 7°, II, da Lei n° 14.133/2021, na forma da regulamentação municipal.
Descrição sumária: Conduzir os procedimentos de contratação da Câmara Municipal, na condição de servidor efetivo do quadro permanente exigida pelo art. 8° da Lei n° 14.133/2021.
Atribuições:
I – conduzir os procedimentos licitatórios e as contratações diretas, na forma do art. 8° da Lei n° 14.133/2021;
II – executar os atos da sessão pública, receber e examinar os documentos de habilitação e as propostas apresentadas;
III – elaborar as atas das sessões, os relatórios de julgamento e as respostas a impugnações e pedidos de esclarecimento;
IV – instruir os processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação com a documentação exigida pela Resolução n° 028/2020-TCE/RN;
V – operar os sistemas eletrônicos de contratação e efetuar as publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas nos prazos do art. 94 da Lei n° 14.133/2021;
VI – executar a remessa dos dados ao SIAI-Licitações no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da publicação do edital, do extrato de dispensa ou inexigibilidade ou da formalização do contrato;
VII – elaborar as minutas de editais e respectivos anexos, submetendo-as previamente ao exame jurídico;
VIII – executar as pesquisas de preços e elaborar os mapas comparativos que fundamentem o valor estimado da contratação;
IX – manter organizados e integralmente autuados os autos dos processos de contratação;
X – exercer a função de pregoeiro quando assim designado pela autoridade competente.
Impedimentos e vedações: Vedada a designação como gestor ou fiscal do contrato decorrente do certame que houver conduzido, em observância à segregação de funções.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Requisitos de investidura: Certificado de conclusão do ensino médio e conhecimento de informática básica.

Descrição sumária: Executar as rotinas administrativas, a instrução processual e a liquidação documental da despesa, prestando apoio técnico às unidades da estrutura administrativa.
Atribuições:
I – executar as rotinas administrativas da unidade em que lotado;
II – autuar, numerar, instruir e movimentar os processos administrativos, zelando pela integridade dos autos;
III – elaborar ofícios, memorandos, certidões, declarações e demais expedientes de rotina;
IV – executar a liquidação documental da despesa, conferindo notas fiscais, certidões de regularidade e atestos de recebimento;
V – operar os sistemas administrativos, de protocolo e de gestão documental;
VI – executar o controle do almoxarifado e registrar as entradas e saídas de material;
VII – manter organizado o arquivo corrente e proceder à transferência da documentação ao arquivo intermediário;
VIII – atender ao público e prestar informações de natureza administrativa;
IX – executar o apoio administrativo às sessões plenárias e às reuniões de comissões, quando designado.
Impedimentos e vedações:Não há impedimentos ou vedações específicos além dos aplicáveis, em geral, aos servidores do quadro.

COPEIRO
Requisitos de investidura: Certificado de conclusão do ensino fundamental.
Descrição sumária: Executar os serviços de copa e o apoio às sessões, reuniões e audiências realizadas nas dependências da Câmara Municipal.
Atribuições:
I – executar os serviços de copa e cozinha nas dependências da Câmara;
II – preparar e servir café, água e demais itens nas sessões plenárias, reuniões de comissões e audiências públicas;
III – manter a higiene dos utensílios, dos equipamentos e do ambiente de copa;
IV – controlar o estoque dos gêneros de copa e comunicar a necessidade de reposição;
V – zelar pela guarda e conservação dos equipamentos sob sua responsabilidade;
VI – observar as normas sanitárias e de segurança alimentar aplicáveis.
Impedimentos e vedações:Não há impedimentos ou vedações específicos além dos aplicáveis, em geral, aos servidores do quadro.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Requisitos de investidura: Certificado de conclusão do ensino fundamental.
Descrição sumária: Executar os serviços de limpeza, higienização e conservação das dependências, instalações e mobiliário da Câmara Municipal.
Atribuições:
I – executar a limpeza, a higienização e a conservação das dependências, do mobiliário e das instalações;
II – executar a coleta e a destinação dos resíduos, observada a separação para reciclagem;
III – preparar o plenário e as salas de reunião antes das sessões e reuniões;
IV – executar pequenos serviços de manutenção predial que não exijam habilitação técnica específica;
V – controlar o material de limpeza e comunicar a necessidade de reposição;
VI – proceder à abertura e ao fechamento das dependências, zelando pela segurança patrimonial durante o expediente;
VII – executar os serviços de carga, descarga e movimentação de mobiliário e materiais.
Impedimentos e vedações:Não há impedimentos ou vedações específicos além dos aplicáveis, em geral, aos servidores do quadro.

II — CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DIRETOR GERAL
Requisitos de investidura: Diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado.
Descrição sumária: Dirigir a estrutura administrativa da Câmara Municipal, respondendo perante a Presidência pelo seu regular funcionamento.
Atribuições:
I – dirigir a estrutura administrativa da Câmara, respondendo perante a Presidência pelo seu funcionamento;
II – planejar as ações administrativas e propor à Mesa Diretora as medidas necessárias à sua execução;
III – coordenar as unidades finalísticas e de apoio, harmonizando as respectivas atuações;
IV – supervisionar o cumprimento, pelas unidades, dos prazos legais e regulamentares;
V – avaliar os expedientes submetidos à Presidência e emitir manifestação conclusiva;
VI – propor à Presidência a designação de gestores e fiscais de contratos;
VII – orientar os servidores quanto às diretrizes administrativas fixadas pela Mesa Diretora;
VIII – representar a Câmara, por delegação da Presidência, em atos de natureza administrativa;
IX – responder pela execução do plano de providências decorrentes das decisões dos órgãos de controle.
Impedimentos e vedações:Não há impedimentos ou vedações específicos além dos aplicáveis, em geral, aos cargos de direção.

DIRETOR DE FINANÇAS
Requisitos de investidura: Diploma de curso superior, com pelo menos 01 ano de experiência na área.
Descrição sumária: Dirigir a execução orçamentária e financeira da Câmara Municipal e responder pelas informações financeiras prestadas aos órgãos de controle.
Atribuições:
I – dirigir a execução orçamentária e financeira da Câmara;
II – planejar o fluxo de caixa e propor à Presidência a programação financeira do exercício;
III – autorizar, nos limites da delegação recebida, os atos de execução da despesa;
IV – supervisionar a observância da ordem cronológica de pagamentos, na forma da Resolução n° 011/2024-TCE/RN;
V – avaliar a compatibilidade da despesa com a dotação orçamentária e propor a abertura de créditos adicionais;
VI – coordenar a apuração e a devolução do saldo do duodécimo e propor à Presidência o respectivo cronograma;
VII – responder pelas informações de natureza financeira prestadas aos órgãos de controle;
VIII – orientar a unidade quanto à correta instrução dos processos de despesa.
Impedimentos e vedações:Não há impedimentos ou vedações específicos além dos aplicáveis, em geral, aos cargos de direção.

DIRETOR CONTÁBIL
Requisitos de investidura: Diploma de bacharel em Ciências Contábeis e registro regular no Conselho Regional de Contabilidade.

Descrição sumária: Dirigir a política contábil da Câmara Municipal, exercendo a função macro da área: planejamento, avaliação, aprovação e representação institucional, sem sobreposição com a execução da escrituração, atribuída ao cargo efetivo de Contador.
Atribuições:
I – dirigir a política contábil da Casa e responder pela sua conformidade com as normas de contabilidade aplicadas ao setor público;
II – planejar o calendário de encerramento do exercício e de elaboração da prestação de contas;
III – coordenar a elaboração das demonstrações contábeis e da prestação de contas anual;
IV – avaliar e aprovar os demonstrativos antes do encaminhamento aos órgãos de controle;
V – supervisionar a consistência entre a escrituração e os dados remetidos aos sistemas do Tribunal de Contas;
VI – propor à Presidência as medidas de adequação às normas contábeis e às deliberações do controle externo;
VII – representar a Casa perante os órgãos de controle e o conselho profissional em matéria contábil;
VIII – fixar as diretrizes de política contábil a serem observadas na execução, sem interferência na responsabilidade técnica privativa do Contador.
Impedimentos e vedações: Vedada a execução direta da escrituração contábil e dos registros. São privativas e indelegáveis do cargo efetivo de Contador a escrituração, a elaboração e a assinatura das demonstrações contábeis e a remessa dos dados contábeis aos sistemas do Tribunal de Contas, na condição de profissional habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, vedada a sua avocação ou substituição por este cargo.

PROCURADOR-GERAL
Requisitos de investidura: Diploma de bacharel em Direito e inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil.
Descrição sumária: Dirigir a Procuradoria Jurídica, representar judicial e extrajudicialmente a Câmara Municipal, uniformizar as teses institucionais e assessorar juridicamente a Mesa Diretora e a Presidência. Ocupa o vértice da hierarquia da unidade, à qual se subordinam os Procuradores Adjuntos e, por meio destes, o Procurador.
Atribuições:
I – dirigir a Procuradoria Jurídica da Câmara e responder pela sua atuação institucional;
II – representar judicial e extrajudicialmente a Câmara Municipal, subscrevendo as peças processuais;
III – assessorar juridicamente a Mesa Diretora, a Presidência e as comissões nas matérias de natureza política e institucional;
IV – uniformizar as teses jurídicas da Casa e decidir sobre a orientação institucional a ser adotada;
V – aprovar, ou dela divergir por ato escrito e fundamentado, a manifestação técnica firmada pelo Procurador;
VI – propor a instauração de processos administrativos disciplinares e a designação das respectivas comissões;
VII – distribuir aos Procuradores Adjuntos as atribuições de assessoramento e fixar-lhes as diretrizes de atuação;
VIII – responder pelas manifestações jurídicas encaminhadas em nome da Casa.
Impedimentos e vedações: Vedada a emissão dos pareceres privativos do cargo efetivo de Procurador. A adoção de orientação divergente do parecer técnico depende de ato escrito e fundamentado, do qual decorre a assunção da responsabilidade pela tese adotada.

GERENTE DE LICITAÇÕES
Requisitos de investidura: Diploma de curso superior completo.
Descrição sumária: Coordenar a Gerência de Licitações e Contratos, planejar as contratações da Casa e responder pela gestão dos contratos celebrados.
Atribuições:
I – coordenar a Gerência de Licitações e Contratos;
II – planejar as contratações da Casa e propor o plano de contratações anual;
III – supervisionar a instrução dos processos de contratação e a observância dos prazos de publicidade;
IV – avaliar a adequação dos estudos técnicos preliminares e dos termos de referência;
V – propor à autoridade competente a designação do agente de contratação e da equipe de apoio;
VI – coordenar a gestão dos contratos e consolidar os relatórios de fiscalização;
VII – orientar as unidades demandantes quanto à formalização e ao planejamento das demandas;
VIII – responder pelas informações prestadas aos órgãos de controle em matéria de contratações.
Impedimentos e vedações: Vedada a condução direta dos procedimentos licitatórios, privativa do Agente de Contratação, na forma do art. 8° da Lei n° 14.133/2021.

PROCURADOR ADJUNTO
Requisitos de investidura: Diploma de bacharel em Direito e inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil.
Descrição sumária: Assessorar o Procurador-Geral na direção da Procuradoria Jurídica e, por delegação deste, a Mesa Diretora, a Presidência e as comissões, e substituí-lo em suas ausências e impedimentos. Situa-se, na hierarquia da unidade, abaixo do Procurador-Geral e acima do Procurador.
Atribuições:
I – assessorar o Procurador-Geral na direção da Procuradoria Jurídica;
II – assessorar juridicamente, por delegação do Procurador-Geral, a Mesa Diretora, a Presidência e as comissões;
III – propor ao Procurador-Geral as teses e as orientações institucionais a serem uniformizadas;
IV – submeter ao Procurador-Geral, com a respectiva proposta de encaminhamento, as matérias de repercussão institucional;
V – representar a Procuradoria Jurídica, por delegação, em atos, audiências e reuniões;
VI – coordenar a distribuição dos trabalhos internos da unidade, sem interferência no conteúdo técnico dos pareceres privativos;
VII – substituir o Procurador-Geral em suas ausências e impedimentos;
VIII – responder pelas orientações de assessoramento que emitir.
Impedimentos e vedações: Vedada a emissão dos pareceres privativos do cargo efetivo de Procurador, bem como a sua avocação, revisão ou substituição. Vedado o exercício da advocacia contra a Fazenda Pública Municipal e o patrocínio de interesses conflitantes com os da Câmara.

CHEFE DE CONTROLADORIA
Requisitos de investidura: Diploma de curso superior em Ciências Contábeis, Administração, Direito ou Ciências Econômicas.
Descrição sumária: Chefiar administrativamente a Unidade de Controle Interno, com reporte direto à autoridade máxima do órgão, provendo-lhe as condições materiais de funcionamento e articulando a sua atuação com as demais unidades, sem ingerência sobre o conteúdo técnico dos trabalhos, privativo do Controlador Interno.
Atribuições:
I – chefiar administrativamente a Unidade de Controle Interno, reportando-se diretamente à autoridade máxima do órgão;
II – submeter à Presidência, elaborado pelo Controlador Interno, o plano anual de auditoria interna;
III – prover a Unidade das condições materiais, tecnológicas e de capacitação necessárias à execução dos trabalhos;

IV – articular a atuação da Unidade com as demais unidades administrativas e assegurar-lhe o acesso irrestrito a documentos, sistemas e informações;
V – encaminhar à Presidência, sem alteração de conteúdo, os relatórios, certificados e pareceres firmados pelo Controlador Interno;
VI – propor à Presidência as medidas administrativas decorrentes das recomendações expedidas pela Unidade e acompanhar-lhes o cumprimento;
VII – representar institucionalmente a Unidade perante os órgãos de controle externo, ressalvadas as comunicações técnicas privativas do Controlador Interno;
VIII – acompanhar os prazos de remessa aos sistemas do Tribunal de Contas e reportar as pendências à Presidência.
Impedimentos e vedações:São privativos e indelegáveis do cargo efetivo de Controlador Interno os trabalhos de auditoria, o Certificado de Auditoria e a subscrição do Relatório de Gestão Fiscal, vedada a sua avocação, revisão, substituição ou retenção por este cargo ou por qualquer autoridade da Casa. O Controlador Interno reporta-se diretamente ao Presidente quanto ao conteúdo técnico dos seus trabalhos, na forma da Resolução n° 018/2022-TCE/RN. Vedada a subordinação da Unidade a qualquer setor por ela fiscalizado e vedada a terceirização da execução e da assinatura dos trabalhos.

SUPERVISOR DE RECURSOS HUMANOS
Requisitos de investidura: Certificado de conclusão do ensino médio e experiência comprovada de, no mínimo, 1 (um) ano em atividade compatível.
Descrição sumária: Supervisionar a gestão de pessoal da Câmara Municipal e responder pelas informações funcionais prestadas aos órgãos de controle.
Atribuições:
I – supervisionar a gestão de pessoal da Câmara;
II – coordenar a elaboração da folha de pagamento e avaliar a sua consistência antes do encaminhamento à ordenação;
III – propor à Presidência os atos de provimento, vacância, concessão de vantagens e apuração de frequência;
IV – supervisionar a alimentação do SIAI-DP e do SIAI-Quadro e responder pela tempestividade das remessas;
V – orientar os servidores quanto a direitos, deveres e obrigações funcionais;
VI – propor o plano anual de capacitação dos servidores;
VII – coordenar o processo de avaliação do estágio probatório e avaliar os respectivos resultados;
VIII – responder pelas informações de pessoal prestadas aos órgãos de controle.
Impedimentos e vedações:Não há impedimentos ou vedações específicos além dos aplicáveis, em geral, aos cargos de chefia.

SUPERVISOR DE COMUNICAÇÃO
Requisitos de investidura: Certificado de conclusão do ensino médio e experiência comprovada de, no mínimo, 1 (um) ano em atividade compatível.
Descrição sumária: Supervisionar a comunicação institucional da Câmara Municipal e responder pela conformidade dos conteúdos divulgados.
Atribuições:
I – supervisionar a comunicação institucional da Câmara;
II – planejar a divulgação das atividades legislativas e institucionais;
III – coordenar a cobertura das sessões plenárias, audiências públicas e eventos;
IV – avaliar os conteúdos divulgados quanto à observância dos princípios da publicidade e da impessoalidade;
V – propor as diretrizes de identidade visual e de linguagem institucional;
VI – supervisionar a atualização dos conteúdos comunicacionais do portal da Casa;
VII – orientar as unidades quanto à prestação de informações ao Serviço de Informação ao Cidadão;
VIII – responder pela conformidade da comunicação institucional com a Lei n° 12.527/2011.
Impedimentos e vedações:Não há impedimentos ou vedações específicos além dos aplicáveis, em geral, aos cargos de chefia.

SUPERVISOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Requisitos de investidura: Certificado de conclusão do ensino médio e experiência comprovada de, no mínimo, 1 (um) ano em atividade compatível.
Descrição sumária: Supervisionar a infraestrutura de tecnologia da informação da Câmara Municipal e responder pela política de segurança da informação.
Atribuições:
I – supervisionar a infraestrutura de tecnologia da informação da Casa;
II – planejar a política de segurança da informação e propor as respectivas normas;
III – coordenar a manutenção dos sistemas, do sítio eletrônico e do portal da transparência;
IV – propor a contratação de soluções tecnológicas e avaliar os requisitos técnicos das respectivas especificações;
V – supervisionar a política de acessos individualizados, vedado o compartilhamento de credenciais;
VI – coordenar a rotina de cópias de segurança e o plano de continuidade dos serviços;
VII – orientar os servidores quanto ao uso regular dos recursos de tecnologia;
VIII – responder pela conformidade do tratamento de dados pessoais com a Lei n° 13.709/2018.
Impedimentos e vedações:Não há impedimentos ou vedações específicos além dos aplicáveis, em geral, aos cargos de chefia.

ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA
Requisitos de investidura: Certificado de conclusão do ensino médio e experiência comprovada de, no mínimo, 1 (um) ano em atividade compatível.
Descrição sumária: Assessorar diretamente o Presidente da Câmara Municipal no exercício de suas atribuições institucionais.
Atribuições:
I – assessorar diretamente o Presidente no exercício de suas atribuições;
II – avaliar e triar as demandas dirigidas à Presidência, propondo o respectivo encaminhamento;
III – propor a agenda institucional e a pauta de audiências da Presidência;
IV – articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas por determinação da Presidência;
V – acompanhar as demandas formuladas pelos Vereadores junto à Presidência;
VI – assessorar a Presidência na representação institucional da Casa;
VII – propor as medidas de encaminhamento do expediente da Presidência.
Impedimentos e vedações:Não há impedimentos ou vedações específicos além dos aplicáveis, em geral, aos cargos de assessoramento.

COORDENADOR DO SETOR LEGISLATIVO
Requisitos de investidura: Diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado.
Descrição sumária: Coordenar o setor de apoio ao processo legislativo e responder pela guarda e integridade do acervo legislativo da Casa.
Atribuições:
I – coordenar o setor de apoio ao processo legislativo;
II – supervisionar a organização da pauta e do expediente das sessões plenárias;
III – avaliar a regularidade formal das proposições quanto aos requisitos regimentais;
IV – coordenar o apoio técnico às comissões permanentes e temporárias;
V – supervisionar o controle da tramitação e o cumprimento dos prazos regimentais;
VI – propor à Mesa Diretora as medidas de aperfeiçoamento do processo legislativo;
VII – responder pela guarda e pela integridade do acervo legislativo da Casa.
Impedimentos e vedações:Não há impedimentos ou vedações específicos além dos aplicáveis, em geral, aos cargos de chefia.

ASSESSOR LEGISLATIVO
Requisitos de investidura: Certificado de conclusão do ensino médio e experiência comprovada de, no mínimo, 1 (um) ano em atividade compatível.
Descrição sumária: Assessorar as comissões, a Mesa Diretora e os Vereadores na formulação técnico-legislativa das proposições.
Atribuições:
I – assessorar as comissões e os Vereadores na formulação técnico-legislativa das proposições;
II – avaliar a técnica legislativa das proposições à luz da Lei Complementar n° 95/1998;
III – propor a redação final dos textos aprovados;
IV – assessorar a Mesa Diretora na condução dos trabalhos em plenário quanto à matéria regimental;
V – orientar quanto aos precedentes regimentais firmados pela Casa;
VI – propor a consolidação e a atualização da legislação municipal.
Impedimentos e vedações:Não há impedimentos ou vedações específicos além dos aplicáveis, em geral, aos cargos de assessoramento.

ANEXO IV
COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Unidade	Competências
Unidade de Controle Interno	Elaborar e executar o plano anual de auditoria interna; verificar a conformidade dos atos de gestão; emitir o Certificado de Auditoria e o Parecer Conclusivo; alimentar e conferir os sistemas do controle externo; manter o mapa de riscos e o respectivo plano de ação; representar ao Tribunal de Contas nas hipóteses regulamentares
Procuradoria Jurídica	Representar judicial e extrajudicialmente a Câmara; prestar consultoria e assessoramento jurídico à Mesa Diretora, à Presidência e às comissões; examinar previamente editais, contratos, convênios e demais ajustes; examinar a legalidade dos atos de pessoal; instruir processos administrativos disciplinares
Assessoria da Presidência	Assessorar diretamente o Presidente; promover a articulação institucional; preparar o expediente da Presidência; acompanhar as demandas encaminhadas pelos Vereadores e pelos órgãos externos
Diretoria Geral	Coordenar as unidades finalísticas e de apoio; supervisionar o cumprimento dos prazos legais e regulamentares; consolidar os expedientes submetidos à Presidência; gerir a rotina administrativa da Casa
Diretoria Contábil	Dirigir a política contábil; elaborar e assinar as demonstrações contábeis; consolidar a prestação de contas anual; executar a escrituração e os registros contábeis e patrimoniais; efetuar as conciliações; controlar a depreciação; alimentar os sistemas de remessa
Diretoria de Finanças	Executar o orçamento e as finanças; empenhar, liquidar e pagar; observar a ordem cronológica de pagamentos; efetuar a conciliação bancária; controlar o recebimento do duodécimo e a devolução do saldo; instruir e autuar os processos de despesa
Gerência de Licitações e Contratos	Elaborar o plano de contratações anual; instruir os estudos técnicos preliminares e os termos de referência; conduzir os procedimentos licitatórios e as contratações diretas; publicar no Portal Nacional de Contratações Públicas; gerir e fiscalizar os contratos
Coordenação do Setor Legislativo	Organizar a pauta e o expediente das sessões plenárias; prestar apoio técnico às comissões; redigir e controlar a tramitação das proposições; lavrar as atas; guardar o acervo legislativo
Supervisão de Recursos Humanos	Gerir os atos de pessoal; elaborar e conferir a folha de pagamento; controlar frequência, férias e licenças; alimentar o SIAI-DP e o SIAI-Quadro; instruir os processos de provimento e vacância
Supervisão de Comunicação	Promover a comunicação institucional; manter os conteúdos comunicacionais do portal; realizar a cobertura das sessões; atender ao Serviço de Informação ao Cidadão em articulação com a Ouvidoria
Supervisão de Tecnologia da Informação	Administrar a infraestrutura de tecnologia; manter os sistemas e o sítio eletrônico; gerir a segurança da informação e a política de acessos individualizados; prestar suporte técnico às sessões e ao processo legislativo eletrônico
Apoio Operacional	Conduzir os veículos oficiais e controlar o abastecimento e a quilometragem; prestar os serviços de copa e o apoio às sessões e reuniões; executar a limpeza, a conservação e a zeladoria das dependências

Palácio Wilson Galvão, Tibau do Sul/RN, 10 de setembro de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:45DFBF6F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 050/2026

DECRETO Nº 050/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 753.493,70 (setecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e setenta centavos) para reforço de dotações consignadas no Orçamento Geral do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64;

CONSIDERANDO que a evolução da receita e a tendência do seu crescimento para o fechamento do exercício, conforme demonstrado no Anexo I a este Ato e, que encontram amparo no inciso II do § 1º e § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64;

CONSIDERANDO que, a suplementação, ora realizada, é necessária para a continuidade dos serviços públicos que é um dos princípios estabelecidos no Direito Administrativo para os entes públicos, universalmente aceito e abrigado na doutrina pátria;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Credito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, do corrente exercício, no valor de R$ 753.493,70 (setecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e setenta centavos) proveniente do Excesso de Arrecadação, destinados a atender as dotações especificadas abaixo:

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**753.493,70**
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO					**60.000,00**
	2141 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO				**60.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
06 .001 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					**330.000,00**
	2067 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
	1016 PERFURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POÇOS TUBULARES E CATA VENTOS				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
	1028 APOIO AS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO				**250.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	250.000,00
07 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**150.000,00**
	2107 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**150.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
08 .001 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO					**80.000,00**
	2015 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
	2019 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL - PNAE				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
09 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**83.493,70**
	2093 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**83.493,70**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	53.493,70
10 .001 SEC. MUN. TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO					**50.000,00**
	2062 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo 1º, serão utilizados recursos, conforme Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64, demonstrado no Anexo I - Metodologia de Cálculo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Upanema/RN, 09 de setembro de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

ANEXO I

DECRETO Nº 050 DE 09 DE SETEMBRO DE 2026	
ANEXO I	
METODOLOGIA DE CÁLCULO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO	
Código de Classificação/Receita:	1.1.1.4.51.1.1.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza -Principal
Fontes:	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
2026	**TOTAL**
Receita Orçada (jan à dez/2026):	1.600.000,000
Receita Arrecadada (jan a ago/2026):	2.353.493,700
Excesso de Arrecadação do Exercício (jan à ago/2026):	753.493,700
Créditos Adicionais Extraordinários (jan a ago/2026)	0,000
Excesso de Arrecadação Utilizado (jan a ago/2026):	0,000
Excesso de Arrecadação a Utilizar:	753.493,700
Excesso de Arrecadação a Utilizar:	**R$ 753.493,70**

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:B98E8999

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO FINAL

PROCESSO SELETIVO PARA DIRETORES E VICE-DIRETORES ESCOLARES
A Comissão Organizadora do Processo Seletivo para Diretores e Vice-Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino de Várzea/RN torna público oresultado final, apurado conforme os critérios e a fórmula de cálculo estabelecidos no edital.

Nº	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	CARGO	UNIDADE ESCOLAR	ETAPA I	ETAPA II	ETAPA III	NOTA FINAL	CLASSIF.	SITUAÇÃO
01	Ariane Rosa da Fonseca	Diretora	E. M. Padre João Maria	10,0	10,0	9,5	9,83	1ª	Aprovada e classificada
02	Maria Jucilene Rodrigues Oliveira	Vice-Diretora	E. M. Padre João Maria	10,0	10,0	8,0	9,33	1ª	Aprovada e classificada
03	Carlos Adriano Ribeiro da Silva	Diretor	E. M. Plácido Tomaz de Lima	10,0	10,0	10,0	10,00	1ª	Aprovado e classificado
04	DaianaDarllenda Silva Souza	Vice-Diretora	E. M. Plácido Tomaz de Lima	10,0	10,0	10,0	10,00	1ª	Aprovada e classificada
05	Maria JoséCaccianodos Santos	Diretora	E. M. Senador Dinarte Mariz	10,0	10,0	8,0	9,33	1ª	Aprovada e classificada
06	Natália Cristina de Medeiros Araújo Cruz	Vice-Diretora	E. M. Senador Dinarte Mariz	10,0	10,0	6,0	8,67	1ª	Aprovada e classificada
07	MariaKhrisleineOliveira Silva	Vice-Diretora	E. M. Plácido Tomaz de Lima	10,0	Não pontuou	Não pontuou	-	-	Eliminada

Nota final: NF = (Etapa I + Etapa II + Etapa III) / 3.
O presente resultado encerra a fase de classificação do processo seletivo, sem prejuízo das demais disposições previstas no edital.

Várzea/RN, 11 de setembro de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO

***VÂNIA PEREIRA DE LIMA* |**

***JOSÉ ROBERTO BELO DA SILVA* |**

***MARIA EDUARDA AGUSTO DA SILVA ALVES* |**

***EDIVANIOBELO DA SILVA* |**

ROSENILDAMENDES GONZAGA CLEMENTE

Publicado por:
Norádia Faustino de Almeida Oliveira
Código Identificador:4F52C170



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 462 2026 LDO 2027 JUNDIA RN

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ
CNPJ – 04.214.217/0001/55
Rua da Matriz, 280 - Centro

LEI Nº 462/2026.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município de Jundiá/RN para o exercício de 2027, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIÁ, Estado do Rio Grande do Norte. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a seguinte Lei.
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Jundiá/RN para o exercício de 2027 será elaborado e executado segundo as diretrizes estabelecidas nesta Lei, em cumprimento ao § 2º do art. 165 da Constituição Federal e ao art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

I. Das Metas Prioridades da Administração Pública Municipal;
II. Da Estrutura e Organização dos Orçamentos;
III. Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Destinadas ao Poder Legislativo, incluídos os Créditos Adicionais;
IV. Das diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
V. Das disposições sobre receitas públicas municipais e alterações na legislação tributária;
VI. Das disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VII. Das disposições sobre a dívida pública municipal;
VIII. Das metas e riscos fiscais;
IX. Das disposições finais.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2027 compreendem as ações e programas estabelecidos no Plano Plurianual, priorizando:
§ 1º – As metas e prioridades constantes nos anexos definido pelo Plano Plurianual 2026-2029, de que trata este artigo, possui caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo, a lei orçamentária anual atualizá-las.
§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2027, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas de acordo com identificação constante do PPA 2026-2029, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2027 será
dada prioridade:

I – Às políticas de inclusão;
II – Ao atendimento integral à criança e ao adolescente;
III – À austeridade na gestão dos recursos públicos;
IV – À promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
V – À promoção do desenvolvimento urbano e rural, e
VI – À conservação e à revitalização do ambiente natural.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2027 deve assegurar os princípios da justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:

I- O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;
II- O princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e
III- O princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 4º - para efeito desta lei, entende-se por:

I – Função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;
II – Subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
III- Programa: o instrumento de organização da atuação governamental visando à realização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
IV- Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente, resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;
V- Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental; e
VI- Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resultam um período e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

Art. 5º - A mensagem do Poder Executivo que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, no prazo previsto na Lei Orgânica Municipal, será composta de:

I- Texto da lei;
II - Quadros orçamentários consolidados e anexos dos orçamentos, fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único - Integrarão os anexos e quadros orçamentários consolidados a que se refere este artigo, os exigidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º – O orçamento fiscal, incluídos os de autarquias, fundações e fundos com contabilidade descentralizada, discriminará a despesa em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64, a Portaria nº 42/99, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Portaria Interministerial nº 163/01, e suas alterações posteriores.

§ 1º - Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se expressam, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2026-2029.

§ 2º - As Categorias econômicas estão assim detalhadas:

I – Despesas Correntes – 3; e
II – Despesas de Capital – 4.

§ 3º - Na indicação do grupo de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações posteriores:

I . Pessoal e Encargos Sociais - 1;
II. Juros e Encargos da Dívida - 2;
III. Outras despesas correntes - 3;
IV. Investimentos - 4;

V. Inversões Financeiras - 5;
VI. Amortizações da Dívida – 6; e
VII. Reserva de Contingência - 9.

§ 4º - Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:
I – Transferência à União – 20;
II – Transferência a Estados e ao Distrito Federal – 30;
III – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos – 50;
IV – Transferências a consórcios públicos – 71;
V – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1o e 2o do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012 – 73;
VI – Aplicações diretas – 90; e

VII – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – 91.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO, INCLUÍDOS OS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 7º - Para fins do disposto neste Capítulo, o Poder Legislativo Municipal e os demais órgãos da administração indireta encaminharão ao Poder Executivo, até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto na Lei Orgânica Municipal, suas respectivas propostas orçamentárias, para consolidação do projeto de lei orçamentária anual, observadas as disposições desta Lei.

Art. 8º - O Poder Legislativo Municipal terá como limite de despesas para o exercício de 2027, para efeito de elaboração de sua proposta orçamentária, aqueles definidos pelo art. 29-A da Constituição da República.

§ 1º - Para fins do cálculo de que trata o caput deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até 31 de julho de 2026, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício de 2026.

§ 2º - Ao término do exercício será apurada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, estabelecendo-se as seguintes alternativas quanto à base de cálculo utilizada:

I- Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Poder Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo;

II- Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, prevalecerá, como limite, o valor fixado pelo Poder Legislativo.

Art. 9º - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive aqueles oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso elaborado pelo Poder Executivo, observados os limites anuais referentes à receita tributária e às transferências previstas no art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2026, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite dos seus créditos orçamentários.

Art. 10 – A execução orçamentária do Poder Legislativo e dos demais órgãos da Administração Indireta, será independente, devendo observar as regras definidas no Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020 – SIAFIC.

Parágrafo único. Os órgãos mencionados no caput deverão enviar ao Poder Executivo até o décimo quinto dia do mês subsequente, conforme art. 7º da Resolução nº 011/2016, as demonstrações da execução orçamentária e contábil para integração à contabilidade geral do Município, em atendimento às determinações do Tribunal de Contas do Estado e da Matriz de Saldos Contábeis.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 - A elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2027 deverão ser realizadas de modo a assegurar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como visando à obtenção dos resultados fiscais previstos na Lei Complementar nº 101/2000, garantindo o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Primeiro - Para atender ao art. 8º da Lei Complementar º 101/2000, os Poderes Legislativo, Executivo e demais órgãos da Administração Indireta, deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2027, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes no mesmo, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Parágrafo Segundo - Os orçamentos, fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa, com relação à sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza da despesa (GND) até a Modalidade de Aplicação (MA), de acordo com o que dispõe o artigo 6º da Portaria Interministerial nº 163, de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo Terceiro - A Lei Orçamentária para o exercício de 2027, evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, desdobrando as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais, até a Modalidade de Aplicação (MA), tudo em conformidade com as Portarias MOG No 42/1999, Interministerial Nº 163/2001.

Art. 12 – O orçamento do Município para o exercício de 2027 será elaborado de forma a garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e assegurar a viabilização da capacidade própria de investimentos.

Art. 13 – A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão elaboradas levando em consideração a média ponderada dos últimos três exercícios financeiros, excetuadas as receitas definidas pelo seu valor per capita, pelas transferências fundo a fundo e pelos convênios, acrescidas de atualização, quando necessário.

Art. 14 – O Município poderá conceder ajuda financeira, prevista na Lei Orçamentária Anual, a título de "subvenções sociais", auxílio financeiro, contribuições a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham as seguintes condições:

I- Sejam de atendimento direto ao público, em funções compatíveis com as de responsabilidade do Município;
II- Sejam associações, organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil de interesse públicos e/ou organizações sociais; e
III- Sejam entidades do Terceiro Setor.

Parágrafo Único – Os repasses de recursos serão efetivados por meio de convênios, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/00, de 4 de maio de 2000.

Art. 15 – O Município poderá transferir recursos financeiros, a título de contribuições, para entidades privadas com ou sem fins lucrativos, por meio de convênio, conforme disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/00, de 4 de maio de 2000.

Art. 16 – O projeto de lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, a:

I- Suplementar as dotações orçamentárias de atividades, projetos e operações especiais, estabelecendo limite de até quarenta por cento da despesa fixada para o exercício de 2027, utilizando como fonte os recursos definidos no § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
II- Transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na LOA 2027 e em créditos adicionais, mediante decreto, até o limite de quarenta por cento da despesa fixada, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática e o respectivo produto, assim como o correspondente detalhamento por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

§ 1º - A suplementação prevista no inciso I deste artigo destina-se a cobrir insuficiência de saldo de projetos, atividades e/ou operações especiais que necessitem de reforço orçamentário.

§ 2º - A suplementação orçamentária prevista no art. 43 da Lei nº 4.320/64 poderá ser realizada tendo como fonte o montante do excesso de arrecadação apurado por fonte de recursos.

§ 3º - O excesso de arrecadação decorrente do recebimento de recursos de convênios não previstos no orçamento, ou previstos a menor, poderá ser utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares previstos na Lei Orçamentária para o ano de 2027, por ato do Executivo Municipal.
§ 4º - A proposta orçamentária para o exercício de 2027 trará autorização para abertura de créditos adicionais em até quarenta por cento da despesa geral fixada.

§ 5º - A movimentação de crédito dentro do mesmo Grupo de Natureza da Despesa (GND), de um elemento para outro, ou de uma fonte de recurso para outra, não integrará o limite definido no parágrafo anterior, devendo ser efetivada por meio de ofício, resolução, portaria ou decreto dos Poderes Executivo ou Legislativo.

§ 6º - Os créditos adicionais suplementares abertos para cobertura de despesas com pessoal serão excluídos do limite definido no § 4º desta Lei.

§ 7º - Os créditos adicionais abertos cuja fonte utilizada para sua anulação seja o superávit financeiro verificado no exercício anterior, ou o excesso de arrecadação, serão excluídos do limite definido no § 4º desta Lei, bem como sua despesa da execução orçamentária do exercício corrente.

Art. 17 – O limite suplementar autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

I – Atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações;

II – Suprir o pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes da anulação de dotações;
III – Atender insuficiências de dotações destinadas a atender as áreas da Educação, Saúde e Assistência Social;
IV – Atender dotações referentes ao produto de operações de crédito autorizadas, conforme inciso IV, § 1º, do Art. 43 da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964;
V – Incorporar os saldos financeiros apurados em 31.12.2026, bem como o excesso de arrecadação de recursos, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.
Art. 18 – A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições da Constituição Federal (art. 166, § 3º, inciso II, alíneas "a", "b", "c", e § 4º), devendo ser devolvida para sanção do Poder Executivo devidamente consolidada, na forma de lei.
Art. 19 - O Poder Executivo Municipal publicará, após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo da execução orçamentária do período, no qual constarão os dados de receitas e despesas municipais, e, quadrimestral ou semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal, no qual constarão o gasto com pessoal e o controle das despesas com dívida, garantias e restos a pagar.
Art. 20 - Para atendimento do limite de distribuição dos recursos do FUNDEB, em caso que não seja aplicado o percentual de 70% dos recursos com os profissionais da educação, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder abono e/ou rateio salarial aos profissionais para o cumprimento do que determina a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.
Art. 21 - Fica autorizada a realização de concurso público para preenchimento de vagas na administração municipal, que o promoverá visando o atendimento das necessidades funcionais, e o provimento dos candidatos aprovados, no período da validade do certame, como também processos seletivos.
Art. 22 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e parcerias com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, visando o reforço da segurança pública.

Art. 23 - A Lei Orçamentária Anual conterá dotação para Reserva de Contingência, no valor equivalente a no máximo 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o ano de 2027, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único – Caso não seja necessária a utilização da reserva de contingência para a sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de junho, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 24 - As alterações que visem reforço de autorização para despesa inicialmente computada de forma insuficiente na Lei Orçamentária, gerando acréscimo no valor da ação orçamentária, serão realizadas mediante autorização do Poder Legislativo para abertura de crédito suplementar e respeitados os objetivos das referidas ações na forma do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, que será aberto por meio de Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo Primeiro – As alterações decorrentes da abertura e da reabertura de créditos adicionais integrarão o quadro de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

Parágrafo Segundo – As alterações nos títulos das ações, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, e os ajustes na codificação orçamentária, decorrentes de necessidade de adequação à classificação vigente ou Estrutura Administrativa do Município, desde que não altere o valor e a finalidade da programação, serão realizadas por meio de decreto do Poder Executivo e, no caso do Poder Legislativo, por portaria do Presidente da Casa.

Art. 25 – A contar da data da sanção ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027, os Poderes Executivo, Legislativo e demais órgãos da Administração Indireta, terão o prazo de 30 (trinta) dias para divulgarem seus respectivos Quadros de Detalhamento da Despesa (QDD), detalhados até "elemento de despesas", nos respectivos Diários Oficiais e demais sítios mantidos na internet.

Parágrafo Único – Os Poderes Executivo, Legislativo e demais órgãos, poderão modificar, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, mantidas as normas constitucionais e legais, por meio de sistemas próprios, as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa dentro do mesmo Projeto ou Atividade, bem como a modalidade de aplicação, elemento de despesa e o identificador de uso das Fontes de Recursos de Contrapartida.

Art. 26 - Os Créditos Adicionais e Extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, serão autorizados por Lei específica abertos por Decreto do Poder Executivo.
Parágrafo Primeiro - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da Constituição Federal.
Parágrafo Segundo - Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos adicionais, autorizados na forma de "caput" deste artigo, desde que não comprometidos como sendo:

I. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II. os provenientes do excesso de arrecadação;

III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
IV. os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federal e estadual; e
V. o produto de operações de crédito autorizadas por lei específica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Art. 27 - Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2027 poderão ser reabertos até o limite de seus saldos remanescentes e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Na hipótese de reabertura de créditos na forma do caput, deverão ser indicados e totalizados, para cada órgão e suas respectivas unidades, em nível de menor categoria de programação, os valores referentes aos saldos dos créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2027, observando-se o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal.

SEÇÃO II
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 28 - O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento e fixará as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como dos demais órgãos e entidades da administração direta e indireta, de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 29 - Na estimativa da receita e na fixação da despesa do orçamento fiscal serão considerados:

I – os fatores conjunturais e estruturais que possam influenciar a produtividade e o desempenho da arrecadação;
II – o aumento ou diminuição dos serviços prestados, as necessidades da administração pública e a tendência observada no exercício; e
III – as alterações tributárias e suas repercussões, conforme disposições constantes nesta Lei.

SEÇÃO III
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
Art. 30 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência geral (RGPS), previdência própria (RPPS), quando existente, e assistência social, contando, entre outros, com os seguintes recursos:

I – as receitas diretamente arrecadadas pelas entidades que integram exclusivamente o orçamento previsto nesta Seção;
II – as transferências de contribuições do Município;
III – as transferências constitucionais e legais vinculadas à seguridade social;

IV – as transferências decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 31 - As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as demais receitas previstas em lei, bem como as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, nos termos da Constituição Federal, observada a classificação definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001.

Art. 32 – A estimativa da receita constante do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2027 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração tributária, com vistas à expansão da base de tributação e ao consequente aumento das receitas próprias do Município.

Art. 33 – A estimativa da receita referida no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, os impactos decorrentes de alterações na legislação tributária, observando-se a capacidade contributiva e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – a revisão e atualização do Código Tributário Municipal;
II – a revisão das isenções de impostos, taxas, incentivos fiscais e demais formas de renúncia de receitas, com aperfeiçoamento dos respectivos critérios;
III – a compatibilização dos valores das taxas com os custos efetivos dos serviços prestados, assegurando eficiência e adequação;
IV – a instituição de taxas relativas a serviços de interesse da comunidade, de forma a garantir fonte adequada de custeio.

§ 1º – Ocorrendo alterações na legislação tributária posteriores ao encaminhamento da Proposta Orçamentária Anual à Câmara Municipal, que impliquem aumento da arrecadação em relação à estimativa prevista, os recursos adicionais serão objeto de projeto de lei específico, visando à abertura de créditos adicionais durante o exercício financeiro de 2027.

Art. 34 – Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional pertinente ou em razão de interesse público relevante, devidamente justificado.

Art. 35 – Os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao valor do crédito, poderão ser cancelados mediante autorização legal, não constituindo renúncia de receita para os fins do § 3º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Art. 36 – Não será permitida, no exercício de 2027, a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária que implique renúncia de receita, salvo quando a medida tiver como finalidade a geração de emprego, renda ou incremento da arrecadação, devidamente demonstrados.

Art. 37 – Caso haja necessidade de concessão de incentivo ou benefício fiscal que implique renúncia de receita, esta deverá ser acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2027 e para os dois subsequentes.

§ 1º – A concessão da renúncia deverá atender a uma das seguintes condições:

I – demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual e que não comprometerá as metas fiscais estabelecidas;

II – apresentação de medidas de compensação, no exercício de 2027 e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita decorrente de elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuições.

§ 2º – A renúncia de receita definida neste artigo compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que reduza tributos, bem como outros benefícios que representem tratamento tributário diferenciado.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PESSOAL

Art. 38 – Os Poderes Executivo, Legislativo e demais órgãos, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como limite para fixação das despesas com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento do mês de junho de 2026, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira e admissões necessárias ao preenchimento de cargos, respeitado o disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 39 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajustes, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

I - Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
II - Se observados os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); e
III - se for respeitada a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, prevista na legislação aplicável.
Art. 40 – Atendidos os requisitos legais, os Poderes Executivo e Legislativo poderão:
I – reorganizar ou reestruturar o quadro de pessoal, com criação, extinção ou transformação de cargos, empregos e funções;
II – realizar concursos públicos e processos seletivos, visando à admissão de pessoal quando necessário à adequada prestação de serviços públicos;

III – conceder reajustes salariais, revisão geral anual e abonos, visando à recomposição das perdas remuneratórias dos servidores.

Art. 41 – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro quadrimestre.

Parágrafo único – Para o cumprimento dos limites estabelecidos no caput, o Poder Executivo adotará, na ordem, as seguintes providências:
I – redução das horas extras realizadas pelos servidores municipais;
II – redução do número de estagiários contratados;
III – redução mínima de 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, seja pela extinção de cargos e funções, seja pela redução dos valores remuneratórios;
IV – exoneração de servidores não estáveis;
V – exoneração de servidores estáveis, desde que ato normativo fundamente a necessidade, especifique a atividade funcional, o órgão ou a unidade administrativa objeto da redução de pessoal, nos termos do art. 169, § 4º da Constituição Federal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 – A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, poderá conter autorização para a contratação de Operações de Crédito, observados o limite de endividamento apurado até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato e os requisitos previstos nos arts. 30, 31 e 32 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 43 – A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização legislativa específica, nos termos do art. 32 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 44 – Ultrapassado o limite de endividamento estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo deverá promover a obtenção do resultado primário necessário mediante limitação de empenho e da movimentação financeira.

Parágrafo único – A limitação de empenho iniciar-se-á pelas despesas de investimento e, caso estas se mostrem insuficientes para atingir o ajuste requerido, a limitação será estendida às despesas de manutenção dos projetos e ações desenvolvidos no âmbito municipal.
Art. 45 – A proposta orçamentária para o exercício de 2027 deverá consignar dotação específica destinada ao pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais, incluindo precatórios, nos termos da legislação pertinente e em conformidade com o disposto no parágrafo único deste artigo.
Parágrafo único – Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal até 1º de julho de 2026 serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2027, conforme determina o art. 100, §1º, da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII
DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 46 – É parte integrante desta Lei o Anexo de Metas Fiscais, no qual estão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, aos resultados nominal e primário, bem como ao montante da dívida pública para o exercício de 2027 e os dois seguintes.
Parágrafo Primeiro – O Anexo de Metas Fiscais será composto pelos demonstrativos definidos pela Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008, e suas alterações.

Parágrafo Segundo – Integra também esta Lei o Anexo de Riscos Fiscais, no qual são avaliados os passivos contingentes e demais riscos capazes de afetar as contas públicas municipais, acompanhado do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, conforme definido pela Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008, e suas alterações.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47 - A proposta orçamentária para o exercício de 2027, será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.

Art. 48 – A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo e demais órgãos, para o exercício de 2027, será entregue ao Poder Executivo, conforme definido no art. 7º desta Lei, para fins de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária anual.

Art. 49 – A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município, oferecendo sugestões ao:

I – Poder Executivo, até 1º de julho de 2026, junto ao Gabinete do Prefeito; e
II – Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

Parágrafo Único – As emendas ao orçamento indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos para sua cobertura, atendendo às demais exigências constitucionais e infraconstitucionais.

Art. 50 – Caso o projeto de lei orçamentária anual não seja encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2026, fica autorizada a execução da proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, conforme a proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.
§ 1º – A utilização dos recursos autorizados neste artigo será considerada como antecipação de créditos à conta da lei orçamentária anual.

§ 2º – Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados pelo Poder Executivo Municipal.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

I – Pessoal e encargos sociais;
II – Serviços da dívida;
III – Compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
IV – Categorias de programação financiadas com recursos de operações de crédito ou transferências voluntárias da União ou do Estado;
V – Categorias de programação financiadas com contrapartida do Município relativa aos recursos previstos no inciso anterior.

Art. 51 - Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins do art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, aquelas cujos valores não ultrapassem os limites destinados à contratação de obras, compras e serviços estabelecidos no art. 182 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 52 – Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração do orçamento, eventuais modificações na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, decorrentes de alterações na legislação federal ou necessárias para melhor definição das classificações, ainda que ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027 ao Poder Legislativo.

Art. 53 – A Lei Orçamentária Anual poderá conter transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação, desde que atendam a interesses locais e observem o art. 62 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 54 – Na ocorrência de Calamidade Pública, reconhecida pela Assembleia Legislativa ou declarada no âmbito do Município, ficam suspensas as regras previstas no art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 55 – O Poder Executivo fica autorizado a firmar consórcios públicos nas áreas de Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

Art. 56 – As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a presente Lei deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:
I - Ampliação da política de Assistência Social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, e, nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;
II – Redução das Desigualdades Raciais, Combate à Pobreza, com a execução de programas sociais de transferência de renda; e
III - Melhoria dos serviços públicos prestados à população, com atenção especial às políticas de Educação, Assistência Social e Saúde.

Art. 57 – Caso a despesa com pessoal ultrapasse os limites estabelecidos na LRF, a adoção de medidas para adequação deverá preservar os setores de Educação, Saúde e Assistência Social.

Art. 58 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jundiá - RN, 09 de setembro de 2026.

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
1. Receita.pdf							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RECEITA					Exercício: **2027**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.918.366,00	40.115.225,53	32.228.338,00	44.529.200,00	47.387.724,00	49.046.294,00	50.762.914,00
Receita Tributária	351.661,00	1.404.970,72	660.500,00	976.000,00	1.010.160,00	1.045.516,00	1.082.109,00
IPTU	3.963,00	11.389,52	5.000,00	5.000,00	5.175,00	5.356,00	5.543,00
ISS	48.844,00	482.697,16	150.000,00	300.000,00	310.500,00	321.368,00	332.616,00
ITBI	3.867,00	15.296,73	5.000,00	1.000,00	1.035,00	1.071,00	1.108,00
IRRF	264.987,00	784.742,26	440.000,00	600.000,00	621.000,00	642.735,00	665.231,00
Taxas	30.000,00	110.845,05	60.500,00	70.000,00	72.450,00	74.986,00	77.611,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	97.000,00	139.789,61	120.000,00	133.000,00	137.655,00	142.473,00	147.460,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições	97.000,00	139.789,61	120.000,00	133.000,00	137.655,00	142.473,00	147.460,00
Receita Patrimonial	141.505,00	238.806,49	111.384,00	116.600,00	120.682,00	124.906,00	129.278,00
Aplicações Financeiras	141.505,00	238.806,49	111.384,00	116.600,00	120.682,00	124.906,00	129.278,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	27.307.550,00	38.300.227,36	31.315.136,00	43.283.600,00	46.098.527,00	47.711.975,00	49.381.894,00
Cota-Parte do FPM	16.140.500,00	20.230.421,54	17.581.659,00	25.122.000,00	27.001.270,00	27.946.314,00	28.924.435,00
Cota-Parte do ICMS	2.860.000,00	4.514.103,59	3.500.000,00	5.200.000,00	5.382.000,00	5.570.370,00	5.765.333,00
Cota-Parte do IPVA	68.200,00	61.983,71	60.000,00	70.000,00	72.450,00	74.986,00	77.611,00
Cota-Parte do ITR	1.154,00	925,66	1.280,00	1.000,00	1.035,00	1.071,00	1.108,00
Transferências da LC nº 61/1989	2.400,00	19.261,71	6.700,00	9.000,00	9.315,00	9.641,00	9.978,00
Transferências do FUNDEB	4.248.700,00	7.895.732,05	5.667.000,00	6.970.000,00	7.513.950,00	7.776.938,00	8.049.131,00
Outras Transferências Correntes	3.986.596,00	5.577.799,10	4.498.497,00	5.911.600,00	6.118.507,00	6.332.655,00	6.554.298,00
Outras Receitas Correntes	20.650,00	31.431,35	21.318,00	20.000,00	20.700,00	21.424,00	22.173,00
Multa e Juros de Mora	50,00	0,00	52,00	1.000,00	1.035,00	1.071,00	1.108,00
Indenizações e Restituições	20.550,00	30.511,33	21.214,00	19.000,00	19.665,00	20.353,00	21.065,00
Demais Receitas Correntes	50,00	920,02	52,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.511.802,00	1.528.029,39	4.023.902,00	4.077.800,00	4.220.523,00	4.368.242,00	4.521.131,00
Operações de crédito	52.650,00	0,00	50.000,00	399.800,00	413.793,00	428.276,00	443.266,00

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RECEITA					Exercício: **2027**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	10.530,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.350,00	10.712,00	11.087,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	10.530,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.350,00	10.712,00	11.087,00
Transferência de Capital	5.448.622,00	1.528.029,39	3.963.902,00	3.668.000,00	3.796.380,00	3.929.254,00	4.066.778,00
Convênios	3.896.922,00	1.328.029,39	2.422.202,00	1.700.000,00	1.759.500,00	1.821.083,00	1.884.821,00
Outras Transferências de Capital	1.551.700,00	200.000,00	1.541.700,00	1.968.000,00	2.036.880,00	2.108.171,00	2.181.957,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (IV)	-3.576.351,00	-4.521.270,80	-3.949.928,00	-5.856.000,00	-6.071.310,00	-6.283.805,00	-6.503.740,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	-3.576.351,00	-4.521.270,80	-3.949.928,00	-5.856.000,00	-6.071.310,00	-6.283.805,00	-6.503.740,00
RECEITA TOTAL	29.853.817,00	37.121.984,12	32.302.312,00	42.751.000,00	45.536.937,00	47.130.731,00	48.780.305,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	24.342.015,00	35.593.954,73	28.278.410,00	38.673.200,00	41.316.414,00	42.762.489,00	44.259.174,00
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA							
Prefeito Municipal							

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
2. DESPESA.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO DESPESA					Exercício: **2027**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.212.279,00	32.249.607,98	26.738.130,00	28.741.446,00	31.037.049,00	32.123.346,00	33.247.662,00
Pessoal e Encargos Sociais	9.974.861,00	11.450.253,84	11.881.212,00	12.940.526,00	14.393.444,00	14.897.214,00	15.418.616,00
Juros e Encargos da Dívida	500,00	0,00	500,00	5.000,00	5.175,00	5.356,00	5.543,00
Outras Despesas Correntes	13.236.918,00	20.799.354,14	14.856.418,00	15.795.920,00	16.638.430,00	17.220.776,00	17.823.503,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.591.538,00	2.006.686,53	5.464.182,00	13.709.554,00	14.189.388,00	14.686.017,00	15.200.028,00
Investimentos	6.305.538,00	1.100.106,91	5.170.039,00	12.649.554,00	13.192.288,00	13.654.018,00	14.131.909,00
Inversões Financeiras	50.000,00	90.919,00	50.331,00	110.000,00	113.850,00	117.835,00	121.959,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	50.000,00	90.919,00	50.331,00	110.000,00	113.850,00	117.835,00	121.959,00
Amortização da Dívida	236.000,00	815.660,62	243.812,00	950.000,00	883.250,00	914.164,00	946.160,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	100.000,00	300.000,00	310.500,00	321.368,00	332.616,00
TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS DO EXERCÍCIO (III) = (I+II)	29.853.817,00	34.256.294,51	32.302.312,00	42.751.000,00	45.536.937,00	47.130.731,00	48.780.306,00

DESPESAS CORRENTES (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juuros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS DO EXERCÍCIO (VI) = (IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL VII = (III + VI)	29.853.817,00	34.256.294,51	32.302.312,00	42.751.000,00	45.536.937,00	47.130.731,00	48.780.306,00

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO DESPESA					Exercício: **2027**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA							
Prefeito Municipal							

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
3. RESULTADO PRIMARIO.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2027**		
RECEITAS							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	24.103.965,20	35.593.954,73	28.278.410,00	38.673.200,00	41.316.414,00	42.762.489,00	44.259.174,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	351.661,00	1.404.970,72	660.500,00	976.000,00	1.010.160,00	1.045.516,00	1.082.109,00
IPTU	3.963,00	11.389,52	5.000,00	5.000,00	5.175,00	5.356,00	5.543,00
ISS	48.844,00	482.697,16	150.000,00	300.000,00	310.500,00	321.368,00	332.616,00
ITBI	3.867,00	15.296,73	5.000,00	1.000,00	1.035,00	1.071,00	1.108,00
IRRF	264.987,00	784.742,26	440.000,00	600.000,00	621.000,00	642.735,00	665.231,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.000,00	110.845,05	60.500,00	70.000,00	72.450,00	74.986,00	77.611,00
Receitas de Contribuições	97.000,00	139.789,61	120.000,00	133.000,00	137.655,00	142.473,00	147.460,00
Receita Patrimonial	141.505,00	238.806,49	111.384,00	116.600,00	120.682,00	124.906,00	129.278,00
Aplicações Financeiras (II)	141.505,00	238.806,49	111.384,00	116.600,00	120.682,00	124.906,00	129.278,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	23.493.099,20	33.778.956,56	27.365.208,00	37.427.600,00	40.027.217,00	41.428.170,00	42.878.154,00
Cota-Parte do FPM	12.912.400,00	16.628.404,70	14.345.327,00	20.322.000,00	22.022.920,00	22.793.722,00	23.591.502,00
Cota-Parte do ICMS	2.288.000,00	3.611.283,10	2.800.000,00	4.160.000,00	4.305.600,00	4.456.296,00	4.612.266,00
Cota-Parte do IPVA	54.560,00	49.587,54	48.000,00	56.000,00	57.960,00	59.989,00	62.089,00
Cota-Parte do ITR	923,20	740,56	1.024,00	800,00	828,00	857,00	886,00
Transferências da LC 61/1989	1.920,00	15.409,51	5.360,00	7.200,00	7.452,00	7.713,00	7.982,00
Transferências do FUNDEB	4.248.700,00	7.895.732,05	5.667.000,00	6.970.000,00	7.513.950,00	7.776.938,00	8.049.131,00
Outras Transferências Correntes	3.986.596,00	5.577.799,10	4.498.497,00	5.911.600,00	6.118.507,00	6.332.655,00	6.554.298,00
Demais Receitas Correntes	20.700,00	31.431,35	21.318,00	20.000,00	20.700,00	21.424,00	22.173,00
Outras Receitas Financeiras(III)	50,00	920,02	52,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	20.650,00	30.511,33	21.266,00	20.000,00	20.700,00	21.424,00	22.173,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	23.962.410,20	35.354.228,22	28.166.974,00	38.556.600,00	41.195.732,00	42.637.583,00	44.129.896,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	5.511.802,00	1.528.029,39	4.023.902,00	4.077.800,00	4.220.523,00	4.368.242,00	4.521.131,00
Operações de Crédito (VIII)	52.650,00	0,00	50.000,00	399.800,00	413.793,00	428.276,00	443.266,00

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2027**		
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	10.530,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.350,00	10.712,00	11.087,00

Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	10.530,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.350,00	10.712,00	11.087,00
Transferências de Capital	5.448.622,00	1.528.029,39	3.963.902,00	3.668.000,00	3.796.380,00	3.929.254,00	4.066.778,00
Convênios	3.896.922,00	1.328.029,39	2.422.202,00	1.700.000,00	1.759.500,00	1.821.083,00	1.884.821,00
Outras Transferências de Capital	1.551.700,00	200.000,00	1.541.700,00	1.968.000,00	2.036.880,00	2.108.171,00	2.181.957,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	5.459.152,00	1.528.029,39	3.973.902,00	3.678.000,00	3.806.730,00	3.939.966,00	4.077.865,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	29.421.562,20	36.882.257,61	32.140.876,00	42.234.600,00	45.002.462,00	46.577.549,00	48.207.761,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	29.421.562,20	36.882.257,61	32.140.876,00	42.234.600,00	45.002.462,00	46.577.549,00	48.207.761,00
DESPESAS							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	23.212.279,00	31.914.076,16	26.738.130,00	28.741.446,00	31.037.049,00	32.123.346,00	33.247.662,00
Pessoal e Encargos Sociais	9.974.861,00	11.396.347,81	11.881.212,00	12.940.526,00	14.393.444,00	14.897.214,00	15.418.616,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	500,00	0,00	500,00	5.000,00	5.175,00	5.356,00	5.543,00
Outras Despesas Correntes	13.236.918,00	20.517.728,35	14.856.418,00	15.795.920,00	16.638.430,00	17.220.776,00	17.823.503,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	23.211.779,00	31.914.076,16	26.737.630,00	28.736.446,00	31.031.874,00	32.117.990,00	33.242.119,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	6.591.538,00	1.964.750,55	5.464.182,00	13.709.554,00	14.189.388,00	14.686.017,00	15.200.028,00

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RESULTADO PRIMÁRIO					Exercício: **2027**		
Investimentos	6.305.538,00	1.058.170,93	5.170.039,00	12.649.554,00	13.192.288,00	13.654.018,00	14.131.909,00
Inversões Financeiras	50.000,00	90.919,00	50.331,00	110.000,00	113.850,00	117.835,00	121.959,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	50.000,00	90.919,00	50.331,00	110.000,00	113.850,00	117.835,00	121.959,00
Amortização da Dívida (XXVII)	236.000,00	815.660,62	243.812,00	950.000,00	883.250,00	914.164,00	946.160,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	6.355.538,00	1.191.025,91	5.220.370,00	12.759.554,00	13.306.138,00	13.771.853,00	14.253.868,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	50.000,00	0,00	100.000,00	300.000,00	310.500,00	321.368,00	332.616,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	29.617.317,00	33.063.166,09	32.058.000,00	41.796.000,00	44.648.512,00	46.211.211,00	47.828.603,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	29.617.317,00	33.063.166,09	32.058.000,00	41.796.000,00	44.648.512,00	46.211.211,00	47.828.603,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	-195.754,80	3.236.009,47	82.876,00	438.600,00	34.602,00	35.812,00	37.064,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	-195.754,80	3.236.009,47	82.876,00	438.600,00	34.602,00	35.812,00	37.064,00
Nota: A coluna de previsão refere-se a previsão inicial.							

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	
EVOLUÇÃO RESULTADO PRIMÁRIO	Exercício: **2027**
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA	
Prefeito Municipal	

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
4. RESULTADO NOMINAL.PDF	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	
EVOLUÇÃO RESULTADO NOMINAL	Exercício: **2027**

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	141.505,00	238.806,49	111.384,00	116.600,00	120.682,00	124.906,00	129.278,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	500,00	0,00	500,00	5.000,00	5.175,00	5.356,00	5.543,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-54.749,80	3.474.815,96	193.760,00	550.200,00	150.109,00	155.362,00	160.799,00
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	3.092.903,05	0,00	2.981.993,91	-58.344,58	54.404,00	56.309,00
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	2.206.920,49	1.943.389,03	2.206.920,49	1.943.389,03	2.011.408,00	2.081.807,00	2.154.670,00
DEDUÇÕES (XL)	726.771,02	3.556.142,61	726.771,02	3.445.233,47	3.565.817,00	3.690.620,00	3.819.792,00
Disponibilidade de Caixa	726.771,02	3.556.142,61	726.771,02	3.445.233,47	3.565.817,00	3.690.620,00	3.819.792,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.241.783,39	3.994.463,52	1.241.783,39	3.994.463,52	4.134.270,00	4.278.969,00	4.428.733,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	450.213,56	320.888,62	450.213,56	320.888,62	332.120,00	343.744,00	355.775,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	64.798,81	117.432,29	64.798,81	228.341,43	236.333,00	244.605,00	253.166,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	1.480.149,47	-1.612.753,58	1.480.149,47	-1.501.844,44	-1.554.409,00	-1.608.813,00	-1.665.122,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	0,00	3.092.903,05	0,00	2.981.993,91	-58.344,58	54.404,00	56.309,00
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA							
Prefeito Municipal							

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
5. MONTATE DA DIVIDA.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA					Exercício: **2027**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.206.920,49	1.943.389,03	2.206.920,49	1.943.389,03	2.011.408,00	2.081.807,00	2.154.670,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	2.206.920,49	1.943.389,03	2.206.920,49	1.943.389,03	2.011.408,00	2.081.807,00	2.154.670,00
DEDUÇÕES (II)	726.771,02	3.556.142,61	726.771,02	3.445.233,47	3.565.817,00	3.690.620,00	3.819.792,00
Ativo Disponível	1.241.783,39	3.994.463,52	1.241.783,39	3.994.463,52	4.134.270,00	4.278.969,00	4.428.733,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Proc.	450.213,56	320.888,62	450.213,56	320.888,62	332.120,00	343.744,00	355.775,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	64.798,81	117.432,29	64.798,81	228.341,43	236.333,00	244.605,00	253.166,00
Dívida Consolidada Líquida(III) = (I-II)	1.480.149,47	-1.612.753,58	1.480.149,47	-1.501.844,44	-1.554.409,00	-1.608.813,00	-1.665.122,00
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA							
Prefeito Municipal							

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
6. RESULTADO PRIMARIO PPP.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
EVOLUÇÃO RESULTADO PRIMÁRIO PPP					Exercício: **2027**		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
Receitas Primárias advindas de PPP (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (XX) = (XVIII-XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA							
Prefeito Municipal							

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
7. RISCOS FISCAIS PASSIVOS E AS PROVIDENCIAS.PDF							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
DEMONSTRATIVO DE PASSIVOS CONTINGENTES E RISCOS FISCAIS				Exercício: **2027**			
ARF (LRF, art 4o, § 3o)							R$ 1,00
PASSIVOS CONTINGENTES				**Valor**	**Providências**		**Valor**
Demandas Judiciais				0,00	NADA CONSTA		0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento				0,00	NADA CONSTA		0,00
Avais e Garantias Concedidas				0,00	NADA CONSTA		0,00
Assunção de Passivos				0,00	NADA CONSTA		0,00
Assistências Diversas				0,00	NADA CONSTA		0,00
Outros Passivos Contingentes				0,00	NADA CONSTA		0,00
SUBTOTAL				**0,00**	SUBTOTAL		**0,00**
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS				**Valor**	**Providências**		**Valor**

Restituição de Tributos a Maior	0,00	NADA CONSTA	0,00
Discrepância de Projeções	2.000.000,00	CONTIGENCIAMENTO DE DESPESAS	2.000.000,00
Outros Riscos Fiscais	1.000.000,00	CONTIGENCIAMENTO DE DESPESAS	1.000.000,00
Frustração de Arrecadação	2.000.000,00	CONTIGENCIAMENTO DE DESPESAS	2.000.000,00
SUBTOTAL	**5.000.000,00**	SUBTOTAL	**5.000.000,00**
TOTAL	**5.000.000,00**	TOTAL	**5.000.000,00**
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA			
Prefeito Municipal			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ								Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
8. DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.PDF												
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027								Exercício: **2027**				
METAS ANUAIS												
AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)												R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**2027**				**2028**				**2029**			
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**% PIB (a / PIB) x 100**	**% RCL (a / RCL) x 100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**% PIB (b / PIB) x 100**	**% RCL (b / RCL) x 100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**% PIB (c / PIB) x 100**	**% RCL (c / RCL) x 100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	45.536.937	43.438.841	0,04	0,00	47.130.731	42.555.965	0,04	0,00	48.780.305	42.164.669	0,04	0,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	45.416.255	43.323.719	0,04	0,00	47.005.825	42.443.183	0,04	0,00	48.651.027	42.052.923	0,04	0,00
Receitas Primárias Correntes	41.195.732	39.297.655	0,03	0,00	42.637.583	38.498.946	0,03	0,00	44.129.896	38.144.953	0,03	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.010.160	963.617	0,00	0,00	1.045.516	944.033	0,00	0,00	1.082.109	935.352	0,00	0,00
Transferências Correntes	40.027.217	38.182.979	0,03	0,00	41.428.170	37.406.926	0,03	0,00	42.878.154	37.062.973	0,03	0,00
Demais Receitas Primárias Correntes	158.355	151.059	0,00	0,00	163.897	147.988	0,00	0,00	169.633	146.627	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital	4.220.523	4.026.064	0,00	0,00	4.368.242	3.944.237	0,00	0,00	4.521.131	3.907.970	0,00	0,00
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	45.536.937	43.438.841	0,04	0,00	47.130.731	42.555.965	0,04	0,00	48.780.306	42.164.669	0,04	0,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	44.648.512	42.591.350	0,04	0,00	46.211.211	41.725.698	0,04	0,00	47.828.603	41.342.037	0,04	0,00
Despesas Primárias Correntes	31.031.874	29.602.093	0,02	0,00	32.117.990	29.000.442	0,02	0,00	33.242.119	28.733.788	0,02	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	14.393.444	13.730.272	0,01	0,00	14.897.214	13.451.209	0,01	0,00	15.418.616	13.327.527	0,01	0,00
Outras Despesas Correntes	16.638.430	15.871.821	0,01	0,00	17.220.776	15.549.233	0,01	0,00	17.823.503	15.406.261	0,01	0,00
Despesas Primárias de Capital	13.306.138	12.693.063	0,01	0,00	13.771.853	12.435.082	0,01	0,00	14.253.868	12.320.743	0,01	0,00
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias				0,00				0,00				0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	45.536.937	43.438.841	0,04	0,00	47.130.731	42.555.965	0,04	0,00	48.780.305	42.164.669	0,04	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	45.002.462	42.928.992	0,04	0,00	46.577.549	42.056.478	0,04	0,00	48.207.761	41.669.774	0,04	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	45.536.937	43.438.841	0,04	0,00	47.130.731	42.555.965	0,04	0,00	48.780.306	42.164.669	0,04	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	44.648.512	42.591.350	0,04	0,00	46.211.211	41.725.698	0,04	0,00	47.828.603	41.342.037	0,04	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)=(I-II)	34.602	33.008	0,00	0,00	35.812	32.336	0,00	0,00	37.064	32.037	0,00	0,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	34.602	33.008	0,00	0,00	35.812	32.336	0,00	0,00	37.064	32.037	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	120.682	115.122	0,00	0,00	124.906	112.782	0,00	0,00	129.278	111.745	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	5.175	4.937	0,00	0,00	5.356	4.836	0,00	0,00	5.543	4.791	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.011.408	1.918.733	0,00	0,00	2.081.807	1.879.735	0,00	0,00	2.154.670	1.862.451	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-1.554.409	-1.482.790	0,00	0,00	-1.608.813	-1.452.653	0,00	0,00	-1.665.122	-1.439.296	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-58.345	-55.656	0,00	0,00	54.404	49.123	0,00	0,00	56.309	48.672	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ								Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027								Exercício: **2027**				
METAS ANUAIS												
ESPECIFICAÇÃO	**2027**				**2028**				**2029**			
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**% PIB (a / PIB) x 100**	**% RCL (a / RCL) x 100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**% PIB (b / PIB) x 100**	**% RCL (b / RCL) x 100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**% PIB (c / PIB) x 100**	**% RCL (c / RCL) x 100**

Variáveis	**Período**		
	2027	**2028**	**2029**
PIB real (crescimento % anual)	3,40	2,30	1,60
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquido do governo (média % anual)	6,50	10,00	5,00
Câmbio (R$/US$ - Final do ano)	6,19	5,92	5,40
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice oficial de inflação	4,83	5,65	4,46

Projeção do PIB do Estado - R$ mil	108.000.000.000,00	110.000.000.000,00	112.000.000.000,00
Fonte dos Parâmetros Macroeconômicos:			
Mercado 2026 a 2029: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 20/03/2026;			
Governo do Estado do Rio Grande do Norte: Assecom-RN em 14/11/2025.			
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA			
Prefeito Municipal			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
9. DEMONSTRATIVO 2 - AVALIACAO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.PDF								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027					Exercício: **2027**			
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR								
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)								R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**Metas Previstas em 2025 (a)**	**% PIB**	**% RCL**	**Metas Realizadas em 2025 (b)**	**% PIB**	**% RCL**	**Variação**	
							Valor (c) = (b - a)	**% (c/a) x100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	32.302.312	0,03	114,23	37.121.984	0,03	131,27	4.819.672	14,92
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	32.140.876	0,03	113,66	36.882.258	0,03	130,43	4.741.382	14,75
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	32.302.312	0,03	114,23	34.256.295	0,03	121,14	1.953.983	6,05
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	32.058.000	0,03	113,37	33.063.166	0,03	116,92	1.005.166	3,14
Receita Total (COM FONTES RPPS)	32.302.312	0,03	114,23	37.121.984	0,03	131,27	4.819.672	14,92
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	32.140.876	0,03	113,66	36.882.258	0,03	130,43	4.741.382	14,75
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	32.302.312	0,03	114,23	34.256.295	0,03	121,14	1.953.983	6,05
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	32.058.000	0,03	113,37	33.063.166	0,03	116,92	1.005.166	3,14
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	82.876	0,00	0,29	3.236.009	0,00	11,44	3.153.133	3.804,64
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	82.876	0,00	0,29	3.236.009	0,00	11,44	3.153.133	3.804,64
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	2.206.920	0,00	7,80	1.943.389	0,00	6,87	-263.531	-11,94
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	1.480.149	0,00	5,23	-1.612.754	0,00	-5,70	-3.092.903	-208,96

R$ 1,00		
Parâmetros	**Valor Previsto 2025**	**Valor Realizado 2025**
PIB nominal	108.000.000.000,00	110.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	28.278.410,00	35.593.954,73
Fonte dos Parâmetros:		
Governo do Estado do Rio Grande do Nort: Assecom-RN em 14/11/2025		
RREO Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida		

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027	Exercício: **2027**
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA	
Prefeito Municipal	

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ								Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
10. DEMONSTRATIVO 3 - METAS COMPARADAS.PDF											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027								Exercício: **2027**			
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)											R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CORRENTES**										
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	29.853.817	32.302.312	8,20	42.751.000	32,35	45.536.937	6,52	47.130.731	3,50	48.780.305	3,50
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	29.474.262	32.190.928	9,22	42.634.400	32,44	45.416.255	6,52	47.005.825	3,50	48.651.027	3,50
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	29.853.817	32.302.312	8,20	42.751.000	32,35	45.536.937	6,52	47.130.731	3,50	48.780.306	3,50
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	29.617.317	32.058.000	8,24	41.796.000	30,38	44.648.512	6,82	46.211.211	3,50	47.828.603	3,50
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	29.853.817	32.302.312	8,20	42.751.000	32,35	45.536.937	6,52	47.130.731	3,50	48.780.305	3,50
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	29.421.562	32.140.876	9,24	42.234.600	31,40	45.002.462	6,55	46.577.549	3,50	48.207.761	3,50
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	29.853.817	32.302.312	8,20	42.751.000	32,35	45.536.937	6,52	47.130.731	3,50	48.780.306	3,50
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	29.617.317	32.058.000	8,24	41.796.000	30,38	44.648.512	6,82	46.211.211	3,50	47.828.603	3,50
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	-195.755	82.876	0,00	438.600	429,22	34.602	-92,11	35.812	3,50	37.064	3,50
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA	-195.755	82.876	0,00	438.600	429,22	34.602	-92,11	35.812	3,50	37.064	3,50
DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)											
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	2.206.920	2.206.920	0,00	1.943.389	-11,94	2.011.408	3,50	2.081.807	3,50	2.154.670	3,50
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	1.480.149	1.480.149	0,00	-1.501.844	-201,47	-1.554.409	0,00	-1.608.813	0,00	-1.665.122	0,00

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	0	0	0,00	2.981.994	0,00	-58.345	-101,96	54.404	0,00	56.309	3,50
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**										
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	31.346.508	34.240.451	9,23	42.751.000	24,86	43.438.841	1,61	42.555.965	-2,03	42.161.024	-0,93
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	30.947.975	34.122.384	10,26	42.634.400	24,95	43.323.719	1,62	42.443.183	-2,03	42.049.289	-0,93
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	31.346.508	34.240.451	9,23	42.751.000	24,86	43.438.841	1,61	42.555.965	-2,03	42.161.025	-0,93
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (III)	31.098.183	33.981.480	9,27	41.796.000	23,00	42.591.350	1,90	41.725.698	-2,03	41.338.464	-0,93
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	31.346.508	34.240.451	9,23	42.751.000	24,86	43.438.841	1,61	42.555.965	-2,03	42.161.024	-0,93
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	30.892.640	34.069.329	10,28	42.234.600	23,97	42.928.992	1,64	42.056.478	-2,03	41.666.172	-0,93
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	31.346.508	34.240.451	9,23	42.751.000	24,86	43.438.841	1,61	42.555.965	-2,03	42.161.025	-0,93

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ								Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027								Exercício: **2027**			
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	31.098.183	33.981.480	9,27	41.796.000	23,00	42.591.350	1,90	41.725.698	-2,03	41.338.464	-0,93
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	-205.543	87.849	0,00	438.600	399,27	33.008	-92,47	32.336	-2,04	32.035	-0,93
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	-205.543	87.849	0,00	438.600	399,27	33.008	-92,47	32.336	-2,04	32.035	-0,93
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	2.317.267	2.339.336	0,95	1.943.389	-16,93	1.918.733	-1,27	1.879.735	-2,03	1.862.290	-0,93
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	1.554.157	1.568.958	0,95	-1.501.844	-195,72	-1.482.790	0,00	-1.452.653	0,00	-1.439.172	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	0	0	0,00	2.981.994	0,00	-55.656	-101,87	49.123	0,00	48.668	-0,93
Nota:											
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Art. 4º, § 2º:											
II - Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;											

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes					
INDICES DE INFLAÇÃO					
2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
4,83	5,65	4,46	4,83	5,65	4,46
1,05	1,06	1,04	1,05	1,06	1,04
Fonte Índices de Inflação:					
Banco Central do Brasil					
Mercado 2026 a 2029: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 20/03/2026					
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA					
Prefeito Municipal					

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
11. DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUCAO DO PRATRIMONIO LIQUIDO.PDF						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027				Exercício: **2027**		
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)						R$ 1,00
Patrimônio Líquido	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	26.036.003	100,00	21.706.138	100,00	21.546.033	100,00
TOTAL	**26.036.003**	**100,00**	**21.706.138**	**100,00**	**21.546.033**	**100,00**
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA						
Prefeito Municipal						

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
12. DEMONSTRATIVO 5 - ALIENACAO DE ATIVOS.PDF		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027		
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS	Exercício: **2027**	
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)		R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	**2025 (a)**	**2024 (b)**	**2023 (c)**
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**0**	**0**	**391.850**
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	391.850
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	**2025 (d)**	**2024 (e)**	**2023 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**0**	**244.850**	**147.000**
DESPESAS DE CAPITAL	**0**	**244.850**	**147.000**
Investimentos	0	244.850	147.000
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0**	**0**	**0**
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	**2025 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)**	**2024 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2023 (i) = ((Ic - IIf)**
Valor (III)	**0**	**0**	**244.850**
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA			
Prefeito Municipal			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
13. DEMONSTRATIVO 6 - AVALIACAO PREVIDENCIARIA.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	Exercício: **2027**		
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
RECEITAS CORRENTES (I)	**0**	**0**	**0**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	**0**	**0**	**0**
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (III)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**0**	**0**	**0**

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027			
Exercício: **2027**			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0

Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	**0**	**0**	**0**
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**2025**	**2024**	**2023**
Valor	**0**	**0**	**0**
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DOS RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Valor	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
RECEITAS CORRENTES (VII)	**0**	**0**	**0**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027			
Exercício: **2027**			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027			
Exercício: **2027**			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0

Outro Bens e Direitos	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Receitas Correntes	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Despesas Correntes (XIII)	**0**	**0**	**0**
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	0
Demais Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital (XIV)	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	**0**	**0**	**0**
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027			
Exercício: **2027**			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2025**	**2024**	**2023**
Contribuições dos Servidores	0	0	0
Demais Receitas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2025**	**2024**	**2023**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0**	**0**	**0**

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	
Exercício: **2027**	
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA	
Prefeito Municipal	

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
14. DEMONSTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO PREVIDENCIARIO.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027				
Exercício: **2027**				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ milhares	
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0

2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027				
Exercício: **2027**				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027				
Exercício: **2027**				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0

2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
2101	0	0	0	0
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA				
Prefeito Municipal				
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
15. DEMONSTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO FINANCEIRO.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027				
Exercício: **2027**				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ milhares	
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027				
Exercício: **2027**				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0

2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027				
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			Exercício: **2027**	
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
2101	0	0	0	0
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA				
Prefeito Municipal				
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
16. DEMONSTRATIVO 6 - PROJECAO DE PLANO MILITARES.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027				
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas			Exercício: **2027**	
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ milhares	
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0

2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027				
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas			Exercício: **2027**	
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027				
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas			Exercício: **2027**	
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0

2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
2101	0	0	0	0

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

17. DEMONSTRATIVO 7 - RENUNCIA DE RECEITA.PDF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA — Exercício: **2027**

AMF -Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) — R$ 1,00

Tributo	**Modalidade**	**Setor / Programas / Beneficiário**	**RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA**			**Compensação**
			2027	**2028**	**2029**	
NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	0	0	0	NADA CONSTA
TOTAL			**0**	**0**	**0**	

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

18. DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM E EXPANSAO DE DESPESA.PDF

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO — Exercício: **2026**

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V) — R$ 1,00

Eventos	**Valor previsto para 2027**
Aumento Permanente da Receita	2.785.937
(-) Transferências Constitucionais	1.000.000
(-) Transferências ao FUNDEB	785.937
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	**1.000.000**
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I + II)	**1.000.000**
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	**1.000.000**
Novas DOCC	1.000.000
Novas DOCC Geradas por PPP	0

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

19. ANEXO DE METAS E PRIORIDADES - PROGRAMAS TEMATICOS.PDF MUNICÍPIO DE JUNDIÁ — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos — **LDO 2027**

Programa: 0021 - Infraestrutura e Reequipamento do Poder Legislativo.

Órgão Responsável: 01.001 - Câmara Municipal

Objetivo Geral: 0001 - Reformar o prédio da Câmara

Ação

1001 - Reforma do Prédio da Câmara

Função : 01 - LEGISLATIVA

Subfunção : 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

Entrega

0001 - Reforma do prédio da Câmara

Meta Física

Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Reformado e/ou Ampliado	Percent	25

Meta Financeira

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	139.725
Total			**139.725**

Ação			
1002 - Aquisição de Veículos para a Câmara Municipal			
Função : 01 - LEGISLATIVA			
Subfunção : 031 - AÇÃO LEGISLATIVA			
Entrega			
0002 - Veículos Adquiridos para a Câmara Municipal			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	82.800
Total			**82.800**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Programa: 0100 - Infraestrutura e Reequipamento do Poder Executivo.			
Órgão Responsável: 02.001 - Gabinete do Prefeito			
Objetivo Geral: 0003 - Aquisição de Veículos para o Gabinete do Prefeito			
Ação			
1003 - Aquisição de Veículos para o Gabinetedo Prefeito			
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Entrega			
0003 - Veículos Adquiridos para o Gabinete do Prefeito			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	31.050
Total			**31.050**
Órgão Responsável: 03.001 - Secretaria Municipal de Administração			
Objetivo Geral: 0005 - Reformar o Prédio da Prefeitura Municipal			
Ação			
1004 - Reforma do Prédio da Prefeitura Municipal			
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Entrega			
0005 - Reforma do Prédio da Prefeitura Municipal			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Reformado e/ou Ampliado		Percent	25
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
Ação			
1005 - Aquisição de Veículos			
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Entrega			
0004 - Veículos Adquiridos			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	31.050
Total			**31.050**
Ação			
1006 - Construção de Centro Administrativo			

Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Entrega			
0007 - Construção do Centro Administrativo			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído e/ou Reformado		Percent	25
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	207.000
Total			**207.000**
Ação			
1007 - Aquisição e Desapropriação de Imóvel			
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Entrega			
0006 - Aquisição e Desapropriação de Imóvel			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Imóvel Adquirido e Desapropriado		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	10.350
Total			**10.350**
Órgão Responsável: 05.001 - Sec. Mun. de Obras, Transportes e Serviços Urbanos			
Objetivo Geral: 0062 - Expandir e Modernizar a Rede de Iluminação Pública			
Ação			
1008 - Expansão e Modernização da Rede de Iluminação Pública			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Função : 25 - ENERGIA			
Subfunção : 752 - ENERGIA ELÉTRICA			
Entrega			
0032 - Rede de Iluminação Pública Modernizada e Ampliada			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Rede de Iluminação Pública Expandida e Modernizada		metro	2.500
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	31.050
Total			**31.050**
Ação			
1013 - Construção, Reforma e Ampliação de Prédios Públicos			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 452 - SERVIÇOS URBANOS			
Entrega			
0056 - Prédios Publico Construídos, Reformados e Ampliados			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído, Reformado e/ou Ampliado		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	155.250
Total			**155.250**
Ação			
1014 - Aquisição de Veículos			
Função : 26 - TRANSPORTE			
Subfunção : 452 - SERVIÇOS URBANOS			
Entrega			
0057 - Aquisição de Veículo			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1

Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
Ação			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
1015 - Construção de Uma Garagem Municipal			
Função : 26 - TRANSPORTE			
Subfunção : 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
Entrega			
0017 - Garagem Municipal Construida			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído e/ou Reformado		Percent	25
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	103.500
Total			**103.500**
Ação			
1016 - Construção e Ampliação de Cemitérios Públicos			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 452 - SERVIÇOS URBANOS			
Entrega			
0058 - Construir, Reforma e Ampliar os Cemitérios Públicos			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído, Reformado e/ou Ampliado		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
Ação			
1018 - Construção de um Pórtico na Entrada da Sede do Município			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 452 - SERVIÇOS URBANOS			
Entrega			
0062 - Pórtico Construído na Entrada da Sede Municipal			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Pórtico Construído		Und.	1
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
	Estadual	Capital	43.443
	Federal	Capital	103.500
Total			**198.693**
Ação			
1020 - Construção, Reforma e Ampliação de Praças Publicas			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 452 - SERVIÇOS URBANOS			
Entrega			
0064 - Praças Construidas , Reformadas e Ampliadas			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Praça Construída e/ou Reformada		Und.	3
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750

	Federal	Capital	155.250
Total			**207.000**
Ação			
1021 - Construção de Calçadas, Acessibilidade, Passeios Públicos e Ciclovias			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 452 - SERVIÇOS URBANOS			
Entrega			
0008 - Calçadas, Acessibilidade, Passeios Públicos e Ciclovias Construídas			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Calçadas, Acessibilidade, Passeios Públicos e Ciclovias Construídas.		UNIDADE	2
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	5.175
	Federal	Capital	103.500
Total			**108.675**
Ação			
1022 - Pavimentação e Drenagem Superficial em Vias Públicas			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 452 - SERVIÇOS URBANOS			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Entrega			
0073 - Vias Públicas Pavimentadas e Drenadas Superficialmente			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Vias Publicas Pavimentadas e Drenada Superficialmente		M ²	10.000
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	155.250
	Federal	Capital	207.000
	Operação de Crédito	Capital	413.793
	Outras	Capital	31.257
Total			**807.300**
Ação			
1023 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis/Terrenos			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 452 - SERVIÇOS URBANOS			
Entrega			
0074 - Imóvel/Terrenos Adquirido e/ou Desapropriado			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Imóvel Adquirido e Desapropriado		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	20.700
Total			**20.700**
Ação			
1025 - Construção de Passagem Molhada			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
Entrega			
0050 - Passagem Molhada Construída			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Passagem Molhada Construída		Und.	1
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
	Federal	Capital	5.175
Total			**56.925**

Ação			
1089 - Construção de um Calçadão			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 452 - SERVIÇOS URBANOS			
Entrega			
0063 - Calçadão Construido			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Calçadão Construído		M ²	200
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	155.250
Total			**155.250**
Ação			
1090 - Construção e Reforma de Ponto de Apoio Para Moto Táxi			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
Entrega			
0070 - Ponto de Apoio do Moto Taxi Construído e Reformado			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Estrutura de Ponto de Apoio para moto táxi		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
Ação			
1091 - Recuperação de Pavimentação de Vias Públicas e Estradas Vicinais			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
Entrega			
0071 - Vias Públicas e Estradas Vicinais com Pavimentação Recuperada			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Vias Públicas e Estradas Vicinais com Pavimentação Recuperada		M ²	1.500
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	103.500
Total			**103.500**
Ação			
1121 - Asfáltica das Ruas do Centro da Cidade			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
Entrega			
0075 - Asfáltica das Ruas do Centro da Cidade			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Asfáltica as Ruas do Centro da Cidade		M ²	2.500
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	155.250
Total			**155.250**
Ação			
1123 - Construção de Abrigos para Passageiros			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
Entrega			
0072 - Abrigo de Passageiros Construído			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Abrigo de Passageiros Construídos		Und.	3

Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
Ação			
1124 - Construção de Centro de Velório			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Entrega			
0059 - Centro de Velório Construido			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído		Percent	25
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	103.500
Total			**103.500**
Ação			
1125 - Urbanização de Logradouros Públicos			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
Entrega			
0060 - Logradouros Públicos Urbanizados			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Logradouros Públicos Urbanizados		UNIDADE	2
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
Órgão Responsável: 06.001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos			
Objetivo Geral: 0029 - Construir e/ou Reformar a Quadra para Pratica Esportiva			
Ação			
1041 - Construção e/ou Reforma de Quadra para Pratica de Esportes			
Função : 27 - DESPORTO E LAZER			
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO			
Entrega			
0029 - Construção e/ou Reforma de Quadra Coberta e Poliesportiva			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído e/ou Reformado		Percent	25
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	155.250
Total			**155.250**
Ação			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
1087 - Reforma do Ginásio Poliesportivo			
Função : 27 - DESPORTO E LAZER			
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO			
Entrega			
0030 - Reforma do Ginásio Poliesportivo			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído e/ou Reformado		Percent	25
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	103.500
Total			**103.500**
Ação			

1097 - Construção de Muros, Arquibancadas, Vestiários e Iluminação em Torno do Campo de Futebol			
Função : 27 - DESPORTO E LAZER			
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO			
Entrega			
0031 - Construção de Muros, Arquibancadas, Vestiários e Iluminação em Torno do Campo de Futebol			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Estruturas Construídas		M ²	500
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	155.250
Total			**155.250**
Ação			
1198 - Reforma do Estádio de Futebol			
Função : 27 - DESPORTO E LAZER			
Subfunção : 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO			
Entrega			
0028 - Reforma e Ampliação do Estádio de Futebol			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Estádio de Futebol Reformado e/ou Ampliado.		UNIDADE	1
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	20.700
	Federal	Capital	31.050
Total			**51.750**
Órgão Responsável: 09.001 - Secretaria Municipal de Agricultura			
Objetivo Geral: 0075 - Construir Açudes/Poços/Cisternas e Barragens			
Ação			
1052 - Construção de Açudes/Poços/Cisternas e Barragens			
Função : 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção : 605 - ABASTECIMENTO			
Entrega			
0066 - Açude Construido			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Açudes/Poços/Cisternas e Barragens Construidads		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	207.000
Total			**207.000**
Entrega			
0067 - Poços Construídos			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Açudes/Poços/Cisternas e Barragens Construidads		Und.	2
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	207.000
Total			**207.000**
Entrega			
0068 - Cisternas Construídas			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Açudes/Poços/Cisternas e Barragens Construidads		Und.	3
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	207.000
Total			**207.000**

Entrega			
0069 - Barragens Construídas			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Açudes/Poços/Cisternas e Barragens Construidads		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	207.000
Total			**207.000**
Ação			
1053 - Reforma e/ou Ampliação do Mercado Público			
Função : 20 - AGRICULTURA			
Subfunção : 606 - EXTENSÃO RURAL			
Entrega			
0051 - Matadouro Reformado e/ou Ampliado			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Reformado e/ou Ampliado		Percent	25
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
	Estadual	Capital	155.250
	Federal	Capital	258.750
Total			**465.750**
Ação			
1054 - Aquisição de Tratores/ Máquinas e Equipamentos Agrícolas			
Função : 20 - AGRICULTURA			
Subfunção : 606 - EXTENSÃO RURAL			
Entrega			
0052 - Trator, Maquinas e Equipamento Adquiridos			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Trator, Máquinas e Equipamento Agrícolas Adquiridos		Und.	1
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Federal	Capital	310.500
Total			**310.500**
Ação			
1056 - Reforma e/ou Ampliação do Curral do Abatedouro			
Função : 20 - AGRICULTURA			
Subfunção : 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA			
Entrega			
0055 - Curral do Matadouro Reformado e/ou Ampliado			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Estruturas Reformada e/ou Ampliada		Percent	25
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	155.250
Total			**155.250**
Ação			
1120 - Aquisição de Carro Pipa			
Função : 20 - AGRICULTURA			
Subfunção : 606 - EXTENSÃO RURAL			
Entrega			
0053 - Caminhão Pipa Adquirido			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**

Jundiá	Municipal	Capital	51.750
	Federal	Capital	155.250
Total			**207.000**
Órgão Responsável: 10.001 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente			
Objetivo Geral: 0011 - Adquirir Caminhão Compactador de Lixo			
Ação			
1059 - Aquisição de Caminhão Compactador de Lixo			
Função : 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção : 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Entrega			
0011 - Aquisição de Caminhão Compactador de Lixo			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	155.250
	Federal	Capital	51.750
Total			**207.000**
Ação			
1117 - Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município			
Função : 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção : 542 - CONTROLE AMBIENTAL			
Entrega			
0013 - Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Esgotamento Sanitário Construído		metro	2.500
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	103.500
	Federal	Capital	51.750
Total			**155.250**
Ação			
1118 - Desapropriação da Área da Nascente que Abastece o Reservatório da CAERN			
Função : 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção : 543 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS			
Entrega			
0014 - Desapropriação da Área da Nascente que Abastece o Reservatório da CAERN			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Área Desapropriadas		M²	500
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	20.700
Total			**20.700**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Programa: 0105 - Infraestrutura e Reequipamento do Sistema de Saúde.			
Órgão Responsável: 07.001 - Secretaria Municipal de Saúde			
Objetivo Geral: 0034 - Adquirir e Desapropriar Imóvel			
Ação			
1085 - Aquisição e Desapropriação de Imóvel			
Função : 10 - SAÚDE			
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Entrega			
0034 - Aquisição e Desapropriação de Imóvel			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**

Imóvel Adquirido e/ou Desapropriado		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
Ação			
1094 - Aquisição de Veiculo para Secretaria de Saúde			
Função : 10 - SAÚDE			
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Entrega			
0035 - Veículos Adquiridos para Secretaria de Saúde			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	31.050
Total			**31.050**
Ação			
1107 - Construção do Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde			
Função : 10 - SAÚDE			
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Entrega			
0033 - Construção do Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Reformado e/ou Ampliado		Percent	25
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	207.000
Total			**207.000**
Órgão Responsável: 07.002 - Fundo Municipal de Saúde			
Objetivo Geral: 0036 - Construir e/ou Reformar e Ampliar a Unidade Básica de Saúde			
Ação			
1042 - Construção de Unidades Básicas de Saúde - UBS			
Função : 10 - SAÚDE			
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Entrega			
0036 - Construção e/ou Reforma de Unidades Básicas de Saúde - UBS			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído, Reformado e/ou Ampliado		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Federal	Capital	621.000
Total			**621.000**
Ação			
1043 - Construção de Academia da Saúde			
Função : 10 - SAÚDE			
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Entrega			
0039 - Construção e Reforma da Academia da Saúde			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído, Reformado e/ou Ampliado		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
Ação			
1044 - Aquisição de Veículo/Ambulância			

Função : 10 - SAÚDE			
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Entrega			
0040 - Veículo/Ambulância Adquirido			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Federal	Capital	517.500
Total			**517.500**
Ação			
1045 - Aquisição de Veículos - Atenção Primária Saúde			
Função : 10 - SAÚDE			
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Entrega			
0038 - Veículos Adquiridos - Atenção Primaria Saúde			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Federal	Capital	310.500
Total			**310.500**
Ação			
1088 - Ampliação e/ou Reforma de Unidades de Saúde - UBS			
Função : 10 - SAÚDE			
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Entrega			
0065 - Unidades de Saúde Ampliadas e/ou Reformadas			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Unidades de Saúde Reformas e/ou Ampliadas.		UNIDADE	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	31.050
	Federal	Capital	310.500
Total			**341.550**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Programa: 0107 - Habitação Urbana e Rural para Todos.			
Órgão Responsável: 08.001 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Objetivo Geral: 0044 - Construir Unidades Habitacionais			
Ação			
1028 - Construção de Unidades Habitacionais na Zona Urbana			
Função : 16 - HABITAÇÃO			
Subfunção : 482 - HABITAÇÃO URBANA			
Entrega			
0045 - Unidades Habitacionais na Zona Urbana Construída			
Meta Física			
	Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Imóvel Adquirido e Desapropriado		Und.	10
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	103.500
	Federal	Capital	207.000
Total			**310.500**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Programa: 0112 - Infraestrutura e Reequipamento do Sistema de Assistência Social.			
Órgão Responsável: 08.001 - Secretaria Municipal de Assistência Social			

Objetivo Geral: 0046 - Construir e/ou Reformar o Centro de Convivência para Idoso			
Ação			
1024 - Construção e/ou Reforma do Centro de Convivência para Idoso			
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção : 241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA			
Entrega			
0048 - Centro de Convivência para Idoso Construído e Reformado			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído e/ou Reformado		Percent	25
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	72.450
Total			**72.450**
Ação			
1026 - Aquisição de Veículo			
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Entrega			
0049 - Aquisição de Veículo			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	31.050
Total			**31.050**
Órgão Responsável: 08.002 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Objetivo Geral: 0042 - Construir, Reformar e/ou Ampliar Unidade de Assistência			
Ação			
1050 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unidade de Assistência Social			
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Entrega			
0042 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unidade de Assistência Social			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído, Reformado e/ou Ampliado		Und.	1
Meta Financeira			
Meta			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
Ação			
1068 - Aquisição de Veículos			
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Entrega			
0041 - Veículos Adquiridos			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
Ação			
1110 - Construção do Centro de Referência em Assistência Social			
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Entrega			

0043 - Construção do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Reformado e/ou Ampliado		Percent	25
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	34.369
	Federal	Capital	103.500
Total			**137.869**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Programa: 0114 - Infraestrutura e Reequipamento da Educação Municipal.			
Órgão Responsável: 06.001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos			
Objetivo Geral: 0021 - Construir, Reformar e/ou Ampliar Unidade de Ensino Fundamental			
Ação			
1012 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidade de Ensino Fundamental			
Função : 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Entrega			
0021 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unid. de Ens. Fundamental			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído, Reformado e/ou Ampliado		Und.	3
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	310.500
	Federal	Capital	155.250
Total			**465.750**
Ação			
1030 - Aquisição de Veículo para Transporte Escolar			
Função : 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Entrega			
0020 - Veículos Adquiridos para o Transporte Escolar			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Federal	Capital	155.250
Total			**155.250**
Ação			
1034 - Aquisição de Instrumentos Musicais (Banda Música)			
Função : 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Entrega			
0019 - Aquisição de Instrumentos Musicais (Banda Música)			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Equipamentos Adquiridos		Und.	50
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	25.875
Total			**25.875**
Ação			
1096 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Creche Municipal			
Função : 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção : 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Entrega			
0025 - Construção, Reforma e/ou Ampliação de Creche Municipal			
Meta Física			

Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído, Reformado e/ou Ampliado		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	155.250
	Federal	Capital	207.000
Total			**362.250**
Ação			
1098 - Aquisição de Equipamentos para Laboratórios de Informática das Escolas			
Função : 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Entrega			
0018 - Aquisição de Equipamentos para Laboratórios de Informática das Escolas			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Equipamentos Adquiridos		Und.	50
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
	Federal	Capital	51.750
Total			**103.500**
Ação			
1099 - Aquisição de Parque para Unidades de Ensino Fundamental			
Função : 12 - EDUCAÇÃO			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos		**LDO 2027**	
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Entrega			
0022 - Aquisição de Parque para Unidades de Ensino Fundamental			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Aquisição de Parque		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Federal	Capital	31.050
Total			**31.050**
Ação			
1100 - Aquisição de Veículo para Secretaria de Educação			
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Entrega			
0015 - Veículos Adquiridos para Secretaria de Educação			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Veículos Adquiridos		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	31.050
Total			**31.050**
Ação			
1102 - Aquisição e Desapropriação de Imóvel			
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Entrega			
0016 - Aquisição e Desapropriação de Imóvel			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Imóvel Adquirido e/ou Desapropriado		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	10.350
Total			**10.350**
Ação			

1103 - Construção da Cobertura da Área de Recreação da Escola Iberê Ferreira

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**		
Função : 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Entrega			
0023 - Construção da Cobertura da Área de Recreação da Escola Iberê Ferreira			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Cobertura Construída		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
	Federal	Capital	103.500
Total			**155.250**
Ação			
1109 - Aquisição de Parque no Ensino Infantil			
Função : 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção : 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Entrega			
0026 - Aquisição de Parque no Ensino Infantil			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Aquisição de Parque		Und.	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	31.050
	Federal	Capital	31.050
Total			**62.100**
Órgão Responsável: 06.002 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica			
Objetivo Geral: 0009 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas - FUNDEB 30%			
Ação			
1036 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas - FUNDEB-30%			
Função : 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Entrega			
0009 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas - FUNDEB-30%			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédio Construído, Reformado e/ou Ampliado		Und.	2
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**		
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
Ação			
1037 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - FUNDEB-30%			
Função : 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Entrega			
0010 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - FUNDEB 30%			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Equipamentos Adquiridos		Und.	100
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA			
Prefeito Municipal			

20. ANEXO DE METAS FINANCEIRAS - PROGRAMAS DE GESTAO.PDF			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 01.001 - CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIÁ			
Programa: 0001 - Desenvolvimento da Gestão Legislativa.			
Ação			
2001 - Manutenção dos Serviços da Câmara Municipal			
Função: 01 - LEGISLATIVA			
Subfunção: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	2.090.700
Total			**2.090.700**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 02.001 - GABINETE DO PREFEITO			
Programa: 0101 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo.			
Ação			
2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	517.500
		Capital	51.750
Total			**569.250**
Ação			
2003 - Manutenção da Controladoria Geral do Município			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 124 - CONTROLE INTERNO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
		Capital	5.175
Total			**160.425**
Ação			
2074 - Conselho Tutelar da Criança e Adolescente (CTCA)			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	207.000
		Capital	5.175
Total			**212.175**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
Programa: 0101 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo.			
Ação			
2004 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	569.250
		Capital	51.750
Total			**621.000**
Ação			
2006 - Manutenção dos Serviços de Informações ao Cidadão - SIC			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**

Jundiá	Municipal	Corrente	31.050
		Capital	5.175
Total			**36.225**
Ação			
2008 - Contribuição a Associação, Federação e Confederação dos Municípios - AMLAP, CNM e FEMURN.			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
Total			**155.250**
Ação			
2009 - Contribuição para Formação do PASEP.			
Função: 11 - TRABALHO			
Subfunção: 331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	207.000
	Federal	Corrente	10.350
Total			**217.350**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Ação			
2115 - Criação da Guarda Municipal			
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	10.350
		Capital	2.070
Total			**12.420**
Ação			
2116 - Realização de Concurso Público			
Função: 11 - TRABALHO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	31.050
Total			**31.050**
Ação			
2118 - Criação de uma Ouvidoria			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	13.455
		Capital	2.070
Total			**15.525**
Ação			
2206 - Capacitação aos Servidores Municipais			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	15.525
Total			**15.525**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 04.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
Programa: 0101 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo.			
Ação			
2011 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Finanças			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			

Subfunção: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	362.250
		Capital	31.050
Total			**393.300**
Ação			
2012 - Pagto. de Juros sobre a Dívida Contratada			
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS			
Subfunção: 843 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	5.175
Total			**5.175**
Ação			
2117 - Manutenção do SIAFIC			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
Total			**51.750**
Programa: 0115 - Administração da Dívida e Operações Especias			
Ação			
2005 - Amortização da Dívida Junto ao INSS			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	414.000
Total			**414.000**
Ação			
2007 - Amortização da Divida de Precatórios			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	517.500
Total			**517.500**
Ação			
2106 - Amortização do Principal da Dívida Por Contrato			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 05.001 - SEC. MUN. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS			
Programa: 0101 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo.			
Ação			
2010 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública			
Função: 25 - ENERGIA			
Subfunção: 752 - ENERGIA ELÉTRICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	103.500
		Capital	20.700
Total			**124.200**
Ação			

2013 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos			
Função: 15 - URBANISMO			
Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	517.500
		Capital	103.500
Total			**621.000**
Ação			
2014 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública			
Função: 15 - URBANISMO			
Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
		Capital	10.350
Total			**165.600**
Ação			
2016 - Manutenção das Atividades do Setor de Transporte			
Função: 26 - TRANSPORTE			
Subfunção: 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	124.200
		Capital	10.350
Total			**134.550**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Ação			
2017 - Implantação de Vídeo Monitoramento nas Ruas da Cidade			
Função: 26 - TRANSPORTE			
Subfunção: 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Capital	51.750
Total			**51.750**

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 06.001 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS			
Programa: 0031 - Distribuição de livros e Materiais Didáticos aos Alunos da Rede Municipal de Ensino.			
Ação			
2230 - Distribuição de livros e Materiais Didáticos - Ensino Fundamental			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	31.050
	Federal	Corrente	10.350
Total			**41.400**
Programa: 0102 - Distribuição de Fardamento Escolar para os Alunos da Rede Municipal de Ensino.			
Ação			
2020 - Aquisição e Distribuição Fardamento Escolar - Ensino Fundamental			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
Total			**51.750**
Ação			
2049 - Aquisição de Fardamento Escolar - Ensino Infantil			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			

Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
Total			**51.750**
Programa: 0103 - Educação para Todos.			
Ação			
2018 - Manutenção do Conselho Municipal de Educação - FUNDEB, Merenda e Transporte Escolar			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	10.350
		Capital	5.175
Total			**15.525**

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Ação			
2019 - Manutenção do Ensino Tempo Integral			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
	Federal	Corrente	51.750
		Capital	31.050
Total			**238.050**
Ação			
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	258.750
		Capital	103.500
Total			**362.250**
Ação			
2022 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	414.000
		Capital	258.750
Total			**672.750**
Ação			
2023 - Execução da Quota Salário Educação - QSE/Ensino Fundamental			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Corrente	155.250
		Capital	31.050
Total			**186.300**
Ação			
2024 - Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE/ENS. FUNDAMENTAL			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			

Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	72.450
	Federal	Corrente	220.455
Total			**292.905**
Ação			
2025 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/ENS. FUNDAMENTAL			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
	Federal	Corrente	51.750
Total			**103.500**
Ação			
2026 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Corrente	5.175
Total			**5.175**
Ação			
2027 - Programa Estadual de Transporte Escolar - PETERN			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
	Estadual	Corrente	258.750
Total			**414.000**
Ação			
2028 - Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado - BRALF			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Corrente	10.350
		Capital	5.175
Total			**15.525**
Ação			
2029 - Plano Municipal de Educação - PME			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	41.400
Total			**41.400**
Ação			
2031 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil- Pré-Escola			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
		Capital	51.750
Total			**207.000**
Ação			
2032 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/Creche			

Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
	Federal	Corrente	17.725
Total			**69.475**
Ação			
2033 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/Pré-Escola			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
	Federal	Corrente	20.313
Total			**175.563**
Ação			
2034 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
		Capital	51.750
Total			**207.000**
Ação			
2035 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/EJA			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
	Federal	Corrente	10.350
Total			**62.100**
Ação			
2056 - Execução da Quota Salário Educação - QSE/Educação Infantil - Pré-Escola			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Corrente	103.500
		Capital	31.050
Total			**134.550**
Ação			
2097 - Manutenção do Atendimento Educacional Especializado - AEE			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	103.500
		Capital	20.700
Total			**124.200**
Ação			
2099 - Manutenção do Ensino Médio			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 362 - ENSINO MÉDIO			

Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
Total			**155.250**
Ação			
2112 - Implementação do Museu Ciência e Tecnologia			
Função: 19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA			
Subfunção: 573 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	31.050
		Capital	5.175
Total			**36.225**
Ação			
2122 - Execução da Quota Salário Educação - QSE/Educação Infantil - Creche			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Corrente	103.500
		Capital	20.700
Total			**124.200**
Ação			
2123 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
		Capital	51.750
Total			**207.000**
Ação			
2124 - Distribuição de livros e Materiais Didáticos - Ensino Infantil			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
Total			**51.750**
Ação			
2133 - Pagamento de Precatórios do FUNDEF			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Capital	103.500
Total			**103.500**
Ação			
2204 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/Quilombola Fundamental			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	20.700
Total			**20.700**
Ação			
2205 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/Quilombola - Infantil			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			

Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	20.700
	Federal	Corrente	31.050
Total			**51.750**

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Programa: 0110 - Apoio ao Esporte, Juventude e Lazer.			
Ação			
2044 - Manutenção das Atividades do Setor de Esporte			
Função: 27 - DESPORTO E LAZER			
Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	258.750
		Capital	155.250
Total			**414.000**
Ação			
2231 - Promoção de Eventos Esportivos			
Função: 27 - DESPORTO E LAZER			
Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
Total			**51.750**
Programa: 0111 - Incentivo ao Turismo, Cultura e Eventos.			
Ação			
2042 - Programa de Incentivo a Arte e a Cultura			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	258.750
Total			**258.750**
Ação			
2043 - Manutenção do Programa Indústria do Conhecimento			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
Total			**155.250**
Ação			
2086 - Manutenção das Atividades do Setor de Cultura			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
		Capital	31.050
Total			**186.300**
Ação			
2111 - Promoção de Eventos Culturais			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	207.000

Total			**207.000**
Ação			
2135 - Execução da Lei Paulo Gustavo – Lei nº 195/2022.			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Corrente	103.500
Total			**103.500**
Ação			
2136 - Incentivo da Lei Aldir Blanc Lei nº 14.017/2020			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	103.500
	Federal	Corrente	41.400
Total			**144.900**

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 06.002 - FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
Programa: 0103 - Educação para Todos.			
Ação			
2036 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB-30%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	414.000
		Capital	103.500
Total			**517.500**
Ação			
2037 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB-70%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	1.826.418
Total			**1.826.418**
Ação			
2038 - Manutenção do Ensino Infantil/Creche - FUNDEB-30%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	258.750
		Capital	103.500
Total			**362.250**
Ação			
2039 - Manutenção do Ensino Infantil/Pré-Escola- FUNDEB-70%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	812.832
Total			**812.832**
Ação			
2040 - Manutenção do Ensino Infantil/Creche - FUNDEB-70%			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**

Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	828.000
Total			**828.000**
Ação			
2096 - Manutenção do Atendimento Educacional Especializado - FUNDEB-70% - AEE			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
Total			**51.750**
Ação			
2208 - Manutenção do Ensino Infantil/Pré - Escola - FUNDEB-30%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	258.750
Total			**258.750**
Ação			
2209 - Manutenção da EJA - FUNDEB-30%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
Total			**51.750**
Ação			
2210 - Manutenção da EJA - FUNDEB-70%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
Total			**155.250**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Ação			
2211 - Manutenção do Ensino Fundamental Alunos do Campo - FUNDEB 30%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
Total			**51.750**
Ação			
2212 - Manutenção do Ensino Fundamental Alunos do Campo - FUNDEB 70%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	289.800
Total			**289.800**
Ação			
2213 - Manut. do Ensino Fundamental Alunos Quilombola - FUNDEB 30%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	124.200

Total			**124.200**
Ação			
2214 - Manutenção do Ensino Fundamental Alunos Quilombola - FUNDEB-70%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
Total			**155.250**
Ação			
2215 - Manutenção do Ensino Infantil CRECHE Aluno do Campo - FUNDEB-30%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	124.200
Total			**124.200**
Ação			
2216 - Manutenção do Ensino Infantil/Creche Alunos do Campo - FUNDEB-70%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	258.750
Total			**258.750**
Ação			
2217 - Manutenção do Ensino Infantil/Creche Alunos Quilombola - FUNDEB 30%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	82.800
Total			**82.800**
Ação			
2218 - Manutenção do Ensino Infantil/Creche Alunos Quilombola FUNDEB-70%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
Total			**155.250**
Ação			
2219 - Manutenção do Ensino Infantil/Pré - Escola Aluno do Campo FUNDEB-30%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
Total			**155.250**
Ação			
2220 - Manutenção do Ensino Infantil/Pré-Escola FUNDEB -70%			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	258.750
Total			**258.750**
Ação			
2221 - Manutenção do Ensino Infantil/Pré-Escola Alunos Quilombolas - FUNDEB -30%			

Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	103.500
Total			**103.500**
Ação			
2222 - Manutenção do Ensino Infantil/Pré-Escola Alunos Quilombola - FUNDEB - 70%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFATIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
Total			**155.250**
Ação			
2223 - Manutenção do Ensino Especial Aluno Campo - FUNDEB - 70%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas**
			2027
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
Total			**155.250**
Ação			
2224 - Manutenção do Ensin Especial Aluno Quilombola - FUNDEB - 70%			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	207.000
Total			**207.000**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
Programa: 0106 - Saúde para Todos.			
Ação			
2045 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	310.500
		Capital	103.500
Total			**414.000**
Ação			
2046 - Manutenção do Conselho Municipal de Saúde			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	31.050
Total			**31.050**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Programa: 0106 - Saúde para Todos.			
Ação			
2047 - Contribuição e Rateio do Consórcios de Saúde			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	258.750

	Federal	Corrente	207.000
Total			**465.750**
Ação			
2048 - Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	207.000
	Federal	Corrente	414.000
		Capital	51.750
Total			**672.750**
Ação			
2050 - Programa de Saúde na Escola - PSE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Corrente	51.750
Total			**51.750**
Ação			
2052 - Manutenção das Atividades para Atenção a Saúde Bucal			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Corrente	310.500
		Capital	31.050
Total			**341.550**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Ação			
2055 - Piso Salarial dos Profissionais de Enfermagem			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Corrente	621.000
Total			**621.000**
Ação			
2057 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	3.105.000
		Capital	414.000
Total			**3.519.000**
Ação			
2058 - Manutenção dos Serviços da Média e Alta Complexidade - MAC			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	517.500
	Estadual	Corrente	31.050
	Federal	Corrente	828.000
		Capital	155.250
Total			**1.531.800**
Ação			
2059 - Manutenção das Ações de Assistência Farmacêutica - AFB			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO			

Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Estadual	Corrente	20.700
	Federal	Corrente	82.800
Total			**103.500**
Ação			
2062 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Corrente	15.525
Total			**15.525**
Ação			
2063 - Piso Fixo de Vigilância em Saúde - ENDEMIAS			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	258.750
	Federal	Corrente	82.800
		Capital	20.700
Total			**362.250**
Ação			
2108 - Manutenção dos Serviços de Atenção Primária em Saúde			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Corrente	828.000
		Capital	98.325
Total			**926.325**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 08.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Programa: 0101 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo.			
Ação			
2066 - Manutenção do Conselho Municipal de Habitação			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	3.105
Total			**3.105**
Ação			
2070 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	36.225
		Capital	5.175
Total			**41.400**
Programa: 0109 - Preservação e Conservação do Meio Ambiente.			
Ação			
2064 - Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	10.350

Total			**10.350**
Programa: 0113 - Assistência Social a População.			
Ação			
2051 - Fundo para Infância e Adolescência - FIA			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	20.700
Total			**20.700**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Ação			
2065 - Manutenção do Programa de Cesta Básica			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
Total			**51.750**
Ação			
2067 - Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	3.105
Total			**3.105**
Ação			
2068 - Manutenção do Programa Sopa Comunitária			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	31.050
Total			**31.050**
Ação			
2071 - Doação de Materiais e Ajuda Financeira para Recuperação de Unidades Habitacionais			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	10.350
Total			**10.350**
Ação			
2119 - Realização de Conferências e Fóruns da Política de Assistência Social			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			

MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	5.175
Total			**5.175**
Ação			
2126 - Regularização Fundiária de Imóveis			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	5.175

Total			**5.175**
Ação			
2198 - Capacitação dos Servidores			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	5.175
Total			**5.175**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 08.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Programa: 0113 - Assistência Social a População.			
Ação			
2053 - Manutenção dos Conselhos Municipais de Assistência Social			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	5.175
Total			**5.175**
Ação			
2073 - Fortalecimento do controle Social (Conselho de Assistência Social)			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	5.175
Total			**5.175**
Ação			
2075 - Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social - FMAS			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	663.750
		Capital	51.750
Total			**715.500**
Ação			
2076 - Bloco da Proteção Social Básica - SCFV/PBF - CRAS			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	20.700
		Capital	31.825
	Federal	Corrente	320.148
		Capital	124.200
Total			**496.873**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Ação			
2077 - Bloco de Proteção Social Especial de Média e Alta			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	15.525
	Estadual	Corrente	12.447
	Federal	Capital	20.700
Total			**48.672**
Ação			
2078 - Manutenção do Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único			

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	10.350
		Capital	5.175
	Federal	Corrente	36.225
		Capital	5.175
Total			**56.925**
Ação			
2079 - Manutenção do Bloco de Gestão do SUAS - IGD SUAS			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	5.175
		Capital	10.350
	Federal	Corrente	20.700
		Capital	5.175
Total			**41.400**
Ação			
2080 - Manutenção do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único - ProcadSUAS			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	5.175
	Federal	Corrente	10.350
		Capital	2.070
Total			**17.595**
Ação			
2081 - Programa Primeira Infância no SUAS - CRIANÇA FELIZ			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
		Capital	5.175
	Federal	Corrente	217.663
		Capital	56.536
Total			**331.124**
Ação			
2082 - Programa de Gestão de Benefícios Eventuais			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	51.750
	Federal	Corrente	5.175
Total			**56.925**
Ação			
2084 - Execução de Emendas Parlamentares para Assistência Social			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Federal	Corrente	103.500
		Capital	51.750
Total			**155.250**
Ação			
2128 - Manutenção de Programas de Apoio a População Vítima de Violência/Drogas			

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	10.350
Total			**10.350**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
Programa: 0101 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo.			
Ação			
2085 - Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura			
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção: 606 - EXTENSÃO RURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	1.242.000
		Capital	155.250
Total			**1.397.250**
Ação			
2088 - Programa SISÁGUA			
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção: 605 - ABASTECIMENTO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
Total			**155.250**
Ação			
2090 - Programa de Incentivo a Piscicultura, Apicultura, Bovinocultura, Ovinocultura e Avicultura			
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção: 606 - EXTENSÃO RURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
		Capital	51.750
Total			**207.000**
Programa: 0108 - Apoio ao Agricultor Familiar			
Ação			
2087 - Programa de Incentivo a Agricultura Familiar			
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção: 607 - IRRIGAÇÃO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	258.750
Total			**258.750**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Ação			
2089 - Padronização e Modernização da Feira Livre			
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção: 606 - EXTENSÃO RURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	155.250
	Federal	Capital	155.250
Total			**310.500**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 10.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE			
Programa: 0109 - Preservação e Conservação do Meio Ambiente.			
Ação			

2091 - Manutenção da Coleta Seletiva e Destinação de Resíduos Sólidos			
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	411.661
		Capital	10.350
Total			**422.011**
Ação			
2092 - Reflorestamento da Nascente do Município			
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	20.700
Total			**20.700**
Ação			
2093 - Implantação de Um Viveiro de Mudas			
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	10.350
		Capital	5.175
Total			**15.525**
Ação			
2094 - Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente			
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção: 542 - CONTROLE AMBIENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	207.000
		Capital	51.750
Total			**258.750**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Ação			
2095 - Manutenção do Comitê Municipal de Educação Ambiental			
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	7.245
		Capital	3.105
Total			**10.350**
Ação			
2131 - Reflorestamento do Antigo Lixão Com a Implementação de Um Jardim Botânico			
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção: 543 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	134.550
		Capital	103.500
	Federal	Capital	51.750
Total			**289.800**
Ação			
2226 - CONDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente			
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	5.175
Total			**5.175**

Ação			
2227 - Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente			
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	8.280
		Capital	2.070
Total			**10.350**
MUNICÍPIO DE JUNDIÁ		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 99.001 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Programa: 9999 - Reserva de Contingência			
Ação			
0999 - Reserva de Contingência			
Função: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA			
Subfunção: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Jundiá	Municipal	Corrente	310.500
Total			**310.500**

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:AF77C9EC

